

notícias

saobernardo.sp.gov.br
do município



PREFEITURA
**São Bernardo
do Campo**

30 de abril de 2026

Quinta-feira - Edição 2638

Publicação Oficial do Município de São Bernardo do Campo

EM BREVE
MAIS UMA ESCOLA DE ENSINO
EM TEMPO INTEGRAL.
EMEB DEMARCHI/BOTUJURU

Gabinete do Prefeito

Processo nº 37046/2026
LEI Nº 7.590, DE 29 DE ABRIL DE 2026

Projeto de Lei nº 075/2026 - Executivo Municipal

Dispõe sobre autorização legislativa para a concessão de subvenção social a entidades assistenciais, sem fins lucrativos, cadastradas no Fundo Social de Solidariedade - FSS e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe de forma geral sobre a parceria com organizações da sociedade civil, e dá outras providências.

MARCELO DE LIMA FERNANDES, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir valores para as entidades assistenciais especificadas nos Anexos I e II desta Lei, a título de subvenção social, por meio da formalização de Termos de Colaboração, conforme o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º Os recursos serão destinados exclusivamente para aplicação em despesas de custeio decorrentes do tipo de serviço prestado, sendo detalhados nos respectivos Planos de Trabalho.

§ 1º O valor dos repasses será estabelecido de acordo com o serviço oferecido pela entidade, conforme as seguintes categorias:

I - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para entidades que executem serviços socioassistenciais de Proteção Social de Alta Complexidade, incluindo atendimento em Acolhimento Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue e Trabalho Protegido (Anexo I); e

II - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para entidades que executem serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica, como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programas de Formação e Aprendizagens e Serviços de Assessoramento (Anexo II).

§ 2º As entidades devem comprovar que os serviços especificados nos incisos I e II deste artigo são prestados em suas unidades localizadas no Município de São Bernardo do Campo.

§ 3º Serão consideradas despesas de custeio aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, como: aquisição de material de consumo, contratação de serviços, manutenção de equipamentos, vencimentos com pessoal, desde que não haja duplicidade de lançamento de despesas apresentadas em outros termos ou contratos.

§ 4º O Poder Executivo deverá indicar comissão técnica para acompanhamento e aprovação do uso dos recursos descritos nos Planos de Trabalho.

Art. 3º A transferência dos recursos somente ocorrerá após verificação, pelo Poder Executivo, de que a entidade cumpre todos os requisitos legais, de acordo com o Decreto Municipal nº 20.113, de 12 de julho de 2017 e a Lei Federal nº 13.019, de 2014, além das seguintes exigências:

I - ofício de aceite da entidade à celebração da parceria;

II - comprovação de inscrição válida no Conselho Municipal de Assistência Social;

III - regularidade de funcionamento, atestada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade de São Bernardo do Campo;

IV - atualização cadastral no Fundo Social de Solidariedade de São Bernardo do Campo - FSS, para o ano de 2026;

V - regularidade fiscal, dada pelas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (Receita Federal/PGFN), Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Certidão de Tributos e Rendas Municipais;

VI - ausência de Pareceres Conclusivos Desfavoráveis emitidos sobre prestações de contas de recursos anteriormente repassados;

VII - ausência de sentenças que julgaram contas irregulares da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP;

VIII - ausência de inscrição na Relação de Apenados do TCESP; e

IX - que a entidade não atue, exclusivamente, como creche por meio de parceria com a Secretaria de Educação do Município de São Bernardo do Campo, tendo outras atuações sociais dentro do território municipal.

Art. 4º Entidades que atuem em ambas as categorias de serviço citadas nos incisos I e II do § 1º do art. 2º desta Lei, devem escolher em qual se enquadrar, sendo vedada a acumulação de categorias.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão executadas à conta de dotações já consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo,
29 de abril de 2026

MARCELO DE LIMA FERNANDES
Prefeito
RICARDO SAHARA

Subprocurador Contencioso Respondendo pelo Expediente
da Procuradoria Geral do Município

TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI

Secretária da Fazenda

ANA PAULA FERENCILE DA SILVA MARÇAL

Secretária de Governo

Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete

ERIKA JULIANE NAKAMURA

Secretária Chefe de Gabinete

ANEXO I

(Anexo à Lei Municipal nº 7.590, de 29 de abril de 2026)

ENTIDADES QUE EXECUTAM SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CANTINHO DA MEIMEI	67.187.484/0001-09
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ	02.653.857/0009-93
ASSOCIAÇÃO SÃO LUIZ	45.947.945/0001-10
C.A.S.A. - COMUNIDADE DE AMPARO SOCIAL E ASILAR	08.516.990/0001-27
CASA DE SÃO VICENTE DE PAULO - JD. DOS VELHINHOS DO ABC	44.354.710/0001-95
CASA DOS VELHINHOS DONA ADELAIDE	55.054.738/0001-23
CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA	58.157.710/0001-00
LAR ESCOLA PEQUENO LEÃO	43.330.125/0001-92
LAR ESCOLA JESUE FRANTZ	55.062.111/0001-14

ANEXO II

(Anexo à Lei Municipal nº 7.590, de 29 de abril de 2026)

ENTIDADES QUE EXECUTAM SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ALDEIAS INFANTIS SOS	35.797.364/0019-58
AMAS ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL	44.383.164/0001-10
APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	67.180.091/0001-65
ASIITE - ASSOCIAÇÃO SANTO INÁCIO PARA INTEGRAÇÃO DO TRABALHADOR ESPECIAL	58.166.281/0001-37
ASIMD ASSISTÊNCIA SOCIAL IRMÃ MARIA DOLORES	50.938.877/0001-04
ASSISBRAC - ASSISTÊNCIA SOCIAL BENEFICENTE DE RESGATE AO AMPARO À CRIANÇA	00.513.882/0001-99
ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL CARLOS HENRIQUE THOMAZ	06.942.440/0001-44
ASSOCIAÇÃO BELENZINHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.022.136/0001-89
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO PROGREDIR INFINITO	55.038.467/0001-12
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SHEKINAH	69.253.813/0001-90
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA E RESGATE DA CIDADANIA "ASSOCIAÇÃO PADRE LEO COMMISSARI"	04.422.261/0001-50

ASSOCIAÇÃO PRESBITERIANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	47.282.991/0001-06
AVCC - ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS NO COMBATE AO CÂNCER DO ABC	03.149.723/0001-45
CAMP SBC - CENTRO DE FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL	43.345.917/0001-30
CASA NEON CUNHA	37.211.131/0001-28
CASA TRANSITÓRIA DOS SERVIDORES DE MARIA	55.039.101/0001-68
CENTRO COMUNITÁRIO DAS CRIANÇAS DE NOSSA SENHORA DE GUADALUPE DO JARDIM LAURA	69.117.349/0001-04
CENTRO CULTURAL AFRO BRASILEIRO FRANCISCO SOLANO TRINDADE	03.409.038/0001-00
CENTRO SOCIAL MAXIMILIANO KOLBE	12.876.633/0001-47
CONGREGAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA - CASA DAS CRIANÇAS MENINO JESUS	17.257.510/0007-37
CRIANÇA VIDA NOVA	04.233.639/0001-78
GRUPO ASSISTENCIAL BORÉIA	06.011.430/0001-95
IDE EVANGELIZAR	40.807.977/0001-30
INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL JARDIM DE ESPERANÇA	02.732.586/0001-04
INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL EMMANUEL	59.150.318/0001-00
INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL IRMÃO PALMINHA	06.136.011/0001-80
INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL MEIMEI	51.127.835/0001-48
INSTITUTO CATIVAR	21.595.443/0001-42
INSTITUTO GERAÇÃO FUTURA	07.574.330/0001-30
INSTITUTO MARIA JOSÉ ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - PROJETO CARIDADE	07.839.450/0001-11
LAR DA CRIANÇA EMMANUEL	59.122.721/0001-17
LAR MARIA AMÉLIA ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL	44.379.667/0001-12
MINISTÉRIO DE AÇÃO SOCIAL DA IGREJA BATISTA MANANCIAL	06.013.803/0001-67
MOVIMENTO AMOR E TRABALHO	50.946.805/0001-09
NÚCLEO DE APOIO AO PEQUENO CIDADÃO	05.218.684/0001-16
OBRAS SOCIAIS SÃO PEDRO APÓSTOLO	43.322.189/0001-41

ORGANIZAÇÃO SKATE SOLIDÁRIO	08.574.011/0001-97
SEMEA - SEMENTES DO AMANHÃ/INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	05.162.747/0001-60
SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA BORDA DO CAMPO	19.994.967/0001-64
SOCIEDADE FRATERNITAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	05.634.011/0001-47

Processo nº 40237/2026

LEI Nº 7.591, DE 29 DE ABRIL DE 2026

Projeto de Lei nº 076/2026 - Executivo Municipal

Dispõe sobre alteração do Anexo II, da Lei Municipal nº 7.574, de 18 de março de 2026, que dispõe sobre autorização de uso de vias e logradouros públicos, de áreas de domínio público, inclusive o subsolo e o espaço aéreo e obras de arte de domínio municipal, para a realização de obras ou serviços de implantação, instalação, ampliação, manutenção, substituição, relocação, remoção, passagem e quaisquer melhorias das estruturas e equipamentos destinados à prestação de serviços públicos ou privados de infraestrutura urbana, e dá outras providências.

MARCELO DE LIMA FERNANDES, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º O Anexo II da Lei Municipal nº 7.574, de 18 de março de 2026, passa a vigorar de acordo com o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se todos os atos administrativos eventualmente efetivados pelo Município fundamentados nesta Lei.

São Bernardo do Campo,
29 de abril de 2026

MARCELO DE LIMA FERNANDES
Prefeito

RICARDO SAHARA

Subprocurador Contencioso Respondendo pelo Expediente
da Procuradoria Geral do Município

RONALD FRANÇA RIBEIRO

Secretário de Projetos e Obras

MILENA GRACIANO

Secretária de Planejamento Urbano

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA BORTOLETTO

Secretário de Serviços Urbanos

RONALDO ALVES VITALE PERRUCCI

Secretário de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal

FRANCISCO JOSÉ CARONE GARCIA

Secretário de Transporte, Mobilidade e Infraestrutura

CARLOS ROBERTO MACIEL

Secretário de Justiça

TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI

Secretária da Fazenda

ANA PAULA FERENCILE DA SILVA MARÇAL

Secretária de Governo

Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete

ERIKA JULIANE NAKAMURA

Secretária Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

(Anexo à Lei Municipal nº 7.591, de 29 de abril de 2026)

TABELA DE INFRAÇÕES DA LEI Nº 7.574, DE 18 DE MARÇO DE 2026

DESCRIÇÃO	INFRAÇÃO	VALOR
		R\$

UTILIZAR VIAS, LOGRADOUROS PÚBLICOS, ESPAÇO AÉREO, SUBSOLO, PARA IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO URBANO DESTINADO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA POR ENTIDADE DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, SEM O ALVARÁ DE INSTALAÇÃO SUBTERRÂNEA OU AÉREA.	Art. 3º	6.200,00
NÃO RECOMPOR INTEGRALMENTE AS ÁREAS PÚBLICAS E OS EQUIPAMENTOS URBANOS AFETADOS PELA OBRA (PAVIMENTO, GUIAS, SARJETAS E PASSEIO PÚBLICO etc.)	Art. 10, inciso I	6.200,00
NÃO REPARAR O PAVIMENTO FLEXÍVEL EM CONFORMIDADE COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA CORTE E REPARO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, ANEXO I DESTA LEI.	Art. 10, inciso II	6.200,00
NÃO REMOVER: O ENTULHO DA OBRA, OS EQUIPAMENTOS OU QUALQUER OUTRO MATERIAL, EM ATÉ 24h APÓS A CONCLUSÃO DA OBRA	Art. 10, inciso III	3.100,00
NÃO SINALIZAR O LOCAL DA OBRA EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, SEUS REGULAMENTOS E DEMAIS NORMAS DETERMINADAS DA AUTORIDADE MUNICIPAL COMPETENTE.	Art. 10, inciso IV	3.100,00
NÃO PRESERVAR NA CALÇADA OU PASSEIO PÚBLICO, ESPAÇO EM, NO MÍNIMO 1,20 m PARA CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES OU O ACESSO À IMÓVEL PARTICULAR OU PÚBLICO.	Art. 10, inciso V	1.650,00
NÃO CONSERVAR E NÃO FISCALIZAR, PERMANENTEMENTE, OS EQUIPAMENTOS URBANOS, DEIXANDO DE ASSEGURAR AS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, INCLUSIVE DE SEGURANÇA.	Art. 10, inciso VI	1.650,00
NÃO FIXAR CHAPAS DE AÇO, EM TODOS OS LOCAIS, ONDE HOUVER INTERVENÇÃO DO PAVIMENTO DA VIA PÚBLICA, ATÉ QUE SEJA POSSÍVEL REALIZAR A RECOMPOSIÇÃO DEFINITIVA DELA.	Art. 10, inciso VII	6.200,00
NÃO RESPEITAR: AS ESPECIFICAÇÕES, RESTRIÇÕES DOS DIAS E/OU HORÁRIOS DEFINIDOS PELO ÓRGÃO DE TRÂNSITO MUNICIPAL, QUANTO AOS DIAS E/OU HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRA	Art. 10, inciso VIII	3.100,00
NÃO COMUNICAR À MUNICIPALIDADE EVENTOS RELACIONADOS COM A ÁREA PÚBLICA OBJETO DA AUTORIZAÇÃO, QUE EXIJAM A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	Art. 10, inciso IX	3.100,00
UTILIZAR OS EQUIPAMENTOS URBANOS E A ÁREA PÚBLICA OBJETO DA AUTORIZAÇÃO PARA QUALQUER FINALIDADE DIVERSA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.	Art. 10, inciso X	6.200,00
MANTER ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO NA OBRA	Art. 10, inciso XI	3.100,00

CEDER, LOCAR OU SUBLOCAR A ÁREA OBJETO DA AUTORIZAÇÃO DE USO A TERCEIROS, SEM A EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.	Art. 10, inciso XII	6.200,00
IMPEDIR OU EMBAÇAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO PODER PÚBLICO OU DE OUTRAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO MUNICÍPIO.	Art. 10, inciso XIII	6.200,00
NÃO PROMOVER, A ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OU OUTRAS MODIFICAÇÕES FUNDAMENTADAS NO INTERESSE PÚBLICO.	Art. 10, inciso XIV	6.200,00
REALIZAR, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, A MODIFICAÇÃO, A AMPLIAÇÃO, A ATUALIZAÇÃO, REPARO OU A SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS RELACIONADOS COM A ÁREA DE INTERVENÇÃO.	Art. 10, inciso XV	3.100,00
NÃO OBSERVAR A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL RELATIVAMENTE ÀS POSTURAS, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO USO DE EQUIPAMENTOS QUE POSSAM CAUSAR POLUIÇÃO SONORA.	Art. 10, inciso XVI	3.100,00
NÃO MANTER NO CANTEIRO DA OBRA AUTORIZADA, AO MENOS UMA CÓPIA IMPRESSA DO CADASTRO DETALHADO DE INTERFERÊNCIAS NO CAMINHAMENTO E ENTORNO DA OBRA	Art. 10, inciso XVII	6.200,00
NÃO DISPONIBILIZAR AO MUNICÍPIO, AO FINAL DA OBRA, O CADASTRO DA INTERVENÇÃO AUTORIZADA, EM ARQUIVO DIGITAL NOS TERMOS DO ARTIGO 1º, INCISO IX.	Art. 10, inciso XVIII	3.100,00
NÃO MANTER A INTEGRIDADE E QUALIDADE DA RECOMPOSIÇÃO DO PAVIMENTO, DAS GUIAS, SARJETAS E PASSEIO PÚBLICO ETC., PELO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS APÓS A INTERVENÇÃO, SENDO OBRIGADA A REFAZER OS SERVIÇOS SEM ÔNUS AO MUNICÍPIO EM CASO DE SURGIMENTO DE RECALQUES, FISSURAS OU DEFORMAÇÕES NESSES ELEMENTOS DO LOGRADOURO PÚBLICO.	Art. 10, inciso XIX	120,00 (a cada m²)
NÃO EFETUAR O RECAPEAMENTO DE TODAS AS FAIXAS DO LEITO CARROÇÁVEL DA VIA, NA LARGURA E/OU NA EXTENSÃO COMPREENDIDA ENTRE AS DUAS VIAS TRANSVERSAIS (A QUADRA), INCLUINDO AS EMBOCADURAS ONDE FOI EFETUADA A INTERVENÇÃO. SERÁ COBRADO DO AUTORIZADO O VALOR UNITÁRIO DE R\$120,00 (CENTO E VINTE REAIS) PARA CADA M² (METRO QUADRADO) DO LEITO CARROÇÁVEL NÃO RECAPEADO. (EX. TOTAL LEITO A RECAPEAR DE 1000M², DEVERÁ SER COBRADO 1000 VEZES O VALOR UNITÁRIO)	Art. 12, § 1º e ITENS 3.3.1, 3.3.2 e 3.3.3 da INCRPF.	120,00 (a cada m²)

NÃO APRESENTAÇÃO, NO PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS, DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO QUE JUSTIFIQUE A INTERVENÇÃO EMERGENCIAL EM VIAS, OU A FALTA DE COMUNICAÇÃO EM ATÉ 90 (NOVENTA) MINUTOS DO INCIDENTE, INDEPENDENTEMENTE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PAVIMENTO EXISTENTE ONDE OCORREU A INTERVENÇÃO.	Art. 3º, § 2º e Art. 12, §§ 3º e 4º.	6.200,00
IMPLANTAR EQUIPAMENTOS CLANDESTINOS, CONSIDERADOS COMO TAIS AQUELES IMPLANTADOS EM DESCONFORMIDADE COM O ESTABELECIDO NA LEI MUNICIPAL.	Art.18	6.200,00
NÃO TEREM FORNECIDO, NO PRAZO ESTABELECIDO PELO MUNICÍPIO, OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS À EDIÇÃO DA RESPECTIVA AUTORIZAÇÃO.	Art. 19, § 1º.	3.100,00
NÃO COMUNICAR À MUNICIPALIDADE, A ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL, FUSÃO, CISAÇÃO OU INCORPORAÇÃO DA PESSOA AUTORIZADA, NO PRAZO DE 01(UM) MÊS A PARTIR DA SUA CELEBRAÇÃO.	Art. 20	6.200,00
FIXAÇÃO DO TAMPÃO DOS POÇOS DE VISITA OU DE INSPEÇÃO EM DESACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA DE CORTE E REPARO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS -INCRPF, ANEXO I DESTA LEI.	Item 6.1 da INCRPF	3.100,00

Processo nº 1020/2026 e MO nº 23434/2026
DECRETO Nº 23.246, DE 29 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre suplementação de dotações orçamentárias.

MARCELO DE LIMA FERNANDES, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o disposto nos artigos 9º e 10 da Lei nº 7.526, de 05 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art.1º. É aberto na Secretaria da Fazenda, crédito adicional no valor de R\$ 2.858.780,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

			R\$
01.012.3.3.90.30.00.04.124.0001.2009.01	0021-2	Fortalecimento do Controle Interno	10.000,00
07.070.3.3.91.18.00.12.364.0005.2048.01	0218-3	Apoio ao Ensino Superior	1.848.780,00
18.184.3.3.50.39.00.18.541.0016.2125.03	1173-2	Gestão da política de meio ambiente	1.000.000,00

Art.2º. O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

I – Anulação parcial das seguintes dotações:

			R\$
01.012.4.4.90.52.00.04.124.0001.1008.01	0019-9	Investimento no controle interno	10.000,00
88.880.4.4.90.61.00.28.122.0001.0003.01	1440-5	Gestão das indenizações e Restituições	1.848.780,00

II - Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025, referente à rubrica municipal 7126 – COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM PECUNIA, chave FMRA, código de aplicação 03.100.00005, conta corrente 006000710173, agência 0346, Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo,
29 de abril de 2026
MARCELO DE LIMA FERNANDES
Prefeito

RICARDO SAHARA
Subprocurador Contencioso Respondendo pelo Expediente
da Procuradoria Geral do Município
TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI
Secretária da Fazenda
Registrado na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete
ERIKA JULIANE NAKAMURA
Secretária Chefe de Gabinete

Processo nº 41743/2022
PORTARIA Nº 10.475, DE 28 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre alteração da Portaria nº 10.297, de 12 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Gestão 2025/2028, e dá outras providências.

MARCELO DE LIMA FERNANDES, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 4.495, de 3 de junho de 1997, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e a criação do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, mormente o § 1º do art. 3º desta Lei, e considerando a instrução do processo administrativo nº 41743/2022,

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 10.297, de 12 de janeiro de 2025 que dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Gestão 2025/2028, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**
I -
a)
1. titular: Margarete de Oliveira Paiva;
2. suplente: Carlos Takeo Ishikawa;
.....” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de abril de 2026.

São Bernardo do Campo,
28 de abril de 2026
MARCELO DE LIMA FERNANDES
Prefeito
Registrada na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete
ERIKA JULIANE NAKAMURA
Secretária Chefe de Gabinete

Processo nº 48591/2025
PORTARIA Nº 10.476, DE 28 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a alteração da Portaria nº 10.358, de 22 de maio de 2025, que dispõe sobre a constituição da Comissão Técnica das Parcerias Público-Privadas - CTPPP no Município de São Bernardo do Campo, nos termos do Decreto Municipal nº 22.937, de 20 de maio de 2025.

MARCELO DE LIMA FERNANDES, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o que consta no processo administrativo nº 48591/2025.

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 10.358, de 22 de maio de 2025, que dispõe sobre a constituição da Comissão Técnica das Parcerias Público-Privadas - CTPPP no Município de São Bernardo do Campo, nos termos do Decreto Municipal nº 22.937, de 20 de maio de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações.

“**Art. 2º**
.....
.....” (NR)

VI-A. Camila Nucci de Oliveira Costa - matrícula nº 46.933 - PGM;
.....” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo,
28 de abril de 2026
MARCELO DE LIMA FERNANDES
Prefeito
Registrada na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete
ERIKA JULIANE NAKAMURA
Secretária Chefe de Gabinete

Processo nº 21567/2023
PORTARIA Nº 10.477, DE 29 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre alteração da Portaria nº 10.319, de 20 de março de 2025, que dispõe sobre a composição do Conselho Diretor do Fundo de Assistência ao Esporte - FAE, e dá outras providências.

MARCELO DE LIMA FERNANDES, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o art. 6º da Lei Municipal nº 4.967, de 10 de maio de 2001, e considerando a instrução do processo administrativo nº 21567/2023, deste Município,

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 10.319, de 20 de março de 2025, que dispõe sobre a composição do Conselho Diretor do Fundo de Assistência ao Esporte - FAE, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

I - -----
a) Presidente: Maurício Cardozo - Secretário de Esportes e Lazer;
-----” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo,
29 de abril de 2026

MARCELO DE LIMA FERNANDES

Prefeito

Registrada na Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete

ERIKA JULIANE NAKAMURA

Secretária Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 23.197, DE 6 DE MARÇO DE 2026 – (P. nº 21413/2003) - Dispõe sobre permissão de uso de próprio municipal a Wellington Rodrigues Ignácio, para instalação de banca em feira livre, revoga o Decreto Municipal nº 14.615, de 16 de fevereiro de 2004, e dá outras providências.

DECRETO Nº 23.202, DE 12 DE MARÇO DE 2026 – (P. nº 11568/2026, 4843/2025 e 33104/2011) - Dispõe sobre permissão de uso de próprio municipal a Daniel da Silva Santos, para instalação de banca em feira livre, revoga o Decreto Municipal nº 22.762, de 29 de outubro de 2024, e dá outras providências.

DECRETO Nº 23.244, DE 27 DE ABRIL DE 2026 – (P. nº 9576/2026) - Dispõe sobre revogação do Decreto Municipal nº 16.782, de 2 de abril de 2009, que dispõe sobre permissão de uso de próprio municipal, caracterizado como boxe de mercado, a Hsu Chih Fang, e dá outras providências.

ERRATA

Errata ao Decreto nº 23.245, de 27 de abril de 2026, publicado no Jornal “Notícias do Município”, Edição Especial nº 2637, de 27 de abril de 2026, fls. 02.

ONDE SE LÊ:

“Processo nº 001020/2026

DECRETO Nº 23.245, DE 23 DE ABRIL DE 2026

LEIA-SE:

“Processo nº 001020/2026

DECRETO Nº 23.245, DE 27 DE ABRIL DE 2026

SCG-1, 29/04/2026

Secretaria de Gestão de Pessoas
Departamento de Gestão de Pessoas

COMUNICADO - NOMEAÇÃO SEM VÍNCULO EFETIVO

Comunicamos a todos(as) que forem nomeados(as) para exercer cargos em comissão, por meio de **Portaria publicada no Jornal Notícias do Município - desta edição**, que deverão comparecer no Atendimento ao Servidor, localizado na Praça Samuel Sabatini, nº 50 - Centro - São Bernardo do Campo (dependências da antiga Câmara Municipal), impreterivelmente, **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**, a contar do primeiro dia útil da publicação da nomeação, no horário das **8h30 às 16h, portando os documentos (cópias e declarações impressas e assinadas) constantes no site Portal do Servidor** <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/documentos-obrigatorios-pos-nomeacao-em-cargo-em-comissao>, para fins de conferência de cumprimento de requisitos, abertura de conta bancária, agendamento de exame médico admissional e formalidades de praxe, sob pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação, por não cumprimento de prazo de posse estabelecido em legislação vigente.

COMUNICADO - NOMEAÇÃO COM VÍNCULO EFETIVO

Informamos a todos os funcionários efetivos que foram nomeados para exercer **cargos em comissão ou atribuição de função gratificada**, por meio de Portarias publicadas nesta edição do Jornal Notícias do Município, deverão comparecer na Praça Samuel Sabatini, nº 50 - Centro - São Bernardo do Campo (dependências da antiga Câmara Municipal), para assinatura do termo de posse e formalidades de praxe, no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar do primeiro dia útil da publicação da nomeação, sob pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação/atribuição, por não cumprimento de prazo de posse estabelecido em legislação vigente.

COMUNICADO - DESLIGAMENTO

Informamos a todos os funcionários que se desligarem, por motivo de exoneração ou aposentadoria, que a quitação da conta final será realizada após o cumprimento dos seguintes requisitos: entrega de declaração de bens atualizada, devolução do crachá funcional e cartão de estacionamento do Paço Municipal, caso possua, bem como folha de frequência devidamente atestada e informação sobre a não detenção de bens.

A declaração de bens atualizada, o crachá funcional* e o cartão de estacionamento do Paço Municipal*, deverão ser entregues ao superior imediato, que os encaminhará para o Serviço de Elaboração de Cálculos Trabalhistas - SEGE-122.3, com atestação da frequência e a informação sobre a não detenção de bens.

Obs: estes itens deverão ser inutilizados pelo superior imediato, informando que o fez no memorando a ser enviado para o SEGE-122.3.

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

GIOVANNA LUCIO DOS SANTOS

Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - SEGE-13
DIVISÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR

O Departamento de Gestão de Pessoas do Município de São Bernardo do Campo **CONVOCA** os servidores abaixo discriminados, a comparecer na Divisão de Saúde do Servidor - SEGE-13, situada na Praça Samuel Sabatini, 50 - Centro - São Bernardo do Campo, até o dia **15/05/2026, impreterivelmente**, para regularização inerente à concessão de Licença para Tratamento de Saúde.

O não comparecimento no prazo acima estipulado implicará na adoção das providências cabíveis pela Divisão de Saúde do Servidor.

Nº Registro Edital de Convocação	Matrícula	Nome
4788	40830	ADRIANA ANGELA MARCIANO
4696	49448	ADRIANA ANTONIO DOS SANTOS
4739	40386	ADRIANA BATISTA MARTINS
4796	26127	ALBA VALERIA BERMEJO DO AMARAL
4799	39509	ALESSANDRA QUEIROZ DE ALMEIDA
4772	44503	ALEXSSANDRO SANTOS DE SOUZA
4748	47041	ALINE MUNARI ORVATI
4744	48748	ALINY ROCA MONTALVÃO
4770	48124	AMANDA VILAS BOAS
4820	37756	ANA CAROLINA CAMPOS
4753	39880	ANA KARINA BERALDO DE OLIVEIRA
4838	42014	ANA PAULA SAMPAIO VARELA DE PAZ
4779	38375	ANDRESSA OLIVO CARVALHO
4697	49906	ANDREZA CRISTINA COSTA MANGELO
4708	31427	ANTONIA LUCIA PALMEIRA
4711	26974	ANTONIO SANTOS DE OLIVEIRA

4741	44774	APARECIDA NEVES SAMPAIO
4698	55142	ARIANE BRITO LEITE
4786	49852	BARBARA TAVARES SANTOS
4843	55337	BIANCA DOS ANJOS NONATO
4831	55538	CAMILA DE OLIVEIRA NORONHA SANTOS
4844	39698	CAMILA NUNES GUIMARAES RAMOS
4837	48996	CAMILA SILVA COSTA
4713	43756	CAMILY DE FREITAS BORGES
4819	47835	CARLA COPPOLA
4816	43789	CARLA CRISTINA QUARTAROLO
4746	43254	CHRISTINE BARRETO DO NASCIMENTO
4729	54463	CLEIDE PEREIRA DOS SANTOS CEZARINO
4775	32204	CRISLAINE MATEUS
4714	49182	CRISTIANE REGINA CRUZ LEMOS
4703	26648	CRISTINA RODRIGUES DA SILVA
4751	37428	DAIANE GUEDES FIGUEIREDO
4773	49922	DANELA FERNANDES DE LIMA
4791	27189	DANIELE APARECIDA RODRIGUES GERIZANI
4692	40522	DANIELLA CRISTINE DE ALMEIDA TEODORO DOS SANTOS
4841	38008	DANIELLE CRISTINA DE SOUZA
4769	41623	DENISE VALENTE LOPES MARTINS
4732	55869	ELAINE DE CASSIA FERREIRA SIQUEIRA
4737	40568	ELAINE SILVA NASCIMENTO SIDRONIO
4726	38378	ELISABETH RODRIGUES DOS SANTOS
4817	49493	EMILY SOUZA NASCIMENTO
4792	49475	ENZO LUIGI MARTINELI SANTAROSA
4750	48684	ERICO MARINS
4738	36940	FABIANA ALVES DE SOUZA
4822	32192/38912	FABIANA DA CONCEICAO ALVES DE FREITAS
4812	54920	FABIANA DA SILVA DE MELO
4768	43380	FERNANDA MARIA RODRIGUES DOS SANTOS
4823	42203	FLAVIA RAMOS NEVES
4789	35677	GABRIELA DE JESUS RAMOS
4761	37540	GILDECE MARIA DOS SANTOS NUNES
4797	48892	GUSTAVO LOPES DA COSTA
4840	24421	IRACEMA LOUZA RODRIGUES
4709	42624	JANAINA DE OLIVEIRA GOES
4760	40060	JAQUELINE APARECIDA VIANA
4763	32937	JAQUELINE GOMES DE OLIVEIRA
4720	42205	JESSICA FIQUEIRA DOS SANTOS TAVARES
4804	17555	JORGE DE ALMEIDA SANTOS
4807	48640	KAREN CORREIA DE SOUZA
4801	46761	KARINA FONTES FROSSARD LUCA
4733	49965	KARLA SANTOS DOS PRAZERES
4780	39232	KAROLINA TEIXEIRA DA SILVA
4782	49324	KATIA PEREIRA DOS SANTOS
4712	49641	KLEBSON RODRIGUES RAIMUNDO
4778	55417	LARISSA CRISTINA GENANO
4794	49913	LARISSA ALMEIDA SILVA DE SOUZA
4785	34808	LILIAN PEREIRA SANTOS DAMASCENO DE LIMA
4800	48247	LORRAINE CANUTO ROSA MOFATTO
4776	39571	LUANE CHRISTINA GOMES DA SILVA DE LIMA
4702	38247	LUCIA CERQUEIRA PEREIRA
4716	54815	LUCIA DE FATIMA BARROSO GUIMARAES
4832	43734	LUCIANA APARECIDA TREVIZAN BUENO
4731	34414/49329	LUCIANA VILAS BOAS
4752	49505	LUZENILDE BEZERRA ALVES
4829	32117	MAGALI APARECIDA RODRIGUES DA SILVA

4845	56857	MARCELA EVELYN DA SILVA
4722	64242	MARCELO LUIS FERRIRA
4821	54946	MARCIA ALVES CAETANO
4815	56839	MARCIA RODRIGUES DA SILVA
4736	44871	MARIA DE FATIMA APARECIDA DE MELO
4828	39540	MARIA JOSE PAIOLLA
4735	36109	MARISA SANTOS ALCANTARA DE LISBOA
4834	49360	MARLENE DE MELLO PEREIRA
4701	54219	MARLENE MIRANDA MOTA
4824	48349	MAYRA SANTOS BARBOSA
4740	41004	MEIRE GOMES DE SOUZA
4774	41124	MICHELE SANTIAGO HACKBARTH
4723	42346	NAJARA BEARZATTO PRADO TORQUATO DE ARAUJO
4842	55466	NATHALIA SANTOS GUEDES DA SILVA
4833	42731	PAMELA URVINIS ESTURARI
4707	36319	PATRICIA CONCEICAO DA SILVA
4827	39512	PAULA JAQUELINE STOFEL
4694	39813	PAULO EDUARDO AMARAL PIMENTEL
4706	39680	PETULIA COSTA DE REZENDE
4811	45639	RAFAELA LEAL OLIVEIRA ALVES
4767	49850	RAQUEL DE SOUZA PEREIRA
4695	32813	REGIANE DE CARVALHO
4710	37355	RENATA ISABEL SPINELLI
4693	30310	ROSANGELA SOARES RAYMUNDO
4747	55291	ROSECLAIR SOUSA DOS ANJOS ALVES
4734	33277	ROSEMARI MONTEIRO DE SOUZA CAETANO
4836	43827	SANDRA CASSIA MALDONADO
4755	46255	SERGIO DHANIEL BUENO PERETTI
4718	56312	SHEILA CRISTINA FERREIRA SILES
4784	56577	TALITA LOPES XAVIER GOMES
4795	54369	TANIA REGINA RIBEIRO
4743	41165	TATIANA PEREIRA CANDIDO
4787	49810	TATIANA SILVA DE OLIVEIRA LIMA
4759	39739	TAIANE ANDRADE BRICHESI
4715	45399	TATIANE DE OLIVEIRA GOMES
4704	39979	THAILA ARANTES CARDOSO
4809	43021	THATIANY ALVES LOPO
4719	47874	THEODORO DE OLIVEIRA SILVA
4803	38980	TICIANE NEKRASIUS MURARO
4783	43545	VALERIA REZENDE PRAXEDES
4814	42356	VANESSA CANDIDO DA SILVA
4754	56545	VANESSA CREPALDI
4802	40309	VANESSA PEREIRA DOS SANTOS
4749	46751	VERONICA DE FATIMA ARRUDA BOTELHO

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

GIOVANNA LUCIO DOS SANTOS

Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - SEGEP-13

DIVISÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR

O Departamento de Gestão de Pessoas do Município de São Bernardo do Campo **CONVOCA** os servidores a seguir relacionados, para comparecerem impreritavelmente na data e horário agendados, no Departamento de Gestão de Pessoas - Divisão de Saúde do Servidor (dependências da antiga Câmara Municipal), situado à Praça Samuel Sabatini, 50 - Centro - São Bernardo do Campo, munido de relatório e exames médicos.

MATRICULA	NOME	DATA	HORÁRIO	MOTIVO
56842	ALAN FRANCISCO DOS ANJOS	15/05/2026	08h	Perícia Médica
54841	ANDREA CRISTINA DE PAULA COSTA	05/05/2026	08h	Perícia Médica
61791	FABIO DA MOTA SANTOS	12/05/2026	14h	Junta Médica

55365	FRANCIELLY FERNANDES TONON	15/05/2026	09h	Junta Médica
34596	GISLAINE ERICA BARREIRA	13/05/2026	15h	Junta Médica
36463	JAQUELINE DE OLIVEIRA ESTEVAM	12/05/2026	15h	Junta Médica
27408	LEILA MORGADO DA SILVA	07/05/2026	09h	Junta Médica
61786	NIVALDO RENAN SILVA DOS SANTOS	11/05/2026	13h	Perícia Médica
42535	RICARDO VIEIRA SILVEIRA	06/05/2026	13h	Perícia Médica
56630	ROBERTO PINTO	15/05/2026	10h	Junta Médica
49731	ROSANGELA APARECIDA INACIO	14/05/2026	14h	Junta Médica
38166	ROSELAINE RODRIGUES DE MELO	07/05/2026	10h	Junta Médica
39127/43419	SALMA REGINA BISCHOFF GERMANOS MARTINS	13/05/2026	14h	Junta Médica
27221	SIMONE PELEGRINO CARVALHO	14/05/2026	15h	Junta Médica
54828	SIMONE VICENTE CARDOSO	11/05/2026	15h	Junta Médica
44578	SUELI MARA BRANCALHAO	06/05/2026	09h	Junta Médica
55579	SUELI MARA BRANCALHÃO	06/05/2026	10h	Junta Médica
54975	VERA LUCIA DE SOUZA	11/05/2026	14h	Junta Médica

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

GIOVANNA LUCIO DOS SANTOS

Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Departamento de Gestão de Pessoas do Município de São Bernardo do Campo **NOTIFICA** os ex-funcionários a seguir relacionados, a comparecerem a este Departamento, situado na Praça Samuel Sabatini, 50 - Centro - São Bernardo do Campo - SP (dependências da antiga Câmara Municipal), no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar desta publicação, para fins de regularização de pendências referentes à conta final.

COMUNICA ainda que o não comparecimento dentro do prazo estabelecido acarretará a adoção das providências pertinentes.

31.593-5	VANIA LEAL DE OLIVEIRA	48.394-4	VITORIA LAIS DE SOUZA RAMOS
39.047-6	ELIANA BARBOSA DA SILVA	48.558-0	CAMILA BEATRIZ DE ARAUJO
44.769-5	THAIS DOS SANTOS MELO	48.711-8	ROBERTA CANDIDO DE MENEZES
45.511-7	ALEXANDRE ANDRADE DA SILVA	48.715-0	BEATRIZ DA SILVA GOMES DOS SANTOS
45.728-2	CRISTIANE DE SOUZA ANDRADE LOPES	48.764-7	CELIANE DO CARMO DE QUEIROZ
45.919-5	LUCAS AGENITO MEDEIROS DA SILVA	48.865-1	GABRIELLE APARECIDA DE OLIVEIRA ALVES
46.065-7	ANA CAROLINE LOPES DOS REIS	49.049-4	EDSON FERNANDES OLIVER
46.146-7	BRUNA DO NASCIMENTO GREMELMAIER	49.152-1	NAOMY GABRIELE DA SILVA PEREIRA
46.190-4	HELOISA ALVES BARBOSA DA SILVA	49.186-4	FABIANO GENEROSO
46.398-0	ANDRE ORLANDO ARRAZ MAZ	49.368-8	FELIPE CORDEIRO DA SILVA
46.402-5	ELIAS ALVES FERREIRA	49.996-9	PAMELA AUCELLI
46.478-2	DANIELA DE PAULA BARROS	54.447-9	ERIKA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA
46.524-1	FÁTIMA EMILIA GROSSO R. DE M. DOS ANJOS	55.235-7	SILVIA GOMES DE OLIVEIRA LOPEZ
46.627-1	CELIANE DO CARMO DE QUEIROZ	55.267-4	VANESSA APARECIDA SA FORTES

46.644-1	VALTER BASTOS DE ALMEIDA COSTA	55.605-0	CAIO FERNANDO DA CRUZ SANTANA
47.059-5	CRISTIANA GONÇALVES DA SILVA	55.875-1	KARINA SANTOS YASUDA
47.320-0	ANDREZA CACERES LULI	55.893-9	VINICIUS SILVA RODRIGUES
47.465-4	RAFAEL BARTOK	56.102-9	ROSALINO DE ALMEIDA LEANDRO
47.655-9	GUILHERME DE SOUZA CANDIDO	56.174-4	JOSE ERIALDO DA SILVA
47.722-0	MARLANA MIRELE RIBEIRO PEREIRA	56.238-4	LIVIA GUIMARAES ZERAIK CARDOSO
47.723-8	RAISSA PEREIRA FAJARDO	56.242-3	MARCIO FABER PIEROTE DA CUNHA
48.038-6	DEBORA FERNANDES LEAL	56.349-5	MARIA LUIZA VIANA DA SILVA
48.249-3	JOSE FRANCISCO DE SOUZA	81.486-6	DANIELA ANDRADE GUAREGNA
48.291-4	SÉRGIO PAULO FIORAVANTE	48.394-4	VITORIA LAIS DE SOUZA RAMOS
48.339-2	FRANCISCA FERREIRA DA SILVA	48.558-0	CAMILA BEATRIZ DE ARAUJO
48.358-8	LUCIANA PINHO MOREIRA	-	-

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital na forma da Lei.

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

GIOVANNA LUCIO DOS SANTOS

Diretora do Departamento

do Gestão de Pessoas - SEGEP-1

PORTARIAS E APOSTILAS ASSINADAS PELO SR. PREFEITO:

PORTARIA Nº 76638/26 - SEGEP

Designar, **FABIANA DANTAS DE MACEDO POCAS**, matrícula nº **33.295-9**, **Secretária Adjunta de Administração - GSA**, para responder pelo expediente da **Secretaria de Administração - SA**, no período de **06 de maio a 20 de maio de 2026** em razão de fruição de Férias, pelo titular do cargo, funcionário (a) **ELÓÁ GUERINI FLORES**, matrícula nº **28.873-8**.

PORTARIAS E APOSTILAS ASSINADAS PELA SRA. SECRETÁRIA:

PORTARIA Nº 76623/26 - SEGEP

Exonerar, a pedido, **PAMELA DE OLIVEIRA PEIXOTO - 45143-0**, portador(a) do RG.47833776-0 do cargo de **PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EDUCAÇÃO FÍSICA - SE-114/SE-113**, referência **"E4A"**, a partir de 27 de abril de 2026, ficando declarado vago o respectivo cargo, de acordo com o artigo 77, § 1.º, inciso I, da Lei Municipal nº 1729, de 30 de dezembro de 1968.

PORTARIA Nº 76624/26 - SEGEP

Exonerar, a pedido, **MATHEUS COSTA MAGALHÃES DE ALMEIDA - 48179-8**, portador(a) do RG.55599456-9 do cargo de **OFICIAL DE ESCOLA - SE-113**, referência **"PE1A"**, a partir de 23 de abril de 2026, ficando declarado vago o respectivo cargo, de acordo com o artigo 77, § 1.º, inciso I, da Lei Municipal nº 1729, de 30 de dezembro de 1968.

PORTARIA Nº 76625/26 - SEGEP

Exonerar, a pedido, **RICARDO VENANCIO DOS SANTOS - 48586-5**, portador(a) do RG.012272284-6 do cargo de **FISCAL DE CADASTRO TRIBUTÁRIO I - SEFAZ-6/SEFAZ-011**, referência **"27A"**, a partir de 27 de abril de 2026, ficando declarado vago o respectivo cargo, de acordo com o artigo 77, § 1.º, inciso I, da Lei Municipal nº 1729, de 30 de dezembro de 1968.

PORTARIA Nº 76626/26 - SEGEP

Exonerar, a pedido, **VANESSA FONSECA DA COSTA - 54940-3**, portador(a) do RG.42569983-3 do cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SE-113**, referência **"E4A"**, a partir de 24 de abril de 2026, ficando declarado vago o respectivo cargo, de acordo com o artigo 77, § 1.º, inciso I, da Lei Municipal nº 1729, de 30 de dezembro de 1968.

PORTARIA Nº 76627/26-SEGEP

Considerando o que consta no **Ofício Nº 29/2026**, do **Juízo da 174ª Zona Eleitoral de São Bernardo do Campo** de 23 de abril de 2026, constante no MO.022943/2026-22,

PORTARIA Nº 76628/26 - SEGEP

Considerando o **MO.22295/2026 - SE-321**, resolve:

1 - **CESSAR**, a partir de **09 de abril de 2026**, os efeitos da portaria que designou o (a) servidor(a) **ADRIANA QUERINO DE MELO SILVERIO - 37.984-8**, **PROFESSOR I EDUCAÇÃO BÁSICA - SE-112**, referência **"E2A"**, para responder pela função de **Diretor Escolar**, prevista na L.M. 6.316/2013, e suas alterações, bem como devendo ter sua carga horária fixada em **30 (TRINTA)** horas semanais, e não fará mais jus à gratificação mensal.

2 - **CESSAR**, a partir de **09 de abril de 2026**, os efeitos da portaria que designou o(a) servidor(a) **ADRIANA QUERINO DE MELO SILVERIO - 42.214-4**, **PROFESSOR I EDUCAÇÃO BÁSICA - SE-113**, referência **"E2A"**, para responder pela função de **Diretor Escolar**, prevista na L.M. 6.316/2013, e suas alterações, bem como devendo ter sua carga horária fixada em **30 (TRINTA)** horas semanais, e não fará mais jus à gratificação mensal.

PORTARIA Nº 76629/26-SEGEP

Considerando o que consta no **Memorando MO.022444/2026-SS**,

resolve:

CESSAR, a partir de **1º de maio de 2026**, o item 47 da Portaria nº 56943/2017-SA-4, que designou o (a) servidor (a) **REGINALDO GOMES DA SILVA**, matrícula **36.263-1**, **MOTORISTA**, lotação **STMI-4**, referência **"C18-C"** para prestar serviços na **SEÇÃO DE COORDENAÇÃO DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL - SAMU - SS-311**.

PORTARIA 76630/26 - SEGEP

Considerando o **MO.22010/2026 - SE-321**, resolve:

1 - **DESIGNAR**, a partir de **27 de abril de 2026**, o(a) servidor(a) **REBECA BETONI MONTEIRO BISAIO - 45.405-6**, **PROFESSOR I EDUCAÇÃO BÁSICA - SE-112**, referência **"E4B"**, para responder pela função de **Coordenador Pedagógico**, prevista na L.M. 6.316/2013 e suas alterações, bem como, **fixar** sua carga horária em **40 (QUARENTA)** horas semanais, atribuindo-lhe a gratificação mensal **da referência CP1A de 40 horas semanais**.

2 - **DESIGNAR**, a partir de **22 de abril de 2026**, o(a) servidor(a) **SARA FAGUNDES QUEIRÓS ARANHA - 46.094-0**, **PROFESSOR I EDUCAÇÃO BÁSICA - SE-112**, referência **"E2A"**, para responder pela função de **Coordenador Pedagógico**, prevista na L.M. 6.316/2013 e suas alterações, bem como, **fixar** sua carga horária em **40 (QUARENTA)** horas semanais, atribuindo-lhe a gratificação mensal **da referência CP1A de 40 horas semanais**.

PORTARIA Nº 76631/26 - SEGEP

Considerando o que consta do **Processo Digital SB.037175/2026-31**, resolve:

Conceder ao (a) servidor (a) **VALERIA FREIRE DOS SANTOS SILVA**, matrícula nº **43.621-4**, **AUXILIAR EM EDUCAÇÃO - SE-112**, licença **sem vencimentos para tratar de interesses particulares**, nos termos do artigo 185, da Lei Municipal nº 1729 de 30 de dezembro de 1968, **no período de 04 de maio de 2026 a 03 de maio de 2028**.

PORTARIA Nº 76632/26 - SEGEP

Designar, **MARCOS AURELIO DOS SANTOS SILVA**, matrícula nº **36.220-9**, **Diretor de Seção de Controle de Reservatórios de Retenção de Água - STMI-311**, para responder pelo expediente do **Departamento de Macrodrenagem - STMI-3**, no período de **04 de maio a 18 de maio de 2026** em razão de fruição de Férias, pelo titular do cargo, funcionário (a) **BRUNA REGINA MEGA PAVANELI LOPES**, matrícula nº **48.126-9**.

PORTARIA Nº 76633/26 - SEGEP

Tornar sem efeito a **Portaria nº 76533/26 - SEGEP**, que atribuiu, **ADELMO GOMES SANTOS**, matrícula nº **1.231-3**, gratificação, correspondente à diferença salarial do seu cargo em relação à referência **"B"**, prevista na Lei Municipal nº **7423/25 (DENOM. 28.52)**.

PORTARIA Nº 76634/26 - SEGEP

Cessar, a pedido, a partir de **27 de abril de 2026**, os efeitos da Portaria nº **72085/25**, que atribuiu gratificação correspondente à diferença salarial do seu cargo em, relação à referência **"Q"**, ao(a) funcionário(a) **ADRIANA OLIVEIRA DA ROCHA**, matrícula nº **24.169-5**, pelo exercício de função prevista na Lei Municipal nº 7423/2025 (**DENOM 28.49**).

PORTARIA Nº 76635/26 - SEGEP

DESIGNAR o(a) funcionário(a) **GLÁUCIA PICOLLO MORSELLI**, matrícula nº **39.755-9**, para prestar serviços no(a) **GP/FSS**, a partir de **30 de abril de 2026**.

PORTARIA Nº 76636/26 - SEGEP

Exonerar **CATIA FUJINAGA - matrícula nº 23.459-3**, do cargo em comissão de **Assessor de Direção - SEGEP/SCG-1**, referência **"T"**, a partir de **30 de abril de 2026**.

PORTARIA Nº 76637/26 - SEGEP

Exonerar **CLAUDIO FERNANDO DA SILVA GOES SEGUNDO - matrícula nº 56.558-6**, do cargo em comissão de **Diretor de Divisão de Criação - SECOM-41**, referência **"T"**, a partir de **30 de abril de 2026**.

APOSTILA Nº 52/26 - SEGEP

1. Apostilar a Portaria nº **19377/1995**, que nomeou **NEYLIMÁRCIA RIBEIRO DE ARAÚJO ALVES - 23731-3**, para exercer o cargo de **PROF I ED BAS - SE-113**, referência **"E3-H"**, para declarar que, de acordo com instruções exaradas no Processo de Pessoal 23731/T, em especial o parecer nº **129/2026** emitido pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor - CAEDS, devidamente homologado pelo seu Presidente, a referida nomeação passa a vigorar nos termos do artigo 22, inciso III, da Lei Municipal nº 1729/1968, a partir de **26/04/1997**.

2. Apostilar a Portaria nº **33039/2001**, que nomeou **PATRÍCIA YAMAGUTI AUGUSTO - 27876-9**, para exercer o cargo de **OFICIAL ADMINISTRATIVO V - SA**, referência **"12-A"**, para declarar que, de acordo com instruções exaradas no Processo de Pessoal 27876/T, em especial o parecer nº **130/2026** emitido pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor - CAEDS, devidamente homologado pelo seu Presidente, a referida nomeação passa a vigorar nos termos do artigo 22, inciso III, da Lei Municipal nº 1729/1968, a partir de **19/12/2004**.

3. Apostilar a Portaria nº **44723/2009**, que nomeou **EDILENE APARECIDA DE FARIA - 33450-3**, para exercer o cargo de **PROF I ED BAS - SE-112**, referência **"E4-A"**, para declarar que, de acordo com instruções exaradas no Processo de Pessoal 33450/T, em especial o parecer nº **131/2026** emitido pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor - CAEDS, devidamente homologado pelo seu Presidente, a referida nomeação passa a vigorar nos termos do artigo 22, inciso III, da Lei Municipal nº 1729/1968, a partir de **14/11/2012**.

4. Apostilar a Portaria nº **45581/2010**, que nomeou **LUCIMAR**

CONCEIÇÃO DE LIMA DENALDI - 35931-3, para exercer o cargo de **PROF I ED BAS - SE-112**, referência "**E1-A**", para declarar que, de acordo com instruções exaradas no Processo de Pessoal 35931/T, em especial o parecer nº **132/2026** emitido pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor - CAEDS, devidamente homologado pelo seu Presidente, a referida nomeação passa a vigorar nos termos do artigo 22, inciso III, da Lei Municipal nº 1729/1968, a partir de **07/11/2013**.

5. Apostilar a Portaria nº **66079/2022**, que nomeou **PAULO HENRIQUE DANTE FRANCO - 47481-6**, para exercer o cargo de **OFICIAL ADMINISTRATIVO I - SPU-2**, referência "**8-A**", para declarar que, de acordo com instruções exaradas no Processo de Pessoal 47481/T, em especial o parecer nº **133/2026** emitido pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor - CAEDS, devidamente homologado pelo seu Presidente, a referida nomeação passa a vigorar nos termos do artigo 22, inciso III, da Lei Municipal nº 1729/1968, a partir de **03/11/2025**.

6. Apostilar a Portaria nº **66463/2023**, que nomeou **FELIPE DOS SANTOS CAVALCANTE - 47629-0**, para exercer o cargo de **OFICIAL ADMINISTRATIVO I - SA**, referência "**8-A**", para declarar que, de acordo com instruções exaradas no Processo de Pessoal 47629/T, em especial o parecer nº **134/2026** emitido pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor - CAEDS, devidamente homologado pelo seu Presidente, a referida nomeação passa a vigorar nos termos do artigo 22, inciso III, da Lei Municipal nº 1729/1968, a partir de **14/02/2026**.

DESPACHO DA SRA. DIRETORA:

1-DEFERINDO o pedido de **CONVERSÃO DE LTS PARA ACIDENTE DE TRABALHO**, do (da) servidor (a) **SOLANGE PEREIRA DA COSTA**, matrícula **17333-5**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **968/2026**.

2-DEFERINDO o pedido de **CONVERSÃO DE LTS PARA ACIDENTE DE TRABALHO**, do (da) servidor (a) **MARCIO LEVI AVALOS PATERNO**, matrícula **27280-2**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **967/2026**.

3-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **MARLOIVA CONSUELO LEAL**, matrícula **32174-8**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2762/2026**.

4-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **ROSICLER APARECIDA FERREIRA MARTAO**, matrícula **35908-8**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2764/2026**.

5-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **LUCIENE CAVALCANTE PEREIRA**, matrícula **36024-9**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2766/2026**.

6-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **PAULO CELIO VALENTIM**, matrícula **39938-1**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2773/2026**.

7-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **ETEUVANIA POLO RODRIGUES**, matrícula **40948-3**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2767/2026**.

8-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **EDNA SILVESTRE DOS SANTOS**, matrícula **41203-6**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2758/2026**.

9-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **ANDREIA MALHEIRO DA SILVA**, matrícula **43780-4**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2769/2026**.

10-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **JEAN MARTINS NEIVA**, matrícula **45612-9**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2884/2026**.

11-DEFERINDO o pedido de **CONVERSÃO DE LTS PARA ACIDENTE DE TRABALHO**, do (da) servidor (a) **FERNANDA CASTILHO SILVA**, matrícula **49740-4**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **991/2026**.

12-DEFERINDO o pedido de **CONVERSÃO DE LTS PARA ACIDENTE DE TRABALHO**, do (da) servidor (a) **FRANCERLY CUNHA**, matrícula **54399-4**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **960/2026**.

13-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **MARIA GESSICA HENCKEMAIER BARBOSA**, matrícula **55730-7**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2763/2026**.

14-DEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **JOCELIA JESUS ALMEIDA SANTOS**, matrícula **56657-5**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2760/2026**.

15-DEFERINDO o pedido de **CONVERSÃO DE LTS PARA ACIDENTE DE TRABALHO**, do (da) servidor (a) **EMMERSON DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula **63830-9**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **984/2026**.

16-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **MARA PRISCILA DAZIO**, matrícula

31633-9, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2768/2026**.

17-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **LUCIANE PONTES**, matrícula **36009-5**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2761/2026**.

18-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **SILVIA BATISTA DOS SANTOS**, matrícula **40698-0**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2775/2026**.

19-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **FRANCIANA PEREIRA MACHADO**, matrícula **44508-3**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2778/2026**.

20-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **DANIELA NONATO DA SILVA**, matrícula **46997-8**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2776/2026**.

21-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **MARCUS VINICIUS DOS SANTOS GOMES**, matrícula **47395-9**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2777/2026**.

22-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **CAMILA DOS SANTOS VITELLO**, matrícula **48334-2**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2771/2026**.

23-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **DANIELA TORRES DE OLIVEIRA**, matrícula **48735-4**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2765/2026**.

24-DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **JESSICA SABRINA VALERIANO RUFINO**, matrícula **56080-3**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2759/2026**.

25-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4387**, do (da) servidor (a) **RUBENS EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula **25962-0/39171-5**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

26-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4424**, do (da) servidor (a) **MARIA SOLANGE DE MATOS BISPO**, matrícula **28908-5**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

27-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4371**, do (da) servidor (a) **MARISA DE OLIVEIRA CARMELLO SILVA**, matrícula **30590-8**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

28-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4360**, do (da) servidor (a) **JULIANA SOUZA DE LIMA**, matrícula **33964-2**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

29-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4366**, do (da) servidor (a) **LAZARA CONCEIÇÃO SILVA**, matrícula **35627-6**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

30-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4402**, do (da) servidor (a) **MARISA FONSECA TALARICO DIAZ**, matrícula **36006-1**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

31-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4384**, do (da) servidor (a) **RENATA DOS SANTOS OLIVEIRA**, matrícula **36118-0**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

32-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4421**, do (da) servidor (a) **TALITA ISOLDA MOTA PINHEIRO**, matrícula **36555-8**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

33-INDEFERINDO o pedido de **CONCESSÃO DE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO**, do (da) servidor (a) **TAUANA KEILA MOHAMAD**, matrícula **40215-6**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **RH.000327/2026-33**.

34-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4426**, do (da) servidor (a) **VANESSA APARECIDA DE SOUZA PINTO**, matrícula **40925-5/41444-/4**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

35-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4408**, do (da) servidor (a) **EMANUELA FERNANDES PAULINO SILVA**, matrícula **41261-2**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

36-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4347**, do (da) servidor (a) **PALOMA DE LIMA TAVARES**, matrícula **41424-0**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

37-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4417**, do (da) servidor (a) **MARGARETE DESSOTTI JACOMASSI**, matrícula **42092-2**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025**.

38-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4399**, do (da) servidor (a) **ANA CAROLINA PERES FREITAS**, matrícula **42199-4**, uma

vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

39-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4420**, do (da) servidor (a) **LETICIA FERREIRA DO VALE**, matrícula **42231-4**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

40-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4406**, do (da) servidor (a) **CARMEN NILZA CATALAN DA SILVA**, matrícula **42314-0**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

41-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4343**, do (da) servidor (a) **DEBORA LOPES ROCHA SILVA**, matrícula **45017-5**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

42-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4338**, do (da) servidor (a) **LAIS DE SOUSA COELHO**, matrícula **45472-1**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

43-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4331**, do (da) servidor (a) **JACIARA MATTOSO PINTO**, matrícula **45653-7**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

44-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4381**, do (da) servidor (a) **MARIANA BRENA DE SOUZA**, matrícula **46111-6/48580-7**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

45-INDEFERINDO o pedido de **CONCESSÃO DE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO**, do (da) servidor (a) **SAMIRA DA COSTA ALTMULLER**, matrícula **46176-8**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **RH.000302/2026-66.**

46-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4386**, do (da) servidor (a) **FABIANE FERNANDA BARBOSA DE OLIVEIRA SALES**, matrícula **47375-5**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

47-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4336**, do (da) servidor (a) **DANIEL GIOTTO RUBEM DE MACEDO**, matrícula **47458-1**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

48-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4370**, do (da) servidor (a) **RAQUEL SILVA DA CONCEIÇÃO**, matrícula **47702-6**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

49-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4339**, do (da) servidor (a) **BEATRIZ MARQUES TEODORO DE LIMA**, matrícula **47926-4**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

50-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4389**, do (da) servidor (a) **MATHEUS COSTA MAGALHAES DE ALMEIDA**, matrícula **48179-8**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

51-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4373**, do (da) servidor (a) **ERICO MARINS**, matrícula **48684-5**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

52-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4388**, do (da) servidor (a) **ESTER SANTANA DA SILVA**, matrícula **48824-8**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

53-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4412**, do (da) servidor (a) **GUSTAVO DOS SANTOS LIMA**, matrícula **48863-5**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

54-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4341**, do (da) servidor (a) **SHEILA SOUZA RODRIGUES**, matrícula **48904-3**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

55-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4393**, do (da) servidor (a) **JONATHAN DE SOUSA SILVA**, matrícula **49008-8**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

56-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4401**, do (da) servidor (a) **LUCIANA DOMINGUES GIANNOTTI**, matrícula **49362-0**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

57-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4355**, do (da) servidor (a) **BARBARA RODRIGUES SILVA**, matrícula **49422-8**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

58-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4418**, do (da) servidor (a) **FABIANA GONÇALVES LOPES**, matrícula **49605-0**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

59-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4395**, do (da) servidor (a) **GUSTAVO PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula **49712-9**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

60-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4326**, do (da) servidor (a) **RICARDO PROCOPIO DE SOUZA**, matrícula **54197-6**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

61-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4327**, do (da) servidor (a) **SIRLEI DOS SANTOS BATIDA**, matrícula **54395-2**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

62-INDEFERINDO o pedido de **PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, do (da) servidor (a) **LUCINEIA DE OLIVEIRA**, matrícula **54299-8**, conforme manifestação constante do processo nº **RH.000986/2026 00.**

63-INDEFERINDO o pedido de **PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, do (da) servidor (a) **MARIA FRANCINEIDE PEREIRA SILVA**, matrícula **54312-2**, conforme manifestação constante do processo nº **RH.000987/2026-77.**

64-INDEFERINDO o pedido de **LANÇAMENTO DE LTS**, registro nº **4365**, do (da) servidor (a) **ANDIARA SHEILA MENDES DA SILVA ASSIS**, matrícula **55522-4**, uma vez que **NÃO SE ENQUADRA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 22.978/2025.**

65-INDEFERINDO o pedido de **CONVERSÃO DE LTS PARA ACIDENTE DE TRABALHO**, do (da) servidor (a) **LEANDRO RAMOS DE OLIVEIRA**, matrícula **55789-4**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **981/2026.**

66-INDEFERINDO o pedido de **REVISÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA**, do (da) servidor (a) **CRISTINA ROCHA DO NASCIMENTO**, matrícula **61001-2**, conforme manifestação constante do requerimento/processo nº **2770/2026.**

67-INDEFERINDO o recurso interposto pela servidora **RUBIA ARMELINI DE FREITAS**, matrícula nº **23757-5**, referente à **Progressão Horizontal** prevista na Lei Municipal nº 6316/2013, conforme manifestação da Comissão de Desenvolvimento Funcional e do Departamento de Gestão de Pessoas, constante do Processo Administrativo **SB.012320/2026-18.**

68-INDEFERINDO o recurso interposto pela servidora **ANA PAULA DOMINGOS SACRAMENTO**, matrícula nº **31581-2**, referente à **Progressão Horizontal** prevista na Lei Municipal nº 6316/2013, conforme manifestação da Comissão de Desenvolvimento Funcional e do Departamento de Gestão de Pessoas, constante do Processo Administrativo **SB.012320/2026-18.**

69-INDEFERINDO o recurso interposto pela servidora **NEIRIVANDA APARECIDA DE ALMEIDA**, matrícula nº **40247-3**, referente à **Progressão Horizontal** prevista na Lei Municipal nº 6316/2013, conforme manifestação da Comissão de Desenvolvimento Funcional e do Departamento de Gestão de Pessoas, constante do Processo Administrativo **SB.012320/2026-18.**

70-INDEFERINDO o recurso interposto pela servidora **NEIRIVANDA APARECIDA DE ALMEIDA**, matrícula nº **46744-7**, referente à **Progressão Horizontal** prevista na Lei Municipal nº 6316/2013, conforme manifestação da Comissão de Desenvolvimento Funcional e do Departamento de Gestão de Pessoas, constante do Processo Administrativo **SB.012320/2026-18.**

71-INDEFERINDO o recurso interposto pelo servidor **WAGNER DE OLIVEIRA SILVA**, matrícula nº **47286-4**, referente à **Progressão Horizontal** prevista na Lei Municipal nº 6316/2013, conforme manifestação da Comissão de Desenvolvimento Funcional e do Departamento de Gestão de Pessoas, constante do Processo Administrativo **SB.023851/2026-59.**

COMUNICADO DE DESLIGAMENTO Nº 17/2026.

01- APARECIDA ALICE LUGLI - 19615-1, AUXILIAR DE LIMPEZA - SE-2/SE-231, DISPENSA CLT ART 40-P1 II C.F., em 01/05/2026.

Secretaria de Gestão de Pessoas Divisão de Concurso, Seleção e Promoção

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS SEÇÃO DE CONCURSO, SELEÇÃO E PROMOÇÃO COMUNICADO

O Departamento de Gestão de Pessoas do Município de São Bernardo do Campo **PUBLICA** as desclassificações do (a) (s) candidato (a) (s) adiante relacionado (a) (s), em razão do não atendimento ao Edital de Convocação nº 22/2026 conforme item 15.15 do capítulo 15 do Edital de Concurso Público nº 01/2022.

AUXILIAR EM EDUCAÇÃO (CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022)

Classif.	Nome	R.G.
899º	NALDIVAN DE LIMA	25512447
900º	FERNANDA DE OLIVEIRA ALMEIDA PINTO	29702622
901º	SHEILA FERREIRA BORGES COLIN	34255739
902º	SUELI APARECIDA DUARTE SILVA	52033031
903º	BARBARA FURATORI BANDOLIN DA SILVA	35850227
904º	ADRIANO ARAUJO DOS SANTOS	48006763
906º	JOSE BONFIM SANTANA DA BOA HORA	379289192

OFICIAL DE ESCOLA (CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022)

Classif.	Nome	R.G.
449º	GILBERTO SPADOTTO NUNES DE SOUZA	44016461
450º	JULIA BENETTI DE PAULA LOTTO	52032274
451º	JOAO PEDRO NARDES ATAULO	625561430
452º	GABRIELA CARVALHO	56407459
453º	CARLA DANIELA LIMA FARIA	30437138

PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022)

Classif.	Nome	R.G.

2821º	FLAVIA LUANA DIAS DOS SANTOS	29610382
2823º	JOYCE FIDELES DEL VALE	38598196
2826º	NEIDE FIRMINO DOS SANTOS FRANCA	29303385
2827º	RAQUEL MALAMAM CUNHA	22888450
2830º	ELAINE DA SILVA	206599390

São Bernardo do Campo, 29 de abril de 2026.
GIOVANNA LUCIO DOS SANTOS
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2026 - SEGEPE- 111

O Departamento de Gestão de Pessoas do Município de São Bernardo do Campo **CONVOCA** o (a) (s) candidato (a) (s) a seguir relacionado (a) (s), aprovado (a) (s) no (s) concurso (s) público (s) destinado (s) ao provimento do (s) cargo (s) abaixo listado (s):

1. Para a realização do processo de admissão:

1.1. Apresentar-se, no local, dia e horário agendados abaixo, portando Cédula de Identidade, para retirada da lista de documentos a serem providenciados, encaminhamento de exame médico, e para receberem instruções quanto à admissão.

DIA: 05/05/2026 às 14h30

LOCAL: CENFORPE - Centro de Formação dos Profissionais da Educação - SE-322 - SEÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - Av. Dom Jaime de Barros Câmara, 201- Bairro Planalto - S.B. Campos-SP
AUXILIAR EM EDUCAÇÃO (CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022)

Classif.	Nome	R.G.
907º	DANIELA DA ROSA BUOSI	32964227
908º	ADRIELE DA SILVA GONCALVES	41779779
909º	CELSO MASSAIUKI RABELO MORITA	44901499
910º	LYVIA TAKAKO RAMOS SHIMA	33715251
911º	DANILO DE JESUS SANTOS	53638129
912º	KAREN CRISTINA MEDINA	32165396
913º	JANICE DA SILVA MOURA	469227254

OFICIAL DE ESCOLA (CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022)

Classif.	Nome	R.G.
454º	ROBERTA PONTE DA SILVA	7682636
455º	CLAYTON DA SILVA LOPES	4373855
456º	ROSANA GRILLO	13287382
457º	SILVIO JOSE PEDRO	15946545
458º	GENOVA DANTAS CORREIA	34496304

PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022)

Classif.	Nome	R.G.
2831º	LUCIANA RAGALY DE OLIVEIRA	30168185
2832º	CLAUDIA MORIMOTO RIBEIRO	40080560
2833º	ADRIANA MOURA DE ALMEIDA	25516541
2834º	PRISCILA DE ALMEIDA XAVIER	32431739
2835º	ELIANE MOURA DE PAULA SILVA	42881934

O não comparecimento do candidato convocado e não apresentação da documentação exigida na data, horário e local indicados em cronograma estabelecido pelo Departamento de Gestão de Pessoas implicará em sua desclassificação do Concurso Público.

São Bernardo do Campo, 29 de abril de 2026.
GIOVANNA LUCIO DOS SANTOS
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Secretaria de Administração Departamento de Licitações e Materiais

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS EXTRATOS DE TERMOS DE APOSTILAMENTO

Em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município de 1990, em seu artigo 147, a Secretaria de Administração desta Municipalidade faz publicar, por meio do Departamento de Licitações e Materiais (SA-2), o Extrato de Termo de Apostilamento abaixo discriminados:

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 53/2026 (TERCEIRO), ao Contrato de Execução Integrada nº 07/2026; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO; PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: PC. 276/2025; CONTRATADA: CONSÓRCIO VIÁRIO DO PAÇO SBC; ASSINATURA: 27/04/2026; OBJETO: Nos termos do artigo 136, inc. IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações; solicitação de fl. 7326; no Contrato de Execução Integrada nº 007/2026, fica incluída a seguinte dotação orçamentária: 15.152.4.4.90.51.00.26.451.0014.1045.02 (Cód. Red. 1026-5).

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

JÉSSICA DO CARMO ROMERO

Diretora
Departamento de Licitações e Materiais - SA-2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS RELATÓRIO TRIMESTRAL DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento aos termos do § 2º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, a Secretaria de Administração e Inovação desta Municipalidade faz publicar, através do Departamento de Licitações e Materiais (SA-2), o Relatório Trimestral das Atas de Registro de Preços, abaixo discriminadas, as quais encontram-se disponíveis na íntegra no site www.saobernardo.sp.gov, no link "licitações", nas quais permanecem inalterados os itens, preços e valores registrados e publicados anteriormente no Jornal Notícias do Município.

1. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 80/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: LOTUS COMERCIO DE MERCADORIAS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02356/2024. MODALIDADE: PE 628/2024. VALOR: R\$ 29.980,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 11/07/2025. OBJETO: MATERIAL ESCOLAR PARA CRECHE.

2. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 81/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PROCOMP PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02356/2024. MODALIDADE: PE 628/2024. VALOR: R\$ 39.680,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 11/07/2025. OBJETO: MATERIAL ESCOLAR PARA CRECHE.

3. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 82/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: TUPIRATINS MATERIAIS ESCOLARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02356/2024. MODALIDADE: PE 628/2024. VALOR: R\$ 566.134,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 14/07/2025. OBJETO: MATERIAL ESCOLAR PARA CRECHE.

4. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 83/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: MATESC COMERCIO E SERVIÇOS DE CONFECÇÕES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02356/2024. MODALIDADE: PE 628/2024. VALOR: R\$ 285.841,37. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 08/07/2025. OBJETO: MATERIAL ESCOLAR PARA CRECHE.

5. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 84/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: RGM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02356/2024. MODALIDADE: PE 628/2024. VALOR: R\$ 239.872,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 08/07/2025. OBJETO: MATERIAL ESCOLAR PARA CRECHE.

6. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 85/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PD20 COMERCIAL LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02356/2024. MODALIDADE: PE 628/2024. VALOR: R\$ 79.799,80. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 14/07/2025. OBJETO: MATERIAL ESCOLAR PARA CRECHE.

7. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 86/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: GK COMERCIAL LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02356/2024. MODALIDADE: PE 628/2024. VALOR: R\$ 195.400,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 11/07/2025. OBJETO: BLOCOS, LAJE, RALO, GUIA, CAVALETE.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 87/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: ALLIMAC COMÉRCIO DE MATERIAIS EM GERAL LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00262/2025. MODALIDADE: PE 017/2025. VALOR: R\$ 2.000.000,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 08/07/2025. OBJETO: BLOCO DE CONCRETO, LAJE DE CONCRETO, RALO DE CONCRETO, GUIA DE CONCRETO, CAVALETE DE CONCRETO.

9. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 88/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: GUIAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00262/2025. MODALIDADE: PE 017/2025. VALOR: R\$ 799.000,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 11/07/2025. OBJETO: TUBO DE CONCRETO E CANALETA DE CONCRETO.

10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 89/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: DANIELI & JEISON DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00262/2025. MODALIDADE: PE 017/2025. VALOR: R\$ 186.300,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 08/07/2025. OBJETO: CIMENTO.

11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 91/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: POTIGUA NUNES BAR LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00380/2025. MODALIDADE: PE 021/2025. VALOR: R\$ 1.390.000,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 24/07/2025. OBJETO: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NO SISTEMA SELF-SERVICE À VONTADE.

11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 95/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: CROB ASSESSORIA EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAMENTO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00544/2025. MODALIDADE: PE 028/2025. VALOR: R\$ 200.000,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 03/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERPRETE DE LIBRAS.

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 96/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: INOVAMED HOSPITALAR LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00164/2025. MODALIDADE: PE 033/2025.

VALOR: R\$ 1.961.662,72. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 08/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 97/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: UA GRÁFICA - COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00728/2025. MODALIDADE: PE 039/2025. VALOR: R\$ 90.000,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 09/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS.

14. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 98/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PREMIUM GRÁFICA E EDITORA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00728/2025. MODALIDADE: PE 039/2025. VALOR: R\$ 47.489,60. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 09/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS.

15. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 99/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00728/2025. MODALIDADE: PE 039/2025. VALOR: R\$ 30.865,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 09/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS.

16. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 100/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: SILVEIRA & DALMAS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00647/2025. MODALIDADE: PE 037/2025. VALOR: R\$ 75.897,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 09/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE PAPELARIA E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO.

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 101/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: DIGITAL DATA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00647/2025. MODALIDADE: PE 037/2025. VALOR: R\$ 679.056,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 08/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE PAPELARIA E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO.

18. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 102/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: RVS COMERCIAL LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00647/2025. MODALIDADE: PE 037/2025. VALOR: R\$ 6.659.484,66. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 08/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE PAPELARIA E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO.

19. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 103/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: LUIZ CLAUDIO CASTREQUINI. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00647/2025. MODALIDADE: PE 037/2025. VALOR: R\$ 166.799,9990. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 09/10/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE PAPELARIA E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO.

20. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 105/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PREMIUM GRÁFICA E EDITORA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02549/2024. MODALIDADE: PE 691/2024. VALOR: R\$ 980.032,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 20/10/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REPOGRÁFICOS.

21. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 106/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PREDIOLAR MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00538/2025. MODALIDADE: PE 048/2025. VALOR: R\$ 18.740,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 16/10/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARLA 32 - AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE NOX, AUTOMOTIVO, PARA MOTORES A DIESEL, SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA.

22. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 122/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: KING PLAST EMBALAGENS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00730/2025. MODALIDADE: PE 046/2025. VALOR: R\$ 499.967,5650. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 05/01/2026. OBJETO: COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL E SUPORTE PARA COPOS.

23. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 149/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02445/2024. MODALIDADE: PE 657/2024. VALOR: R\$ 983.836,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 07/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

24. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 152/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02445/2024. MODALIDADE: PE 657/2024. VALOR: R\$ 4.767,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 06/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

25. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 154/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02427/2024. MODALIDADE: PE 680/2024. VALOR: R\$ 12.033,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 06/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

26. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 155/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: UNIÃO QUÍMICA

FARMACÊUTICA NACIONAL S/A. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02427/2024. MODALIDADE: PE 680/2024. VALOR: R\$ 124.740,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 06/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

27. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 156/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02427/2024. MODALIDADE: PE 680/2024. VALOR: R\$ 70.770,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 07/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

28. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 158/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02429/2024. MODALIDADE: PE 682/2024. VALOR: R\$ 163.800,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 06/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

29. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 159/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: INDMED HOSPITALAR LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02429/2024. MODALIDADE: PE 682/2024. VALOR: R\$ 136.920,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 06/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

30. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 160/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02429/2024. MODALIDADE: PE 682/2024. VALOR: R\$ 115.920,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 06/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

31. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 123/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: COMPOSE TECIDOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00730/2025. MODALIDADE: PE 046/2025. VALOR: R\$ 18.640,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 13/01/2026. OBJETO: PANO DE COZINHA.

32. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 137/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: INOVAMED HOSPITALAR LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00239/2025. MODALIDADE: PE 058/2025. VALOR: R\$ 6.588,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 13/01/2026. OBJETO: ESPAÇADOR PARA DISPOSITIVO INALATÓRIO.

33. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 142/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02509/2024. MODALIDADE: PE 674/2024. VALOR: R\$ 823.792,60. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 12/01/2026. OBJETO: DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS INFANTIS.

34. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 144/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PRVL INDÚSTRIA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02509/2024. MODALIDADE: PE 674/2024. VALOR: R\$ 218.919,6984. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 09/01/2026. OBJETO: DIETA ENTERAL.

35. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 148/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00163/2025. MODALIDADE: PE 020/2025. VALOR: R\$ 26.871.621,9150. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 08/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

36. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 150/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02445/2024. MODALIDADE: PE 657/2024. VALOR: R\$ 9.996,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 08/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

37. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 151/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 02445/2024. MODALIDADE: PE 657/2024. VALOR: R\$ 72.100,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 08/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

38. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 157/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00681/2025. MODALIDADE: PE 079/2025. VALOR: R\$ 127.296,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 07/01/2026. OBJETO: FORNECIMENTO DE CARNE DESTINADA A ALIMENTAÇÃO DOS ANIMAIS DO ZOOLOGICO DO MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.

39. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 1/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: COMERCIAL LUX CLEAN LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00626/2025. MODALIDADE: PE 035/2025. VALOR: R\$ 11.884.940,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 07/01/2026. OBJETO: PAPEL TOALHA E PAPEL HIGIÊNICO.

40. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 3/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: METALPISO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 0780/2025. MODALIDADE: PE 073/2025. VALOR: R\$ 962.072,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 08/01/2026. OBJETO: GRADIL,

PORTÕES E POSTES METÁLICOS TIPO NYLOFOR.

41. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 9/2026. MCONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00241/2025. MODALIDADE: PE 019/2025. VALOR: R\$ 13.225.207,50. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 14/01/2026. OBJETO: TIRA REAGENTE PARA GLICEMIA CAPILAR.

42. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 121/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: TERRÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00730/2025. MODALIDADE: PE 046/2025. VALOR: R\$ 28.994,94. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 20/01/2026. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GARRAFA TÉRMICA E FILTRO DE PAPEL.

43. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 131/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: AVAREMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 01873/2024. MODALIDADE: PE 531/2024. VALOR: R\$ 208.464,20. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 14/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

44. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 138/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: CONFIANÇA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00708/2025. MODALIDADE: PE 060/2025. VALOR: R\$ 90.993,80. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 20/01/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS DO TIPO A1 E A3 E-CPF PARA SERVIDORES DESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO VISITAS PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS.

45. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 161/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: QUICKLOG COMÉRCIO ATACADISTA E LOGÍSTICA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00936/2025. MODALIDADE: PE 067/2025. VALOR: R\$ 26.530,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 16/01/2026. OBJETO: MATERIAIS DE PAPELARIA.

46. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 162/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: TUPIRATINS MATERIAIS ESCOLARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00936/2025. MODALIDADE: PE 067/2025. VALOR: R\$ 37.953,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 19/01/2026. OBJETO: MATERIAIS DE PAPELARIA.

47. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 002/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: OFF CONFECÇÃO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00860/2025. MODALIDADE: PE 056/2025. VALOR: R\$ 873.000,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 15/01/2026. OBJETO: CAMISETAS.

48. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 004/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: COMÉRCIO MAEDA DE HORTIFRUTI LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00316/2025. MODALIDADE: PE 085/2025. VALOR: R\$ 409.999,80. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 19/01/2026. OBJETO: HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTINADO A ALIMENTAÇÃO DOS ANIMAIS DO ZOOLOGICO.

49. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 005/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: WEST PARTS PEÇAS E LUBRIFICANTE. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 01031/2025. MODALIDADE: PE 083/2025. VALOR: R\$ 4.577,52. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 20/01/2026. OBJETO: FILTROS PARA VEÍCULOS, MOTOCICLETAS E MOTO AQUÁTICA.

50. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 7/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: I. BORDIGNON PNEUS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00995/2025. MODALIDADE: PE 076/2025. VALOR: R\$ 33.406,32. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 21/01/2026. OBJETO: PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES PARA CÂMARA DE AR.

51. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 10/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: A CASSIA ALIMENTOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00882/2025. MODALIDADE: PE 061/2025. VALOR: R\$ 8.080.607,40. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 26/01/2026. OBJETO: KIT LANCHE, COFFE BREAK E BRUNCH.

52. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 11/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: CAMILA BEATRIZ SANTOS OLIVEIRA TELAS DE PROTEÇÃO. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00965/2025. MODALIDADE: PE 070/2025. VALOR: R\$ 774.000,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 27/01/2026. OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE E REDE DE PROTEÇÃO.

53. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 8/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: LAURO E-COMMERCE DE PNEUS. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00995/2025. MODALIDADE: PE 076/2025. VALOR: R\$ 336.497,96. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 30/01/2026. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES PARA CÂMARA DE AR.

54. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 12/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: FERMADEC SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00969/2025. MODALIDADE: PE 071/2025. VALOR: R\$ 386.400,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA

DA ASSINATURA. ASSINATURA: 28/01/2026. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE CALHAS E CANOS CONDUTORES.

55. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 13/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 00166/2025. MODALIDADE: PE 032/2025. VALOR: R\$ 363.031,50. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 30/01/2026. OBJETO: MEDICAMENTOS.

SA-2, 30 de abril de 2026.

JÉSSICA DO CARMO ROMERO

Diretora

Departamento de Licitações e Materiais - SA-2

MARIA CLARA FELIPPINI RODRIGUES

Secretária Adjunta

Licitações e Materiais

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS EXTRATOS DE TERMOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município de 1990, em seu artigo 147, a Secretaria de Administração desta Municipalidade faz publicar, por meio do Departamento de Licitações e Materiais (SA-2), Termos de Ata de Registro de Preços, Termo de Aditamento de Ata de Registro de Preços e Termos de Rerratificação abaixo discriminados:

1. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 81/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: ELOOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 1195/2025. MODALIDADE: PE 019/2026. VALOR: R\$ 42.400,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 27/04/2026. OBJETO: LIXEIRAS.

2. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 84/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: M8 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 823/2026. MODALIDADE: PE 059/2025. VALOR: R\$ 6.970,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 22/04/2026. OBJETO: MATERIAIS DE LIMPEZA.

3. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 94/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: MEDIMPORT COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 715/2025. MODALIDADE: PE 049/2026. VALOR: R\$ 145.390,65. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 24/04/2026. OBJETO: MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES (FRALDAS, LENÇOS E ABSORVENTES) - DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

4. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 95/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: CIRÚRGICA UNIÃO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 715/2025. MODALIDADE: PE 049/2026. VALOR: R\$ 59.567,40. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 22/04/2026. OBJETO: MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES (FRALDAS, LENÇOS E ABSORVENTES) - DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

5. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 97/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: DROGARIA LIDIANA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 715/2025. MODALIDADE: PE 049/2026. VALOR: R\$ 5.913,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 22/04/2026. OBJETO: MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES (FRALDAS, LENÇOS E ABSORVENTES) - DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

6. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 98/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA S.A. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 79/2026. MODALIDADE: PE 032/2026. VALOR: R\$ 558.000,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 22/04/2026. OBJETO: DIETA ENTERAL E FÓRMULAS INFANTIS.

7. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 99/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. DETENTORA: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 79/2026. MODALIDADE: PE 032/2026. VALOR: R\$ 523.700,00. VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: DIETA ENTERAL E FÓRMULAS INFANTIS.

8. TERMO DE ADITAMENTO SA.201.1 Nº 15/2026 (1º) À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 60/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: APRENDER EDUCAÇÃO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 179/2025. PE 014/2025. ASSINATURA: 22/04/2026. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA.

9. TERMO DE RERRATIFICAÇÃO SA.201.1 Nº 07/2026 (1º) À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 148/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 163/2025. PE 020/2025. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: PRAZO DE ENTREGA.

SA-2, 30 de abril de 2026.

JÉSSICA DO CARMO ROMERO

Diretora

Departamento de Licitações e Materiais - SA-2

MARIA CLARA FELIPPINI RODRIGUES

Secretária Adjunta de Administração

Licitações e Materiais

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

EXTRATOS DE TERMOS DE CONTRATOS

Em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município de 1990, em seu artigo 147, a Secretaria de Administração desta Municipalidade faz publicar, por meio do Departamento de Licitações e Materiais (SA-2), os Extratos de Termos de Contrato e Termos de Aditamento ao Contrato abaixo discriminados:

1. TERMO DE CONTRATO DE EMPREITADA SA.201.1 Nº 23/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: TERRACOM CONSTRUÇÕES LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 785/2025. MODALIDADE: CP 10.010/2025. VALOR: R\$ 70.379.260,61. VIGÊNCIA: 21 MESES E 15 DIAS. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA ROBERT KENNEDY COM IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR DE ÔNIBUS, PARADA DE ÔNIBUS E CICLOVIA.

2. TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 36/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: NET TELECOM INFORMÁTICA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 495/2025 APARTADO 198/2026. MODALIDADE: PE 10.003/2025. VALOR: R\$ 318.351,00. VIGÊNCIA: 20 DIAS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO PARA REDES FÍSICA, LÓGICA, ELÉTRICA E OUTRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.

3. TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 39/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: CONSÓRCIO RENOVAR SBC (COMPOSTO PELAS EMPRESAS: CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA E CETENCO ENGENHARIA S.A.). PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 368/2025 APARTADO 320/2026. MODALIDADE: CP 10.002/2025. VALOR: R\$ 772.066,95. VIGÊNCIA: 180 DIAS. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS DE MANUTENÇÃO, E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS E EM PRÉDIOS LOCADOS E/OU CONVENIADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONSTANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 115/2025.

4. TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 44/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: CONSÓRCIO RENOVAR SBC (COMPOSTO PELAS EMPRESAS: CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA E CETENCO ENGENHARIA S.A.). PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 368/2025 APARTADO 392/2026. MODALIDADE: CP 10.002/2025. VALOR: R\$ 78.973,82. VIGÊNCIA: 90 DIAS. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS DE MANUTENÇÃO, E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS E EM PRÉDIOS LOCADOS E/OU CONVENIADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONSTANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 115/2025.

5. TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 46/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: NET TELECOM INFORMÁTICA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 495/2025 APARTADO 212/2026. MODALIDADE: PE 10.003/2025. VALOR: R\$ 379.410,11. VIGÊNCIA: 30 DIAS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO. ASSINATURA: 22/04/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO PARA REDES FÍSICA, LÓGICA, ELÉTRICA E OUTRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.

6. TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 50/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: SÁ LEITÃO AUDITORES S/S. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 274/2025. MODALIDADE: CP 10.002/2025. VALOR: R\$ 664.643,17. VIGÊNCIA: 60 MESES. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA URBANA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - PROINFRA II/CAF.

7. TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 51/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: CONSÓRCIO RENOVAR SBC (COMPOSTO PELAS EMPRESAS: CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA E CETENCO ENGENHARIA S.A.). PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 368/2025 APARTADO 1177/2026. MODALIDADE: CP 10.002/2025. VALOR: R\$ 321.321,48. VIGÊNCIA: 120 DIAS. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS DE MANUTENÇÃO, E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS E EM PRÉDIOS LOCADOS E/OU CONVENIADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONSTANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SA.201.1 Nº 115/2025.

8. TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 52/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: NET TELECOM INFORMÁTICA LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 495/2025 APARTADO 213/2026. MODALIDADE: PE 10.003/2025. VALOR: R\$ 289.982,26. VIGÊNCIA: 60 DIAS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO PARA REDES FÍSICA, LÓGICA, ELÉTRICA E OUTRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.

9. TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 54/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: B & M FROTAS E SERVIÇOS LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

1189/2025. MODALIDADE: PE 045/2026. VALOR: R\$ 804.960,00. VIGÊNCIA: 12 MESES. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TRANSPORTE DE PESSOAS E PEQUENAS CARGAS, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO COM MOTORISTA, SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEDESC DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, BEM COMO DE SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS.

10. TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 56/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: YES - YOUNG EDUCATION STUDIES INTERCAMBIO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 76/2026. MODALIDADE: PE 048/2026. VALOR: R\$ 2.900.000,00. VIGÊNCIA: 24 MESES. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INTERCÂMBIO INTERNACIONAL EDUCACIONAL E CULTURAL PARA 2026/2027, CONFORME LEI 7.393/2025 PROGRAMA CONECTA SÃO BERNARDO).

11. TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 58/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: ATTUS PROCURADORIA DIGITAL LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 261/2026. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ART.74. INCISO I, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. VALOR: R\$ 9.039.277,50. VIGÊNCIA: 60 MESES. ASSINATURA: 17/04/2026. OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS PARA A PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO.

12. TERMO DE ADITAMENTO SA.201.1 Nº 55/2026 (3º) AO CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 25/2023. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: CEPHEID BRASIL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE DIAGNÓSTICO LTDA. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 2960/2022. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (LEI Nº 8666/93, ART. 25, I). VALOR: R\$ 23.566,80. VIGÊNCIA: 11/04/2027. ASSINATURA: 13/04/2026. OBJETO: TROCA DE FISCAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE 11/04/2026 A 11/04/2027.

13. TERMO DE ADITAMENTO SA.201.1 Nº 60/2026 (2º) AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 132/2024. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: PRIMEIRO TABELÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 642/2024. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - ARTIGO 74, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21. VALOR: R\$ 300.000,00. VIGÊNCIA: 03/05/2027. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE 03/05/2026 A 03/05/2027 E ACRÉSCIMO QUANTITATIVO.

14. TERMO DE ADITAMENTO SA.201.1 Nº 61/2026 (2º) AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA.201.1 Nº 133/2024. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. CONTRATADA: SEGUNDO TABELÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 642/2024. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - ARTIGO 74, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21. VALOR: R\$ 300.000,00. VIGÊNCIA: 03/05/2027. ASSINATURA: 23/04/2026. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE 03/05/2026 A 03/05/2027 E ACRÉSCIMO QUANTITATIVO.

SA-2, 30 de abril de 2026.

JÉSSICA DO CARMO ROMERO

Diretora

Departamento de Licitações e Materiais - SA-2

MARIA CLARA FELIPPINI RODRIGUES

Secretária Adjunta de Administração

Licitações e Materiais

**Secretaria de Saúde
Gabinete do Secretário**

RESOLUÇÃO SS Nº 02, de 29 de abril de 2026.

Altera a composição dos membros da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do Contrato de Gestão SS nº 001/2022, instituída pelas Resoluções SS nº 08, de 19 de fevereiro de 2025, e SS nº 10, de 11 de abril de 2025.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Contrato de Gestão SS nº 001/2022, firmado entre o Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Saúde, e a Fundação do ABC;

CONSIDERANDO que o referido contrato prevê o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação de sua execução por comissão vinculada à Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição da Comissão

de Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do Contrato de Gestão SS nº 001/2022, em razão de alterações funcionais no âmbito da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do Contrato de Gestão SS nº 001/2022, que passa a ser composta pelos seguintes representantes da Secretaria de Saúde:

I - DÉBORA CRISTINA TOCHETTI PERIN DURANTE, Diretora de Departamento - SS-1, matrícula nº 56.054-1, como titular;

II - VANILDA PAULA DA CRUZ, Assessora de Direção, matrícula nº 56.178-6, como suplente;

III - MANUEL PEREIRA MARTINS, Diretor de Departamento - SS-4, matrícula nº 56.024-3, como titular;

IV - LUCIANA DE OLIVEIRA LIMA, Diretora de Divisão de Atenção Pré-Hospitalar, matrícula nº 56.201-7, como suplente;

V - MILENA MARTINS DE OLIVEIRA, Diretora de Departamento - SS-5, matrícula nº 56.865-7, como titular;

VI - LETÍCIA MEDEIROS PEIXOTO DE ANDRADE, Assessora de Direção, matrícula nº 56.637-0, como suplente;

VII - APARECIDA TUNES DA SILVA, Diretora de Departamento - SS-6, matrícula nº 31.737-7, como titular;

VIII - MÔNICA DIAS GARCIA BARBOSA, Assessora de Direção - SS-6, matrícula nº 56.182-5, como suplente;

IX - TATIANA OLIVEIRA RIELI MUNHOZ, Diretora de Seção, matrícula nº 56.640-1, como titular;

X - RENATA BEIVIDAS LOPES, Diretora de Seção de Ambulatórios de Especialidades Médicas II, matrícula nº 56.197-2, como suplente.

Art. 2º A coordenação dos trabalhos da Comissão ficará a cargo de APARECIDA TUNES DA SILVA, Diretora do Departamento de Administração da Saúde - SS-6, matrícula nº 31.737-7.

Art. 3º Compete à Comissão acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato de Gestão SS nº 001/2022, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, metas pactuadas, indicadores, relatórios, documentos de prestação de contas e demais elementos relacionados à execução do ajuste.

Art. 4º A Comissão deverá observar as disposições constantes do Contrato de Gestão SS nº 001/2022, seus anexos, termos aditivos, apostilamentos, planos de trabalho, propostas financeiras, metas, indicadores e demais documentos correlatos.

Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes das Resoluções SS nº 08, de 19 de fevereiro de 2025, e SS nº 10, de 11 de abril de 2025, naquilo que não conflitam com a presente Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bernardo do Campo, 29 de abril de 2026.

DR. JEANCARLO GORINCHEYN
Secretário de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Resolução CMS nº 19, de 28 de abril de 2026

O Conselho Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições e em conformidade com as deliberações emanadas em sua 363ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de abril de 2026, na Secretaria de Saúde, situada à Rua João Pessoa, 59, Centro,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, sem ressalvas, o Termo de Aditamento SS nº 007/2026 (trigésimo sexto) ao Termo de Convênio SS nº 002/2024, cujo objeto é o repasse de valor a título de assistência financeira complementar da União, destinada ao cumprimento do piso nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, no estrito cumprimento da Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, e do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 7222-DF. Período: março de 2026. Conveniada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Bernardo do Campo. (Processo: SB 122992/2024).

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Manoel Romero Vieira Lima
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
RESOLUÇÃO CMS Nº 20 DE 28 DE ABRIL DE 2026

O Conselho Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições e em conformidade com as deliberações emanadas em sua 363ª Reunião Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2026, na Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo, situada na Rua João Pessoa, 59 - Centro.

RESOLVE:

Art. 1º Indicar como membros da comissão organizadora da Plenária Municipal de Saúde de 2026, etapa municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde, os(as) seguintes conselheiros(as):

Segmento Usuário: Maria Cecília Bulho Ruivo
Emilene Dias dos Santos
Eraldo Auspício de Sá
Geraldina Delfino Cavalcanti

Segmento Andreia Calixto
Trabalhador: Michele Farias Silva
Segmento Gestor: Aparecida Tunes da Silva
Debora Perin

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Manoel Romero Vieira Lima
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
RESOLUÇÃO CMS Nº 21 DE 28 DE ABRIL DE 2026

O Conselho Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições e em conformidade com as deliberações emanadas em sua 363ª Reunião Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2026, na Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo, situada na Rua João Pessoa, 59 - Centro.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a realização da Plenária Municipal de Saúde de 2026, como etapa municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Manoel Romero Vieira Lima
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Secretaria de Saúde
Departamento de Proteção à Saúde e Vigilâncias

SECRETARIA DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E VIGILÂNCIAS
EDITAL Nº 18 /2026
PERÍODO DE 22/04/2026 A 28/04/2026
PUBLICAÇÃO: 30/04/2026

SS-42- DIVISÃO DE VETERINÁRIA E CONTROLE DE ZOOSE

AUTO DE INFRAÇÃO

ANTÔNIO PONTE FERREIRA

CPF: [028.655.968-42](#)

AIF SÉRIE Q NÚMERO 0330

AUTO DE INFRAÇÃO

ENEL - ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE S.P. S/A

CNPJ: 61.695.227/0001-93

AIF SÉRIE Q NÚMERO 0331

AUTO DE INFRAÇÃO

MARIA AUXILIADORA PEREIRA DA SILVA

CPF: [421.132.708-97](#)

AIF SÉRIE Q NÚMERO 0332

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE (ADVERTÊNCIA)

ROBERTO TEIXEIRA LIMA

CPF: [696.129.518-53](#)

AIP SÉRIE Q - NÚMERO 0333

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE (ADVERTÊNCIA)

LAP DO BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ: 15.200.294/0001-72

AIP SÉRIE Q - NÚMERO 0334

AUTO DE INFRAÇÃO

JOSÉ BENJAMIN BUENO REGINA - ESPÓLIO

CPF: [047.784.568-15](#)

AIF SÉRIE Q NÚMERO 0335

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE (MULTA)

BRUNO RODRIGUES DA SILVA

CPF: [222.426.168-38](#)

AIP SÉRIE Q - NÚMERO 0336

SS.43 - DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ESTABELECIMENTOS / ATIVIDADES AUTUADOS, PENALIZADOS, INTERDITADOS E LIBERADOS.

Nome: CAPITAO CASA COMERCIO DE CARNES E EMPORIO LTDA - **CNPJ:** 45.063.029/0001-50

Documento: AIF - Série Q - nº 0551

Documento: TRM - Série Q - nº 0551 (Inutilização Produto)

Documento: AIP - Série Q - nº 0551 (Inutilização Produto)

Documento: AIP - Série Q - nº 0551 (Interdição Total Estabelecimento)

Documento: TRM - Série Q - nº 0562 (Liberação Estabelecimento)

Nome: EMILLY LIMA COSTA - **CNPJ:** 58.848.306/0001-82

Documento: AIF - Série Q - nº 0206

Documento: TRM - Série Q - nº 0206 (Interdição Equip./ Máquina)

Documento: AIP - Série Q - nº 0206 (Interdição Equip./ Máquina)

Nome: EMILLY LIMA COSTA - **CNPJ:** 58.848.306/0001-82

Documento: TRM - Série Q - nº 0562 (Liberação Estabelecimento)

Nome: CLINICA VETERINARIA RENATA SOUSA SOCIEDADE LTDA - **CNPJ:** 38.243.932/0001-38

Documento: AIP - Série P - nº 0892 (Multa)

Nome: ASSOCIACAO EDUCACIONAL POLIGONO - **CNPJ:** 49.083.960/0001-51

Documento: TRM - Série Q - nº 0397 (Liberação Produto)

Nome: F&F CO ALIMENTACAO LTDA - **CNPJ:** 28.468.289/0055-80

Documento: AIP - Série Q - nº 0276 (Multa)

Nome: EDUARDO DAS DORES - **CPF:** 140.612.148-70

Documento: AIP - Série Q - nº 0376 (Multa)

Nome: INSTITUICAO DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL ABRACO - **CNPJ:** 22.933.111/0001-93

Documento: AIF - Série Q - nº 0372

Documento: TRM - Série Q - nº 0372 (Remoção)

Documento: AIP - Série Q - nº 0372 (Remoção)

Nome: VAGNA A DA SILVA PADARIA - **CNPJ:** 08.724.529/0001-60

Documento: AIP - Série Q - nº 0275 (Multa)

DOCUMENTOS INUTILIZADOS

AIF / TRM / AIP Série Q nº 393

PROCESSOS DEFERIDOS

Assunto: LICENÇA SANITÁRIA

Processo: 7784/2001 - MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA

Atividade Licenciada: Atividade Odontológica

Processo: 018655/2021 - DROGA MARTE LTDA

Atividade Licenciada: COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS.

Processo: 19056/2004- UBS JARDIM NAZARETH

Atividade Licenciada: UBS/ Dispensário de Medicamentos/ Odontológica

Processo: 7379/2001 - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO

Atividade Licenciada: Consultório odontológico tipo I/ atividade odontológica equipamento

Processo: 15598/2001 - NELITA GERMINIANO NARVAIS

Atividade Licenciada: Atividade Odontológica + Equipamento (1)

Processo: 3840/2003 - GALASSI ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA LTDA

Atividade Licenciada: Consultório odontológico tipo I/ atividade odontológica equipamento.

Processo: 2640/2005 - CAMP SBC CENTRO DE FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

Atividade Licenciada: Cantina - serviço de alimentação privativo.

Processo: 66236/2019 - MG FARMA MERCANTIL LTDA

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 32087/2015 - DROGARIA SÃO PAULO S/A

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 45839/2017 - REDE D'OR SÃO LUIZ S/A

Atividade Licenciada: Farmácia Hospitalar

Processo: 37826/2015 - ALAMO CLINICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA.

Atividade Licenciada: Atividade Odontológica e equipamento.

Processo: 7862/2001 - DROGARIA CALUX LTDA

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 15212/2007 - FARMACIA P. MARUKI LTDA

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 73572/2017 - COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 89371/2019 - COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 29417/2025 - METTA FARMA FARMACIAS LTDA

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 67109/2014 - GERSON DE OLIVEIRA COSTA - ME

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 52774/2012 - DROGARIA BOTUJURU LTDA ME

Atividade Licenciada: Drograria

Processo: 3925/2001 - DROGARIA SÃO PAULO S/A

Atividade Licenciada: Drograria

Assunto: LICENÇA SANITÁRIA ATUALIZADA

Processo: 27360/2018 - RIOSPHARMA CENTRAL DROGARIA E PERFUMARIA LTDA

Atividade Licenciada: Drograria.

Processo: 1406/2024 - ELSOFARMA LTDA

Atividade Licenciada: Drograria.

Processo: 19053/2004 - UBS VILA ROSA

Atividade Licenciada: UBS/ Dispensário de Medicamentos/ Odontológica

Assunto: LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO - LTA

Processo: 2297/2001 - THERASKIN FARMACÊUTICA LTDA

Atividade Licenciada: Fabricação de Cosméticos e Medicamentos

ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL

Processo:

37826/2015 - ALAMO CLINICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA

De: ALAMO CLINICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA - ME

Para: ALAMO CLINICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA

ALTERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE LEGAL

Processo:

19053/2004 - UBS VILA ROSA

Sai: ANDRESSA MELONI RUIZ DE PAULA

Entra: DEBORA CRISTINA TOCHETTI PERIN

ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Processo:

37826/2015 - ALAMO CLINICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA

De: Rua MARECHAL DEODORO, 953 - SALA 21

CENTRO - SBC - CEP: 09710-000

Para: Rua JURUBATUBA, 845 - SALA 74

CENTRO - SBC - CEP: 09725-900

BAIXA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Processo:

56251/2025 - ALERE ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA

Nome: DANIELA GARCIA SANTOS - CRN / SP 13.665

27360/2018 - RIOSPHARMA CENTRAL DROGARIA E PERFUMARIA LTDA

Nome: NATALIA DA COSTA SILVA - CRF/SP: 109735

83296/2023 - RF MEDICAMENTOS LTDA

Nome: ADRIANA PEDROSO MARINO - CRF/SP: 52.271

068065/2020 - SÃO BERNARDO COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

Nome: TATIANA CALISSI PETRI - CREFITO/SP: 104553

ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Processo:

068065/2020 - SÃO BERNARDO COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

Nome: GILZA HELENA FERNANDES CESTARI - CREFITO/SP: 9973

56251/2025 - ALERE ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA

Nome: MIRIAM DE OLIVEIRA MONTICELLI FERNANDES - CRN/SP: 20892

27360/2018 - RIOSPHARMA CENTRAL DROGARIA E PERFUMARIA LTDA

Nome: ADRIANA CARLA DA SILVA SOUSA - CRF/SP: 128163

83296/2023 - RF MEDICAMENTOS LTDA

Nome: MELINA GABRIELI CISI - CRF/SP: 49.203

ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA SUBSTITUTA

Processo:

1406/2024 - ELSOFARMA LTDA

Nome: FLAVIA ABREU E SILVA MANZINI - CRF/SP: 84540

CANCELAMENTO DE CEVS/LICENÇA

Processo: 37826/2015 - ALAMO CLINICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA
CEVS: 354870801-865-000518-1-0
Atividade: Psicologia.
Motivo: Atividade não compreendida na nova Portaria CVS-1 de 2024.

EXCLUSÃO DE EQUIPAMENTOS / CANCELAMENTO DE CEVS

Processo: 37826/2015 - ALAMO CLINICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA
CEVS: 354870801-863-002233-1-0
RAIOS X ODONTOLÓGICO INTRA-ORAL
Marca/Modelo: PROCION/ ION X 70X, MA
Nº de Série: 00415059009-B
Potência: 70,0 KV / 8,0 MA
Motivo: Mudança Endereço.

INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO

Processo: 37826/2015 - ALAMO CLINICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA
CEVS: 354870801-863-002233-1-0
RAIOS X ODONTOLÓGICO INTRA-ORAL
Marca/Modelo: SAEVO / AXR60 H
Nº de Série: 500003450901
Potência: 60 KVP / 2,5 MA

DEFESAS INDEFERIDAS

Processo: 036640/2026- DROGARIA SANTA INES COMERCIO LTDA
Documento: AIF/AIP/TRM Série - Q - nº 236

120233/2023 - DISTRIBUIDORA FORTALEZA DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA
Documento: AIF Série P - nº 0708

SS- 44- DIVISÃO DE SAÚDE DO TRABALHADOR E VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL.

ESTABELECIMENTOS / ATIVIDADES AUTUADOS, PENALIZADOS, INTERDITADOS E LIBERADOS

Nome: OGGI SORVETES LTDA - CNPJ: 01.621.399/0001-90
Documento: AIP - Série Q - n.º 0260 (Advertência)

AUTO DE INFRAÇÃO (AIF)
Empresa: JONAS DAVID LEITE
CPF: 329.618.568-25
Documento: AIF - Série Q - n.º 0433

Empresa: BL COMERCIO RECICLAGEM LTDA.
CNPJ: 43.213.488/0001-48
Documento: AIF - Série Q - nº 0434

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE (AIP)
Empresa: ANCHIETA GRILL CHURRASCARIA E CHOPERIA LTDA.
CNPJ: 04.438.846/0001-69
Documento: AIP - Série Q - nº 0410 (Multa)
Processo SB.096328/2024-16

RECURSOS DEFERIDOS
Empresa: FERNANDO TOME MOREIRA DO NASCIMENTO - F.T RECICLAGEM
CNPJ: 44.768.749/0001-59
AIP - Série Q - nº 0414
Processo SB.035768/2026-88

RECURSOS INDEFERIDOS DO AIF
Empresa: ANCHIETA GRILL CHURRASCARIA E CHOPERIA LTDA.
CNPJ: 04.438.846/0001-69
AIF - Série O - nº 0521
Processo SB.096328/2024-16

Empresa: SUPER LAMINAÇÃO DE FERRO E AÇO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 51.059.004/0002-67
AIF - Série P - nº 0646
Processo SB.104072/2025-89

TRM
Empresa: CLOROETIL SOLVENTES ACETICOS S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
CNPJ: 51.123.339/0005-40
Documento: TRM - Série Q - nº 0411 (Liberação das Atividades)

ERRATA Edição 2635 - 24/04/2026

Onde se lê:
RECURSOS INDEFERIDOS
Empresa: THIAGO VIDAL AIRES
CPF: 225.007.038-51
AIP - Série Q - nº 0015
Processo SB.018043/2026-58

Leia-se:
RECURSOS INDEFERIDOS
Empresa: THIAGO VIDAL AIRES
CPF: 225.007.038-51
AIP - Série Q - nº 0035
Processo SB.018043/2026-58

Assunto: AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA DE FUNCIONAMENTO

Processo: SB.017572/2026 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ABEC
Atividade: Captação, Tratamento e Distribuição da Água para Consumo Humano

Processo: 103671/2025 - MASIPACK INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AUTOMATICAS S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
Atividade: Captação, Tratamento e Distribuição da Água para Consumo Humano

SS.4, 30 de abril de 2026.

MANUEL PEREIRA MARTINS
Diretor do Departamento de Proteção à Saúde e Vigilâncias

JEANCARLO GORINCHTEYN
Secretário de Saúde.

Secretaria de Educação
Gabinete do Secretário

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SE Nº 2, DE 24 DE ABRIL DE 2026

A Secretaria de Educação do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Chamamento Público, com o objetivo de prospectar e selecionar interessados em apoiar o **Projeto Sabadabadou**, a ser realizado no dia **30 de maio de 2026**, em praças públicas do município.

1. DO OBJETO

1.1. O Projeto Sabadabadou constitui uma iniciativa de caráter educativo, cultural e social, desenvolvida no **contexto do mês do brincar (LEI Nº 7.211, DE 18 DE MAIO DE 2023)**, com culminância em ações simultâneas em **praças públicas** distribuídas em mais de 20 (vinte) territórios do município, envolvendo a participação de mais de 13.000 (treze mil) estudantes da Rede Municipal de Ensino, acompanhados por seus familiares e comunidade escolar, ampliando o alcance das ações e fortalecendo vínculos entre escola, território e comunidade.

1.2. O presente chamamento tem por finalidade a captação de apoio por meio de doação de materiais, fornecimento de serviços, estrutura e suporte operacional, realização de atividades ou outras formas de colaboração institucional, conforme exemplificado **no Anexo I** deste edital, não se restringindo a tais itens, desde que haja compatibilidade com os objetivos do projeto e interesse público. Não serão aceitas doações em dinheiro.

1.3. Os patrocínios e a doações deverão ser puros e simples e recair sobre serviços, direitos e bens livres e desembaraçados, sem quaisquer ônus ou encargos para o Município, conforme previsto na Lei Municipal nº 7.387/2025.

1.4. Os bens e serviços disponibilizados deverão atender às normas técnicas e de segurança vigentes, sendo de responsabilidade do apoiador sua disponibilização, instalação, operação e retirada.

2. DA CARACTERIZAÇÃO DO EVENTO

2.1. As ações serão organizadas e planejadas pelas unidades escolares, a partir da escuta ativa das crianças, dos profissionais da educação e da comunidade, valorizando as potencialidades dos territórios e reconhecendo a cidade como espaço educativo.

2.2. A programação em cada território terá duração de até 3 (três) horas, com início previsto às 9h e encerramento às 12h, sendo até 2 (duas) horas destinadas às ações conduzidas pelas unidades escolares e até 1 (uma) hora destinada à participação dos apoiadores que ofertarem atividades ao público, de forma articulada com o planejamento da unidade.

2.3. Poderão participar deste Chamamento Público empresas, instituições públicas ou privadas, organizações da sociedade civil e demais interessados legalmente constituídos.

2.4. O espaço destinado aos apoiadores para desenvolvimento de suas ações será definido pela comissão organizadora, considerando as especificidades

de cada território, a natureza das atividades propostas e a adequação ao planejamento do evento.

2.5. A participação poderá ocorrer em um ou mais territórios, conforme interesse do proponente e viabilidade técnica. **(Anexo II)**

3. DO PÚBLICO-ALVO

3.1. O Projeto Sabadabadou tem como público-alvo prioritário crianças de 0 a 6 anos, atendidas nas unidades de creche e educação infantil da Rede Municipal, bem como seus familiares, incluindo os responsáveis, tutores e irmãos.

3.2. Poderá haver a participação de estudantes de 6 a 11 anos, das unidades de ensino fundamental, desde que essa participação esteja alinhada ao público atendido na educação infantil e ao planejamento das unidades escolares envolvidas.

3.3. A participação da comunidade local será incentivada, em consonância com a proposta de valorização do território e fortalecimento dos vínculos comunitários.

4. DA CONTRAPARTIDA

4.1. Como contrapartida institucional, será autorizada a divulgação da marca dos apoiadores nos materiais e espaços vinculados ao projeto, conforme diretrizes da Secretaria de Educação.

4.2. A divulgação poderá ocorrer por meio de banners, camisetas, materiais gráficos, comunicação visual e demais formas previamente autorizadas.

4.3. Não será permitida a divulgação de marcas, produtos ou conteúdos relacionados a bebidas alcoólicas, tabaco, conteúdos inadequados ao público infantil, manifestações político-partidárias ou qualquer forma de discriminação.

4.4. Aos patrocinadores e doadores fica reservado o direito de impressão do logo de suas empresas, entidades ou instituições nos seguintes bens objeto de patrocínio ou doação: cartazes, banners, faixas, camisetas e sacolas, de modo que o conteúdo para elaboração desses materiais será fornecido pela Secretaria de Comunicação.

4.5. Fica vedada, em qualquer hipótese, a comercialização de produtos ou serviços durante a realização do evento.

5. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. A manifestação de interesse deve ser realizada até **15 de maio de 2026**, mediante o envio em anexo dos documentos abaixo elencados para o e-mail se121@saobernardo.sp.gov.br.

I – Ofício de Proposta **(Anexo III)** devidamente preenchido;

II – Cópia do RG e CPF, se pessoa física;

III – Cópia de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.

5.2. Os patrocínios e as doações, de qualquer natureza, deverão ser realizados por profissional habilitado na respectiva área de atuação, com devida comprovação por meio de currículo, certidão ou registro no órgão competente.

5.3. Quando voltadas para a realização de ações/atividades, os itens alugados ou emprestados deverão estar segurados contra incêndio e roubo/furto e serão de total responsabilidade do patrocinador ou doador.

5.4. A confirmação da participação será realizada por e-mail, posteriormente a análise da entrega da documentação, conforme descrito anteriormente. Na sequência, os apoiadores deverão assinar termo de doação e responsabilidade e /ou de participação e vistoria.

6. DA EXECUÇÃO E ORGANIZAÇÃO

6.1. A organização das ações será realizada em conjunto com as unidades escolares, considerando as especificidades de cada território.

6.2. A definição das praças será consolidada após articulação com as unidades e realização de vistorias técnicas, considerando a capacidade e condições dos espaços.

6.3. A Secretaria de Educação poderá promover reuniões de alinhamento com os apoiadores, bem como estabelecer orientações complementares.

6.4. A Secretaria de Educação poderá ajustar as propostas apresentadas, visando ao atendimento do interesse público.

6.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, observada a legislação vigente.

6.6. Dúvidas e esclarecimentos poderão ser encaminhados ao endereço eletrônico se121@saobernardo.sp.gov.br.

São Bernardo do Campo, 24 de abril de 2026.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE

Secretário de Educação

ANEXO I – RELAÇÃO EXEMPLIFICATIVA DE APOIO

- Camisetas personalizadas;
- Fornecimento de água potável;
- Alimentos saudáveis, como frutas e salada de frutas para piquenique;
- Tendas, mesas, cadeiras e demais estruturas de apoio;
- Sistemas de som, carro de som e equipamentos de áudio;
- Banheiros químicos;
- Atividades culturais, como apresentações artísticas, musicais, teatrais e circenses;
- Atividades esportivas e recreativas;
- Oficinas educativas e vivências sensoriais;
- Materiais lúdicos, pedagógicos e recreativos;
- Serviços de apoio à execução das ações;
- Outras formas de colaboração alinhadas aos objetivos do projeto.

ANEXO II – RELAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUE ADERIRAM AO PROJETO

TERRITÓRIO	SEGMENTO	PREVISÃO NÚMERO DE ESTUDANTES
Jardim Farina, Parque São Bernardo e Alto Industrial	Creche E Educação Infantil	1127
Vila Euclides e Vila Marlene	Creche	178
Centro	Educação Infantil	151
Jd. Santo Ignácio	Creche E Educação Infantil	588
Planalto	Creche E Educação Infantil	568
Jordanópolis	Educação Infantil	310
Taboão	Educação Infantil e Fundamental	642
Paulicéia	Educação Infantil	251
Parque Estoril, Riacho Grande e Finco	Creche, Educação Infantil E Ensino Fundamental	1248
Jd. Represa, Parque Los Angeles e Parque Imigrantes	Creche E Educação Infantil	478
Jd. Orquídeas	Creche E Educação Infantil	516
Alvarenga e Parque Esmeralda	Creche E Educação Infantil	887
Rudge Ramos	Creche E Educação Infantil	240
Jd. Thelma e Jd. Cláudia	Creche E Educação Infantil	336
Ipê, Jd. Detroit e Divinéia	Creche E Educação Infantil	585
Assunção (Jd. Lavínia e Vila Euro)	Educação Infantil	227
Alves Dias	Creche E Educação Infantil	926
Demarchi	Creche	147
Vila São Pedro, Vila Esperança e Jardim Irajá	Educação Infantil	1252
Ferrazópolis	Creche E Educação Infantil	264
Baeta Neves	Educação Infantil	198

ANEXO III – OFÍCIO DE PROPOSTA

Ao Senhor

Julio Cesar da Costa Alexandre

Secretário de Educação

Município de São Bernardo do Campo

Rua do Cruzeiro, 350/374 – Vila Dusi

CEP: 09725-310 – São Bernardo do Campo/SP

Assunto: Proposta de Doação - Sabadabadou.

Prezado Senhor,

A instituição [nome da instituição], vem, por meio do presente Ofício, em conformidade com os preceitos legais e administrativos que regem a Administração Pública, apresentar a seguinte proposta de doação em apoio ao projeto Sabadabadou, no âmbito da Rede de Ensino do Município de São Bernardo do Campo:

[descrever objeto, contendo as características, quantidade, período, bem como outras especificações que permitam a exata identificação dos bens, direitos ou serviços ofertados].

Desta forma, solicitamos o recebimento e a análise da presente proposta, e para fins de identificação do proponente, informamos os dados cadastrais abaixo relacionados:

Nome/Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Número:

Complemento:

Bairro:

CEP:

Município:

UF:

DDD / Telefone:
E-mail:
Atenciosamente,
[cidade, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.]
[assinatura eletrônica]
[nome do representante]
[cargo]
[instituição]
[RG do representante]
[CPF do representante]
UF: DDD / Telefone:
E-mail:

Atenciosamente,
[cidade, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.]
[assinatura eletrônica]
[nome do representante]
[cargo]
[instituição]
[RG do representante]
[CPF do representante]

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - 28/04/2026

Em cumprimento ao que dispõe o artigo 147 da Lei Orgânica do Município, a Secretaria de Educação deste Município faz publicar o Acordo de Cooperação Técnica abaixo discriminado, para consecução de parceria **sem quaisquer ônus ou encargos ao município**:

I - ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2/2026-SE; ÓRGÃO PÚBLICO: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO; **PROCESSO ADM.:** nº. SB.108694/2025-29; **INSTITUIÇÃO/EMPRESA:** INSTITUTO SIDARTA; **ASSINATURA:** 27/04/2026; **VIGÊNCIA/EXECUÇÃO:** 27/04/2026 a 31/12/2026; **OBJETO:** implementar uma nova abordagem de ensino da Matemática, denominada "Jornadas Mentalidades Matemáticas". Esta iniciativa visa incentivar a exploração, a curiosidade e a confiança dos estudantes durante o processo de aprendizagem.

São Bernardo do Campo, 28 de abril de 2026.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE
Secretário de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE DOAÇÕES - 28/04/2026

Em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município de 1990, em seu artigo 147, a Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo faz publicar, por meio da Divisão de Gestão e Controle de Ajustes (SE-33), que os bens e serviços abaixo discriminados foram doados à municipalidade, **sem quaisquer ônus ou encargos ao município**:

1. DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DOAÇÃO PRETÉRITA; ÓRGÃO PÚBLICO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **PROCESSO ADM Nº:** SB.020936/2026-81; **DOADORA:** NILCATEX TEXTIL LTDA.; **ASSINATURA:** 15/04/2026; **OBJETO:** FORNECIMENTO DE 717 (SETECENTOS E DEZESSETE) KITS DE UNIFORMES ESCOLARES FEMININOS E MASCULINOS À REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

São Bernardo do Campo, 28 de abril de 2026.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE
Secretário de Educação

PARECER CMAE Nº 01/2026

Parecer sobre a análise da prestação de contas dos recursos do PNAE do Município de São Bernardo do Campo, referentes ao exercício de 2025

No exercício de suas atribuições legais, fundamentadas na Lei Municipal nº 5.978/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 04/2026, compete a este Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) a fiscalização e a manifestação sobre a regularidade da aplicação dos recursos federais destinados à alimentação escolar.

O demonstrativo financeiro detalhou que o exercício de 2025 iniciou com um saldo remanescente do exercício anterior de R\$ 312.295,81 (trezentos e doze mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos). Ao longo do período de 2025, somaram-se os repasses do FNDE, no montante de R\$ 12.486.669,05 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinco centavos), e os rendimentos de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 415.641,49 (quatrocentos e quinze mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos). No que se refere à execução orçamentária, as despesas com a aquisição de gêneros alimentícios totalizaram R\$ 12.974.157,34 (doze milhões, novecentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos), resultando em um saldo apurado, em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 240.449,01 (duzentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e um centavo), o que representou 1,92% do total de repasses do PNAE no exercício.

Considerando a documentação apresentada pelo Município de São Bernardo do Campo e tendo como suporte técnico o parecer da Comissão de Análise da Prestação de Contas — instituída pela Resolução CMAE nº 08, de 27

de março de 2026 —, este Colegiado, reunido em sua 240ª Reunião Ordinária, manifestou entendimento favorável, por maioria absoluta de seus membros, à aprovação das contas do PNAE referentes ao exercício fiscal de 2025.

Cumprе salientar que a presente manifestação se fundamenta na análise documental e financeira das peças apresentadas pela Entidade Executora, não implicando quitação plena dos atos de gestão, nem eximindo os responsáveis por eventuais irregularidades identificadas posteriormente ou pela adoção de medidas administrativas, civis ou judiciais cabíveis pelos órgãos de controle competentes.

São Bernardo do Campo, 24 de abril de 2026

ERENILDA DE SOUZA MELO

Presidente

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - I CHAMADA PÚBLICA 2026 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - ITEM BANANA

Classif.	Entidade	CNPJ	PRODUTO	Quantidade ofertada	Preço de aquisição	Total anual	Município	Estado	Região geográfica	ASSENTADOS, QUILOMBOLA, INDIGENA
1	APRAD	14.634.860/0001-91	ITEM - BANANA NANICA	76.290,00	R\$ 7,34	R\$ 559.968,60	ITARIRI	SÃO PAULO	INTERMEDIÁRIA	57
2	ASSOCIAÇÃO FAMILIAR RURAL DA GRANDE SP E ABRANGÊNCIAS	60.860.956/0001-95	ITEM - BANANA NANICA	19.000,00	R\$ 7,34	R\$ 139.460,00	GUARAREMA	SÃO PAULO	INTERMEDIÁRIA	2
3	AMIBRA	08.992.727/0001-04	ITEM - BANANA NANICA	103.540,00	R\$ 7,34	R\$ 759.983,60	ITANHAEM	SÃO PAULO	INTERMEDIÁRIA	0
4	APRREN	11.016.446/0001-20	ITEM - BANANA NANICA	357.328,00	R\$ 7,34	R\$ 2.622.787,52	PROMISSÃO	SÃO PAULO	ESTADO	136
5	COAAFACT	00.952.035/0001-20	ITEM - BANANA NANICA	357.328,00	R\$ 7,34	R\$ 2.622.787,52	TREMEMBÉ	SÃO PAULO	ESTADO	96
6	COOPAFARGA	11.402.980/0001-75	ITEM - BANANA NANICA	294.246,00	R\$ 7,34	R\$ 2.159.765,64	JUQUIA	SÃO PAULO	ESTADO	56
7	COMAPRE	08.351.283/0001-28	ITEM - BANANA NANICA	13.620,00	R\$ 7,34	R\$ 99.970,80	PORTO FELIZ	SÃO PAULO	ESTADO	52
8	COMCAB	11.740.663/0001-69	ITEM - BANANA NANICA	76.294,00	R\$ 7,34	R\$ 559.997,96	CAPAO BONITO	SÃO PAULO	ESTADO	43
0	COAFASO	21.825.150/0001-04	ITEM - BANANA NANICA	108.980,00	R\$ 7,34	R\$ 799.913,20	BOTUCATU	SÃO PAULO	ESTADO	34
9	APAFFIV	49.996.508/0001-80	ITEM - BANANA NANICA	92.643,00	R\$ 7,34	R\$ 679.999,62	RESTINGA	SÃO PAULO	ESTADO	17
10	COAPVALE	17.833.277/0001-06	ITEM - BANANA NANICA	100.000,00	R\$ 7,34	R\$ 734.000,00	TAUBATÉ	SÃO PAULO	ESTADO	8
11	COAFAI	11.858.978/0001-05	ITEM - BANANA NANICA	100.000,00	R\$ 7,34	R\$ 734.000,00	ITARARÉ	SÃO PAULO	ESTADO	7
12	COOMAPS	59.585.354/0001-98	ITEM - BANANA NANICA	72.000,00	R\$ 7,34	R\$ 528.480,00	PILAR DO SUL	SÃO PAULO	ESTADO	1
12	ABAM	44.306.157/0001-15	ITEM - BANANA NANICA	65.395,00	R\$ 7,34	R\$ 479.999,30	MIRACATU	SÃO PAULO	ESTADO	1
13	ASSOSSIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS RURAIS DE PEDRO DE TOLEDO	51.671.790/0001-78	ITEM - BANANA NANICA	125.340,59	R\$ 7,34	R\$ 919.999,93	PEDRO DE TOLEDO	SÃO PAULO	ESTADO	0
14	COOPERATIVA DA AF CARIACICA - CAFC	28.358.894/0001-05	ITEM - BANANA NANICA	200.000,00	R\$ 7,34	R\$ 1.468.000,00	CARIACICA	ESPIRITO SANTO	PAIS	1

*APRREN - com quantitativo parcial que complementar a totalidade - ficará definido posterior na Classificação final

RESOLUÇÃO CMAE Nº 09, DE 24 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a análise e aprovação dos cardápios da alimentação escolar para o mês de maio de 2026.

O Conselho Municipal de Educação - CMAE, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 19 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e

Considerando a apreciação minuciosa e fundamentada dos cardápios submetidos a este Conselho pela Secretaria de Educação do Município de São Bernardo do Campo; e

Considerando as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Resolve:

Art. 1º Aprovar os cardápios elaborados pela Secretaria de Educação do Município de São Bernardo do Campo, destinados ao uso nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal e nas Creches Conveniadas, para o mês de maio de 2026.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.
São Bernardo do Campo, 24 de abril de 2026.

ERENILDA DE SOUZA MELO

Presidente

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

RESOLUÇÃO CMAE Nº 10, DE 24 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre as vistorias do Conselho Municipal de Alimentação Escolar no mês de maio de 2026 e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e considerando o intuito de garantir a qualidade da alimentação oferecida nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal.

Resolve:

Art. 1º Determinar a publicação da agenda de vistorias referente ao mês de maio de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I. 06/05/2026 — EMEB Aureo Cruz;

II. 06/05/2026 — EMEB Valdez Avelino de Souza;

III. 14/05/2026 — EMEB Karolina Zofia Lewandowska;

IV. 19/05/2026 — EMEB Ítalo Damiani; e

V. 26/05/2026 — Creche Conveniada Jesuê Frantz IV.

Parágrafo único. A agenda poderá sofrer alterações mediante necessidade operacional ou justificativa pertinente, sem a obrigatoriedade de nova publicação.

Art. 2º As vistorias serão realizadas por membros designados pelo CMAE, os quais deverão observar as condições de armazenamento dos gêneros alimentícios, a conformidade dos cardápios ofertados, o cumprimento das normas de segurança alimentar e nutricional, entre outros aspectos pertinentes.

Art. 3º O CMAE poderá realizar vistorias extraordinárias durante o mês de referência, por iniciativa própria ou mediante solicitação de outros órgãos competentes, quando houver necessidade de apuração específica.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.
São Bernardo do Campo, 24 de abril de 2026.

ERENILDA DE SOUZA MELO

Presidente

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

RESOLUÇÃO SE Nº 15, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a homologação dos Calendários Escolares 2026 das Unidades Municipais de Educação Infantil.

O Secretário de Educação do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando análise técnica do Departamento de Fortalecimento da Gestão Escolar,

RESOLVE:

Art. 1º Estão homologados os Calendários Escolares das Unidades Municipais de Educação Infantil, referentes ao ano letivo de 2026, conforme segue:

EMEB ANA MARIA POPPOVIC

EMEB CECÍLIA MEIRELES

EMEB ELIANE GOMES QUINONERO

EMEB JOSÉ DE ANCHIETA

EMEB LUIZ GUSHIKEN

EMEB REGINA ROCCO CASA I

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2025.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE

Secretário de Educação

RESOLUÇÃO SE Nº 16, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a homologação dos Calendários Escolares 2026 das Unidades Municipais de Ensino Fundamental.

O Secretário de Educação do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando análise técnica do Departamento de Fortalecimento da Gestão Escolar,

RESOLVE:

Art. 1º Estão homologados os Calendários Escolares das Unidades Municipais de Ensino Fundamental, referentes ao ano letivo de 2026, conforme segue:

· EMEB CARMEN TABET DE OLIVEIRA MARQUES, PROFESSORA

· EMEB FLORESTAN FERNANDES, PROFESSOR

· EMEB HELENA ZANFELICI DA SILVA

· EMEB JOSÉ FERRAZ DE MAGALHÃES CASTRO, DOUTOR

· EMEB JOSÉ GETÚLIO ESCOBAR BUENO, PROFESSOR

· EMEB JÚLIO DE GRAMMONT

· EMEB LOPES TROVÃO

· EMEB MAURÍCIO CAETANO DE CASTRO II

· EMEB PEDRA DE CARVALHO

· EMEB VICENTE ZAMMITE MAMMANA, DOUTOR

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2025.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE

Secretário de Educação

RESOLUÇÃO SE Nº 17, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a homologação dos Calendários Escolares 2026 das Escolas Particulares de Educação Infantil.

O Secretário de Educação do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando análise técnica do Departamento de Fortalecimento da Gestão Escolar,

RESOLVE:

Art. 1º Estão homologados os Calendários Escolares das Escolas Particulares de Educação Infantil, referentes ao ano letivo de 2026, conforme segue:

· E.E.I. José Felix Santa Roza Ltda. ME/ **A Educativa**

· Centro Educacional **ABC do Saber**

· Escola **Ágape** Ltda.

· Centro Pedagógica **Alfa Maior** Ltda. ME

· Escola **Amiga Estrelinha** Ltda. ME

· Escola de Educação Infantil **Aprendiz do ABC**

· Escola **Aviva** Desenvolvimento Infantil/ São Bernardo Educação Infantil

Ltda.

· Núcleo de Recreação Infantil **Caçulinha** S/SL Ltda. ME

· Centro de Convivência **Caminho Certo** Ltda. - ME

· Escola de Educação Infantil **Cantinho da Tia Zeni**

· Berçário **Carinho da Vovó** S/S Ltda. - ME

· Centro Educacional Perez Stoll Ltda. / Centro Educacional **Cognitivo**

· **Conceito** Educação Infantil

· E.E.I. Profª Patrícia Laureano de Miranda Ltda. - Colégio **Cor Mariae**

· Escola de Educação Infantil **Crescer** S/S Ltda. - ME

· Lazareti & Garcia Educação Infantil Ltda. - ME (**Colégio Crescer**)

· Núcleo de Desenvolvimento Infantil **Encanto**

· Colégio **Espaço** S/S Ltda.

· Núcleo de Desenvolvimento Infantil **Eureka** S/C Ltda. - ME

· **Expansão** Colégio Cristão Ltda.

· Escola da **Família** / Wheaton

· Rede Privada de Ensino **Fantasia das Cores**

· Núcleo de Educação Infantil **Feliz Idade** Ltda. ME

· Colégio **Gade** Instituição de Ensino Ltda.

· Escola de Educação Infantil **Integração**

· **Kids R Kids** Berçário e Educação Infantil Ltda.

· Escola de Educação Infantil **Lápis de Cor** Ltda. - ME

· Centro Educacional Infantil **Monet** Ltda. - ME

· Escola de Educação Infantil **Mundoetra** Ltda.

· **Mundo Melhor** - Recreação Infantil S/S Ltda.

· **Naamã** Berçário Especializado e Educação Infantil

· Centro Educacional **Nova Era** Ltda. - ME

· Colégio **Nova Petrópolis** Kids

· **Parque Escola** Primeira Infância Ltda. - ME

· Escola de Educação Infantil **Passos Iniciais** Ltda. - ME

· Instituto Educacional **Pentagonal**

· Centro Educacional **Polaris** Ltda.

· Escola de Educação Infantil **Prodígio**

- Escola de Educação Infantil **Reluz Ltda.** – ME – Unidade I
- Escola de Educação Infantil **Reluz Ltda.** – ME – Unidade II
- Instituto Educacional e Recreativo **Risco, Brinco e Rabisco Ltda.**
- Escola Infantil Scalenus Ltda. ME / **Scalenus**
- Escola Infantil Scalenus Ltda. ME / **Scalenus Baby**
- Berçário e Educação Infantil **Sunny Day**
- **Trenzinho Mágico S/S Ltda.** ME
- Escola **Vita** Berçário e Educação Infantil Ltda.
- **Vitare** Educação Infantil Ltda. – Unidade I
- **Vitare** Educação Infantil Ltda. – **Unidade II**
- Espaço Infantil **Viva** Ltda.

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2025.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE

Secretário de Educação

RESOLUÇÃO SE Nº 18, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Incentivo à Alfabetização e à Recomposição das Aprendizagens no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Bernardo do Campo, estabelecido por meio da Lei nº 7.466/2025, e dá outras providências.

O Secretário de Educação do Município de São Bernardo do Campo, no uso das atribuições legais;

Considerando os artigos 205 a 214 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõem sobre o direito à educação;

Considerando a Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB);

Considerando a Lei Federal nº 13.005/2014 (PNE);

Considerando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

Considerando a Lei Municipal nº 7.466 /2025;

Considerando a necessidade de regulamentar os procedimentos e critérios para a participação dos profissionais da educação e a concessão da gratificação vinculada ao Programa;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer e definir as condições, critérios e metas com vistas à execução do Programa de Incentivo à Alfabetização e à Recomposição das Aprendizagens no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Bernardo do Campo, previstos na Lei nº 7.466/2025.

Art. 2º A participação no programa dar-se-á de forma voluntária, mediante o preenchimento e o encaminhamento, pela direção escolar de referência de cada profissional que fizer jus, da planilha contendo a indicação dos profissionais que receberão o incentivo, com os respectivos valores, à Secretaria de Educação.

Art. 3º A gratificação dependerá do cumprimento cumulativo dos seguintes critérios:

I – redução de crianças não alfabetizadas, conforme metas da Secretaria de Educação, para os alunos do Ensino Fundamental;

II – inclusão de alunos da educação especial no processo de avaliação;

III – participação efetiva em cursos e formações promovidas pela EFOPE, considerando-se a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos encontros, calculado sobre o total de encontros previstos até o encerramento do ciclo imediatamente anterior à data de indicação dos profissionais,

a) o percentual acima referido será apurado com base na relação entre o número de encontros efetivamente cumpridos pelo docente e o total de encontros previstos no período considerado;

b) é considerada participação efetiva aquela correspondente à integralidade da carga horária prevista para o encontro formativo, compreendendo atividades presenciais e/ou assíncronas

c) participação efetiva será aferida mediante registro de frequência nas atividades presenciais e comprovação de realização das atividades assíncronas, conforme critérios e instrumentos definidos pela unidade formadora;

d) eventuais ausências que vierem a superar a frequência mínima estabelecida, não serão compensadas, ainda que oriundas da fruição de quaisquer dos abonos legais.

IV – assiduidade efetiva no exercício da função de 89% (oitenta e nove por cento), considerado o período dos últimos 12 (doze) meses, dos docentes, diretores ou professores substituindo diretor/PSD, vice-diretor, coordenador pedagógico ou professores substituindo coordenador pedagógico/PSCP,

V – exercício efetivo da função em unidade escolar da Rede Municipal.

Art. 4º As metas para a **1ª avaliação Formativa de 2026**, consideradas pela média e percentual do ano/ciclo:

I – 1º Ano do Ensino Fundamental – (Tomada de Leitura): mínimo de 45% de leitor de texto com compreensão leitora;

II – 2º Ano do Ensino Fundamental – (Tomada de Leitura): mínimo de 60% de Leitor de Texto com compreensão leitora (Percentual de acertos de Itens) e mínimo de 50% da média de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática;

III – 3º ano do Ensino Fundamental – mínimo de 65% da média de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática;

IV – 4º Ano do Ensino Fundamental – mínimo de 65% da média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática;

V – 5º Ano do Ensino Fundamental – mínimo de 65% da média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

Art. 5º A Secretaria de Educação fará o monitoramento dos indicadores pedagógicos e administrativos.

Art. 6º Divulgados os resultados das avaliações formativas, os diretores das Unidades Escolares poderão ingressar com recurso, no prazo de 2 (dois) dias, requerendo a revisão.

Parágrafo único – Os recursos apresentados fora do prazo estabelecido serão automaticamente desconsiderados.

Art. 7º A gratificação que será concedida, para o segundo semestre de 2026, aos profissionais que aderiram ao programa e que cumprirem os critérios e metas estabelecidos nesta Resolução:

§1º Para as turmas dos 1ºs anos/ciclos do Ensino Fundamental que atingirem a meta de leitores com compreensão, receberão o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) mensais, por turma, referentes aos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro;

§2º Para as turmas dos 2ºs anos/ciclos do Ensino Fundamental que atingirem a meta de leitura com compreensão e média de proficiência, receberão o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) mensais, por turma, referentes aos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro;

§ 3º para os 3ºs anos e 4ºs anos, do Ensino Fundamental que atingirem as metas de média de proficiência, receberão o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) mensais, por turma, referentes aos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro;

§ 4º para os 5ºs anos do Ensino Fundamental que atingirem as metas de média de proficiência, receberão o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) mensais, por turma, referentes aos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro;

Art. 8º Cada membro da Equipe Gestora, que na Unidade Escolar, as metas forem alcançadas em 3(três) Anos/Ciclos em 2026, quais sejam 2º, 4º e 5º anos/ciclos, receberão a gratificação no valor estipulado de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, referentes aos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro.

Art. 9º A gratificação terá natureza indenizatória, não sendo incorporada ao vencimento nem considerada para cálculo de vantagens pecuniárias bem como, o pagamento das parcelas é devido e condicionado à manutenção do vínculo de trabalho com o Município, deixando de ser efetuado a partir da data em que for efetivado o rompimento de vínculo de trabalho.

Art. 10º A Comissão para conhecimento, análise e deliberação dos recursos relativos aos resultados das avaliações será constituída por:

I. Vanderleia Barbosa dos Santos – Secretária Adjunta;

II. Daniela Inês Balda da Silva – SE-1;

III. Eder Garcia – SE-1

IV. Nilda Regina Rendeiro – SE-2;

V. Crissina Carla dos Santos Sena – SE-3;

VI. Cleide Maria Batista Marchi – SE-3;

VII. Cibele Valente Tieppo Martim – SE-4;

VIII. José Luiz de Lima – Assessor de Governo;

Parágrafo Único. Os trabalhos da comissão serão coordenados pela Secretária Adjunta.

Art. 11 Eventuais casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação

Art. 12 Fica revogada a Resolução SE nº 35/2025.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2026.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE

Secretário de Educação

RESOLUÇÃO SE Nº 19, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 3, de 7 de fevereiro de 2025, que trata da composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil e designa o Gestor das Parcerias, no âmbito da Secretaria de Educação, com base na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, e no Decreto Municipal nº 20.113/2017.

O Secretário de Educação do Município de São Bernardo do Campo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de assegurar o regular funcionamento da Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 20.113/2017;

Considerando a necessidade de promover ajustes na composição dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, instituída pela Resolução SE nº 3, de 7 de fevereiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas entre as organizações da sociedade civil e a Secretaria

de Educação, mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, nomeando:

I - Crissina Carla dos Santos Sena – matrícula nº 39.438-1, em substituição a Vinicius Salermo de Lima – matrícula nº 37.710-5;

II - Rita de Cássia Magnani – matrícula nº 44.576-6, em substituição a Erika Palma – matrícula nº 30.825-7;

III - Lucas Audi Barbosa – matrícula nº 48.045-9, em substituição a José Luiz de Lima – matrícula nº 26.902-1;

IV - Cilene Gomes da Silva – matrícula nº 36.150-4, para compor a Comissão.

Art. 2º Em decorrência das alterações de que tratam o artigo anterior, a Comissão de Monitoramento e Avaliação passa a ter a seguinte composição:

I - Na qualidade de Presidente da Comissão:

a) Cleide Maria Batista Marchi – matrícula nº 33.650-5.

II - Na qualidade de Membros da Comissão:

a) Crissina Carla dos Santos Sena – matrícula nº 39.438-1;

b) Rita de Cássia Magnani – matrícula nº 44.576-6;

c) Marília Gabriela de Oliveira – matrícula nº 44.796-2;

d) Lucas Audi Barbosa – matrícula nº 48.045-9; e

e) Cilene Gomes da Silva – matrícula nº 36.150-4.

Art. 3º Permanece designado como Gestor das parcerias a servidora Cristiane de Souza Andrade Lopes – matrícula nº 36.955-2.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e produzindo efeitos desde 27 de março de 2026.

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2026.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE

Secretário de Educação

Resultado final da classificação elaborada pelas Instituições de Ensino credenciadas, dos alunos do curso de Pedagogia, interessados em realizar estágio remunerado junto às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

CLASS GERAL	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Anna Clara Vieira dos Santos	FASB
2	Larissa Helena Alves Silva	USCS
3	Aline Alves Vieira	FASB
4	Thais Carvalho de Oliveira	Anhanguera - FASBC
5	Fernanda Mirian de Sousa Oliveira	FASB
6	Ana Beatriz Cereja Andrade	FASB
7	Giseli de Campos	FASB
8	Gabrielly da Silva Farias	FASB
9	Karina Taís Ramos	FASB
10	Geiza da Conceição Granja Dias	FASB
11	Maria Eduarda Lima Nascimento	FASB
12	Isabella Carolina Simões Ribeiro de Lima	FASB
13	Sophia helena Fonseca de Oliveira	Anhanguera - FASBC
14	Maria Fernanda Sanches Dias	FASB
15	Laís Rocha Candido	FASB
16	Heloisa de Paula Freitas	Anhanguera - FASBC
17	Maria Luiza de Souza Ferreira Pinto	FASB
18	Laura Santana Silva	FASB
19	Felipe Rodrigues de Souza Matarruco	Anhanguera - FASBC
20	Mariane Paula Couto	FASB
21	Lorena Pessoa da Silva	FASB
22	Mayra Andreia dos Santos	FASB
23	Patricia Pereira Zanolli	FASB
24	Nathaly Almeida Silva Xavier	FASB

25	Sarah Ornellas do Nascimento	FASB

Retificação da Classificação Provisória Item Banana e Andamento da Chamada Pública nº. 01/2026 – PC nº 24/2026-04.

A Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, por meio da Divisão de Alimentação Escolar, no uso de suas atribuições legais, torna público o **andamento da Classificação Provisória referente à Chamada Pública nº 01/2026**, destinada à aquisição de gêneros alimentícios, conforme os critérios estabelecidos no edital.

Após apreciação e análise, a Comissão informa que, em sede de reanálise, fica retificada a classificação provisória da Cooperativa APRAD para o item banana nanica, considerando seu enquadramento como pertencente à região intermediária, tendo sido anteriormente classificada no critério de Região Geográfica Estado. A reclassificação das cooperativas para o referido item encontra-se descrita na íntegra no arquivo **“Retificação_Classificação_Provisória_Item_Banana_CP_2026”**, que integra esta publicação para todos os fins de direito.

Com relação aos questionamentos apresentados e às demais análises em curso, informamos que estes estão sendo criteriosamente avaliados pela equipe técnica de apoio, em conjunto com a Comissão de Implantação da I Chamada Pública de 2026. Os respectivos resultados, bem como a Classificação Final, serão divulgados oportunamente, com a devida publicidade.

Esclarecemos, ainda, que todos os documentos apresentados encontram-se devidamente disponibilizados, na íntegra, no Portal da Educação, garantindo transparência e amplo acesso às informações por todos os interessados, por meio do site: educacao.saobernardo.sp.gov.br Para maiores informações, os interessados poderão entrar em contato pelos telefones (11) 2630-5261, com a Sra. Cristiana, ou (11) 2630-5268, com a Sra. Patrícia.

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE

Secretário de Educação

Secretaria da Fazenda Departamento de Fiscalização de Cadastro Tributário

SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO - SEFAZ-6 EDITAL Nº 006/2026

Considerando análise dos agentes fiscais das unidades competentes do Cadastro Tributário Imobiliário, nos termos da legislação vigente, ficam os contribuintes abaixo, NOTIFICADOS a comparecerem dentro de 15 (quinze) dias, ao local a seguir especificado, a fim de ultimarem providências necessárias ao trâmite dos processos. O não comparecimento implicará o arquivamento e demais consequências legais.

ATENDE BEM - ATENDIMENTO AO CIDADÃO (MEDIANTE AGENDAMENTO)

(Poupatempo - Rua Nicolau Filizola, 100 - Centro).

ASSUNTO: APRESENTAR DOCUMENTOS

YAKULT S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	SB-008857/2026
ERIKA LUCIA LOZA ORELLANA	SB-100249/2025

2ª SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO MOBILIÁRIO - SEFAZ-622

Relacionamos abaixo as Inscrições do Cadastro Fiscal Mobiliário, **ALTERADAS DE OFÍCIO**, pelos agentes fiscais competentes, com base na Lei Municipal 1.802/69 e suas alterações.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MOBILIÁRIA
FRANCISCO ANTONIO CAMILO LOPES	300.122-9

Relacionamos abaixo as Inscrições do Cadastro Fiscal Mobiliário, **ABERTURA CADASTRAL DE OFÍCIO**, pelos agentes fiscais competentes, com base na Lei Municipal 1.802/69 e suas alterações.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MOBILIÁRIA
ESPORTE CLUBE D.E.R.	402.295-5

SEFAZ-6, 28 de abril de 2026.

Danielle Esteves Villano

Assessora de Direção

Departamento de Fiscalização de Cadastro Tributário

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO - SEFAZ-6 EDITAL 128/2026

Considerando a atuação da fiscalização do cadastro tributário mobiliário, ficam os contribuintes, abaixo relacionados, CIENTIFICADOS do encerramento de ofício de suas inscrições no Cadastro Fiscal Mobiliário e NOTIFICADOS dos lançamentos das respectivas penalidades, constituídas pelos agentes fiscais competentes, conforme art. 151 c/c art.83 e art.80, 2, Inc. I da Lei Municipal nº1.802/69.

NOME	INSCRIÇÃO MOBILIARIA	COD-AVISO/EXE	VALOR TOTAL DO LAN AMENTO	VENCTO	NUMERO DO PROCESSO	
ADAO MARCOS DA CUNHA	179.485-0	704-1758845/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ADRIANO RAMOS PEREIRA	180.325-5	704-1758898/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ALESSANDRO DA SILVA	180.098-1	704-1758824/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ALEX FERNANDES	180.418-9	704-1758868/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ALUSKA RENATA SOUSA DOS SANTOS	386.093-0	704-1758851/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
AMARO CAVALCANTI DE OLIVEIRA	180.670-0	704-1758862/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ANA SELMA DE OLIVEIRA FREIRE	180.804-4	704-1758873/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ANDERSON MARTINS MORAIS	320.464-2	704-1758881/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ANTONIO CARLOS PEREIRA	180.328-0	704-1758902/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ANTONIO DE PAULA MOURAO LIMA	179.908-8	704-1758872/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ANTONIO MARCOS PEREIRA	180.327-1	704-1758894/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ANTONIO NONATO DE SOUZA	180.331-0	704-1758901/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ANTONIO PEREIRA MARQUES	180.542-8	704-1758861/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
AUGUSTO AGUIRRAS DE PAULA LEITE	179.385-3	704-1758860/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
BAR E RESTAURANTE MARTINS LTDA	371.457-8	704-1758828/2026	R\$	2.495,10	02062026	536/2026/SB
BENEDITO SERGIO MARTES INFORMATICA - EPP	119.873-4	704-1758867/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
BETA EXPRESS TRANSPORTES LTDA - ME	121.348-2	704-1758829/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
BRASA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	118.616-7	704-1758885/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
BRUNA PEREIRA DE OLIVEIRA	180.220-8	704-1758911/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
CARLOS ALBERTO FERREIRA	375.277-1	704-1758900/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
CARLOS ALBERTO TRAJANO DA SILVA	180.082-5	704-1758906/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
CLAUDINEI DUARTE DO CARMO	180.820-6	704-1758883/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
CLAUDIO DE FREITAS CAIRES	180.416-2	704-1758869/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
COMERCIAL DE CARNES RIBEIRO LTDA	362.791-8	704-1758847/2026	R\$	2.217,86	02062026	536/2026/SB
CRISTINA DE ALMEIDA LADCANE FONSECA	180.472-3	704-1758908/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
DEGRA AUTOMOCAO E SERVICOS IND. EIRELLI-ME	258.921-4	704-1758903/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
DIEGO MENDES	179.604-6	704-1758838/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
DONIZETI AVELINO BATISTA DE SOUZA	303.826-2	704-1758884/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
DOUGLAS PEREIRA MENDES	387.432-0	704-1758905/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
EBM COSMETICOS EIRELI	142.932-9	704-1758882/2026	R\$	1.663,40	02062026	536/2026/SB
EDERSON DA SILVA LACERDA	180.711-0	704-1758895/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
EDS DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS LTDA	182.920-3	704-1758832/2026	R\$	1.108,93	02062026	536/2026/SB

EDUARDO FERREIRA CHAVES	179.978-9	704-1758830/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
EDUARDO FREIRE RODRIGUES	180.417-0	704-1758870/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
EDUARDO OLIVEIRA PRESTES	180.780-3	704-1758856/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
EDUARDO SPERA REPRESENTACOES S/C LTDA	118.881-0	704-1758890/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
EUGENIA OURSOFF BECKER DE MELO	223.655-9	704-1758848/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
EVA HILARIA GARCIA DE FRANCA	392.416-5	704-1758896/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
FABIANO TOSSATO	179.449-3	704-1758910/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
FENIX SERVICOS ESPECIAIS S/C LTDA	119.653-7	704-1758892/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
FLORIPEDES AMADO LEITE	180.271-2	704-1758855/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
FRANCINEIDE ALVES DE OLIVEIRA	179.837-5	704-1758912/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
GILBERTO ARAUJO SALES	180.710-2	704-1758893/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
GILSON ANTONIO VIEIRA DA SILVA	181.337-4	704-1758887/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
GUCI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	304.980-9	704-1758879/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ISRAEL DA SILVA RAMOS	180.330-1	704-1758899/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
IVAIR MARCELO DE MELLO	179.526-0	704-1758871/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
IZURILHA AGATHA DE SOUZA SILVEIRA	179.497-3	704-1758853/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
JAQUELINE MASUMOTO DOS SANTOS	179.841-3	704-1758825/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
JMT NORONHA CONSULTORIA EM INFORMATICA S/S LTDA	118.482-2	704-1758880/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA	180.424-3	704-1758875/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
JOSE ANTONIO DA SILVA	181.445-1	704-1758874/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
JOSE ANTONIO DE ARAUJO	180.502-9	704-1758835/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
JOSE GONCALVES DA SILVA JUNIOR	180.452-9	704-1758897/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
LILIAN DO VALLE BARREIROS	180.017-5	704-1758859/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
LUCINETE FRANCISCA DO NASCIMENTO	179.467-1	704-1758831/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
LUIZ ROBERTO MENCARELLI	179.590-2	704-1758827/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
MANUEL BARBOSA DE OLIVEIRA	180.329-8	704-1758904/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
MARIA HELENA RIBEIRO AZEVEDO	180.776-5	704-1758852/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
MAURICY DE OLIVEIRA MARCONDES	180.247-0	704-1758837/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
MELI DA SILVA SANTOS	179.630-5	704-1758854/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
MERCADINHO E LATICINIOS TVC LTDA	345.436-3	704-1758886/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
META ORCAMENTOS E COTACOES LTDA S/C LTDA	121.276-1	704-1758863/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
MILTON APARECIDO MARCIANO	179.754-9	704-1758850/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
MONICA CRISTINA GOMES DA SILVA	179.676-3	704-1758889/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
NOE NUNES DA SILVA	179.373-0	704-1758857/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB

PAULA GARCIA DE FRANCA	390.418-0	704-1758841/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
PAULO ARISTIDES DA SILVA	179.877-4	704-1758849/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
PEREIRA & ALMEIDA CORRET.DE SEGUROS DE VIDA LTDA	119.987-0	704-1758858/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
RAMOS FERNANDES PRESTADORA DE SERVICO LTDA	287.367-2	704-1758826/2026	R\$	1.108,93	02062026	536/2026/SB
RICARDO INACIO DA SILVA	180.757-9	704-1758840/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
RICHARD FRANCK NUNES	180.600-9	704-1758909/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
ROI ROI CRIACAO E ACESSORIOS - EIRELI	230.862-2	704-1758877/2026	R\$	1.663,40	02062026	536/2026/SB
ROSANA OLIVEIRA PUGLIESSA	180.668-8	704-1758866/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
RPG COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA-EPP	185.115-2	704-1758842/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
SANSIN CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA	121.117-0	704-1758844/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
SERGIO COELHO DOS SANTOS	179.772-7	704-1758865/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
SHPs TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.	391.953-6	704-1758836/2026	R\$	1.108,93	02062026	536/2026/SB
SUPER ATACADO DE CARNES SAMPAIO LTDA	385.308-0	704-1758843/2026	R\$	4.158,49	02062026	536/2026/SB
T DE F CARNEIRO MERCADO E ACOUGUE	380.552-2	704-1758833/2026	R\$	4.158,49	02062026	536/2026/SB
THAIS APARECIDA SANTOS LIMA	179.860-0	704-1758839/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
TOME EQUIPAMENTOS E TRANSPORTES S.A.	238.547-3	704-1758878/2026	R\$	6.930,81	02062026	536/2026/SB
UBIRAJARA CAPELA DE ASSIS	180.574-6	704-1758888/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
VAGNER CANDIDO	180.031-0	704-1758864/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
VALDECIR VIEIRA	179.596-1	704-1758834/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
VALDEIR PEREIRA DOS SANTOS	179.447-7	704-1758907/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB
WILLIAM MORAES SANTANA	329.935-0	704-1758876/2026	R\$	693,08	02062026	536/2026/SB

SEFAZ-6, 28 de abril de 2026

Danielle Esteves Villano

Assessora de Direção

Departamento de Fiscalização de Cadastro Tributário

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO - SEFAZ-6
EDITAL 131/2026

Considerando a atuação da fiscalização do cadastro tributário mobiliário, ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados de que devem comparecer ao Atende Bem, situado na Rua Nicolau Filizola, 100 – Centro – Poupatempo, ou em um dos demais postos de atendimento, mediante agendamento prévio, no prazo de 30 (trinta) dias, para providenciar a alteração do endereço declarado ou o encerramento de sua inscrição mobiliária.

Após este prazo, a inscrição será cancelada de ofício pelo agente fiscal competente, com a aplicação da penalidade devida (multa).

INSCRIÇÃO MOBILIÁRIA; NOME;

187253 2 - APARECIDO COSTA JARDINAGEM - ME

166595 2 - BELLA GILNE-COM. DE MOBILIÁRIO E DECOR. LTDA-ME

242574 2 - CARLOS DE ALMEIDA ANDRADE

235544 2 - CLAUDIO DE JESUS SILVA - ME

201340 1 - CLEIDE ADELINO DE OLIVEIRA ALIMENTOS - ME

185838 6 - EDER NILSON DE SOUZA GOMES

185903 0 - EDSON OLIVEIRA SOUZA

185619 7 - EDUARDO RAMOS TEIXEIRA

185761 4 - ELIETE MIRANDA DA SILVA

185907 2 - FRANCISCA LISIE BEZERRA DE SOUSA

214455 7 - GILBERTO RIBEIRO DE MORAES TRANSPORTE - ME

222519 0 - JEFERSON RONALDO DE LIMA

185913 7 - JOSE GEDAIAS COSTA

218378 1 - KELLY CRISTINA TAHIOCHI - ME
185677 4 - LEIA SANTOS AMARAL
185693 6 - LEILIANE DE SOUZA TELLES
203746 7 - LUIZ SOUSA DA SILVA AVICULTURA ME
206950 4 - MARIA EDNA DE SOUSA SILVA ACESSORIOS ME
218078 2 - MARIA MARLENE RODRIGUES PAZ
178993 7 - MARTINHA MARIA DE ANDRADE - ME
185680 4 - MAURO SANTOJA
283353 0 - OFICINA MOTOR RAMAZOTTI EIRELI
138809 6 - ORION EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA S/C LTDA
185904 8 - OSEIAS ANTONIO DA SILVA FILHO
177411 5 - PAULO R. DA SILVA DROGARIA - ME.
185829 7 - PAULO RONALDO BEZERRA
259719 5 - PIZZARIA GLASRON LTDA
201361 4 - R B DE MOURA MECANICA ME
185882 3 - RODRIGO STEINER SANA
185789 4 - SIMONE SILVA BRAGA
173649 3 - SONIA MARIA ROQUE MARINHEIRO DA SILVA - ME
220575 0 - TAIAMAR TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA ME
165467 5 - TRANSPORTADORA FELICIO FRANCISCO LTDA
185848 3 - WAGNER GONCALO DA SILVA

SEFAZ-6, 28 de abril de 2026

Danielle Esteves Villano

Assessora de Direção

Departamento de Fiscalização de Cadastro Tributário

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO SEFAZ-6
E R R A T A

No edital nº 121/2026, publicado na edição nº 2635 do dia 24/04/2026, página nº 37 do Jornal Notícias do Município:

ONDE SE LÊ:

Considerando a atuação da fiscalização do cadastro tributário mobiliário, ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados de que devem comparecer ao Atende Bem, situado na Rua Nicolau Filizola, 100 – Centro – Poupatempo, ou em um dos demais postos de atendimento, mediante agendamento prévio, no prazo de 30 (trinta) dias, para providenciar a alteração do endereço declarado ou o encerramento de sua inscrição mobiliária.

Após este prazo, a inscrição será cancelada de ofício pelo agente fiscal competente, com a aplicação da penalidade devida (multa).

LEIA-SE:

Considerando a atuação da fiscalização do cadastro tributário mobiliário, ficam os contribuintes, abaixo relacionados, CIENTIFICADOS do encerramento de ofício de suas inscrições no Cadastro Fiscal Mobiliário e

NOTIFICADOS dos lançamentos das respectivas penalidades, constituídas pelos agentes fiscais competentes, conforme art. 151 c/c art.83 e art.80, 2, Inc.I da Lei Municipal nº1.802/69.

SEFAZ-6, 28 de abril de 2026

Danielle Esteves Villano

Assessora de Direção

Departamento de Fiscalização de Cadastro Tributário

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO SEFAZ-6
E R R A T A

No edital publicado na edição nº 2635 do dia 24/04/2026, página nº 38 do Jornal Notícias do Município:

ONDE SE LÊ:

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO - SEFAZ-6
EDITAL 121/2026

LEIA-SE:

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO - SEFAZ-6
EDITAL 124/2026

SEFAZ-6, 28 de abril de 2026

Danielle Esteves Villano

Assessora de Direção

Departamento de Fiscalização de Cadastro Tributário

Secretaria da Fazenda
Departamento de Rendas Municipais

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE RENDAS MUNICIPAIS
SEFAZ-5 - Nº 008/2026

Nos termos da legislação vigente, ficam os contribuintes abaixo, NOTIFICADOS a comparecerem dentro de 15 (quinze) dias, ao local a seguir especificado, a fim de ultimarem providências necessárias ao trâmite dos processos. O não comparecimento implicará o arquivamento e demais consequências legais.

SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ.52**ASSUNTO: APRESENTAR DOCUMENTOS**

IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS REDE DE EMPREENDEDORES INSERIDOS NA OBRA MISSIONARIA	SB- 016.965/2026
MARIA LEDA DOS SANTOS	SB-000.428/2026

Nos termos da legislação vigente, ficam os CONTRIBUINTES abaixo CIENTIFICADOS das decisões exaradas pelas autoridades competentes. Tratando-se de INDEFERIMENTO ou IMPROCEDÊNCIA, ainda que parcial, poderá ser INTERPOSTO RECURSO no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital.

DESPACHOS DO SENHOR DIRETOR DE DIVISÃO SEFAZ.51**PROCESSOS DEFERIDOS****ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL - INDEFERIMENTO - IMPUGNAÇÃO DE PENDÊNCIA**

DUETS EVENTS BAR E VIDEOKE	SB- 015.902/2026

DESPACHOS DA SENHORA DIRETORA DE SEÇÃO DA SEFAZ.512**PROCESSOS PROCEDENTES****ASSUNTO: CANCELAMENTO DE GUIA DE ISSQN AUTODECLARADA**

ANTONIO RODRIGO POLIDO	SB-081.457/2025

PROCESSOS DEFERIDOS**ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL - INDEFERIMENTO - IMPUGNAÇÃO DE PENDÊNCIA**

BETHANIA CORRETORA DE SEGUROS E CONSULTORIA LTDA	SB-018.691/2026

ASSUNTO: CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO

JÓÃO RIBEIRO DE SOUSA	SB-116025/2024

PROCESSOS IMPROCEDENTES**ASSUNTO: REVISÃO DE LANÇAMENTO**

M A PEREIRA PROCESSAMENTO DE DADOS	SB-074.678/2025

ASSUNTO: CANCELAMENTO DE LANÇAMENTOS

BIANCA TORRES	SB-067.138/2024

DESPACHOS DO SENHOR DIRETOR DE DIVISÃO SEFAZ.52**PROCESSOS INDEFERIDOS****ASSUNTO: CANCELAMENTO DE PREÇO PÚBLICO**

FLÁVIO CARELLI	SB-070.043/2025

DESPACHOS DO SENHOR DIRETOR DE SEÇÃO SEFAZ.522**PROCESSOS DEFERIDOS****ASSUNTO: PREÇO PÚBLICO PELA COLETA DE LIXO INFECTANTE - REVISÃO**

VISAGE ESTÉTICA AVANÇADA LTDA.	SB-055.638/2025

PROCESSOS PARCIALMENTE DEFERIDOS**ASSUNTO: CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO**

VISAGE ESTÉTICA AVANÇADA LTDA.	SB-126.567/2023

DESPACHOS DA SENHORA DIRETORA DE SEÇÃO SEFAZ.523**PROCESSOS DEFERIDOS****ASSUNTO: BENEFÍCIO FISCAL**

CELIA DAS GRAÇAS DOS REIS MUNHOZ	SB-002.508/2026
HELENA ALEXANDRE DA SILVA	SB-002.243/2026
SERAL OTIS INDUSTRIA METALURGICA LTDA	SB-061.653/2025
SONIA MARIA ALMEIDA DAMMENHAIN ZANATTA	SB-004.353/2025
SONJA MARIA ALCANTARA VIANA	SB-0122.60/2026
TELMA ESTEVES DIAS	SB-000.605/2026
VALDIR DIONISIO	SB-107.075/2025

ASSUNTO: REVISÃO DE LANÇAMENTO IMOBILIÁRIO

DEBORA PIZZI BARBOSA	SB- 037.905/2026

PROCESSOS INDEFERIDOS**ASSUNTO: BENEFÍCIO FISCAL**

EDUARDO JOSÉ DE CARVALHO FILHO	SB-003.168/2023
JOAO ALBERTO LOPES	SB-007.793/2026
LUCCA VIEIRA GENTILEZZA	SB-003.940/2026
MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO PIANCO	SB-013.014/2026
MARIA DE FATIMA BATISTA DE MELO	SB-057.138/2025
ROSANA FERREIRA DE PINHO ZUCON	SB-019.575/2026
SEBASTIÃO FERNANDES DO NASCIMENTO	SB-011.580/2026
WILLIAM BUISSA	SB-005.847/2009

PROCESSOS DESCONHECIDOS**ASSUNTO: BENEFÍCIO FISCAL**

C.L.I.R. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S/A	SB-002.823/2026
C.L.I.R. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S/A	SB-0028.66/2026
C.L.I.R. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S/A	SB-013.651/2026
C.L.I.R. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S/A	SB-013.657/2026

DIVISÃO DE RENDAS MOBILIARIAS E CONSTRUÇÃO CIVIL - SEFAZ.51

Nos termos do artigo 25, § 3º, item 2, alínea "b", da Lei Municipal nº. 1802/69 ficam os contribuintes a seguir relacionados, **NOTIFICADO(S)** do seguinte procedimento:

INTERESSADO: MERCADO ENVIOS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA; CNPJ: 20.121.850/0031-70; ASSUNTO: TERMO DE INÍCIO DE OAFS; PROCESSO: SB.030799/2026; PERÍODO: JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2025. ITEM: SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS; PROCEDIMENTO: 011/2026; Com amparo no Título III, Capítulo I, da Lei Municipal nº 6734/2018, e no Capítulo IX do Decreto Municipal nº 17.419/2011, fica a empresa TEDDY SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.207.659/0001-23, notificada do início da Ordem de Ação Fiscal Simplificada nº 014/2026, determinada por ordem do Senhor Diretor de Divisão da SEFAZ-51 através do SB-030.804/2026-35, considerando as obrigações tributárias decorrentes dos serviços prestados e tomados entre o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2025. A espontaneidade para regularização de qualquer ato praticado, que esteja inscrito no período compreendido pela presente fiscalização, está afastada, nos termos do § único do artigo 138 do Código Tributário Nacional. Demais informações, assim como solicitações necessárias, poderão ser obtidas junto ao Auditor Fiscal identificado a seguir sob e-mail: mauricio.costa@saobernardo.sp.gov.br.

INTERESSADO: CBL COMÉRCIO E RECICLAGEM DE BORRACHAS LTDA
CNPJ: 58.865.114/0001-84

ASSUNTO: CÓPIA INTEGRAL DO PROCESSO FÍSICO SB.25977/2016-44.

PROCESSO: SB 33275/2026

DECISÃO: AUTORIZADO - SEFAZ-511

Processo: SB - 119462/2025

Razão Social: Gestão Compartilhada de Parques e Empreendimentos Ltda.

Evento: Mundo Ninja

Atender à 2ª Notificação apresentando o borderô referente ao faturamento de março/2026.

TERMO DE INÍCIO DE ORDEM DE AÇÃO FISCAL SIMPLIFICADA - OAFS 31/2025

RAZÃO SOCIAL: LOVATO IMOVEIS LTDA - ME

Inscrição Mobiliária: 254.056-8

CNPJ: 27.846.458/0001-12

PROCESSO DIGITAL: SB 076.090/2025-08

Objeto da Fiscalização: Serviços Tomados e Prestados

Período Fiscalizado: outubro/2020 a dezembro/2021

Fica o(a) contribuinte NOTIFICADO(A) sobre o início da Ordem de Ação Fiscal Simplificada OAFS 31/2025.

Às 14h do dia 10 de abril de 2026, lavramos o presente termo, conforme disposto no art. 34, da Lei Complementar nº123/2006, artigos 85, inciso I e 86 da Resolução CGSN nº140/2018, artigos 68 ao 85 do Decreto Municipal nº 17.419/2011 e artigo 94, II e Seção III da Lei nº1802/1969, para dar ciência da Ordem de Ação Fiscal Simplificada - OAFS 31/2025, na qual apuramos inconsistências entre as informações declaradas no Simples Nacional - PGDAS-D e as informações registradas nas notas fiscais emitidas através do sistema GISSONLINE do Município de São Bernardo do Campo.

Interessado: Lair Zechetti

Processo: SB.018006/2026-17

Assunto: Verificação fiscal para fins de cnd

Despacho: auto de infração 102373 por erro de escrituração de alíquotas e falta de escrituração de valores declarados no simples nacional.

Interessado: Lair Zechetti

Processo: SB.018006/2026-17

Assunto: Verificação fiscal para fins de cnd

Despacho: auto de infração 102374 por erro de erro de alíquotas em notas fiscais e falta de emissão de notas fiscais para valores declarados no simples nacional.

Interessado: Lair Zechetti

Processo: SB.018006/2026-17

Assunto: Verificação fiscal para fins de cnd

Despacho: auto de infração 102375 por recolhimento a menor decorrente de erro de alíquotas erradas em notas fiscais de serviços prestados com retenção - iss lançado por meio da gam 802/26-1769052-5.

SEFAZ.5, 28 de abril de 2026.

ELIANE GARCIA DA CONCEIÇÃO

DIRETORA DEPARTAMENTO DE RENDAS MUNICIPAIS
SEFAZ-5

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE RENDAS MUNICIPAIS - SEFAZ-5

ERRATA

No edital nº 007/2026, publicado na edição nº 2635 do dia 24/04/2026, página nº 40 do Jornal Notícias do Município:

ONDE SE LÊ:

INTERESSADO: MERCADO ENVIOS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA;
CNPJ: 20.121.850/0031-70;
ASSUNTO: TERMO DE INÍCIO DE OAFS;
PROCESSO: SB.030799/2026;
PERÍODO: JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2025.
ITEM: SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS;
PROCEDIMENTO: 011/2026;

Com amparo no Título III, Capítulo I, da Lei Municipal nº 6734/2018, e no Capítulo IX do Decreto Municipal nº 17.419/2011, fica a empresa TEDDY SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.207.659/0001-23, notificada do início da Ordem de Ação Fiscal Simplificada nº 014/2026, determinada por ordem do Senhor Diretor de Divisão da SEFAZ-51 através do SB-030.804/2026-35, considerando as obrigações tributárias decorrentes dos serviços prestados e tomados entre o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2025.

A espontaneidade para regularização de qualquer ato praticado, que esteja inscrito no período compreendido pela presente fiscalização, está afastada, nos termos do § único do artigo 138 do Código Tributário Nacional.

Demais informações, assim como solicitações necessárias, poderão ser obtidas junto ao Auditor Fiscal identificado a seguir sob e-mail: mauricio.costa@saobernardo.sp.gov.br.

LEIA-SE:

INTERESSADO: MERCADO ENVIOS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA;
CNPJ: 20.121.850/0031-70;
ASSUNTO: TERMO DE INÍCIO DE OAFS;
PROCESSO: SB.030799/2026;
PERÍODO: JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2025.
ITEM: SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS;
PROCEDIMENTO: 011/2026;

Com amparo no Título III, Capítulo I, da Lei Municipal nº 6734/2018, e no Capítulo IX do Decreto Municipal nº 17.419/2011, fica a empresa supracitada notificada do início da Ordem de Ação Fiscal Simplificada nº 011/2026, determinada por ordem do Senhor Diretor de Divisão da SEFAZ-51 através do SB-030.799/2026-87, considerando as obrigações tributárias decorrentes dos serviços prestados e tomados entre o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2025.

A espontaneidade para regularização de qualquer ato praticado, que esteja inscrito no período compreendido pela presente fiscalização, está afastada, nos termos do § único do artigo 138 do Código Tributário Nacional.

Demais informações, assim como solicitações necessárias, poderão ser obtidas junto ao Auditor Fiscal identificado a seguir sob e-mail: mauricio.costa@saobernardo.sp.gov.br

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE RENDAS MUNICIPAIS - SEFAZ-5 - EDITAL 127/2026

NOS TERMOS DO ARTIGO 25, PARAGRAFO TERCEIRO, ITEM 1, ALÍNEA B, DA LEI MUNICIPAL 1802/69 E SUAS ALTERACOES FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS, NOTIFICADOS DOS SEGUINTE LANCAMENTOS :					
NOME	INSCRICAO <IMOB/IMOBIL>	COD-AVISO/EXE	VALOR TOTAL DO LANCAMENTO	VENCTO	NUMERO DO PROCESSO
ALBERTO MELO DE SOUZA LTDA	401.801-0	406-1778206/2026	R\$ 277,24	02062026	
45 ENERGIA LTDA	401.755-2	406-1778162/2026	R\$ 138,62	02062026	
A.B.H CLINICA ODONTOLOGICA LTDA	278.752-0	407-1768607/2026	R\$ 267,25	23042026	4442/2021/SB
A.B.H CLINICA ODONTOLOGICA LTDA	278.752-0	407-1768608/2026	R\$ 267,25	23042026	4442/2021/SB
A.B.H CLINICA ODONTOLOGICA LTDA	278.752-0	407-1768609/2026	R\$ 267,25	23042026	4442/2021/SB
ACOLHIMENTO PSICOLOGIA LTDA	401.749-8	406-1778156/2026	R\$ 138,62	02062026	
ADEMIR SOUZA DE FREITAS	003.125.011.000	101-1768681/2026	R\$ 472,71	02062026	132369/2021/SB
ADRIANA ELISA DOBIES ROSSETO	009.023.004.000	101-1768587/2026	R\$ 1.697,76	02062026	32596/2020/SB
AFP PERITOS ASSOCIADOS LTDA	401.739-0	406-1778147/2026	R\$ 138,62	02062026	
AIZUL PARTICIPACOES LTDA	401.814-1	406-1778218/2026	R\$ 831,68	02062026	
AKE HOLDING S/A	402.315-3	406-1778257/2026	R\$ 8.316,96	02062026	
ALADEGA BEBIDAS LTDA	402.335-8	406-1778273/2026	R\$ 277,24	02062026	
ALAMEDA KENNEDY LTDA	402.283-1	406-1778229/2026	R\$ 1.663,40	02062026	
ALEX VICTOR DE ANDRADE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA	402.352-8	406-1778288/2026	R\$ 138,62	02062026	
ALIANCA NATURAL VAREJO E ALIMENTOS LTDA	402.317-0	406-1778259/2026	R\$ 138,62	02062026	
ALQUIMIA IDIOMAS LTDA	401.742-0	406-1778149/2026	R\$ 1.108,92	02062026	
AMANDA RIBEIRO ABE LTDA	402.343-9	406-1778280/2026	R\$ 138,62	02062026	
AMORIM TOPOGRAPHY LTDA	306.766-1	430-1768936/2026	R\$ 90,45	22042025	
AMORIM TOPOGRAPHY LTDA	306.766-1	430-1768944/2026	R\$ 90,45	28052025	
AMORIM TOPOGRAPHY LTDA	306.766-1	430-1768953/2026	R\$ 90,45	20062025	
AMORIM TOPOGRAPHY LTDA	306.766-1	430-1768960/2026	R\$ 90,45	21072025	
ANDRADE COMERCIO DE AREIA E PEDRA LTDA		704-1778314/2026	R\$ 4.400,00	02062026	40333/2026/SB
ANDRE L. N. SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOC	401.775-7	406-1778182/2026	R\$ 831,68	02062026	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768875/2026	R\$ 21,27	20052024	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768884/2026	R\$ 80,10	22072024	

ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768887/2026	R\$	200,25	21082024	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768890/2026	R\$	106,84	20092024	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768896/2026	R\$	184,06	21102024	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768902/2026	R\$	40,05	20122024	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768914/2026	R\$	119,39	20012025	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768938/2026	R\$	40,05	22042025	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768943/2026	R\$	40,05	28052025	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768948/2026	R\$	40,05	20062025	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768978/2026	R\$	40,05	22092025	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768987/2026	R\$	40,05	20102025	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1768998/2026	R\$	40,05	21112025	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1769006/2026	R\$	40,05	22122025	
ANDREIA MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	316.566-3	430-1769019/2026	R\$	80,10	20012026	
ANTONIO ALVES DE MESQUITA	410.046.011.000	101-1768599/2026	R\$	2.260,80	02062026	115697/2021/SB
ANTONIO BRAGA SOBRINHO	032.040.081.000	101-1768688/2026	R\$	128,26	02062026	32935/2024/SB
ANTONIO FRANCISCO NUNES DOS SANTOS		705-1768605/2026	R\$	191,31	02062026	135499/2024/SB
ANTONIO LOPES - ESPOLIO	020.074.023.001	101-1768683/2026	R\$	285,12	02062026	44973/2023/SB
ARLUNDO DE FREITAS PLANTAS LTDA		430-1768707/2026	R\$	42,69	20062016	
ARLUNDO DE FREITAS PLANTAS LTDA		430-1768708/2026	R\$	277,49	20092016	
ARLUNDO DE FREITAS PLANTAS LTDA		430-1768709/2026	R\$	277,49	20102016	
ARLUNDO DE FREITAS PLANTAS LTDA		430-1768710/2026	R\$	277,49	21112016	
ARLUNDO DE FREITAS PLANTAS LTDA		430-1768711/2026	R\$	301,90	20122016	
ARLUNDO DE FREITAS PLANTAS LTDA		430-1768712/2026	R\$	5,93	20012017	
AURELIANO REQUENA - ESPOLIO	004.086.007.000	101-1768584/2026	R\$	828,24	02062026	84066/2020/SB
AVANILDO PEREIRA SENA		705-1768614/2026	R\$	3.406,08	02062026	141816/2023/SB
AVINU CORRETORA SEGUROS LTDA	402.284-0	406-1778230/2026	R\$	138,62	02062026	
AVR MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	396.216-4	406-1778139/2026	R\$	2.772,32	02062026	
AZEVEDO & LOPES REJUVENESCIMENTO LTDA	332.033-2	430-1768939/2026	R\$	25,10	28052025	
BARBARA STELA MARTINS CARDOSO	033.124.053.036	101-1769068/2026	R\$	528,24	02062026	38907/2025/SB

BARBARA STELA MARTINS CARDOSO	033.124.053.036	101-1778341/2026	R\$	523,52	02062026	38907/2025/SB
BEATRIZ SOARES FERNANDES	401.808-7	406-1778212/2026	R\$	554,48	02062026	
BELLA CARNE BAR E ESPETARIA LTDA	401.782-0	406-1778188/2026	R\$	277,24	02062026	
BELLA DONNA INSTITUTO DE BELEZA LTDA	354.263-7	407-1768676/2026	R\$	207,84	02062026	104403/2025/SB
BELLA DONNA INSTITUTO DE BELEZA LTDA	354.263-7	407-1768677/2026	R\$	415,72	02062026	104403/2025/SB
BELLA DONNA INSTITUTO DE BELEZA LTDA	354.263-7	407-1768678/2026	R\$	415,72	02062026	104403/2025/SB
BLUE BEAUTY LTDA	401.806-0	406-1778210/2026	R\$	138,62	02062026	
BRASIL FASHION JEANS LTDA	401.744-7	406-1778151/2026	R\$	138,62	02062026	
BRAVO ENFERMAGEM APH LTDA	402.348-0	406-1778284/2026	R\$	138,62	02062026	
BRUNA CAZERI	402.322-6	406-1778263/2026	R\$	138,62	02062026	
BRUNA DE LIMA LACERDA LTDA	402.316-1	406-1778258/2026	R\$	554,48	02062026	
BRUNO HENRIQUE SANTOS NUNES	402.330-7	406-1778270/2026	R\$	138,62	02062026	
BRUNO RODRIGUES SOARES		705-1778291/2026	R\$	579,69	02062026	21621/2025/SB
C L S B INSTALACOES E MANUTENCOES ELETRICAS LTDA	402.309-9	406-1778251/2026	R\$	138,62	02062026	
CAIO PIETRO ZANATTA	534.630.002.000	101-1768690/2026	R\$	17.745,36	02062026	4353/2025/SB
CANADA LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA	402.286-6	406-1778232/2026	R\$	138,62	02062026	
CARLOS JOSE LOPES	534.302.138.000	704-1768661/2026	R\$	2.100,00	02062026	38507/2026/SB
CARNUCCI CO. LTDA	401.767-6	406-1778174/2026	R\$	138,62	02062026	
CAV - CENTRO ADMINISTRATIVO VISION ONE LTDA	401.788-9	406-1778194/2026	R\$	1.108,92	02062026	
CC ENGINEERING CAPITAL LTDA	402.290-4	406-1778236/2026	R\$	554,48	02062026	
CELIA DAS GRACAS DOS REIS MUNHOZ	019.015.029.028	101-1778340/2026	R\$	712,47	18062026	2508/2026/SB
CELINA DELLA NINA GAMBI	020.096.004.000	101-1768593/2026	R\$	292,60	02062026	525/2020/SB
CENTRO EDUCACIONAL E TECNOLOG.POLIGONO LTDA	224.588-4	430-1768766/2026	R\$	10.687,78	20042022	
CENTRO EDUCACIONAL E TECNOLOG.POLIGONO LTDA	224.588-4	430-1768767/2026	R\$	14.429,23	20052022	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768861/2026	R\$	477,07	22012024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768865/2026	R\$	413,94	20022024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768869/2026	R\$	673,63	20032024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768872/2026	R\$	1.209,70	22042024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768874/2026	R\$	1.582,25	20052024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768877/2026	R\$	1.141,34	20062024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768885/2026	R\$	1.608,39	22072024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768888/2026	R\$	811,09	21082024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768891/2026	R\$	1.486,83	20092024	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768951/2026	R\$	477,32	20062025	

CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768964/2026	R\$	670,01	21072025	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768973/2026	R\$	593,11	21082025	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768982/2026	R\$	693,05	22092025	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768991/2026	R\$	1.082,26	20102025	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1768999/2026	R\$	528,71	21112025	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1769009/2026	R\$	1.816,33	22122025	
CITECH SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	296.387-6	430-1769025/2026	R\$	1.299,74	20012026	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768790/2026	R\$	29,62	21112022	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768796/2026	R\$	41,74	20122022	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768800/2026	R\$	81,92	20012023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768803/2026	R\$	49,45	22022023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768807/2026	R\$	48,33	20032023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768813/2026	R\$	43,29	20042023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768819/2026	R\$	62,64	22052023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768823/2026	R\$	123,11	20062023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768832/2026	R\$	55,54	20072023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768837/2026	R\$	91,16	21082023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768840/2026	R\$	61,97	20092023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768849/2026	R\$	76,76	20102023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768850/2026	R\$	50,70	21112023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768858/2026	R\$	39,14	20122023	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768863/2026	R\$	51,64	22012024	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768928/2026	R\$	79,33	20022025	

CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768937/2026	R\$	148,73	22042025	
CL.C - CORRETORA DE SEGUROS CONSIG.E EMPR. LTDA	252.265-9	430-1768941/2026	R\$	137,17	28052025	
CLAUDI RODRIGUES DE OLIVEIRA	402.329-3	406-1778269/2026	R\$	554,48	02062026	
CLAUDINEI APARECIDO CORREIA		704-1768670/2026	R\$	7.329,99	02062026	37220/2026/SB
CLERISTON BRITO DA SILVA	532.321.087.000	101-1768689/2026	R\$	568,71	02062026	28753/2024/SB
CLINICA SENTIDO & ACAO LTDA	401.756-0	406-1778163/2026	R\$	138,62	02062026	
CLINICA VETERINARIA FANTATO LTDA	379.328-1	407-1769034/2026	R\$	757,20	02062026	
CLINICA VETERINARIA FANTATO LTDA	379.328-1	407-1769035/2026	R\$	415,73	02062026	
CLINICA VETERINARIA FANTATO LTDA	379.328-1	407-1769051/2026	R\$	148,47	24042026	
COMERCIAL CAZALURE LTDA	401.735-8	406-1778143/2026	R\$	138,62	02062026	
COMERCIAL NACIONAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	401.771-4	406-1778178/2026	R\$	554,48	02062026	
CONDOMINIO SANTA LUZIA I	401.795-1	406-1778200/2026	R\$	831,68	02062026	
CONSTRUTORA HOLE IN ONE LTDA	344.502-0	430-1768897/2026	R\$	238,94	21102024	
CONSTRUTORA RAIZA LTDA	033.124.053.038	101-1769070/2026	R\$	10.654,56	02062026	38907/2025/SB
CONSTRUTORA RAIZA LTDA	033.124.053.038	101-1778343/2026	R\$	10.550,16	02062026	38907/2025/SB
CONSTRUTTORIA REFORMA DE IMOVEIS LTDA	289.867-5	430-1769002/2026	R\$	4.549,55	21112025	
CONSTRUTTORIA REFORMA DE IMOVEIS LTDA	289.867-5	430-1769023/2026	R\$	489,15	20012026	
CORPO EM FORMA 30 LTDA	401.793-5	406-1778198/2026	R\$	831,68	02062026	
CORUJA FELIX CONSULTORIA LTDA	401.798-6	406-1778203/2026	R\$	277,24	02062026	
CRECHE REFUGIO ANIMAL LTDA	263.183-0	430-1769022/2026	R\$	408,75	20012026	
CS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	401.743-9	406-1778150/2026	R\$	138,62	02062026	
DANIEL BARBOSA DOS REIS LTDA	402.305-6	406-1778247/2026	R\$	138,62	02062026	
DANIEL DE SOUSA SANTOS		704-1768674/2026	R\$	7.329,99	02062026	36692/2026/SB
DEBORA PIZZI BARBOSA	032.008.040.000	101-1768687/2026	R\$	570,15	02062026	37905/2026/SB
DESIGNA COMERCIO DE BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA	401.773-0	406-1778180/2026	R\$	554,48	02062026	
DETECTA MAIS GESTAO OPERACIONAL DE MONITORAMENTO	401.805-2	406-1778209/2026	R\$	138,62	02062026	
DEUSDETE DA HORA		705-1778334/2026	R\$	7.510,80	02062026	99865/2024/SB
DGC - SERVICOS PARA MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA	302.738-4	430-1768713/2026	R\$	512,12	20122021	
DGC - SERVICOS PARA MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA	302.738-4	430-1768715/2026	R\$	1.011,30	20012022	
DI SANTO SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA EPP	132.431-4	430-1768829/2026	R\$	16,50	21032022	
DISTRIBUIDORA TA BARATO LTDA	401.778-1	406-1778185/2026	R\$	554,48	02062026	
DRA. SIMONE NUNES GUIMARAES COSTA ODONTOLOGIA E	401.758-7	406-1778165/2026	R\$	138,62	02062026	
EGS APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	402.288-2	406-1778234/2026	R\$	138,62	02062026	
EMK PRIME DOCUMENTACOES - EMPRESA UNIPessoal LIM	401.815-0	406-1778219/2026	R\$	277,24	02062026	

EMPMULT EMPLHADEIRAS LTDA	253.488-6	430-1768915/2026	R\$	48,56	20012025	
EPLEI LOJA LTDA	402.314-5	406-1778256/2026	R\$	138,62	02062026	
ESPORTE CLUBE D.E.R.	402.295-5	406-1778239/2026	R\$	369,60	02062026	
ESPORTE CLUBE D.E.R.	402.295-5	704-1768679/2026	R\$	5.544,65	02062026	536/2026/SB
ESQUADRIAS DE MADEIRA SOUZA SOUZA LTDA	312.768-0	430-1768798/2026	R\$	210,73	20122022	
ESTUDIO BEM MARIA LTDA	359.976-0	407-1778328/2026	R\$	267,25	27042026	138901/2024/SB
ETA PARTICIPACOES LTDA	401.812-5	406-1778216/2026	R\$	831,68	02062026	
EVARISTO LUIZ DE MELO	026.075.042.000	101-1768595/2026	R\$	3.785,52	02062026	9042/2024/SB
EVER ISOLAMENTOS ACUSTICOS LTDA	402.289-0	406-1778235/2026	R\$	138,62	02062026	
EVERSON DE OLIVEIRA FACUNDES SERVICOS	402.318-8	406-1778260/2026	R\$	138,62	02062026	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768769/2026	R\$	240,29	20092022	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768774/2026	R\$	301,50	20102022	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768791/2026	R\$	301,50	20122022	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768799/2026	R\$	301,50	20012023	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768804/2026	R\$	301,50	20032023	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768833/2026	R\$	301,50	21082023	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768966/2026	R\$	328,70	21072025	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768972/2026	R\$	328,70	21082025	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768977/2026	R\$	328,70	22092025	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768985/2026	R\$	328,70	20102025	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1768994/2026	R\$	328,70	21112025	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1769003/2026	R\$	489,50	22122025	
EVERTON VENDRAMINI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	308.029-3	430-1769014/2026	R\$	825,53	20012026	

FAIAS PAIVA ADM. E PART. S/A	022.022.005.000	101-1768684/2026	R\$	6.967,56	02062026	24667/2024/SB
FELIX INSTRUMENTACAO CIRURGICA LTDA	401.762-5	406-1778169/2026	R\$	138,62	02062026	
FERRI SAUDE LTDA	402.342-0	406-1778279/2026	R\$	138,62	02062026	
FKS ENGENHARIA LTDA	401.768-4	406-1778175/2026	R\$	138,62	02062026	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1768934/2026	R\$	7.500,00	22042025	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1768942/2026	R\$	10.000,00	28052025	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1768952/2026	R\$	10.000,00	20062025	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1768962/2026	R\$	12.049,42	21072025	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1768971/2026	R\$	9.076,23	21082025	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1768980/2026	R\$	9.753,14	22092025	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1768989/2026	R\$	9.861,06	20102025	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1768996/2026	R\$	7.472,79	21112025	
FKS SERVICE LTDA	334.740-0	430-1769010/2026	R\$	2.490,93	22122025	
FLA PISOS DE CONCRETO LTDA		430-1768930/2026	R\$	38,05	20032025	
FLASH PAY LTDA	402.350-1	406-1778286/2026	R\$	554,48	02062026	
FONTOURA IMOVEIS LTDA	277.448-8	430-1768787/2026	R\$	527,63	21112022	
FONTOURA IMOVEIS LTDA	277.448-8	430-1768958/2026	R\$	361,80	21072025	
FOR HEALTH SOLUCOES ESPECIALIZADAS LTDA - ME	231.291-3	407-1768673/2026	R\$	267,25	23042026	134966/2021/SB
FORA COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	401.822-2	406-1778226/2026	R\$	554,48	02062026	
FORTIBA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	401.774-9	406-1778181/2026	R\$	138,62	02062026	
FPI NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	402.282-3	406-1778228/2026	R\$	138,62	02062026	
FRANCISCO ANTONIO CAMILO LOPES	300.122-9	704-1768680/2026	R\$	4.158,48	02062026	536/2026/SB
FUNDO I. IMOB NORTHWEST I. IMB SAUDE FUND I FII	001.032.062.000	101-1769066/2026	R\$	646,10	02062026	74865/2020/SB
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768894/2026	R\$	135,15	21102024	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768900/2026	R\$	135,15	21112024	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768912/2026	R\$	135,15	20012025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768927/2026	R\$	133,11	20022025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768929/2026	R\$	135,31	20032025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768933/2026	R\$	157,13	22042025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768940/2026	R\$	141,23	28052025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768947/2026	R\$	144,15	20062025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768959/2026	R\$	145,02	21072025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768968/2026	R\$	146,37	21082025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768984/2026	R\$	132,16	22092025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768988/2026	R\$	254,61	20102025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1768997/2026	R\$	131,95	21112025	
FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1769005/2026	R\$	137,58	22122025	

FZ ADMINISTRACAO IMOVEIS E CONDOMINIOS LTDA	232.023-1	430-1769020/2026	R\$	134,92	20012026	
G C A INSTALACAO E SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA	303.564-6	430-1768899/2026	R\$	225,14	21112024	
GARAGE - ADEGA E CONVENIENCIA LTDA	402.294-7	406-1778238/2026	R\$	277,24	02062026	
GF ASSESSORIA PEDAGOGICA LTDA	401.823-0	406-1778227/2026	R\$	138,62	02062026	
GFLEX MAGAZINE COMERCIAL LTDA	402.341-2	406-1778278/2026	R\$	138,62	02062026	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768860/2026	R\$	256,85	22012024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768862/2026	R\$	334,72	20022024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768866/2026	R\$	336,99	20032024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768870/2026	R\$	336,99	22042024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768873/2026	R\$	336,99	20052024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768886/2026	R\$	359,68	21082024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768889/2026	R\$	359,68	20092024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768893/2026	R\$	359,68	21102024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768898/2026	R\$	359,68	21112024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768901/2026	R\$	359,68	20122024	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768946/2026	R\$	359,68	20062025	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768956/2026	R\$	359,68	21072025	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768967/2026	R\$	359,68	21082025	
GILBERTO SAVORDELLI JUNIOR LTDA	320.569-0	430-1768975/2026	R\$	359,68	22092025	
GIOVANNA DE SOUSA ALMEIDA LTDA	402.301-3	406-1778243/2026	R\$	138,62	02062026	
GIOVANNI TASCA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	401.748-0	406-1778155/2026	R\$	138,62	02062026	
GIVALDO LOPES DA SILVA - ESPOLIO	031.060.029.000	101-1768597/2026	R\$	479,20	02062026	114417/2024/SB
GM GESTAO EMPRESARIAL LTDA	401.766-8	406-1778173/2026	R\$	1.108,92	02062026	
GPL ESTETICA LTDA	303.288-4	430-1768816/2026	R\$	299,95	22052023	
GPL ESTETICA LTDA	303.288-4	430-1768824/2026	R\$	112,94	20062023	
GPL ESTETICA LTDA	303.288-4	430-1768831/2026	R\$	223,31	20072023	
GPL ESTETICA LTDA	303.288-4	430-1768836/2026	R\$	307,65	21082023	
GPL ESTETICA LTDA	303.288-4	430-1768842/2026	R\$	565,91	20092023	
GPL ESTETICA LTDA	303.288-4	430-1768847/2026	R\$	431,21	20102023	
GPL ESTETICA LTDA	303.288-4	430-1768854/2026	R\$	146,47	21112023	
GPL ESTETICA LTDA	303.288-4	430-1768859/2026	R\$	128,39	20122023	
GRA CURSOS E MENTORIAS LTDA	401.792-7	406-1778197/2026	R\$	138,62	02062026	
GRACADIO HOLDING LTDA	401.754-4	406-1778161/2026	R\$	138,62	02062026	
GUIANA MERCADOS AUTONOMOS LTDA	401.804-4	406-1778208/2026	R\$	138,62	02062026	
GUSTAVO E GABRIEL SERVICOS ESPECIALIZADOS EM CON	402.306-4	406-1778248/2026	R\$	138,62	02062026	
HUM FUSAO COMUNICACAO E MARKETING LTDA	311.374-4	430-1768904/2026	R\$	318,50	20062023	

HUM FUSAO COMUNICACAO E MARKETING LTDA	311.374-4	430-1768905/2026	R\$	783,90	20072023	
HUM FUSAO COMUNICACAO E MARKETING LTDA	311.374-4	430-1768906/2026	R\$	190,95	21082023	
HUM FUSAO COMUNICACAO E MARKETING LTDA	311.374-4	430-1768907/2026	R\$	190,95	20092023	
HUM FUSAO COMUNICACAO E MARKETING LTDA	311.374-4	430-1768908/2026	R\$	190,95	20102023	
HUM FUSAO COMUNICACAO E MARKETING LTDA	311.374-4	430-1768909/2026	R\$	190,95	21112023	
HUM FUSAO COMUNICACAO E MARKETING LTDA	311.374-4	430-1768910/2026	R\$	190,95	20122023	
HUM FUSAO COMUNICACAO E MARKETING LTDA	311.374-4	430-1768911/2026	R\$	190,95	22012024	
ILDENIR BARBOSA DANTAS SILVA	534.302.039.000	101-1768604/2026	R\$	4.693,68	02062026	5049/2023/SB
IMPERIO UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	385.449-3	430-1769015/2026	R\$	572,50	20102025	
IMPERIO UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	385.449-3	430-1769016/2026	R\$	560,77	21112025	
IMPERIO UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	385.449-3	430-1769017/2026	R\$	537,52	22122025	
IMPERIO UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	385.449-3	430-1769018/2026	R\$	509,46	20012026	
IRACI DAS GRACAS FERRAZ	530.202.015.000	101-1769072/2026	R\$	412,32	02062026	81018/2023/SB
J. C. O. DA SILVA FUNDACOES		430-1768876/2026	R\$	38,10	20052024	
J.A. BUGELLI REEPX SPORTS GROUP LTDA	402.313-7	406-1778255/2026	R\$	277,24	02062026	
J.J.J RAMOS TRANSPORTES LTDA	401.738-2	406-1778146/2026	R\$	138,62	02062026	
J2 DISTRIBUIDORA & LOGISTICA LTDA	402.285-8	406-1778231/2026	R\$	831,68	02062026	
JAMYLLE VITORIA OLIVEIRA MIAN	401.763-3	406-1778170/2026	R\$	303,24	02062026	
JEFERSON GOMES DA SILVA	532.102.019.000	101-1768602/2026	R\$	98,57	02062026	38970/2024/SB
JESSE APP TECNOLOGIA LTDA	402.307-2	406-1778249/2026	R\$	138,62	02062026	
JESSICA DE SOUZA NAVARRO LTDA	402.297-1	406-1778241/2026	R\$	138,62	02062026	
JG CONSTRUTORA LTDA	351.196-0	430-1768913/2026	R\$	222,15	20012025	
JG CONSTRUTORA LTDA	351.196-0	430-1768932/2026	R\$	1.069,49	22042025	
JML GESTAO & FINANCAS LTDA	401.770-6	406-1778177/2026	R\$	138,62	02062026	
JOAIRNE DE GRADIS MANTOVANI	018.033.061.000	101-1768590/2026	R\$	75,27	02062026	39247/2024/SB
JOAO CARLOS DE MOURA SANTOS - USOFRUTO	019.051.016.000	101-1768592/2026	R\$	772,80	02062026	122442/2021/SB
JOK INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA	401.745-5	406-1778152/2026	R\$	138,62	02062026	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768916/2026	R\$	20,10	20092021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768917/2026	R\$	20,10	20102021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768918/2026	R\$	20,10	22112021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768919/2026	R\$	20,10	20122021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768920/2026	R\$	8,06	23082021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768921/2026	R\$	40,20	20092021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768922/2026	R\$	40,20	20102021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768923/2026	R\$	40,20	22112021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768924/2026	R\$	40,20	20122021	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768925/2026	R\$	120,60	20122024	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768926/2026	R\$	125,63	20012025	

JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768931/2026	R\$	256,60	20032025	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768935/2026	R\$	269,43	22042025	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768945/2026	R\$	256,60	28052025	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768957/2026	R\$	201,00	21072025	
JONATHAN W.DE M.HENGLES	272.248-8	430-1768969/2026	R\$	194,52	21082025	
JOSE GABRIEL DE SOUZA	006.082.005.000	101-1768585/2026	R\$	202,29	02062026	122424/2021/SB
JOSE PEDRO DE MENEZES LTDA	402.312-9	406-1778254/2026	R\$	138,62	02062026	
JOSE PEREIRA DE SOUZA	013.052.002.000	101-1768589/2026	R\$	1.858,92	02062026	78733/2023/SB
JOSE ROBERTO STOLAGLI	282.852-9	406-1769061/2026	R\$	138,60	02062026	131960/2024/SB
JOSE ROBERTO STOLAGLI	282.852-9	406-1769063/2026	R\$	138,60	02062026	131960/2024/SB
JOSE SILVIO MARTINS	008.041.010.000	101-1768586/2026	R\$	3.740,64	02062026	77070/2021/SB
JR COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS LTDA	401.757-9	406-1778164/2026	R\$	138,62	02062026	
JRM EXPRESS LTDA	376.885-6	407-1778301/2026	R\$	237,56	02062026	68724/2025/SB
JS & RS PINTURAS LTDA - ME	258.753-0	430-1768851/2026	R\$	13,49	21112023	
JS EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRACAO DE BENS IMOB	029.015.062.000	707-1778339/2026	R\$	1.626,76	02062026	19452/2026/SB
JULIA PIRES MARTINS SERVICOS VETERINARIOS LTDA	401.818-4	406-1778222/2026	R\$	138,62	02062026	
KIARA SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTDA	170.384-6	430-1768950/2026	R\$	80,40	20062025	
KIARA SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTDA	170.384-6	430-1768963/2026	R\$	100,50	21072025	
KIARA SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTDA	170.384-6	430-1768974/2026	R\$	91,25	21082025	
KIARA SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTDA	170.384-6	430-1768981/2026	R\$	207,03	22092025	
KIARA SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTDA	170.384-6	430-1768992/2026	R\$	83,42	20102025	
KIARA SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTDA	170.384-6	430-1769000/2026	R\$	118,89	21112025	
KIARA SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTDA	170.384-6	430-1769008/2026	R\$	84,62	22122025	
KIARA SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTDA	170.384-6	430-1769013/2026	R\$	144,62	20012026	
L BISOLO SERVICOS MEDICOS LTDA	402.347-1	406-1778283/2026	R\$	138,62	02062026	
L&G PRODUcoes E EVENTOS LTDA	402.311-0	406-1778253/2026	R\$	138,62	02062026	
LAIR ZECHETTI	198.407-1	704-1769039/2026	R\$	3.124,00	02062026	18006/2026/SB
LAIR ZECHETTI	198.407-1	704-1769041/2026	R\$	97.707,24	02062026	18006/2026/SB
LAIR ZECHETTI	198.407-1	704-1769047/2026	R\$	3.108,93	02062026	18006/2026/SB
LANCHONETE RAINHA DA MARECHAL LTDA	401.810-9	406-1778214/2026	R\$	415,84	02062026	
LARANJEIRA NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	303.435-6	430-1768879/2026	R\$	10,63	20102022	
LARANJEIRA NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	303.435-6	430-1768880/2026	R\$	279,26	21112022	
LARANJEIRA NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	303.435-6	430-1768881/2026	R\$	175,54	20122022	
LARANJEIRA NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	303.435-6	430-1768882/2026	R\$	770,98	22052023	
LARANJEIRA NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	303.435-6	430-1768883/2026	R\$	1.293,10	22012024	
LEMAFER SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	401.761-7	406-1778168/2026	R\$	138,62	02062026	

LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768772/2026	R\$	51,99	20092022	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768778/2026	R\$	36,96	20102022	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768786/2026	R\$	30,55	20102021	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768797/2026	R\$	65,10	20122022	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768808/2026	R\$	92,17	20032023	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768812/2026	R\$	54,82	20042023	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768825/2026	R\$	162,11	20062023	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768827/2026	R\$	223,75	20072023	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768835/2026	R\$	220,42	21082023	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768839/2026	R\$	267,42	20092023	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768848/2026	R\$	330,26	20102023	
LETICIA RAMOS GALERA	276.157-2	430-1768852/2026	R\$	286,35	21112023	
LGR PRIME SHOP LTDA	401.780-3	406-1778186/2026	R\$	138,62	02062026	
LUCIANA MONTEALBANO SAMMARCO	215.735-7	430-1768770/2026	R\$	54,54	20092022	
LUCIANA MONTEALBANO SAMMARCO	215.735-7	430-1768775/2026	R\$	337,68	20102022	
LUCIANA MONTEALBANO SAMMARCO	215.735-7	430-1768818/2026	R\$	517,43	22052023	
LUCIANA MONTEALBANO SAMMARCO	215.735-7	430-1768864/2026	R\$	316,58	20022024	
LUCIANA MONTEALBANO SAMMARCO	215.735-7	430-1768867/2026	R\$	316,58	20032024	
LUCILEI APARECIDA DA CRUZ VERCOSA	004.044.005.000	101-1768583/2026	R\$	255,76	02062026	40853/2024/SB
LUIS CARLOS MAMBRE	018.035.003.000	101-1768591/2026	R\$	3.735,96	02062026	128228/2021/SB
LUIS PAULO DE JESUS PENIDES SERVICOS	402.334-0	406-1778272/2026	R\$	138,62	02062026	
LUMEN CENTRO DE DIAGNOSTICOS LTDA	112.841-8	407-1778333/2026	R\$	534,51	27042026	56696/2020/SB
LUMIERE DIVINE COMERCIO VAREJISTA LTDA	401.797-8	406-1778202/2026	R\$	138,62	02062026	
M C SOUSA ASSESSORIA CONTABIL LTDA	402.304-8	406-1778246/2026	R\$	138,62	02062026	
M JEANE FRANCA PEDREIRA - ME	210.372-9	704-1778318/2026	R\$	1.207,00	02062026	18439/2026/SB
M JEANE FRANCA PEDREIRA - ME	210.372-9	704-1778319/2026	R\$	1.545,27	02062026	18439/2026/SB
M JEANE FRANCA PEDREIRA - ME	210.372-9	704-1778330/2026	R\$	552,68	02062026	18439/2026/SB
MAIARA LAFORE LOPES PSICOLOGIA LTDA	402.331-5	406-1778271/2026	R\$	831,68	02062026	
MANOEL DA SILVA	024.056.004.000	101-1768594/2026	R\$	13.197,36	02062026	140561/2021/SB
MANOEL SOARES DA SILVA		705-1768606/2026	R\$	1.306,56	02062026	20352/2025/SB
MARC'S CARGO LTDA	401.784-6	406-1778190/2026	R\$	831,68	02062026	
MARCELO JOSE CIRINO GONCALVES PSICOLOGIA E ASSIS	402.300-5	406-1778242/2026	R\$	138,62	02062026	
MARCO CESAR BALARIN		705-1768672/2026	R\$	101.493,60	02062026	73686/2023/SB
MARCOS DONIZETTI JORGE	510.112.072.000	101-1768600/2026	R\$	381,84	02062026	91881/2021/SB
MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA	512.026.122.000	101-1768601/2026	R\$	1.639,92	02062026	61373/2023/SB
MARIANA MIQUILIN PIRCHIO	013.009.002.000	101-1768588/2026	R\$	2.156,64	02062026	123577/2023/SB
MARZA DIGITAL LTDA	401.816-8	406-1778220/2026	R\$	138,62	02062026	
MATT AUTO PARTS LTDA	401.733-1	406-1778141/2026	R\$	277,24	02062026	
MB PERFECT NAIL LTDA	401.772-2	406-1778179/2026	R\$	831,68	02062026	

MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768716/2026	R\$	1,86	22112021	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768717/2026	R\$	419,52	20122021	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768718/2026	R\$	122,55	20012022	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768719/2026	R\$	75,09	21022022	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768785/2026	R\$	53,26	20122021	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768794/2026	R\$	51,06	20122022	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768801/2026	R\$	44,06	20012023	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768805/2026	R\$	50,86	20032023	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768809/2026	R\$	76,60	20042023	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768821/2026	R\$	62,08	20062023	
MELINA ALVAREZ DE OLIVEIRA	258.063-2	430-1768838/2026	R\$	137,77	20092023	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768720/2026	R\$	204,53	20032018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768721/2026	R\$	263,31	20092018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768722/2026	R\$	160,80	22102018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768723/2026	R\$	205,02	20042018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768724/2026	R\$	172,86	21052018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768725/2026	R\$	140,70	20062018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768726/2026	R\$	140,70	20072018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768727/2026	R\$	140,70	21082018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768728/2026	R\$	231,15	21112018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768729/2026	R\$	358,99	20122018	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768730/2026	R\$	185,39	21012019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768731/2026	R\$	255,67	20022019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768732/2026	R\$	14,06	20032019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768733/2026	R\$	97,57	22042019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768734/2026	R\$	202,57	20052019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768735/2026	R\$	140,70	21062019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768736/2026	R\$	132,66	22072019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768737/2026	R\$	203,11	21082019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768738/2026	R\$	150,75	20092019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768739/2026	R\$	232,16	21102019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768740/2026	R\$	141,14	21112019	

MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768741/2026	R\$	208,66	20122019	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768742/2026	R\$	174,07	20012020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768743/2026	R\$	224,92	20022020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768744/2026	R\$	260,30	20032020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768745/2026	R\$	228,74	20072020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768746/2026	R\$	28,14	21082020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768747/2026	R\$	44,22	21092020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768748/2026	R\$	78,39	20072020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768749/2026	R\$	48,24	21082020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768750/2026	R\$	100,50	21092020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768751/2026	R\$	95,17	20102020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768752/2026	R\$	128,64	23112020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768753/2026	R\$	160,80	21122020	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768754/2026	R\$	129,56	20012021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768755/2026	R\$	141,71	26022021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768756/2026	R\$	206,03	22032021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768757/2026	R\$	223,31	20072021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768758/2026	R\$	322,93	23082021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768759/2026	R\$	259,61	20092021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768760/2026	R\$	259,61	20102021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768761/2026	R\$	280,60	22112021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768762/2026	R\$	468,14	20122021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768763/2026	R\$	199,67	20012022	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768764/2026	R\$	193,68	21032022	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768765/2026	R\$	139,70	21022022	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768771/2026	R\$	164,82	20092022	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768776/2026	R\$	74,77	20102022	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768779/2026	R\$	116,08	20072021	

MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768780/2026	R\$	116,08	23082021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768781/2026	R\$	86,78	20092021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768782/2026	R\$	86,78	20102021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768783/2026	R\$	112,91	22112021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768784/2026	R\$	112,91	20122021	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768789/2026	R\$	133,72	21112022	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768795/2026	R\$	97,54	20122022	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768802/2026	R\$	97,54	22022023	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768806/2026	R\$	57,71	20032023	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768810/2026	R\$	171,61	20042023	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768815/2026	R\$	220,24	22052023	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768820/2026	R\$	99,64	20062023	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768844/2026	R\$	14,82	20102023	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768856/2026	R\$	16,18	20122023	
MISTURA FINA GASTRONOMIA CONS. TREINAMENTO LTDA	215.890-6	430-1768986/2026	R\$	9,35	20102025	
MOCA LOGISTICS BRASIL CONSULTORIA LTDA	402.346-3	406-1778282/2026	R\$	138,62	02062026	
MONI GESTAO ESPORTIVA LTDA	401.781-1	406-1778187/2026	R\$	138,62	02062026	
MOREIRA MACARIO LTDA	402.327-7	406-1778267/2026	R\$	138,62	02062026	
MOVIMENTHA PILATES SBC LTDA	401.750-1	406-1778157/2026	R\$	831,68	02062026	
MS ESTRATEGIA EM SAUDE LTDA	402.340-4	406-1778277/2026	R\$	138,62	02062026	
MSSERAFIM ADMINISTRACAO LTDA	401.736-6	406-1778144/2026	R\$	138,62	02062026	
MURILO FERREIRA FONSECA SANTOS	402.296-3	406-1778240/2026	R\$	554,48	02062026	
MY REPRESENTACOES LTDA	401.764-1	406-1778171/2026	R\$	138,62	02062026	
NATALI SINDEAUX STUDIO DE ARTES E CRIACOES PERSO	401.765-0	406-1778172/2026	R\$	138,62	02062026	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768777/2026	R\$	208,23	20102022	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768788/2026	R\$	402,60	21112022	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768792/2026	R\$	504,30	20122022	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768811/2026	R\$	352,36	20042023	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768817/2026	R\$	421,62	22052023	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768822/2026	R\$	246,32	20062023	

NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768828/2026	R\$	426,54	20072023	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768834/2026	R\$	184,00	21082023	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768841/2026	R\$	146,17	20092023	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768845/2026	R\$	100,30	20102023	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768853/2026	R\$	182,78	21112023	
NATHALIA BENDER CAVAGLIERI DORO SILVA	294.250-0	430-1768857/2026	R\$	101,53	20122023	
NBLP CONSULTORIA LTDA	402.319-6	406-1778261/2026	R\$	831,68	02062026	
NEBBIA B. TREINAMENTO, CONSULTORIA E SERVICOS LT	401.820-6	406-1778224/2026	R\$	138,62	02062026	
NGS APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	401.783-8	406-1778189/2026	R\$	277,24	02062026	
NIVALDO FERREIRA DANTAS	026.011.030.000	101-1768686/2026	R\$	165,58	02062026	44871/2020/SB
OMINNI SAUDE OCUPACIONAL LTDA	372.596-0	407-1778312/2026	R\$	1.006,68	02062026	40444/2025/SB
ONYX PREMIUM SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA	401.802-8	406-1778207/2026	R\$	1.108,92	02062026	
P.S.C. BEAUTY GROUP LTDA	401.794-3	406-1778199/2026	R\$	1.663,40	02062026	
PAMELA MARQUES GRESPLAN PSICOLOGIA LTDA	402.287-4	406-1778233/2026	R\$	138,62	02062026	
PANDURATA VAREJO DE ALIMENTOS LTDA.	400.400-0	406-1778140/2026	R\$	2.772,32	02062026	
PARALLEL CORPORATE PERSONALIZADOS LTDA	401.751-0	406-1778158/2026	R\$	138,62	02062026	
PATINHAS E AMOR PET SHOP LTDA	401.821-4	406-1778225/2026	R\$	277,24	02062026	
PAULO RAFAEL SANDRIM	003.007.042.000	101-1768582/2026	R\$	2.211,84	02062026	18186/2024/SB
PEDRO MARTINS DA SILVA		705-1778335/2026	R\$	1.262,64	02062026	110181/2024/SB
PLENO SOLUCOES EM SUSTENTABILIDADE LTDA	401.760-9	406-1778167/2026	R\$	138,62	02062026	
PRISCILA BOSCOLO MENDES GALLIS	031.002.042.000	704-1778315/2026	R\$	2.799,99	02062026	39848/2026/SB
PRISCILA CALIL SAUDE E BEM ESTAR LTDA	401.734-0	406-1778142/2026	R\$	138,62	02062026	
PROJEMONT INSTALACOES MONTAGEM E FABRICACAO DE F	401.787-0	406-1778193/2026	R\$	138,62	02062026	
QFISIO FISIOTERAPIA LTDA	402.308-0	406-1778250/2026	R\$	138,62	02062026	
QUICK CLEAN FERRAZOPOLIS SERVICOS DE LAVANDERIA	401.737-4	406-1778145/2026	R\$	554,48	02062026	
QUINTA RODA SOLUCOES LOGISTICAS LTDA		430-1768793/2026	R\$	3,35	20122022	
RAIA DROGASIL S/A	233.546-8	407-1768618/2026	R\$	534,51	23042026	83012/2020/SB
RAM GLOBAL IMPORTS LTDA	402.325-0	406-1778266/2026	R\$	1.108,92	02062026	
RBC MARKET LTDA	401.769-2	406-1778176/2026	R\$	138,62	02062026	
RC SUPORTE EMPRESARIAL LTDA	401.741-2	406-1778148/2026	R\$	277,24	02062026	
REGINALDO LUIZ SILVEIRA	023.002.009.000	101-1768685/2026	R\$	1.273,68	02062026	18333/2024/SB
REIS MAQUINAS E EMPILHADEIRAS LTDA	402.303-0	406-1778245/2026	R\$	138,62	02062026	
RELCL 360 MARKETING DIGITAL LTDA	401.747-1	406-1778154/2026	R\$	138,62	02062026	

RETIFICADORA BANDEIRANTES EIRELI - ME	258.803-0	430-1768949/2026	R\$	568,95	20062025	
RETIFICADORA BANDEIRANTES EIRELI - ME	258.803-0	430-1768970/2026	R\$	345,96	21082025	
RETIFICADORA BANDEIRANTES EIRELI - ME	258.803-0	430-1768979/2026	R\$	457,19	22092025	
RETIFICADORA BANDEIRANTES EIRELI - ME	258.803-0	430-1768995/2026	R\$	1.112,07	21112025	
RETIFICADORA BANDEIRANTES EIRELI - ME	258.803-0	430-1769004/2026	R\$	1.604,50	22122025	
RETIFICADORA BANDEIRANTES EIRELI - ME	258.803-0	430-1769021/2026	R\$	1.121,58	20012026	
RICAL APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	401.786-2	406-1778192/2026	R\$	277,24	02062026	
RICARDO MAGGIO DA SILVA	402.302-1	406-1778244/2026	R\$	367,28	02062026	
ROBSON OLIVEIRA DA LUZ APOIO E SUPERVISAO EMPRES	402.351-0	406-1778287/2026	R\$	138,62	02062026	
RODRIGO GONCALVES FERNANDES	033.124.053.037	101-1769069/2026	R\$	494,96	02062026	38907/2025/SB
RODRIGO GONCALVES FERNANDES	033.124.053.037	101-1778342/2026	R\$	490,64	02062026	38907/2025/SB
RODRIGO LUCCHETTI MORI LTDA	401.790-0	406-1778195/2026	R\$	138,62	02062026	
ROQUE REQUENA MARQUES	033.035.021.000	101-1768598/2026	R\$	732,24	02062026	8585/2014/SB
ROSEMARY DE LIMA	368.120-3	406-1769059/2026	R\$	138,60	02062026	13306/2025/SB
ROVERE LTDA	401.799-4	406-1778204/2026	R\$	138,62	02062026	
RPF MIDIA E CONTEUDO LTDA	401.759-5	406-1778166/2026	R\$	138,62	02062026	
RSQ SERVICOS LTDA	401.777-3	406-1778184/2026	R\$	138,62	02062026	
RUBIA DANTAS MONTAGENS INSTALACOES INDUSTRIAIS		430-1768714/2026	R\$	178,43	20012022	
S GOULART ADMINISTRACAO DE BENS LTDA	401.811-7	406-1778215/2026	R\$	138,62	02062026	
SA SERVICOS DE SAUDE LTDA	401.813-3	406-1778217/2026	R\$	277,24	02062026	
SANFELLI COZINHAS & SABORES COMERCIO DE ALIMENTO	402.323-4	406-1778264/2026	R\$	138,62	02062026	
SBR LOG TRANSPORTES LTDA	401.785-4	406-1778191/2026	R\$	138,62	02062026	
SERGIO DE OLIVEIRA PINTO DE ASSIS	620.102.042.000	704-1768663/2026	R\$	6.000,00	02062026	38370/2026/SB
SHINE PRESTACAO DE SERVICOS & EVENTOS LTDA	310.848-1	430-1768955/2026	R\$	1.705,31	20062025	
SHINE PRESTACAO DE SERVICOS & EVENTOS LTDA	310.848-1	430-1768965/2026	R\$	869,82	21072025	
SHINE PRESTACAO DE SERVICOS & EVENTOS LTDA	310.848-1	430-1768976/2026	R\$	171,93	21082025	
SHINE PRESTACAO DE SERVICOS & EVENTOS LTDA	310.848-1	430-1768993/2026	R\$	140,00	20102025	
SHINE PRESTACAO DE SERVICOS & EVENTOS LTDA	310.848-1	430-1769001/2026	R\$	26,50	21112025	
SHINE PRESTACAO DE SERVICOS & EVENTOS LTDA	310.848-1	430-1769012/2026	R\$	7.663,23	22122025	
SHINE PRESTACAO DE SERVICOS & EVENTOS LTDA	310.848-1	430-1769027/2026	R\$	44,38	20012026	
SHL CONSTRUCOES LTDA		430-1769026/2026	R\$	759,41	22122025	
SMG PROJETOS E SERVICOS LTDA	401.809-5	406-1778213/2026	R\$	138,62	02062026	
SOLUCOES EMPRESARIAIS TOR LTDA		430-1768871/2026	R\$	208,74	22042024	

SOULBRAS PROJETOS LTDA	401.753-6	406-1778160/2026	R\$	138,62	02062026	
SPERONE COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	402.337-4	406-1778275/2026	R\$	138,62	02062026	
STA STORE LTDA	401.819-2	406-1778223/2026	R\$	138,62	02062026	
STELLA MARIIS LUNA LEMONS VELAZQUEZ CONSULTORIA LT	402.349-8	406-1778285/2026	R\$	138,62	02062026	
STUDIO DE PILATES LOTUS E MOVIMENTO LTDA	401.776-5	406-1778183/2026	R\$	554,48	02062026	
STUDIO PILATES ABRAHAO LTDA	401.752-8	406-1778159/2026	R\$	554,48	02062026	
STUK MINI MERCADO DE CONDOMINIOS LTDA	402.339-0	406-1778276/2026	R\$	138,62	02062026	
SUELI PRADO SILVA		705-1778294/2026	R\$	1.349,16	02062026	27483/2024/SB
SUELI PRADO SILVA		705-1778295/2026	R\$	154,02	02062026	27483/2024/SB
SUENO REALIZADO HOLDING LTDA	402.324-2	406-1778265/2026	R\$	415,84	02062026	
TAMBORELI COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA	402.336-6	406-1778274/2026	R\$	554,48	02062026	
TAXSYNC TECNOLOGIA E INTELIGENCIA FISCAL LTDA	401.817-6	406-1778221/2026	R\$	554,48	02062026	
TELHADISTA ABC LTDA	275.554-8	430-1768830/2026	R\$	1.350,69	20072023	
TELHADISTA ABC LTDA	275.554-8	430-1769007/2026	R\$	210,70	22122025	
TELMA ESTEVES DIAS	007.074.006.027	101-1769067/2026	R\$	728,28	18062026	605/2026/SB
THIAGO ALONSO GIGLIO	521.013.005.000	101-1778344/2026	R\$	580,77	02062026	116278/2021/SB
TOKIO MOTORS COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS DE	401.796-0	406-1778201/2026	R\$	1.108,92	02062026	
TRANS NEW ABC TRANSPORTADORA LTDA	401.800-1	406-1778205/2026	R\$	831,68	02062026	
TRIZZGAULT MODAS LTDA	401.791-9	406-1778196/2026	R\$	554,48	02062026	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768768/2026	R\$	286,39	22082022	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768773/2026	R\$	144,56	20092022	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768814/2026	R\$	351,75	20042023	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768826/2026	R\$	631,74	20062023	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768843/2026	R\$	90,02	20092023	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768846/2026	R\$	168,19	20102023	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768855/2026	R\$	877,39	20122023	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768868/2026	R\$	389,53	20032024	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768878/2026	R\$	660,09	20062024	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768892/2026	R\$	301,57	20092024	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768895/2026	R\$	700,65	21102024	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768903/2026	R\$	445,39	20122024	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768954/2026	R\$	263,06	20062025	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768961/2026	R\$	276,72	21072025	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768983/2026	R\$	135,65	22092025	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1768990/2026	R\$	145,51	20102025	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1769011/2026	R\$	20,66	22122025	
UNIVERSAL VIDROS E ESQUADRIAS LTDA	281.399-8	430-1769024/2026	R\$	113,78	20012026	
VALDIR DIONISIO	019.072.058.000	101-1768682/2026	R\$	798,96	18062026	107075/2025/SB
VANESSA DE PAULA MONDIN MARTINS LTDA	402.328-5	406-1778268/2026	R\$	138,62	02062026	

VERA LUCIA LOURENCO DE PAULA SILVA	530.202.016.000	101-1769073/2026	R\$	230,70	02062026	81018/2023/SB
VERONICA DE LOURDES DO NASCIMENTO SOCIEDADE INDI	402.320-0	406-1778262/2026	R\$	554,48	02062026	
VERTICE INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS NOVOS	402.344-7	406-1778281/2026	R\$	831,68	02062026	
VIAMAR VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA	401.807-9	406-1778211/2026	R\$	2.079,24	02062026	
VIANNA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	401.746-3	406-1778153/2026	R\$	138,62	02062026	
VIDA PET HOUSE CENTRO DE SAUDE VETERINARIA LTDA	380.001-6	407-1778337/2026	R\$	148,47	27042026	
VILICE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	402.310-2	406-1778252/2026	R\$	1.108,92	02062026	
VINICIUS LEMOS DE SOUZA	030.126.047.000	101-1768596/2026	R\$	951,96	02062026	118552/2021/SB
WELSON DINIZ MOURA		704-1768667/2026	R\$	2.939,99	02062026	17709/2026/SB
WESLEI ROSANTE LIMA	521.006.002.000	101-1769071/2026	R\$	566,28	02062026	118062/2023/SB
ZENAIDE CERQUEIRA DA SILVA	534.125.031.000	101-1768603/2026	R\$	1.237,56	02062026	5245/2016/SB
ZIZOGRAFF - BRINDES E VARIEDADES LTDA	402.293-9	406-1778237/2026	R\$	138,62	02062026	

SEFAZ-5, 27 DE ABRIL DE 2026

ELIANE GARCIA DA CONCEIÇÃO - DIRETORA DO DEPTO DA RENDAS MUNICIPAIS – SEFAZ-5

.....

**Secretaria da Fazenda
Departamento do Tesouro**

COMUNICADO N.º 04/2026 - DEPARTAMENTO DO TESOIRO

O Departamento do Tesouro por intermédio da Secretaria da Fazenda, comunica que, devido a problemas de ordem técnica, o sistema de emissão de CND disponibilizado no Portal da Secretaria da Fazenda, apresentou inconsistências no período de 16/03/2026 a 23/03/2026 razão pela qual ficam canceladas as Certidões relacionadas abaixo:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	MODALIDADE	CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	TIPO CND EMITIDA
47337	Tributos e Rendas	77A08AY8Z	NEGATIVA
292379	Tributos e Rendas	6XD8CJTL4	NEGATIVA
292379	ISS	1DTGCTN1P	NEGATIVA
292379	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	BP5KD7PB7	NEGATIVA
282987	Tributos e Rendas	9ZMKY4UPU	NEGATIVA
361011	Tributos e Rendas	4EAHM9U0C	NEGATIVA
262920	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	BP1I902J6	NEGATIVA
262920	Tributos e Rendas	C968V924E	NEGATIVA
98852	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	E2RTCUSTM	NEGATIVA
263806	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	5KFE9X28H	NEGATIVA
263806	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	6IJYN0RUI	NEGATIVA
336484	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	9IX3BHUZL	NEGATIVA
336484	Tributos e Rendas	AJB9QXV42	NEGATIVA
242436	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	CKGCZNVPK	NEGATIVA
315954	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	1KTFTDZTH3	NEGATIVA
247751	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	5PA5ZEGDG	NEGATIVA
326845	ISS	7ODC73OFT	NEGATIVA
357125	Tributos e Rendas	2TYZ1TVQ1	NEGATIVA
357125	ISS	BG3Z5EWJ3	NEGATIVA
224175	Tributos e Rendas	8E4NKF1Q4	NEGATIVA
266793	Tributos e Rendas	2VMK0T6L1	NEGATIVA
293930	Tributos e Rendas	DE5D879AR	NEGATIVA
225394	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	996RT8J8B	NEGATIVA
225394	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	7YODPY5UY	NEGATIVA
225394	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	1YKUSKPPE	NEGATIVA
348375	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	9IH5F7OXF	NEGATIVA
226234	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	CLE4PBL3M	NEGATIVA
363630	Tributos e Rendas	EAC5T7VTJ	NEGATIVA
363630	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	BYKY0SRTI	NEGATIVA
363630	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	ZU1TVCAMI	NEGATIVA
363630	ISS	C9XJ7F68E	NEGATIVA
100986	Tributos e Rendas	ZTVL59DRR	NEGATIVA
378861	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	3C2VGG82M	NEGATIVA
269105	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	1MA0UF2H6	NEGATIVA
248690	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	1ZFP6KVBB	NEGATIVA
266845	Tributos e Rendas	5VNHE74CQ	POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
262530	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	B1A629CNU	NEGATIVA
240859	ISS	H0CWTNWLL	NEGATIVA
240859	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	1TMC5N680	NEGATIVA
26250	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	F2Z7PIQWW	POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
265344	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	4OZN38Q3C	NEGATIVA
336041	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	8ZFVIR7SG	NEGATIVA
96027	Tributos e Rendas	CG5W27XDG	NEGATIVA
302520	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	7L0TJD6PL	NEGATIVA
336529	Tributos e Rendas	5LTTLV7K9	POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
262827	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	6N8TOJNRE	NEGATIVA
370296	Tributos e Rendas	40DT7WIDN	NEGATIVA

370296	Tributos e Rendas	CN1W496FA	NEGATIVA
346748	Tributos e Rendas	8CMJP18MM	NEGATIVA
87792	Tributos e Rendas	2WKX8RG3V	NEGATIVA
158968	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	19SVBTXSS	NEGATIVA
330633	Tributos e Rendas	6ZLYC8YUA	NEGATIVA
313280	Tributos e Rendas	CPIO059L9	NEGATIVA
287393	Tributos e Rendas	ABLB580VA	NEGATIVA
299658	Tributos e Rendas	AQ4JWFI8O	NEGATIVA
333562	Tributos e Rendas	AWTR7B7L0	POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
333562	Tributos e Rendas	70GDEM6M5	POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
326849	Tributos e Rendas	AMEZQAFF0	NEGATIVA
326849	Tributos e Rendas	4PIGNV5D1	NEGATIVA
369270	Tributos e Rendas	A46QQ7NKZ	NEGATIVA
237597	Tributos e Rendas	DVSBJ29OQ	NEGATIVA
342159	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	E4ADKFQIU	NEGATIVA
219390	Tributos e Rendas	DU6Q5A45R	NEGATIVA
300654	ISS	8IDP91C4I	NEGATIVA
248032	ISS	EZBL0KGXF	NEGATIVA
284074	ISS	1L68V5V10	NEGATIVA
240669	ISS	8QDO7YXTN	NEGATIVA
315021	ISS	2SWPPHSIW	NEGATIVA
318612	ISS	CN4IJ7GV5	NEGATIVA
140405	ISS	2ST56XH7Z	NEGATIVA
327061	ISS	1UXO1OS0I	NEGATIVA
385382	ISS	EO7K9K9Y7	NEGATIVA
111863	ISS	74DS4S8PF	NEGATIVA
223339	ISS	AKFF1Z146	NEGATIVA
376719	ISS	1SZER8EQQ	NEGATIVA
211463	ISS	4FCQVET74	NEGATIVA
304318	ISS	CNU3ZZ824	NEGATIVA
283867	ISS	E43L2ILB7	NEGATIVA
232777	ISS	C08KY96IV	NEGATIVA
284317	ISS	CJHNE6M7P	POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
47947	ISS	5NUXPHT8J	NEGATIVA
309514	ISS	1IVB9TL5J	NEGATIVA
181383	ISS	AISZ0QPCK	NEGATIVA
340664	ISS	5EUMLCJKU	NEGATIVA
206690	ISS	F0MR63DDY	NEGATIVA
188933	ISS	774133F71	NEGATIVA
141974	Tributos e Rendas	E40PK9B9I	NEGATIVA
141974	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	326FLOY48	NEGATIVA
198835	ISS	30KO5FVP7	NEGATIVA
222419	ISS	BN5OARJO2	NEGATIVA
289778	Tributos e Rendas	8NV3NJ2NO	NEGATIVA
15900	Tributos e Rendas	68V07ODR2	POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
277966	ISS	3GOLA1LW3	NEGATIVA
364245	Tributos e Rendas	BYRNCFOJP	NEGATIVA
196818	Tributos e Rendas	C1YDEFS8U	POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
387630	Tributos e Rendas	LK2GDFB7G	NEGATIVA
218223	Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS	68MFNP628	NEGATIVA
33991	ISS	83MUA0EQO	NEGATIVA
373550	Tributos e Rendas	3J0S7STLJ	NEGATIVA
269238	Tributos e Rendas	A21ASLZHA	NEGATIVA
375691	Tributos e Rendas	7GAEBU3R8	NEGATIVA
351624	Tributos e Rendas	8EI99LRM4	NEGATIVA
307935	ISS	5DDXPGQKI	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	7QN55JTVM	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	47UMXSISX	NEGATIVA

159397	Tributos e Rendas	6FQWPKFJ4	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	68VU9F087	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	F9TKAY17M	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	2UFJW23FN	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	81JQGWWHE	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	8ZJHAI87W	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	AK9LVQ138	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	BCG524O30	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	BCVTV12FE	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	E3MAEWS8O	NEGATIVA
159397	Tributos e Rendas	560U3NRMM	NEGATIVA
209646	ISS	EZFIT90MU	NEGATIVA
191524	ISS	B32DQIL33	NEGATIVA

SEFAZ-2, 24 de abril de 2026.

ROBSON TADEU DE ALMEIDA

Respondendo pelo Expediente do Departamento do Tesouro

Secretaria da Fazenda
Departamento de Contabilidade e Custos

RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL)

MUNICÍPIO:	SÃO BERNARDO DO CAMPO	PERÍODO:	1º TRIMESTRE	EXERCÍCIO:	2026
RECEITAS ARRECADADAS	Acumulado	DESPESAS DO ENSINO	Empenhada	Liquidada	Paga
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	265.062.999,46	12.122 - Administração Geral da Secretaria da Educação	0,00	0,00	0,00
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	28.454.873,60	12.361 - Ensino Fundamental	227.318.114,02	97.895.750,97	91.606.331,82
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	233.802.422,65	12.365 - Educação Infantil	196.575.414,81	90.775.706,54	89.828.280,81
Imposto de Renda Retido na Fonte	86.508.555,65	12.366 - Educação de Jovens e Adultos	406.568,36	176.178,17	176.178,17
Dívida Ativa de Impostos	9.238.905,18	12.367 - Educação Especial	1.768.052,23	1.061.778,48	1.061.778,48
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	1.966.798,94	(=) Total da Despesa do Ensino	426.068.149,42	189.909.414,16	182.672.569,28
Multa/Juros provenientes de impostos	3.776.599,33	(-) Despesas c/ Recursos do QSE, Convênios e Outros	18.848.245,61	8.955.519,40	8.545.054,60
Fundo de Participação dos Municípios	39.509.493,90	(-) Despesas c/ Rendimentos de Aplicações - Conta LDB	199.831,78	199.831,78	199.831,78
Imposto Territorial Rural	25.966,11	(-) Despesas c/ Restituição de Saldos e Glosas de Convênios da Educação	796.204,01	796.204,01	796.204,01
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	0,00	(-) Despesas c/ Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	376.404.696,82	(=) Total da Despesa com Recursos Próprios	406.223.868,02	179.957.858,97	173.131.478,89
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	197.202.918,68	(+) FUNDEB Retido	123.172.996,11	123.172.996,11	123.172.996,11
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	2.721.906,55	(+) Restos a Pagar pagos entre Fevereiro e Dezembro de 2026	28.274.026,66	28.274.026,66	28.274.026,66
Outras Transf. ou Comp. Finan. Prov. de Imp. e Transf. Const.	0,00	(-) FUNDEB Retido e não aplicado no Retorno	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	1.244.676.136,87	(=) TOTAL APLICADO NO ENSINO	557.670.890,79	331.404.881,74	324.578.501,66
QSE, Convênios e Outros Recursos Adicionais	17.105.881,10	APLICAÇÃO NO ENSINO (ART. 212 CF)	44,80%	26,63%	26,08%
Rendimentos de Aplicação Financeira - Conta LDB e Adicionais	199.831,78	FUNDEB			
Restituição de Saldos e Glosas de Convênios da Educação	796.204,01	(+) Despesa com Recursos do FUNDEB (Inclui VAAR e PETI)	338.783.852,84	151.696.585,69	151.582.761,13
Recursos de Operações de Crédito	0,00	(-) Despesa com Recurso FUNDEB VAAR	0,00	0,00	0,00
Recursos recebidos do FUNDEB	162.663.528,28	(-) Despesa com Recurso FUNDEB Fomento ETI	953.189,21	953.189,21	953.189,21
Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB	643.215,17	(-) Parcela Diferida FUNDEB 2025	2.956.685,64	2.956.685,64	2.956.685,64
Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB Diferido 2025	0,00	(-) Rendimentos de Aplicação Financeira da parc. diferida FUNDEB 2025	0,00	0,00	0,00
Recursos recebidos do FUNDEB VAAR	0,00	(-) Despesa FUNDEB referentes 2º ao 4º trimestre 2026.	171.170.941,87	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB VAAR	0,00				
Recursos recebidos do FUNDEB Fomento ETI	380.750,81	(=) Despesa FUNDEB 2026	163.703.036,12	148.739.900,05	148.626.075,49
Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB Fomento ETI	15.541,86	APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB	100,00%	90,86%	90,79%
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	181.804.953,01	APLICAÇÃO NOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - FUNDEB	100,00%	75,21%	75,17%
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	1.426.481.089,88				

MAURILIO YUKIO SAITO
Contador - CRC 1SP186262/O-7

ROSELI CANDIDA DOS SANTOS
Diretora do Departamento de
Contabilidade e Custos

TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI
Secretária da Fazenda

JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE
Secretário de Educação

**Secretaria da Fazenda
CTM
Conselho Tributário Municipal**

**SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
EDITAL CTM Nº. 08/2026**

Nos termos da legislação vigente, fica o contribuinte **COMUNICADO** da Decisão do Conselho Tributário Municipal – CTM, nos processos administrativos abaixo relacionados:

1)PROCESSO: SB- 22319/203

INTERESSADO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) - AUTO DE INFRAÇÃO POR RECOLHIMENTO A MENOR

DESPACHO DO CTM: RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO NO MÉRITO

RESOLUÇÃO Nº. 006/2026 - SESSÃO DE 22/04/2026 - 2ª. CÂMARA JULGADORA

2)PROCESSO: SB- 5811/2026

INTERESSADO: MAXSATUR VIAGEM E TURISMO LTDA.

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE QUANTIA DE PAGAMENTO DE ISS. REVISÃO DE DECISÃO

DESPACHO DO CTM: RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO NO MÉRITO

RESOLUÇÃO Nº. 010/2026 - SESSÃO DE 22/04/2026 - 2ª. CÂMARA JULGADORA

CTM, 22 de abril de 2026.
DANIELLE ESTEVES VILLANO
Presidente
2ª. Câmara Julgadora

.....

**Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
Gabinete do Secretário**



**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Edital de Chamamento Público nº 003/2026-SEDESC

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

PROCESSO SB 42.152/2026-27

PREÂMBULO

CONSIDERANDO as Normativas Constitucionais, Leis Federais, Estaduais e Municipais, além de Resoluções e Orientações Técnicas que regem a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre as quais destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435 de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, a NOB/RH-2009, Resolução CNAS nº 109/2009 - que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e posteriores alterações e Resolução CNAS nº 33/2012 que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS de 2012;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO que as parcerias objeto do presente Edital serão formalizadas sob a égide da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.868/2013 que altera a Lei Federal nº 12.101/2009, que dispõe sobre a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 14 de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

CONSIDERANDO as determinações da Instrução Normativa nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, especialmente seu Título III, Capítulo I, Seção IV, que trata dos Termos de Colaboração e Fomento na área municipal;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 20.113/2017, que regulamenta as normas gerais para as parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, estabelecidas pelo Município e suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, com Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 03/2015 e suas alterações, que define os parâmetros municipais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO as Resoluções dos demais Conselhos de Políticas Públicas Municipais pertinentes;

O Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações e no Decreto Municipal nº 20.113, de 20 de setembro de 2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar Termo de Colaboração para a execução de serviço socioassistencial conforme descrito neste Edital.

1. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. Tem este a finalidade de seleção de Propostas de Intenção e Planos de Trabalho para a celebração de parceria com o Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, por meio da formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, pelo Decreto Municipal nº 20.113, de 20 de setembro de 2017 e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

2. OBJETO E VIGÊNCIA



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

2.1. O presente Edital de Chamamento Público tem como objeto oportunizar a apresentação de Propostas Técnicas e Planos de Trabalho de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, para a execução de Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abaixo qualificada e em conformidade com o Referencial Técnico – Anexo I deste Edital.

2.1.1. Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes – SAICA, na modalidade de Abrigo institucional (I) e Casa de Passagem (II);

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, consiste em serviço socioassistencial de caráter continuado, protetivo de acolhimento provisório e excepcional e/ou emergencial, executado em unidade institucional, semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até vinte (20) crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, sob medida de proteção (art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), atendendo as necessidades básicas, sociais e psíquicas, oferecendo condições para o desenvolvimento saudável.

I - Abrigo Institucional: Acolhimento provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, independente de gênero, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, afastados do convívio familiar por determinação judicial, devido à aplicação de medida protetiva (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção devido a vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta, garantindo o princípio da proteção integral, do caráter da excepcionalidade e transitoriedade da medida de proteção de acolhimento, das peculiaridades do segredo de justiça e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

II - Casa de Passagem: Acolhimento de caráter emergencial, destinado a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, independente de gênero, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, afastados do convívio familiar por determinação judicial, devido à aplicação de medida protetiva (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção devido a vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

realiza o estudo de diagnóstico detalhado da situação, e/ou até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta, garantindo o princípio da proteção integral, do caráter da excepcionalidade e transitoriedade da medida de proteção de acolhimento, das peculiaridades do segredo de justiça e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

A organização dos serviços deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. A edificação deve ser organizada de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

A unidade não deve distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta e em cumprimento ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu art. 19 incisos 2º que versa sobre período de permanência no acolhimento.

O serviço de acolhimento para crianças e adolescentes deve pautar-se nos referenciais dos seguintes documentos: Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Política Nacional de Assistência Social, Resolução CNAS Nº 109 de 11 de dezembro de 2009 e nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

2.1.2. Os objetivos específicos da parceria são:



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- I Acolher crianças e adolescentes dentro dos princípios elencados no Artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente e segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- II Proporcionar acesso as atividades sociais, com condições adequadas ao desenvolvimento das habilidades individuais;
- III Oferecer atendimento ao usuário, à família e/ou responsável pelo acolhimento;
- IV Realizar a reintegração da criança e adolescente a família de origem ou extensa quando possível, por meio de trabalho conjunto com o judiciário e demais órgãos;
- V Garantir o direito à vida, à saúde, à alimentação à educação, à moradia, ao esporte e lazer e, às condições de desenvolvimento social e comunitário;
- VI Preservar vínculos com a família de origem e/ou extensa, salvo determinação judicial em contrário;
- VII Garantir os meios para que todas as crianças e adolescentes que necessitam de acolhimento provisório, excepcional e/ou emergencial, tenham restabelecidos seus direitos, o desenvolvimento de suas potencialidades e a conquista de maior grau de independência individual e social, na perspectiva da garantia do direito a convivência familiar e comunitária.

2.1.3. Local de execução: O serviço será executado em imóvel cedido pelo Poder Público, devidamente regularizado, em ambiente acolhedor e com estrutura física adequada às normativas vigentes.

Unidade I – Abrigo institucional: Rua Guadalajara, 146 – Vila Assunção;

Unidade II - Casa de Passagem: Avenida Imperador Pedro II, 1081 – Nova Petrópolis;

O funcionamento em período ininterrupto demandará turno específico, com dimensionamento exclusivo de carga horária.

Observação: visita a unidade, será realizada com acompanhamento técnico e prévio agendamento a ser solicitado através do e-mail: **sedesc.edital@saobernardo.sp.gov.br**

2.1.4. Prazo para implantação: Em até 05 (cinco) dias após a assinatura do ajuste, será iniciado o processo de transição técnico-operacional, com vistas à garantia de continuidade do atendimento e do acompanhamento dos usuários, contando com a



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

participação de técnicos de referência das unidades envolvidas;

2.1.5. Funcionamento: Atendimento 24 horas / ininterrupto;

2.1.6. Identidade Visual: A Organização da Sociedade Civil - OSC deverá adotar integralmente a identidade visual oficial definida pela Administração Pública, sendo vedada a criação, utilização ou veiculação de logotipos, slogans, marcas, nomes próprios ou qualquer outra denominação vinculada à entidade para identificação do serviço, inclusive em placas, fachadas, uniformes, materiais gráficos, mídias digitais, redes sociais, peças publicitárias e demais instrumentos de comunicação institucional;

2.1.7. Formas de Acesso: O acesso ao serviço ocorrerá, prioritariamente, por encaminhamento pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

- Por determinação do Poder Judiciário;

- Por requisição do Conselho Tutelar, diante da caracterização de emergência, urgência e excepcionalidade, sendo a autoridade competente comunicada em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

2.1.8. Abrangência: Municipal

2.1.9. Meta: Acolhimento de até 40 (quarenta) crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, distribuídos da seguinte forma:

I- Unidade I – Abrigo institucional: 20 vagas de acolhimento;

II- Unidade II- Casa de Passagem: 20 vagas de acolhimento;

2.1.9.1 - Caberá a Organização da Sociedade Civil - OSC a opção de apresentar Propostas de Intenção e Planos de trabalho contemplando 01 (uma) ou ambas as unidades.

2.1.10. Os valores do termo de colaboração, descritos no quadro 1 abaixo, serão referenciados conforme meta e cronograma de desembolso proposto, destinados a gestão dos Serviços pelo período de execução de 06 (seis) meses:

Quadro 1

Abrigo Institucional	
Verba de Implantação (parcela única)	R\$ 150.000,00
Verba Subvenção (repassa mês)	R\$ 100.000,00



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Per capita: R\$ 5.000,00	
Casa de Passagem	
Verba de Implantação (parcela única)	R\$ 150.000,00
Verba Subvenção (repasse mês)	R\$ 100.000,00
Per capita: R\$ 5.000,00	

2.1.11. Verba de implantação, destina-se a aquisição de equipamentos, bens permanentes, mobiliários e insumos necessários ao início das atividades:

Os bens e equipamentos adquiridos, produzidos ou transformados com recursos provenientes da celebração da presente parceria, deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade (patrimoniados), sendo que a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** deverá formalizar, quando da aquisição, produção ou transformação dos bens, a emissão imediata do Termo de Doação ao **MUNICÍPIO**.

Consideradas despesas iniciais, aquelas destinadas à:

- Exames admissionais dos funcionários que atuarão no serviço;
- Aquisição de bens permanentes, equipamentos, utensílios e materiais de consumo essenciais ao início de funcionamento do serviço socioassistencial;
- Adequação do imóvel a ser utilizado para a execução do serviço;

2.1.12. Verba de subvenção: destina-se a subvenção do serviço, no custeio das despesas com folha de pagamento e provisionamento, manutenção, aquisição e/ou reposição de utensílios, alimentação, vestuário, matérias de consumo e insumos necessários a execução do serviço;

Uniformes, crachás, documentos, banners, materiais pedagógicos e quaisquer itens a serem utilizados no serviço deverão observar integralmente o padrão de identidade visual institucional aprovada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC;

Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do artigo 42 e nos artigos 45 e 46, todos da Lei federal n.º 13.019/2014.

2.1.13. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do artigo 52 da Lei federal n.º 13.019/2014.

2.2. Da Vigência: A parceria a ser celebrada terá vigência de **06 (seis) meses**, prorrogável a critério dos partícipes, através de Termo de Aditamento, respeitando o limite máximo total de 60 (sessenta) meses.

2.2.1. A OSC proponente deverá delimitar e expressar na Proposta de Intenção e Plano de Trabalho do Serviço, todo o processo de técnico-operativo que pretende estabelecer.

2.2.2. A OSC deverá encaminhar uma Proposta de Intenção e Plano de Trabalho que está se propondo a executar, sob pena de desclassificação.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1. Poderão participar deste Edital as entidades/associações/organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a” e “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as organizações religiosas que se dediquem às atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos. As atividades devem estar voltadas para a execução de serviços socioassistenciais tipificados, de forma permanente, contínua e planejada, de acordo com o estabelecido na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais), e nos termos do art.3º, § 1º da Lei Federal n.º 8.742/93, alterada pela Lei Federal n.º 12.435/2011.

3.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) Ter inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social / CMAS, na forma do art. 9º da Lei nº 8.742, de 1993;

b) Declarar, conforme modelo constante no Anexo II – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção; e

c) Não tenha pendências na prestação de contas final e/ou parcial de recursos recebidos em exercícios anteriores junto ao Município de São Bernardo do Campo.

d) Não será permitida a atuação em rede, sendo a OSC celebrante do Termo de Colaboração a única responsável pela execução do(s) serviço(s).

3.2.1. Caso a Organização da Sociedade Civil que não desenvolver/executar serviços, programas, projetos ou benefício socioassistencial no município de São Bernardo do Campo/SP, será aceito a inscrição do Conselho Municipal de Assistência Social do Município onde está instalada a sede da OSC e/ou onde desenvolver o maior número de atividades/serviços;

3.2.2. Caso venha estabelecer sede ou desenvolver atividades/serviços no Município de São Bernardo do Campo, deverá promover a regularização de seu registro, mediante a apresentação, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de São Bernardo do Campo, de requerimento formal de inscrição da OSC e do respectivo serviço no âmbito municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

4. REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

4.1. Para a celebração de Termo de Colaboração entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e a OSC, esta deverá cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos previstos no Artigo 2º da Resolução CNAS Nº 21, de 24 de novembro de 2016:

I – Ser constituída em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

II – Estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de São Bernardo do Campo e/ou do município em que possua sede ou execute serviços socioassistenciais, conforme Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como os programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

III – Ter o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, de que trata o inciso XI do art.19 da Lei nº 8.742, de 1993, na forma estabelecida pelo Ministério da Cidadania.

4.2. Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC também deverá atender



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

aos seguintes requisitos:

a) Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado; (art. 33, **caput**, inciso I, e art. 35, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, **caput**, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

c) Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, **caput**, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

d) Possuir, no momento da apresentação da Proposta e do Plano de Trabalho, no mínimo 1(um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a ser comprovada no momento da apresentação da Proposta e do Plano de Trabalho e na forma do art. 33, **caput**, inciso V, do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017 (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) Possuir capacidade técnica, instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo III – Declaração de Capacidade Técnica, de Instalações e Condições Materiais.

5. DOS IMPEDIMENTOS

5.1. Ficará impedida de celebrar o Termo de Colaboração a OSC que:



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

a) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, **caput**, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, **caput**, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, **caput**, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, **caput**, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

h) Tenha entre seus dirigentes e/ou colaboradores/contratados, pessoa que se enquadrem no artigo 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA:

Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. [\(Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024\)](#)

Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores. [\(Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024\)](#)

6. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, nomeada a partir de Resolução da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

6.2. As Propostas e Planos de Trabalho apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil serão julgadas por Comissão de Seleção, que será designada pela Municipalidade com composição de no mínimo 3 (três) pessoas, sendo pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros servidores ocupantes de cargos efetivos.

6.3. Será impedida de participar da Comissão de Seleção pessoa que, nos 5 (cinco) anos anteriores à data de publicação do Edital, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades em disputa, considerando-se relação jurídica, dentre outras:

I - Ser ou ter sido associado ou dirigente da Organização da Sociedade Civil;

II - Ser ou ter sido cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da Organização da Sociedade Civil;

III - Ter ou ter tido relação de emprego ou de prestação de serviço remunerado com a Organização da Sociedade Civil; ou;

IV - Receber ou ter recebido, como beneficiário, os serviços de qualquer Organização da Sociedade Civil participante do processo seletivo.

6.4. Configurado o impedimento previsto no subitem anterior, deverá ser, imediatamente, designado membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

processo de seleção.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DAS ETAPAS

TABELA 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	DATAS
1	Divulgação / Publicação do Edital de Chamamento Público	30/04/2026
2	Prazo para recebimento de propostas e documentos comprobatórios. Envelope 01 - destinado a proposta e plano de trabalho e; Envelope 02 - destinado a apresentação dos documentos exigidos para a celebração do termo de colaboração e outras exigências Legais.	INICIO: 30/04/2026 ENCERRAMENTO: 02/06/2026 *Art. 19
3	Avaliação das Propostas de Intenção e Planos de Trabalho (envelope 1)	03 e 08/06/2026
4	Divulgação do resultado preliminar	09/06/2026
5	- Prazo para Interposição de recursos contra o resultado preliminar; - Análise técnica documental (envelope 2), verificação do cumprimento dos requisitos de celebração; - Ajustes no Plano de Trabalho e regularização de documentos, se necessário	10 a 16/06/2026 *Art. 27
6	Apresentação das contrarrazões	**05 dias uteis *Art. 27



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

7	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	**02 dias uteis
8	Homologação, publicação do resultado definitivo da fase de seleção com divulgação das decisões recursais proferidas	01 dia
9	Apresentação e Deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS	Agenda – CMAS
10	Parecer do órgão técnico e assinatura do Termo de Colaboração	Até 10 dias - prazo administrativos
11	Publicação oficial por meio digital do extrato dos termos de colaboração no Notícias do Município	30 dias a partir da assinatura dos termos

* Decreto Municipal nº 20.113/2017;

**não havendo interposição de recurso, desconsiderar etapa 6 e 7, iniciar a etapa 8;

7.1. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa de avaliação das Propostas de Intenção e Planos de Trabalho (etapa competitiva), sendo analisado apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (melhor classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

7.2. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público e Início do prazo para recebimento dos envelopes.

O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município na internet <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/sas> e através da imprensa oficial Notícias do Município.

7.2.1. Recebimento das Propostas de Intenção, Planos de Trabalho e documentos exigidos para celebração do Termo de Colaboração, será efetuado com a entrega de 2 (dois) envelopes identificados e lacrados, sendo:

7.2.2. Envelope 01, destinado a apresentação da proposta e plano de trabalho;

A Proposta de Intenção e Plano de Trabalho deve ser encaminhado em envelope fechado, individualizado e com identificação da instituição proponente e meios de contato (endereço eletrônico e telefone atualizados), com a inscrição “Proposta de Intenção e Plano de Trabalho – Edital de Chamamento Público Nº 003/2026-



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

SEDESC", e entregues pessoalmente no Expediente Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, no seguinte endereço: Av. Redenção, 271 – Centro, até às 17 horas do dia **02/06/2026**.

7.2.3. A Proposta de Intenção e o Plano de Trabalho, em uma única via impressa, deverão ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente e responsável pela elaboração e execução do projeto. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital ("Compact Disc"- CD e/ou Pen drive) da Proposta de Intenção, Plano de Trabalho (envelope 1) e dos documentos apresentados para análise (envelope 2).

I - Caberá a Organização da Sociedade Civil - OSC a opção de apresentar Propostas de Intenção e Planos de trabalho contemplando 01 (uma) ou ambas as unidades.

7.2.4. A Proposta de Intenção deverá estar de acordo com o Anexo V e conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Nome do serviço;
- b) Endereço(s) de execução;
- c) Objetivo Geral do Serviço;
- d) Breve histórico da OSC e Descrição de Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante;
- e) Deve ser anexado documentos comprobatórios de experiência, da capacidade técnica e operacional da OSC, conforme art. 23 do Decreto Municipal Nº 20.113, de 12 de julho de 2017;

7.2.5. O Plano de Trabalho deverá estar de acordo com o Anexo VI e conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade sócio territorial, devendo ser demonstrado o nexo com o objeto da parceria, as atividades propostas e com as metas a serem atingidas;
- b) descrição das metas a serem atingidas;
- c) a forma de execução das ações;
- d) a descrição dos objetivos a serem atingidos;
- e) a definição das formas de avaliação, instrumentais e outros meios a serem utilizados para a aferição dos resultados;
- f) Descrição dos recursos humano, materiais e financeiros necessários à execução, apresentando elementos indicativos para mensuração desses custos, com



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

quantitativos a serem utilizados na execução do serviço (ex. RH, materiais de consumo, bens a serem adquiridos etc.);

g) valor de financiamento;

h) Deve ser anexado documentos comprobatórios de cotação de valores por item descrito e previsto no Plano de Trabalho.

7.3. Envelope 02, destinado a apresentação dos documentos exigidos e necessários para a celebração da parceria, declarações e exigências Legais, a serem analisados somente após encerrada a etapa competitiva, deve ser encaminhado em envelope fechado, individualizado e com identificação da instituição proponente e meios de contato (endereço eletrônico e telefone atualizados), com a inscrição “Documentos, declarações e certidões – Edital de Chamamento Público Nº 003/2026-SEDESC”, e entregues pessoalmente no Expediente Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, no seguinte endereço: Av. Redenção, 271 – Centro, até às 17 horas do dia **02/06/2026**.

7.3.1. A OSC deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - Cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - Certidão negativa do cartório constando não haver alteração do estatuto ou, em havendo, certidão positiva elencando as alterações (Certidão de Breve Relato);

III - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo IV – (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 39, caput, inciso XX e XXI, do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017);

IV - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

V - Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 37, do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017);



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- a) Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- c) Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- d) Certidão Negativa ou positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais, quando houver; e
- e) Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos de Tributos Municipais Mobiliários;

VI - Cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

VII - Declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo VII – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

VIII - Declaração do representante legal da OSC sobre capacidade técnica profissional da organização ou sobre a previsão de contratar com recursos da parceria, conforme Anexo III;

IX- Cópia do certificado CEBAS da entidade e organização de assistência social que possuem a certificação, nos termos da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

X - Certificado de Inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

XI - Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, conforme Anexo II;

XII – Comproverantes de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, na forma do art. 33, caput, inciso V, do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017 (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014), relacionados em formulário para apresentação de experiências, conforme anexo XI;

XIII – Cadastro do representante legal, conforme anexo X;

XIV – Certidão de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, em atenção ao Art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Anexo XII);



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

XV - Declaração de vistoria ao local de execução, conforme anexo XIII.

7.3.2. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos V do item 7.3.1. deste edital.

7.4. Etapa 2: Envio e encerramento de prazo de entrega da proposta de intenção, plano de trabalho, documentos e declarações necessários para a celebração da parceria.

Após o prazo limite para apresentação das Propostas de Intenção e Planos de Trabalho, nenhum dos documentos exigidos no item 7.2 e 7.3 serão mais recebidos, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

7.5. Etapa 3: Avaliação das Propostas de Intenção e Planos de Trabalho pela Comissão de Seleção (Envelope 1).

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as Propostas de Intenção e Planos de Trabalho apresentados pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada Proposta e Plano de Trabalho será realizada pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. As Propostas e Planos de Trabalho deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo. Ambos os documentos deverão ser baseados no Referencial Técnicos do Serviço anexo deste Edital (Anexo I).

7.5.3. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2 - Critérios de avaliação.

Quesito Item	Descrição - Metodologia	Pontuação
1) Experiência Geral da OSC na execução de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes - SAICA; Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com efetividade de no mínimo: 12 meses;	01 ano: 0,5 ponto 02 anos: 01 pontos Entre 03 e 04 anos completos: 02 pontos Entre 05 e 06 anos completos: 03 pontos	Máximo 05 pontos



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

A comprovação se dará, através da apresentação de: atestado ou declaração expedido por pessoa de direito público ou privado; ou cópia de termo de parceria	Entre 07 e 08 anos completos: 04 pontos Entre 09 e 10 anos completos: 05 pontos Obs.: a atribuição de nota "zero" neste critério não implica na eliminação da proposta.	
2) Descrição metodológica e de conteúdo apresentado no Plano de Trabalha; A metodologia deve estar em consonância com as atividades;	Grau pleno de atendimento: 30 pontos Grau satisfatório de atendimento: 20 pontos Grau parcialmente satisfatório de atendimento: 10 pontos Não atendimento ou atendimento insatisfatório: 0	Máximo 30 pontos
3) Descrição das atividades que serão desenvolvidas para atingir o objeto proposto; As atividades propostas devem estar em consonância com os objetivos	Grau pleno de atendimento: 30 pontos Grau satisfatório de atendimento: 20 pontos Grau parcialmente satisfatório de atendimento: 10 pontos Não atendimento ou atendimento insatisfatório: 0	Máximo 30 pontos
4) Descrição da equipe técnica a ser alocada para o desenvolvimento das atividades: A proposta detalha precisamente sobre a equipe que será disponibilizada, com os	Grau pleno de atendimento: 20 pontos Grau satisfatório de atendimento: 10 pontos	Máximo 20 pontos



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

respectivos cargos e escolaridade. (Em atenção ao Referencial Técnico)	Grau parcialmente satisfatório de atendimento: 04 pontos Não atendimento ou atendimento insatisfatório: 0	
5) Descrição da gestão dos recursos públicos, (Economicidade e eficiência); apresenta detalhamento das categorias de despesas, aquisição de bens permanentes, insumos, RH e provisionamento; (Encargos sociais e tributos)	Grau pleno de atendimento: 15 pontos Grau satisfatório de atendimento: 10 pontos Grau parcialmente satisfatório de atendimento: 04 pontos Não atendimento ou atendimento insatisfatório: 0	Máximo 15 pontos
Pontuação Máxima Global		100 pontos

7.5.4. A falsidade de informações na Proposta de Intenção e Plano de Trabalho, deverá acarretar a eliminação da Proposta e Plano de Trabalho, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.5. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (1), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes.

7.5.6. Serão eliminadas aquelas Propostas e Planos de Trabalho:

- a) cuja pontuação total for inferior a 60 (sessenta) pontos;
- b) que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento nos itens: (2), (3), (4) ou (5), considerados essenciais para a avaliação da habilidade, competências, eficiência, conhecimento e estrutura de gestão do proponente;
- c) que estejam em desacordo com o Edital;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

d) cujo valor de cofinanciamento estiver acima do teto previsto no item 8 deste Edital; ou;

e) organizações da sociedade civil que apresentarem Propostas e Planos de Trabalho em desacordo com o disposto nos subitens 7.2.2, 7.2.3, 7.2.4 e 7.2.5 deste Edital.

7.5.7. As Propostas e Planos de Trabalho não eliminados serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas pela Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.5.8. No caso de empate, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento item (2). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento item (3) e item (5). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade que possua a Certidão de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS. Persistindo o empate, será vencedora aquela com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar da análise das Propostas de Intenção e Planos de Trabalho

A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do Município de São Bernardo do Campo na internet <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/sas>, iniciando-se os prazos para recursos e contrarrazões, conforme Tabela 1 e através de publicação oficial do Notícias do Município.

7.7. Etapas 5 e 6: Interposição de recursos contra o resultado preliminar e contrarrazões

7.7.1. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, conforme prazos definidos na Tabela 1. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.7.2. Os recursos e contrarrazões serão apresentados por meio de ofício com identificação da instituição, com a inscrição “Recurso e contrarrazões – Edital de Chamamento Público nº **003/2026-SEDESC**”, e entregues pessoalmente no Expediente Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, endereçada à Comissão de Seleção, no seguinte endereço: Av. Redenção, 271 – Centro, até às 17 horas, conforme prazos descritos na Tabela 1.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

7.7.3. Envelope 02 - Análise técnica documental e verificação do cumprimento de requisitos para a celebração e outras exigências legais. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela Administração Pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração de ajuste, além da não ocorrência de impedimento para a sua formalização.

7.7.4. Caso se verifique a necessidade de adequação no Plano de Trabalho e/ou irregularidade formal nos documentos apresentados ou se constate evento que impeça a celebração ou, ainda, quando certidões em nome da OSC estiverem com prazo de vigência expirado a OSC será comunicada a regularizar sua situação, no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de não celebração do ajuste.

7.7.5. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos, da fase de celebração, incluindo os exigidos nos art. 33 e 34 da referida Lei, após o prazo para regularização de documentação, não atender às exigências previstas no Edital será desclassificada e aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada (artigo 28, § 1.º, Lei federal n.º 13.019/2014).

7.8. Etapa 7: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção

7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo estabelecido neste Edital.

7.8.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.8.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Etapa 8: Homologação, publicação do resultado definitivo da fase de seleção com divulgação das decisões recursais proferidas.

7.9.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania efetuará a homologação e divulgação, no seu sítio eletrônico oficial e através da imprensa oficial Notícias do Município, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

do processo de seleção (art. 28 do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017).

7.9.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.10. Etapa 9: Apresentação e Deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

A definição sobre a Rede de Serviços Socioassistenciais será objeto de deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, obedecida a Lei Municipal nº 4.495/1997 – criação do CMAS, de acordo com o cronograma estabelecido na Tabela 1.

7.11. Etapa 10: Parecer do órgão técnico, e assinatura do Termo de Colaboração.

7.11.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do Plano de Trabalho e a emissão do parecer técnico (Inciso XVIII do art. 39 do Decreto Municipal Nº 20.113, de 12 de julho de 2017).

7.11.2. A aprovação do Plano de Trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

7.11.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 2 da Tabela 1 e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

7.11.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver (art. 80 do Decreto Municipal Nº 20.113, de 12 de julho de 2017).

7.12. Etapa 11: Publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município.

O extrato do Termo de Colaboração será publicado em meio oficial de publicidade da Administração Pública, a página do site oficial do Município de São Bernardo do Campo na internet www.saobernardo.sp.gov.br, através de publicação digital oficial no Notícias do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura. (Art. 34 do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017).

8. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO:



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

8.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas e serviços de que trata o presente Edital são provenientes das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, a serem suplementadas se necessário e as correspondentes nos anos subsequentes:

DOTAÇÃO MUNICIPAL
12.125.3.3.50.39.00.08.243.0007.2172.01
12.125.4.4.50.39.00.08.243.0007.1068.01

8.2. O Serviço ofertado será cofinanciado com recurso do Fundo Municipal de Assistência Social, com aporte financeiro de recurso Municipal. O valor total de recursos disponibilizados será de: **R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)**, sendo:

Recursos disponibilizados para implantação e manutenção **por unidade de execução**:

- **Verba de Subvenção** para o custeio da execução do serviço pelo período de 06 (seis) meses: **R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)**;

- **Verba de implantação** a ser repassada em parcela única: **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**.

8.3. Os recursos destinados à execução da parceria de que trata este Edital são provenientes do orçamento do Município.

8.4. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 40 do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017.

8.5. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos art. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos art. 41 a 48 do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

8.6. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (incisos I a III do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) materiais de consumo pertinentes ao desenvolvimento do serviço.

8.7. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

8.8. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

8.9. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de Propostas e Planos de Trabalho não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município de São Bernardo do Campo na internet <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/sas>, no período mínimo de 30 (trinta) dias.

9.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

de 10 (dez) dias da data-limite para envio das Propostas e Planos de Trabalho, por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 7.2.2 deste Edital. A resposta às impugnações caberá ao Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania.

9.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data limite para envio da proposta, na forma eletrônica, pelo e-mail: **sedesc.edital@saobernardo.sp.gov.br** - Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

9.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

9.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das Propostas ou Planos de Trabalho ou o princípio da isonomia.

9.3. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

9.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da Proposta e Plano de Trabalho apresentados, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

participar deste Chamamento Público.

9.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das Propostas e Planos de Trabalho e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das OSCs concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

9.8. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Referencial Técnico dos Serviços;

Anexo II – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo III – Declaração de Capacidade Técnica;

Anexo IV – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo V - Modelo Proposta de Intenção

Anexo VI – Modelo Plano de Trabalho;

Anexo VII – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo VIII – Modelo de Ofício para apresentação da Proposta;

Anexo IX - Minuta do Termo de Colaboração;

Anexo X - Cadastro do representante legal;

Anexo XI - Formulário para apresentação de experiências OSC;

Anexo XII - Formulário para apresentação da Certidão de Antecedentes Criminais.

Anexo XIII - Declaração de vistoria ao local de implantação.

Obs.: Os anexos I e IX são para conhecimento e não precisam ser encaminhados pela OSC no momento da entrega da proposta.

O Formulário VIII – Ofício de apresentação em 2 (duas) vias, deve estar fora dos envelopes e será utilizado como protocolo de entrega.

São Bernardo do Campo, 24 de abril de 2026.

HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA

Secretário

Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

ANEXO I

REFERENCIAL TÉCNICO DO SERVIÇO

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. DESCRIÇÃO

Acolhimento provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, independente de gênero, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, afastados do convívio familiar por determinação judicial, devido à aplicação de medida protetiva (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção devido a vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta, garantindo o princípio da proteção integral, do caráter da excepcionalidade e transitoriedade da medida de proteção de acolhimento, das peculiaridades do segredo de justiça e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. A edificação deve ser organizada de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

A unidade não deve distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta e em cumprimento ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu art. 19 incisos 2º que versa sobre período de permanência no acolhimento.

O serviço de acolhimento para crianças e adolescentes deve pautar-se nos referenciais dos seguintes documentos: Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Política Nacional de Assistência Social, Resolução CNAS Nº 109 de 11 de dezembro de 2009 e nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, consiste em serviço socioassistencial de caráter continuado, protetivo de acolhimento provisório e excepcional e/ou emergencial, executado em unidade institucional, semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até vinte (20) crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, sob medida de proteção (art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), atendendo as necessidades básicas, sociais e psíquicas, oferecendo condições para o desenvolvimento saudável.

I - Abrigo Institucional: Acolhimento provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, independente de gênero, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, afastados do convívio familiar por determinação judicial, devido à aplicação de medida protetiva (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção devido a vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta, garantindo o princípio da proteção integral, do caráter da excepcionalidade e transitoriedade da medida de proteção de acolhimento, das peculiaridades do segredo de justiça e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

II - Casa de Passagem: Acolhimento de caráter emergencial, destinado a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, independente de gênero, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, afastados do convívio familiar por determinação judicial, devido à aplicação de medida protetiva (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção devido a vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza o estudo de diagnóstico detalhado da situação, e/ou até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta, garantindo o princípio da proteção integral, do caráter da excepcionalidade e transitoriedade da medida de proteção de acolhimento, das peculiaridades do segredo de justiça e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

1.1 - DA COORDENAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL

O Serviço está referenciado e vinculado à Seção de Proteção Social Especial, mantendo relação direta com a equipe técnica desta Seção, que deverá operar a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais Políticas Públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

A Seção de Proteção Social Especial deverá ser responsável pelo acompanhamento da prestação deste Serviço pela Organização da Sociedade Civil, assegurando em suas atribuições:

- A realização de reuniões de gestão com a Coordenação Técnica da executora do Serviço;
- A realização de reuniões periódicas entre o(s)/a(s) Técnico(s)/ca(s) de Referência ou equipes técnicas da unidade executora do Serviço e da Seção;
- O acesso a relatórios e prontuários; e Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento, inclusive quando de sua construção.
- A proposição de estudos de casos em conjunto com a executora, principalmente aqueles com maior dificuldade de adesão à proposta de trabalho;
- Atuação e revisão de fluxo, quando identificada a necessidade de alterações/adaptações;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- A articulação com o Sistema de Garantia de Direitos;
- A articulação com o CRAS para inserção na rede socioassistencial da Proteção Social Básica quando for o caso;
- A articulação com a rede socioassistencial de Proteção Social Especial.

2. PÚBLICO

Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, independente de gênero, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção devido a vínculos familiares rompidos ou fragilizados e/ou sob medida de proteção (art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

3. OBJETIVO GERAL

Garantir o princípio da proteção integral a crianças e adolescentes, do caráter da emergencial e/ou excepcional e transitório da medida de proteção de acolhimento, das peculiaridades do segredo de justiça e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Acolher crianças e adolescentes dentro dos princípios elencados no Artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente e segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
2. Proporcionar acesso as atividades sociais, com condições adequadas ao desenvolvimento das habilidades individuais;
3. Oferecer atendimento e acompanhamento socioassistencial ao usuário, à família e/ou responsável pelo acolhimento;
4. Realizar a reintegração da criança e adolescente a família de origem ou extensa quando possível, por meio de trabalho conjunto com o judiciário e demais órgãos;
5. Garantir o direito à vida, à saúde, à alimentação à educação, à moradia, ao esporte e lazer e, às condições de desenvolvimento social e comunitário;
6. Garantir que o ambiente de convivência tenha regras claras, com direitos e deveres explícitos e publicizados à totalidade dos acolhidos;
7. Atuar no desenvolvimento do exercício da cidadania, autonomia e cumprimento dos deveres sociais da totalidade dos acolhidos;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

8. Atuar na promoção da autonomia e do autocuidado e preparação ocupacional para o mundo trabalho dos adolescentes;
9. Garantir os meios para que todas as crianças e adolescentes que necessitam de acolhimento provisório, excepcional e/ou emergencial, tenham restabelecidos seus direitos, o desenvolvimento de suas potencialidades e a conquista de maior grau de independência individual e social, na perspectiva da garantia do direito a convivência familiar e comunitária.

5. FUNCIONAMENTO/PERIODICIDADE:

Atendimento de 24 horas / ininterrupto.

6. FORMAS DE ACESSO

- Por determinação do Poder Judiciário;
- Por requisição do Conselho Tutelar, diante da caracterização de urgência e excepcionalidade, sendo a autoridade competente comunicada em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

A Seção de Proteção Social Especial é responsável pela Central de Vagas dos Acolhimentos que compõem a rede de serviços socioassistenciais parceira no Município. A Central de Vagas fará a articulação com as unidades que disponham de vagas para identificação do serviço mais adequado para o caso, levando em consideração a localização mais próxima à residência da família, o não desmembramento de grupos de irmãos e outras características relevantes. A Central de Vagas é responsável pela operacionalização e administração dos encaminhamentos de crianças e adolescentes aos serviços de acolhimento institucional. A unidade de acolhimento somente receberá criança ou adolescente para acolhimento pelo procedimento excepcional e de urgência a partir de encaminhamento da Central de Vagas.

7. ABRANGÊNCIA

Municipal

8. UNIDADE

Espaços próprios, alugados ou cedidos inseridos na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade;

9. PROVISÕES INSTITUCIONAIS, FÍSICAS E MATERIAIS

- Local adequado para moradia com: quartos; sala; cozinha, sala para refeições; espaço para lazer, instalações sanitárias; despensa; mobiliários;
- Alimentação;
- Sala para equipe técnica;
- Sala para atendimento individualizado e coletivo;
- Vestuários individualizados;
- Brinquedos;
- Materiais pedagógicos, tecnológicos, culturais e esportivos;
- Limpeza e conservação dos espaços;
- Acessibilidade em todos seus ambientes;
- Local individualizado para guarda dos pertences;
- Lavagem e secagem de roupas;
- Produtos para higiene pessoal;
- Transporte;
- Banco de Dados de seus usuários e da rede de serviços do território;
- Computador com configuração que comporte acessos a sistemas de dados e provedores de internet de banda larga.
- Manter sinalização interna padronizada em todas as dependências (salas, recepção, áreas de atendimento e circulação), observadas as normas de acessibilidade e identidade visual do Município;
- Materiais gráficos e peças de comunicação digital eventualmente utilizados, tais como folders, cartazes, banners, informativos e publicações em redes sociais, deverão conter obrigatoriamente a identidade visual oficial do Município e da Política de Assistência Social, sendo vedada a inserção de logomarcas, símbolos ou referências de caráter pessoal, religioso, político-partidário ou de promoção institucional da entidade executora.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

10. ATIVIDADES DE TRABALHO SOCIAL

- Acolhimento, escuta;
- Atendimento psicossocial individual e em pequenos grupos;
- Acompanhamento psicossocial das famílias;
- Acompanhamento psicossocial para inserção em família substituta;
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e comunitário;
- Estudo social;
- Apoio à família na sua função protetiva;
- Cuidados pessoais;
- Orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade;
- Construção de plano individual e/ou familiar de atendimento com a família, a criança e o adolescente;
- Protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contrarreferência;
- Elaboração de relatórios e prontuários;
- Trabalho interdisciplinar;
- Diagnóstico socioeconômico;
- Revisão trimestral do acolhimento;
- Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Orientação para acesso à documentação pessoal;
- Mobilização, identificação da família extensa ou ampliada;
- Articulação com demais serviços da rede socioassistencial e intersetorial, mediada pela Seção de Proteção Social Especial quando necessário, para acompanhamento e inclusão em serviços e acesso a benefícios;
- Articulação permanente com a Seção de Proteção Social Especial, através de cooperação técnica e visitas institucionais periódicas;
- Articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Monitoramento e avaliação do serviço;
- Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de entrevistas domiciliares;
- Ações de busca ativa de família extensa;
- Elaboração de relatórios e acompanhamento de processos junto à Vara da Infância e Juventude com cópias à Seção de Proteção Social Especial;
- Articulação com a Central de Vagas;
- Participação nas reuniões de gestão de fluxos e procedimentos, e de monitoramento;
- Capacitação de funcionários;
- Acompanhamento da criança/adolescente e sua família, no mínimo por 6 (seis) meses, após desligamento do serviço de acolhimento;
- Garantia do sigilo das informações.

11. ATIVIDADES INERENTES AO SERVIÇO

- Oferta de proteção integral por meio de moradia, alimentação, vestuário, higienização;
- Acessos: ao ensino formal (acesso, frequência e desempenho), à saúde (avaliação inicial e tratamento);
- Realização de atividades recreativas, esportivas, lúdicas e culturais;
- Grupo lúdico com famílias, crianças e adolescentes;
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana com a participação da criança e adolescente;
- Preparação para a autonomia de adolescentes sem perspectiva de retorno familiar, com vistas de inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho;
- Estímulo ao convívio familiar, grupal e social;
- Mobilização para o exercício da cidadania.

12. ATIVIDADES DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Manutenção de prontuário da família / atendido, com informações mínimas do acompanhamento e evolução do usuário no serviço, de encaminhamentos, descrição de situações prioritárias e/ou anexo de documentos, articulação com o CRAS de referência e com a Seção de Proteção Social Especial;
- Manutenção de lista de atendidos no serviço, previamente padronizadas pelo Órgão Gestor, com registro do perfil e da situação familiar do acolhido.
- Elaboração de relatório mensal em modelo previamente padronizado pelo Órgão Gestor, com a descrição das atividades desenvolvidas de acordo com os planos de trabalho, ou alteradas, neste caso com as devidas justificativas.
- Preenchimento e envio semanal à Seção de Proteção Social Especial de planilha eletrônica de referenciamento, com as informações dos usuários;
- Envio imediato por e-mail, dos casos desligados do serviço, indicando a data e o motivo do desligamento.
- Preenchimento de Sistemas de Informações Oficiais existentes ou que venham a ser implantados pelos Órgãos do Governo Federal, Estadual ou Municipal.
- Envio imediato, cópia do documento (informativo e de acompanhamento) encaminhados ao Sistema de Justiça referente as crianças e adolescentes acolhidas para à Seção de Proteção Social Especial.

13. AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS

- Reinserção da criança ao convívio familiar e comunitário;
- Acesso à documentação civil;
- Fortalecimento dos vínculos familiares e da rede significativa;
- Desenvolvimento individual e grupal;
- Prevenção e proteção contra riscos;
- Inserção da família na rede de proteção social e programas de transferência de renda;
- Manutenção de registro em prontuário do histórico da criança/adolescente e dos membros da família;
- Promover que Crianças/adolescentes evoluam nas em condições de



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

autonomia e independência.

14. EQUIPE DE REFERÊNCIA

RH por unidade de acolhimento		
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes		
Cargo Função	Formação	Quantidade
Coordenadora de Projetos Sociais	Ensino Superior Completo, de acordo com as áreas de formação do SUAS descritas na NOB-RH	1 profissional - Carga horária: 40 horas semanais
Assistente Social	Graduação em Serviço Social e Registro profissional no Conselho Regional	1 profissional - Carga horária: 30 horas semanais
Psicólogo	Graduação em Psicologia e Registro profissional no Conselho Regional	1 profissional - Carga horária: 40 horas semanais
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio	1 profissional - Carga horária: 40 horas semanais
Educador / Cuidador	Ensino Médio	1 profissional para até 10 usuários, por turno (considerando diurno/noturno/plantões) ¹ . Sugere-se sistema de plantão, com carga horária: 12x36
Auxiliar de Cuidador	Formação mínima:	1 profissional para até 10 usuários, por turno (considerando

¹ A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoa soropositivas, idade inferior a 1 ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação:

1 cuidador para 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;

1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

	Ensino Fundamental	diurno/noturno/plantões) ² . Sugere-se sistema de plantão, com carga horária: 12x36
Cozinheira		2 profissionais Sugere-se sistema de plantão, com carga horária: 12x36
Auxiliar de limpeza		1 profissional - Carga horária: 40 horas semanais

O regime de contratação deverá seguir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diante do afastamento dos profissionais, de qualquer natureza, com a devida comprovação, visando não prejudicar o andamento do serviço, a entidade executora deverá providenciar a substituição imediata e/ou mediante as devidas justificativas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

15. DAS ATRIBUIÇÕES:

15.1. Compete ao(à) Coordenador(a) de Projetos Sociais:

- Coordenar, planejar, acompanhar e avaliar a execução do serviço assegurando o cumprimento das diretrizes da Política de Assistência Social;
- Garantir a articulação intersetorial entre as políticas de Assistência Social, Educação, Saúde e demais políticas públicas, promovendo fluxos integrados de atendimento e proteção;
- Coordenar a equipe técnica, socioeducativa e de apoio, assegurando organização das rotinas, cumprimento de carga horária, qualificação das práticas e atendimento adequado às crianças e adolescentes;
- Acompanhar e orientar o planejamento pedagógico e socioassistencial, garantindo alinhamento às diretrizes do SUAS;
- Assegurar a oferta de ambiente seguro, acolhedor e protetivo, especialmente no período noturno, com observância aos protocolos de cuidado, segurança, alimentação, higiene e descanso;
- Implantar, orientar e supervisionar o cumprimento de normas e regras claras, previamente estabelecidas e amplamente divulgadas, garantindo a adequada utilização da unidade/residência, a organização do ambiente



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

institucional e a convivência harmoniosa entre colaboradores e usuários acolhidos.

- Monitorar o atendimento às crianças e adolescentes;
- Coordenar o registro, sistematização e atualização de informações, prontuários, relatórios técnicos e indicadores de monitoramento, conforme exigências do órgão gestor;
- Acompanhar processos de inclusão e atualização das famílias no Cadastro Único – CadÚnico;
- Promover reuniões periódicas de equipe para planejamento, avaliação, estudo de casos e aprimoramento das ações;
- Atuar na mediação de conflitos e no fortalecimento da comunicação com as famílias, responsáveis e comunidade;
- Garantir o cumprimento das normas legais, administrativas, sanitárias, de segurança e demais exigências;
- Articular processos de formação continuada da equipe, com foco em proteção integral, desenvolvimento infantil, atendimento e prevenção de violações de direitos;
- Representar o serviço junto ao órgão gestor, conselhos, rede socioassistencial e demais instâncias, quando solicitado;
- Contribuir para o monitoramento e avaliação dos resultados e impactos do serviço, visando a melhoria contínua da qualidade do atendimento.

15.2. Compete ao(à) Assistente Social:

- Realizar acolhida, escuta qualificada e atendimento social às crianças, famílias e responsáveis, respeitando os princípios éticos e técnicos da profissão;
- Identificar situações de vulnerabilidade social, risco e violação de direitos, realizando estudo social e diagnóstico socioeconômico;
- Elaborar, manter e atualizar prontuários, relatórios técnicos e registros sociais, conforme normativas do SUAS;
- Planejar, executar e avaliar o trabalho social com famílias, em articulação com a rede de serviços socioassistenciais;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Realizar visitas domiciliares e institucionais, quando necessário;
- Promover referenciamento e contra referenciamento junto ao CREAS e Rede de Garantia de Direitos;
- Orientar famílias quanto ao acesso a benefícios, programas e direitos socioassistenciais;
- Articular-se com as políticas de Educação, Saúde e demais políticas públicas, fortalecendo a intersetorialidade;
- Acompanhar e avaliar o impacto do serviço na proteção social e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Participar do planejamento, execução e avaliação das atividades socioeducativas e de convivência;
- Contribuir para a elaboração de relatórios de monitoramento e prestação de contas da parceria;
- Atuar de forma preventiva, proativa e ética na defesa e garantia de direitos das crianças e famílias.

15.3. Compete ao(à) Psicólogo(a):

- Realizar acolhida, escuta qualificada e acompanhamento de crianças e adolescentes, famílias e responsáveis, respeitando o Código de Ética Profissional;
- Identificar fatores de risco psicossocial, sofrimento psíquico, negligência ou violência, atuando de forma preventiva e articulada com a rede de proteção;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos emocionais, afetivos, sociais e relacionais;
- Realizar atendimentos individuais e coletivos, observando o caráter socioassistencial do serviço;
- Apoiar e orientar famílias quanto às práticas de cuidado, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento infantil;
- Desenvolver ações coletivas, oficinas e atividades socioeducativas que favoreçam a convivência, o brincar e a socialização;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do Plano de Acompanhamento Familiar, em articulação com o CREAS;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Elaborar registros técnicos e relatórios quando necessário, respeitando sigilo e limites da atuação no SUAS;
- Articular-se com serviços de saúde, educação e demais políticas públicas, garantindo encaminhamentos qualificados;
- Apoiar a equipe na identificação sinais de sofrimento, atraso no desenvolvimento ou risco psicossocial;
- Contribuir para a formação continuada da equipe sobre temas relacionados à infância, vínculos, proteção integral e atendimento noturno;
- Atuar na mediação de conflitos familiares e institucionais, quando necessário;
- Administrar e acompanhar as agendas de saúde dos usuários acolhidos, assegurando o agendamento, controle e monitoramento de consultas, exames e tratamentos, bem como atuar na articulação com os equipamentos da rede de saúde, visando garantir o acesso integral, contínuo e qualificado aos serviços de atenção à saúde.
- Participar do monitoramento e avaliação dos resultados e impactos do serviço.

Disposições gerais

A atuação do(a) Assistente Social e do(a) Psicólogo(a) deverá respeitar as normativas do SUAS, o Marco Legal da Primeira Infância, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e os respectivos Códigos de Ética Profissional;

As ações desenvolvidas possuem caráter preventivo, protetivo e não clínico, voltadas à promoção de direitos e fortalecimento da função protetiva das famílias;

O trabalho deverá ocorrer de forma interdisciplinar e intersetorial, articulado à equipe de cuidadores, CREAS e rede socioassistencial.

15.4. Compete ao(à) Auxiliar Administrativo:

- Executar atividades administrativas de apoio à coordenação e à equipe técnica, assegurando o adequado funcionamento do serviço;
- Organizar, controlar e manter atualizados documentos, arquivos, prontuários administrativos e registros institucionais, respeitando normas de sigilo e proteção de dados;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Apoiar o controle de frequência de usuários e profissionais, registros de presença e organização de escalas, quando solicitado;
- Auxiliar na elaboração, conferência e organização de relatórios administrativos, planilhas, formulários e documentos exigidos pelo órgão gestor;
- Realizar o lançamento e atualização de informações em sistemas oficiais, bancos de dados e planilhas de acompanhamento do serviço;
- Receber, protocolar, encaminhar e arquivar documentos, correspondências e comunicações internas e externas;
- Apoiar os processos de cadastro, recadastro e atualização de informações dos acolhidos e seus familiares, em articulação com a equipe técnica e o CREAS;
- Auxiliar na organização logística de reuniões, capacitações, eventos e atividades institucionais;
- Apoiar os processos administrativos relacionados a aquisições, controle de materiais, alimentação e prestação de contas, conforme orientações da coordenação;
- Manter controle e organização de materiais de expediente e insumos administrativos;
- Zelar pela organização, conservação e bom uso dos equipamentos e materiais administrativos;
- Executar outras atividades correlatas, compatíveis com a função, conforme demanda institucional.

Observações Técnicas

O(a) Auxiliar Administrativo não realiza atendimentos técnicos ou socioassistenciais, atuando exclusivamente no suporte administrativo;

Sua atuação deve respeitar as diretrizes de confidencialidade, ética institucional e proteção de dados pessoais;

Trabalha de forma articulada com a coordenação, equipe técnica, órgão gestor e, quando necessário, com a rede intersetorial.

15.5. Compete ao(à) Educador(a)/Cuidador(a):



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Prestar cuidado direto, contínuo e qualificado às crianças e adolescentes acolhidos, assegurando proteção integral, bem-estar físico, emocional e social;
- Desenvolver ações educativas e de cuidado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, o Marco Legal da Primeira Infância e as normativas do SUAS;
- Organizar e executar rotinas de cuidado, incluindo alimentação, higiene, repouso e acolhimento noturno, respeitando os ritmos biológicos e necessidades individuais das crianças;
- Promover atividades lúdicas, recreativas e socioeducativas que estimulem o brincar, a socialização, o desenvolvimento integral e o fortalecimento de vínculos, planejadas com a equipe técnica da unidade;
- Garantir ambiente seguro, acolhedor, afetivo e estruturado, observando protocolos de segurança, higiene e prevenção de acidentes;
- Observar e registrar o desenvolvimento das crianças e adolescentes, comunicando à coordenação e à equipe técnica situações que demandem acompanhamento especializado;
- Identificar e comunicar sinais de vulnerabilidade, negligência, violência ou alterações no comportamento, respeitando os fluxos da rede de proteção;
- Atuar de forma articulada com a equipe técnica, educadores, cuidadores, coordenação e demais profissionais do serviço;
- Manter comunicação permanente e respeitosa com famílias e responsáveis, transmitindo informações pertinentes ao cuidado e rotina das crianças;
- Participar do planejamento, execução e avaliação das atividades do serviço, bem como de reuniões de equipe e formações continuadas;
- Contribuir para a organização, conservação e higienização dos espaços e materiais utilizados pelas crianças;
- Cumprir as normas institucionais, éticas, administrativas e de segurança estabelecidas pelo serviço;
- Apoiar o processo de adaptação das crianças e adolescentes à rotina noturna, promovendo segurança emocional e física, além de vínculos de confiança;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Executar outras atividades correlatas à função, compatíveis com a natureza do serviço, conforme orientação da coordenação.

Observações Técnicas

A atuação do(a) Educador(a)/Cuidador(a) possui caráter educativo e protetivo, não substituindo atendimentos clínicos ou terapêuticos;

Todos os profissionais devem receber formação específica em proteção integral, primeiros socorros, atendimento noturno, identificação de sinais de negligência ou violência e desenvolvimento infantil;

O trabalho deve ser pautado nos princípios da dignidade humana, prioridade absoluta da criança e adolescente, convivência familiar e comunitária.

15.6. Compete ao(à) Auxiliar de Cuidador(a):

- Auxiliar o(a) Educador(a)/Cuidador(a) no cuidado direto e contínuo das crianças e adolescentes, assegurando bem-estar, segurança e proteção integral;
- Apoiar a execução das rotinas de cuidado, incluindo alimentação, higiene pessoal, troca de fraldas, repouso e organização do ambiente, respeitando os ritmos e necessidades individuais das crianças;
- Contribuir para a manutenção de um ambiente seguro, acolhedor, afetivo e organizado, observando normas de higiene, segurança e prevenção de acidentes;
- Apoiar o desenvolvimento de atividades lúdicas e recreativas, estimulando o brincar, a socialização e o desenvolvimento integral das crianças;
- Auxiliar na observação cotidiana das crianças, comunicando ao(à) Educador(a)/Cuidador(a) e à equipe técnica quaisquer alterações de comportamento, sinais de vulnerabilidade ou necessidades específicas;
- Colaborar no acolhimento das crianças durante a chegada e saída, favorecendo processos de adaptação e fortalecimento de vínculos;
- Apoiar a organização, higienização e conservação dos espaços, mobiliários, brinquedos e materiais pedagógicos utilizados;
- Auxiliar na organização e distribuição de alimentação, conforme orientações da equipe responsável e normas sanitárias;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Atuar de forma integrada com a equipe de referência, respeitando fluxos, orientações técnicas e protocolos institucionais;
- Participar de reuniões, capacitações e formações continuadas promovidas pelo serviço;
- Cumprir as normas institucionais, administrativas, éticas e de confidencialidade;
- Executar outras atividades correlatas à função, compatíveis com a natureza do serviço, conforme orientação da coordenação.

Observações Técnicas

A função do(a) Auxiliar de Cuidador(a) possui caráter complementar e de apoio, não substituindo as atribuições do(a) Educador(a)/Cuidador(a) ou da equipe técnica;

O exercício da função deve estar alinhado aos princípios da proteção integral, prioridade absoluta da criança e garantia de direitos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Marco Legal da Primeira Infância e normativas do SUAS;

Recomenda-se formação inicial e continuada em cuidados na primeira infância, primeiros socorros, higiene, segurança e desenvolvimento infantil.

15.7. Compete ao(à) Cozinheiro(a):

- Planejar, preparar e executar o preparo das refeições destinadas às crianças atendidas, observando cardápios definidos por profissional habilitado e as necessidades nutricionais;
- Assegurar a qualidade nutricional, sanitária e higiênica dos alimentos, conforme normas da Vigilância Sanitária;
- Organizar e controlar o recebimento, armazenamento e conservação dos gêneros alimentícios;
- Garantir o cumprimento das boas práticas de manipulação de alimentos, incluindo uso de EPIs e higiene pessoal;
- Zelar pela limpeza e organização da cozinha, equipamentos e utensílios sob sua responsabilidade;
- Apoiar a organização de horários de alimentação, respeitando as rotinas;
- Comunicar à coordenação eventuais necessidades de reposição de insumos ou irregularidades;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Registrar informações relacionadas à alimentação, quando solicitado;
- Participar de capacitações e formações relacionadas à segurança alimentar e nutricional;
- Cumprir normas institucionais, éticas e administrativas da unidade.

Observações Técnicas

As funções de cozinha e limpeza são essenciais para garantir a segurança alimentar, sanitária e o bem-estar das crianças, especialmente no atendimento noturno;

As atribuições devem observar as normativas da Vigilância Sanitária;

Recomenda-se formação básica ou capacitação específica em boas práticas de higiene, segurança alimentar e limpeza institucional.

16. INDICADORES DE MONITORAMENTO

Os indicadores têm por finalidade aferir a qualidade e efetividade do serviço, devendo buscar a totalidade dos atendidos/acolhidos:

16.1. QUANTITATIVO:

Fonte: Lista de presença.

- Percentual de usuários acolhidos: $\text{n}^\circ \text{ de vagas} \times 100$ (Permite avaliar a capacidade instalada e eventual vacância).

Fonte: planilha de atendidos.

- Tempo médio de permanência: soma do tempo de permanência de todos os acolhidos / n° de desligamentos no período (importante para monitorar excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento).

Fonte: planilha de atendidos.

- Percentual de crianças e adolescentes com PIA atualizado.
- Percentual de Instrumental de avaliação adaptativa preenchido e/ou atualizado.
- Percentual de atendimentos psicossociais às famílias com ou sem os acolhidos (n° famílias, subtraindo às com restrição judicial $\times 100\%$);
- Percentual de atendimentos psicossociais individual com os acolhidos (n° de acolhidos $\times 100\%$);



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Fonte: planilha de atendidos/ relatório.

- Percentual de crianças e adolescentes com situação escolar regular, carteira de vacinação atualizada;

Fonte: planilha de atendidos.

- Percentual de presença da equipe técnica do serviço nas reuniões de cooperação técnica solicitadas pela gestão municipal.

Fonte: Lista de presença.

16.2. QUALITATIVO

- Avaliação de satisfação dos acolhidos (instrumental adaptado por faixa etária: bom ou ótimo);
- Avaliação: organização, higienização da instalação, equipamentos, moveis e utensílios; atendimentos; (bom ou ótimo - monitoramento);
- Quantificar nível de adaptação:

Eficaz () Ineficaz () Ineficaz em Crise () Ineficaz Severa () Ineficaz Grave

- Percentual de acompanhamento após desligamento: por maioria, reintegração familiar;

17. CATEGORIAS DE DESPESA

As despesas da parceria poderão abranger, entre outras:

- Recursos humanos (contratações CLT, autônomos, encargos trabalhistas e verbas rescisórias);
- Materiais de consumo (materiais de oficina e expediente);
- Contratação de serviços de terceiros (manutenção, formação e capacitação);
- Aquisição de materiais lúdicos, pedagógicos e culturais;
- Aquisição de bens permanentes necessários a execução do serviço, desde que previstos no plano de trabalho e autorizados pelo gestor da parceria;
- Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para realização de oficinas e atividades específicas;
- Aquisição de ingressos para atividades culturais, desde que previstas no planejamento/plano de trabalho.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Demais despesas, desde que observados os dispositivos legais.

18. DAS VEDAÇÕES

É vedado à Organização da Sociedade Civil – OSC, bem como aos seus dirigentes, colaboradores e prepostos, no âmbito da execução do serviço objeto da parceria:

I – utilizar o serviço, seus espaços, materiais, recursos ou atividades para fins de promoção institucional, pessoal, político-partidária ou de natureza religiosa;

II – desvirtuar a finalidade do serviço, bem como utilizar equipe técnica, estrutura física, recursos materiais ou financeiros para atividades estranhas ao objeto pactuado ou não previstas no Plano de Trabalho aprovado;

III – compartilhar profissionais, espaços físicos, mobiliários, equipamentos, veículos ou quaisquer outros recursos vinculados ao serviço com outros projetos, programas, ações ou atividades próprias da entidade;

IV – promover alterações metodológicas, fluxos operacionais ou organização interna sem prévia e expressa autorização formal da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;

V – utilizar o imóvel, salas ou quaisquer dependências vinculadas ao serviço para finalidades diversas da execução do objeto pactuado, inclusive para atividades administrativas próprias da entidade ou execução de projetos paralelos;

VI – veicular comunicação visual, impressa, digital ou institucional em desacordo com a identidade visual oficial estabelecida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;

VII – Criar logos próprios da OSC, utilizar nomes alternativos ao serviço e/ou espaço, criar subdivisões vinculadas a projetos executados pela OSC;

O descumprimento das disposições previstas acima, poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis.

19. IDENTIDADE VISUAL

A Organização da Sociedade Civil – OSC deverá observar integralmente o padrão de identidade visual e de comunicação institucional da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC, sendo vedada qualquer forma de personalização, utilização de marcas próprias ou elementos que descaracterizem o serviço como integrante da política pública municipal de Assistência Social.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Nos termos do art. 6º, §5º, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), incluído pela Lei nº 13.714/2018, a identidade visual do SUAS deve prevalecer na identificação de unidades públicas estatais, entidades e organizações de assistência social, bem como de serviços, programas, projetos e benefícios a ele vinculados.

É obrigatória a adoção integral da identidade visual oficial da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em todas as peças, materiais, ambientes e canais vinculados à execução do serviço, incluindo fachadas, placas internas e externas, uniformes, veículos, materiais impressos e digitais, mobiliário sinalizado, formulários, prontuários, banners, publicações institucionais e redes sociais.

Sempre que houver a identificação da Organização da Sociedade Civil – OSC, sua logomarca deverá constar em tamanho inferior e em posição secundária em relação à marca da Prefeitura/SEDESC/SUAS, respeitando a hierarquia institucional da política pública executada.

É vedada a inserção de nomes, slogans, marcas, cores, símbolos, fotografias ou quaisquer elementos que caracterizem promoção pessoal, religiosa, político-partidária, institucional autônoma da OSC ou qualquer forma de personalismo que descaracterize o serviço como política pública municipal.

Todos os materiais de comunicação institucional deverão ser previamente submetidos à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC para análise, validação e autorização formal antes de sua divulgação externa ou utilização pública.

20. NORMAS, REGULAMENTOS E DOCUMENTOS

- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: Lei Orgânica da Assistência Social.
- Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011: Altera a Lei nº 8.742/93.
- Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.
- Resolução CNAS nº 9, de 15 de abril de 2014.
- Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.
- Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Lei nº 13.019/2014: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).
- Resolução CNAS nº 21/2016: aponta os requisitos para a celebração de parcerias em concordância com a Lei nº 13.019/2014.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- Resolução Conjunta Nº 01, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS e do CONANDA, que aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009, "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes".



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a _____ [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no **Edital de Chamamento Público Nº 003/2026- SEDESC** e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

São Bernardo do Campo, ... de de 2026.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, DE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c art. 33, **caput**, inciso VI, do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017), que a _____ [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

➤ Dispõe de capacidade técnica, de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ Pretende adquirir com recursos da parceria as condições materiais, bem como contratar profissionais qualificados para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS.: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

São Bernardo do Campo, ... de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da _____
[identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos do art. 39, **caput**, inciso XX e XXI, do Decreto Municipal nº 20.113, de 2017), que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

- Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

São Bernardo do Campo, ... de de 2026.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO V

PROPOSTA DE INTENÇÃO

PROPOSTA

São Bernardo do Campo, ____ de ____ de 2026.

À

Comissão de Seleção

A _____ (nome da entidade) ao participar do Edital de Chamamento Público, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Bernardo do Campo-SEDESC, a fim de utilizar os recursos públicos e estando de acordo com a Política Municipal de Assistência Social, propõe de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais a execução do **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA**.

A ser desenvolvido na (s) unidade (s) execução:

• Rua/Avenida: _____

• Nº _____ Bairro: _____

• CEP _____ Cidade: _____

Objetivo Geral do Serviço:



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Descrição de Experiência:

Descrever breve histórico da Instituição, incluindo experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante.

- Anexar documentos comprobatórios de experiência da capacidade técnica e operacional da OSC, conforme art. 23 do Decreto Municipal Nº 20.113 de 12 de julho de 2017; e
- Anexar a Declaração de Ciência e Concordância (Anexo II deste Edital).

Nome do Representante: _____

Assinatura _____



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO VI
PLANO DE TRABALHO

Cofinanciamento através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Nome do Serviço:

Tipo de Proteção:

OBS. Caberá a Organização da Sociedade Civil - OSC a opção de apresentar Propostas de Intenção e Planos de trabalho contemplando 01 (uma) ou ambas as unidades.

Valor total do cofinanciamento: R\$

Período de execução: xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx

Número de Atendidos:

Período de atendimento: Manhã () Tarde () Noite () 24horas ()

Dias da Semana: 2ª () 3ª () 4ª () 5ª () 6ª () S () D ()

1. Identificação da Instituição

1.1 Dados Cadastrais

Órgão/Entidade		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	CEP:
Site:	E-mail:	
CNPJ:		
Registro CMAS:	Registro CMDCA:	



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Registro CEBAS:	Vencimento do Registro CEBAS:
Utilidade Pública: Municipal () Estadual () Federal ()	

1.2 Dados do Presidente ou Representante Legal

Nome:	
RG:	Órgão Expedidor:
CPF:	Mandato:
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	CEP:
Telefone:	E-mail:

(Preencher com os dados do representante legal.)

1.3 Dados do Responsável Técnico

Nome:	
RG:	Órgão Expedidor:
CPF:	
Cargo:	
Telefone:	E-mail:

2. Apresentação e Histórico da Organização Social

(Descrição dos serviços e atendimentos prestados, incluindo experiência prévia de trabalho)

3. Justificativa

(Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas/objetivos a serem alcançados)



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

4. Objetivo Geral (utilizar como base/referência – Referencial técnico Item 3)

5. Objetivos Específicos

Conforme Edital / Detalhar:

6. Execução

Detalhar:

Endereço de Execução do Serviço:

Número de atendidos:	Faixa etária:
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Periodicidade do Serviço:	

(Replicar o quadro quando houver mais de um endereço de execução.)

7. Atividades a serem desenvolvidas

(Deverá ser demonstrada as atividades de forma mais detalhada para cumprimento dos objetivos específicos propostos – citados no item 5 acima.)

7.1. Atividades Inerentes ao Serviço

Objetivo Específico	Atividade	Metodologia	Periodicidade



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

7.2. Atividades de trabalho Social

Objetivo específico	Atividade	Metodologia	Periodicidade

Observação: as atividades de registro e acompanhamento constantes no Referencial Técnico, devem ser contempladas no quadro acima.

8. Cronograma

8.1. Atividades Inerentes ao Serviço

Mês	1	2	3	4	5	6
Atividade						

8.2. Atividades de trabalho social

Mês	1	2	3	4	5	6
Atividade						

9. Formas de Monitoramento/ Avaliação

(Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas – conforme edital.)



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Indicador (es)	Meios de Verificação

(Apresentar indicadores conforme Referencial Técnico do Serviço proposto no Edital)

10. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

(Replicar o quadro abaixo, indicando RH por unidade, quando o Plano de trabalho contemplar ambas as unidades)

10.1 Recursos Humanos						
Quant.	Cargo ¹	Formação	Carga Horária Semanal	Vínculo ²	Custo Mensal Total	Fonte dos Recursos ³

¹ Na coluna cargo, registrar nomenclatura conforme será apresentado na prestação de contas, seguido, entre parênteses () a correspondência de função conforme descrito no referencial técnico de cada serviço.

² 1- Empregado 2- Autônomo 3- Voluntário 4- Dirigente 5- Estagiário

³ 1 – Próprio 2- Repasse FMAS 3 – Repasse FUMCAD

10.2 - Recursos Materiais Despesas <i>(detalhar)</i>		
Quantidade	Categoria - Gêneros Alimentícios <i>(detalhar)</i>	Valor Total



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

	Detalhar itens de refeição (almoço/jantar e/ou lanche)	
Quantidade	Categoria - Outros materiais de consumo <i>(detalhar)</i>	
	Detalhar: mat. Escritório, ludo pedagógico, papelaria, etc. Insumos necessários para execução da ação	
Quantidade	Categoria - Outros serviços de terceiros <i>(detalhar)</i>	
Quantidade	Categoria - Locação de Imóveis	-----

Quantidade	Categoria - Locações Diversas <i>(detalhar)</i>	
Quantidade	Categoria - Utilidades Públicas <i>(detalhar)</i>	-----

Quantidade	Categoria – Combustível <i>(detalhar)</i>	
Quantidade	Categoria - Bens e materiais permanentes	
	Obs. Detalhar itens x quantidade e apresentar cotação de preços: Insumos necessários e equipamentos para execução da ação	
Quantidade	Categoria - Outras despesas <i>(detalhar)</i>	
	Obs. Detalhar e apresentar cotação de preços: Insumos necessários para execução da ação	

(Apresentar em anexo ao Plano de Trabalho Cotação de preços dos itens acima descritos.)

A OSC se compromete a complementar a execução do objeto, com recursos próprios, se for o caso. Executará a administração e gestão, além de fornecer o Know How necessário para a execução das atividades inerentes ao serviço.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

10.3 Aplicação dos Recursos Financeiros do FMAS/Despesas de Custeio¹			
Itens de Despesa	Salários	Encargos trabalhistas e previdenciários ²	Total
1 – Recursos Humanos – CLT			
2 – Recursos Humanos – Autônomos			
Total Geral			

¹ A entidade deve apresentar elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

² A entidade deve declarar estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto.

10.4 Aplicação de Recursos (Verba Subvenção)			
Categoria ou finalidade de despesas		FMAS/Mês	Total
I	Rec. Humanos (5)		
II	Rec. Humanos (6)		
III	Medicamentos		
IV	Material Médico e Hospitalar (*)	-----	-----
V	Gêneros Alimentícios		
VI	Outros materiais de consumo		
VII	Serviços Médicos (*)	-----	-----
VIII	Outros serviços de terceiros		
IX	Locação de Imóveis	-----	-----



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

X	Locações Diversas		
XI	Utilidades Públicas (7)		
XII	Combustível		
XIII	Bens e materiais permanentes (Verba Implantação)		
XIV	Obras	-----	-----
XV	Despesas financeiras e bancárias	-----	-----
XVI	Outras despesas		
	TOTAL		

Quadro de despesas presente no Demonstrativo de Receita e Despesas (TCE-SP).

Utilizar somente as categorias pertinentes ao desenvolvimento do serviço.

(5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

() Apenas para entidades da Saúde.*

10.5 Aplicação de Recursos (Verba Implantação)		
Categoria ou finalidade de despesas		Total
I	Rec. Humanos (exames admissionais)	
VI	Outros materiais de consumo (insumos necessários ao início do serviço / uniformes)	
VIII	Outros serviços de terceiros (capacitação dos funcionários)	
XIII	Bens e materiais permanentes	
XVI	Outras despesas	



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

	(Manutenção da unidade)	
	TOTAL	

11. Cronograma de Desembolso Financeiro

Parcela	Valor
Parcela única - Implantação	
1º	
2º	
3º	
4º	
5º	
6º	
Total	R\$

12. Prestações de Contas

A prestação de contas será elaborada em consonância à legislação própria, especialmente à lei federal 13.019/2014 e suas alterações, decretos regulamentadores, normativos municipais e instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

São Bernardo do Campo, ____ de _____ de 2026.

Assinatura e identificação

Presidente

Assinatura e identificação

Responsável Técnico



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que a _____ [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

➤ Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

➤ Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

➤ Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

➤ Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

São Bernardo do Campo, ... de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO VIII

Modelo - Ofício de Apresentação

Nome OSC:

Endereço, Cidade, Estado CEP

Tel. (Atualizado)

E-mail: (atualizado)

Edital de Chamamento Público N.º 003/2026- SEDESC

Prezados senhores,

Em concordância com o estabelecido no **EDITAL nº 003/2026-SEDESC**, encaminhamos nossa Proposta, em envelopes separados, para análise de parceria, visando a implantação do **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA**.

São Bernardo do Campo, ... de de 2026.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

ANEXO IX

MINUTA TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO N.º/2026-SEDESC

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**, por meio da sua Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e a **Organização da Sociedade Civil – OSC** sediada no Município de São Bernardo do Campo, com o objetivo de desenvolver o Serviço.....

Por este instrumento, as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 46.523.239/0001-47, representado por, **Henrique Santos de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania**, de conformidade com Decreto Municipal nº 20.312/2018, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e, de outro, a com endereço na....., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº....., inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS sob o nº....., sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, neste ato representada por....., portador do RG e do Cadastro de Pessoa Física nº....., doravante designada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, têm, entre si, justo e acordado, o presente Convênio, consoante às cláusulas e condições seguintes, sujeitando-se o **MUNICÍPIO e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, nos termos previstos: I) na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 204, inciso I, que dispõe sobre a participação das Entidades Benéficas de Assistência Social na execução de programas de assistência social; II) na Lei Federal Nº 8.742 de 07/12/1993, alterada pela Lei Federal Nº 12.435, de 06/07/2011, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; III) Resolução Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS n.º 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; IV) Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS; V) Lei



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Federal n.º 8.069/1990, alterada pela Lei Federal n.º 12.010/2009, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA; VI) Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único da Assistência Social, através da Norma Operacional Básica 01/2005; VII) Resolução CNAS N° 269, de 13/12/2006 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS e suas alterações; VIII) Resolução CNAS N° 16, de 05/05/2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social; IX) Resolução CNAS n° 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; X) Resolução CNAS n° 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS; XI) Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2.014 e suas alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias envolvendo ou não transferência de recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; XII Decreto Municipal n° 20.113, de 12 de julho de 2.017, que trata sobre o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Municipalidade e as Organizações da Sociedade Civil; XIII) Resolução CNAS n° 21, de 24 de novembro de 2016 que estabelece requisitos para celebração de parcerias entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações da assistência social no âmbito do SUAS; XIV) Resolução CNAS n° 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, nos Conselhos Municipais.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.0 - O presente tem por objetivo implantar e executar o **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA**, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado e que passa a fazer parte deste Instrumento, independentemente de sua transcrição, para a execução do objeto, com repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC.

Meta: Atender até ____ crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses;

Local de Execução:



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.0 - Para execução do presente Termo de Colaboração, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- I - Analisar e deliberar o Plano de Trabalho proposto pela **Organização da Sociedade Civil - OSC**;
- II - Transferir os recursos financeiros previamente estabelecidos no Plano de Trabalho, mediante depósito em conta bancária específica da **Organização da Sociedade Civil - OSC**;
- III - Acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento do objeto da presente parceria, observado a legislação pertinente às normas do controle interno e externo;
- IV - Exigir da **Organização da Sociedade Civil - OSC** o saneamento de eventuais irregularidades observadas em decorrência do acompanhamento, do monitoramento e da avaliação deste Termo;
- V - Receber a prestação de contas e analisar a execução do objeto, segundo o Plano de Trabalho, e encaminhá-la ao Departamento de Controladoria da Secretaria de Finanças, na forma do disposto na cláusula décima primeira;
- VI - Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submetê-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **Organização da Sociedade Civil - OSC**, na forma estabelecida na cláusula quinta;
- VII - Emitir, por intermédio do gestor da parceria, parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata a cláusula quinta.
- VIII - Proceder a publicação resumida deste Termo e de seus aditamentos na imprensa oficial, no prazo legal.
- IX - Inscrever a **Organização da Sociedade Civil - OSC** como inadimplente – Sistema de Contabilidade e Finanças do Município de São Bernardo do Campo, nas hipóteses previstas, e observando o disposto no Decreto Municipal 20.113/2017 e suas alterações;
- X - Comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, por intermédio do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Finanças, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência, qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela parceira na utilização dos recursos ou bens de origem pública, bem como o desfecho do respectivo procedimento administrativo instaurado e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventuais saldos de recursos e rendimentos de caderneta de poupança;

XI – Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de denúncia, rescisão e/ou paralização de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

3.0 - Para execução da presente parceria, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** obriga-se a:

- I - Disponibilizar os valores correspondentes a sua contrapartida, de acordo com as especificações previstas no plano de trabalho, se for o caso;
- II - Abrir conta bancária específica para as movimentações desta parceria, isenta de tarifas bancárias, em instituição financeira pública, com agência sediada em São Bernardo do Campo, conforme orientações da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
- III - Manter na conta bancária supracitada, os recursos recebidos por intermédio da parceria e, enquanto não utilizados, aplicar, obrigatoriamente, em caderneta de poupança, quando tiverem previsão de uso igual ou superior a 1 (um) mês;
- IV - Reverter, ao objeto da parceria, os rendimentos obtidos em caderneta de poupança, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;
- V - Cumprir e fazer cumprir as instruções que receber do **MUNICÍPIO**, relacionadas aos serviços a serem executados, e garantir o livre acesso dos agentes do **MUNICÍPIO**, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- VI - Apresentar ao **MUNICÍPIO** a prestação de contas dos recursos recebidos, na forma estabelecida na cláusula décima primeira;
- VII - Manter em sua sede e em boa ordem, à disposição do **MUNICÍPIO** e do Tribunal Contas do Estado de São Paulo - TCESP, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, os documentos originais que compõem a prestação de contas e demais registros contábeis;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- VIII - Manter os recursos em conta bancária específica, conforme disposto no inciso II, efetuando movimentações somente para pagamento das despesas decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração, ou para aplicação em caderneta poupança;
- IX - Restituir ao **MUNICÍPIO**, preferencialmente até o último dia de vigência da parceria, limitando-se ao prazo de 30 (trinta) dias de sua conclusão, eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em caderneta de poupança, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos;
- X - Restituir ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da denúncia, rescisão, ou extinção da parceria, eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em caderneta de poupança, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos;
- XI - Proceder com a utilização dos recursos repassados em conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho;
- XII - Emitir Relatório de Execução do Objeto, contendo as atividades desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, seguindo as instruções e modelos estabelecidos pelo gestor da parceria, conforme a periodicidade abaixo:
- a) Mensalmente: para fins de liberação de recursos para as despesas mensais de custeio, conforme cronograma previsto no Plano de Trabalho;
 - b) Quando do encerramento da parceria e fim de exercício fiscal: contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados durante o exercício, o qual servirá de base, sem prejuízo de outros elementos, para a emissão do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação por parte do **MUNICÍPIO**;
- XIII - Realizar cotação de preços, para aquisição de bens e serviços necessários à execução deste Termo, sempre em conformidade com os princípios da transparência, legalidade, moralidade, economicidade e da eficiência;
- XIV - Obter, de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Organização da Sociedade Civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas;

XV - Assumir as despesas referentes às multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes a atrasos nos pagamentos;

XVI - Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, devendo incluir no mínimo:

- a) Data de assinatura e identificação do Termo de Colaboração e da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**;
- b) Nome da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;
- c) Descrição do objeto da parceria;
- d) Valor total da parceria e valores liberados;
- e) Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;
- f) Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

3.1 – Em conformidade com o Artigo 42 da Lei Federal nº 13.019/2014, é de responsabilidade exclusiva da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**:

- I - O gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- II - O pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** a inadimplência da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** em relação aos referidos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, ressaltando-se, ainda, que a remuneração de equipe de trabalho, desde que aprovado no Plano de Trabalho, com recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO**, não gera vínculo trabalhista com o ente transferidor.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

§1º A inadimplência do **MUNICÍPIO** não transfere à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§2º Eventuais débitos oriundos de reclamação trabalhista serão suportados exclusivamente pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**.

§3º Havendo o encerramento da parceria o Município não arcará com despesas relativas à estabilidade legal decorrente de acidente de trabalho, licença médica prolongada, licença maternidade, tampouco com despesas relativas a processos trabalhistas.

CLÁUSULA QUARTA

DA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

4.0 - Excepcionalmente, admitir-se-á à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** propor a reformulação do Plano de Trabalho, através de justificativa por ofício, que será apreciada pelo Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – DGSUAS (Seção de Monitoramento e Avaliação), sendo vedada a mudança do objeto.

4.1 - A reformulação do Plano de Trabalho prevista no item anterior, deverá ser proposta pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, com as devidas justificativas, entretanto, a OSC somente poderá proceder a alteração de fato, após ser oficiado pelo DGSUAS que houve o deferimento de sua solicitação.

4.2 – É vedada a alteração do objeto deste Termo, salvo a sua ampliação, desde que aprovado plano de trabalho adicional e comprovada a execução das etapas e/ou fases de execução anteriores com a devida prestação de contas.

PARÁGRAFO ÚNICO – A ampliação de metas deste Termo será formalizada mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

5.0 - Fica assegurado o livre acesso dos agentes da municipalidade e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e outros órgãos fiscalizadores, devidamente identificados, para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, a todos os documentos, informações, atos e fatos praticados relacionados direta e indiretamente a este Termo, quando em missão fiscalizadora e/ou auditoria, bem como os locais de execução dos respectivos objetos.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

5.1 - O gestor da parceria, com base nos apontamentos da equipe técnica responsável pela emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada mediante o Termo de Colaboração, emitirá parecer técnico conclusivo no final do exercício fiscal e no encerramento da parceria, e submeterá o relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborado pela Municipalidade à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC, o qual deverá conter, sem prejuízo de outros elementos:

- I - Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
- III - Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;
- V - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

5.2 – O monitoramento e a fiscalização exercidos pelo MUNICÍPIO não excluem e nem reduzem as responsabilidades da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações/serviços desenvolvidos para a execução do objeto deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA

DOS BENS PERMANENTES

6.0 – Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos provenientes da celebração da presente parceria deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade (patrimoniados), sendo que a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** deverá formalizar, quando da aquisição, produção ou transformação dos bens, a emissão imediata do Termo de Doação, conforme modelo fornecido pela administração pública, transferindo sua propriedade ao **MUNICÍPIO**. A guarda e conservação dos bens serão de



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

responsabilidade da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, até a conclusão do objeto, ou extinção do serviço executado.

6.1 - Fica assegurado ao **MUNICÍPIO**, quando da conclusão do objeto ou extinção desta parceria, o direito de propriedade e uso dos bens remanescentes, adquiridos, produzidos ou transformados, em decorrência de sua execução, os quais serão encaminhados ao Serviço de Almoxarifado da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, cabendo a este Serviço a responsabilidade pela guarda, controle, conservação e posterior destino desses bens aos Equipamentos da Assistência Social.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO VALOR E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.0 – Os recursos financeiros para a execução deste Termo serão custeados pelo **MUNICÍPIO**, através do Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS para o cumprimento das metas estabelecidas conforme o Plano de Trabalho, no valor total de R\$ XXXX (XXXXXXXX), a ser repassado à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** de acordo com o cronograma de desembolso discriminado abaixo:

- Financiamento FMAS no valor de R\$ XXXX,00 (XXXX), onerando-se a dotação orçamentária: XXXXXX cód. reduz. XXXX - PA. XXX, ou a correspondente nos anos subseqüentes a ser creditado conforme cronograma de desembolso:

Cronograma de Desembolso – 2026 – R\$ 0,00	
Parcela 1 - Implantação	R\$ 0,00

Cronograma de Desembolso – 2026 – R\$ 0,00	
Parcela 1	R\$ 0,00
Parcela 2	R\$ 0,00
Parcela 3	R\$ 0,00
Parcela 4	R\$ 0,00
Parcela 5	R\$ 0,00
Parcela 6	R\$ 0,00



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

CLÁUSULA OITAVA

DA TRANSFERÊNCIA

8.0 - A transferência devida pelo **MUNICÍPIO** à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** será efetuada através de depósito em conta bancária específica, aberta pela **OSC** para esta finalidade, conforme disposto no inciso II da cláusula terceira.

Dados Bancários:

CLÁUSULA NONA

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS E DA FORMA DE REPASSE

9.0 - A liberação dos recursos para as despesas mensais de custeio está vinculada ao cronograma financeiro previsto no Plano de Trabalho aprovado.

9.1 - O repasse se efetuará até o dia 28 (vinte e oito) de cada mês, mediante apresentação pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do **MUNICÍPIO**, até o dia 10 (dez) de cada mês, dos seguintes documentos:

- I - Relatório de Execução do Objeto, conforme modelo estabelecido, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto no mês anterior ao repasse e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II - Certificado de Regularidade do FGTS- CRF;
- III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- IV - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- V - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.

Caso o dia 10 seja em final de semana ou feriado, o Relatório de Execução do Objeto e a lista de atendidos devem ser entregues no dia útil que antecede o mesmo, evitando-se assim atrasos no repasse dos recursos.

9.2 - O primeiro repasse será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis após a data da publicação da parceria.

9.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;
- III - Quando a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo **MUNICÍPIO** ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

9.4 - Na utilização dos recursos transferidos, deverão ser respeitados os limites de categoria (custeio e capital), segundo a natureza da despesa e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS VEDAÇÕES

10.0 - A presente parceria deverá ser executada com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

- I - Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- II - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- III - Realizar despesa em data anterior e posterior à vigência desta parceria;
- IV - Realizar despesas com multas, juros, taxas ou mora, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos e a título de taxa de administração;

10.1 - É vedada a celebração de qualquer modalidade de parceria prevista na Lei Federal 13.019/2014, a entidade que se enquadre nos termos do artigo 39 da referida legislação, bem como a entidade que possuir, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão.

10.2 - É vedada a utilização de valores da parceria com destinação incerta e não comprovada na prestação de contas, advertindo-se que:

- I - No caso de débito não comprovado na conta específica do Termo de Colaboração, serão calculados os rendimentos que seriam auferidos a partir da data daquele débito;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

II - Após o cálculo da alínea anterior, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** será notificada para que se proceda a devolução do valor debitado e da rentabilidade calculada, imediatamente, à conta específica da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICA E FINANCEIRA

11.0 - A prestação de contas dos recursos recebidos através desta parceria será apresentada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, conforme o disposto abaixo:

I - Apresentação pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** do Relatório de Execução Financeira, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, contendo os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP e demais legislações pertinentes, de acordo com as orientações do **MUNICÍPIO**, e conforme DECRETO Nº 20.113, DE 12 DE JULHO DE 2017, especialmente o Capítulo VII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, Art. 56 e 57.

11.1 - Para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades anualmente desenvolvidas, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** deverá apresentar até o dia 30 (trinta) de janeiro do ano subsequente à conclusão do Termo de Colaboração, os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP e demais legislações pertinentes, conforme orientações do **MUNICÍPIO**.

11.2 - A prestação de contas deverá ser juntada em expediente próprio pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, para a análise da execução do objeto e posterior encaminhamento ao Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças, para a efetivação da análise quanto à execução financeira da parceria.

11.3 - A falta de prestação de contas no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO** importará na imediata suspensão das liberações subsequentes;

11.4 - Considerando a necessidade de que a administração pública preste contas nos termos das Instruções nº 01/2024 do TCESP e suas atualizações, o **MUNICÍPIO** deverá observar o disposto nas referidas Instruções, ficando a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** obrigada a apresentar, com medida de urgência e sempre que o **MUNICÍPIO** solicitar, qualquer documentação que lhe seja pertinente.

11.5 - As prestações de contas serão avaliadas:



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

- I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:
 - a) Omissão no dever de prestar contas;
 - b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
 - c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

12.0 - O prazo de vigência deste Termo, a contar da data de assinatura do presente, será de **06 (seis)** meses, que corresponde ao período estabelecido no Plano de Trabalho para a execução do objeto, podendo ser prorrogada por Termo Aditivo, até o prazo total de 60 (sessenta) meses, desde que as partes manifestem interesse nesse sentido e apresentem justificativa prévia em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, sendo apresentado novo Plano de Trabalho para o período objeto da prorrogação.

12.1 - A parceria poderá ser rescindida por mútuo consentimento, ou por iniciativa de qualquer das partes, manifestada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

12.2 - A denúncia ou a rescisão da presente parceria, de iniciativa do **MUNICÍPIO**, ocorrerá quando da constatação do inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, bem como, entre outras, das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o objeto da parceria;
- II - Falta da prestação de contas no prazo estabelecido;
- III - Não adoção por parte da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, das medidas saneadoras eventualmente apontadas pelo **MUNICÍPIO** na execução da parceria;
- IV - Em caso de dissolução da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA PUBLICAÇÃO

13.0 - A publicação, por extrato, da presente parceria, será providenciada pelo **MUNICÍPIO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura, em meio oficial de publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

***DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL - OSC***

14.0 - Pela execução desta parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal 13.019/2014 e legislação específica, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs do **MUNICÍPIO**, por prazo não superior a dois anos;
- III - Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta cláusula.
- IV - As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
- V - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
- VI - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.0 - Para qualquer dúvida ou ação que possam decorrer da execução desta parceria, esgotando-se a tentativa de solução administrativa com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante deste **MUNICÍPIO**, fica eleito o Foro desta Comarca, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.1 - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem assim ajustados, e para que produza efeitos legais, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Bernardo do Campo, ____/____/2026.

Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania

RESPONSÁVEL LEGAL OSC

Testemunhas: 1. _____ 2. _____



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO X

CADASTRO – REPRESENTANTE LEGAL

Razão Social:		CNPJ:	
Endereço:			
Cidade:	UF: SP	CEP:	Telefone: (11)
Nome do responsável:			C P F
R.G. / Órgão Expedidor	Data de Nascimento: ____/____/____	Cargo:	Mandato:
Endereço Residencial:			
Cidade:	UF: SP	CEP:	Telefone:
E-mail Institucional:			
E-mail Pessoal:			
Telefone Institucional:			
Telefone Pessoal:			

São Bernardo do Campo, ____/____/2026.

Assinatura Presidente



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO XI

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO
DE EXPERIÊNCIAS (OSC)

EXPERIÊNCIAS NA ATIVIDADE ESPECÍFICA DE:	
Título do Projeto:	
Parceiro:	Local de execução:
Endereços:	Telefones:
E-mail:	
Vigência Início (mês/ano)	Encerramento Término (mês/ano)
Meta:	
Público Atendido:	
RESUMO DAS ATIVIDADES	



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Obs.: Anexar cópia de termo de convênio, publicações em Diário Oficial, declaração, ou atestado expedido por pessoa de direito público, certificando a execução do serviço e/ ou parceria (em papel timbrado da empresa declarante e expedida com data não anterior a 01 (um) ano da abertura da documentação/habilitação deste EDITAL.

Edital de Chamamento Público n.º 003/2026 -SEDESC

São Bernardo do Campo, ... de de 2026

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO XII

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Organização da Sociedade Civil:	
Título do Projeto:	
Parceiro:	Local de execução:
Endereços:	Telefones:
E-mail:	
Período de execução Início (mês/ano):	Encerramento Término (mês/ano)
Meta:	
Público Atendido:	
Nome: Cargo: Vinculação com a OSC/projeto: Validade Certidão a contar da data de emissão (expedida com data não anterior a 01 (mês)):	



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Obs.: Anexar cópia da Certidão de Antecedentes Criminais, expedida com data não anterior a 01 (mês) da abertura da documentação/habilitação deste EDITAL.

Edital de Chamamento Público Nº 003/2026-SEDESC

São Bernardo do Campo, ____/____/2026.

Assinatura Presidente



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Papel Timbrado da Entidade

CNPJ – ENDEREÇO – E-MAIL – TELEFONE

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO VISTORIA AO LOCAL DE IMPLANTAÇÃO

Declaro que a _____ que pela pessoa do senhor
(a) _____ portador (a) do RG
_____ e do Cadastro de Pessoa Física nº
_____, realizou vistoria nas dependências/local de
implantação do serviço, localizado na Rua Guadalajara, 146 – Vila Assunção.

São Bernardo do Campo, ____ de ____ de 2026.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

Espaço reservado para validação da
visita pelo órgão público

Nome:
Matricula:

Secretaria de Segurança Gabinete do Secretário

GIOVANI CHAGAS, Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipais, nº 7, de 07 de Julho de 2010, nº 11, de 19 de abril de 2018 e nº 16, de 15 de dezembro de 2021, torna pública as seguintes decisões:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO SB.040250/2026-00

RECORRENTE: JOSÉ AUGUSTO SANTANA DA SILVA - MATRÍCULA 17.556-5

**RECORRIDO: CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
PROCEDIMENTO DE ORIGEM: INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DE RITO
SUMÁRIO SB.020512/2026-07**

"(...) Isto posto, NÃO reconheço o recurso como sendo suficiente para modificar a decisão pretérita e mantenho a sanção imposta por seus próprios fundamentos."

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO SB.040224/2026-56

RECORRENTE: ANDRÉIA MOURA NUNES - MATRÍCULA 55.698-7
**RECORRIDO: CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
PROCEDIMENTO DE ORIGEM: INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DE RITO**

SUMÁRIO SB.010707/2026-39

"(...) Isto posto, NÃO reconheço o recurso como sendo suficiente para modificar a decisão pretérita e mantenho a sanção imposta por seus próprios fundamentos."

**CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO - RITO ORDINÁRIO
SB.110654/2025-08**

SERVIDOR: CARLOS SILMAR DA SILVA SCAPIM - MATRÍCULA 45.926-8

"(...) Posto isso, acolho integralmente o relatório e parecer conclusivo, tempestivamente exarado pela Comissão Processante, com vistas a aplicar ao servidor em epígrafe, 16 (dezesesseis) dias de suspensão, em prejuízo de sua remuneração, por infração ao disposto no artigo 50, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 07/2010."

CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL SINDICÂNCIA SB.025431/2026-31

"(...) Diante do exposto, determino a instauração do procedimento de RITO ORDINÁRIO para apuração das responsabilidades administrativas, nos termos do art. 131, da Lei Complementar Municipal nº 07/2010."

CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL SINDICÂNCIA SB.032665/2026-50

"(...) Não havendo materialidade delitiva a embasar a instauração de inquérito administrativo disciplinar, observados os princípios e regras inerentes à administração pública, determino a remessa deste procedimento ao ARQUIVO, com supedâneo no artigo 122, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 07/2010."

CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL SINDICÂNCIA SB.028120/2026-11

"(...) Não havendo materialidade delitiva a embasar a instauração de inquérito administrativo disciplinar, observados os princípios e regras inerentes à administração pública, determino a remessa deste procedimento ao ARQUIVO, com supedâneo no artigo 122, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 07/2010."

CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL SINDICÂNCIA SB.017019/2026-10

"(...) Não havendo materialidade delitiva a embasar a instauração de inquérito administrativo disciplinar, observados os princípios e regras inerentes à administração pública, determino a remessa deste procedimento ao ARQUIVO, com supedâneo no artigo 122, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 07/2010."

CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL SINDICÂNCIA SB.023526/2026-05

"(...) Não havendo materialidade delitiva a embasar a instauração de inquérito administrativo disciplinar, observados os princípios e regras inerentes à administração pública, determino a remessa deste procedimento ao ARQUIVO, com supedâneo no artigo 122, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 07/2010."

CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL SINDICÂNCIA SB.020016/2026-46

"(...) Não havendo materialidade delitiva a embasar a instauração de inquérito administrativo disciplinar, observados os princípios e regras inerentes à administração pública, determino a remessa deste procedimento ao ARQUIVO, com supedâneo no artigo 122, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 07/2010."

CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL SINDICÂNCIA SB.020006/2026-10

"(...) Não havendo materialidade delitiva a embasar a instauração de inquérito administrativo disciplinar, observados os princípios e regras inerentes à administração pública, determino a remessa deste procedimento ao ARQUIVO, com supedâneo no artigo 122, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 07/2010."

Secretaria de Transporte, Mobilidade e Infraestrutura Gabinete do Secretário

EDITAL STMI-1 Nº 11/2026

ASSUNTO: VEÍCULO EM ESTADO DE ABANDONO - AUTO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento à legislação municipal vigente, fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) **CIENTIFICADO(S)** de que fora(m) **AUTUADO(S)** por infringência às posturas municipais (L.M. nº 4.974/2001). Ao(s) interessado(s) encaminhamos, via correio, o(s) respectivo(s) "Auto(s) de Infração".

NOME	VEÍCULO	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
RODRIGO MATHEUS CIZOTTO CANELA	B5G-7F34	SB038953/2026	6036
FRANCISCO PONTES PINTO	CSJ-0725	SB039763/2026	6037

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026

EVANILTON V. ARBIA FERRARI

Diretor de Departamento de Engenharia de Tráfego - STMI-1

Errata

Referente ao edital de leilão nº 48/2025, publicado no Notícias do Município, Edição 2531, em 18 de junho de 2025, informa-se a seguinte correção:

Onde se lê:

805, ERJ8111, /SP, 9CDNF41AJ9M236676, F401-BR204071, JTA/SUZUKI INTRUDER 125, PRETA, 2009/2009, RAUL PEREIRA CONCEICAO, JOAO BATISTA DIAS VALADARES DE OLIVEIRA, 00204290740_05/07/2023

Leia-se:

805, **EJR8111**, /SP, 9CDNF41AJ9M236676, F401-BR204071, JTA/SUZUKI INTRUDER 125, PRETA, 2009/2009, RAUL PEREIRA CONCEICAO, JOAO BATISTA DIAS VALADARES DE OLIVEIRA, 00204290740_05/07/2023

Permanecem inalteradas as demais disposições do referido edital.

São Bernardo do Campo, 24 de abril de 2026.

Ana Paula Alves Lima

Encarregada de Serviços.

EDITAL STMI Nº 029 DE 28 DE ABRIL DE 2026

NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTA DE TRÂNSITO

Em cumprimento ao disposto no art. 24 e seus incisos, bem como no art. 281 da Lei Federal nº 9503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro nos termos da Resolução CONTRAN nº 918/2022, **FRANCISCO JOSÉ CARONE GARCIA**, Secretário de Transportes, Mobilidade e Infraestrutura no uso de suas atribuições, torna público a relação de Notificações de Penalidade de Multa de Trânsito, processadas no período de **15 a 28 de ABRIL de 2026**, que estão à disposição para consulta no portal do Município, por meio do link: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/infracoesemultas>.

STMI, 28 de Abril de 2026.

Francisco José Carone Garcia

Secretário de Transportes, Mobilidade e Infraestrutura

EDITAL STMI Nº 030 DE 28 DE ABRIL DE 2026

NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÕES DE TRÂNSITO

Em cumprimento ao disposto no art. 24 e seus incisos, bem como no art. 281 da Lei Federal nº 9503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro nos termos da Resolução CONTRAN nº 918/2022, **FRANCISCO JOSÉ CARONE GARCIA**, Secretário de Transportes, Mobilidade e Infraestrutura no uso de suas atribuições, torna público a relação de Notificações de Autuações de Trânsito, processadas no período de **15 a 28 de ABRIL de 2026**, que estão à disposição para consulta no portal do Município, por meio do link: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/infracoesemultas>.

STMI, 28 de Abril de 2026.

Francisco José Carone Garcia

Secretário de Transportes, Mobilidade e Infraestrutura

Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal Gabinete da Secretária

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - SEMAS-204

EDITAL Nº 36, DE 30 DE ABRIL DE 2026

Nos termos do Artigo 9º parágrafo III, do Decreto Municipal 23.109/2025 e suas alterações, ficam os contribuintes abaixo relacionados, CIENTIFICADOS dos seguintes lançamentos por infrações ambientais:

NOME	CPF/CNPJ	A. INFRAÇÃO	LANÇAMENTO	ARTIGO	PROCESSO

ANDRADE COMERCIO DE AREIA E PEDRA LTDA	13.347.012/0001-39	7846/2026	704/261778314	105	SB 40333/2026
PRISCILA BOSCOLO MENDES GALLIS	140.271.838-19	31/2026	704/261778315	82	SB 39848/2026
MARIA CRISTINA DO SANTOS	057.203.344-32	32/2026	704/261778484	119 e 96	SB 74117/2025

O (a) autuado (a) terá prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de ciência da autuação e/ou 20 (vinte) dias a partir da data desta publicação para apresentação de defesa ou impugnação (DM nº 23.109/2025 e suas alterações);

Os recursos devem ser formalizados presencialmente em uma das unidades do Atende Bem ou virtualmente no site oficial da prefeitura, através da Guia de Serviços: <http://guiadeservicos.saobernardo.sp.gov.br>.

Em caso de dúvidas, ligar para 2630-4650.

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - SEMAS -204 EDITAL Nº 37, DE 30 DE ABRIL DE 2026

Nos termos do Decreto Municipal nº 23.109/2025 e suas alterações, o diretor do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental, no uso de suas atribuições, torna público que os requerentes e notificados abaixo relacionados, estão sendo cientificados dos prazos para apresentar documentos, das notificações e demais deliberações de recursos e requerimentos impetrados junto à Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal.

Assunto: Auto de Inspeção Ambiental

NOME	RG/CPF/CNPJ	NÚMERO	PROCESSO
ANDRADE COMERCIO DE AREIA E PEDRA LTDA	13.347.012/0001-39	10664/2026	SB 40333/2026
PRISCILA BOSCOLO MENDES GALLIS	xxx.xxx.838-xx	22/2026	SB 39848/2026

Assunto: Termo de Embargo e Interdição

NOME	RG/CPF/CNPJ	NÚMERO	PROCESSO
LUCÉLIO SIMÕES NOGUEIRA	xxx.xxx.858-xx	010/2026	SB 36381/2026

Assunto: Termo de Apreensão e Depósito

NOME	RG/CPF/CNPJ	NÚMERO	PROCESSO
ANDRADE COMERCIO DE AREIA E PEDRA LTDA	13.347.012/0001-39	4153/2026	SB 40333/2026

Assunto: Convocação para celebração de Termo de Compromisso Ambiental (TCA)

NOME	RG/CPF/CNPJ	TCA	PRAZO	PROCESSO
CESAR FALOTICO	xxx.xxx.958-xx	011/2026	15 DIAS	077041/2018

Assunto: Solicitação de cancelamento de multa

NOME	RG/CPF/CNPJ	DECISÃO	COMUNIQUE-SE	PROCESSO
THIAGO PIRINELLI	xxx.xxx.758-xx	NÃO ACEITO	106/2026	SB 38592/2021
TAMIRIS APARECIDA ANICETO ANTUNES	xxx.xxx.438-xx	NÃO ACEITO	114/2026	SB 35908/2026

Assunto: Liberação de Bens Apreendidos

NOME	RG/CPF/CNPJ	DECISÃO	PROCESSO
UELTON TEIXEIRA DOS SANTOS	xxx.xxx.048-xx -	INDEFERIDO	SB 12284/2026

SEMAS -204, em 30 de abril de 2026

RONALDO ALVES VITALE PERRUCCI

Secretário de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL EDITAL SEMAS-2 Nº 16, DE 30 DE ABRIL DE 2026

Em cumprimento a legislação municipal vigente, e nos termos do Decreto Municipal nº 23.108/2025, o diretor do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental, no uso de suas atribuições, torna público a relação de documentos e demais deliberações de processos que foram objeto de despachos decisórios das seguintes seções:

SEÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - SEMAS-201

Assunto: Deferimento de licença para atividade potencialmente poluidora:

PROCESSO	NOME/EMPRESA	DOCUMENTO EMITIDO

SB.114018/2025-40	MG CENTRO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA	LO - Nº 0060/2026

SEÇÃO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL - SEMAS-202

Assunto: Deferimento de validação do requerimento "COMUNICAÇÃO DE PODA - até 10 (dez) árvores":

PROCESSO	NOME/EMPRESA	VALIDADE
SB.018200/2024-33	EXPRESSO LOG TRANSPORTES DE VEÍCULOS LTDA	28/04/2027
SB.002924/2026-93	SADA PARTICIPAÇÕES S/A	28/04/2027

Assunto: Deferimento de solicitação de autorização para intervenção em vegetação:

PROCESSO	NOME/EMPRESA	DOCUMENTO EMITIDO
SB.013451/2025-19	IGREJA PENTECOSTAL	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 039/2026
SB.134084/2022-37	CONJUNTO HABITACIONAL SANTA LUZIA-CHSL	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 033/2026
SB.121115/2024-56	SCANIA LATIN AMERICA LTDA	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 047/2026
SB.105322/2025-06	BONANZA TREND ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS S/A	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 052/2026

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - SEMAS-203

Assunto: Indeferimento de solicitação de Alvará Ambiental - Licenciamento Ambiental:

PROCESSO	NOME/EMPRESA	MOTIVO
SB 100621/2025-56	STEPHEN TADEU PIZSOLITTO DA PENHA	DECRETO MUNICIPAL 23.108/2025 - ART. 60
SB 86007/2025 -32	MARIA DE FÁTIMA DE MATOS	DECRETO MUNICIPAL 23.108/2025 - ART. 57
SB 58820/2025-12	TELEFONICA BRASIL S.A	DECRETO MUNICIPAL 23.108/2025 - ART. 57
SB 9893/2026-72	JOSEFA FREITAS DO NASCIMENTO	DECRETO MUNICIPAL 23.108/2025 - ART.60
SB 9904/2026-03	JOSEFA FREITAS DO NASCIMENTO	DECRETO MUNICIPAL 23.108/2025 - ART. 60

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

São Bernardo do Campo, 30 de Abril de 2026

RONALDO ALVES VITALE PERRUCCI

Secretário de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal - SEMAS

EXTRATO

A Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal (SEMAS) torna público que a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, inscrita no CNPJ sob o nº 46.523.239/0001-47, requereu a Licença Prévia - LP para o "Projeto de Requalificação da Prainha do Riacho Grande", localizada na Avenida Amazonas, 243-377 às margens da Represa Billings, no Distrito do Riacho Grande, município de São Bernardo do Campo/SP.

São Bernardo do Campo, 29 de abril de 2026.

RONALDO ALVES VITALE PERRUCCI

Secretário de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal

**Secretaria de Cultura
Gabinete da Secretária**

COMUNICADO SC Nº. 0100/2026 - TORNA PÚBLICA A HOMOLOGAÇÃO DE DOAÇÃO FORMALIZADA PELA EMPRESA CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.

A Secretaria de Cultura torna público que, no âmbito da Lei Federal nº 14.903/2024 (Marco A Secretaria de Cultura do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), torna pública a homologação da proposta de doação apresentada pela empresa CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.183.516/0001-20, com sede na Avenida Manoel Casanova, nº 1435, Bloco C, Meu Cantinho, Suzano/SP, referente à disponibilização temporária, a título gratuito e sem transferência de propriedade, de bens destinados ao atendimento de eventos e ações institucionais promovidas pelo Município, consistentes em:

· 01 unidade - Painele de LED Outdoor P3.91, com respectivos módulos,

estrutura e especificações técnicas adequadas para exibição de conteúdos audiovisuais em eventos públicos;

- 02 unidades - Caixas de som ativas portáteis de 8 polegadas, com potência de 150W RMS cada;
- 02 unidades - Microfones sem fio com tecnologia bluetooth;
- Equipamentos eletrônicos auxiliares, compreendendo 1 (um) Mi Box Xiaomi (3ª geração) e 1 (uma) processadora Novastar; e
- Cabos e acessórios necessários ao funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de rede, extensões elétricas, cabos HDMI, cabos de dados e cabo de energia do painel.

A disponibilização dos bens vigorará até 31 de dezembro de 2026, podendo ser encerrada a qualquer tempo mediante simples comunicação por parte do doador.

- Como contrapartida, o Município compromete-se a:
- I - Zelar pela adequada guarda, conservação e utilização dos equipamentos;
 - II - Responsabilizar-se por eventuais danos, extravios ou prejuízos ocorridos durante o período de disponibilização, promovendo o devido reparo ou indenização, inclusive quando causados por terceiros;
 - III - Utilizar os bens exclusivamente em ações institucionais e eventos promovidos pelo Município.

Ressalta-se que os bens permanecem de propriedade exclusiva da empresa doadora, não havendo qualquer ônus financeiro ao Município.

Decorrido o prazo legal sem apresentação de contrapropostas aptas a afastar a conveniência administrativa da proposta originária, e reconhecido o interesse público da iniciativa, fica homologada a presente doação, nos termos do art. 40, inciso I e §1º, da Lei Federal nº 14.903/2024.

As informações relativas ao presente ato encontram-se no Processo Administrativo SB nº 039.886/2026.

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0101/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO DOS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 022/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DE PROJETOS PARA O CENTRO MUNICIPAL AVANÇADO DE MÚSICA - CeMAM

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado definitivo da 1ª fase da etapa de habilitação documental dos projetos inscritos no edital de chamamento público SC nº 022/2026, de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Municipal Avançado de Música - CeMAM.

Categoria	Agente responsável	Número da inscrição	Situação	Observação
1- Teoria Musical Módulos 1 e 2 - Segunda, 18h - 20h e 20h - 22h - a partir de 8 anos - 60 vagas	Rafael Vinicius Silvério Silva	on-419129416	HABILITADO	PROVIDO EM RECURSO
2- Trombone Módulos 1 e 2 - Segunda, 20h - 22h - a partir de 8 anos - 15 vagas	Emerson Luiz de Andrade	on-1495090010	HABILITADO	-
3- Saxofone Módulos 1 e 2 - Segunda, 20h - 22h - a partir de 8 anos - 15 vagas	José Barbosa	on-813318391	HABILITADO	PROVIDO EM RECURSO
4- Acompanhamento de instrumento musical (piano) - Terça, 19h - 21h	Marcela Cristina Perestrello Trevisani	on-1242699740	HABILITADO	-

5- Teoria Musical Módulos 2 e 3 - Quarta, 9h30-11h30 - a partir de 8 anos - 60 vagas	Sergio Anil	on-1758862752	HABILITADO	-
6- Teoria Musical Módulos 1 e 2 - Quarta, 14h - 16h - a partir de 8 anos - 60 vagas	Rafael Vinicius Silvério Silva	on-745741798	HABILITADO	PROVIDO EM RECURSO
9- Baixo Elétrico Módulos 1 e 2 - Quarta, 18h - 20h - a partir de 8 anos - 15 vagas	Daniel Faria Nogueira	on-707412789	HABILITADO	-
10- Teoria Musical Módulos 2 e 3 e Módulos 1 e 2 - Quinta, 18h - 20h e 20h - 22h - a partir de 8 anos - 60 vagas	Danilo Borges Ramalho	on-1056192235	HABILITADO	-
11- Teoria Musical Módulos 1 e 2 - Sexta, 9h30-11h30 - a partir de 8 anos - 60 vagas	Sergio Anil	on-655166492	HABILITADO	-
12- Violoncelo/Baixo Acústico Módulos 2 e 3 - Sexta, 18h - 20h - a partir de 8 anos - 15 vagas	Cleiton Moraes	on-902315800	HABILITADO	-
13- Trombone Módulos 1 e 2 - Sexta, 20h - 22h - a partir de 8 anos - 15 vagas	Emerson Luiz de Andrade	on-1582059714	HABILITADO	-
14- Saxofone Módulos 1 e 2 - Sexta, 20h - 22h - a partir de 8 anos - 15 vagas	José Barbosa	on-1432953329	HABILITADO	PROVIDO EM RECURSO

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0102/2026 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO DOS EDITAIS SC Nº 004 AO 020/2026 - LEI FEDERAL Nº 14.399/2024 - PNAB - 2º CICLO

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, torna pública a **prorrogação do período de inscrições** dos Editais SC do nº 004 ao 020/2026, destinados ao atendimento a Lei Federal nº 14.399/2024 - Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) – 2º ciclo.

A prorrogação tem por finalidade ampliar a participação de eventuais interessados.

Desta forma, o prazo de inscrição fica prorrogado **até às 23:59 horas** do dia **31 de maio de 2026**, por meio do formulário eletrônico disponível na plataforma Mapa Cultural SBC, disponibilizado, no endereço: <http://mapacultural.saobernardo.sp.gov.br>, conforme detalhamento a seguir:

- EDITAIS - LEI FEDERAL 14.399/2024 - PNAB:
- Edital nº 004/2026 – Fomento aos Territórios: Aquisição de Meios de Produção e Equipamentos;
 - Edital nº 005/2026 – Fomento aos Territórios: Ações Artístico-Culturais Continuadas e Edições;
 - Edital nº 006/2026 – Fomento aos Territórios: Ações de Estímulo à Leitura e à Escrita em Bibliotecas Comunitárias e Espaços Periféricos;

· Edital nº 007/2026 – Fomento às Culturas Identitárias;
· Edital nº 008/2026 – Fomento às Artes Visuais;
· Edital nº 009/2026 – Fomento ao Audiovisual – Difusão: Mostras de Audiovisual;
· Edital nº 010/2026 – Fomento ao Audiovisual – Produção de Curta-Metragem;
· Edital nº 011/2026 – Fomento ao Circo;
· Edital nº 012/2026 – Fomento às Artes Cênicas;
· Edital nº 013/2026 – Fomento à Literatura: Circulação de Produção Literária e Estímulo à Leitura;
· Edital nº 014/2026 – Fomento à Produção e Publicação de Histórias em Quadrinhos;
· Edital nº 015/2026 – Fomento à Música;
· Edital nº 016/2026 – Fomento ao Patrimônio e Memória;
· Edital nº 017/2026 – Fomento à Economia Criativa e Solidária;
· Edital nº 018/2026 – Rede Municipal de Pontos de Cultura de São Bernardo do Campo – Cultura Viva do Tamanho do Brasil!: Fomento a Projetos Continuados de Pontos de Cultura;
· Edital nº 019/2026 – Concessão de Bolsas Cultura Viva a Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2024);
· Edital nº 020/2026 – Rede Municipal de Pontos e Pontões de Cultura de São Bernardo do Campo – Premiação de Pontos e Pontões.
Não serão aceitas inscrições enviadas por outros formatos, nem fora do prazo estabelecido.
São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0103/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL DOS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 023/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O CENTRO AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado definitivo da etapa avaliação de mérito cultural, dos projetos inscritos no edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

Categoria	Agente responsável	Número da inscrição	Pontuação	Situação
CATEGORIA 1 (Coordenação e Núcleo): FOMENTO DE PROJETO FORMATIVO PARA A ASSISTÊNCIA DE ESTÚDIO, ILHA E MANUSEIO DE EQUIPAMENTOS	Luana Santos	on-1113793203	52,00	Apto / Selecionado
	Giovanna Delmonego Lourencette	on-952334713	42,33	Apto
	Gabriel Ventorini	on-1467497261	41,33	Apto
	Marcos Black	on-1876192368	37,67	Não apto
	Isabel Peron	on-411700566	32,67	Não apto
	Gabriel Pinheiro de Sousa	on-798517566	31,67	Não apto
	Lucas Gentil	on-1740008077	26,67	Não apto
CATEGORIA 1 (Coordenação e Núcleo): FOMENTO DE PROJETO PARA FORMAÇÃO DE EDIÇÃO AUDIOVISUAL:	Leandro Vieira	on-2011592401	72,00	Apto / Selecionado
	Maciel	on-544803728	41,33	Apto
	Rogério Martins Reis	on-1536902471	39,33	Não apto
	Heitor Felix Duran Fernandes	on-1750863896	35,67	Não apto
	Laerte rodrigues	on-836137854	32,00	Não apto
	Isabel Peron	on-1937135004	30,00	Não apto
	Ricardo Mantoanelli	on-1090734469	28,00	Não apto
	Lucas Gentil	on-312750044	25,33	Não apto
	Oscar Santos	on-1132928669	23,00	Não apto

CATEGORIA 2 (FOMENTO PARA PROJETO FORMATIVO NA ÁREA AUDIOVISUAL DE CINE/TV): EDIÇÃO DE SOM PARA CINE/TV	Gabriel Kitofi Tonelo	on-170549956	78,33	Apto / Selecionado
	Joao Miguel Valencise	on-519727018	78,33	Apto
	Leandro Vieira	on-1778799116	69,33	Apto
	Maciel	on-733565694	53,00	Apto
	Marcos Antonio Hummel	on-733565694	53,00	Apto
	Marcos Black	on-546913913	33,67	Não apto
	Valdir Bernardo Junior	on-1584495002	30,67	Não apto

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.
SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0104/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL DOS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 023/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O CENTRO AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado preliminar da etapa habilitação documental dos projetos inscritos no edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

Abaixo a relação de inscritos que tiveram a inscrição HABILITADA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CATEGORIA	SITUAÇÃO
on-170549956	Gabriel Kitofi Tonelo	Categoria 2 (Fomento para Projeto Formativo na Área Audiovisual de Cine/TV): Edição de Som para Cine/TV	HABILITADO

Abaixo a relação de inscritos que tiveram a inscrição INABILITADA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CATEGORIA	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
on-1113793203	Luana Santos Pedrão	Categoria 1 (Coordenação e Núcleo): Fomento de Projeto Formativo para a assistência de Estúdio, Ilha e Manuseio de Equipamentos	INABILITADO	NÃO ENCAMINHOU CND F
on-2011592401	Leandro Vieira Maciel	Categoria 1 (Coordenação e Núcleo): Fomento de Projeto para Formação de Edição Audiovisual	INABILITADO	NÃO ENCAMINHOU FALÊNCIA E CND M

A contar do primeiro dia útil subsequente à publicação, inicia-se o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 14.903/2024. Os recursos deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico juridico.cultura@saobernardo.sp.gov.br.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0105/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 024/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O CENTRO AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado definitivo da etapa de

inscrição do edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

Conforme o disposto no item 3.1, que estabelece o período de inscrições de 02 a 12 de abril de 2026, e no item 8.6, que trata da divulgação do resultado preliminar da etapa de inscrição, ambos do Edital de Chamamento Público SC nº 024/2026, torna-se pública a lista dos inscritos:

INSCRIÇÃO NÚMERO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CATEGORIA	CPF / CNPJ
on-2004501390	André Vazzios	FOMENTO PARA PROJETO FORMATIVO NA ÁREA AUDIOVISUAL DE ANIMACAO: DIREÇÃO DE ARTE PARA ANIMAÇÃO (I e II).	16*.***.***-31
on-841831693	Mauro Salgado	FOMENTO PARA PROJETO FORMATIVO NA ÁREA AUDIOVISUAL DE ANIMACAO: DIREÇÃO DE ARTE PARA ANIMAÇÃO (I e II).	31*.***.***-74
on-1846367175	Olívia Franchi Ribeiro	FOMENTO PARA PROJETO FORMATIVO NA ÁREA AUDIOVISUAL DE ANIMACAO: DIREÇÃO DE ARTE PARA ANIMAÇÃO (I e II).	40*.***.***-02
on-90273740	Heloyza Barbosa Nunes	FOMENTO PARA PROJETO FORMATIVO NA ÁREA AUDIOVISUAL DE ANIMACAO: DIREÇÃO DE ARTE PARA ANIMAÇÃO (I e II).	44*.***.***-86

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.
SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0106/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL DOS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 024/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O CENTRO AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado definitivo da etapa avaliação de mérito cultural, dos projetos inscritos no edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

Categoria	Agente responsável	Número da inscrição	Pontuação	Situação
FOMENTO PARA PROJETO FORMATIVO NA ÁREA AUDIOVISUAL DE ANIMACAO: DIREÇÃO DE ARTE PARA ANIMAÇÃO (I e II).	André Vazzios	on-2004501390	66,67	Apto / Selecionado
	Mauro Salgado	on-841831693	49,67	Não apto
	Olívia Franchi Ribeiro	on-1846367175	44,33	Não apto
	Heloyza Barbosa Nunes	on-90273740	37,67	Não apto

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.
SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0107/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL DOS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 024/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O CENTRO AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado preliminar da etapa habilitação documental dos projetos inscritos no edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

Abaixo a relação de inscritos que tiveram a inscrição HABILITADA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CATEGORIA	SITUAÇÃO
on-2004501390	André Vazzios	Fomento para Projeto Formativo na Área Audiovisual de Animação: Direção de Arte para Animação (I E II).	HABILITADO

A contar do primeiro dia útil subsequente à publicação, inicia-se o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 14.903/2024. Os recursos deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico juridico.cultura@saobernardo.sp.gov.br.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0108/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 025/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA GRADE DE OFICINAS CURTAS DA MOSTRA TELAS DE AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado definitivo da etapa de inscrição do edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

Conforme o disposto no item 3.1, que estabelece o período de inscrições de 02 a 12 de abril de 2026, e no item 8.6, que trata da divulgação do resultado preliminar da etapa de inscrição, ambos do Edital de Chamamento Público SC nº 025/2026, torna-se pública a lista dos inscritos:

INSCRIÇÃO NÚMERO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CATEGORIA	CPF / CNPJ
on-1284590021	Izah Neiva	WORKSHOP 1 - Tema: Mulheres na direção e produção	17*.***.***-14
on-702812527	Nina Simão (Aline Ferreira Simão)	WORKSHOP 1 - Tema: Mulheres na direção e produção	31*.***.***-00
on-204295447	Nina Simão (Aline Ferreira Simão)	WORKSHOP 1 - Tema: Mulheres na direção e produção	31*.***.***-00
on-847138013	Denise Szabo	WORKSHOP 2 - Tema: Produção de série em animação	17*.***.***/0001-64
on-1346065385	Mauro Salgado	WORKSHOP 2 - Tema: Produção de série em animação	31*.***.***-74
on-708986594	Raquel Fukuda	WORKSHOP 2 - Tema: Produção de série em animação	15*.***.***/0001-27
on-1112224006	Denise Jancar	WORKSHOP 3 - Tema: Distribuição de curtas. Quais os caminhos?	11*.***.***-10
on-185155159	Douglas Alves Ferreira	WORKSHOP 3 - Tema: Distribuição de curtas. Quais os caminhos?	18*.***.***-64
on-1290280714	Camilla Martinez	WORKSHOP 4 - Tema: Arte no cinema	18*.***.***/0001-99
on-955014329	Nina Simão (Aline Ferreira Simão)	WORKSHOP 4 - Tema: Arte no cinema	31*.***.***-00
on-338966638	Gabriel Menezes Rosa Mazzeti	WORKSHOP 5 - Tema: Novelas verticais e novas produções	47*.***.***-74

on-359141274	Camilla Martinez	WORKSHOP 6 - Tema: Direção e atuação metódica para cinema	18.***.***0001-99
on-1240997517	Fernando Rocha Pinto Lazzarini	WORKSHOP 6 - Tema: Direção e atuação metódica para cinema	39*.***.***-36
on-920279281	Fabio Jun Yamaji	WORKSHOP 7 - Tema: Stop Motion	09.***.***0001-13
on-1643643389	Mauro Salgado	WORKSHOP 7 - Tema: Stop Motion	31*.***.***-74

Comunica-se também que a categoria **WORKSHOP 8** não teve inscrições e, portanto, se configura como categoria **fracassada**.

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0109/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL DOS INSCRITOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 025/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA GRADE DE OFICINAS CURTAS DA MOSTRA TELAS DE AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado definitivo da etapa avaliação de mérito cultural, dos projetos inscritos no edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

CATEGORIA	INSCRIÇÃO NÚMERO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
WORKSHOP 1 - Tema: Mulheres na direção e produção	on-1284590021	Izah Neiva	84,00	Apto / Selecionado
	on-702812527	Nina Simão (Aline Ferreira Simão)	68,67	Apto
WORKSHOP 2 - Tema: Produção de série em animação	on-708986594	Raquel Fukuda	82,67	Apto / Selecionado
	on-1346065385	Mauro Salgado	74,00	Apto
	on-847138013	Denise Szabo	64,67	Apto
WORKSHOP 3 - Tema: Distribuição de curtas. Quais os caminhos?	on-1112224006	Denise Jancar	82,67	Apto / Selecionado
	on-185155159	Douglas Alves Ferreira	68,33	Apto
WORKSHOP 4 - Tema: Arte no cinema	on-1290280714	Camilla Martinez	81,00	Apto / Selecionado
	on-955014329	Nina Simão (Aline Ferreira Simão)	67,33	Apto
WORKSHOP 5 - Tema: Novelas verticais e novas produções	on-338966638	Gabriel Menezes Rosa Mazzeti	77,00	Apto / Selecionado
WORKSHOP 6 - Tema: Direção e atuação metódica para cinema	on-359141274	Camilla Martinez	80,67	Apto / Selecionado
	on-1240997517	Fernando Rocha Pinto Lazzarini	66,67	Apto
WORKSHOP 7 - Tema: Stop Motion	on-920279281	Fabio Jun Yamaji	86,00	Apto / Selecionado
	on-1643643389	Mauro Salgado	72,00	Apto

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0110/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL DOS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 025/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA GRADE DE OFICINAS CURTAS DA MOSTRA TELAS DE AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado preliminar da etapa habilitação documental dos projetos inscritos no edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

Abaixo a relação de inscritos que tiveram a inscrição HABILITADA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CATEGORIA	SITUAÇÃO
on-1284590021	Izah Neiva	WORKSHOP 1 - Tema: Mulheres na direção e produção	HABILITADO
on-708986594	Raquel Fukuda	WORKSHOP 2 - Tema: Produção de série em animação	HABILITADO
on-1112224006	Denise Jancar	WORKSHOP 3 - Tema: Distribuição de curtas. Quais os caminhos?	HABILITADO
on-1290280714	Camilla Martinez	WORKSHOP 4 - Tema: Arte no cinema	HABILITADO
on-338966638	Gabriel Menezes Rosa Mazzeti	WORKSHOP 5 - Tema: Novelas verticais e novas produções	HABILITADO
on-359141274	Camilla Martinez	WORKSHOP 6 - Tema: Direção e atuação metódica para cinema	HABILITADO

Abaixo a relação de inscritos que tiveram a inscrição INABILITADA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CATEGORIA	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
on-920279281	Fabio Jun Yamaji	WORKSHOP 7 - Tema: Stop Motion	INABILITADO	NÃO ENCAMINHO CND M E RG / CPF

A contar do primeiro dia útil subsequente à publicação, inicia-se o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 14.903/2024. Os recursos deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico juridico.cultura@saobernardo.sp.gov.br.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0111/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL DOS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 015/2025 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O CENTRO AUDIOVISUAL - CAV

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado definitivo da etapa habilitação documental dos projetos inscritos no edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para o Centro Audiovisual – CAV.

Abaixo a relação de inscritos que tiveram a inscrição INABILITADA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CATEGORIA	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
on-16720176	Marcos Antonio Hummel	Edição de Som para Animação	INABILITADO	NÃO ENCAMINHO DOCUMENTAÇÃO

A contar do primeiro dia útil subsequente à publicação, inicia-se o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 14.903/2024. Os recursos deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico juridico.cultura@saobernardo.sp.gov.br.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

COMUNICADO SC Nº. 0112/2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SC Nº 26/2026 - FOMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA SELEÇÃO DE

PROPOSTAS PARA COMPOSIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO SABERES E TRADIÇÕES INDÍGENAS

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado preliminar da etapa de inscrição do edital de chamamento público de fluxo ordinário com o objetivo de seleção de projetos para firmar termo de execução cultural nos termos do art. 12 do Marco Regulatório de Fomento à Cultura (lei 14.903/2024), através da seleção de projetos para compor programação cultural nas bibliotecas públicas municipais.

Conforme o disposto no item 3.1, que estabelece o período de inscrições de 11 a 21 de abril de 2026, e considerando a prorrogação do período de inscrição até o dia 28 de abril de 2026, segue abaixo a relação de inscritos.

INSCRIÇÃO NÚMERO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	CPF / CNPJ
on-701776875	Gilda Sabas de Souza	80*.***.***-86
on-1435069510	Lidia Krexu	71*.***.***-00
on-343949385	Kilvane de Souza Santos	76*.***.***-39

A contar do primeiro dia útil subsequente à publicação, inicia-se o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 14.903/2024.Os recursos deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico juridico.cultura@saobernardo.sp.gov.br.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

RESOLUÇÃO SC Nº. 013/2026, DE 30 DE ABRIL DE 2026.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS EDITAL SC Nº 023/2026

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente Resolução. Com o objetivo de preservar a lisura, a impessoalidade e a transparência do certame, informa que, em 27 de março de 2026, foi constituída a Comissão de Seleção, responsável pela análise e julgamento do Edital SC nº 023/2026, conforme a composição definida nesta Resolução.

CONSIDERANDO o disposto no item 10.1 do Edital SC nº 023/2026;
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo relacionado para compor a **Comissão de Seleção** dos **Edital SC Nº 023/2026**, na qualidade de **Coordenador Técnico**:

Pedro Henrique Pinto Serra – matrícula nº 34.855-0
Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como membros **Técnicos Avaliadores**:

Camila Rosa da Silva, matrícula nº 32.380-5
José Ricardo Quaglio, matrícula nº 32.800-9
Sérgio de Oliveira, matrícula nº 21.615-9

Art. 3º Compete aos Técnicos Avaliadores, no âmbito de suas atribuições, analisar, selecionar e emitir parecer técnico sobre as propostas apresentadas, conforme os critérios estabelecidos nos Edital SC nº 023/2026 e na legislação federal pertinente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

RESOLUÇÃO SC Nº. 014/2026, DE 30 DE ABRIL DE 2026.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS EDITAL SC Nº 024/2026

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente Resolução. Com o objetivo de preservar a lisura, a impessoalidade e a transparência do certame, informa que, em 02 de abril de 2026, foi constituída a Comissão de Seleção, responsável pela análise e julgamento do Edital SC nº 024/2026, conforme a composição definida nesta Resolução.

CONSIDERANDO o disposto no item 10.1 do Edital SC nº 024/2026;
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo relacionado para compor a **Comissão de Seleção** dos **Edital SC Nº 024/2026**, na qualidade de **Coordenador Técnico**:

Pedro Henrique Pinto Serra – matrícula nº 34.855-0
Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como membros **Técnicos Avaliadores**:

Camila Rosa da Silva, matrícula nº 32.380-5
José Ricardo Quaglio, matrícula nº 32.800-9
Sérgio de Oliveira, matrícula nº 21.615-9

Art. 3º Compete aos Técnicos Avaliadores, no âmbito de suas atribuições, analisar, selecionar e emitir parecer técnico sobre as propostas apresentadas, conforme os critérios estabelecidos nos Edital SC nº 024/2026 e na legislação federal pertinente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

RESOLUÇÃO SC Nº. 015/2026, DE 30 DE ABRIL DE 2026.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS EDITAL SC Nº 025/2026

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente Resolução. Com o objetivo de preservar a lisura, a impessoalidade e a transparência do certame, informa que, em 02 de abril de 2026, foi constituída a Comissão de Seleção, responsável pela análise e julgamento do Edital SC nº 025/2026, conforme a composição definida nesta Resolução.

CONSIDERANDO o disposto no item 10.1 do Edital SC nº 025/2026;
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo relacionado para compor a **Comissão de Seleção** dos **Edital SC Nº 025/2026**, na qualidade de **Coordenador Técnico**:

Vanessa da Silva Ramos, matrícula nº 48.039-4
Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como membros **Técnicos Avaliadores**:

Pedro Henrique Pinto Serra – matrícula nº 34.855-0;
Sérgio de Oliveira, matrícula nº 21.615-9;
José Ricardo Quaglio, matrícula nº 32.800-9.

Art. 3º Compete aos Técnicos Avaliadores, no âmbito de suas atribuições, analisar, selecionar e emitir parecer técnico sobre as propostas apresentadas, conforme os critérios estabelecidos nos Edital SC nº 025/2026 e na legislação federal pertinente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

SAMARA DINIS DA SILVA
Secretária de Cultura

Secretaria de Planejamento Urbano
Gabinete do Secretário

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE OBRAS PARTICULARES - SPU.23
EDITAL Nº 46/2026

Nos termos do artigo 25, parágrafo 3º, item b, da Lei Municipal nº 1802/1969 e suas alterações e Lei Municipal 6729/2018, ficam os contribuintes abaixo relacionados NOTIFICADOS do lançamento da Taxa de Fiscalização de Obras.

PROCESSO	CONTRIBUINTE	INSC. IMOB./ MOB.	GAM Nº	VALOR	DESCRIÇÃO
SB.034251/2026-24	KENJI PAULO FERNANDO TOMA	8.014.060.000	802/26-4060559	278,02	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.038711/2026-49	IVA GERBELLÍ FRANÇA	2.072.049.000	802/26-4060560	556,04	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.014871/2026-46	CHORIPAN BISTRO RESTAURANTE LTDA	26.001.117.000	802/26-4030561	869,40	TAXA DE REANÁLISE
SB 035.459/2026-52	EDMOA EMPREENDIMIENTOS COMERCIAIS LTDA	11.055.060.000	802/26-4060573	834,37	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.033794/2026-10	RAFAEL EMILIO HAGE	18.014.037.000	802/26-4060566	556,04	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.033541/2026-43	CLAERCIO LOPES RUBAL	23.018.005.000	802/26-4060567	2873,00	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.038775/2026-69	J M G V EMPREENDIMIENTOS IMOBILIÁRIOS, CONSTRUÇÕES E TRANSPOR	6.024.077.000	802/26-4060568	556,04	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.039964/2026-22	ELA&RIC ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	6.062.066.000	802/26-4060576	834,37	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.039358/2026-18	SANDRA REGINA CORSI DUTRA	16.041.042.000	802/26-4060569	556,04	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.039748/2026-60	ALFASITE LTDA	1.117.012.000	802/26-4060580	278,02	COBRANÇA ANTECIPADA

SB.040152/2026-05	ANTONIO FERREIRINHA DE JESUS FILHO	25.103.074.000	802/26-4060581	556,04	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.017135/2026-55	ALEX FERREIRA DA SILVA	30.110.049.000	802/26-4060583	556,04	COBRANÇA ANTECIPADA
SB 040.039/2026-43	TORRES DO BRASIL S.A.	533.325.012.000	802/26-4060588	278,02	COBRANÇA ANTECIPADA
SB 039.963/2026-61	ELA&RIC ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	6.062.067.000	802/26-4060596	834,37	COBRANÇA ANTECIPADA
SB 040.438/2026-60	W REY DESPACHANTE LTDA	2.032.039.000	802/26-4030571	1093,11	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.018761/2026-37	WORK INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA	26.011.021.000	802/26-4030570	434,71	TAXA DE REANÁLISE
SB.035154/2026-96	RUBIAMARA VASCONCELOS DE SOUZA LUPINACCI	6.029.087.000	802/26-4060597	1510,08	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.018675/2026-80	CS DE LIMA INCORPORADORA SPE LTDA	1.049.020.000	802/26-4060599	404,56	COMPLEMENTAR
SB.016362/2025-17	DANILO MARTINS E OUTRA	26.063.019.000	802/26-4060602	10,40	COMPLEMENTAR
SB.040899/2026-85	RICARDO CZECH	521.400.033.919	802/26-4060603	556,04	COBRANÇA ANTECIPADA
SPU-23, 30 de Abril de 2026. Deborah Passarella - Encarregada de Serviço SPU-231.1; Vanessa Toutain S. Martins - Diretora de Divisão SPU-23; Cláudio Teixeira de Andrade - Diretor do Departamento de Obras Particulares SPU-2					

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE OBRAS PARTICULARES - SPU.23 EDITAL Nº 47/2026

Através do presente ficam os proprietários ou responsáveis técnicos cientificados a partir da data desta publicação, quanto ao “INDEFERIDO” dos processos abaixo relacionados, estando sujeito a cobrança das taxas, quando houver, sem aviso prévio.

PROCESSO	INTERESSADO
SB.113540/2025-49	MEJP VIDA E SAUDE LTDA
SB.004534/2026-63	S.M.EL KHOURY TERAPIAS E BEM ESTAR
SB.107061/2025-20	POSTO DE SERVIÇOS BELITA LTDA
SB 107.593/2025-35	SOLANGE DE ALMEIDA SILVA
SB.026040/2026-34	MASTTER FACILITIES LTDA
SB.002078/2026-04	RZ GESTAO DE CONVENIENCIA E SERVICOS LTDA
SPU-23, 30 de Abril de 2026. Deborah Passarella - Encarregada de Serviço SPU-231.1; Vanessa Toutain S. Martins - Diretora de Divisão SPU-23; Cláudio Teixeira de Andrade - Diretor do Departamento de Obras Particulares SPU-2	

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE OBRAS PARTICULARES - SPU.23 EDITAL Nº 48/2026

Nos termos do artigo 25, parágrafo 3º, item b, da Lei Municipal nº 1802/1969 e suas alterações e Lei Municipal 6729/2018, ficam os contribuintes abaixo relacionados NOTIFICADOS do lançamento da Cobrança Antecipada referente ao Processo de Alvará de Funcionamento.

DESCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	GAM Nº	VALOR
COBRANÇA ANTECIPADA	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	4060586	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	ALMAD AGROINDUSTRIA	4060590	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	BERNO BEACH LTDA	4060575	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	CENTRO EDUCACIONAL PEREZ STOLL LTDA ME	4060595	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	CIRCO MAXIMUS - SHOWS E ESPETACULOS LTDA	1768675	704,45

COBRANÇA ANTECIPADA	CLOROETIL SOLVENTES ACETICOS S.A. EM RECUPERACAO	4060558	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	DANIELLE ROSSI	4060577	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	DARIO CARAPONALE	4060591	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	ESFERA ADMINISTRADORA EDUCACIONAL LTDA	4060604	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	FABIAN AURELIO VIDOZ	4060571	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	FERNANDO PERERIA QUINTO	4060563	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	HEBERT TOSHIAKI SAKUMA	4060564	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	HEVERTON MARCOLA	4060585	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	HM REFEICAO CORPORATIVA LTDA	4060606	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	INSTITUTO MODERNISTA	4060594	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	IORT IMPLANTE E ORTODONTIA LTDA	4060561	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	JCD INDUSTRIA, COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS	4060562	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILANCIA	4060582	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	KAIRO DEL BLANCO COMERCIO DE FRALDAS LTDA	4060587	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVICOS E COMERCI	4060592	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVICOS E COMERCI	4060593	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	MEBISA COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA LTDA	4060598	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	MICHEL REZENDE DOS SANTOS	4060589	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	NAAMA BECARIO ESPECIALIZADO E EDUCACAO	4060600	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	NOVA OMINI SAUDE OCUPACIONAL LTDA	4060584	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	NOVA OMINI SAUDE OCUPACIONAL LTDA	4060572	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	OBRAS SOCIAIS SAO PEDRO APOSTOLO	4060570	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	OMAR SAMIH GHENAIM	4060579	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	REDE D'OR SAO LUIZ S.A.	4060578	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	RICARDO MARIANO DE BARROS JOHANSEN	4060605	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	RISEL COMBUSTIVEIS LTDA	4060574	704,45
COBRANÇA ANTECIPADA	YELLOW SERVIÇOS LTDA	4060601	704,45

COBRANÇA	ZAMMA MEDIC DISTR. DE PROD. MED.		
ANTECIPADA	HOSP. LTDA	4060565	704,45
SPU-23, 30 de Abril de 2026. Deborah Passarella - Encarregada de Serviço SPU-231.1; Vanessa Toutain S. Martins - Diretora de Divisão SPU-23; Cláudio Teixeira de Andrade - Diretor do Departamento de Obras Particulares SPU-2			

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
SPU-003 - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E ASSENTAMENTOS DE POSTURAS
MUNICIPAIS
EDITAL Nº 216/2026

NOS TERMOS DO ARTIGO 25, PARAGRAFO TERCEIRO, ITEM 1, ALINEA B, DA LEI MUNICIPAL 1802/69 E SUAS ALTERAÇÕES FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS, NOTIFICADOS DOS SEGUINTES LANÇAMENTOS E AUTUAÇÕES :

NOME	INSCRIÇÃO	LANÇAMENTO	VALOR DO LANÇAMENTO	VENCTO	N.AUTO	CÓD.
SANTA CRUZ ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA	15.049.003.000	704-1778289/2026	R\$ 2.570,60	1062026	1778289	210

210-COMPROMETER LIMPEZA DE ESPAÇO PÚBLICO
SPU-003, 28 DE ABRIL DE 2026
EDUARDO HENRIQUE DOS SANTOS
Encarregado de Serviço
FLÁVIA GONDIM GARCIA VIEIRA
Encarregada de Serviço
ORLANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Encarregado de Serviço
RITA DE CÁSSIA MESSIAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO
SPU-003 - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E ASSENTAMENTOS DE POSTURAS
MUNICIPAIS
EDITAL Nº 216/2026

Em cumprimento a lei 4974/2001 31 de maio de 2001
Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados, para execução dos serviços de:
228-CONSTR./RECONSTR./MANUT. DE PASSEIO
Prazo legal para execucao do servico: 30 DIAS
202-CESSAR OCUPAÇÃO/ DEPOSITO/ LANÇAMENTO
Prazo legal para execucao do servico: 01 DIA
226-CONSTRUIR/ RECONSTRUIR MURO DE FECHO
Prazo legal para execucao do servico: 60 DIAS
238-EXECUTAR / ADEQUAR GARGULA
Prazo legal para execucao do servico: 30 DIAS
229-OBSTACULOS NO PASSEIO PUBLICO
Prazo legal para execucao do servico: 30 DIAS
216-LIMPEZA E CAPINACAO
Prazo legal para execucao do servico: 30 DIAS
227-OBJETO PERFURANTE/CORTANTE
Prazo legal para execucao do servico: 15 DIAS
231-VEGETACAO ESPINHOSA
Prazo legal para execucao do servico: 30 DIAS
065-BANCA DE JORNAL - COMPARECER
Prazo legal para execucao do servico: 05 DIAS
304-FEIRANTE - REASSUMIR
Prazo legal para execucao do servico: 01 DIA
302-FEIRANTE - REGULARIZAR PREPOSTO
Prazo legal para execucao do servico: 30 DIAS
Prazos acima contados a partir da data de publicação do presente edital.
Esclarecemos aos contribuintes, que foram encaminhadas notificações individuais via correio.

NOME	INSCRIÇÃO	SERVIÇOS
ADELIA MARIA THOME	13.008.017.000	226
ADELIA MARIA THOME	13.008.017.000	228
ADELIA MARIA THOME	13.008.017.000	229
ADELIA MARIA THOME	13.008.017.000	238
ALAIDE ARANHA DE OLIVEIRA	229.748	302
AMANTINO BASTOS	229.894	302
ANTONIO RIBEIRO	5.668	065
CONSTRUTORA VINCROZ LTDA	16.038.011.000	216
DEOLINDA NAKANO	532.002.036.000	231

DOKKA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACO	26.001.117.000	216
EMIKO IKEDA	229.679	302
EURIDES ALVES CORREIA	229.871	302
FRANZESE HOLDING EMPRESARIAL LTDA	8.029.158.000	228
JOAQUIM DE OLIVEIRA ARANHA	229.864	302
JOSE DE CARVALHO LANES - ESPOLIO	6.025.108.001	228
JOSE JAILSON DA SILVA	27.105.026.000	228
JOSE NIVAN MOURATO ALVES	229.881	302
JULIO YAMAMURA	229.793	302
LUIS CARLOS CHAO ASPRON	229.805	302
M7 NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	7.077.026.000	202
M7 NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	7.077.026.000	226
M7 NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	7.078.029.000	202
M7 NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	7.078.029.000	226
MARIA IZILDA DOS SANTOS	20.021.032.000	227
MIGUEL AKIRA SUZUKI	229.640	302
MIRNA MASSAE OKUBARO MAKIA	229.631	304
POLAR EMPREENDIMENTOS E INCORPORACOES EIRELI	20.029.100.000	216
PRINCESA ADMINISTRACAO DE BENS LTDA.	4.003.011.000	228
RAQUEL FELISMINA NOVELLO BRAIDO	13.008.002.000	202
RAQUEL FELISMINA NOVELLO BRAIDO	13.008.002.000	226
RAQUEL FELISMINA NOVELLO BRAIDO	13.008.002.000	228
RAQUEL FELISMINA NOVELLO BRAIDO	13.008.002.000	238
RAQUEL FELISMINA NOVELLO BRAIDO	13.008.003.000	202
RAQUEL FELISMINA NOVELLO BRAIDO	13.008.003.000	226
RAQUEL FELISMINA NOVELLO BRAIDO	13.008.003.000	228
RAQUEL FELISMINA NOVELLO BRAIDO	13.008.003.000	238
RICARDO SILVESTRE	29.121.011.000	216
RODRIGO SHINITI NISHIMURA	289.355	302
ROSELI PELEGRINI FUNABASHI	20.111.001.000	216
SIMONE REZENDE DA SILVA	229.707	304
VALDOMIRO KOROLKOVAS - ESPOLIO	29.120.011.000	216
VALDOMIRO KOROLKOVAS - ESPOLIO	29.120.011.000	226
VALDOMIRO KOROLKOVAS - ESPOLIO	29.120.011.000	228
VERA LUCIA BOFF	29.129.006.000	216

NOTIFICAÇÕES ENTREGUES EM MÃOS:
SERVIÇO: CESSAR AS ATIVIDADES DE VENDEDOR AMBULANTE IRREGULAR

NOME	NOTIFICAÇÃO	PRAZO
MARCELO ARAÚJO DE FARIAS	114565	IMEDIATO

SPU-003, 28 DE ABRIL DE 2026
EDUARDO HENRIQUE DOS SANTOS
Encarregado de Serviço
FLÁVIA GONDIM GARCIA VIEIRA
Encarregada de Serviço
ORLANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Encarregado de Serviço
RITA DE CÁSSIA MESSIAS

Diretora de Seção

DEPARTAMENTO DE OBRAS PARTICULARES
SPU-2
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES
SPU-22

EDITAL Nº 060/2026

Nos termos da Legislação Municipal vigente, ficam os Senhores Contribuintes abaixo relacionados AUTUADOS para a regularização da OBRA junto ao DEPARTAMENTO DE OBRAS PARTICULARES.

PROCESSO	CONTRIBUINTE	AUTO Nº
SB- 99618/2021	JOSE CARLOS FERNANDES	63159
SB- 3998/2025	SIDNEI TADEU DA SILVA	63160
SB- 96058/2025	ALMEIDA JULIO DOS SANTOS	63162

SPU-22, em 30 de abril de 2026, Elaine Satíria Alves de Barros - Encarregada de Serviço - SPU-220.1, Liliane de Lima Bitu - Diretora de Divisão - SPU-22, Claudio Teixeira de Andrade - Diretor do Departamento de Obras Particulares - SPU-2.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PARTICULARES
SPU-2
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES
SPU-22
EDITAL Nº 061/2026

Nos termos do Artigo 25, Paragrafo 3º, Item 1, da Lei Municipal nº 1802/69 e suas alterações, ficam os contribuintes abaixo relacionados, NOTIFICADOS dos seguintes lançamentos:

NOME	INSCRICAO <IMOB/MOBIL>	COD-AVISO/EXE	VALOR TOTAL DO LANCAMENTO	VENCTO	NUMERO DO PROCESSO
ALMEIDA JULIO DOS SANTOS	031.155.014.000	704-1778672/2026	R\$ 16.929,00	09/06/2026	SB-96058/2025
JOSE CARLOS FERNANDES	512.015.002.000	704-1778670/2026	R\$ 8.464,50	09/06/2026	SB-99618/2021
SIDNEI TADEU DA SILVA	031.006.050.000	704-1778671/2026	R\$ 15.048,00	09/06/2026	SB-3998/2025

SPU-22, em 30 de abril de 2026, Elaine Satíria Alves de Barros - Encarregada de Serviço - SPU-220.1, Liliane de Lima Bitu - Diretora de Divisão - SPU-22, Claudio Teixeira de Andrade - Diretor do Departamento de Obras Particulares - SPU-2.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PARTICULARES
SPU-2
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES
SPU-22
EDITAL Nº 062/2026

Nos termos da Legislação Municipal vigente, ficam os Senhores Contribuintes abaixo relacionados NOTIFICADOS, para a regularização da OBRA junto ao DEPARTAMENTO DE OBRAS PARTICULARES.

PROCESSO	CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO Nº
SB- 55879/2019	COMERCIO DE PEDRA E AREIA BISPO E BISPO LTDA	186836
SB- 99341/2020	TRANSZERO TRANSPORTADORA DE VEICULOS LTDA	186796
SB- 64569/2021	FRANCISCO MOACIR RIBEIRO SOUZA	186835
SB- 64885/2021	MILTON GARLA - ESPOLIO	186890
SB- 66230/2021	ROSA MARIA DE OLIVEIRA	178652
SB- 84058/2021	VALDIR ALVES DE OLIVEIRA	186909

SB- 95700/2021	CONDOMINIO RESIDENCIAL PALAZZO DI ROMA 186832	
SB-125448/2021	RINALDO LINARES	186793
SB- 33064/2022	DJAIME ALVES BARRETO - ESPOLIO	186887
SB- 68909/2022	JOSE MOURA - ESPOLIO	186910
SB-141164/2022	BENITO MEDINA RIOS JUNIOR	178653
SB-142967/2022	ELAINE CRISTINA CAZERI	178654
SB- 10260/2023	JAIR MARTINS	186723
SB- 11293/2023	JOSE CARLOS DOS ANJOS	178729
SB- 20076/2023	B 03 PATRIMONIAL E INVESTIMENTOS LTDA ME	186800
SB- 48278/2023	APARECIDO PETINES - ESPOLIO	186799
SB- 84340/2023	NIVALDO ANTONIO SANTOS	186885
SB-132197/2023	NIVALDO RAIMUNDO DA SILVA	178658
SB-147946/2023	OSWALDO CASTRO ALVES	178727
SB- 3370/2024	JAIR SAMPAIO - ESPOLIO	186882
SB- 14026/2024	CAMILA CARMO BARBOSA	178728
SB- 58383/2024	HOVANES TOMASIAN - ESPOLIO	186923
SB- 81809/2024	JOSE DIVAN EUSEBIO DE PAULA	178657
SB-106157/2024	FLAVIO MORASSI	186794
SB-110759/2025	RUBENS JOSE GAMA	186888
SB- 40092/2026	TRANSZERO TRANSPORTADORA DE VEICULOS LTDA	186795
SB- 40099/2026	JOSE NASCIMENTO SOUZA	186866
SB- 40211/2026	CONDOMINIO BRASILIO MACHADO - EDIFICIO ANTARTICA	186848
SB- 40217/2026	LAURENTINO FERREIRA DA SILVA	186839
SB- 40514/2026	YOSHIHIRO NAMISE - ESPOLIO	186884
SB- 40771/2026	DERMEVAL ALVES DE MENESES - ESPOLIO	186797
SB- 41224/2026	APOENA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	186919
SB- 41248/2026	GILBERTO MORASSI	186790
SB- 41254/2026	ADILSON LIMA DO NASCIMENTO	178656

SB- 41956/2026	SCHEDAR EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	186869
SB- 42011/2026	CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL TIRADENTES	186850
SB- 42024/2026	LUIS PAULO CORTEZ	186867
SB- 42031/2026	EDUARDO TIMOTHEO NOGUEIRA	185471

SPU-22, em 30 de abril de 2026, Elaine Satíria Alves de Barros - Encarregada de Serviço - SPU-220.1, Liliane de Lima Bitu - Diretora de Divisão - SPU-22, Claudio Teixeira de Andrade - Diretor do Departamento de Obras Particulares - SPU-2.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

SPU-2

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

SPU-22

EDITAL Nº 063/2026

Nos termos da Legislação Municipal vigente, ficam os Senhores Contribuintes abaixo relacionados NOTIFICADOS para a regularização do FUNCIONAMENTO junto ao DEPARTAMENTO DE OBRAS PARTICULARES.

PROCESSO	CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO Nº
SB-108740/2021	B.L COMERCIO RECICLAGEM LTDA	61786
SB- 94690/2022	CARMO LOCAÇÃO DE CACAMBAS LTDA	61686
SB- 65005/2024	CHARIS ACADEMIA LTDA	61685
SB- 40201/2026	DK PULO DO GATO BAR E RESTAURANTE LTDA	61810
SB- 40508/2026	DJACIR COUTINHO LOIOLA FILHO	61877
SB- 40803/2026	JAIR MARTINS GARCIA	61743
SB- 41216/2026	ADEGA LOUNGE DE QUEBRADA LTDA	2612

SPU-22, em 30 de abril de 2026, Elaine Satíria Alves de Barros - Encarregada de Serviço - SPU-220.1, Liliane de Lima Bitu - Diretora de Divisão - SPU-22, Claudio Teixeira de Andrade - Diretor do Departamento de Obras Particulares - SPU-2.

DIVISÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS DE OBRAS PARTICULARES - SPU.21

EDITAL Nº 51/2026

Nos termos do artigo 25, parágrafo 3º, item b, da Lei Municipal nº 1802/1969 e suas alterações e Lei Municipal 6729/2018 ficam os contribuintes abaixo relacionados NOTIFICADOS do lançamento da Taxa de Fiscalização de Obras.

PROCESSO	CONTRIBUINTE	Nº DA GAM	PARCELAS	DESCRIÇÃO
SB.038726/2026-70	PAULO HENRIQUE VASCONCELOS	802264030562	1	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.109079/2025-56	MANUEL PEDRO GOMES	802264030563	1	TAXA DE REANÁLISE
SB.038698/2026-87	ELA&RIC ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	802264030564	1	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.039245/2026-82	CONSTRUTORA GRANDE ABC LTDA	802264030565	1	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.039569/2026-49	PAULO HENRIQUE VASCONCELOS	802264030566	1	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.034448/2026-59	GERALDO ASEVEDO DE SOUZA	802264030567	1	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.012159/2026-01	RAIMUNDO FIUSA ROCHA	802264030568	1	DOCUMENTO PRONTO
SB.113012/2025-78	EVERTON S. LAURENTINO E OUTRA	802264030569	1	DOCUMENTO PRONTO
SB.014420/2026-57	MARIA ROSIMEIRE BEZERRA	802264030572	1	DOCUMENTO PRONTO

SB.040145/2026-52	MARCOS MORETI	802264030573	1	COBRANÇA ANTECIPADA
SB.027003/2026-09	ACCESS COMERCIO DE BOMBAS E SERVIÇOS LTDA	802264030575	1	DOCUMENTO PRONTO
SB.051509/2025-66	INCORPORADORA MARCONA S/A	802264030576	1	DOCUMENTO PRONTO
SB.029545/2026-62	SERGIO DOS SANTOS E OUTROS	802264030577	1	DOCUMENTO PRONTO

SPU-21, 30 de abril de 2026, Lacy da Silveira - Encarregado - SPU-211.2 - Marcos Roberto Vieira Gandini - Diretor de Divisão - SPU-21 - Cláudio Teixeira Oliveira - Diretor de Departamento - SPU-2.

DIVISÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS DE OBRAS PARTICULARES - SPU.21

EDITAL Nº 52/2026

Através do presente ficam os proprietários ou responsáveis técnicos cientificados a partir da data desta publicação, quanto ao "INDEFERIDO" dos processos abaixo relacionados, estando sujeito a cobrança das taxas, quando houver, sem aviso prévio.

PROCESSO	INTERESSADO
SB.104340/2024-59	ALEXANDRE CANTARELLI PORCHE E OUTRA
SB.063778/2025-54	FRANCISCO JOSÉ ANSOAIN BACAICOA - ESPÓLIO
SB.102871/2025-62	KAUANE TORRES AMARAL

SPU-21, 30 de abril de 2026, Lacy da Silveira - Encarregado - SPU-211-2 - Marcos Roberto Vieira Gandini - Diretor de Divisão - SPU-21 - Claudio Teixeira Oliveira - Diretor de Departamento - SPU-2.

DIVISÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS DE OBRAS PARTICULARES - SPU.21

EDITAL Nº 53/2026

Através do presente ficam os proprietários ou responsáveis técnicos cientificados a partir da data desta publicação, quanto ao "DOCUMENTOS EMITIDOS SEM GAM COMPLEMENTAR" dos processos abaixo relacionados.

PROCESSO	INTERESSADO
SB.035401/2026-24	JOSÉ MARCOS SANTANA
SB.041313/2024-30	ALTIMAR AUGUSTO FERNANDES
SB.016894/2026-03	M7 NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA
SB.020531/2025-27	JÚLIO RUIZ DELGADO E OUTRO

SPU-21, 30 de abril de 2026, Lacy da Silveira - Encarregado - SPU-211-2 - Marcos Roberto Vieira Gandini - Diretor de Divisão - SPU-21 - Claudio Teixeira Oliveira - Diretor de Departamento - SPU-2.

Fundo Social de Solidariedade

Comunicado FSS nº 014/2026

PATROCÍNIO DE EVENTO "COPA SOLIDÁRIA 2026"

O Fundo Social de Solidariedade de São Bernardo do Campo torna público a pretensão de promover o evento "Copa Solidária 2026", com a data estimada para o dia 24 de junho de 2026, a partir das 17h às 23h. O evento terá a verba arrecadada da venda de 150 convites destinada às ações do FSSSBC e em benefício às Entidades Assistências cadastradas. Para a realização serão aceitas propostas de Empresas que possam patrocinar integralmente, individualmente ou em grupo, todos os itens necessários para a produção do evento, incluindo desde a montagem da infraestrutura até as questões relacionadas a cardápio e entretenimento, com show de banda musical e demais atividades. As propostas devem ser apresentadas de acordo com o Edital de Chamamento FSS nº 001/2026, disponível em <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/fss/editais>, devendo o interessado encaminhar, por ofício, sua oferta e documentos, através do e-mail fundo.social@saobernardo.sp.gov.br até o dia 07 de maio de 2026, para serem analisados pelo Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade. Caso seja apresentada mais de uma proposta, o FSS tentará conjuga-las em benefício de um Evento mais completo. Na impossibilidade e sendo a proposta que sobressaia em razão de ter previsto o Evento em sua integralidade, sem quaisquer ônus ao Município, a mesma será preferida. A proposta considerada apta será divulgada em Imprensa Oficial Noticiais do Município.

ROSÂNGELA LIMA

Presidente

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE SBC

COMUNICADO FSS nº 015/2026
CAMPANHA DE INVERNO 2026

O Fundo Social de Solidariedade de São Bernardo do Campo, por meio do Conselho Deliberativo, torna pública a realização da Campanha de Inverno 2026 que acontecerá no período de maio a agosto. A Campanha de Inverno é uma iniciativa do Fundo Social de Solidariedade de São Bernardo do Campo que visa à participação da sociedade civil, desde o recebimento de caixas, como pontos de arrecadação, até a ação voluntária de triagem, separação e entrega de doações, por meio das Entidades do Terceiro setor cadastradas junto ao Fundo Social de Solidariedade, Associações de Bairro, Programas e Projetos Sociais do Município interessados. Também conta com a parceria das Secretarias Municipais para toda a logística necessária.

O principal objetivo é arrecadar um número suficiente de roupas, calçados, cobertores e outros itens novos ou que estejam em boas condições que ajudem amenizar o frio daqueles que vivem em condições de vulnerabilidade social. As doações serão repassadas por este Fundo Social Solidariedade às Entidades Assistenciais cadastradas e a Associações de Bairro, Programas e Projetos Sociais do Município, gratuitamente.

Interessados em ser um Ponto de Arrecadação: O Fundo Social de Solidariedade distribuirá caixas de coleta pelo Município, para arrecadação de itens novos e usados, desde que em bom estado. O Fundo Social de Solidariedade será responsável pela logística de entrega de caixas e as Entidades e Associações participantes pela retirada de doações nos pontos. Empresas e estabelecimentos interessados em participar como ponto de arrecadação devem manifestar interesse através do preenchimento do formulário digital disponível em <https://forms.gle/kV1mdt9VnZtdjrdSA>. O Fundo Social de Solidariedade entregará as caixas, a partir do lançamento da Campanha Municipal, prevista para maio de 2026 e até o limite de caixas disponibilizadas pelo doador.

Entidades do terceiro setor interessadas em atuar como Ponto de Triagem e distribuição de doações: Entidades cadastradas neste Fundo Social de Solidariedade no ano de 2026 (até a data desta publicação) e Associações do Município poderão atuar junto ao Fundo Social de Solidariedade nesta Campanha como pontos de recebimento de doações, triagem e distribuição aos Municípios. A logística da retirada de doações nos pontos de arrecadação será compartilhada entre o FSS e a Entidade participante. Após o recebimento da doação, a Entidade terá 5 dias úteis para informar, via Relatório Digital padrão, a quantidade de itens recebidos. Entidades que atendam os requisitos e interessadas em participarem da Campanha devem manifestar interesse através do preenchimento do formulário digital, disponível em <https://forms.gle/o5UzqFrUjE4UrBdM9>, até o dia 15 de maio de 2026.

Serão também aceitos como pontos de arrecadações espaços em Shoppings (conceito Loja Vazia), desde que previamente comunicado ao Fundo Social de Solidariedade de São Bernardo do Campo, com a reversão de todas as doações para a Campanha de Inverno.

Para a retirada de doações, o responsável pelo ponto de arrecadação deverá solicitar através do telefone 2630-6984/6980/6979. A retirada será realizada de acordo com a disponibilidade do transporte e agendada junto a cada ponto de arrecadação.

ROSÂNGELA LIMA

Presidente

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE SBC

Atos do Poder Legislativo

Em atenção ao disposto no § 4º do art. 48, do Regimento Interno, segue abaixo a deliberação, de forma reduzida, das Comissões Permanentes:

PROJETO DE LEI Nº 42/2026 - PROTOCOLO GERAL Nº 3290/2026

AUTOR: LUCAS FERREIRA

ASSUNTO: INSTITUI O CADASTRO MUNICIPAL DE PESSOAS CONDENADAS POR CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER: EM 24 DE ABRIL DE 2026, A **CCJR, CFO, COSP, CDCA e CSP**, CONJUNTAMENTE, EXARARAM PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 42/2026.

PROJETO DE LEI Nº 47/2026 - PROTOCOLO GERAL Nº 3940/2026

AUTOR: PERY CARTOLA

ASSUNTO: PROÍBE O USO DE COLEIRAS ANTILATIDOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER: EM 24 DE ABRIL DE 2026, A **CCJR, CFO, COSP e CDPA**, CONJUNTAMENTE, EXARARAM PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 47/2026.

PROJETO DE LEI Nº 55/2026 - PROTOCOLO GERAL Nº 4140/2026

AUTOR: PERY CARTOLA

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO MUNICÍPIO DAS DESPESAS DECORRENTES DO ATENDIMENTO VETERINÁRIO PRESTADO A ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS, ESTABELECE MEDIDAS DE RESPONSABILIZAÇÃO E PREVENÇÃO À REINCIDÊNCIA DESSAS PRÁTICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER: EM 24 DE ABRIL DE 2026, A **CCJR, CFO, COSP e CDPA**, CONJUNTAMENTE, REQUERERAM O ADIAMENTO DA MATÉRIA POR 10 (DEZ) SESSÕES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PARECER ATÉ O FINAL DO ADIAMENTO REQUERIDO.

PROJETO DE LEI Nº 61/2026 - PROTOCOLO GERAL Nº 4242/2026

AUTOR: PERY CARTOLA

ASSUNTO: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O RESPEITO E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS NO ÂMBITO DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - LEI ORELHA ETERNO.

PARECER: EM 27 DE ABRIL DE 2026, A **CCJR, CFO, COSP, CECE e CDPA**, CONJUNTAMENTE, REQUERERAM O ADIAMENTO DA MATÉRIA POR 10 (DEZ) SESSÕES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PARECER ATÉ O FINAL DO ADIAMENTO REQUERIDO.

- **CCJR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:** Presidente: Ver. Gordo da Adega - Josias Paz; Vice-Presidente: Ver. Reginaldo Burguês; Secretário: Ver. Edmar Aragão.

- **CFO: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:** Presidente: Ver. Fran Silva; Vice-Presidente: Ver. Ivan Silva; Secretário: Ver. Netinho Rodrigues.

- **COSP: COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:** Presidente: Ver. Reginaldo Burguês; Vice-Presidente: Ver. Fran Silva; Secretário: Ver. Ivan Silva.

- **CECE: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:** Presidente: Ver. Jorge Araújo; Vice-Presidente: Ver. Watanabe; Secretário: Ver. Getulio do Amarelinho.

- **CDCA: COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:** Presidente: Ver. Léo RR; Vice-Presidente: Ver. Edmar Aragão; Secretário: Ver. Lucas Ferreira.

- **CDPA: COMISSÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS:** Presidente: Ver. Pery Cartola; Vice-Presidente: Ver. Léo RR; Secretário: Ver. Nina Braga.

- **CSP: COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:** Presidente: Ver. Watanabe; Vice-Presidente: Ver. Netinho Rodrigues; Secretário: Ver. Julinho Fuzari.

PORTARIAS BAIXADAS PELA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PORTARIA Nº 15.293, DE 22 DE ABRIL DE 2026

Conceder ao funcionário ROBERTO HERMINIO DOS SANTOS, Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", 90 (noventa) dias de licença-prêmio, em pecúnia, referente ao quinquênio de 01/02/2021 a 14/03/2026, nos termos dos artigos 196 e 202 da Lei Municipal nº 1.729/68.

PORTARIA Nº 15.294, DE 22 DE ABRIL DE 2026

Conceder à funcionária INGRID FERREIRA LEITE, Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", 90 (noventa) dias de licença-prêmio, em pecúnia, referente ao quinquênio de 10/03/2021 a 18/03/2026, nos termos dos artigos 196 e 202 da Lei Municipal nº 1.729/68.

PORTARIA Nº 15.295, DE 22 DE ABRIL DE 2026

Conceder à funcionária KEIDE VANESSA EVANGELISTA GONCALVES, Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC16", Licença para Tratamento de Saúde, no período de 14 a 27 de abril de 2026.

PORTARIA Nº 15.296 DE 22 DE ABRIL DE 2026

Conceder ao funcionário FERNANDO DE SOUZA AFONSO, licença nojo de 08 (oito) dias, a partir de 21 de abril de 2026, nos termos do artigo 80, inciso III, da Lei Municipal nº 1.729/68.

PORTARIA Nº 15.297, DE 23 DE ABRIL DE 2026

Exonerar ALAÔR ALMEIDA GODOI, Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", conforme o inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, lotado no Gabinete do Vereador ALEX HESSEL MAGANHA, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 23 de abril de 2026.

PORTARIA Nº 15.298, DE 23 DE ABRIL DE 2026

Exonerar VILMA DOS SANTOS MANGUEIRA DA SILVA, Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", conforme o inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, lotada no Gabinete do Vereador EVANDRO DE SOUZA ROSA, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 23 de abril de 2026.

PORTARIA Nº 15.299, DE 23 DE ABRIL DE 2026

Exonerar ORLANDO OSTI JUNIOR, Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", conforme o inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, lotado no Gabinete do Vereador EVANDRO DE SOUZA ROSA, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 23 de abril de 2026.

PORTARIA Nº 15.300, DE 24 DE ABRIL DE 2026

Nomear FABIANO GOMES MONTESANO, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC16", conforme inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, a partir de 24 de abril de 2026, no Gabinete do Vereador ALEX HESSEL MAGANHA.

PORTARIA Nº 15.301, DE 24 DE ABRIL DE 2026

Exonerar DAVI CARLOS DE SOUZA, Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", conforme o inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, lotado no Gabinete da Vereadora ANA MARIA DO CARMO ROSSETO, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 27 de abril de 2026.

PORTARIA Nº 15.302, DE 24 DE ABRIL DE 2026

Nomear VANESSA MATHEUS, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", conforme inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, a partir de 24 de abril de 2026, no Gabinete do Vereador ALEX HESSEL MAGANHA.

PORTARIA Nº 15.303, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Nomear JULIA LOMBARDI LUZ, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", conforme inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, a partir de 27 de abril de 2026, no Gabinete da Vereadora MARINA PEREIRA BRAGA.

PORTARIA Nº 15.304, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Nomear CRISTIANO DOS SANTOS ROSA, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", conforme inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, a partir de 27 de abril de 2026, no Gabinete do Vereador EVANDRO DE SOUZA ROSA.

PORTARIA Nº 15.305, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Nomear ANTONIA PEREIRA DANTAS, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas, referência "CC-16", conforme inciso IV, artigo 7º, da Lei Municipal nº 7.413, de 30 de abril de 2025, a partir de 28 de abril de 2026, no Gabinete da Vereadora ANA MARIA DO CARMO ROSSETO.

PORTARIA Nº 15.306 DE 27 DE ABRIL DE 2026

Conceder à funcionária SHAYANE AGATA SERVILLE MAIO, licença nojo de 08 (oito) dias, a partir de 29 de março de 2026, nos termos do artigo 80, inciso III, da Lei Municipal nº 1.729/68.

PORTARIA Nº 15.307, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Conceder ao funcionário FABRICIO CESTARI SILVA, Licença Paternidade de 20 (vinte) dias, a partir de 26 de abril de 2026, nos termos do artigo 1º da Lei Municipal nº 6.653, de 08 de março de 2018.

PORTARIAS BAIXADAS PELO EXMº SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PORTARIA Nº 3.898, DE 24 DE ABRIL DE 2026

1. Constituir Comissão com o objetivo de organizar e cuidar dos preparativos necessários à realização da Sessão Solene de entrega de Título de "Cidadão São Bernardense" ao Sr. Guilherme Muraro Derrite.

2. Designar para integrar a comissão de que trata o item anterior, Vereador: LUIZ HENRIQUE WATANABE Membros: MARCELO CARDOSO FÁZZIO, RONEY FARIA BERTELLI, ADRIELE ELLEN DUARTE DE SOUZA, DOUGLAS SALES DE OLIVEIRA, ADELMO DE OLIVEIRA MEIRA, HUMBERTO DE CAMARGO BUENO, MAYARA CRISTINA FARIA SANTOS, NATALLYN JOYCE FERRARI, EDUARDO ALVES DE SOUZA e JORGE ANTONIO DIAS ANGIOLETTI.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.093, DE 29 DE ABRIL DE 2026

(Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2026, de autoria da Vereadora Ana Nice)

Dispõe sobre concessão de Título de "Cidadã Emérita" ao Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues.

RESOLUÇÃO Nº 3.611, DE 23 DE ABRIL DE 2026

(Projeto de Resolução nº 24/2026, de autoria do Vereador Gordo da Adega - Josias Paz)

Dispõe sobre a comemoração ao "Dia do Biomédico", e dá outras providências.

Administração Indireta Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo

SFD.103 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1019/2026-SA

I – Exonerar a pedido, **Nathalia Capassi de Freitas** matrícula 732, Assistente Administrativo Autárquico III, constante do Anexo 5 – Tabela IV - QPE-PP-IV, Quadro de pessoal estatutário, cargos de carreira de provimento efetivo, parte permanente – Carreira de Assistente Administrativo Autárquico, da Lei Municipal nº 6.799, de 03 de julho de 2019, ficando declarado vago o respectivo cargo de acordo com o artigo 77, inciso I, da Lei Municipal nº 1729, de 30 de dezembro de 1968; a partir de 22 de abril de 2026.

A P O S T I L A Nº 340/ 2026-SA

I – Expede a presente apostila para declarar que face à Classificação Final da **Promoção Vertical - Biênio 2022/ 2024** - dos servidores integrantes da **Carreira de Assistente Administrativo Autárquico** do Quadro de Pessoal desta Faculdade, homologada em 16 de maio de 2025, considerando o disposto no artigo 418 da Lei Municipal nº 2.240, de 13 de agosto de 1.976 e no parágrafo único do artigo 2º da Resolução GFD nº 100, de 16 de dezembro de 2.016, os servidores abaixo relacionados, ficam assim enquadrados:

Nome	Cargo	Referência
ROGERIO LUIZ KOROSI	Assistente Administrativo Autárquico II	13
THAIS LEÃO MORO	Assistente Administrativo Autárquico III	14

II – Esta Apostila entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 22 de abril de 2026.

São Bernardo do Campo, 24 de abril de 2026.
Profª. Drª. Priscilla Milena Simonato de Migueli
Diretora

Administração Indireta Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO RECADASTRAMENTO / PROVA DE VIDA Nº 17/2026

APOSENTADOS E PENSIONISTAS 1.DENTRO DO PRAZO

O Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo CONVOCA os Aposentados e Pensionistas abaixo relacionados para comparecerem a este órgão, situado na Avenida Senador Vergueiro, 1.751 – Parque São Diogo - São Bernardo do Campo - SP, para fins de Recadastramento e Prova de Vida, impreterivelmente até o dia 30 de abril de 2026.

Os beneficiários também podem realizar a Prova de Vida Online por meio do aplicativo "GOV.BR", nos termos da Resolução SBCPREV nº 007/2023, publicada no Jornal Notícias do Município em 01 de dezembro de 2023.

A Prova de Vida não realizada dentro do prazo estabelecido acarretará na SUSPENSÃO DO(S) BENEFÍCIO(S) PREVIDENCIÁRIO(S) a partir do mês de MAIO de 2026.

MATRÍCULA	NOME	MÊS DE ANIVERSÁRIO	MOTIVO
010990-8	AGATA DE LIMA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008698-6	ALBERTO CARDOSO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
022100-5	ALDEVINA PENACHIO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
011591-5	ANA LUCIA F NOTARIO DE SOUZA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016058-8	ANA MARIA TERSAROTTO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
035658-5	ANETE INDELICATO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
003769-4	ANTONIO GONZAGA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
012186-7	ANTONIO N RODRIGUES DE ARAUJO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
015131-1	APARECIDA BENEDITA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
023354-7	APARECIDA M MAZOTTI DE MORAES	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016968-9	ARIANE RODRIGUES DE CASTRO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
007090-3	BEATRIZ ROBERTO DE L CARDOSO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
015660-4	BEATRIZ ROBERTO DE L CARDOSO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
001460-8	CELIA MARLENE CARVALHO FARINA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
024361-3	CLARICE AVERSAMI	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
023594-7	CLAUDIA CORADINI IMPALEA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091851-1	CLEUZA DA SILVA RACHAM	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
004509-3	CLOVIS GOMES	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
001793-1	CONCEICAO APARECIDA VITORIANO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016887-9	CONCEICAO APARECIDA VITORIANO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090357-6	DAVI OLIVEIRA DEDEU	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091612-9	ELISABETE TEIXEIRA CASAL	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
054589-9	FABIANA MENDES DA SILVA SANTOS	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091865-0	FABIANA SILVA DE ANDRADE	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO

022196-6	FABIOLA DIMITROV BELTRAME	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
011345-0	FRANCISCA LEITE SANTANA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
013133-1	FRANCISCO VILACI DE OLIVEIRA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
002426-1	GERALDO ANGELO MARCIANO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
031272-5	HILDA TEIXEIRA SCABIA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016677-0	IDALINA CLEMENTE DAMASIO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
030175-0	IRACY DE F CARMANINI BARBOSA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
025097-7	JANITI GOMES BARBOSA DOMINGOS	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
022118-6	JOANA D ARC OLIVEIRA DA SILVA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008198-6	JOEL VIEIRA DA CRUZ	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
024518-6	JORGE LEAL RAPALLO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
037362-2	JOSE CARLOS MAESTU	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
001972-1	JOSE DA ROCHA LIMA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
001159-5	JOSE PAULO RODRIGUES	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
002437-6	JUCIMARA APARECIDA TOLOTTI	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
011900-8	LAURINDA ALMEIDA TEIXEIRA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
004495-8	LIDIA DE BARROS	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
007515-7	LUCIA CONTI BRAVIN	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
030580-1	LUCIMARA I RUFATO DRIZLIONOKS	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008393-8	LUCY KATIA NAPOLEAO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
025433-7	LUIZ ANTONIO BONGIOVANNI	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091664-0	LUIZ ANTONIO MARCELINO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
017229-0	LUIZ CARLOS ANDREAZZE	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
002112-4	LUIZ CARLOS MORAES	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
007881-2	LUZIA DA CONCEICAO LIMA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
030644-1	MARCIA SIPANO DA SILVA ARAUJO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091309-0	MARIA APARECIDA DE F MACHADO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
007377-3	MARIA C GOMES BRITO DA ROCHA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090801-3	MARIA CRISTINA VENTURA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016453-2	MARIA DE FATIMA DE CARVALHO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091202-8	MARIA DE FATIMA LIMA SILVA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090510-4	MARIA DO CARMO ALVES MARTINS	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016535-0	MARIA GORETI ALVES LIMA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091826-0	MARIA JOSE PIRES DO NASCIMENTO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
015425-4	MARIA MARCELINA DE SOUZA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
023806-8	MARIA MARGARETE DA S BEZERRA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
009680-8	MARIA P RODRIGUES KOSUCINSKI	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO

015755-3	MARIANA SPINOLA DE CARVALHO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091195-9	MARINA AP BOCCALETTO COSTA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008589-1	MARISETE GUERESCHI BROCARD0	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
021285-4	MARLUCE MARIA DA CONCEICAO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091442-8	MAURICIO DOS SANTOS	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
033590-7	MAURO PARRA DE REZENDE	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
024265-9	MONICA AP M IGNACIO FERREIRA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016106-3	NAIR ALVES CATENA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
022862-5	NEUSA ALVES BRANDAO VIEIRA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016478-6	NEUSA DE JESUS PINHEIRO RUIZ	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
004965-7	NILSON GONCALVES SERAFIM	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008340-9	NILZA DE LIMA NEVES MANSANO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
036851-4	NORIMAR DE LOURDES FIDALGO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
007359-5	PAULO CESAR ASSUMPCAO CABELLO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
030166-1	PAULO GONCALVES DA SILVA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
900021-8	PAULO PASULD	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008312-4	RAFAEL PAULINO RESTITUTI	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090348-7	RAIMUNDA DA SILVA OLIVEIRA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
028758-8	REGINA AMELIA GALLINA MONTEIRO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
021116-7	ROSANA MARTINS DA CUNHA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090627-3	ROSIMAR MARIANO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
004111-2	SEVERINO FARIAS DA COSTA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091651-9	SILVANA GERALDES MAZZILLI	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091478-7	SIMONE TOZZATO DA CUNHA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008570-2	SONIA MARIA PREZIA CARNEIRO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
023686-2	TANIA GERBELLI BOLSONI	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
009229-4	VALERIA CRISTINE DE OLIVEIRA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016185-1	VILMA RIBEIRO CHIEFO	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091534-3	ZEZITA MARIA DE ASSIS	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008610-6	ZULEIDE FERREIRA	ABRIL	FALTA DE RECADASTRAMENTO

2.FORA DO PRAZO (BENEFÍCIO BLOQUEADO)
O Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo CONVOCA os Aposentados e Pensionistas abaixo relacionados, a **comparecerem IMEDIATAMENTE** a este órgão, situado na Av. Senador Vergueiro, 1.751 - Parque São Diogo - São Bernardo do Campo - SP, para fins de Recadastramento/Prova de Vida e consequente desbloqueio do pagamento do benefício.

MATRÍCULA	NOME	MÊS DE ANIVERSÁRIO	MOTIVO
012073-0	ALEXANDRE AUGUSTO GINGEIRA	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
004675-6	ALTAMIRO CAMILO DOS SANTOS	FEVEREIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO

090233-4	ALZIRA RODRIGUES XAVIER	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090927-1	ANGELA MARIA DA SILVA TIBURCIO	NOVEMBRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
021665-4	ANTONIA BARBOSA DOS SANTOS	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090292-8	ANTONIO APARECIDO REBEKI	FEVEREIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
011052-5	ANTONIO DE TOLEDO FILHO	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091058-9	ANTONIO YOSHIO AWANE	JANEIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
007114-5	CARMEN PEREIRA PANIGASSI	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091150-1	CLARISSA FERNANDA ZANIRATO	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091190-9	DALILA ALMEIDA SANTOS	FEVEREIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
023306-8	DEVILSON PINTO FERREIRA	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
021656-5	EDITE MARIA DA SILVA	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091500-0	EDWIRGES GONCALVES SILVA	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
005384-0	ELAINE MAXIMIANA D ALLONSO	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
000819-6	EULALIA EVANGELISTA CAVALCANTI	JANEIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
000710-8	FLORDELIS TEDESCHI	JULHO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
027821-4	FRANCISCO JOSE SILVA	FEVEREIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091468-0	GUSTAVO DA SILVA BISPO	FEVEREIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
009656-5	ISAURA ALVES SANTOS	FEVEREIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
000699-0	JOANA FERREIRA	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
006319-4	JOAO A FARIA BASILIO	NOVEMBRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091638-1	JOSE BENEDITO FRANCO DE GODOI	FEVEREIRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
002467-7	JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
016678-8	JOSILEIA APARECIDA NUNES SABOIA	SETEMBRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
031274-1	LEILA FATIMA DA LUZ SILVA	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
003568-4	LEOPOLDINA SALGADO LOZANO	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
007444-4	LIANA M AVIBAR PAGNAN SANTOS	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
012071-4	LUIZ HELENO GOMES	AGOSTO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091270-1	MARCELO SANTOS DANTAS NETO	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
091031-9	MARIA APARECIDA DE SOUZA	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
009645-0	MARIA CLARICE FERREIRA DIAS	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090472-6	MARIA ELVIRA DE ASSIS LUIZ	AGOSTO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
090257-0	MARILZA AP BORGES SALLES	DEZEMBRO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
015744-8	NAIR ANGELINA VIAL LAZZURI	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO
008338-6	NEIDE MARIA MARCON LOTO	MARÇO	FALTA DE RECADASTRAMENTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**PERICIA DE REVISÃO DAS APOSENTADORIAS POR INCAPACIDADE**

O Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo CONVOCA os Aposentados abaixo relacionados, a comparecerem a este órgão situado na Av. Senador Vergueiro, 1.751 - Parque São Diogo - São Bernardo do Campo - SP, nas datas estabelecidas, munidos(as)

de exames/relatórios médicos complementares recentes que disponha, para fins de **REAVIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE GERARAM A INCAPACIDADE**, nos termos do artigo 13 da Lei Complementar nº 14, de 13 de dezembro de 2019, que dispõe:

“Art. 13: Serão realizadas revisões das condições de saúde que geraram a incapacidade do servidor, no mínimo, a cada três anos, ficando o aposentado obrigado a submeter-se às reavaliações por junta médica, sob pena de suspensão do pagamento do benefício e reversão de ofício.”

COMUNICA, ainda, que o não comparecimento à perícia médica designada, implica na suspensão do pagamento dos proventos de aposentadoria com possibilidade de reversão ex officio do benefício previdenciário.

MATRIC	NOME	DATA	HORÁRIO
26.653-6	ELAINE CRISTINA PASSARELLI MELLADO ZUCCO	14/07/2026	08h30
17.196-9	JOELIA JOSE SOARES	14/07/2026	13h30
30.068-1	ALESSANDRA CRISTIANE NAKANO TAKAO	14/07/2026	09h00
39.638-3	ANDREIA CRISTINA FAXINA	21/07/2026	08h30
11.718-7	MARCIO MOREIRA DA SILVA	21/07/2026	13h30
11.941-4	ANGELO ANDRADE DOS SANTOS	21/07/2026	14h00
22.337-4	MARILIA SOARES SANTOS MEDEIROS	28/07/2026	08h30
37.773-1	LUCIANA QUADROS	28/07/2026	09h00
21.242-2	ALINE CRISTINA ROSSI	28/07/2026	13h30
24.493-6	GORETE GOMES SILVA	04/08/2026	08h30
41.692-5	VICENTE MARTINS DE MELO	04/08/2026	13h30

**PORTARIAS E APOSTILAS ASSINADAS PELO SR. DIRETOR
SUPERINTENDENTE**

PORTARIA Nº 5979/2026-SBCPREV

I - Alterar o benefício de pensão por morte ao (s) dependente (s) a seguir relacionado (s), consignado na alínea “a”, inciso II, do artigo 11 combinado com os termos dos artigos 21 a 30 e 31, da Lei Complementar Municipal nº 14 de 13 de dezembro de 2019, a partir de **07 de janeiro de 2023**, em decorrência de acúmulo de benefícios previdenciários.

II-Os proventos calculados nos termos da legislação acima mencionada correrão à conta do SBCPrev - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.

III-A revisão ou atualização dos proventos relativos à pensão por morte ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF	PARENTESCO
CLODOALDO GRANA	XXX.632.328.XX	CÔNJUGE

PORTARIA Nº5980/2026-SBCPREV

I - Conceder aposentadoria VOLUNTÁRIA a: **MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA**, MATRÍCULA Nº **35608**, PASEP Nº **12151420606**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL-R.I**, REFERÊNCIA **“E4C”**, TABELA **20**, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº5981/2026-SBCPREV

I - Aposentar por tempo de contribuição integral: **MARIA APARECIDA BARBOSA DE LIMA**, MATRÍCULA Nº **30874**, PASEP Nº **17020608971**, CARGO **ENFERMEIRO**, LOTAÇÃO **GSS-SECRETARIA DE SAÚDE**, REFERÊNCIA **“32C”**, TABELA **1**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II - Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5982/2026-SBCPREV

I - Aposentar por tempo de contribuição integral: **VALERIA CRISTINA GROSSI VILAS BOAS**, MATRÍCULA Nº **26576**, PASEP Nº **12198802750**, CARGO **COORDENADOR PEDAGÓGICO**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**, REFERÊNCIA **“CP3A”**, TABELA **23**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II - Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5983/2026-SBCPREV

I - Aposentar por tempo de contribuição integral: **ADRIANA APARECIDA FERNANDES**, MATRÍCULA Nº **20185**, PASEP Nº **12191136968**, CARGO **AGENTE DE SANEAMENTO BÁSICO IV**, LOTAÇÃO **SECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS**, REFERÊNCIA **“22B”**, TABELA **1**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II - Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5984/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **ISABEL CRISTINA DE MATTOS**, MATRÍCULA Nº **25777**, PASEP Nº **12189199672**, CARGO **COORDENADOR PEDAGÓGICO**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**, REFERÊNCIA “**CP3C**”, TABELA **23**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5985/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **GLÓRIA LÚCIA DE ALMEIDA TEIXEIRA**, MATRÍCULA Nº **46563**, PASEP Nº **12338649097**, CARGO **FARMACÊUTICO**, LOTAÇÃO **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, REFERÊNCIA “**32B**”, TABELA **1**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5986/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **EDNA DE SOUZA ESTRELA**, MATRÍCULA Nº **24412**, PASEP Nº **12285525097**, CARGO **ANALISTA DE SISTEMAS SENIOR**, LOTAÇÃO **DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, REFERÊNCIA “**38B**”, TABELA **1**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5987/2026-SBCPREV

I – Conceder aposentadoria VOLUNTÁRIA a: **ABILIO CARLOS RODRIGUES ROMERO**, MATRÍCULA Nº **33134**, PASEP Nº **10637518508**, CARGO **MOTORISTA**, LOTAÇÃO **DEPARTAMENTO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**, REFERÊNCIA “**C22A**”, TABELA **5**, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

PORTARIA Nº5988/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **JOSÉ DAMIÃO FILHO**, MATRÍCULA Nº **21533**, PASEP Nº **12006847777**, CARGO **VIGILANTE**, LOTAÇÃO **DEPARTAMENTO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL**, REFERÊNCIA “**C14B**”, TABELA **5**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5989/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral - PROFESSOR(A): **MARIA JOSÉ LIMA**, MATRÍCULA Nº **23817**, PASEP Nº **17040647484**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SEÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO**, REFERÊNCIA “**E4H**”, TABELA **20**, nos termos do artigo 50, § 1º e § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5990/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **CÁTIA GARZIN**, MATRÍCULA Nº **30608**, PASEP Nº **12223015567**, CARGO **AUXILIAR DE ENFERMAGEM IV**, LOTAÇÃO **SS-DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO HOSPITALAR E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**, REFERÊNCIA “**18A**”, TABELA **1**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5991/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **CRISTINA DE FÁTIMA DA SILVA DIAS DURAN**, MATRÍCULA Nº **25732**, PASEP Nº **12154804782**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SEÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO**, REFERÊNCIA “**E3C**”, TABELA **20**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5992/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral - PROFESSOR(A): **ADRIANA BATTISTINI CONTI**, MATRÍCULA Nº **28835**, PASEP Nº **12487949688**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL-R.I**, REFERÊNCIA “**E4F**”, TABELA **20**, nos termos do artigo 50, § 1º e § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a

remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5993/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição: **ANA PAULA FERREIRA DO VALLE**, MATRÍCULA Nº **32253**, PASEP Nº **12470082600**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL-R.I**, REFERÊNCIA “**E3A**”, TABELA **20**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

PORTARIA Nº5994/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **ADRIANE CRISTINA PINHO SILVA**, MATRÍCULA Nº **25075**, PASEP Nº **12260391348**, CARGO **TÉCNICO DE PATOLOGIA CLÍNICA**, LOTAÇÃO **SS-DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO HOSPITALAR E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**, REFERÊNCIA “**18E**”, TABELA **1**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5995/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **ELAINE CLIMENE CINERRE TEIXEIRA**, MATRÍCULA Nº **33139**, PASEP Nº **12324714193**, CARGO **ORIENTADOR PEDAGÓGICO**, LOTAÇÃO **SE-DEPARTAMENTO DE AÇÕES EDUCACIONAIS**, REFERÊNCIA “**EM3C**”, TABELA **22**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5996/2026-SBCPREV

I – Conceder aposentadoria na modalidade especial - PROFESSOR(A) a: **ANA CLAUDIA DE ARAUJO**, MATRÍCULA Nº **33660**, PASEP Nº **12332287908**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL-R.I**, REFERÊNCIA “**E4C**”, TABELA **20**, nos termos do artigo 12, inciso IV, § 2º da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

PORTARIA Nº5997/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **ANA PAULA VILAS BOAS CAETANO**, MATRÍCULA Nº **25800**, PASEP Nº **12527494775**, CARGO **DIRETOR ESCOLAR**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL-R.I**, REFERÊNCIA “**EM3C**”, TABELA **22**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5998/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral - PROFESSOR(A): **ROBERTA ALONSO NUNES**, MATRÍCULA Nº **23838**, PASEP Nº **12546075073**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SEÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO**, REFERÊNCIA “**E4C**”, TABELA **20**, nos termos do artigo 50, § 1º e § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº5999/2026-SBCPREV

I – Aposentar por tempo de contribuição integral: **EDSON WILSON SOUZA DIAS**, MATRÍCULA Nº **30158**, PASEP Nº **12017605788**, CARGO **AJUDANTE GERAL**, LOTAÇÃO **SECRETARIA DE TRANSPORTE, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA**, REFERÊNCIA “**C11C**”, TABELA **5**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº6000/2026-SBCPREV

I – Conceder aposentadoria VOLUNTÁRIA a: **MARIA APARECIDA MENDONÇA DA COSTA**, MATRÍCULA Nº **54243**, PASEP Nº **10801728492**, CARGO **AUXILIAR DE LIMPEZA**, LOTAÇÃO **SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL DO PAÇO MUNICIPAL**, REFERÊNCIA “**O41B**”, TABELA **4**, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II – A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

PORTARIA Nº6001/2026-SBCPREV

I – Conceder aposentadoria VOLUNTÁRIA a: **IVETE DA SILVA SANTOS**, MATRÍCULA Nº **54914**, PASEP Nº **12119194418**, CARGO **AUXILIAR DE LIMPEZA**, LOTAÇÃO **SE-DEPARTAMENTO DE APOIO À EDUCAÇÃO**, REFERÊNCIA “**O41C**”, TABELA **4**, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº6002/2026-SBCPREV

I - Aposentar por tempo de contribuição integral: **MARCO ANTONIO RIBEIRO**, MATRÍCULA Nº **10366**, PASEP Nº **10847438667**, CARGO **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS IV**, LOTAÇÃO **DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO**, REFERÊNCIA **"18B"**, TABELA **1**, nos termos do artigo 50, § 2º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II - Os proventos da aposentadoria concedida nos termos deste artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

PORTARIA Nº6003/2026-SBCPREV

I - Aposentar POR INCAPACIDADE PERMANENTE: **VERA LUCIA XAVIER DE SOUZA**, MATRÍCULA Nº **38761**, PASEP Nº **12421565644**, CARGO **AUXILIAR EM EDUCAÇÃO**, LOTAÇÃO **SEÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO**, REFERÊNCIA **"PE2A"**, TABELA **28**, nos termos do artigo 12, inciso I e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**, devendo ser reavaliado no prazo de 03 (três) anos, contados da data do laudo médico que concluiu pela aposentadoria.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº6004/2026-SBCPREV

I - Aposentar POR INCAPACIDADE PERMANENTE: **MARIA SOLANGE BURIN GUARALDO**, MATRÍCULA Nº **28010**, PASEP Nº **12450713508**, CARGO **AUXILIAR DE ENFERMAGEM III**, LOTAÇÃO **SS-DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO HOSPITALAR E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**, REFERÊNCIA **"17A"**, TABELA **1**, nos termos do artigo 12, inciso I e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**, devendo ser reavaliado no prazo de 03 (três) anos, contados da data do laudo médico que concluiu pela aposentadoria.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº6005/2026-SBCPREV

I - Aposentar POR INCAPACIDADE PERMANENTE: **ALEQUESSANDRA BRAGA ALMEIDA ALVES**, MATRÍCULA Nº **42016**, PASEP Nº **12985727938**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**, REFERÊNCIA **"E3B"**, TABELA **20**, nos termos do artigo 12, inciso I e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**, devendo ser reavaliado no prazo de 03 (três) anos, contados da data do laudo médico que concluiu pela aposentadoria.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº6006/2026-SBCPREV

I - Aposentar POR INCAPACIDADE PERMANENTE: **VALÉRIA REGINA RONCATO**, MATRÍCULA Nº **35384**, PASEP Nº **18077100118**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO**, REFERÊNCIA **"E2A"**, TABELA **20**, nos termos do artigo 12, inciso I e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº6007/2026-SBCPREV

I - Aposentar POR INCAPACIDADE PERMANENTE: **MAYARA MALHEIRO METZKER**, MATRÍCULA Nº **37511**, PASEP Nº **19029529116**, CARGO **ORIENTADOR PEDAGÓGICO**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL**, REFERÊNCIA **"EM3B"**, TABELA **22**, nos termos do artigo 12, inciso I e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**, devendo ser reavaliado no prazo de 03 (três) anos, contados da data do laudo médico que concluiu pela aposentadoria.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº6008/2026-SBCPREV

I - Aposentar POR INCAPACIDADE PERMANENTE: **NIVEA SHINSATO DA SILVA**, MATRÍCULA Nº **32448**, PASEP Nº **12357951798**, CARGO **PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, LOTAÇÃO **SE-SEÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**, REFERÊNCIA **"E4B"**, TABELA **20**, nos termos do artigo 12, inciso I e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**, devendo ser reavaliado no prazo de 03 (três) anos, contados da data do laudo médico que concluiu pela aposentadoria.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº6009/2026-SBCPREV

I - Aposentar POR INCAPACIDADE PERMANENTE: **AILTON LORENZI**, MATRÍCULA Nº **60427**, PASEP Nº **13059776899**, CARGO **GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE**, LOTAÇÃO **DEPARTAMENTO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL**, REFERÊNCIA **"10A"**, TABELA **1**, nos termos do artigo 12, inciso I e

artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 14/2019, **a partir de 01/05/2026**, devendo ser reavaliado no prazo de 03 (três) anos, contados da data do laudo médico que concluiu pela aposentadoria.

II - A revisão ou atualização dos proventos relativos à presente aposentadoria ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PORTARIA Nº 6010/2026 - SBCPREV

Designar o funcionário **DANIEL CARLINI RANGEL**, matrícula **900.065-8**, exercendo o cargo de Agente Previdenciário I, referência **"1B"**, para responder pelo cargo de **Diretor de Seção de Gestão de Administração e de Ouvidoria**, sem prejuízo do exercício de suas funções, no período de **04/05/2026 a 18/05/2026**, em razão da fruição de férias do titular do cargo, Sr. **DAVI MELO**, matrícula **900.058-5**.

PORTARIA Nº 6011/2026-SBCPREV

I - Conceder o benefício de pensão por morte ao(s) dependente(s) a seguir relacionado(s), consignado na alínea "a", inciso II, do artigo 11 combinado com os termos dos artigos 21 a 30, da Lei Complementar Municipal nº 14 de 13 de dezembro de 2019, a partir de **15 de novembro de 2025**, em decorrência do óbito do segurado Sr. **NIELTON DIAS DE ALCÂNTARA** - matrícula nº **42144**, ocorrido em **15/11/2025**.

II - Os proventos calculados nos termos da legislação acima mencionada correrão à conta do SBCPrev - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.

III - A revisão ou atualização dos proventos relativos à pensão por morte ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF	PARENTESCO
JUSSARA DO VALE DE ALCÂNTARA	XXX.304.808-XX	CÔNJUGE

PORTARIA Nº 6012/2026-SBCPREV

I - Conceder o benefício de pensão por morte ao(s) dependente(s) a seguir relacionado(s), consignado na alínea "a", inciso II, do artigo 11 combinado com os termos dos artigos 21 a 30, da Lei Complementar Municipal nº 14 de 13 de dezembro de 2019, a partir de **15 de novembro de 2025**, em decorrência do óbito do segurado Sr. **NIELTON DIAS DE ALCÂNTARA** - matrícula nº **42.144**, ocorrido em **15/11/2025**.

II - Os proventos calculados nos termos da legislação acima mencionada correrão à conta do SBCPrev - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.

III - A revisão ou atualização dos proventos relativos à pensão por morte ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF	PARENTESCO
ISABELLA DO VALE DE ALCÂNTARA	XXX.180.108-XX	FILHA INVÁLIDA

PORTARIA Nº 6013/2026-SBCPREV

I - Conceder o benefício de pensão por morte ao(s) dependente(s) a seguir relacionado(s), consignado na alínea "a", inciso II, do artigo 11 combinado com os termos dos artigos 21 a 30, da Lei Complementar Municipal nº 14 de 13 de dezembro de 2019, a partir de **30 de março de 2026**, em decorrência do óbito do segurado Sr. **JOSÉ OVÍDIO INDIANI** - matrícula nº **6291** ocorrido em **17/05/2022**.

II - Os proventos calculados nos termos da legislação acima mencionada correrão à conta do SBCPrev - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.

III - A revisão ou atualização dos proventos relativos à pensão por morte ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF	PARENTESCO
ZILÉ PEREIRA DA SILVA	XXX.183.498-XX	COMPANHEIRA

PORTARIA Nº 6014/2026-SBCPREV

I - Conceder o benefício de pensão por morte ao(s) dependente(s) a seguir relacionado(s), consignado na alínea "a", inciso II, do artigo 11 combinado com os termos dos artigos 21 a 30, da Lei Complementar Municipal nº 14 de 13 de dezembro de 2019, a partir de **27 de março de 2026**, em decorrência do óbito do segurado Sr. **OTACÍLIO DE ARAÚJO** - matrícula nº **4330**, ocorrido em **27/03/2026**.

II - Os proventos calculados nos termos da legislação acima mencionada correrão à conta do SBCPrev - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.

III - A revisão ou atualização dos proventos relativos à pensão por morte ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF	PARENTESCO
NAUTIDES INÁCIO DE SOUZA ARAÚJO	XXX.796.184-XX	CÔNJUGE

PORTARIA Nº 6015/2026-SBCPREV

I - Conceder o benefício de pensão por morte ao(s) dependente(s) a seguir relacionado(s), consignado na alínea "a", inciso II, do artigo 11 combinado com os termos dos artigos 21 a 30, da Lei Complementar Municipal nº 14 de 13 de dezembro de 2019, a partir de **23 de março de 2026**, em decorrência do óbito do segurado Sr. **LAEÇO ALVES DE SANTANA** - matrícula nº **22272**, ocorrido em **23/03/2026**.

II-Os proventos calculados nos termos da legislação acima mencionada correrão à conta do SBCPrev – Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.

III-A revisão ou atualização dos proventos relativos à pensão por morte ficarão sujeitos aos mesmos índices estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF	PARENTESCO
CLEUSA APARECIDA DE SOUZA	XXX.199.958-XX	COMPANHEIRA

ABONOS DE PERMANÊNCIA DEFERIDOS

Foram analisados e encaminhados ao Departamento de Gestão de Pessoas, os pedidos de Abono de Permanência dos servidores abaixo relacionados:

ITEM	PROCESSO	NOME	MATRÍCULA
1	PR.001998/2018-02	CATIA GARZIN	30608
2	PR.000061/2024-57	MARCO ANTONIO RIBEIRO	10366

HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

ITEM	PROCESSO	ORIGEM	NOME
1	PR.000324/2025-57	SBCPREV	MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
2	PR.000616/2019-57	SBCPREV	MARIA APARECIDA BARBOSA DE LIMA
3	PR.000660/2025-91	SBCPREV	VALERIA CRISTINA GROSSI VILA BOAS
4	PR.001113/2018-02	SBCPREV	ADRIANA APARECIDA FERNANDES
5	PR.000097/2024-02	SBCPREV	ISABEL CRISTINA DE MATTOS
6	PR.000355/2023-46	SBCPREV	GLORIA LUCIA DE ALMEIDA TEIXEIRA
7	PR.000346/2025-35	SBCPREV	EDNA DE SOUZA ESTRELA
8	PR.001395/2019-80	SBCPREV	ABÍLIO CARLOS RODRIGUES ROMERO
9	PR.000735/2025-24	SBCPREV	JOSÉ DAMIÃO FILHO
10	PR.000089/2024-91	SBCPREV	MARIA JOSÉ LIMA
11	PR.001998/2018-02	SBCPREV	CATIA GARZIN
12	PR.000124/2021-91	SBCPREV	CRISTINA DE FATIMA DA SILVA DIAS DURAN
13	PR.000816/2021-24	SBCPREV	ADRIANA BATTISTINI CONTI
14	PR.000113/2025-24	SBCPREV	ANA PAULA FERREIRA DO VALLE
15	PR.000443/2020-79	SBCPREV	ADRIANE CRISTINA PINHO SILVA
16	PR.001485/2019-79	SBCPREV	ELAINE CLIMENE CINCERRE TEIXEIRA
17	PR.000723/2020-79	SBCPREV	ANA CLAUDIA DE ARAÚJO
18	PR.001530/2019-46	SBCPREV	ANA PAULA VILAS BOAS CAETANO
19	PR.000076/2025-68	SBCPREV	ROBERTA ALONSO NUNES
20	PR.000655/2023-02	SBCPREV	EDSON WILSON SOUZA DIAS
21	PR.000439/2025-02	SBCPREV	MARIA APARECIDA MENDONCA DA COSTA
22	PR.000567/2025-91	SBCPREV	IVETE DA SILVA SANTOS
23	PR.000061/2024-57	SBCPREV	MARCO ANTONIO RIBEIRO
24	PR.000125/2026-57	SBCPREV	VERA LUCIA XAVIER DE SOUZA
25	PR.000109/2026-35	SBCPREV	MARIA SOLANGE BURIN GUARALDO
26	PR.000126/2026-13	SBCPREV	ALEQUESSANDRA BRAGA ALMEIDA ALVES
27	PR.000131/2026-46	SBCPREV	VALÉRIA REGINA RONCATO
28	PR.000142/2026-35	SBCPREV	MAYARA MALHEIRO METZKER
29	PR.000110/2026-24	SBCPREV	NIVEA SHINSATO DA SILVA
30	PR.000148/2022-79	SBCPREV	AILTON LORENZI

HOMOLOGAÇÃO DO ENCERRAMENTO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

PROCESSO	ORIGEM	NOME
PR.0223/2019	SBCPREV	LUIZ ANTÔNIO PAULICE
PR.0302/2019	SBCPREV	JOSÉ ANJO DOS SANTOS
PR.0990/2018	SBCPREV	MARIA ELZE ROSA
PR.4453/2018	SBCPREV	JOÃO AGRIPINO DE PAULA
PR.8098/2018	SBCPREV	LAEÇO ALVES DE SANTANA

HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

PROCESSO	ORIGEM	NOME
PR.0772/2025	SBCPREV	JUSSARA DO VALE DE ALCÂNTARA
PR.0772/2025	SBCPREV	ISABELLA DO VALE DE ALCÂNTARA
PR.0768/2022	SBCPREV	ZILÉ PEREIRA DA SILVA
PR.0209/2026	SBCPREV	NAUTIDES INÁCIO DE SOUZA ARAÚJO
PR.0220/2026	SBCPREV	CLEUSA APARECIDA DE SOUZA

HOMOLOGAÇÃO DO ENCERRAMENTO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE POR MAIORIDADE

PROCESSO	ORIGEM	NOME
PR.0723/2021	SBCPREV	TAUANA FERREIRA ROCHA

PR.0652/2023	SBCPREV	CAMILLY RAMOS BARBOSA
PR.0362/2022	SBCPREV	DAVI QUILICONE

COMUNICADO DE FALECIMENTO Nº 17/2026

Matrícula	Nome	Benefício	Data do Falecimento	CPF
3.938-7	MARIA ELZE ROSA	APOSENTADORIA	20/04/2026	XXX.577.088-XX
3.987-4	JOSÉ ANJO DOS SANTOS	APOSENTADORIA	17/04/2026	XXX.291.599-XX
11.120-4	JOÃO AGRIPINO DE PAULA	APOSENTADORIA	02/04/2026	XXX.652.828-XX
22.272-6	LAECO ALVES DE SANTANA	APOSENTADORIA	23/03/2026	XXX.976.938-XX
22.394-2	LUIZ ANTÔNIO PAULICE	APOSENTADORIA	20/04/2026	XXX.671.788-XX

São Bernardo do Campo, 30 de abril de 2026.

MARCELO AUGUSTO ANDRADE GALHARDO
DIRETOR SUPERINTENDENTE
SBCPREV

.....

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Consolidado

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Consolidado, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Consolidado, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Ênfase

Conforme notas explicativas das Unidades de Apoio Administrativo de Santo André e do Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein de Santo André, em 22 de junho de 2023, foi assinado o TAC- Termo de Ajustamento de Conduta com objetivo do cumprimento de Plano de Liquidação dos Débitos Pretéritos envolvendo os instrumentos de parceria anteriormente celebrados entre o Município de Santo André e a Fundação do ABC. Foi estabelecido, por exigência interventiva do Ministério Público, que a vigência deste presente Termo é de 100 (cem) meses, contados a partir de janeiro de 2024, em razão da necessidade de quitação integral de todos os débitos pretéritos. Em dezembro de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo solicitou a suspensão dos pagamentos sob alegação de que o referido TAC carece de liquidez, certeza e exigibilidade, requisitos imprescindíveis para a configuração de um título executivo. No entanto, a Entidade entende que a aprovação do TAC pelo Ministério Público foi legalmente conduzida de forma detalhada, transparente e eficaz. Espera-se o desfecho favorável para retomada dos repasses.

Outros assuntos

Conforme notas explicativas das unidades, o Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo registrou aumento significativo de custos, gerando desequilíbrio entre receitas e despesas. Esse cenário foi impulsionado pela ampliação de responsabilidades (como aquisição de insumos), aumento da demanda com mudança no fluxo de atendimentos, inauguração de nova unidade e realização de mutirões para atender à demanda reprimida com expansão das equipes médicas. Além disso, a Prefeitura de São Caetano do Sul não considerou na unidade

do Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, a recomposição inflacionária nem a incorporação de atendimentos anteriormente executados por outra estrutura, sem a correspondente previsão e alocação dos recursos necessários ao seu adequado custeio.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Consolidado - CNPJ 57.571.275/0001-00**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro**

Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	248.189.931	235.770.928
Convênios e contratos a receber	7	258.718.918	235.204.947
Mensalidades a receber	8	21.708.287	19.961.412
Atividades acadêmicas a receber		-	1.658.860
Estoques	9	44.469.566	37.640.288
Outros créditos	10	6.610.803	5.108.807
		579.697.505	535.345.242
Não circulante			
Bloqueio judicial	11	33.434.246	41.548.106
Convênios e contratos a receber	7	5.251.977	5.251.977
Outros créditos	10	92.450	92.450
Imobilizado	12	165.614.056	168.553.832
		204.392.729	215.446.365
Total do ativo		784.090.234	750.791.607
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	13	576.767.765	301.636.691
Obrigações fiscais	14	45.301.428	46.957.024
Obrigações sociais e trabalhistas	15	212.600.511	184.547.130
Férias a pagar	16	203.858.884	186.585.165
Obrigações acadêmicas		386.568	373.899
Contratos a pagar		276.305	578.421
Parcelamento de impostos		128	120.367
Outros passivos		22.709.120	27.900.537
		1.061.900.709	748.699.234
Não circulante			
Fornecedores	13	6.413.838	7.469.815
Provisão para demandas judiciais	17	33.308.437	37.694.991
Receitas antecipadas		3.617.033	2.481.220
		43.339.308	47.646.026
Passivo a descoberto			
Patrimônio social		(94.697.663)	(177.894.744)
Ajuste de avaliação patrimonial		65.674.296	67.228.036
Superávits (déficits) acumulados		(292.126.416)	65.113.055
		(321.149.783)	(45.553.653)
Total do passivo e patrimônio líquido		784.090.234	750.791.607

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado**Demonstrações de resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal		2.990.140.598	2.914.683.657
Contratos de gestão - Estadual		744.009.154	766.160.605
Convênios público - Municipal		276.515.809	155.098.527
Convênios público - Estadual		207.847.720	57.067.108
Parceria público - Municipal		24.181.295	47.651.870
Repasse público - COVID-19		2.203.637	2.100.606
Mensalidades - graduação		139.424.262	123.060.505
Mensalidades - pós-graduação		2.563.567	2.246.149
Residência médica		747.308	6.089.331
Inscrições		6.049.274	5.411.648
Serviços SUS		-	3.462.047
Subvenção municipal		34.810.000	40.362.000
Convênios de atendimentos médicos		110.679.913	90.148.896
Protocolo de pesquisas		21.512.470	16.405.480
Atendimentos particulares		1.946.295	1.867.672
Doações		3.899.710	4.247.381
Outras receitas		75.918.657	32.952.169
		4.642.449.669	4.269.015.652
(-) Deduções da receita			
Bolsas de estudos		(18.858.145)	(12.516.509)
Receita líquida		4.623.591.524	4.256.499.142
Despesas operacionais			
Com pessoal		(2.352.116.777)	(2.182.087.963)
Medicamentos e insumos hospitalares	21	(453.787.778)	(313.487.048)
Prestadores de serviços médicos	22	(1.391.103.510)	(1.007.866.292)
Prestadores de serviços de terceiros	24	(567.839.161)	(514.866.599)
Administrativas e gerais	25	(108.799.723)	(103.858.814)
Atividades acadêmicas		(23.893.373)	(23.609.015)
Contingências e despesas judiciais	23	(27.516.999)	(25.933.666)
Bens de terceiros	3 (d)	(13.702.735)	(18.432.474)
Outras despesas		(7.797.380)	(16.798.836)
		(4.946.557.436)	(4.206.940.707)
Superávits (déficits) antes do resultado financeiro		(322.965.912)	49.558.435
Receitas financeiras	26	33.213.307	17.332.025
Despesas financeiras	26	(3.927.551)	(3.331.149)
		29.285.756	14.000.876
Superávits (déficits) do exercício		(293.680.156)	63.559.311

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Notas	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(293.954.487)	68.781.780	130.192.909	(94.979.798)
Ajuste do exercício anterior		(14.133.166)	-	-	(14.133.166)
Acervo líquido cindido		(2.044.575)	-	-	(2.044.575)
Acervo líquido incorporado		2.044.575	-	-	2.044.575
Superávit do exercício		-	-	63.559.311	63.559.311
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(1.553.744)	1.553.744	-
Incorporação ao patrimônio social		<u>130.192.909</u>	<u>-</u>	<u>(130.192.909)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>(177.894.744)</u>	<u>67.228.036</u>	<u>65.113.055</u>	<u>(45.553.653)</u>
Ajuste do exercício anterior	18	20.176.768	-	-	20.176.768
Balancete de abertura		(2.092.742)	-	-	(2.092.742)
Acervo líquido cindido	19	(489.328)	-	-	(489.328)
Acervo líquido incorporado	20	489.328	-	-	489.328
Déficit do exercício		-	-	(293.680.156)	(293.680.156)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(1.553.740)	1.553.740	-
Incorporação ao patrimônio social		<u>65.113.055</u>	<u>-</u>	<u>(65.113.055)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>(94.697.663)</u>	<u>65.674.296</u>	<u>(292.126.416)</u>	<u>(321.149.783)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	(293.680.156)	63.559.311
Ajustes do exercício anterior	18.084.026	(14.133.166)
Acervo líquido cindido	(70.650.417)	(2.044.575)
Acervo líquido incorporado	70.650.417	2.044.575
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	4.377.399	3.927.990
Provisões para demandas judiciais	(4.386.554)	(2.230.563)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(23.513.971)	(98.537.248)
Mensalidades a receber	(1.746.875)	6.996.750
Atividades acadêmicas a receber	1.658.860	(952.613)
Estoques	(6.829.278)	1.510.755
Outros créditos	(1.501.996)	4.085.635
Bloqueio judicial	8.113.860	(10.106.170)
Fornecedores	274.075.097	89.666.554
Obrigações fiscais	(1.655.596)	7.508.942
Obrigações sociais e trabalhistas	28.053.381	7.721.295
Provisões de férias	17.273.719	18.601.729
Obrigações acadêmicas	12.669	18.202
Parcelamento de impostos	(120.239)	(117.557)
Contratos a pagar	(302.116)	147.385
Receitas antecipadas	1.135.813	(122.066)
Outros passivos	(5.191.417)	(3.017.186)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.856.626	74.527.979
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.437.623)	(2.647.828)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.437.623)	(2.647.828)
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	12.419.003	71.880.151
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	235.770.928	163.890.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	248.189.931	235.770.928
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	12.419.003	71.880.151

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. Em 2007 foi reconhecida como Entidade Benemerita pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo e São Caetano e, em 2009, pela Câmara de Santo André. A Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1969, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 1975. Primeira mantida da Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina do ABC abriga hoje nove cursos de graduação na área de Ciências da Saúde: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Gestão em Saúde Ambiental, Tecnologia em Gestão Hospitalar e Tecnologia em Radiologia. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final de 2017, a Faculdade de Medicina foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC. Com o passar dos anos, a Fundação do ABC começou a ser encarada como parceira estratégica das prefeituras do Grande ABC para a gestão e assistência em saúde. Com o braço de ensino da Faculdade de Medicina do ABC, hoje a Fundação do ABC está à frente de diversas unidades de saúde denominadas mantidas – modelo em que a gestão plena dos equipamentos está a cargo da FUABC, tanto na área administrativa como na clínica, sob diretrizes pré-estabelecidas pelo parceiro (Município ou Governo do Estado ou outro Ente Federativo). É mantenedora de 20 hospitais e 8 AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades), além da Faculdade de Medicina do ABC e de uma Unidade de Apoio Administrativo, que atua por meio de contratos de gestão e convênios. Criada em 2007 para prestar serviços relacionados a necessidades específicas em saúde, a Unidade de Apoio Administrativo é hoje a maior unidade da Fundação do ABC. Atua tanto na assistência à saúde da população quanto nas áreas administrativas e de serviços gerais de UAAs (Unidades de Apoio Administrativo), UBSs (Unidades Básicas de Saúde), PID (Programa de Internação Domiciliar), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), PSF (Programa de Saúde da Família) e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), entre outros. Desta forma, as unidades sob gestão da Fundação do ABC são:

- Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC
- Hospital Estadual Mário Covas de Santo André
- Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein de Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Araçatuba
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santo André

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Mauá
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Praia Grande
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Itapevi
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Sorocaba
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santos
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Itu
- Hospital Nardini e Complexo de Saúde de Mauá – COSAM
- Hospital Mogi das Cruzes
- Complexo de Saúde de São Bernardo de Campo
- Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul (Hospital Márcia Braidó, Hospital Maria Braidó, Hospital de Emergências Albert Sabin, Hospital São Caetano, Hospital da Mulher e Complexo Municipal de Saúde)
- Instituto de Infectologia Emílio Ribas II do Guarujá
- Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP)
- UPA Rodeio 24h – Mogi das Cruzes
- Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde – São Mateus
- Mogi das Cruzes II
- Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista
- Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema
- Rede de Atenção Básica de Santo André
- Atenção Hospitalar de Santo André
- Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba
- Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba
- Hospital Municipal de Diadema "Dra. Zilda Arns Neumann
- Unidade de Pronto Atendimento UPA II "Corasi Alves de Andrade" – UPA Oropó
- Unidade de Apoio Administrativo (a Unidade de Apoio gerencia mais de 35 planos de trabalhos específicos, entre os quais UPAs de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Rio Grande da Serra, Mauá, Caieiras, Guarulhos, Interlagos, Assistência Social, Hospital São Mateus, Hospital Mogi das Cruzes, Rede de Estratégia de Saúde da Família de Itatiba, Santo André Dislexia, Projeto Conviver Bem, Hospital Mandaqui, Hospital de Guianases, Hospital Ferraz de Vasconcelos, Hospital Infantil Candido Fontoura, Hospital São Mateus, Hospital Ipiranga, Termo de Colaboração de São Bernardo de Campo, Hospital Estadual Mirandópolis e Hospital Guilherme Álvaro).

(ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17. Em cumprimento às exigências legais, a Fundação do ABC mantém a prestação de serviços gratuitos ou com contraprestação reduzida à população, assegurando o atendimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de sua atuação ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme exigido para manutenção da condição de entidade beneficente.

	1º semestre 2025	%	2º semestre 2025	%

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Doenças raras	2.331	5,52	2.900	6,48
SUS	36.209	85,67	38.949	87,01
Não SUS	3.75	8,81	2.914	6,51
TOTAL	42.265	100,00	44.763	100,00

Os atendimentos comprovam o cumprimento das obrigações assumidas pela Fundação do ABC como entidade beneficente de assistência social na área da saúde.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 652.020.878 e R\$ 584.799.574, respectivamente.

(vi) Fontes de receita

Os recursos da Fundação do ABC e suas filiais são provenientes dos instrumentos celebrados com entes públicos para o fomento, gerenciamento e execução de serviços de saúde nas unidades hospitalares. Na faculdade de medicina, a receita é proveniente das atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação, e dos convênios pelos atendimentos hospitalares e particulares prestados. Na mantenedora, a receita é oriunda da subvenção municipal respaldada pela lei municipal.

2 Políticas contábeis materiais

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. Em atendimento a Lei Complementar nº 187/21, a demonstração de resultado do Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC está sendo apresentada de forma segregada, por área de atuação, sendo educação e saúde. Desta forma, na nota explicativo nº 27 está sendo apresentada a demonstração de resultado consolidado por área de atuação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos e convênios a receber, mensalidade a receber e atividades acadêmicas a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado

Itens do imobilizado adquiridos com os recursos próprios são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os terrenos e edificações foram registrados ao valor justo, conforme laudo emitido por empresa especializada. A contrapartida foi registrada no patrimônio líquido denominado de ajuste de avaliação patrimonial.

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

Impairment dos ativos

A administração julga que os itens registrados como ativo imobilizado não compõem, individualmente ou em grupos, de unidades geradoras de caixa, razão pelo qual não foi realizado o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme o Comunicado Técnico CPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

a. Redução valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo demandas judiciais. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

5 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

6 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2024	2023
Caixa	9.916	17.934
Banco conta movimento	3.686.521	3.199.859
Aplicações financeiras	244.493.494	232.553.135
	248.189.931	235.770.928

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos e poupanças, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

7 Contratos e convênios a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão e dos convênios firmado com as prefeituras municipais e governo estadual pelo serviço de saúde prestado à população.

8 Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino na graduação e na pós-graduação.

Fundação do ABC – Consolidado**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****9 Estoques**

Descrição	2025	2024
Medicamentos	16.339.027	15.262.481
Material médico hospitalar	21.219.328	16.564.364
Gases industriais e medicinais	21.487	688
Dieta enteral e parenteral	218.179	241.155
Material de limpeza e higiene	1.180.535	950.858
Material de manutenção	3.430.242	2.833.914
Outros materiais	2.060.768	1.786.828
	44.469.566	37.640.288

10 Outros créditos

Refere-se aos saldos de adiantamentos de despesas e de reembolso de bloqueio judicial a receber.

11 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

12 Imobilizado

Descrição	2025	2024
Terrenos	95.060.676	95.060.676
Edifícios	89.265.774	89.265.774
Veículos	511.883	511.883
Móveis e utensílios	25.227.995	24.998.885
Máquinas e equipamentos	7.171.209	7.534.025
Equipamentos hospitalares	20.537.887	25.655.521
Equipamentos de informática	6.808.528	7.169.011
Aparelhos e instrumentos	7.598.661	7.591.366
Linhas telefônicas	391.044	391.044
Software	1.153.594	1.153.594
Livros técnicos	64.311	64.311
(-) Depreciação acumulada	(88.177.506)	(90.842.257)
	165.614.056	168.553.832

13 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

Fundação do ABC – Consolidado**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)**14 Obrigações fiscais**

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	17.937.928	21.530.193
INSS retido de serviços a recolher	4.844.623	9.060.381
IRRF retido de serviços a recolher	14.966.132	12.261.742
CSLL retido de serviços a recolher	3.727.766	1.668.332
PIS retido de serviços a recolher	2.423.047	1.084.355
ISS a recolher	1.401.932	1.352.021
	45.301.428	46.957.024

15 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	84.146.447	75.715.149
Rescisões a pagar	3.670.714	4.681.383
IRRF a recolher	37.812.502	37.372.389
FGTS a recolher	57.149.451	45.470.302
INSS sobre autônomos a recolher	23.030.247	11.282.209
Empréstimo consignado a pagar	5.240.284	5.903.130
Outros	1.550.866	4.122.568
	212.600.511	184.547.130

16 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

17 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	25.584.168	26.481.405
Cível	7.724.269	11.213.586
	33.308.437	37.694.991

18 Ajustes do exercício anterior

Referem-se, substancialmente, às baixas de unidades que encerraram suas atividades, sem expectativa de realização.

Fundação do ABC – Consolidado**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****19 Acervo líquido cindido**

Referem-se a transferência dos saldos das contas de ativos e do patrimônio social das Unidades de Apoio Administrativo encerradas para Administração, em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão.

20 Acervo líquido incorporado

Referem-se aos recursos financeiros e saldos de passivos transferidos das filiais de Santo André da Unidade de Apoio Administrativo, em decorrência da continuidade da operação do contrato de gestão.

21 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	199.820.742	110.812.438
Material médico hospitalar	157.087.042	113.750.724
Órtese e prótese	43.744.011	43.826.142
Material de laboratório	20.671.214	16.520.144
Gases industriais e medicinais	11.086.807	9.609.066
Dieta enteral e parenteral	5.929.247	4.710.817
Material de limpeza e higiene	6.742.663	6.528.049
Outros materiais	8.706.052	7.729.668
	453.787.778	313.487.048

22 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

23 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

24 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	136.533.840	134.287.237
Serviços de informática	36.224.284	30.146.712
Serviços de vigilância	48.654.797	42.304.810
Serviços de manutenção predial	64.631.513	73.453.599
Serviços de refeitório	86.725.328	73.674.678
Locação de veículos e equipamentos	31.415.148	22.259.594
Serviços de lavanderia hospitalar	29.293.297	25.907.581
Serviços de manutenção de equipamentos	23.216.345	26.716.306
Serviços administrativos	23.819.688	30.308.306
Serviços de motorista	22.043.662	18.637.533
Serviços de logística	6.176.682	5.378.084
Serviços de portaria	31.489.480	12.261.468
Outros serviços	27.615.097	19.530.691

Fundação do ABC – Consolidado**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

	<u>567.839.161</u>	<u>514.866.599</u>
25 Administrativas e gerais		
Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	22.391.402	18.774.352
Material de conservação e reparo	6.170.969	7.942.337
Material de consumo administrativo	18.524.553	15.900.581
Utilidade pública (água, luz, telefone)	34.139.011	33.989.889
Seguros patrimoniais	1.127.723	956.638
Gastos com contratos encerrados	12.308.775	8.691.412
Depreciação	4.377.399	3.927.990
Outras despesas	9.759.891	13.675.615
	<u>108.799.723</u>	<u>103.858.814</u>
26 Resultado financeiro		
	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	32.725.992	16.802.072
Outras receitas financeiras	487.315	529.953
	<u>33.213.307</u>	<u>17.332.025</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(962.277)	(1.221.912)
Juros financeiros	(1.780.829)	(1.827.806)
Descontos concedidos	(1.184.445)	(280.906)
Outras despesas financeiras	-	(525)
	<u>(3.927.551)</u>	<u>(3.331.149)</u>

Fundação do ABC – Consolidado**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****27 Demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro, por área de atuação**

	2025			2024	
	Educação	Saúde	Fundação do ABC	Consolidado	Consolidado
Receitas operacionais					
Contratos de gestão -					
Municipal	-	-	2.990.140.598	2.990.140.598	2.914.683.657
Contratos de gestão -					
Estadual	-	-	744.009.154	744.009.154	766.160.605
Convênios público -					
Municipal	-	-	276.515.809	276.515.809	155.098.527
Convênios público -					
Estadual	-	-	207.847.720	207.847.720	57.067.108
Parceria público -					
Municipal	-	-	24.181.295	24.181.295	47.651.870
Repasse público - COVID-19	-	-	2.203.637	2.203.637	2.100.606
Mensalidades - graduação	139.424.262	-	-	139.424.262	123.060.505
Mensalidades - pós-graduação	2.563.567	-	-	2.563.567	2.246.149
Residência médica	747.308	-	-	747.308	6.089.331
Inscrições	4.393.115	-	1.656.159	6.049.274	5.411.648
Serviços SUS	-	-	-	-	3.462.047
Subvenção municipal	-	-	34.810.000	34.810.000	40.362.000
Convênios de atendimentos médicos	-	110.359.781	320.132	110.679.913	90.148.896
Protocolo de pesquisas	-	21.512.470	-	21.512.470	16.405.480
Atendimentos particulares	-	1.946.295	-	1.946.295	1.867.672
Doações	684.685	614.603	2.600.422	3.899.710	4.247.381
Outras receitas	8.164.919	-	67.753.738	75.918.657	32.952.169
	155.977.856	134.433.149	4.352.038.664	4.642.449.669	4.269.015.651
(-) Deduções da receita					
Bolsas de estudos	(18.858.145)	-	-	(18.858.145)	(12.516.509)
Receita líquida	137.119.711	134.433.149	4.352.038.664	4.623.591.524	4.256.499.142
Despesas operacionais					
Com pessoal	(92.865.809)	(41.885.612)	(2.217.365.356)	(2.352.116.777)	(2.182.087.963)
Medicamentos e insumos hospitalares	(5.865.819)	(20.762.619)	(427.159.340)	(453.787.778)	(313.487.048)
Prestadores de serviços médicos	(2.684.661)	(66.444.635)	(1.321.974.214)	(1.391.103.510)	(1.007.866.292)
Prestadores de serviços de terceiros	(3.334.040)	(11.801.151)	(552.703.970)	(567.839.161)	(514.866.599)
Administrativas e gerais	(1.883.306)	(6.666.137)	(100.250.280)	(108.799.723)	(103.858.814)
Atividades acadêmicas	(6.246.218)	-	(17.647.155)	(23.893.373)	(23.609.015)
Contingências e despesas judiciais	-	-	(27.516.999)	(27.516.999)	(25.933.666)
Bens de terceiros	-	-	(13.702.735)	(13.702.735)	(18.432.474)

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Outras despesas	(484.129)	(453.298)	(6.859.953)	(7.797.380)	(16.798.836)
	<u>(113.363.982)</u>	<u>(148.013.452)</u>	<u>(4.685.180.002)</u>	<u>(4.946.557.436)</u>	<u>(4.206.940.707)</u>
Superávits (déficits) antes do resultado financeiro	23.755.729	(13.580.303)	(333.141.338)	(322.965.912)	49.558.435
Receitas financeiras	1.608.400	1.443.769	30.161.138	33.213.307	17.332.025
Despesas financeiras	(1.267.106)	(1.186.413)	(1.474.032)	(3.927.551)	(3.331.149)
	<u>341.294</u>	<u>257.356</u>	<u>28.687.106</u>	<u>29.285.756</u>	<u>14.000.876</u>
Superávits (déficits) do exercício	<u>24.097.023</u>	<u>(13.322.947)</u>	<u>(304.454.232)</u>	<u>(293.680.156)</u>	<u>63.559.311</u>

Fundação do ABC – Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

28 Outros assuntos

No exercício de 2025, a unidade Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo, apresentou um aumento considerável de custos, resultando em um desequilíbrio entre receitas e despesas. Esse crescimento do custo foi decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (i) a assunção da responsabilidade pela aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, anteriormente fornecidos pela Prefeitura; (ii) a mudança no fluxo de atendimento, uma vez que o encaminhamento para o Hospital de Urgência de São Bernardo do Campo, antes realizado pelas Unidades Básicas de Saúde, passaram, a partir de 2025, a ocorrer diretamente no hospital, elevando consideravelmente a demanda; (iii) a inauguração do Hospital de Olhos de São Bernardo do Campo; e (iv) a realização de mutirões de consultas, exames e procedimentos médicos para atender à demanda reprimida, com expressivo aumento das equipes médicas contratadas. E, na unidade de Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul não considerou a recomposição inflacionária nem a incorporação de atendimentos anteriormente executados por outra estrutura, sem a correspondente alocação dos recursos necessários para seu custeio, no exercício de 2025.

29 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC - Consolidado não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Consolidado**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC - Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Diadema, 10 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns
Neumann” - CNPJ 57.571.275/0001-00**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.830
Convênios e contratos a receber	6	1.850.000
Estoques	7	3.062.761
		4.956.591
Total do ativo		4.956.591
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	8	918.748
Obrigações fiscais	9	71.283
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.298.977
Férias a pagar	11	3.112.221
Outros passivos	12	384.510
		5.785.739
Patrimônio líquido		
Patrimônio social		1.102.188
Déficits acumulados		(1.931.336)
		(829.148)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.956.591

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Demonstrações de resultado

Para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Convênios Externos - Municipal	1 (vi)	4.132.797
Outras receitas		<u>1.258.016</u>
		<u>5.390.813</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(6.345.575)
Medicamentos e insumos hospitalares		(19.142)
Prestadores de serviços médicos	14	(248.140)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(705.665)
Administrativas e gerais		<u>(5.000)</u>
		<u>(7.323.522)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(1.932.709)</u>
Receitas financeiras	16	2.135
Despesas financeiras	16	<u>(762)</u>
		<u>1.373</u>
Déficit do período		<u><u>(1.931.336)</u></u>

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns
Neumann”

Demonstrações de resultado abrangente
Para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Déficit do período	(1.931.336)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>(1.931.336)</u></u>

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns
Neumann”

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Balanço de abertura	13	1.102.188	-	1.102.188
Déficit do período		-	(1.931.336)	(1.931.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.102.188	(1.931.336)	(829.148)

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Déficit do período	(1.931.336)
Variações nos ativos e passivos:	
Convênios a receber	(1.850.000)
Estoques	(1.960.573)
Fornecedores	918.748
Obrigações fiscais	71.283
Obrigações sociais e trabalhistas	1.298.977
Férias a pagar	3.112.221
Outros passivos	<u>384.510</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>43.830</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>43.830</u></u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	 -
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>43.830</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>43.830</u></u>

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 568.543.

- (vi) **Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”**
A Fundação do ABC, reconhecida por sua ampla expertise em gestão de saúde, venceu chamamento público da Prefeitura de Diadema para a gestão do Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann” “Dra. Zilda Arns Neumann”. O resultado foi publicado na edição de 15 de setembro de 2025 do Diário Oficial do Estado e marca a celebração de uma nova parceria entre a FUABC e a gestão municipal. A FUABC iniciou a gestão do serviço em 1º de outubro de 2025. A entidade responde pela gestão de todos os setores do equipamento, com exceção do pronto-socorro. O hospital é a principal referência médico-hospitalar de baixa e média complexidade no município e atende nas áreas de clínica médica, cirurgia geral, ortopedia, psiquiatria e ginecologia/obstetrícia. Com um modelo de gestão moderno e centrado nas necessidades do paciente, a FUABC passa a operar 173 leitos do hospital, sendo 121 leitos de internação, 30 de UTI Adulto, 7 de UTI Neonatal e 15 de Cuidados Intermediários. Em 26 de setembro de 2025, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Diadema, celebrou o Contrato de Gestão SS nº 01/2025 com a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Atenção Hospitalar do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O período de vigência do referido Contrato é de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, com início de custeio a partir de 01 de outubro de 2025, podendo ser prorrogado por igual ou sucessivos períodos até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

- (b) **Contratos a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Estoques**
Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.
- (d) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	43.830
	43.830

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão SS nº 01/2025, firmado com a Prefeitura de Diadema.

7 Estoques

Descrição	2025
Medicamentos	478.531
Material médico hospitalar	2.398.294
Material de limpeza e higiene	24.376
Material de manutenção	127.648
Outros materiais	33.912
	3.062.761

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025
INSS retido de serviços a recolher	18.067
IRRF retido de serviços a recolher	40.581
ISS a recolher	12.635
	71.283

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
Salários a pagar	730.286
Rescisões a pagar	137.883
IRRF a recolher	242.991
FGTS a recolher	113.665
INSS sobre autônomos a recolher	70.970
Empréstimo consignado a pagar	3.182
	1.298.977

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e aos valores recebidos das unidades gerenciadoras para reembolsar os valores bloqueados das contas da Entidade.

13 Balancete de abertura

Compreende os saldos iniciais de ativos e passivos assumidos pela Fundação do ABC quando do início da gestão do Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann” “Dra. Zilda Arns Neumann”, em 1º de outubro de 2025, reconhecidos com base nas informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Saúde da Prefeitura de Diadema e pela gestão anterior. Referidos saldos correspondem, substancialmente, a estoques oriundos da gestão anterior.

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025
Serviços de limpeza hospitalar	488.534
Serviços administrativos	217.131
	705.665

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

16 Resultado financeiro

	<u>2025</u>
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	<u>2.135</u>
	<u>2.135</u>
 Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	<u>(762)</u>
	<u>(762)</u>

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann” não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Diadema “Dra. Zilda Arns Neumann”

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC - Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” –
UPA Oropó

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Diadema, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó
CNPJ 57.571.275/0001-00

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.677.296
		1.677.296
Total do ativo		1.677.296
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	6	263.247
Obrigações fiscais	7	26.620
Obrigações sociais e trabalhistas	8	636.186
Férias a pagar	9	195.669
Outros passivos		31.718
		1.153.440
Patrimônio líquido		
Superávit acumulado		523.856
		523.856
Total do passivo e patrimônio líquido		1.677.296

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Demonstrações de resultado

Para o período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Contrato de gestão - Municipal	1 (vii)	4.208.159
		<u>4.208.159</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(2.121.431)
Medicamentos e insumos hospitalares	10	(285.743)
Prestadores de serviços médicos	11	(880.794)
Prestadores de serviços de terceiros	12	(400.198)
Administrativas e gerais		(21.788)
		<u>(3.709.954)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>498.205</u>
Receitas financeiras	13	25.651
Despesas financeiras		-
		<u>25.651</u>
Superávit do período		<u><u>523.856</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Demonstrações de resultado abrangente
Para o período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Superávit do período	523.856
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>523.856</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Para o período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	523.856	523.856
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	523.856	523.856

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	523.856
Variações nos ativos e passivos:	
Fornecedores	263.247
Obrigações fiscais	26.620
Obrigações sociais e trabalhistas	636.186
Férias a pagar	195.669
Outros passivos	<u>31.718</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.677.296</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.677.296</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.677.296</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.677.296</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 568.543.

(vi) Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

A Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas é uma estrutura de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, que funcionam 24 horas por dia, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados. Está equipada e preparada para resolver grande parte das urgências e emergências como crises hipertensivas, febre alta, cortes, infartos e derrames, contribuindo para reduzir as filas nos prontos-socorros dos hospitais. O Contrato de Gestão nº 83, de 7 de outubro de 2025, Processo nº 039/2025, Chamamento Público nº 05/2025, celebrado com Município de Mogi das Cruzes, tem por objeto de ações conjuntas no gerenciamento, operacionalização e a execução dos serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 36 meses, com o início em 9 de outubro de 2025, podendo ser renovado anualmente por igual período, após demonstração da consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância e interesse de ambas as partes.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 **Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	1.677.296
	1.677.296

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

7 Obrigações fiscais

Descrição	2025
COFINS retido de serviços a recolher	2.762
INSS retido de serviços a recolher	5.860
IRRF retido de serviços a recolher	14.885
CSLL retido de serviços a recolher	921
PIS retido de serviços a recolher	599
ISS a recolher	1.593
	26.620

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
Salários a pagar	480.721
IRRF a recolher	13.982
FGTS a recolher	92.745
INSS sobre autônomos a recolher	48.324
Outros	414
	636.186

9 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

10 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025
Medicamentos	167.644
Material médico hospitalar	95.580
Material de limpeza e higiene	22.212
Outros materiais	307
	285.743

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

12 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025
Serviços de refeitório	114.566
Serviços de vigilância	92.080
Locação de veículos e equipamentos	19.799
Serviços de lavanderia hospitalar	8.640
Serviços de manutenção de equipamentos	4.950
Serviços administrativos	95.911
Serviços de motorista	51.119
Outros serviços	13.133
	400.198

13 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	25.651
	25.651

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Pronto Atendimento UPA II “Corasi Alves de Andrade” – UPA Oropó

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 9 de outubro a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Mantenedora

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mantenedora, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mantenedora, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Mantenedora - CNPJ 57.571.275/0001-00**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro**

Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.687.543	10.974.306
Estoques	6	97.421	75.228
Outros créditos	7	64.845.772	54.694.861
		72.630.736	65.744.395
Não circulante			
Bloqueio judicial	8	4.682.210	4.504.338
Convênios e contratos a receber		199.992	199.992
Outros créditos	7	3.120.582	3.120.582
Imobilizado	9	158.722.275	161.414.308
		166.725.059	169.239.220
Total do ativo		239.355.795	234.983.615
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		1.653.578	2.074.141
Obrigações fiscais	10	37.037	112.961
Obrigações sociais e trabalhistas	11	430.498	478.926
Férias a pagar	12	1.490.056	1.452.954
Parcelamento de impostos	13	128	120.367
Outros passivos	14	2.052.093	623.382
		5.663.390	4.862.731
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	15	710.000	1.293.897
		710.000	1.293.897
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		155.398.947	148.818.307
Ajuste da avaliação patrimonial		65.674.300	67.228.040
Superávits acumulados		11.909.158	12.780.640
		232.982.405	228.826.987
Total do passivo e patrimônio líquido		239.355.795	234.983.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Subvenção municipal	1 (vii)	34.810.000	40.362.000
Outras receitas		82.933.398	31.687.529
		117.743.398	72.049.529
Despesas operacionais			
Com pessoal		(11.864.547)	(12.216.228)
Medicamentos e insumos hospitalares		(18.237)	(3.843)
Prestadores de serviços médicos		-	(364)
Prestadores de serviços de terceiros	17	(13.657.409)	(19.587.802)
Administrativas e gerais	18	(42.736.254)	(12.958.385)
Atividades acadêmicas		(162.818)	(115.902)
Contingências e despesas judiciais		(3.047.337)	-
Outras despesas	19	(37.716.574)	(16.798.836)
		(109.203.176)	(61.681.358)
Superávit antes do resultado financeiro		8.540.222	10.368.171
Receitas financeiras	20	1.930.471	937.405
Despesas financeiras	20	(115.275)	(78.676)
		1.815.196	858.729
Superávit do exercício		10.355.418	11.226.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora**Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	10.355.418	11.226.900
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>10.355.418</u>	<u>11.226.900</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Nota	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>141.324.801</u>	<u>68.781.780</u>	<u>7.493.506</u>	<u>217.600.087</u>
Superávit do exercício		-	-	11.226.900	11.226.900
Amortização da mais valia		-	(1.553.740)	1.553.740	-
Incorporação ao patrimônio social		<u>7.493.506</u>	<u>-</u>	<u>(7.493.506)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>148.818.307</u>	<u>67.228.040</u>	<u>12.780.640</u>	<u>228.826.987</u>
Ajuste do exercício anterior	16	(6.200.000)	-	-	(6.200.000)
Superávit do exercício		-	-	10.355.418	10.355.418
Amortização da mais valia		-	(1.553.740)	1.553.740	-
Incorporação ao patrimônio social		<u>12.780.640</u>	<u>-</u>	<u>(12.780.640)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u><u>155.398.947</u></u>	<u><u>65.674.300</u></u>	<u><u>11.909.158</u></u>	<u><u>232.982.405</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	10.355.418	11.226.900
Ajustes do exercício anterior	(6.200.000)	-
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Depreciação e amortização	2.853.201	2.906.809
Provisões para demandas judiciais	(583.897)	(2.877.908)
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(22.193)	(6.370)
Outros créditos	(10.150.911)	(8.608.028)
Bloqueio judicial	(177.872)	(463.162)
Fornecedores	(420.563)	502.587
Obrigações fiscais	(75.924)	(39.144)
Obrigações sociais e trabalhistas	(48.428)	2.954
Férias a pagar	37.102	-
Parcelamento de impostos	(120.239)	(117.557)
Outros passivos	1.428.711	(54.523)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(3.125.595)	2.472.558
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(161.168)	(166.313)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(161.168)	(166.313)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(3.286.763)	2.306.245
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.974.306	8.668.061
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.687.543	10.974.306
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(3.286.763)	2.306.245

Fundação do ABC – Mantenedora

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incura; 1,0%

Fundação do ABC – Mantenedora

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 763.036 e R\$ 3.273.949, respectivamente.

(vi) Mantenedora

Caracterizada como pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social de Saúde e entidade filantrópica de assistência social, saúde e educação, a Fundação ABC foi criada em 1967 com intuito de viabilizar uma faculdade de medicina no Grande ABC. Foi instituída como fundação sem fins lucrativos pelos 3 municípios que encabeçam o ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). É declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André através do registro CMC nº 132.124-1 (PMSA). Em 2007 foi reconhecida como entidade Benemerita também pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(vii) Subvenção

Conforme a alínea "a" do artigo 5º da Lei nº 1546, de 6 de setembro de 1967, os três municípios (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) consignam mensalmente as subvenções obrigatórias à Fundação do ABC.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mantenedora

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Mantenedora

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 (Em reais)

(d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os terrenos e edificações foram registrados ao valor justo, conforme laudo emitido por empresa especializada. A contrapartida foi registrada no patrimônio líquido denominado de ajuste de avaliação patrimonial.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	2.493	1.000
Banco conta movimento	7.678	-
Aplicações financeiras	7.677.372	10.973.306
	7.687.543	10.974.306

Fundação do ABC – Mantenedora**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2024**
(Em reais)

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Material médico hospitalar	11.356	11.347
Material de limpeza e higiene	802	199
Material de manutenção	43.507	52.839
Outros materiais	41.756	10.843
	97.421	75.228

7 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.

8 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

9 Imobilizado

Descrição	2025	2024
Terrenos	95.060.676	95.060.676
Edifícios	89.265.774	89.265.774
Móveis e utensílios	1.419.069	1.332.949
Máquinas e equipamentos	265.545	265.545
Equipamentos de informática	815.183	740.968
Aparelhos e instrumentos	575.449	570.469
Linhas telefônicas	998	998
Software	219.630	219.630
(-) Depreciação acumulada	(29.061.217)	(26.208.016)
	158.722.275	161.414.308

Fundação do ABC – Mantenedora**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2024
(Em reais)****10 Obrigações fiscais**

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	3.864	24.549
INSS retido de serviços a recolher	8.212	54.065
IRRF retido de serviços a recolher	22.836	25.102
CSLL retido de serviços a recolher	1.288	4.587
PIS retido de serviços a recolher	837	2.981
ISS a recolher	-	1.677
	37.037	112.961

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
IRRF a recolher	272.915	277.328
FGTS a recolher	108.012	110.529
INSS sobre autônomos a recolher	41.411	45.475
Empréstimo consignado a pagar	31.187	36.715
Outros	25.401	5.925
	478.926	475.972

12 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

13 Parcelamento de impostos

Em 26 de março de 2021, a Entidade aderiu ao programa de parcelamento simplificado da contribuição previdenciária, do período de janeiro a dezembro de 2005, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em 60 parcelas.

14 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

15 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	205.000	668.512
Cível	505.000	625.385
	710.00	1.293.897

Fundação do ABC – Mantenedora**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024**
(Em reais)**Passivos contingentes - risco de perda provável**

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 6.559.953 e R\$ 425.299.959 (R\$ 4.115.353 e R\$ 324.739.933, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

16 Ajuste do exercício anterior

Referem às baixas do rateio a receber relativas aos contratos de unidades encerradas, que não dispõem de recursos para sua realização.

17 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	2.206.515	2.159.221
Serviços de manutenção predial	614.584	139.022
Locação de veículos e equipamentos	287.361	50.280
Serviços de manutenção de equipamentos	171.820	58.485
Serviços administrativos	7.509.725	13.541.749
Serviços de motorista	94.698	5.250
Serviços de portaria	-	2.527.926
Outros serviços	2.362.907	1.105.869
	13.247.610	19.587.802

18 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	52.668	19.143
Material de conservação e reparo	21.725	65.182
Material de consumo administrativo	358.043	278.050
Utilidade pública (água, luz, telefone)	75.801	108.317
Depreciação	2.853.201	4.281.667
Gastos com contratos encerrados	12.318.202	8.691.412
Outras despesas (i)	27.816.682	889.470
	43.496.322	14.333.241

- (i) Refere-se, substancialmente, ao aporte financeiro para cobrir o fluxo de necessidade de caixa das atividades operacionais.

19 Outras despesas

Referem-se às despesas de unidades de apoio pagas pela mantenedora.

Fundação do ABC – Mantenedora

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2024**
(Em reais)

20 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.930.471	937.405
	1.930.471	937.405
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(27.490)	(30.780)
Juros e multas de mora	(87.785)	(47.721)
Outras despesas financeiras	-	(175)
	(115.275)	(78.676)

21 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC-Mantenedora não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Mantenedora**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2024
(Em reais)**

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do
ABC - CNPJ 57.571.275/0007-98**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.332.674	25.971.762
Convênios e contratos a receber	6	49.676.640	10.411.788
Mensalidades a receber	7	21.708.287	19.961.412
Atividades acadêmicas a receber		-	1.658.860
Estoques	8	1.815.823	1.014.630
Outros créditos	9	3.580.079	2.310.651
		86.113.503	61.329.103
Não circulante			
Bloqueio judicial	10	5.757.157	5.698.991
Outros créditos	9	92.450	92.450
Imobilizado	11	6.105.493	6.464.592
		11.955.100	12.256.033
Total do ativo		98.068.603	73.585.136
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	12	15.180.064	2.911.901
Obrigações fiscais	13	539.794	505.522
Obrigações sociais e trabalhistas	14	12.445.153	11.346.990
Férias a pagar	15	12.797.024	11.360.121
Obrigações acadêmicas		181.264	168.594
Outros passivos		643.951	643.951
		41.787.250	26.937.079
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	16	893.522	508.986
Receitas antecipadas		3.617.033	2.481.220
		4.510.555	2.990.206
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		42.327.477	28.241.167
Superávits acumulados		9.443.321	15.416.684
		51.770.798	43.657.851
Total do passivo e patrimônio líquido		98.068.603	73.585.136

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

		2025				
	Notas	Educação	Saúde	FMABC	Total	2024
Receitas operacionais						
		139.424.262	-	-	139.424.262	123.060.505
		2.563.567	-	-	2.563.567	2.246.149
		747.308	-	-	747.308	6.089.331
		4.393.115	-	-	4.393.115	3.778.890
		-	21.512.470	-	21.512.470	16.405.480
		-	-	-	-	3.462.047
		-	110.359.781	-	110.359.781	89.826.438
		-	1.946.295	-	1.946.295	1.867.672
		684.685	614.603	712	1.300.000	1.600.000
		8.164.919	-	1.092.154	9.257.073	1.367.640
		155.977.856	134.433.149	1.092.866	291.503.871	249.704.152
(-) Deduções da receita						
		(18.858.145)	-	-	(18.858.145)	(12.516.509)
Receita líquida		137.119.711	134.433.149	1.092.866	272.645.726	237.187.643
Despesas operacionais						
		(92.865.809)	(41.885.612)	-	(134.751.421)	(118.318.162)
	18	(5.865.819)	(20.762.619)	-	(26.628.438)	(22.104.976)
	19	(2.684.661)	(66.444.635)	(2.425.294)	(71.554.590)	(56.736.150)
	20	(3.334.040)	(11.801.151)	-	(15.135.191)	(11.550.122)
	21	(1.883.306)	(6.666.137)	-	(8.549.443)	(6.840.638)
		(6.246.218)	-	-	(6.246.218)	(4.604.935)
		(484.129)	(453.298)	-	(937.427)	(982.802)
		(113.363.982)	(148.013.452)	(2.425.294)	(263.802.728)	(221.137.785)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		23.755.729	(13.580.303)	(1.332.428)	8.842.998	16.049.858
	22	1.608.400	1.443.769	1.673	3.053.842	2.015.865
	22	(1.267.106)	(1.186.413)	-	(2.453.519)	(2.649.039)
		341.294	257.356	1.673	600.323	(633.174)
Superávit (déficit) do exercício		24.097.023	(13.322.947)	(1.330.755)	9.443.321	15.416.684

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	9.443.321	15.416.684
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.443.321</u>	<u>15.416.684</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		34.522.454	601.053	35.123.507
Ajustes do exercício anterior		(6.882.340)	-	(6.882.340)
Superávit do exercício		-	15.416.684	15.416.684
Incorporação ao patrimônio social		601.053	(601.053)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		28.241.167	15.416.684	43.657.851
Ajustes do exercício anterior	17	(1.330.374)	-	(1.330.374)
Superávit do exercício		-	9.443.321	9.443.321
Incorporação ao patrimônio social		15.416.684	(15.416.684)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		42.327.477	9.443.321	51.770.798

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	9.443.321	15.416.684
Ajustes do exercício anterior	(1.330.374)	(6.882.340)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Depreciação	1.243.449	652.443
Provisão para demandas judiciais	384.536	476.129
Resultado na baixa do imobilizado	253.024	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(39.264.852)	(5.422.463)
Mensalidades a receber	(1.746.875)	6.996.750
Atividades acadêmicas a receber	1.658.860	(952.613)
Estoques	(801.193)	293.716
Outros créditos	(1.269.428)	(1.576.119)
Bloqueio judicial	(58.166)	(401.744)
Fornecedores	12.268.163	(713.003)
Obrigações fiscais	34.272	52.919
Obrigações sociais e trabalhistas	1.098.163	518.366
Férias a pagar	1.436.903	1.140.774
Obrigações acadêmicas	12.670	18.202
Receitas antecipadas	1.135.813	(122.065)
Outros passivos	-	32
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(15.501.714)	9.495.668
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.137.374)	(2.100.322)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.137.374)	(2.100.322)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(16.639.088)	7.395.346
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.971.762	18.576.416
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.332.674	25.971.762
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(16.639.088)	7.395.346

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17. Em cumprimento às exigências legais, a Fundação do ABC mantém a prestação de serviços gratuitos ou com contraprestação reduzida à população, assegurando o atendimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de sua atuação ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme exigido para manutenção da condição de entidade beneficente.

	1º semestre 2025	%	2º semestre 2025	%
Doenças raras	2.331	5,52	2.900	6,48
SUS	36.209	85,67	38.949	87,01
Não SUS	3.75	8,81	2.914	6,51
TOTAL	42.265	100,00	44.763	100,00

Os atendimentos comprovam o cumprimento das obrigações assumidas pela Fundação do ABC como entidade beneficente de assistência social na área da saúde.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 51.668.395 e R\$ 31.709.267, respectivamente.

(vi) Faculdade de Medicina do ABC

Com sede e foro na cidade de Santo André, a Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1.969 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 1.975. Mantida pela Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina abriga os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Gestão em Saúde Humana. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final do ano de 2017 foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC. Em 2020, o Centro Universitário Saúde ABC ganhou nova logomarca e passou a se chamar Centro Universitário FMABC. O Centro Universitário FMABC mantém projetos de integração com o Poder Público da região do ABC Paulista, o que propicia amplo campo de atuação e estágio para seus alunos. Entre as unidades parceiras estão o Centro Hospitalar Municipal (CHM), Hospital Estadual Mário Covas e Centro de Saúde Escola do Parque Capuava, em Santo André; Hospital de Ensino Anchieta, Hospital Municipal Universitário (HMU) e Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), em São Bernardo do Campo; Hospital Marcia Braido e Hospital Maria Braido, em São Caetano do Sul; além do Ambulatório de Especialidades, que funciona no próprio campus universitário.

Essa integração tem formalizado a vocação regional da faculdade e seu potencial em colaborar com o desenvolvimento de programas e projetos no campo da saúde e assistência médica do Grande ABC. Integram a relação de objetivos institucionais do Centro Universitário FMABC: Promover a pesquisa e estimular trabalhos que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos setores por ela abrangidos.

- Estender serviços à comunidade, sob as mais diferentes formas e em colaboração com instituições de caráter público e privado.
- Manter intercâmbio com instituições congêneres do país e do exterior, visando à atualização e o aperfeiçoamento da metodologia do ensino, da pesquisa e do conhecimento especializado.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

- Oferecer programas de pós-graduação lato sensu, incluindo-se a Residência Médica, conforme demanda por recursos humanos especializados na região.
- Propiciar a formação de mestres e doutores em Ciências da Saúde.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. Em atendimento a Lei Complementar nº 187/21, a demonstração de resultado está sendo apresentada de forma segregada, por área de atuação, sendo educação e saúde.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, convênio, contratos, mensalidades e atividades acadêmicas a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais).

(d) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(e) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

(g) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(h) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a Provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(i) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	3.000	3.000
Banco conta movimento	996.298	1.290.478
Aplicações financeiras	8.333.376	24.678.284
	9.332.674	25.971.762

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****6 Convênios a receber**

Refere-se ao valor a receber de exames clínicos e laboratoriais e serviços prestados a diversos hospitais.

7 Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino (graduação e pós-graduação).

8 Estoques

Compreende ao saldo do material médico hospitalar.

9 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, ao empréstimo concedido para a mantenedora.

10 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

11 Imobilizado

Descrição	2025	2024
Veículos	35.211	35.211
Móveis e utensílios	2.887.664	2.841.155
Máquinas e equipamentos	4.082.309	4.217.606
Equipamentos hospitalares	3.363.630	4.164.231
Equipamentos de informática	2.921.683	3.385.525
Aparelhos e instrumentos	2.457.987	2.457.987
Linhas telefônicas	46.357	46.357
Software	714.571	714.571
Livros técnicos	64.311	64.311
(-) Depreciação acumulada	(10.468.230)	(11.462.362)
	6.105.493	6.464.592

12 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

13 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	142.172	151.349
INSS retido de serviços a recolher	51.585	52.803
IRRF retido de serviços a recolher	238.551	187.496
CSLL retido de serviços a recolher	45.655	48.802
PIS retido de serviços a recolher	29.676	31.671
ISS a recolher	32.155	33.401
	539.794	505.522

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****14 Obrigações sociais e trabalhistas**

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	5.924.065	5.279.544
Rescisões a pagar	19.352	1.944
IRRF a recolher	4.404.523	4.190.389
FGTS a recolher	1.080.829	954.714
INSS sobre autônomos a recolher	676.121	592.706
Empréstimo consignado a pagar	183.135	185.709
Outros	157.128	141.984
	12.445.153	11.346.990

15 Férias a pagar

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

16 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	238.179	171.518
Cível	655.343	337.468
	893.522	508.986

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 683.157 e R\$ 4.341.166 (R\$ 2.224.786 e R\$ 6.393.416, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

17 Ajustes do exercício anterior

Refere-se à baixa de valores registrados na conta de "atividades acadêmicas a receber", em razão da ausência de perspectiva de recebimento. O procedimento visa assegurar a adequada representação dos ativos nas demonstrações contábeis, em conformidade com o princípio da prudência.

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****18 Medicamentos e insumos hospitalares**

Descrição	2025	2024
Medicamentos	849.552	1.268.674
Material médico hospitalar	2.776.644	2.522.263
Material de laboratório	20.604.902	16.356.832
Gases industriais e medicinais	33.911	39.857
Material de limpeza e higiene	657.083	577.533
Outros materiais	1.706.346	1.339.818
	26.628.438	22.104.977

19 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

20 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	1.126.406	711.524
Serviços de informática	2.807.989	2.584.028
Serviços de manutenção predial	517.242	111.671
Serviços de refeitório	1.419.334	1.237.372
Locação de veículos e equipamentos	1.167.015	909.511
Serviços de lavanderia hospitalar	135.439	109.626
Serviços de manutenção de equipamentos	1.679.031	947.424
Serviços administrativos	2.140.770	1.300.666
Serviços de motorista	3.203.173	2.937.202
Outros serviços	938.792	701.097
	15.135.191	11.550.121

21 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	206.263	124.938
Material de conservação e reparo	1.669.660	1.397.541
Material de consumo administrativo	1.498.506	1.218.718
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.772.835	2.474.204
Seguros patrimoniais	570.736	531.993
Depreciação	1.496.473	998.462
Outras despesas	334.970	94.792
	8.549.443	6.840.648

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****22 Resultado financeiro**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.566.527	1.640.781
Outras receitas financeiras	487.315	375.084
	<u>3.053.842</u>	<u>2.015.865</u>
Despesas financeiras		
Descontos financeiros	(1.780.829)	(1.827.806)
Tarifas e serviços bancários	(667.100)	(805.454)
Juros e multas de mora	(5.590)	(15.779)
	<u>(2.453.519)</u>	<u>(2.649.039)</u>

23 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço – ADM, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM - CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	932.589	840.519
Convênios e contratos a receber		377.991	285.545
Outros créditos		68.546	68.546
		1.379.126	1.194.610
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	472.142	835.266
		472.142	835.266
Total do ativo		1.851.268	2.029.876
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		16.662	13.792
Obrigações fiscais		474	269
Obrigações sociais e trabalhistas	7	194.237	199.252
Férias a pagar	8	156.540	204.519
Outros passivos	9	355.533	850.712
		723.446	1.268.544
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		761.332	563.801
Superávits acumulados		366.490	197.531
		1.127.822	761.332
Total do passivo e patrimônio líquido		1.851.268	2.029.876

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Secretaria de Assistência Social - SBC		2.203.637	2.100.606
Outras receitas	1 (vi)	1.369.731	1.261.018
		3.573.368	3.361.624
Despesas operacionais			
Com pessoal		(2.820.242)	(2.819.649)
Prestadores de serviços médicos		(96.818)	-
Administrativas e gerais		(288.812)	(346.441)
		(3.205.872)	(3.166.090)
Superávit antes do resultado financeiro		367.496	195.534
Receitas financeiras	10	3.919	6.747
Despesas financeiras	10	(4.925)	(4.750)
		(1.006)	1.997
Superávit do exercício		366.490	197.531

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	366.490	197.531
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>366.490</u>	<u>197.531</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	412.270	151.531	563.801
Superávit do exercício	-	197.531	197.531
Incorporação ao patrimônio social	151.531	(151.531)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	563.801	197.531	761.332
Superávit do exercício	-	366.490	366.490
Incorporação ao patrimônio social	197.531	(197.531)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	761.332	366.490	1.127.822

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	366.490	197.531
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	(92.446)	248.203
Outros créditos	-	1
Bloqueio judicial	363.124	(530.440)
Fornecedores	2.870	(5.657)
Obrigações fiscais	205	(728)
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.015)	12.312
Férias a pagar	(47.979)	45.424
Outros passivos	(495.179)	433.767
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	92.070	400.413
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	92.070	400.413
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	840.519	440.106
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	932.589	840.519
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	92.070	400.413

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 560.531 e R\$ 755.666, respectivamente.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM**

A Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de Serviços, tem por objetivo, executar apoio técnico para o gerenciamento das atividades administrativas internas, como por exemplo, o serviço de digitalização de documentos, com objetivo de otimizar custos para suas unidades.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos na Normas e Procedimentos Contábeis CPC nº 25 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	86	86
Aplicações financeiras	932.503	840.433
	932.589	840.519

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	128.964	110.309
IRRF a recolher	21.586	37.462
FGTS a recolher	20.274	21.808
INSS sobre autônomos a recolher	17.810	17.330
Empréstimo consignado a pagar	5.513	7.648
Outros	90	4.695
	194.237	199.252

8 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.919	6.747
	3.919	6.747
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(4.925)	(4.750)
	(4.925)	(4.750)

11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Prestação de serviço - ADM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração -
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	752.038	448.091
Outros créditos	6	5.614.749	4.369.645
		6.366.787	4.817.736
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	5.343.860	3.931.099
Imobilizado	8	786.288	674.932
		6.130.148	4.606.031
Total do ativo		12.496.935	9.423.767
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		429.115	359.315
Obrigações fiscais		40.126	51.877
Obrigações sociais e trabalhistas	9	930.270	798.462
Férias a pagar	10	2.651.248	2.042.684
Contratos a pagar		234.648	578.421
Outros passivos	11	6.586.891	5.401.699
		10.872.298	9.232.458
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.423.224	3.655.343
Déficits acumulados		201.413	(3.464.034)
		1.624.637	191.309
Total do passivo e patrimônio líquido		12.496.935	9.423.767

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração**Demonstrações de resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Convênios de atendimentos médicos		320.132	322.458
Outras receitas	1 (vi)	33.407.632	20.978.371
		33.727.764	21.300.829
Despesas operacionais			
Com pessoal		(29.657.941)	(21.606.255)
Medicamentos e insumos hospitalares		(1.818)	(3.439)
Prestadores de serviços médicos	13	(56.203)	(74.272)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(3.370.014)	(2.384.682)
Administrativas e gerais	15	(477.425)	(330.967)
Atividades acadêmicas		-	(1.223)
Demandas judiciais e despesas judiciais		(119.966)	(367.815)
		(33.683.367)	(24.768.653)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		44.397	(3.467.824)
Receitas financeiras	16	168.377	65.016
Despesas financeiras	16	(11.361)	(61.226)
		157.016	3.790
Superávit (déficit) do exercício		201.413	(3.464.034)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	201.413	(3.464.034)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>201.413</u>	<u>(3.464.034)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		966.884	284.468	1.251.352
Acervo líquido incorporado		2.403.991	-	2.403.991
Déficit do exercício		-	(3.464.034)	(3.464.034)
Incorporação ao patrimônio social		284.468	(284.468)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.655.343	(3.464.034)	191.309
Acervo líquido incorporado	12	1.231.915	-	1.231.915
Déficit do exercício		-	201.413	201.413
Incorporação ao patrimônio social		(3.464.034)	3.464.034	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.423.224	201.413	1.624.637

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	201.413	(3.464.034)
Acervo líquido incorporado	1.231.915	2.403.991
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação	27.726	22.718
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	(1.245.104)	969.012
Bloqueio judicial	(1.412.761)	(2.006.074)
Fornecedores	69.800	58.554
Obrigações fiscais	(11.751)	1.359
Obrigações sociais e trabalhistas	131.808	336.362
Provisões de férias	608.564	527.019
Contratos a pagar	(343.773)	147.390
Outros passivos	1.185.192	330.605
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	443.029	(673.098)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(139.082)	(35.173)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(139.082)	(35.173)
Aumento (redução), líquida, no caixa e equivalentes de caixa	303.947	(708.271)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	448.091	1.156.362
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	752.038	448.091
Aumento (redução), líquida, no caixa e equivalentes de caixa	303.947	(708.271)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 7.948.328 e R\$ 5.790.476, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Administração

A Unidade de Apoio Administrativo – Administração, tem por objetivo, executar apoio administrativo para o gerenciamento dos contratos/convênios sob sua responsabilidade.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e de mercado.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos na Normas e Procedimentos Contábeis CPC nº 25 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo demandas judiciais. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	79.248	33.918
Aplicações financeiras	672.790	414.173
	752.038	448.091

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a valores a receber das despesas compartilhadas com as unidades.

7 Bloqueios judiciais

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo.

8 Imobilizado

Descrição	2025	2024
Móveis e utensílios	1.225.357	1.107.997
Máquinas e equipamentos	221.928	221.928
Equipamentos hospitalares	40.579	40.579
Equipamentos de informática	480.984	459.262
Aparelhos e instrumentos	564.851	564.851
Linhas telefônicas	5.919	5.919
Software	16.282	16.282
(-) Depreciação acumulada	(1.769.612)	(1.741.886)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

	786.288	674.932
9 Obrigações sociais e trabalhistas		
Descrição	2025	2024
Salários a pagar	-	26.120
IRRF a recolher	453.421	326.056
FGTS a recolher	228.146	163.981
INSS a recolher	158.249	110.261
Empréstimo consignado a pagar	65.991	74.760
Outros	24.463	97.284
	930.270	798.462
10 Férias a pagar		
Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.		
11 Outros passivos		
Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.		
12 Acervo líquido incorporado		
Referem-se às incorporações dos saldos das contas de ativos das Unidades de Apoio Administrativo encerradas.		
13 Prestadores de serviços médicos		
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.		
14 Prestadores de serviços de terceiros		
Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	436.449	642.186
Serviços de informática	249.310	191.846
Serviços de manutenção predial	268.949	-
Locação de veículos e equipamentos	648.344	687.373
Serviços de manutenção de equipamentos	544	2.600
Serviços administrativos	646.237	216.103
Serviços de motorista	547.423	520.859
Serviços de portaria	499.049	83.175
Outros serviços	73.709	40.540
	3.370.014	2.384.682

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

15 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	27.779	11.841
Material de conservação e reparo	19.173	38.859
Material de consumo administrativo	362.842	212.519
Utilidade pública (água, luz, telefone)	14.382	6.400
Depreciação	27.726	22.718
Outras despesas	25.523	38.630
	477.425	330.967

16 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	168.377	65.016
	168.377	65.016
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(11.080)	(57.654)
Juros e multas de mora	(281)	(3.572)
	(11.361)	(61.226)

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Administração não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Administração**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I -
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	177.969	158.337
Convênios e contratos a receber	325.853	325.853
	503.822	484.190
Não circulante		
Bloqueio judicial	10	-
	10	-
Total do ativo	503.832	484.190
Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	138.760	138.760
Outros passivos	359.946	359.946
	498.706	498.706
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	(14.516)	(15.393)
Superávits acumulados	19.642	877
	5.126	(14.516)
Total do passivo e patrimônio líquido	503.832	484.190

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I**Demonstrações do resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Repasse público - Municipal	1 (a)	-	53.152
Outras receitas		10	-
		10	53.152
Despesas operacionais			
Contingências e despesas judiciais		-	(65.000)
		-	(65.000)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		10	(11.848)
Receitas financeiras		19.632	13.469
Despesas financeiras		-	(744)
		19.632	12.725
Superávit do exercício		19.642	877

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I**Demonstrações do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	19.642	877
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>19.642</u>	<u>877</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	224.836	(240.229)	(15.393)
Superávit do exercício	-	877	877
Incorporação ao patrimônio social	(240.229)	240.229	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(15.393)	877	(14.516)
Superávit do exercício	-	19.642	19.642
Incorporação ao patrimônio social	877	(877)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(14.516)	19.642	5.126

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	19.642	877
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(10)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	19.632	877
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	19.632	877
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	158.337	157.460
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	177.969	158.337
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	19.632	877

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

(a) Santo André I

Em 22 de setembro de 2023 foi assinado o TAC- Termo de Ajustamento de Conduta que tem como objeto o cumprimento de Plano de Liquidação dos Débitos Pretéritos envolvendo os instrumentos de parceria anteriormente celebrados entre o Município de Santo André e a Fundação do ABC. Foi estabelecido, por exigência interventiva do Ministério Público, que a vigência do presente Termo é de 100 (cem) meses, contados a partir de janeiro de 2024, em razão da necessidade de quitação integral de todos os débitos pretéritos. Em dezembro de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo solicitou a suspensão dos pagamentos sob alegação de que o referido TAC carece de liquidez, certeza e exigibilidade, requisitos imprescindíveis para a configuração de um título executivo. No entanto, a Entidade entende que a aprovação do TAC pelo Ministério Público foi legalmente conduzida de forma detalhada, transparente e eficaz. Espera-se o desfecho favorável para retomada dos repasses.

2 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André I

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Caetano do Sul, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul - CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.154.092	1.135.645
Convênios e contratos a receber	6	143.578	766.724
Outros créditos		719	719
		1.298.389	1.903.088
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	1.809.771	1.840.456
		1.809.771	1.840.456
Total do ativo		3.108.160	3.743.544
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		13.848	46.610
Obrigações fiscais		495	14.439
Obrigações sociais e trabalhistas	8	99.662	563.983
Férias a pagar	9	160.244	702.960
Outros passivos	10	48.882	375.122
		323.131	1.703.114
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.040.430	1.807.224
Superávits acumulados		744.599	233.206
		2.785.029	2.040.430
Total do passivo e patrimônio líquido		3.108.160	3.743.544

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Estadual		5.280	11.525
Convênios público - Municipal	1 (vii)	4.139.818	9.260.610
Outras receitas		844	-
		4.145.942	9.272.135
Despesas operacionais			
Com pessoal		(2.709.402)	(7.847.403)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(4.214)
Prestadores de serviços de terceiros	11	(485.008)	(976.086)
Administrativas e gerais	12	(56.430)	(165.682)
Contingências e despesas judiciais		(151.696)	(52.429)
		(3.402.536)	(9.045.814)
Superávit antes do resultado financeiro		743.406	226.321
Receitas financeiras	13	4.535	10.347
Despesas financeiras	13	(3.342)	(3.462)
		1.193	6.885
Superávit do exercício		744.599	233.206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul**Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	744.599	233.206
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>744.599</u>	<u>233.206</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.472.732	334.492	1.807.224
Superávit do exercício	-	233.206	233.206
Incorporação ao patrimônio social	<u>334.492</u>	<u>(334.492)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1.807.224</u>	<u>233.206</u>	<u>2.040.430</u>
Superávit do exercício	-	744.599	744.599
Incorporação ao patrimônio social	<u>233.206</u>	<u>(233.206)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u><u>2.040.430</u></u>	<u><u>744.599</u></u>	<u><u>2.785.029</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	744.599	233.206
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	623.146	29.708
Bloqueio judicial	30.685	(433.488)
Fornecedores	(32.762)	(8.735)
Obrigações fiscais	(13.944)	(658)
Obrigações sociais e trabalhistas	(464.321)	53.279
Férias a pagar	(542.716)	120.551
Outros passivos	(326.240)	294.334
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	18.447	288.197
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	18.447	288.197
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.135.645	847.448
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.154.092	1.135.645
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	18.447	288.197

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) **Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 766.481 e R\$ 2.103.104, respectivamente.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul**

Em 29 de julho de 2020 foi celebrado o Convênio nº 03/202 – Processo nº 6768/2020 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de manter o programa municipal de DST/AIDS, com plano de ações e metas de apoio à gestão de programa, mantendo o serviço de atendimento especializado (SAE/CEPADI) com equipe técnica de profissionais de nível assistencial compatíveis com a necessidade; aprimorar as atividades do programa, objetivando reduzir a incidência das DST/AIDS e melhorar na qualidade de vida dos portadores de vírus correlacionados; aumentar a cobertura das ações de prevenção, principalmente em grupos com maior vulnerabilidade; reduzir o estigma, a discriminação e os demais impactos sociais negativos das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais. O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o dispositivo do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93. Em 29 de julho de 2022 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento do Convênio nº 03/2020, prorrogando o prazo de vigência por mais doze meses, a partir do dia 29 de julho de 2022. E o valor da prorrogação é de R\$ 2.682.626,61. Em 22 de julho de 2024 foi celebrado o 4º Termo de Aditamento do Convênio nº 03/2020, prorrogando por mais 12 (doze) meses, a partir de 29 de julho de 2024. Em 21 de janeiro de 2025 foi celebrado o 5º Termo de Aditivo do Convênio nº 01/2020, prorrogando excepcionalmente por mais 6 (seis) meses, a partir de 31 de janeiro de 2025, e repactuando o valor para o período.

Em 29 de julho de 2025 foi celebrado o 5º Termo de Aditivo do Convênio nº 03/2020, prorrogando por mais 6 (seis) meses, a partir de 29 de julho de 2025, e repactuando o valor para o período.

2 **Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 **Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Contratos a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (e) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (f) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	247.405	247.405
Aplicações financeiras	906.687	888.240
	1.154.092	1.135.645

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros dos contratos de gestão firmados com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul.

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	57.983	339.704
IRRF a recolher	14.156	75.234
FGTS a recolher	10.992	56.485
INSS sobre autônomos a recolher	8.684	43.131
Empréstimo consignado a pagar	7.052	18.990
Outras	795	30.439
	99.662	563.983

9 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	111.256	253.892
Serviços de manutenção predial	134.657	314.632
Serviços administrativos	189.560	348.766
Serviços de portaria	49.535	58.796
	485.008	976.086

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

12 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	54.712	132.024
Material de conservação e reparo	-	4.157
Material de consumo administrativo	-	24.068
Outras despesas	1.718	5.433
	56.430	165.682

13 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4.535	10.347
	4.535	10.347
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.342)	(3.462)
	(3.342)	(3.462)

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Guarulhos, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos -
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	237	229
		237	229
Não circulante			
Bloqueio judicial		150	149
		150	149
Total do ativo		387	378
Patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		378	408
Superávits (déficits) acumulados		9	(30)
		387	378
Total do patrimônio líquido		387	378

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais		
Outras receitas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais		
Contingências e despesas judiciais	-	(35)
	<u>-</u>	<u>(35)</u>
Déficit antes do resultado financeiro	<u>-</u>	<u>(35)</u>
Receitas financeiras	9	5
Despesas financeiras	-	-
	<u>9</u>	<u>5</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u><u>9</u></u>	<u><u>(30)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	9	(30)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9</u>	<u>(30)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	258.154	(257.743)	411
Acervo líquido cindido	(3)	-	(3)
Déficit do exercício	-	(30)	(30)
Incorporação ao patrimônio social	(257.743)	257.743	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	408	(30)	378
Superávit do exercício	-	9	9
Incorporação ao patrimônio social	(30)	30	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	378	9	387

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	9	(30)
Acervo líquido cindido	-	(3)
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(1)	(149)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	8	(182)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	8	(182)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	229	411
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	237	229
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	8	(182)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o Convênio nº 8822/2015-FMS-PA nº 19.612/15-SS entre a Prefeitura Municipal de Guarulhos, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de cooperação técnica e financeira visando a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre os partícipes, e integrar as Policlínicas Maria Dirce e Paraíso, e Unidades de Pronto Atendimento – UPA São João – Lavras e UPA Cumbica, na rede regionalizada e hierarquizada de estabelecimentos de saúde que constituem o SUS Guarulhos, de modo a garantir aos seus usuários atenção integral, humanizada e de qualidade, em ação conjunta a ser desenvolvida entre o Município, por meio da Secretária Municipal da Saúde e a Fundação do ABC. Em dezembro de 2017, a Prefeitura transferiu os serviços da unidade Paraíso para a nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Cumbica “Prefeito Vicentino Papotto”, também sob administração da Fundação do ABC. Com capacidade para 400 atendimentos diários, a unidade oferece assistência de urgência e emergência em clínica médica e pediatria, além de exames de raio X e atendimento odontológico. Todas as unidades estão inseridas na rede de estabelecimentos da saúde do SUS/Guarulhos, com a finalidade de servir como referência para a prestação de assistência integral à saúde dos usuários, particularmente nos níveis de baixa e média complexidade. O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 1 de abril de 2015, podendo ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo.

Em 31 de março de 2020, foi celebrado o Termo de Aditamento nº 04-19/2020-FMS, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência por doze meses compreendendo o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, ou em menor prazo mediante conclusão de Chamamento Público, exclusão do equipamento PA Paraíso. Não houve renovação do Contrato, encerrando em março de 2021.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

3 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	165	165
Aplicações financeiras	72	64
	237	229

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

4 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II -
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	127.536	2.899
Outros créditos		1.080.392	1.203.806
		1.207.928	1.206.705
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	3.875	3.873
		3.875	3.873
Total do ativo		1.211.803	1.210.580
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	6	9.927.634	11.892.919
Obrigações fiscais	7	473.243	667.443
Outros passivos	8	3.179.960	599.284
		13.580.837	13.159.646
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(11.949.066)	(17.048.925)
Superávit (déficits) acumulados		(419.968)	5.099.859
		(12.369.034)	(11.949.066)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.211.803	1.210.580

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Repasse público - Municipal	1 (vi)	-	6.518.649
Outras receitas		-	349
		-	6.518.998
Despesas operacionais			
Contingências e despesas judiciais	9	(421.192)	(1.418.249)
		(421.192)	(1.418.249)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(421.192)	5.100.749
Receitas financeiras	10	1.232	247
Despesas financeiras	10	(8)	(1.137)
		1.224	(890)
Superávit (déficit) do exercício		(419.968)	5.099.859

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	(419.968)	5.099.859
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(419.968)</u>	<u>5.099.859</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(13.936.449)	(3.511.665)	(17.448.114)
Acervo líquido incorporado	399.189	-	399.189
Superávit do exercício	-	5.099.859	5.099.859
Incorporação ao patrimônio social	<u>(3.511.665)</u>	<u>3.511.665</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>17.048.925</u>	<u>5.099.859</u>	<u>(11.949.066)</u>
Superávit do exercício	-	(419.968)	(419.968)
Incorporação ao patrimônio social	<u>5.099.859</u>	<u>(5.099.859)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u><u>(11.949.066)</u></u>	<u><u>(419.968)</u></u>	<u><u>(12.369.034)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(419.968)	5.099.859
Acervo líquido incorporado	-	399.189
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	243.186
Outros créditos	123.414	-
Bloqueio judicial	-	(2)
Fornecedores	(1.965.285)	(5.757.726)
Obrigações fiscais	(194.200)	(29.710)
Outros passivos	2.580.676	26.982
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	124.637	(18.222)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	124.637	(18.222)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.899	21.121
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	127.536	2.899
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	124.637	(18.222)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

Em 22 de setembro de 2023 foi assinado o TAC- Termo de Ajustamento de Conduta que tem como objeto o cumprimento de Plano de Liquidação dos Débitos Pretéritos envolvendo os instrumentos de parceria anteriormente celebrados entre o Município de Santo André e a Fundação do ABC. Foi estabelecido, por exigência interventiva do Ministério Público, que a vigência do presente Termo é de 100 (cem) meses, contados a partir de janeiro de 2024, em razão da necessidade de quitação integral de todos os débitos pretéritos. Em dezembro de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo solicitou a suspensão dos pagamentos sob alegação de que o referido TAC carece de liquidez, certeza e exigibilidade, requisitos imprescindíveis para a configuração de um título executivo. No entanto, a Entidade entende que a aprovação do TAC pelo Ministério Público foi legalmente conduzida de forma detalhada, transparente e eficaz. Espera-se o desfecho favorável para retomada dos repasses.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	2.870	2.875
Aplicações financeiras	124.666	24
	127.536	2.899

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
PCC retido de serviços a recolher	473.243	667.443
	473.243	667.443

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****9 Contingências e despesas judiciais**

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos e dos acordos dos fornecedores.

10 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.232	247
	<u>1.232</u>	<u>247</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(8)	(1.137)
	<u>(8)</u>	<u>(1.137)</u>

11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André II

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do
Município de Santo André

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André - CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.403.114	2.773.830
		4.403.114	2.773.830
Total do ativo		4.403.114	2.773.830
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		29.560	13.931
Obrigações fiscais		1.756	935
Obrigações sociais e trabalhistas	6	696.120	725.499
Férias a pagar	7	56.892	59.501
Outros passivos	8	18.986	18.840
		803.314	818.706
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.955.124	600.076
Superávits acumulados		1.644.676	1.355.048
		3.599.800	1.955.124
Total do passivo e patrimônio líquido		4.403.114	2.773.830

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	6.602.753	6.240.202
Outras receitas		<u>20</u>	<u>-</u>
		<u>6.602.773</u>	<u>6.240.202</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(4.716.170)	(4.516.362)
Medicamentos e insumos hospitalares		(1.852)	(1.661)
Prestadores de serviços de terceiros		(274.296)	(411.577)
Administrativas e gerais	9	(343.123)	(101.083)
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(24.043)</u>	<u>(16.334)</u>
		<u>(5.359.484)</u>	<u>(5.047.017)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.243.289</u>	<u>1.193.185</u>
Receitas financeiras	10	404.121	162.656
Despesas financeiras	10	<u>(2.734)</u>	<u>(793)</u>
		<u>401.387</u>	<u>161.863</u>
Superávit do exercício		<u>1.644.676</u>	<u>1.355.048</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André**Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	1.644.676	1.355.048
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.644.676</u>	<u>1.355.048</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.160.295	(560.219)	600.076
Superávit do exercício	-	1.355.048	1.355.048
Incorporação ao patrimônio social	(560.219)	560.219	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	600.076	1.355.048	1.955.124
Superávit do exercício	-	1.644.676	1.644.676
Incorporação ao patrimônio social	1.355.048	(1.355.048)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.955.124	1.644.676	3.599.800

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de
Educação do Município de Santo André**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.644.676	1.355.048
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	15.629	(28.601)
Obrigações fiscais	821	(961)
Obrigações sociais e trabalhistas	(29.379)	137.100
Férias a pagar	(2.609)	7.175
Outros passivos	146	160
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.629.284</u>	<u>1.469.921</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.629.284</u>	<u>1.469.921</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.773.830	1.303.909
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.403.114</u>	<u>2.773.830</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.629.284</u>	<u>1.469.921</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.263.933 e R\$ 1.210.385, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Em 5 de abril de 2018 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objeto o Gerenciamento, operacionalização, formação e execução de ações complementares na Rede Municipal de Ensino, junto ao Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar (CAEM), Pólo Bilíngue, NANASA, unidades escolares e equipamentos municipais, devendo sempre ser considerada a concepção educacional da rede, na perspectiva da Educação Inclusiva. Em 27 de dezembro de 2024 foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 037/2023 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com as parceiras em comum acordo, em razão da continuidade da execução do termo de colaboração 037/2023, resolvem prorrogar sua vigência de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, além de repactuar os valores repassados.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(c) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	4.403.114	2.773.830
	4.403.114	2.773.830

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	171.665	195.030
IRRF a recolher	72.959	76.167
FGTS a recolher	415.277	407.527
INSS sobre autônomos a recolher	32.891	27.443
Empréstimo consignado a pagar	2.011	2.583
Outros	1.317	16.749
	696.120	725.499

7 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Material de conservação e reparo	2.777	14.095
Material de consumo administrativo	156.914	84.669
Outras despesas	183.432	2.319
	343.123	101.083

10 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	404.121	162.656
	404.121	162.656
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(2.734)	(793)
	(2.734)	(793)

11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III -
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.515	22.358
		15.515	22.358
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	56.772	49.765
		56.772	49.765
Total do ativo		72.287	72.123
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	865.358	1.234.183
Outros passivos	8	1.885.716	1.478.442
		2.751.074	2.712.625
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(2.640.502)	(3.439.265)
Superávit (déficit) acumulados		(38.285)	798.763
		(2.678.787)	(2.640.502)
Total do passivo e patrimônio líquido		72.287	72.123

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Repasse público - Municipal	1 (vi)	-	984.195
		-	984.195
Despesas operacionais			
Medicamentos e insumos hospitalares		(4.049)	(2.278)
Contingências e despesas judiciais	10	(34.400)	(183.058)
		(38.449)	(185.336)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(38.449)	798.859
Receitas financeiras		305	685
Despesas financeiras		(141)	(781)
		164	(96)
Superávit (déficit) do exercício		(38.285)	798.763

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(38.285)	798.763
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(38.285)	798.763

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.330.215)	(109.050)	(3.439.265)
Superávit do exercício	-	798.763	798.763
Incorporação ao patrimônio social	(109.050)	109.050	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(3.439.265)	798.763	(2.640.502)
Déficit do exercício	-	(38.285)	(38.285)
Incorporação ao patrimônio social	798.763	(798.763)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(2.640.502)	(38.285)	(2.678.787)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(38.285)	798.763
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(7.007)	(174)
Fornecedores	(368.825)	(798.842)
Outros passivos	<u>407.274</u>	<u>(16)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(6.843)</u>	<u>(269)</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.843)</u>	<u>(269)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.358	22.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>15.515</u>	<u>22.358</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.843)</u>	<u>(269)</u>

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Santo André III

Em 22 de setembro de 2023 foi assinado o TAC- Termo de Ajustamento de Conduta que tem como objeto o cumprimento de Plano de Liquidação dos Débitos Pretéritos envolvendo os instrumentos de parceria anteriormente celebrados entre o Município de Santo André e a Fundação do ABC. Foi estabelecido, por exigência interventiva do Ministério Público, que a vigência do presente Termo é de 100 (cem) meses, contados a partir de janeiro de 2024, em razão da necessidade de quitação integral de todos os débitos pretéritos. Em dezembro de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo solicitou a suspensão dos pagamentos sob alegação de que o referido TAC carece de liquidez, certeza e exigibilidade, requisitos imprescindíveis para a configuração de um título executivo. No entanto, a Entidade entende que a aprovação do TAC pelo Ministério Público foi legalmente conduzida de forma detalhada, transparente e eficaz. Espera-se o desfecho favorável para retomada dos repasses.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(d) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	12.912	12.912
Aplicações financeiras	2.603	9.446
	15.515	22.358

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

9 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

10 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Santo André III não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de
Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) - CNPJ
57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.369.653	2.351.454
		3.369.653	2.351.454
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	117.761	134.548
		117.761	134.548
Total do ativo		3.487.414	2.486.002
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		37.119	32.200
Obrigações fiscais		313	319
Obrigações sociais e trabalhistas	7	404.297	348.099
Férias a pagar	8	498.763	403.238
Outros passivos	9	44.566	60.454
		985.058	844.310
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.641.692	1.641.624
Superávits acumulados		860.664	68
		2.502.356	1.641.692
Total do passivo e patrimônio líquido		3.487.414	2.486.002

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	6.751.756	4.662.229
Outras receitas		933	-
		6.752.689	4.662.229
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.914.806)	(4.552.850)
Prestadores de serviços de terceiros		(293.459)	(297.093)
Administrativas e gerais		(4.652)	(4.179)
		(6.212.917)	(4.854.122)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		539.772	(191.893)
Receitas financeiras	11	322.488	194.689
Despesas financeiras	11	(1.596)	(2.728)
		320.892	191.961
Superávit do exercício		860.664	68

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de
Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)****Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit do exercício	860.664	68
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	860.664	68

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	866.182	775.442	1.641.624
Superávit do exercício	-	68	68
Incorporação ao patrimônio social	775.442	(775.442)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.641.624	68	1.641.692
Superávit do exercício	-	860.664	860.664
Incorporação ao patrimônio social	68	(68)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.641.692	860.664	2.502.356

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	860.664	68
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	-	526.110
Bloqueio judicial	16.787	(19.364)
Fornecedores	4.919	7.925
Obrigações fiscais	(6)	(186)
Obrigações sociais e trabalhistas	56.198	86.206
Férias a pagar	95.525	80.687
Outros passivos	<u>(15.888)</u>	<u>(72.565)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.018.199</u>	<u>608.881</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.018.199</u>	<u>608.881</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.351.454	1.742.573
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.369.653</u>	<u>2.351.454</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.018.199</u>	<u>608.881</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Notas explicativas da administração às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.585.168 e R\$ 1.220.164, respectivamente.

(vi) Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Em 31 de julho de 2020 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de cooperação técnica e financeira para a operacionalização de serviços junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Assistência Social. O Plano de Trabalho contempla no fornecimento de Equipe multiprofissional para:

- realização de trabalho social com famílias;
- acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social, dos mais diversos;
- acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sendo Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço a Comunidade;
- acompanhamento mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situação de violência ou outras situações de vulnerabilidade;
- acompanhamento de pessoas em situação de rua.

O prazo de vigência desta parceria é de doze meses, podendo ser aditado, pelo período máximo de sessenta meses. Em 30 de setembro de 2024 foi firmado o 1º Termo de Aditamento nº 225/2024 ao Termo de Colaboração nº 182/2023, prorrogando a vigência do Termo de Colaboração nº 182/2023, pelo prazo de 12 (doze) meses, no período de 01 de outubro de 2024 a 30 de setembro de 2025. Em 30 de setembro de 2025 foi firmado o 2º Termo de Aditamento nº 225/2024 ao Termo de Colaboração nº 182/2023, prorrogando a vigência do Termo de Colaboração nº 182/2023, pelo prazo de 12 (doze) meses, no período de 01 de outubro de 2025 a 30 de setembro de 2026.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Notas explicativas da administração às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Notas explicativas da administração às demonstrações
Contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	3.369.653	2.351.454
	3.369.653	2.351.454

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS).

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	289.987	245.435
IRRF a recolher	25.623	29.705
FGTS a recolher	43.251	35.159
INSS a recolher	37.626	31.684
Empréstimo consignado a pagar	7.570	2.241
Outras	240	3.875
	404.297	348.099

8 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Notas explicativas da administração às demonstrações
Contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

11 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	322.488	194.689
	322.488	194.689
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.596)	(2.728)
	(1.596)	(2.728)

12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Central de Convênios - Santo André IV

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV
- CNPJ 57.571.275/0004-45

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	115.965	72.925
		115.965	72.925
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	13.130	13.130
		13.130	13.130
Total do ativo		129.095	86.055
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	6	2.903.119	3.573.295
Obrigações fiscais	7	103.215	103.215
Contratos a pagar		41.657	-
Outros passivos	8	1.726.958	873.707
		4.774.949	4.550.217
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(4.464.162)	(5.044.250)
Superávit (déficit) acumulado		(181.692)	580.088
		(4.645.854)	(4.464.162)
Total do passivo e patrimônio líquido		129.095	86.055

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV**Demonstrações de resultado****Exercício social findo em 31 de dezembro****Em reais**

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Repasse público - Municipal	1 (vi)	-	652.876
		-	652.876
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		-	(1.500)
Contingências e despesas judiciais	10	(183.075)	(71.008)
		(183.075)	(72.508)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(183.075)	580.368
Receitas financeiras		2.065	-
Despesas financeiras		(682)	(280)
		1.383	(280)
Superávit (déficit) do exercício		(181.692)	580.088

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV

Demonstrações de resultado abrangente
Exercício social findo em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	(181.692)	580.088
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(181.692)</u>	<u>580.088</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(4.949.803)	(94.447)	(5.044.250)
Superávit do exercício	-	580.088	580.088
Incorporação ao patrimônio social	(94.447)	94.447	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(5.044.250)	580.088	(4.464.162)
Déficit do exercício	-	(181.692)	(181.692)
Incorporação ao patrimônio social	580.088	(580.088)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(4.464.162)	(181.692)	(4.645.854)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercício social findo em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(181.692)	580.088
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(670.176)	(606.448)
Contratos a pagar	41.657	-
Outros passivos	853.251	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	43.040	(26.360)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	43.040	(26.360)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	72.925	99.285
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	115.965	72.925
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	43.040	(26.360)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Santo André IV

Em 22 de setembro de 2023 foi assinado o TAC- Termo de Ajustamento de Conduta que tem como objeto o cumprimento de Plano de Liquidação dos Débitos Pretéritos envolvendo os instrumentos de parceria anteriormente celebrados entre o Município de Santo André e a Fundação do ABC. Foi estabelecido, por exigência interventiva do Ministério Público, que a vigência do presente Termo é de 100 (cem) meses, contados a partir de janeiro de 2024, em razão da necessidade de quitação integral de todos os débitos pretéritos. Em dezembro de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo solicitou a suspensão dos pagamentos sob alegação de que o referido TAC carece de liquidez, certeza e exigibilidade, requisitos imprescindíveis para a configuração de um título executivo. No entanto, a Entidade entende que a aprovação do TAC pelo Ministério Público foi legalmente conduzida de forma detalhada, transparente e eficaz. Espera-se o desfecho favorável para retomada dos repasses.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

4 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	72.625	72.925
Aplicações financeiras	43.340	-
	115.965	72.925

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Santo André IV.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
PCC retido de serviços a recolher	103.215	103.215
	103.215	103.215

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Santo André IV**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

11 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André IV não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos Indenizatório II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Guarulhos Indenizatório II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Guarulhos Indenizatório II, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II - CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.418	36.418
		36.418	36.418
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	14.421	14.421
		14.421	14.421
Total do ativo		50.839	50.839
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas	6	5.700.686	5.700.686
		5.700.686	5.700.686
Não circulante			
Provisões para demandas judiciais	7	3.066.150	3.066.150
		3.066.150	3.066.150
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(8.715.997)	(8.699.662)
Superávits (déficits) acumulados		-	(16.335)
		(8.715.997)	(8.715.997)
Total do passivo e patrimônio líquido		50.839	50.839

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Indenizatório II

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Outras receitas		-	13.591
		-	13.591
Despesas operacionais			
Com pessoal		-	(16.734)
Contingências e despesas judiciais		-	(13.771)
		-	(30.505)
Déficit antes do resultado financeiro		-	(16.914)
Receitas financeiras		-	1.438
Despesas financeiras		-	(859)
		-	579
Déficit do exercício		-	(16.335)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos
Indenizatório II**Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Déficit do exercício	-	(16.335)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>(16.335)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Indenizatório II

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficit) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.516.956)	1.817.294	(8.699.662)
Déficit do exercício	-	(16.335)	(16.335)
Incorporação ao patrimônio social	<u>1.817.294</u>	<u>(1.817.294)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>(8.699.662)</u>	<u>(16.335)</u>	<u>(8.715.997)</u>
Superávit do exercício	-	-	-
Incorporação ao patrimônio social	<u>(16.335)</u>	<u>16.335</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u><u>(8.715.997)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(8.715.997)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Indenizatório II

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	-	(16.335)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	-	(81.727)
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	-	(12.927)
Fornecedores	-	(2.573)
Obrigações fiscais	-	(309)
Outros passivos	-	(2.016)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	-	(115.887)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(115.887)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	152.305
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	36.418
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(115.887)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Indenizatório II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Indenizatório II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2024, o montante de R\$ 4.485, respectivamente.

(vi) Guarulhos - Indenizatório

Compreende ao recebimento de recurso a título indenizatório da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Indenizatório II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos

Indenizatório II

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	36.418	36.418
	36.418	36.418

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos Indenizatórios II.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Rescisões a pagar	2.186.755	2.186.755
FGTS a recolher	3.513.931	3.513.931
	5.700.686	5.700.686

7 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	3.066.150	3.066.150
	3.066.150	3.066.150

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Guarulhos Indenizatório II

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

8 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Guarulhos Indenizatório II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V - Indenizatório

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André V - Indenizatório, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Santo André V - Indenizatório, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V –
Indenizatório – CNPJ: 57.571.275/0004-45**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	12
		12	12
Não circulante			
Bloqueio judicial		67	67
		67	67
Total do ativo		79	79
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	5	2.974.087	4.185.102
Obrigações fiscais	6	94.503	94.503
Outros passivos	7	1.576.980	362.260
		4.645.570	4.641.865
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(4.641.786)	(4.715.048)
Superávits (déficits) acumulados		(3.705)	60.057
		(4.645.491)	(4.654.991)
Total do passivo e patrimônio líquido		79	79

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V -
Indenizatório****Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	-	13.205
		-	13.205
Despesas operacionais			
Contingências e despesas judiciais		(3.705)	-
		(3.705)	-
Superávit (déficit) do exercício		(3.705)	13.205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V -
Indenizatório

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(3.705)	13.205
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(3.705)	13.205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V - Indenizatório

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(4.715.048)	60.057	(4.654.991)
Superávit do exercício	-	13.205	13.205
Incorporação ao patrimônio social	<u>60.057</u>	<u>(60.057)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>(4.654.991)</u>	<u>13.205</u>	<u>(4.641.786)</u>
Déficit do exercício	-	(3.705)	(3.705)
Incorporação ao patrimônio social	<u>13.205</u>	<u>(13.205)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>(4.641.786)</u>	<u>(3.705)</u>	<u>(4.645.491)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V -
Indenizatório****Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(3.705)	13.205
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(1.211.015)	(13.205)
Outros passivos	<u>1.214.720</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	12
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>12</u>	<u>12</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V - Indenizatório

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 5/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V - Indenizatório

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Santo André V - Indenizatório

Em 22 de setembro de 2023 foi assinado o TAC- Termo de Ajustamento de Conduta que tem como objeto o cumprimento de Plano de Liquidação dos Débitos Pretéritos envolvendo os instrumentos de parceria anteriormente celebrados entre o Município de Santo André e a Fundação do ABC. Foi estabelecido, por exigência interventiva do Ministério Público, que a vigência do presente Termo é de 100 (cem) meses, contados a partir de janeiro de 2024, em razão da necessidade de quitação integral de todos os débitos pretéritos. Em dezembro de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo solicitou a suspensão dos pagamentos sob alegação de que o referido TAC carece de liquidez, certeza e exigibilidade, requisitos imprescindíveis para a configuração de um título executivo. No entanto, a Entidade entende que a aprovação do TAC pelo Ministério Público foi legalmente conduzida de forma detalhada, transparente e eficaz. Espera-se o desfecho favorável para retomada dos repasses.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V - Indenizatório

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V - Indenizatório

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (e) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	12	12
	12	12

5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

6 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
PCC retido de serviços a recolher	94.503	94.503
	94.503	94.503

7 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, aos recursos transferidos entre contrato de Santo André Especializada para pagamentos de acordos do TAC- 13008284-6 / 71251-5.

8 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André V - Indenizatório

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André V - Indenizatório não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem - CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	438.912	601.856
		438.912	601.856
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	276.197	213.032
		276.197	213.032
Total do ativo		715.109	814.888
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		-	5.194
Obrigações fiscais		-	100
Obrigações sociais e trabalhistas		-	128.511
Férias a pagar		-	1.199
Outros passivos	6	215.987	110.749
		215.987	259.656
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		669.279	93.972
Superávits (déficits) acumulados		(170.157)	203.066
		499.122	297.038
Total do passivo e patrimônio líquido		715.109	814.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	1.605.670	2.174.191
		<u>1.605.670</u>	<u>2.174.191</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(1.727.700)	(1.695.269)
Prestadores de serviços de terceiros		(87.062)	(123.420)
Administrativas e gerais		(8.184)	(1.254)
		<u>(1.822.946)</u>	<u>(1.819.943)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(217.276)</u>	<u>354.248</u>
Receitas financeiras	7	48.988	24.686
Despesas financeiras	7	(1.869)	(1.587)
		<u>47.119</u>	<u>23.099</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>(170.157)</u></u>	<u><u>203.066</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(170.157)	203.066
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(170.157)	203.066

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	93.972	203.066	297.038
Superávit do exercício	-	372.241	372.241
Incorporação ao patrimônio social	203.066	(203.066)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	297.038	372.241	669.279
Déficit do exercício	-	(170.157)	(170.157)
Incorporação ao patrimônio social	372.241	(372.241)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	669.279	(170.157)	499.122

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(170.157)	372.241
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(63.165)	(110.701)
Fornecedores	(5.194)	(1.956)
Obrigações fiscais	(100)	(340)
Obrigações sociais e trabalhistas	(128.511)	(11.611)
Provisões de férias	(1.199)	4
Outros passivos	205.382	(100.144)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(162.944)	147.493
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(162.944)	147.493
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	601.856	454.363
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	438.912	601.856
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(162.944)	147.493

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, no montante de R\$ 463.024 e R\$ 454.332, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem

Em 28 de setembro de 2021 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 160/2021 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC. Tem por objeto o programa para o desenvolvimento de formações, ações e atendimento especializado prioritariamente aos professores, podendo ser estendido aos demais profissionais que atuam nas unidades escolares ou nos equipamentos da Secretaria de Educação, visando subsidiá-los emocionalmente quanto às necessidades da Rede Municipal de Educação, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração é de doze meses, a partir da data da assinatura. Em 27 de setembro de 2024 foi celebrado o 3º Termo de Aditivo nº 223/2024, as parceiras de comum acordo, em razão da continuidade da execução, prorrogam a vigência do Termo de Colaboração nº 160/2021, de 28 de setembro de 2024 até 27 de setembro de 2025, de acordo com as condições executórias inseridas no Plano de Trabalho constante do processo administrativo nº 12.788/2021. Em setembro de 2025, encerrou-se o Termo de Colaboração nº 160/2021, firmado entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(c) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	192.334	192.334
Aplicações financeiras	246.578	409.522
	438.912	601.856

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Projeto Conviver Bem.

6 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e aos valores recebidos das unidades gerenciadoras para reembolsar os valores bloqueados das contas da Entidade.

7 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	19.131	24.686
	19.131	24.686
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.138)	(1.587)
	(1.138)	(1.587)

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Projeto
Conviver Bem – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

8 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Projeto Conviver Bem não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio

Endoscopia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Convênio Endoscopia CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.144.626	3.232.644
Convênios e contratos a receber	5	269.809	269.809
		4.414.435	3.502.453
Não circulante			
Bloqueio judicial		682	682
		682	682
Total do ativo		4.415.117	3.503.135
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Obrigações fiscais		-	7.672
Outros passivos		682	20.214
		682	27.886
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		3.475.249	2.077.397
Superávit acumulado		939.186	1.397.852
		4.414.435	3.475.249
Total do passivo e patrimônio líquido		4.415.117	3.503.135

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Convênio Endoscopia**

Demonstrações de resultado
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	2.698.078	3.237.694
Outras receitas		-	626
		<u>2.698.078</u>	<u>3.238.320</u>
Despesas operacionais			
Prestadores de serviços médicos	7	(1.976.336)	(1.801.510)
Prestadores de serviços de terceiros		(181.837)	(228.132)
Administrativas e gerais		-	(9)
		<u>(2.158.173)</u>	<u>(2.029.651)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>539.905</u>	<u>1.208.669</u>
Receitas financeiras	8	399.281	189.189
Despesas financeiras	8	-	(6)
		<u>399.281</u>	<u>189.183</u>
Superávit do exercício		<u><u>939.186</u></u>	<u><u>1.397.852</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Convênio Endoscopia****Demonstrações de resultado abrangente**
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	939.186	1.397.852
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>939.186</u>	<u>1.397.852</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Convênio Endoscopia**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	925.101	1.152.296	2.077.397
Superávit do exercício	-	1.397.852	1.397.852
Incorporação ao patrimônio social	1.152.296	(1.152.296)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.077.397	1.397.852	3.475.249
Superávit do exercício	-	939.186	939.186
Incorporação ao patrimônio social	1.397.852	(1.397.852)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.475.249	939.186	4.414.435

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Convênio Endoscopia**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	939.186	1.397.852
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	-	9.776
Obrigações fiscais	(7.672)	(2.636)
Contratos a pagar	-	(5)
Outros passivos	<u>(19.532)</u>	<u>801</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>911.982</u>	<u>1.405.788</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>911.982</u></u>	<u><u>1.405.788</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.232.644	1.826.856
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.144.626</u>	<u>3.232.644</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>911.982</u></u>	<u><u>1.405.788</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia

Em 8 de dezembro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 128/2021, Processo nº SES-PRC-2021/37569 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e a Fundação do ABC. Tem por objeto promover a conjugação de esforços das convenientes visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento do serviço de endoscopia da UGA II Hospital Ipiranga.

O prazo de vigência é de doze meses, tendo por termo inicial a data de assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da Conveniente, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Em 18 de novembro de 2024 foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Convênio nº 128/2021, o presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação da vigência do Convênio de 01/01/2025 até 31/12/2025 e a previsão de repasse de recursos financeiros, visando o Custeio - Prestação de serviço para gerenciamento dos serviços de Endoscopia da UGA II – Hospital Ipiranga, nos termos do Plano de Trabalho que segue Anexo I deste Instrumento, e conforme justificativa, parecer técnico favorável ratificado pelo Sr. Secretário da Saúde e detalhamento constante do processo nº 024.00019462/2023-18. Em 01 de novembro de 2025, ocorreu a formalização do Termo de Rescisão referente ao Convênio nº 128/2021, celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Fundação do ABC, cujo objeto consistia no gerenciamento dos serviços de Endoscopia da UGA II – Hospital Ipiranga. O referido Termo teve por objeto a formalização da rescisão unilateral do ajuste firmado entre as partes, promovida pela Secretaria de Estado da Saúde, nos termos da legislação aplicável, estando o processo de prestação de contas vinculado ao respectivo Convênio e sujeito à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(c) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	4.144.626	3.232.644
	4.144.626	3.232.644

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo.

6 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

7 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

8 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	399.281	189.189
	399.281	189.189
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(6)
	-	(6)

9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Convênio Endoscopia**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII
– CNPJ: 57.571.275/0004-45

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.049.093	2.601.768
Convênios e contratos a receber	6	1.704.681	12.827.924
Outros créditos	7	5.892.393	-
		8.646.167	15.429.692
Não circulante			
Bloqueio judicial	8	1.009.793	4.228.485
		1.009.793	4.228.485
Total do ativo		9.655.960	19.658.177
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	9	18.014.514	16.086.025
Obrigações fiscais	10	1.059.235	745.603
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.053.835	2.309.212
Férias a pagar	12	3.091.203	3.204.462
Outros passivos	13	420.873	338.494
		24.639.660	22.683.796
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	14	-	64.942
		-	64.942
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(3.090.561)	2.091.094
Déficits acumulados		(11.893.139)	(5.181.655)
		(14.983.700)	(3.090.561)
Total do passivo e patrimônio líquido		9.655.960	19.658.177

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	112.270.126	115.536.928
Outras receitas		2.000.000	270.943
		114.270.126	115.807.871
Despesas operacionais			
Com pessoal		(33.366.650)	(33.321.012)
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(11.925.631)	(9.658.769)
Prestadores de serviços médicos	16	(57.821.667)	(60.357.677)
Prestadores de serviços de terceiros	17	(21.789.935)	(15.588.728)
Administrativas e gerais	18	(398.863)	(553.110)
Contingências e despesas judiciais		(876.792)	(425.087)
Bens de terceiros	3 (d)	(5.044)	(1.103.635)
		(126.184.582)	(121.008.018)
Déficits antes do resultado financeiro		(11.914.456)	(5.200.147)
Receitas financeiras	19	30.102	25.211
Despesas financeiras	19	(8.785)	(6.719)
		21.317	18.492
Déficit do exercício		(11.893.139)	(5.181.655)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Déficit do exercício	(11.893.139)	(5.181.655)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(11.893.139)</u>	<u>(5.181.655)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(39.365.497)	41.855.779	2.490.282
Acervo líquido cindido	(399.188)	-	(399.188)
Déficit do exercício	-	(5.181.655)	(5.181.655)
Incorporação ao patrimônio social	41.855.779	(41.855.779)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.091.094	(5.181.655)	(2.691.373)
Déficit do exercício	-	(11.893.139)	(11.893.139)
Incorporação ao patrimônio social	(5.181.655)	5.181.655	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(3.090.561)	(11.893.139)	(14.584.512)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(11.893.139)	(5.181.655)
Acervo líquido cindido	-	(399.188)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para demandas judiciais	(64.942)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	11.123.243	2.668.322
Outros créditos	(5.892.393)	-
Bloqueio judicial	3.218.692	(3.904.008)
Fornecedores	1.928.489	8.821.269
Obrigações fiscais	313.632	115.777
Obrigações sociais e trabalhistas	(255.377)	344.435
Férias a pagar	(113.259)	206.153
Outros passivos	82.379	(188.451)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(1.552.675)</u>	<u>2.482.654</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.552.675)</u>	<u>2.482.654</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.601.768	119.114
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.049.093</u>	<u>2.601.768</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.552.675)</u>	<u>2.482.654</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 8.942.262 e R\$ 8.930.031, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Em 24 de janeiro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 35/2022 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência deste Contrato de Gestão é de 180 dias consecutivos, contados a partir de 25 de janeiro de 2022. Em 22 de setembro de 2023 foi assinado o TAC- Termo de Ajustamento de Conduta que tem como objeto o cumprimento de Plano de Liquidação dos Débitos Pretéritos envolvendo os instrumentos de parceria anteriormente celebrados entre o Município de Santo André e a Fundação do ABC. Ficou estabelecido, por exigência interventiva do Ministério Público, que a vigência do presente Termo é de 100 (cem) meses, contados a partir de janeiro de 2024, em razão a necessidade de quitação integral de todos os débitos pretéritos.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas,

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	-	96
Banco conta movimento	795.135	508.991
Aplicações financeiras	253.958	2.092.681
	1.049.093	2.601.768

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Convênio de Gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

7 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, aos recursos transferidos entre contrato de Santo André Especializada para pagamentos de acordos do TAC- 13008284-6 / 71251-5.

8 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII.

9 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

10 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	258.269	170.044
INSS retido de serviços a recolher	86.787	66.341
IRRF retido de serviços a recolher	531.055	377.710
CSLL retido de serviços a recolher	79.985	50.532
PIS retido de serviços a recolher	51.990	32.846
ISS a recolher	51.149	48.130
	1.059.235	745.603

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	1.362.622	1.334.393
Rescisões a pagar	-	14.212
IRRF a recolher	199.038	239.742
FGTS a recolher	222.969	229.477
INSS sobre autônomos a recolher	166.119	177.746
Empréstimo consignado a pagar	96.279	104.651
Outros	6.808	208.991
	2.053.835	2.309.212

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****12 Férias a pagar**

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

13 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

14 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	-	64.942
	-	64.942

15 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	7.189.831	4.892.538
Material médico hospitalar	4.729.013	4.731.163
Material de laboratório	4.586	63
Material de limpeza e higiene	193	24.102
Outros materiais	2.008	10.903
	11.925.631	9.658.769

16 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

17 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	3.318.645	3.364.120
Serviços de informática	3.367.380	3.570.653
Serviços de manutenção predial	680	2.737
Serviços de refeitório	1.280.714	1.186.858
Locação de veículos e equipamentos	1.729.736	909.621
Serviços de lavanderia hospitalar	153.137	274.126
Serviços de manutenção de equipamentos	864.109	421.857
Serviços administrativos	1.122.232	849.850
Serviços de logística	5.299.584	4.412.000
Serviços de portaria	4.652.430	517.607
Outros serviços	1.288	79.299
	21.789.935	15.588.728

18 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	15.685	140
Material de conservação e reparo	96.407	170.870
Material de consumo administrativo	22.352	159.547
Utilidade pública (água, luz, telefone)	69.336	106.917
Seguros patrimoniais	19.405	18.317
Outras despesas	175.678	97.319
	398.863	553.110

19 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	30.102	25.211
	30.102	25.211
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(8.785)	(6.719)
	(8.785)	(6.719)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

20 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Santo André VII não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto
Hospitalar Mandaqui – CNPJ 57.571.275.0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.580.787	12.568.623
		7.580.787	12.568.623
Não circulante			
Bloqueio judicial	5	2.376.640	23.370
		2.376.640	23.370
Total do ativo		9.957.427	12.591.993
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		-	111.629
Obrigações fiscais		-	50.846
Obrigações sociais e trabalhistas		-	1.607.006
Férias a pagar		-	818.863
Outros passivos		9.948	103.597
		9.948	2.691.941
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		9.900.052	4.853.957
Superávits acumulados		47.427	5.046.095
		9.947.479	9.900.052
Total do passivo e patrimônio líquido		9.957.427	12.591.993

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	11.930.140	29.029.963
Outras receitas		50	-
		11.930.190	29.029.963
Despesas operacionais			
Com pessoal		(8.072.668)	(13.344.845)
Medicamentos e insumos hospitalares		(119.491)	(119.326)
Prestadores de serviços médicos	7	(4.196.164)	(10.129.482)
Prestadores de serviços de terceiros		(423.989)	(994.397)
Administrativas e gerais		(4.913)	(13.459)
Contingências e despesas judiciais		(111.129)	(6.630)
		(12.928.354)	(24.608.139)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(998.164)	4.421.824
Receitas financeiras	8	1.045.591	624.377
Despesas financeiras	8	-	(106)
		1.045.591	624.271
Superávit do exercício		47.427	5.046.095

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui**Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	47.427	5.046.095
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>47.427</u>	<u>5.046.095</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.423.115	2.430.842	4.853.957
Superávit do exercício	-	5.046.095	5.046.095
Incorporação ao patrimônio social	2.430.842	(2.430.842)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.853.957	5.046.095	9.900.052
Superávit do exercício	-	47.427	47.427
Incorporação ao patrimônio social	5.046.095	(5.046.095)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.900.052	47.427	9.947.479

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	47.427	5.046.095
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	(2.353.270)	228.153
Fornecedores	(111.629)	45.979
Obrigações fiscais	(50.846)	4.483
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.607.006)	706.481
Férias a pagar	(818.863)	235.180
Outros passivos	(93.649)	40.590
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(4.987.836)</u>	<u>6.306.961</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.987.836)</u>	<u>6.306.961</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.568.623	6.261.662
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.580.787</u>	<u>12.568.623</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.987.836)</u>	<u>6.306.961</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 2.189.238 e R\$ 3.576.418, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 65/2022, Processo nº SES-PRC-2021/54393, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto a conjugação de esforços dos convenientes visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com CUSTEIO, para o Gerenciamento Técnico e Administrativo de 40 (quarenta) leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Conjunto Hospitalar do Mandaqui, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente.

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, até 30 de março de 2023, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 10, §1ª, item 3. letra “g”, do Decreto estadual nº 66.173/2021. Em 05 de julho de 2024 foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº 65/2022, tendo por objeto a alteração do plano de trabalho para adequação da equipe responsável pelo gerenciamento dos 47 (quarenta e sete) leitos de UTI Adulto, bem como para articulação de uma linha de cuidados progressivos, através de Unidade de Cuidados Intermediários (5 leitos) e de retaguarda da UTI (58 leitos), pelo período de julho a dezembro de 2024.

Em abril de 2025, encerrou-se o Termo de Convênio nº 65/2022, Processo nº SES-PRC-2021/54393, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (c) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (d) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	7.580.787	12.568.623
	7.580.787	12.568.623

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

- 5 **Bloqueio judicial**
Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui.
- 6 **Provisão para demandas judiciais**
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- 7 **Prestadores de serviços médicos**
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

8 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.045.591	624.377
	1.045.591	624.377
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(106)
	-	(106)

9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto – CNPJ: 57.571.275/0004-45**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.379.861	3.243.152
Outros créditos		75	-
		2.379.936	3.243.152
Total do ativo		2.379.936	3.243.152
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		-	27.588
Obrigações fiscais		-	15.565
Obrigações sociais e trabalhistas		-	445.652
Provisões de férias		-	271.883
Outros passivos		-	147.608
		-	908.296
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.334.856	1.238.785
Superávits acumulados		45.080	1.096.071
		2.379.936	2.334.856
Total do passivo e patrimônio líquido		2.379.936	3.243.152

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	6.268.972	9.403.458
Outras receitas		75	396
		<u>6.269.047</u>	<u>9.403.854</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.421.380)	(4.231.433)
Medicamentos e insumos hospitalares		(80.621)	(93.178)
Prestadores de serviços médicos	5	(2.826.135)	(3.786.832)
Prestadores de serviços de terceiros		(216.942)	(342.618)
Administrativas e gerais		(2.756)	(3.574)
Contingências e despesas judiciais		-	(6.157)
		<u>(6.547.834)</u>	<u>(8.463.792)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(278.787)</u>	<u>940.062</u>
Receitas financeiras	6	323.867	156.013
Despesas financeiras	6	-	(4)
		<u>323.867</u>	<u>156.009</u>
Superávit do exercício		<u><u>45.080</u></u>	<u><u>1.096.071</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit do exercício	45.080	1.096.071
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	45.080	1.096.071

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	322.345	916.440	1.238.785
Superávit do exercício	-	1.096.071	1.096.071
Incorporação ao patrimônio social	916.440	(916.440)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.238.785	1.096.071	2.334.856
Superávit do exercício	-	45.080	45.080
Incorporação ao patrimônio social	1.096.071	(1.096.071)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.334.856	45.080	2.379.936

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	45.080	1.096.071
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	(75)	-
Bloqueio judicial	-	178.159
Fornecedores	(27.588)	(15.706)
Obrigações fiscais	(15.565)	(2.021)
Obrigações sociais e trabalhistas	(445.652)	82.219
Férias a pagar	(271.883)	1.499
Outros passivos	<u>(147.608)</u>	<u>191</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(863.291)</u>	<u>1.340.412</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(863.291)</u>	<u>1.340.412</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.243.152	1.902.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.379.861</u>	<u>3.243.152</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(863.291)</u>	<u>1.340.412</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 916.930 e R\$ 1.134.024, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto

Em 25 de maio de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 117/2022, Processo nº SES-PRC-2021/49311, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de dez leitos da Unidade Terapia Intensiva adulto do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa – Guaianases. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 30 de maio de 2022 a 29 de maio de 2023, podendo ser, mediante termo aditivo, objeto de sucessivas renovações, pelo mesmo prazo, até o limite de cinco anos. Em 13 de junho de 2024 foi celebrado o 3º Termo de Aditamento ao Convênio nº 117/2022, tem por finalidade a prorrogação da vigência do Convênio até 29 de maio de 2025 e repasse de recursos financeiros para Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para gerenciamento de serviços de 20 (vinte) Leitos da Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Hospital Geral - Jesus Teixeira da Costa "Guaianases". Em agosto de 2025, encerrou-se o Termo de Convênio nº 117/2022, Processo nº SES-PRC-2021/49311, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (b) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (c) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (d) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	2.379.861	3.243.152
	2.379.861	3.243.152

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

- 5 **Prestadores de serviços médicos**
Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

6 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	323.867	156.013
	323.867	156.013
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(4)
	-	(4)

7 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – UTI Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – UTI Adulto**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 25 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto – CNPJ:
57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo		2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.063.297	3.646.835
Convênios e contratos a receber		-	778.950
		2.063.297	4.425.785
Não circulante			
Bloqueio judicial		-	14
		-	14
Total do ativo		2.063.297	4.425.799
Passivo e patrimônio líquido		2025	2024
Circulante			
Fornecedores		-	31.774
Obrigações fiscais		-	61.771
Obrigações sociais e trabalhistas		-	586.254
Férias a pagar		-	352.030
Outros passivos		-	43.843
		-	1.075.672
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		3.350.127	2.988.660
Superávits (déficits) acumulados		(1.286.830)	361.467
		2.063.297	3.350.127
Total do passivo e patrimônio líquido		2.063.297	4.425.799

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	12.792.896	19.355.335
		<u>12.792.896</u>	<u>19.355.335</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(4.141.329)	(5.487.692)
Medicamentos e insumos hospitalares		(80.833)	(81.553)
Prestadores de serviços médicos	5	(9.837.887)	(13.037.874)
Prestadores de serviços de terceiros		(347.450)	(568.439)
Administrativas e gerais		(2.950)	(4.859)
		<u>(14.410.449)</u>	<u>(19.180.417)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(1.617.553)</u>	<u>174.918</u>
Receitas financeiras	6	330.723	186.596
Despesas financeiras	6	-	(47)
		<u>330.723</u>	<u>186.549</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>(1.286.830)</u>	<u>361.467</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto****Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	(1.286.830)	361.467
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.286.830)</u>	<u>361.467</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.141.231	847.429	2.988.660
Superávit do exercício	-	361.467	361.467
Incorporação ao patrimônio social	847.429	(847.429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.988.660	361.467	3.350.127
Déficit do exercício	-	(1.286.830)	(1.286.830)
Incorporação ao patrimônio social	361.467	(361.467)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.350.127	(1.286.830)	2.063.297

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(1.286.830)	361.467
Variações nos ativos e passivos:		
Contrato e convênio a receber	778.950	(778.950)
Bloqueio judicial	14	1.254.825
Fornecedores	(31.774)	(5.300)
Obrigações fiscais	(61.771)	(557)
Obrigações sociais e trabalhistas	(586.254)	66.045
Provisões de férias	(352.030)	10.228
Outros passivos	<u>(43.843)</u>	<u>6.943</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(1.583.538)</u>	<u>914.701</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.583.538)</u>	<u>914.701</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.646.835	2.732.134
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.063.297</u>	<u>3.646.835</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.583.538)</u>	<u>914.701</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.109.876 e R\$ 1.470.701, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência/Emergência – Pronto Socorro Adulto

Em 24 de maio de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 116/2022, Processo nº SES-PRC-2021/47043, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de urgência e emergência do pronto socorro adulto do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa – Guaianases. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 30 de maio de 2022 a 29 de maio de 2023, podendo ser, mediante termo aditivo, objeto de sucessivas renovações, pelo mesmo prazo, até o limite de cinco anos. Em 17 de junho de 2024 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Convênio nº 116/2022, que tem por finalidade a prorrogação da vigência do Convênio até 29 de maio de 2025 e repasse de recursos, para Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço, para o Gerenciamento de Serviço Urgência e Emergência Adulto, no âmbito do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa - Guaianases. Em agosto de 2025, encerrou-se o Termo de Convênio nº 116/2022, Processo nº SES-PRC-2021/47043, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações financeiras	2.063.297	3.646.835
	<u>2.063.297</u>	<u>3.646.835</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

6 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	330.723	186.596
	<u>330.723</u>	<u>186.596</u>

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Despesas financeiras

Tarifas e serviços bancários	-	(47)
	-	(47)

7 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos –
Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto - CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.437.794
	-	2.437.794
Não circulante		
Bloqueio judicial	-	1.472.286
	-	1.472.286
Total do ativo	-	3.910.080
Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	-	52.618
Obrigações fiscais	-	17.419
Obrigações sociais e trabalhistas	-	904.061
Férias a pagar	-	546.825
Outros passivos	-	352.085
	-	1.873.008
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	759.443	2.260.936
Déficits acumulados	(759.443)	(223.864)
	-	2.037.072
Total do passivo e patrimônio líquido	-	3.910.080

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz
de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	7.146.048	24.065.516
		<u>7.146.048</u>	<u>24.065.516</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.059.035)	(8.297.960)
Medicamentos e insumos hospitalares		(3.760)	(24.515)
Prestadores de serviços médicos	4	(4.799.526)	(15.542.226)
Prestadores de serviços de terceiros		(144.681)	(651.747)
Administrativas e gerais		(3.136)	(8.368)
Contingências e despesas judiciais		(37.267)	(980)
		<u>(8.047.405)</u>	<u>(24.525.796)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(901.357)</u>	<u>(460.280)</u>
Receitas financeiras	5	141.914	236.472
Despesas financeiras	5	-	(56)
		<u>141.914</u>	<u>236.416</u>
Déficit do exercício		<u><u>(759.443)</u></u>	<u><u>(223.864)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz
de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto****Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Déficit do exercício	(759.443)	(223.864)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(759.443)</u>	<u>(223.864)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.336.593	924.343	2.260.936
Déficit do exercício	-	(223.864)	(223.864)
Incorporação ao patrimônio social	924.343	(924.343)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.260.936	(223.864)	2.037.072
Acervo líquido cindido	(1.277.629)	-	-
Déficit do exercício	-	(759.443)	(759.443)
Incorporação ao patrimônio social	(223.864)	223.864	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	759.443	(759.443)	1.277.629

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávits (déficits) do exercício	(759.443)	(223.864)
Acervo líquido cindido	(1.277.629)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	-	382
Bloqueio judicial	1.472.286	(1.350.479)
Fornecedores	(52.618)	(541)
Obrigações fiscais	(17.419)	(45.016)
Obrigações sociais e trabalhistas	(904.061)	207.436
Férias a pagar	(546.825)	92.752
Outros passivos	(352.085)	309.235
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiras	(2.437.794)	(1.010.095)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(2.437.794)	(1.010.095)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.437.794	3.447.889
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	2.437.794
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(2.437.794)	(1.010.095)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 819.822 e R\$ 2.223.853, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência/Emergência – Pronto Socorro Adulto

Em 29 de abril de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 101/2022, Processo nº SES-PRC-2021/52669, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de urgência e emergência do pronto socorro adulto do Hospital Ferraz de Vasconcelos. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 1 de maio de 2022 a 30 de abril de 2023. Em 24 de junho de 2024 foi firmado o 3º Termo de Aditamento ao Convênio nº 101/2022, tendo por finalidade a prorrogação da vigência do Contrato até 24 de junho de 2025 e a previsão de repasse de recursos financeiros visando o Gerenciamento Técnico Administrativo do Serviço de Urgência (PSA), com a Inclusão do Gerenciamento Técnico Administrativo do Serviço de Urgência e Emergência (PSI), no Hospital Regional Dr. Osiris Florindo Coelho - Ferraz de Vasconcelos. Em março de 2025, encerrou-se o Termo de Convênio nº 101/2022, Processo nº SES-PRC-2021/52669, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(c) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

5 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	141.914	236.472
	141.914	236.472
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(56)
	-	(56)

6 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ferraz
de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ: 57.571.275/0004-45**

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.581.029	1.184.006
		1.581.029	1.184.006
Total do ativo		1.581.029	1.184.006
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	5	14.891	16.558
Obrigações fiscais	6	21.500	22.227
Obrigações sociais e trabalhistas	7	411.753	323.535
Férias a pagar	8	240.071	211.964
Outros passivos		35.123	34.542
		723.338	608.826
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		575.180	152.356
Superávits acumulados		282.511	422.824
		857.691	575.180
Total do passivo e patrimônio líquido		1.581.029	1.184.006

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	8.088.518	8.088.519
Outras receitas		1.400	-
		8.089.918	8.088.519
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.041.690)	(2.778.969)
Medicamentos e insumos hospitalares		(30.697)	(6.154)
Prestadores de serviços médicos	9	(4.442.552)	(4.478.062)
Prestadores de serviços de terceiros		(434.712)	(464.051)
Administrativas e gerais		(2.942)	(2.767)
Contingências e despesas judiciais		-	(3.060)
		(7.952.593)	(7.733.063)
Superávit antes do resultado financeiro		137.325	355.456
Receitas financeiras	10	145.186	67.389
Despesas financeiras	10	-	(21)
		145.186	67.368
Superávit do exercício		282.511	422.824

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura****Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	282.511	422.824
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>282.511</u>	<u>422.824</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	582.387	(430.031)	152.356
Superávit do exercício	-	422.824	422.824
Incorporação ao patrimônio social	(430.031)	430.031	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	152.356	422.824	575.180
Superávit do exercício	-	282.511	282.511
Incorporação ao patrimônio social	422.824	(422.824)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	575.180	282.511	857.691

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	282.511	422.824
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(1.667)	696
Obrigações fiscais	(727)	611
Obrigações sociais e trabalhistas	88.218	63.897
Férias a pagar	28.107	7.148
Outros passivos	581	(233)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>397.023</u>	<u>494.943</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>397.023</u>	<u>494.943</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.184.006	689.063
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.581.029</u>	<u>1.184.006</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>397.023</u>	<u>494.943</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 815.173 e R\$ 744.764, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura

Em 18 de julho de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 157/2022, Processo nº SES-PRC-2021/50482, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, implantação e gerenciamento de urgência e emergência pediátrica e dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica nas dependências do Hospital Infantil Cândido Fontoura. Em 28 de agosto de 2024, foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Convênio nº 157/2022, que tem por finalidade a prorrogação da vigência do Convênio até 31 de agosto de 2025 e a previsão de repasse de recursos financeiros para Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço, para o Gerenciamento de 10 (dez) leitos de UTI Pediátrica e Pronto Socorro no Hospital Infantil Cândido Fontoura.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(c) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	1.581.029	1.184.006
	1.581.029	1.184.006

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

6 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	10.993	11.294
IRRF retido de serviços a recolher	4.460	4.721
CSLL retido de serviços a recolher	3.665	3.765
PIS retido de serviços a recolher	2.382	2.447
	21.500	22.227

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	166.991	135.873
Rescisão a recolher	7.830	-
IRRF a recolher	11.685	15.873
FGTS a recolher	208.694	155.535
INSS sobre autônomos a recolher	12.583	10.164
Empréstimo consignado a pagar	1.596	858
Outras	2.374	5.232
	411.753	323.535

8 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

10 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	145.186	67.389
	145.186	67.389
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(21)
	-	(21)

11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil Cândido Fontoura não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Infantil
Cândido Fontoura – CNPJ 57.571.275/0004-45**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II
CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.554.485	7.118.892
Convênios e contratos a receber	5	1.672.030	1.672.030
		5.226.515	8.790.922
Não circulante			
Bloqueio judicial		788	788
		788	788
Total do ativo		5.227.303	8.791.710
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		-	46.578
Obrigações fiscais	122		42.677
Obrigações sociais e trabalhistas		-	973.077
Férias a pagar		-	575.611
Outros passivos		788	45.322
		910	1.683.265
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		7.108.445	4.800.439
Superávits (déficits) acumulados		(1.882.052)	2.308.006
		5.226.393	7.108.445
Total do passivo e patrimônio líquido		5.227.303	8.791.710

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II**

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	16.474.514	20.064.363
Outras receitas		<u>16.233</u>	<u>3.407</u>
		<u>16.490.747</u>	<u>20.067.770</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(9.935.834)	(8.823.578)
Medicamentos e insumos hospitalares		(99.632)	(128.324)
Prestadores de serviços médicos	7	(8.458.909)	(8.646.867)
Prestadores de serviços de terceiros		(470.156)	(570.058)
Administrativas e gerais		(7.198)	(7.246)
Contingências e despesas judiciais		<u>(70.791)</u>	<u>(17.691)</u>
		<u>(19.042.520)</u>	<u>(18.193.764)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(2.551.773)</u>	<u>1.874.006</u>
Receitas financeiras	8	669.721	434.033
Despesas financeiras	8	<u>-</u>	<u>(33)</u>
		<u>669.721</u>	<u>434.000</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>(1.882.052)</u>	<u>2.308.006</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(1.882.052)	2.308.006
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.882.052)	2.308.006

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.773.845	2.026.594	4.800.439
Superávit do exercício	-	2.308.006	2.308.006
Incorporação ao patrimônio social	2.026.594	(2.026.594)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.800.439	2.308.006	7.108.445
Déficit do exercício	-	(1.882.052)	(1.882.052)
Incorporação ao patrimônio social	2.308.006	(2.308.006)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.108.445	(1.882.052)	5.226.393

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(1.882.052)	2.308.006
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	-	139
Fornecedores	(46.578)	17.399
Obrigações fiscais	(42.555)	2.425
Obrigações sociais e trabalhistas	(973.077)	219.892
Férias a pagar	(575.611)	16.804
Outros passivos	(44.534)	621
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(3.564.407)</u>	<u>2.565.286</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.564.407)</u>	<u>2.565.286</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.118.892	4.553.606
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.554.485</u>	<u>7.118.892</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.564.407)</u>	<u>2.565.286</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 2.662.803 e R\$ 2.364.719, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Em 14 de julho de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 156/2022, Processo nº SES-PRC-2022/12810, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento do serviço de urgência e emergência da UGA II do Hospital Ipiranga. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 18 de julho de 2022 a 17 de julho de 2023, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos previsto no art.10, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021. Em 23 de julho de 2024 foi firmado o 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 000156/2022, tem por finalidade o repasse de recursos e a alteração da prorrogação do Contrato até 15 de julho de 2025, sem alteração do objeto do convênio. A Secretaria de Estado da Saúde rescindiu unilateralmente o Convênio nº 156/2022, a partir do 1 de novembro de 2025.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Contratos a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a ente público, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (e) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (f) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	3.554.485	7.118.892
	3.554.485	7.118.892

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Convênio de Gestão nº 156/2022 firmado com o Estado de São Paulo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

6 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

7 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

8 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	669.721	434.033
	669.721	434.033
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(33)
	-	(33)

9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital
Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II****Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)**Relatório do Conselho Fiscal**

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo AndréRobson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do CampoAne Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.360.212	1.253.053
Convênios e contratos a receber	6	2.307.776	2.307.776
		4.667.988	3.560.829
Não circulante			
Bloqueio judicial		22.875	22.875
		22.875	22.875
Total do ativo		4.690.863	3.583.704
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	13.535	24.199
Obrigações fiscais	8	20.631	16.674
Obrigações sociais e trabalhistas	9	427.170	346.839
Provisões de férias	10	277.353	250.096
Outros passivos		56.976	56.722
		795.665	694.530
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.889.174	1.759.935
Superávits acumulados		1.006.024	1.129.239
		3.895.198	2.889.174
Total do passivo e patrimônio líquido		4.690.863	3.583.704

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	9.231.102	9.231.102
Outras receitas		53.189	-
		9.284.291	9.231.102
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.929.667)	(3.766.592)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(118.210)
Prestadores de serviços médicos	12	(4.080.586)	(3.898.478)
Prestadores de serviços de terceiros		(380.549)	(389.580)
Administrativas e gerais		(3.318)	(23.492)
Contingências e despesas judiciais		(27.628)	(13.065)
		(8.421.748)	(8.209.417)
Superávit antes do resultado financeiro		862.543	1.021.685
Receitas financeiras	13	143.481	107.403
Despesas financeiras	13	-	151
		143.481	107.554
Superávit do exercício		1.006.024	1.129.239

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral
de São Mateus – UTI****Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	1.006.024	1.129.239
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.006.024</u>	<u>1.129.239</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral
de São Mateus – UTI**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	544.476	1.215.459	1.759.935
Superávit do exercício	-	1.129.239	1.129.239
Incorporação ao patrimônio social	1.215.459	(1.215.459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.759.935	1.129.239	2.889.174
Superávit do exercício	-	1.006.024	1.006.024
Incorporação ao patrimônio social	1.129.239	(1.129.239)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.889.174	1.006.024	3.895.198

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.006.024	1.129.239
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	-	(1.538.517)
Bloqueio judicial	-	(22.863)
Fornecedores	(10.664)	(74.985)
Obrigações fiscais	3.957	(3.397)
Obrigações sociais e trabalhistas	80.331	63.954
Férias a pagar	27.257	32.580
Outros passivos	254	23.070
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>1.107.159</u>	<u>(390.919)</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.107.159</u>	<u>(390.919)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.253.053	1.643.972
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.360.212</u>	<u>1.253.053</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.107.159</u>	<u>(390.919)</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.060.555 e R\$ 1.009.447, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI

Em 18 de novembro de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 1490/2022, Processo nº SES-PRC-2022/1552-DM, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Gerenciamento Técnico e Administrativo de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica do Centro de Atenção de Tratamento de Queimados do Hospital de São Mateus. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, tendo por termo inicial a data de assinatura, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos previsto no art.11, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021. Em 13 de dezembro de 2024, foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Convênio nº 1490/2022, que tem por finalidade a prorrogação da vigência do Convênio até 17 de novembro de 2025 e a previsão de repasse de recursos financeiros visando o Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para o Gerenciamento de 10 Leitos de UTI Adulto e 10 (dez) leitos de UTI Pediátrica, para o Centro de Queimados do Hospital Geral de São Mateus.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
 - (b) **Contratos a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a ente público, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
 - (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
 - (d) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
 - (e) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
 - (f) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	2.360.212	1.253.053
	2.360.212	1.253.053

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do convênio firmado com a Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Termo de Convênio nº 1490/2022.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	10.554	8.473
IRRF retido de serviços a recolher	4.272	3.541
CSLL retido de serviços a recolher	3.518	2.824
PIS retido de serviços a recolher	2.287	1.836
	20.631	16.674

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	192.681	175.962
IRRF a recolher	13.512	12.551
FGTS a recolher	194.926	135.656
INSS sobre autônomos a recolher	8.735	14.683
Empréstimo consignado a pagar	7.452	-
Outros	9.864	7.987
	427.170	346.839

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

11 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	143.481	107.403
	143.481	107.403
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	151
	-	151

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus - UTI não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Geral de São Mateus – UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II CNPJ
57.571.275/0004-45**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.918.885	2.547.505
Convênios e contratos a receber	6	2.344.614	2.527.706
Outros créditos		1.617	1.617
		8.265.116	5.076.828
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	516.606	5.188.210
		516.606	5.188.210
Total do ativo		8.781.722	10.265.038
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	126.896	136.166
Obrigações fiscais		2.835	3.589
Obrigações sociais e trabalhistas	9	3.259.064	3.024.004
Férias a pagar	10	1.558.019	1.440.630
Outros passivos	11	595.162	1.570.814
		5.541.976	6.175.203
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	-	109.723
		-	109.723
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		3.980.112	1.649.764
Superávits (déficits) acumulados		(740.366)	2.330.348
		3.239.746	3.980.112
Total do passivo e patrimônio líquido		8.781.722	10.265.038

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	22.255.902	22.212.470
		22.255.902	22.212.470
Despesas operacionais			
Com pessoal		(18.937.652)	(17.222.299)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(132.350)	(134.677)
Prestadores de serviços médicos	14	(2.387.774)	(895.531)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(1.287.857)	(1.399.046)
Administrativas e gerais	16	(164.127)	(252.456)
Contingências e despesas judiciais		(114.668)	(5.150)
Bens de terceiros	3 (d)	(10.794)	(20.044)
		(23.035.222)	(19.929.203)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(779.320)	2.283.267
Receitas financeiras	17	42.341	50.372
Despesas financeiras	17	(3.387)	(3.291)
		38.954	47.081
Superávit (déficit) do exercício		(740.366)	2.330.348

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	(740.366)	2.330.348
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(740.366)</u>	<u>2.330.348</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.884.723	(234.958)	1.649.764
Superávit do exercício	-	2.330.348	2.330.348
Incorporação ao patrimônio social	(234.958)	234.958	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.649.764	2.330.348	3.980.112
Déficit do exercício	-	(740.366)	(740.366)
Incorporação ao patrimônio social	2.330.348	(2.330.348)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.980.112	(740.366)	3.239.746

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(740.366)	2.330.348
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(109.723)	(38.134)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	183.092	(661.147)
Bloqueio judicial	4.671.604	(4.940.140)
Fornecedores	(9.270)	13.312
Obrigações fiscais	(754)	2.811
Obrigações sociais e trabalhistas	235.060	555.114
Férias a pagar	117.389	355.450
Outros passivos	<u>(975.652)</u>	<u>1.280.368</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>3.371.380</u>	<u>(1.102.018)</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>3.371.380</u>	<u>(1.102.018)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.547.505	3.649.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.918.885</u>	<u>2.547.505</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>3.371.380</u>	<u>(1.102.018)</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 5.096.821 e R\$ 4.615.576, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Em 1 de agosto de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 003/2022 entre a Prefeitura do Município de Itatiba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto integrar no Sistema Único de Saúde no âmbito municipal e definir sua inserção para realização e organização, estruturação, e implementação de ações para as unidades de Estratégia da Saúde da Família, com fundamento nos dispositivos contidos na Constituição Federal, artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8080/90, artigo 27 e 116 da Lei Federal nº 8666/93, Lei Municipal nº 3862/06 e, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e diretrizes de SMS.

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser renovado nos termos da lei.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	725.298	546.656
Aplicações financeiras	5.193.587	2.000.849
	5.918.885	2.547.505

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com a Prefeitura do Município de Itatiba.

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Itatiba II.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	784.418	837.112
Rescisões a pagar	3.394	-
IRRF a recolher	212.720	238.644
FGTS a recolher	2.125.063	1.799.387
INSS sobre autônomos a recolher	72.631	80.658
Empréstimo consignado a pagar	37.304	31.590
Outros	23.534	36.613
	3.259.064	3.024.004

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

12 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	-	109.723
	-	109.723

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 667.825 (R\$ 468.885, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****13 Medicamentos e insumos hospitalares**

Descrição	2025	2024
Medicamentos	340	216
Material médico hospitalar	96.126	79.026
Gases industriais e medicinais	135	204
Material de limpeza e higiene	20.457	19.034
Outros materiais	15.292	36.197
	132.350	134.677

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de manutenção predial	248.827	297.974
Locação de veículos e equipamentos	161.264	257.814
Serviços de lavanderia hospitalar	-	331
Serviços de manutenção de equipamentos	190.709	217.935
Serviços administrativos	662.999	616.012
Outros serviços	24.058	8.980
	1.287.857	1.399.046

16 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	24.878	18.980
Material de conservação e reparo	22.649	142.719
Material de consumo administrativo	103.705	80.221
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.163	1.777
Outras despesas	10.732	8.759
	164.127	252.456

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	42.341	50.372
	42.341	50.372

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****Despesas financeiras**

Tarifas e serviços bancários	(3.387)	(3.291)
	(3.387)	(3.291)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo – Itatiba II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo
CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.856.263	2.452.655
Convênios e contratos a receber		-	107.972
		2.856.263	2.560.627
Não circulante			
Bloqueio judicial		21.607	21.352
		21.607	21.352
Total do ativo		2.877.870	2.581.979
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	6	66.664	53.820
Obrigações fiscais		-	11
Obrigações sociais e trabalhistas	7	557.653	522.453
Férias a pagar	8	544.000	534.873
Outros passivos		9.106	8.546
		1.177.423	1.119.703
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.462.276	696.723
Superávits acumulados		238.171	765.553
		1.700.447	1.462.276
Total do passivo e patrimônio líquido		2.877.870	2.581.979

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	9.221.116	9.850.816
Outras receitas		18.657	481
		<u>9.239.773</u>	<u>9.851.297</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(8.976.247)	(8.904.969)
Medicamentos e insumos hospitalares		(3.318)	(8.645)
Prestadores de serviços de terceiros		(92.182)	(100.742)
Administrativas e gerais	10	(193.865)	(148.710)
		<u>(9.265.612)</u>	<u>(9.163.066)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(25.839)</u>	<u>688.231</u>
Receitas financeiras	11	269.099	92.941
Despesas financeiras	11	(5.089)	(15.619)
		<u>264.010</u>	<u>77.322</u>
Superávit do exercício		<u><u>238.171</u></u>	<u><u>765.553</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit do exercício	238.171	765.553
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	238.171	765.553

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.317	648.406	696.723
Superávit do exercício	-	765.553	765.553
Incorporação ao patrimônio social	648.406	(648.406)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	696.723	765.553	1.462.276
Superávit do exercício	-	238.171	238.171
Incorporação ao patrimônio social	765.553	(765.553)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.462.276	238.171	1.700.447

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	238.171	765.553
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	107.972	(107.972)
Bloqueio judicial	(255)	(25)
Fornecedores	12.844	4.502
Obrigações fiscais	(11)	(37)
Obrigações sociais e trabalhistas	35.200	116.563
Férias a pagar	9.127	522.963
Outros passivos	560	(676)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>403.608</u>	<u>1.300.871</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>403.608</u>	<u>1.300.871</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.452.655	1.151.784
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.856.263</u>	<u>2.452.655</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>403.608</u>	<u>1.300.871</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 2.405.634 e R\$ 2.386.532, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Em 2 de dezembro de 2022 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 225/2022-SE entre a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Educação e a Fundação do ABC. Tem por objeto desenvolver programas de cooperação técnica e financeira para o atendimento complementar a estudantes com deficiência regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, com deficiência de qualquer natureza e transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista com impedimentos de longo prazo para a autocuidado, autonomia e independência em situações escolares. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração é de um mês, até o dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogada por Termo Aditivo, até o prazo total de sessenta meses, desde que as partes manifestem interesse nesse sentido e apresentem justificativa prévia em, no mínimo, trinta dias antes do término da sua vigência. Em 6 de dezembro de 2024 foi firmado o 4º Termo de Aditamento nº 294/2024-SE ao Termo de Colaboração nº 225/2022-SE, que trata da complementação de recursos no segmento de despesas com pessoal, relativas ao reajuste salarial de 5% estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho de 2024. Em 4 de fevereiro de 2025 foi firmado o 5º Termo de Aditamento nº 222/2025-SE ao Termo de Colaboração nº 225/2022-SE, que trata da prorrogação de vigência do Contrato de pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e contados a partir de 1º de janeiro de 2025 para a execução do Plano de Trabalho constantes nos autos do Processo Administrativo nº SB 110325/2022-77.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênios a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Convênios a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (e) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (f) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 **Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	387.541	252.910
Aplicações financeiras	2.468.722	2.199.745
	2.856.263	2.452.655

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	449.095	440.818
IRRF a recolher	25	1.387
FGTS a recolher	60.423	56.514
INSS sobre autônomos a recolher	22.997	21.572
Empréstimo consignado a pagar	25.113	2.022
Outros	-	140
	557.653	522.453

8 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

10 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Material de consumo administrativo	30.902	53.594
Seguros patrimoniais	162.963	92.679
Outras despesas	-	2.437
	193.865	148.710

11 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	269.099	92.941
	269.099	92.941

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Despesas financeiras

Tarifas e serviços bancários	(5.089)	(15.619)
	<u>(5.089)</u>	<u>(15.619)</u>

12 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro – CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.916.633	3.525.578
Convênios e contratos a receber	6	1.991.311	3.982.622
		8.907.944	7.508.200
Não circulante			
Bloqueio judicial		23	23
		23	23
Total do ativo		8.907.967	7.508.223
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	35.223	53.863
Obrigações fiscais	8	11.820	12.358
Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.109.338	891.966
Férias a pagar	10	586.558	477.681
Outros passivos	11	55.401	54.568
		1.798.340	1.490.436
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		6.017.787	4.300.266
Superávits acumulados		1.091.840	1.717.521
		7.109.627	6.017.787
Total do passivo e patrimônio líquido		8.907.967	7.508.223

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	23.895.735	21.930.135
Outras receitas		-	3.180
		<u>23.895.735</u>	<u>21.933.315</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(10.792.232)	(9.277.656)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(120)
Prestadores de serviços médicos	13	(11.805.050)	(10.639.925)
Prestadores de serviços de terceiros		(616.338)	(639.995)
Administrativas e gerais		(7.859)	(4.525)
Contingências e despesas judiciais		(890)	-
		<u>(23.222.369)</u>	<u>(20.562.221)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>673.366</u>	<u>1.371.094</u>
Receitas financeiras	14	418.477	346.427
Despesas financeiras	14	(3)	-
		<u>418.474</u>	<u>346.427</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.091.840</u></u>	<u><u>1.717.521</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit do exercício	1.091.840	1.717.521
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.091.840	1.717.521

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	4.300.266	4.300.266
Superávit do exercício	-	1.717.521	1.717.521
Incorporação ao patrimônio social	<u>4.300.266</u>	<u>(4.300.266)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>4.300.266</u>	<u>1.717.521</u>	<u>6.017.787</u>
Superávit do exercício	-	1.091.840	1.091.840
Incorporação ao patrimônio social	<u>1.717.521</u>	<u>(1.717.521)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u><u>6.017.787</u></u>	<u><u>1.091.840</u></u>	<u><u>7.109.627</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.091.840	1.717.521
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	1.991.311	(2.999.822)
Fornecedores	(18.640)	20.135
Obrigações fiscais	(538)	2.730
Obrigações sociais e trabalhistas	217.372	213.973
Férias a pagar	108.877	169.106
Outros passivos	<u>833</u>	<u>110</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>3.391.055</u>	<u>(876.247)</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>3.391.055</u>	<u>(876.247)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.525.578	4.401.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>6.916.633</u>	<u>3.525.578</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>3.391.055</u>	<u>(876.247)</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 2.892.412 e R\$ 2.486.412, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Em 30 de junho de 2023 foi celebrado o Termo de Convênio nº 0633/2023, Processo nº SES-PRC-2023-00169-DM, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para gerenciamento dos Serviços do Pronto Socorro Adulto e Pediátrico do Hospital Geral de São Mateus. Em 19 de julho de 2024, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 000633/2023 tendo por finalidade o repasse de recursos e a prorrogação da vigência até 15 de julho de 2025, sem alteração do objeto do convênio. Em 4 de julho de 2025, foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 000633/2023 tendo por finalidade a prorrogação da vigência do Convênio até 30 de junho de 2026 e a previsão de repasse de recursos financeiros, visando o Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para o Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência Adulto e Infantil do Hospital Geral de São Mateus.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	6.916.633	3.525.578
	6.916.633	3.525.578

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com Estado de São Paulo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	420	525
IRRF retido de serviços a recolher	11.169	11.544
CSLL retido de serviços a recolher	140	175
PIS retido de serviços a recolher	91	114
	11.820	12.358

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	425.013	454.479
IRRF a recolher	37.582	33.705
FGTS a recolher	461.660	296.883
INSS sobre autônomos a recolher	70.695	55.339
Empréstimo consignado a pagar	27.544	1.238
Outros	86.844	50.322
	1.109.338	891.966

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

12 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	418.477	346.427

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

	<u>418.477</u>	<u>346.427</u>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3)	-
	<u>(3)</u>	<u>-</u>

15 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital São Mateus – Pronto Socorro não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis, em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Estadual de Mirandópolis CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.087.303	689.745
Convênios e contratos a receber	6	3.750	-
		2.091.053	689.745
Total do ativo		2.091.053	689.745
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	7.511	127.039
Obrigações fiscais	8	52.515	61.951
Obrigações sociais e trabalhistas	9	850.833	236.650
Férias a pagar		-	180.272
Outros passivos		21.492	31.987
		932.351	637.899
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		151.846	-
Superávits acumulados		1.006.856	51.846
		1.158.702	51.846
Total do passivo e patrimônio líquido		2.091.053	689.745

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Estadual	1 (vi)	15.108.744	15.108.744
Outras receitas		-	4.684
		<u>15.108.744</u>	<u>15.113.428</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.055.817)	(2.820.875)
Medicamentos e insumos hospitalares		(10.509)	(21.174)
Prestadores de serviços médicos	11	(10.900.260)	(11.938.852)
Prestadores de serviços de terceiros		(315.007)	(368.443)
Administrativas e gerais		(13.247)	(12.274)
		<u>(14.294.840)</u>	<u>(15.161.618)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>813.904</u>	<u>(48.190)</u>
Receitas financeiras	12	192.952	101.700
Despesas financeiras	12	-	(1.664)
		<u>192.952</u>	<u>100.036</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.006.856</u></u>	<u><u>51.846</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Estadual de Mirandópolis****Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	1.006.856	51.846
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.006.856</u>	<u>51.846</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Estadual de Mirandópolis

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do exercício	-	51.846	51.846
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	51.846	51.846
Ajuste do exercício anterior	100.000	-	100.000
Superávit do exercício	-	1.006.856	1.006.856
Incorporação ao patrimônio social	51.846	(51.846)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	151.846	1.006.856	1.158.702

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.006.856	51.846
Ajustes do exercício anterior	100.000	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(3.750)	-
Fornecedores	(119.528)	127.039
Obrigações fiscais	(9.436)	61.951
Obrigações sociais e trabalhistas	614.183	236.650
Férias a pagar	(180.272)	180.272
Outros passivos	(10.495)	31.987
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.397.558	689.745
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.397.558	689.745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	689.745	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.087.303	689.745
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.397.558	689.745

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 147.171 e R\$ 755.995, respectivamente.

(vi) **Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Estadual de Mirandópolis**

Em 29 de dezembro de 2023 foi celebrado o Termo de Convênio nº 1586/2023, Processo nº SES-PRC-2023-00783-DM, Processo SEI nº 024.00019033/2023-41 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço, para Gerenciamento técnico e administrativo dos Serviços de Urgência e Emergência Adulto (PSA) e Pediátrico (PSI), do Hospital Estadual de Mirandópolis. O prazo de vigência do presente Convênio é até 31 de dezembro de 2024, tendo por termo inicial a data de assinatura, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, até o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 11, letra “g”, do Decreto nº 66.173/2021. Em dezembro de 2025, encerrou-se o Termo de Convênio nº 1586/2023, Processo nº SES-PRC-2023-00783-DM, Processo SEI nº 024.00019033/2023-41 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC

2 **Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 **Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 **Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	2.087.303	689.745
	2.087.303	689.745

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com Estado de São Paulo.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	26.917	31.709
IRRF retido de serviços a recolher	10.794	12.803
CSLL retido de serviços a recolher	8.972	10.569
PIS retido de serviços a recolher	5.832	6.870
	52.515	61.951

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	-	134.428
Rescisões a pagar	657.423	-
IRRF a recolher	13.418	16.887
FGTS a recolher	164.994	75.764
INSS sobre autônomos a recolher	6.945	9.571
Empréstimo consignado a pagar	8.053	-
	850.833	236.650

10 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	192.952	101.700
	192.952	101.700
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(1.664)
	-	(1.664)

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual de Mirandópolis**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Mirandópolis não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.678.185
	-	6.678.185
Total do ativo	-	6.678.185
Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	-	51.103
Obrigações fiscais	-	42.925
Outros passivos	-	96.785
	-	2.730.141
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	3.948.044	-
Superávits (déficits) acumulados	(3.948.044)	3.948.044
	-	3.948.044
Total do passivo e patrimônio líquido	-	6.678.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

Demonstrações de resultado
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Convênios público - Estadual		-	27.597.565
Outras receitas		50.913	-
		50.913	27.597.565
Despesas operacionais			
Com pessoal		(746.043)	(12.145.113)
Medicamentos e insumos hospitalares		(18.900)	(206.185)
Prestadores de serviços médicos		(966.616)	(10.250.356)
Prestadores de serviços de terceiros		(39.580)	(1.367.546)
Administrativas e gerais		(2.318.369)	(8.255)
		(4.089.508)	(23.977.455)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(4.038.595)	3.620.110
Receitas financeiras		90.551	329.863
Despesas financeiras		-	(1.929)
		90.551	327.934
Superávit (déficit) do exercício		(3.948.044)	3.948.044

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro

Demonstrações de resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(3.948.044)	3.948.044
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(3.948.044)	3.948.044

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro****Demonstrações da mutação do patrimônio líquido**
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Superávit do exercício	-	3.948.044	3.948.044
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	3.948.044	3.948.044
Déficit do exercício	-	(3.948.044)	(3.948.044)
Incorporação ao patrimônio social	3.948.044	(3.948.044)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.948.044	(3.948.044)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(3.948.044)	3.948.044
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(51.103)	51.103
Obrigações fiscais	(42.925)	42.925
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.539.328)	2.539.328
Outros passivos	<u>(96.785)</u>	<u>96.785</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(6.678.185)</u>	<u>6.678.185</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.678.185)</u>	<u>6.678.185</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.678.185	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>-</u>	<u>6.678.185</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.678.185)</u>	<u>6.678.185</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

Em 23 de abril de 2025, foi devolvido à Secretaria de Saúde o saldo remanescente do Convênio nº 1616/2023, encerrando-se o Contrato.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Regional de Ferraz de Vasconcelos – CNPJ: 57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.695.512	3.260.158
Convênios e contratos a receber	6	104.797	-
		4.800.309	3.260.158
Total do ativo		4.800.309	3.260.158
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	68.775	41.684
Obrigações fiscais	8	22.932	19.687
Obrigações sociais e trabalhistas	9	656.447	505.440
Férias a pagar	10	438.672	334.381
Outros passivos	11	71.165	71.303
		1.257.991	972.495
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.333.377	-
Superávits acumulados		1.208.941	2.287.663
		3.542.318	2.287.663
Total do passivo e patrimônio líquido		4.800.309	3.260.158

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Convênios público - Estadual	1 (vi)	15.948.905	13.991.490
Outras receitas		13.013	-
		<u>15.961.918</u>	<u>13.991.490</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(6.896.759)	(5.579.718)
Medicamentos e insumos hospitalares		(209.117)	(42.849)
Prestadores de serviços médicos	13	(7.099.450)	(5.434.441)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(866.824)	(816.097)
Administrativas e gerais		(113.628)	(3.175)
Contingências e despesas judiciais		(23.633)	-
		<u>(15.209.411)</u>	<u>(11.876.280)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>752.507</u>	<u>2.115.210</u>
Receitas financeiras	15	456.434	172.453
Despesas financeiras	15	-	-
		<u>456.434</u>	<u>172.453</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.208.941</u></u>	<u><u>2.287.663</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Regional de Ferraz de Vasconcelos

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit do exercício	1.208.941	2.287.663
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.208.941	2.287.663

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Regional de Ferraz de Vasconcelos****Demonstrações da mutação do patrimônio líquido**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do exercício	-	2.287.663	2.287.663
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	2.287.663	2.287.663
Acervo líquido incorporado	45.714	-	45.714
Superávit do exercício	-	1.208.941	1.208.941
Incorporação ao patrimônio social	2.287.663	(2.287.663)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.333.377	1.208.941	3.542.318

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.208.941	2.287.663
Acervo líquido incorporado	45.714	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(104.797)	-
Fornecedores	27.091	41.684
Obrigações fiscais	3.245	19.687
Obrigações sociais e trabalhistas	151.007	505.440
Férias a pagar	104.291	334.381
Outros passivos	(138)	71.303
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.435.354	3.260.158
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.435.354	3.260.158
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.260.158	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.695.512	3.260.158
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.435.354	3.260.158

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.848.331 e R\$ 4.495.364, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Em 3 de janeiro de 2024 foi celebrado o Termo de Convênio nº 0002/2024, Processo nº SES-PRC-2023-00835-DM, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para o Gerenciamento de 20 (vinte) leitos de UTI Adulto no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos. O prazo de vigência do presente Convênio foi de 12 (doze) meses, até 31 de dezembro de 2024, tendo por termo inicial a data de assinatura, 3 de janeiro de 2024, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 11, letra “g”, do Decreto nº 66.173/2021. Em 18 de dezembro de 2024, foi celebrado o 2º Termo de Aditivo que tem finalidade a prorrogação da vigência do Convênio até 31 de dezembro de 2025 e a previsão de repasse de recursos financeiros, visando o Custeio - Folha de pagamento e prestação de serviço para o gerenciamento de 20 (vinte) leitos de UTI Adulto e 10 (dez) leitos de UTI Pediátrica no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	4.695.512	3.260.158
	4.695.512	3.260.158

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Saúde.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	7.958	7.946
IRRF retido de serviços a recolher	10.597	7.370
CSLL retido de serviços a recolher	2.653	2.649
PIS retido de serviços a recolher	1.724	1.722
	22.932	19.687

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	327.698	322.361
Rescisões a pagar	8.272	-
IRRF a recolher	28.193	26.005
FGTS a recolher	228.033	102.627
INSS sobre autônomos a recolher	25.708	38.050
Empréstimo consignado a pagar	18.041	271
Outros	20.502	16.126
	656.447	505.440

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

12 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços administrativos	816.803	770.797
Serviços de manutenção de equipamentos	50.021	45.300
	866.824	816.097

15 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	456.434	172.453
	456.434	172.453

16 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes

Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi
CNPJ 57.571.275/0004-45

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.699
Convênios e contratos a receber	-	2.699
Total do ativo	-	2.699
Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	-	7.534
Obrigações fiscais	-	466
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.557
	-	9.557
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	(47.609)	-
Superávits (déficits) acumulados	47.609	(6.858)
	-	(6.858)
Total do passivo e patrimônio líquido	-	2.699

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi**Demonstrações de resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais		
Parceria público - Municipal	-	2.794.296
Outras receitas	76.756	32.580
	<u>76.756</u>	<u>2.826.876</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal	(1.219)	(507.653)
Medicamentos e insumos hospitalares	-	(2.703)
Prestadores de serviços médicos	-	(1.751.458)
Prestadores de serviços de terceiros	-	(626.614)
Administrativas e gerais	(31.680)	(188)
	<u>(32.899)</u>	<u>(2.888.616)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	<u>43.857</u>	<u>(61.740)</u>
Receitas financeiras	3.752	55.555
Despesas financeiras	-	(673)
	<u>3.752</u>	<u>54.882</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u><u>47.609</u></u>	<u><u>(6.858)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	47.609	(6.858)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>47.609</u>	<u>(6.858)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Déficit do período	-	(6.858)	(6.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(6.858)	(6.858)
Ajuste do exercício anterior	(40.751)	-	(40.751)
Superávit do exercício	-	47.609	47.609
Incorporação ao patrimônio social	(6.858)	6.858	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(47.609)	47.609	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	47.609	(6.858)
Ajustes do exercício anterior	(40.751)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(7.534)	7.534
Obrigações fiscais	(466)	466
Obrigações sociais e trabalhistas	<u>(1.557)</u>	<u>1.557</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(2.699)</u>	<u>2.699</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.699)</u>	<u>2.699</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.699	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>-</u>	<u>2.699</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.699)</u>	<u>2.699</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Guanambi**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. Em 3 de outubro de 2025, foi devolvido ao Fundo Municipal de Saúde de Guanambi o saldo remanescente do Termo de Colaboração nº 001/2024 FMS, encerrando-se o Contrato.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro - CTMC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro - CTMC, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro - CTMC em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CTMC – CNPJ 57.571.275/0004-45**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.168.834	151.365
Convênios e contratos a receber		-	184.654
Outros créditos		1.168.834	336.019
Total do ativo		1.168.834	336.019
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	6	4.160	7.126
Obrigações fiscais		1.141	205
Obrigações sociais e trabalhistas	7	62.518	14.493
Férias a pagar	8	48.217	-
Outros passivos		8.779	-
		124.815	21.824
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		314.195	-
Superávits acumulados		729.824	314.195
		1.044.019	314.195
Total do passivo e patrimônio líquido		1.168.834	336.019

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CTMC**

Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	2.215.852	369.309
		2.215.852	369.309
Despesas operacionais			
Com pessoal		(768.097)	(41.577)
Medicamentos e insumos hospitalares		(27.657)	(6.403)
Prestadores de serviços médicos	9	(663.479)	(6.780)
Prestadores de serviços de terceiros		(98.167)	(250)
Administrativas e gerais		(15.252)	(510)
		(1.572.652)	(55.520)
Superávit antes do resultado financeiro		643.200	313.789
Receitas financeiras	10	86.624	532
Despesas financeiras	10	-	(126)
		86.624	406
Superávit do exercício		729.824	314.195

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CTMC

Demonstração de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit do exercício	729.824	314.195
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	729.824	314.195

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CTMC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	314.195	314.195
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	314.195	314.195
Superávit do exercício	-	729.824	729.824
Incorporação ao patrimônio social	314.195	(314.195)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	314.195	729.824	1.044.019

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CTMC**

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	729.824	314.195
	-	
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	184.654	(184.654)
Fornecedores	(2.966)	7.126
Obrigações fiscais	936	205
Obrigações sociais e trabalhistas	48.025	14.493
Férias a pagar	48.217	-
Outros passivos	8.779	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.017.469</u>	<u>151.365</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.017.469</u>	<u>151.365</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151.365	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.168.834</u>	<u>151.365</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.017.469</u>	<u>151.365</u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro – CTMC

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro – CTMC

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 205.850 e R\$ 11.143, respectivamente.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro - CTMC

Em 14 de novembro de 2024 foi firmado o termo de convenio nº 002596/2024, o presente convênio tem por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Folha de pagamento, Material de consumo e Prestação de serviço, visando o Gerenciamento de Serviço de Atendimento Técnico Hospitalar de Assistência à Pacientes Portadores de Lesões Labiopalatais e Malformações Craniofaciais para o Hospital Guilherme Álvaro - Santos, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente. O prazo de vigência do presente Convênio será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial a data de assinatura, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 11, letra “g”, do Decreto nº 66.173/2021.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro – CTMC

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro – CTMC

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(c) **Passivo circulante**

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) **Provisão para demandas judiciais**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir eventuais perdas e riscos considerados prováveis.

(e) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	1.168.834	151.365
	1.168.834	151.365

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CTMC**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	31.678	-
Rescisões a pagar	4.641	-
IRRF a recolher	1.060	-
FGTS a recolher	20.049	-
INSS sobre autônomos a recolher	3.398	2.914
Empréstimo consignado a pagar	1.692	-
Outros	-	11.579
	62.518	14.493

8 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

9 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

10 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	86.624	532
	86.624	532
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(126)
	-	(126)

11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro - CTMC não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CTMC**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Graziele Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Heliópolis – UTI CNPJ 47.571.275/0004-45****Balanço patrimonial em 31 de dezembro**
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.827.642
		12.827.642
Total do ativo		12.827.642
Passivo e patrimônio líquido		
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		12.827.642
		12.827.642
Total do passivo e patrimônio líquido		12.827.642

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI

Demonstrações de resultado

Para o período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	<u>27.074.525</u>
		<u>27.074.525</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(6.712.504)
Medicamentos e insumos hospitalares		(7.509)
Prestadores de serviços médicos	5	(7.834.558)
Prestadores de serviços de terceiros		(724.543)
Administrativas e gerais		<u>(7.207)</u>
		<u>(15.286.321)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>11.788.204</u>
Receitas financeiras	6	1.042.338
Despesas financeiras	6	<u>(2.900)</u>
		<u>1.039.438</u>
Superávit do período		<u><u>12.827.642</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI

Demonstrações de resultado abrangente
Para o período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Superávit do período	12.827.642
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>12.827.642</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Para o período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	12.827.642	12.827.642
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	12.827.642	12.827.642

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	12.827.642
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>12.827.642</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>12.827.642</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>12.827.642</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>12.827.642</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0%

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 21 de janeiro a 31 de outubro de 2025, o montante de R\$ 1.798.951

- (vi) **Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI**
Em 21 de janeiro de 2025 foi celebrado o Termo de Convênio nº 007/2025, Processo nº SES-PRC-2024-01988-DM, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio, para Apoio Financeiro CSS. Em 1 de novembro de 2025, ocorreu a formalização do Termo de Rescisão referente ao Termo de Convênio nº 000007/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Fundação do ABC. O referido Termo teve por objeto a formalização da rescisão do ajuste firmado entre as partes, estando o processo de prestação de contas vinculado ao respectivo Termo e sujeito à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos da legislação aplicável.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis - UTI

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(c) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Heliópolis - UTI**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

- (d) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	12.827.642
	12.827.642

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

- 5 Prestadores de serviços médicos**
Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

6 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	1.042.338
	1.042.338
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(2.900)
	(2.900)

- 7 Instrumentos financeiros**
O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Heliópolis - UTI**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Heliópolis – Pronto Socorro – CNPJ: 57.571.275/0004-45****Balanço patrimonial em 31 de dezembro**
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.103.438
		6.103.438
Total do ativo		6.103.438
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Obrigações fiscais		4
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		6.103.434
		6.103.434
Total do passivo e patrimônio líquido		6.103.438

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Demonstrações de resultado

Para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	27.012.869
		<u>27.012.869</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(7.902.697)
Medicamentos e insumos hospitalares		(24.524)
Prestadores de serviços médicos	5	(12.613.133)
Prestadores de serviços de terceiros		(954.127)
Administrativas e gerais		(1.678)
		<u>(21.496.159)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>5.516.710</u>
Receitas financeiras	6	587.387
Despesas financeiras	6	(663)
		<u>586.724</u>
Superávit do exercício		<u><u>6.103.434</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do exercício	-	6.103.434	6.103.434
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	6.103.434	6.103.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do exercício	6.103.434
	-
Variações nos ativos e passivos:	
Obrigações fiscais	<u>4</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>6.103.438</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6.103.438</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>6.103.438</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6.103.438</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 1 de janeiro a dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.117.923.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Em 31 de dezembro de 2024 foi celebrado o Termo de Convênio nº 3527/2024, Processo nº SES-PRC-2024-01952-DM, Processo SEI nº 024.00137793/2024-10 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - folha de pagamento e prestação de serviço para o gerenciamento técnico/administrativo da linha de cuidado do paciente crítico de alta complexidade, compreendendo a assistência ao paciente internado em leitos de cuidado intensivo e em leitos de enfermaria de retaguarda da UTI e da UER, atendimento em serviço de hemodinâmica, serviços de diagnose em ecocardiografia, anatomia patológica e necropsia, no âmbito do Hospital Heliópolis. O prazo de vigência do presente Convênio é até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos. Em 4 de abril de 2025 foi celebrado o Termo de Aditamento ao Convênio nº 3527/2024, Processo SEI nº 024.00137793/2024-10 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo a inclusão do gerenciamento da linha de cuidado do paciente crítico a assistência ao paciente crítico Materno Infantil às sextas-feiras, sábados e domingos no âmbito do Hospital Heliópolis, em Santos, a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2025. Em 1 de novembro de 2025, ocorreu a rescisão amigável do Convênio nº 003570/2024, firmado em 31 de dezembro de 2024 entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Fundação do ABC.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

- (a) **Caixa e equivalentes em caixa**
Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (c) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (d) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	6.103.438
	6.103.438

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

5 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

6 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	587.387
	587.387
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(663)
	(663)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis – Pronto Socorro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

7 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Heliópolis não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro – CNPJ: 57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.738.164
		22.738.164
Total do ativo		22.738.164
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	6	229.600
Obrigações fiscais	7	176.852
Obrigações sociais e trabalhistas	8	1.874.403
Férias a pagar	9	1.446.174
Outros passivos		233.734
		3.960.763
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		18.777.401
		18.777.401
Total do passivo e patrimônio líquido		22.738.164

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro**

Demonstrações de resultado

Para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	2025
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	75.228.117
		75.228.117
Despesas operacionais		
Com pessoal		(22.507.310)
Medicamentos e insumos hospitalares		(505.916)
Prestadores de serviços médicos	11	(30.854.558)
Prestadores de serviços de terceiros	12	(4.132.865)
Administrativas e gerais		(30.045)
		(58.030.694)
Superávit antes do resultado financeiro		17.197.423
Receitas financeiras	13	1.579.978
Despesas financeiras		-
		1.579.978
Superávit do exercício		18.777.401

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro****Demonstrações de resultado abrangente**
Para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Superávit do exercício	18.777.401
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>18.777.401</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro**

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do exercício	-	18.777.401	18.777.401
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	18.777.401	18.777.401

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do exercício	18.777.401
	-
Variações nos ativos e passivos:	
Fornecedores	229.600
Obrigações fiscais	176.852
Obrigações sociais e trabalhistas	1.874.403
Férias a pagar	1.446.174
Outros passivos	<u>233.734</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>22.738.164</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>22.738.164</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>22.738.164</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>22.738.164</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 1 de janeiro a dezembro de 2025, o montante de R\$ 6.031.959.

(vi) Unidade de Apoio Administrativo – Hospital Guilherme Álvaro

Em 31 de dezembro de 2024 foi celebrado o Termo de Convênio nº 3527/2024, Processo nº SES-PRC-2024-01952-DM, Processo SEI nº 024.00137793/2024-10 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - folha de pagamento e prestação de serviço para o gerenciamento técnico/administrativo da linha de cuidado do paciente crítico de alta complexidade, compreendendo a assistência ao paciente internado em leitos de cuidado intensivo e em leitos de enfermaria de retaguarda da UTI e da UER, atendimento em serviço de hemodinâmica, serviços de diagnose em ecocardiografia, anatomia patológica e necropsia, no âmbito do Hospital Guilherme Álvaro. O prazo de vigência do presente Convênio é até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos. Em 4 de abril de 2025 foi celebrado o Termo de Aditamento ao Convênio nº 3527/2024, Processo SEI nº 024.00137793/2024-10 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo a inclusão do gerenciamento da linha de cuidado do paciente crítico a assistência ao paciente crítico Materno Infantil às sextas-feiras, sábados e domingos no âmbito do Hospital Guilherme Álvaro, em Santos, a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2025.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(c) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	22.738.164
	22.738.164

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

7 Obrigações fiscais

Descrição	2025
COFINS retido de serviços a recolher	88.246
INSS retido de serviços a recolher	1.793
IRRF retido de serviços a recolher	36.255
CSLL retido de serviços a recolher	29.415
PIS retido de serviços a recolher	19.120
ISS a recolher	2.023
	176.852

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
Salários a pagar	1.091.466
IRRF a recolher	51.851
FGTS a recolher	526.280
INSS sobre autônomos a recolher	102.790
Empréstimo consignado a pagar	59.442
Outros	42.574
	1.874.403

9 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

10 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025
Serviços de informática	22.800
Serviços de manutenção de equipamentos	956.248
Serviços administrativos	2.610.431
Serviços de motorista	162.161
Outros serviços	381.225
	4.132.865

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

13 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	1.579.978
	1.579.978

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Guilherme Álvaro não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital
Guilherme Álvaro**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Graziele Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui –
CNPJ: 57.571.275/00004-45

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.401.110
		23.401.110
Total do ativo		
		23.401.110

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	6	125.620
Obrigações fiscais	7	168.997
Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.610.874
Férias a pagar	9	1.704.884
Outros passivos	10	363.652
		4.974.027
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		18.427.083
		18.427.083
Total do passivo e patrimônio líquido		
		23.401.110

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui**Demonstrações de resultado****Para o período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025****Em reais**

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	67.183.736
Outras receitas		40.713
		<u>67.224.449</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(26.873.808)
Medicamentos e insumos hospitalares		(283.232)
Prestadores de serviços médicos	11	(20.141.140)
Prestadores de serviços de terceiros	12	(2.496.309)
Administrativas e gerais		(22.634)
Contingências e despesas judiciais		(42.884)
		<u>(49.860.007)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>17.364.442</u>
Receitas financeiras	13	1.077.395
Despesas financeiras	13	(14.754)
		<u>1.062.641</u>
Superávit do período		<u><u>18.427.083</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui**Demonstrações de resultado abrangente****Para o período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025****Em reais**

	<u>2025</u>
Superávit do período	18.427.083
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>18.427.083</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	18.427.083	18.427.083
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	18.427.083	18.427.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	18.427.083
Variações nos ativos e passivos:	
Fornecedores	125.620
Obrigações fiscais	168.997
Obrigações sociais e trabalhistas	2.610.874
Férias a pagar	1.704.884
Outros passivos	<u>363.652</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>23.401.110</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>23.401.110</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>23.401.110</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>23.401.110</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 7.202.181.

(vi) Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

Em 2 de maio de 2025 foi celebrado o Termo de Convênio nº 715/2025, Processo nº SES-PRC-2025-00133-DM, Processo SEI nº 024.00109589/2024-17 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes, por meio da transferência de recursos financeiros destinados a cobrir as despesas com Custeio - folha de pagamento e prestação de serviço, visando o Gerenciamento da linha de cuidados clínicos e pediátricos, que inclui o Pronto Socorro Adulto e Pediátrico, UTI Adulto e Pediátrico e Enfermaria de Clínica Médica do Conjunto Hospitalar do Mandaqui. O prazo de vigência do presente Convênio será até 30 de abril de 2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(c) **Provisão para demandas judiciais**

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 **Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 **Caixa e equivalentes em caixa**

Descrição	2025
Aplicações financeiras	23.401.110
	23.401.110

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 **Fornecedores**

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 **Obrigações fiscais**

Descrição	2025
COFINS retido de serviços a recolher	86.455
IRRF retido de serviços a recolher	34.992
CSLL retido de serviços a recolher	28.818
PIS retido de serviços a recolher	18.732
	168.997

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
Salários a pagar	1.931.931
Rescisões a pagar	13.573
IRRF a recolher	92.797
FGTS a recolher	240.531
INSS sobre autônomos a recolher	191.428
Empréstimo consignado a pagar	53.096
Outros	87.518
	2.610.874

9 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

10 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e aos valores recebidos das unidades gerenciadoras para reembolsar os valores bloqueados das contas da Entidade.

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025
Serviços administrativos	2.234.915
Serviços de manutenção de equipamentos	227.194
Serviços de informática	34.200
	2.496.309

13 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	1.077.395
	1.077.395
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(14.754)
	(14.754)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 2 de maio a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Mandaqui não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga
– CNPJ: 57.571.275/0004-45**Balanço patrimonial em 31 de dezembro**
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	843.675
		843.675
Não circulante		
Bloqueio judicial		30.672
		30.672
Total do ativo		874.347
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Outros passivos		30.673
		30.673
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		843.674
		843.674
Total do passivo e patrimônio líquido		874.347

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga**Demonstrações de resultado****Para o período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025****Em reais**

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	4.357.519
		<u>4.357.519</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(1.590.265)
Medicamentos e insumos hospitalares		(73.015)
Prestadores de serviços médicos	6	(1.567.329)
Prestadores de serviços de terceiros	7	(355.012)
Administrativas e gerais		(1.590.265)
		<u>(3.585.621)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>771.898</u>
Receitas financeiras	8	72.777
Despesas financeiras	8	(1.001)
		<u>71.776</u>
Superávit do período		<u><u>843.674</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga**Demonstrações de resultado abrangente****Para o período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025****Em reais**

	<u>2025</u>
Superávit do período	843.674
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>843.674</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	843.674	843.674
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	843.674	843.674

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	843.674
Variações nos ativos e passivos:	
Bloqueio judicial	(30.672)
Outros passivos	<u>30.673</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>843.675</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>843.675</u></u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	 -
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>843.675</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>843.675</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0%

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 28 de fevereiro a 31 de outubro de 2025, o montante de R\$ 426.191.

(vi) **Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga**

Em 28 de fevereiro de 2025 foi celebrado o Termo de Convênio nº 420/2025, Processo nº SES-PRC-2025-00064-DM, Processo SEI nº 024.00183009/2024-45 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes, por meio da transferência de recursos financeiros destinados a cobrir as despesas com Custeio - folha de pagamento e prestação de serviço para o Gerenciamento Técnico e Administrativo de 10 (dez) leitos de Unidade de Terapia Intensiva do UGA 2 – Hospital Ipiranga. Em 1 de novembro de 2025 ocorreu a rescisão amigável do Convênio nº 420/2025, firmado em 28 de fevereiro de 2025 entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Fundação do ABC.

2 **Apresentação das demonstrações contábeis**

2.1 **Base de apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 **Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 **Instrumentos financeiros**

(i) **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(c) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	843.675
	843.675

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

7 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025
Serviços de manutenção de equipamentos	53.105
Serviços administrativos	301.907
	355.012

8 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	72.777
	72.777
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(1.001)
	(1.001)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Ipiranga não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional “Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional “Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional “Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional
“Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos – CNPJ:
57.571.275/0004-45

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.744.672
Convênios e contratos a receber	6	191.668
		10.936.340
Total do ativo		10.936.340
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	7	95.882
Obrigações fiscais	8	25.330
Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.223.096
Férias a pagar	10	784.533
Outros passivos		183.299
		2.312.140
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		8.624.200
		8.624.200
Total do passivo e patrimônio líquido		10.936.340

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional
“Dr. Osíris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos**

Demonstrações de resultado

Para o período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	38.466.615
Outras receitas		6.098
		<u>38.472.713</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(11.671.075)
Medicamentos e insumos hospitalares		(67.181)
Prestadores de serviços médicos	11	(16.929.692)
Prestadores de serviços de terceiros	12	(1.796.863)
Administrativas e gerais		(19.387)
		<u>(30.484.198)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>7.988.515</u>
Receitas financeiras	13	640.529
Despesas financeiras	13	(4.844)
		<u>635.685</u>
Superávit do período		<u><u>8.624.200</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional
“Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos**

Demonstrações de resultado abrangente
Para o período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Superávit do período	8.624.200
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>8.624.200</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional
“Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	8.624.200	8.624.200
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	8.624.200	8.624.200

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional
“Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	8.624.200
Variações nos ativos e passivos:	
Convênios e contratos a receber	(191.668)
Fornecedores	95.882
Obrigações fiscais	25.330
Obrigações sociais e trabalhistas	1.223.096
Férias a pagar	784.533
Outros passivos	<u>183.299</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>10.744.672</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>10.744.672</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>10.744.672</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>10.744.672</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional “Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0%

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional “Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.040.447.

(vi) Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional “Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos

Em 12 de março de 2025 foi celebrado o Termo de Convênio nº 502/2025, Processo nº SES-PRC-2025-00084-DM, Processo SEI nº 024.00171068/2024-71 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes, por meio da transferência de recursos financeiros destinados a cobrir as despesas com Custeio - folha de pagamento e prestação de serviço, visando o Gerenciamento Técnico e Administrativo de Urgência e Emergência do Pronto Socorro Adulto e Infantil do Hospital Regional “Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos. O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de março de 2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional “Dr. Osíris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contrato a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a ente público, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional
“Dr. Osíris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	10.744.672
	10.744.672

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do convênio firmado com a Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Contrato de Convênio nº 000502/2025.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional
“Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025
COFINS retido de serviços a recolher	1.082
IRRF retido de serviços a recolher	23.653
CSLL retido de serviços a recolher	361
PIS retido de serviços a recolher	234
	25.330

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
Salários a pagar	739.365
IRRF a recolher	33.062
FGTS a recolher	313.547
INSS sobre autônomos a recolher	65.886
Empréstimo consignado a pagar	27.415
Outros	43.821
	1.223.096

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025
Serviços de manutenção de equipamentos	43.830
Serviços administrativos	1.541.920
Outros serviços	211.113
	1.796.863

13 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	640.529
	640.529

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional
“Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 12 de março a 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Despesas financeiras

Tarifas e serviços bancários	(4.844)
	(4.844)

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Regional “Dr. Osiris Florindo Coelho” Ferraz de Vasconcelos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de
Vila Nova Cachoeirinha – CNPJ: 57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.540.623
Convênios e contratos a receber	6	2.202.441
		6.743.064
Total do ativo		6.743.064
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	6	58.061
Obrigações fiscais	7	59.513
Obrigações sociais e trabalhistas	8	776.910
Férias a pagar	9	397.761
Outros passivos		98.921
		1.391.166
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		5.351.898
		5.351.898
Total do passivo e patrimônio líquido		6.743.064

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Demonstrações de resultado

Para o período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	22.024.412
		<u>22.024.412</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(7.374.799)
Medicamentos e insumos hospitalares		(33.328)
Prestadores de serviços médicos	11	(8.815.069)
Prestadores de serviços de terceiros		(839.018)
Administrativas e gerais		(3.521)
		<u>(17.065.735)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>4.958.677</u>
Receitas financeiras	12	396.685
Despesas financeiras	12	(3.464)
		<u>393.221</u>
Superávit do período		<u><u>5.351.898</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Demonstrações de resultado abrangente
Para o período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	2025
Superávit do período	5.351.898
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	5.351.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	5.351.898	5.351.898
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	5.351.898	5.351.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	5.351.898
Variações nos ativos e passivos:	
Convênios e contratos a receber	(2.202.441)
Fornecedores	58.061
Obrigações fiscais	59.513
Obrigações sociais e trabalhistas	776.910
Férias a pagar	397.761
Outros passivos	<u>98.921</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>4.540.623</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.540.623</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.540.623</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.540.623</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 21.020.

(vi) Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Em 13 de março de 2025 foi celebrado o Termo de Convênio nº 494/2025, Processo nº SES-PRC-2025-00083-DM, Processo SEI nº 024.00190692/2024-77 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes, por meio da transferência de recursos financeiros destinados a cobrir as despesas com Custeio - folha de pagamento e prestação de serviço, visando o gerenciamento técnico e administrativo do serviço de urgência e emergência adulto e pediátrico, no âmbito do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha. O prazo de vigência do presente Convênio será até 14 de março de 2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a ente público, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	4.540.623
	4.540.623

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do convênio firmado com a Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Contrato de Convênio nº 000494/2025.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis do período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025
COFINS retido de serviços a recolher	30.519
IRRF retido de serviços a recolher	12.208
CSLL retido de serviços a recolher	10.173
PIS retido de serviços a recolher	6.613
	59.513

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
Salários a pagar	417.056
IRRF a recolher	16.692
FGTS a recolher	181.759
INSS sobre autônomos a recolher	57.706
Empréstimo consignado a pagar	4.964
Outros	98.733
	776.910

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	396.685
	396.685
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(3.464)
	(3.464)

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 13 de março a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Cachoeirinha não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca – CNPJ: 57.571.275/0004-45

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.341.027
		2.341.027
Total do ativo		2.341.027
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	6	31.278
Obrigações fiscais	7	22.331
Obrigações sociais e trabalhistas	8	334.952
Férias a pagar	9	153.201
Outros passivos		75.681
		617.443
Patrimônio líquido		
Superávits acumulados		1.723.584
		1.723.584
Total do passivo e patrimônio líquido		2.341.027

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Demonstrações de resultado

Para o período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	2025
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	6.115.776
		6.115.776
Despesas operacionais		
Com pessoal		(2.219.326)
Medicamentos e insumos hospitalares		(17.593)
Prestadores de serviços médicos	10	(1.932.571)
Prestadores de serviços de terceiros		(318.755)
Administrativas e gerais		(2.620)
		(4.490.865)
Superávit antes do resultado financeiro		1.624.911
Receitas financeiras	11	98.990
Despesas financeiras	11	(317)
		98.673
Superávit do período		1.723.584

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Demonstrações de resultado abrangente
Para o período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Superávit do período	1.723.584
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>1.723.584</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	1.723.584	1.723.584
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	1.723.584	1.723.584

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	1.723.584
Variações nos ativos e passivos:	
Fornecedores	31.278
Obrigações fiscais	22.331
Obrigações sociais e trabalhistas	334.952
Férias a pagar	153.201
Outros passivos	<u>75.681</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>2.341.027</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.341.027</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.341.027</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.341.027</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 8.194.

(vi) Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Em 3 de julho de 2025 foi celebrado o Termo de Convênio nº 1099/2025, Processo nº SES-PRC-2025-00431-DM, Processo SEI nº 024.00046951/2025-12 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes, por meio da transferência de recursos financeiros destinados a cobrir as despesas com Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para Gerenciamento das linhas de cuidado clínico e psiquiátrico, no Centro de Reabilitação de Casa Branca. O prazo de vigência do presente Convênio será até 30 de junho de 2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(d) **Provisão para demandas judiciais**

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 **Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 **Caixa e equivalentes em caixa**

Descrição	2025
Aplicações financeiras	2.341.027
	2.341.027

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 **Fornecedores**

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 **Obrigações fiscais**

Descrição	2025
COFINS retido de serviços a recolher	11.452
IRRF retido de serviços a recolher	4.580
CSLL retido de serviços a recolher	3.817
PIS retido de serviços a recolher	2.482
	22.331

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
Salários a pagar	234.675
IRRF a recolher	5.086
FGTS a recolher	63.302
INSS sobre autônomos a recolher	25.339
Empréstimo consignado a pagar	2.729
Outros	3.821
	334.952

9 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

10 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

11 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	98.990
	98.990
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(317)
	(317)

12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Centro de Reabilitação Casa Branca

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 3 de julho a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes", as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes", em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual
Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes" – CNPJ
57.571.275/0004-45**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.580.621
		1.580.621
Total do ativo		1.580.621
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	6	23.076
Obrigações fiscais	7	2.228
Obrigações sociais e trabalhistas	8	201.171
Férias a pagar	9	21.595
		248.070
Patrimônio líquido		
Superávit acumulado		1.332.551
		1.332.551
Total do passivo e patrimônio líquido		1.580.621

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"**Demonstrações de resultado****Para o período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025****Em reais**

	Notas	<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Convênios público - Estadual	1 (vi)	1.697.516
		<u>1.697.516</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(330.722)
Prestadores de serviços médicos	10	(46.973)
		<u>(377.695)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.319.821</u>
Receitas financeiras	11	13.114
Despesas financeiras	11	(384)
		<u>12.730</u>
Superávit do período		<u><u>1.332.551</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual
Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"**

Demonstrações de resultado abrangente
Para o período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	<u>2025</u>
Superávit do período	1.332.551
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>1.332.551</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual
Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido
Para o período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025
Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	1.332.551	1.332.551
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	1.332.551	1.332.551

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual
Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"****Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025
Em reais**

	<u>2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	1.332.551
Variações nos ativos e passivos:	
Fornecedores	23.076
Obrigações fiscais	2.228
Obrigações sociais e trabalhistas	201.171
Férias a pagar	<u>21.595</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.580.621</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.580.621</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.580.621</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.580.621</u></u>

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 48.742.

(vi) Fundação do ABC - Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Em 6 de novembro de 2025 foi celebrado o Termo de Convênio nº 1635/2025, Processo nº SES-PRC-2025-00575-DM, Processo SEI nº: 024.00054749/2025-56, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tendo por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes, por meio da transferência de recursos financeiros destinados a cobrir as despesas com Custeio - Folha de pagamento e Prestação de serviço para o Gerenciamento de Cuidados Prolongados de Transição em Pacientes Clinicamente Estáveis, do Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes". O prazo de vigência do presente Convênio será até 30 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	1.580.621
	1.580.621

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

7 Obrigações fiscais

Descrição	2025
COFINS retido de serviços a recolher	1.142
IRRF retido de serviços a recolher	457
CSLL retido de serviços a recolher	381
PIS retido de serviços a recolher	248
	2.228

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
Salários a pagar	160.279
IRRF a recolher	2.207
FGTS a recolher	22.764
INSS sobre autônomos a recolher	15.921
	201.171

9 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

10 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

11 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	13.114
	13.114
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(384)
	(384)

Fundação do ABC – Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 6 de novembro a 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Unidade de Apoio Administrativo - Hospital Estadual Especializado em Reabilitação "Dr. Francisco Ribeiro Arantes" não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein -
CNPJ 57.571.275/0007-98**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	857.970	962.497
Convênios e contratos a receber	6	722.112	722.111
Outros créditos		49.056	49.056
		1.629.138	1.733.664
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	79.216	79.216
		79.216	79.216
Total do ativo		1.708.354	1.812.880
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	1.987.086	1.987.086
Obrigações fiscais	9	102.280	102.280
Outros passivos	10	3.739.421	2.708.950
		5.828.787	4.798.316
Não circulante			
Fornecedores	8	1.081.893	1.801.080
		1.081.893	1.801.080
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(4.909.228)	(5.160.615)
Superávits (déficits) acumulados		(293.098)	374.099
		(5.202.326)	(4.786.516)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.708.354	1.812.880

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Repasse Público - Municipal	1 (vii)	-	866.473
		<u>-</u>	<u>866.473</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		-	(205)
Prestadores de serviços de terceiros		-	(1.400)
Contingências e despesas judiciais	12	(311.284)	(515.284)
		<u>(311.284)</u>	<u>(516.889)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(311.284)</u>	<u>349.584</u>
Receitas financeiras	13	19.217	26.135
Despesas financeiras	13	(1.031)	(1.620)
		<u>18.186</u>	<u>24.515</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>(293.098)</u></u>	<u><u>374.099</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	(293.098)	374.099
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(293.098)</u>	<u>374.099</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávit (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(2.952.911)	(2.207.704)	(5.160.615)
Superávit do exercício	-	374.099	374.099
Incorporação ao patrimônio social	(2.207.704)	2.207.704	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(5.160.615)	374.099	(4.786.516)
Acervo líquido cindido	(122.712)	-	(122.712)
Déficit do exercício	-	(293.098)	(293.098)
Incorporação ao patrimônio social	374.099	(374.099)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(4.909.228)	(293.098)	(5.202.326)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(293.098)	374.099
Acervo líquido cindido	(122.712)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(719.187)	(835.058)
Outros passivos	<u>1.030.471</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(104.526)</u>	<u>(460.959)</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(104.526)</u>	<u>(460.959)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	962.496	1.423.456
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>857.970</u>	<u>962.497</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(104.526)</u>	<u>(460.959)</u>

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Em 22 de setembro de 2023 foi assinado o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta que tem como objeto o cumprimento de Plano de Liquidação dos Débitos Pretéritos envolvendo os instrumentos de parceria anteriormente celebrados entre o Município de Santo André e a Fundação do ABC. Foi estabelecido, por exigência interventiva do Ministério Público, que a vigência do presente Termo é de 100 (cem) meses, contados a partir de janeiro de 2024, em razão da necessidade de quitação integral de todos os débitos pretéritos. Em dezembro de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo solicitou a suspensão dos pagamentos sob alegação de que o referido TAC carece de liquidez, certeza e exigibilidade, requisitos imprescindíveis para a configuração de um título executivo. No entanto, a Entidade entende que a aprovação do TAC pelo Ministério Público foi legalmente conduzida de forma detalhada, transparente e eficaz. Espera-se o desfecho favorável para retomada dos repasses.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	857.970	962.497
	857.970	962.497

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****6 Contratos a receber**

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	51.258	51.258
INSS retido de serviços a recolher	26.057	26.057
IRRF retido de serviços a recolher	15.245	15.245
ISS a recolher	9.720	9.720
	102.280	102.280

10 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

12 Contingências e despesas judiciais

Referem-se aos valores pagos de processos judiciais cíveis e trabalhistas acordados.

13 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	19.217	26.135
	19.217	26.135
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.031)	(1.620)
	(1.031)	(1.620)

Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM - CNPJ
57.571.275/0013-36**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.297.258	1.665.987
Convênios e contratos a receber	6	14.973.870	14.973.870
Estoques	7	2.584.327	1.497.603
Outros créditos	8	2.995.566	3.266.814
		23.851.021	21.404.274
Não circulante			
Bloqueio judicial	9	3.793.416	3.793.242
		3.793.416	3.793.242
Total do ativo		27.644.437	25.197.516
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	10	32.558.395	24.486.405
Obrigações fiscais	11	7.702.618	7.161.220
Obrigações sociais e trabalhistas	12	38.578.937	38.663.245
Provisões de férias	13	10.722.586	11.676.276
Outros passivos	14	26.565.234	28.238.011
		116.127.770	110.225.157
Não circulante			
Fornecedores	10	4.770.000	5.106.790
Provisão para demandas judiciais	15	5.674.097	6.895.951
		10.444.097	12.002.741
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(97.030.382)	(103.518.425)
Superávits (déficits) acumulados		(1.897.048)	6.488.043
		(98.927.430)	(97.030.382)
Total do passivo e patrimônio líquido		27.644.437	25.197.516

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM**Demonstrações de resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	234.937.640	227.654.784
Outras receitas		548	275.351
		234.938.188	227.930.135
Despesas operacionais			
Com pessoal		(122.144.485)	(122.571.545)
Medicamentos e insumos hospitalares	16	(11.363.567)	(12.009.305)
Prestadores de serviços médicos	17	(78.935.906)	(65.634.792)
Prestadores de serviços de terceiros	18	(13.348.656)	(12.317.429)
Administrativas e gerais	19	(4.417.404)	(4.858.452)
Contingências e despesas judiciais	20	(5.863.194)	(4.291.577)
Bens de terceiros	3 (e)	(1.370.767)	(15.939)
		(237.443.979)	(221.699.039)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(2.505.791)	6.231.096
Receitas financeiras	21	647.347	285.573
Despesas financeiras	21	(38.604)	(28.626)
		608.743	256.947
Superávit (déficit) do exercício		(1.897.048)	6.488.043

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(1.897.048)	6.488.043
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.897.048)	6.488.043

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(106.471.833)	2.953.408	(103.518.425)
Superávit do exercício	-	6.488.043	6.488.043
Incorporação ao patrimônio social	2.953.408	(2.953.408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(103.518.425)	6.488.043	(97.030.382)
Déficit do exercício	-	(1.897.048)	(1.897.048)
Incorporação ao patrimônio social	6.488.043	(6.488.043)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(97.030.382)	(1.897.048)	(98.927.430)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(1.897.048)	6.488.043
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(1.221.854)	(5.393.507)
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(1.086.724)	183.721
Outros créditos	(167.976)	(275.666)
Bloqueio judicial	(174)	(917.940)
Fornecedores	7.735.200	(2.284.326)
Obrigações fiscais	541.398	202.027
Obrigações sociais e trabalhistas	(84.308)	(324.595)
Férias a pagar	(953.690)	-
Outros passivos	(1.672.777)	2.452.960
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.631.271	130.717
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.631.271	130.717
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.665.987	1.535.270
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.297.258	1.665.987
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.631.271	130.717

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0%

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 33.710.075 e R\$ 32.849.174, respectivamente.

(vi) **Complexo de Saúde de Mauá - COSAM**

O Complexo de Saúde de Mauá - COSAM é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0013-36, com sede na Rua Regente Feijó, nº 166, no bairro Vila Bocaina, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo. Em 27 de fevereiro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 01/2015 – Processo nº 8020/14 entre a Prefeitura do Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução das atividades de prestação de serviço de saúde e ensino em saúde sob gestão municipal, em caráter complementar e integrado a Secretaria de Saúde de Mauá, a partir dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e das estratégias de gestão. Os serviços prestados são desenvolvidos de acordo com as diretrizes constitucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde, sendo atendimentos realizados à população obrigatoriamente gratuitos, em caráter 100% público. O prazo de vigência do contrato é de doze meses, a iniciar em 1 de março de 2015, podendo ser prorrogado até o alcance de seu prazo maior, limitado a 60 meses. A gestão do Complexo de Saúde de Mauá (COSAM) feita via Organização Social de Saúde possibilita maior facilidade administrativa e maior agilidade em muitas ações consideradas burocráticas quando geridas diretamente pelo poder público.

A partir do COSAM, a Fundação passou a responder pela gestão clínica e administrativa do Nardini, das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do município. Também fazem parte do contrato de gestão o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas, Centro de Atenção Psicossocial Adulto III Primavera, CAPS Infanto-juvenil, Centro de Especialidades Médicas de Mauá (CEMMA), Centro Especializado em Reabilitação (CER-IV), Centro de Referência em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (CRSMCA), Centro de Referência em Saúde – HIV/DST, República Terapêutica Infanto-juvenil, Residência Terapêutica I e II, Consultório de Rua, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Reabilitação Dr. Jaime Souza, Complexo Municipal de Regulação e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Em 7 de abril de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo ao Plano Operacional ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objeto de adotar as providências legais para a locação de imóvel comercial destinado ao abrigamento do CAPS Adulto, em prol do município de Mauá-SP, pela vigência de 36 meses. Em 25 de agosto de 2022 foi celebrado o Aditamento ao Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objeto de prorrogar o período da sua vigência por mais 24 meses. Em 19 de abril de 2023, foi celebrado o Termo Aditivo do Plano Operacional, por objeto de adotar as práticas legais para a locação do imóvel comercial destinado ao abrigamento do Centro de Referência em Saúde – CRS, em prol do município de Mauá. Em 21 de agosto de 2024 foi assinado o Termo de Aditivo ao Termo de Acordo Judicial, O presente Termo Aditivo tem como objeto a alocação adicional de recursos orçamentários no valor de R\$ 608.016,50 (seiscentos e oito mil, dezesseis reais e cinquenta centavos), destinados à cobertura dos custos excedentes ao orçamento originalmente previsto para o contrato de prestação de serviços de transporte de material biológico, análise e processamento de exames laboratoriais, abrangendo as esferas da Atenção Básica, Atenção Especializada e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Município de Mauá. No exercício de 2025, foram formalizados Termos Aditivos ao Termo de Acordo Judicial

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

referentes à suplementação orçamentária, denominados Suplementação I, II e III, destinados ao reforço dos recursos financeiros inicialmente pactuados, visando à continuidade e regularidade dos serviços de saúde no âmbito do Complexo de Saúde de Mauá (COSAM). Além dos Termos Aditivos específicos para suplementação orçamentária vinculada a prestadores de serviços, incluindo a empresa Biomega Medicina Diagnóstica Ltda, responsável por serviços de apoio diagnóstico e laboratorial, e a empresa C.A.P. Serviços Médicos Ltda, relacionados à prestação de serviços médicos, com o objetivo de cobertura de custos operacionais e adequação contratual às demandas assistenciais do município. Em 2025, foi celebrado Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial relacionado à empresa SPX, com vistas à adequação das condições contratuais e garantia da continuidade dos serviços prestados no âmbito do contrato de gestão. Foram celebrados, ainda, Termos Aditivos de Retificação e Ratificação ao Termo de Acordo Judicial, com a finalidade de promover ajustes formais, correções e consolidação das condições previamente estabelecidas, sem alteração substancial do objeto principal pactuado. Por fim, no exercício de 2025, foi firmado contrato de doação de microcomputadores, destinado ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica das unidades de saúde vinculadas ao COSAM, contribuindo para a melhoria dos processos assistenciais e administrativos.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo para demandas judiciais. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	381	334
Banco conta movimento	13	83
Aplicações financeiras	3.296.864	1.665.570
	3.297.258	1.665.987

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Mauá.

7 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	1.211.405	694.729
Material médico hospitalar	1.085.593	639.907
Material de limpeza e higiene	60.545	58.979
Material de manutenção	161.015	96.940
Outros materiais	65.769	7.048
	2.584.327	1.497.603

8 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, aos recursos transferidos para outras filiais em decorrência do reembolso do bloqueio judicial ocorrido em suas contas bancárias.

9 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

10 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

11 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	5.372.689	5.207.763
INSS retido de serviços a recolher	191.654	93.995
IRRF retido de serviços a recolher	1.910.474	1.719.913
CSLL retido de serviços a recolher	123.750	68.796
PIS retido de serviços a recolher	80.437	44.707
IRRF retido de Aluguéis	23.614	26.046
	7.702.618	7.161.220

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

12 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	5.371.122	5.312.944
Rescisões a pagar	-	37.441
IRRF a recolher	13.798.088	14.006.071
FGTS a recolher	18.351.313	18.056.040
INSS sobre autônomos a recolher	627.907	637.988
Empréstimo consignado a pagar	388.038	430.466
Outros	42.469	182.295
	38.578.937	38.663.245

13 Férias a pagar

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

14 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e TAC.

15 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	3.635.139	2.125.646
Cível	2.038.958	4.770.305
	5.674.097	6.895.951

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 34.053.858 e R\$ 18.725.848, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

16 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	4.172.952	5.079.493
Material médico hospitalar	4.642.188	4.956.344
Órtese e prótese	836.036	685.307
Material de laboratório	-	135
Gases industriais e medicinais	507.150	540.543
Dieta enteral e parenteral	604.891	438.421
Material de limpeza e higiene	535.022	190.394
Outros materiais	65.328	118.668
	11.363.567	12.009.305

17 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

18 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	788.395	784.539
Serviços de refeitório	8.129.483	7.051.255
Locação de veículos e equipamentos	816.257	789.014
Serviços de lavanderia hospitalar	923.106	914.230
Serviços de manutenção de equipamentos	199.332	117.009
Serviços administrativos	2.413.957	2.613.731
Serviços de motorista	120	7.330
Outros serviços	78.006	40.321
	13.348.656	12.317.429

19 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	113.788	160.346
Material de conservação e reparo	83.032	384.241
Material de consumo administrativo	285.643	320.951
Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.360.766	3.794.982
Outras despesas	574.175	197.932
	4.417.404	4.858.452

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

20 Contingências e despesas judiciais

Compreende basicamente a constituição do saldo da provisão para contingência trabalhista e cível, conforme o relatório do departamento jurídico que patrocina tais processos.

21 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	647.346	285.573
	647.346	285.573
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(24.182)	(26.902)
Juros e multas de mora	(14.422)	(1.724)
	(38.604)	(28.626)

22 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo de Saúde de Mauá - COSAM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Conforme a nota explicativa nº20, no exercício de 2025, a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul não considerou a recomposição inflacionária nem a incorporação de atendimentos anteriormente executados por outra estrutura, sem a correspondente alocação dos recursos necessários para seu custeio.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Caetano do Sul, 24 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
CNPJ 57.571.275/0014-17

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.105.282	66.245
Convênios e contratos a receber	6	53.245.761	53.162.452
Estoques	7	3.863.185	2.593.144
Outros créditos		8.647	144
		58.222.875	55.821.985
Não circulante			
Bloqueio judicial	8	163.079	163.079
		163.079	163.079
Total do ativo			
		58.385.954	55.985.064
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	9	110.854.614	66.612.117
Obrigações fiscais	10	10.172.011	6.874.790
Obrigações sociais e trabalhistas	11	13.221.424	15.338.523
Férias a pagar	12	19.160.619	16.531.646
Outros passivos		537.824	256.211
		153.946.492	105.613.287
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	2.897.592	4.226.276
		2.897.592	4.226.276
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(53.854.499)	(46.286.902)
Déficits acumulados		(44.603.631)	(7.567.598)
		(98.458.130)	(53.854.500)
Total do passivo e patrimônio líquido			
		58.385.954	55.985.064

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
CNPJ 57.571.275/0014-17

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	408.093.492	446.071.053
Outras receitas		16.360.180	5.500.000
		424.453.672	451.571.053
Despesas operacionais			
Com pessoal		(196.139.357)	(194.211.173)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(42.769.430)	(38.347.941)
Prestadores de serviços médicos	15	(154.510.162)	(134.765.988)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(67.297.020)	(78.673.238)
Administrativas e gerais	17	(8.819.369)	(8.926.820)
Atividades acadêmicas		-	(295.638)
Contingências e despesas judiciais	18	343.124	(1.688.852)
Bens de terceiros	3 (e)	(226.935)	(2.362.509)
		(469.419.149)	(459.272.159)
Déficit antes do resultado financeiro		(44.965.477)	(7.701.106)
Receitas financeiras	19	367.376	173.915
Despesas financeiras	19	(5.530)	(40.406)
		361.846	133.509
Déficit do exercício		(44.603.631)	(7.567.597)

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Déficit do exercício	(44.603.631)	(7.567.597)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(44.603.631)	(7.567.597)

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(45.692.545)	(594.357)	(46.286.902)
Déficit do exercício	-	(7.567.597)	(7.567.597)
Incorporação ao patrimônio social	(594.357)	594.357	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(46.286.902)	(7.567.597)	(53.854.499)
Déficit do exercício	-	(44.603.631)	(44.603.631)
Incorporação ao patrimônio social	(7.567.597)	7.567.597	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(53.854.499)	(44.603.631)	(98.458.130)

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(44.603.631)	(7.567.597)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(1.328.684)	1.526.771
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(83.309)	(41.558.927)
Estoques	(1.270.041)	1.298.466
Outros créditos	(8.503)	3.607
Fornecedores	44.242.497	40.882.333
Obrigações fiscais	3.297.221	2.473.492
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.117.099)	2.245.548
Férias a pagar	2.628.973	850.943
Outros passivos	281.613	(195.209)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades financeiras	1.039.037	(40.573)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.039.037	(40.573)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66.245	106.818
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.105.282	66.245
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.039.037	(40.573)

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

1 Contexto operacional

2

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0%

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 52.570.608 e R\$ 52.048.594, respectivamente.

(vi) **Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul**

O Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0014-17, com sede na Rua do Níquel, nº 251, no bairro Prosperidade, na cidade de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo. Em 30 de abril de 2024, foi celebrado o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 88/2019, prorrogando o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses a partir de 02 de maio de 2024. Em 30 de abril de 2025, foi celebrado o Contrato de Gestão nº 13/2025, Processo nº 10910/2024 com a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Caetano do Sul, com o objetivo de conjugar esforços, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito do Complexo de Saúde de São Caetano do Sul. O prazo de vigência é de 12 (doze meses) consecutivos, contados a partir de 2 de maio de 2025, podendo ser prorrogado por mais quatro períodos iguais e sucessivos, até o limite de sessenta meses.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

4 Principais práticas contábeis adotadas

5

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

6 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

7 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	965	137
Banco conta movimento	24	-
Aplicações financeiras	1.104.293	66.108
	1.105.282	66.245

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

8 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por meio do Contrato de Gestão nº 88/2019 e seus aditivos, e do Contrato de Gestão nº 13/2025.

9 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	2.339.543	1.307.971
Material médico hospitalar	1.523.642	1.285.173
	3.863.185	2.593.144

10 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul.

11 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

12 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	3.512.689	2.201.204
INSS retido de serviços a recolher	1.217.539	1.376.593
IRRF retido de serviços a recolher	3.730.802	2.224.299
CSLL retido de serviços a recolher	943.420	497.327
PIS retido de serviços a recolher	613.222	323.263
ISS a recolher	154.339	252.104
	10.172.011	6.874.790

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

13 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	8.421.517	8.443.207
Rescisões a pagar	-	303.190
IRRF a recolher	1.857.475	2.280.009
FGTS a recolher	1.361.940	1.466.734
INSS sobre autônomos a recolher	952.940	1.117.782
Empréstimo consignado a pagar	546.972	633.163
Outros	80.580	1.094.438
	13.221.424	15.338.523

14 Férias a pagar

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

15 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	2.767.532	3.596.892
Cível	130.060	629.384
	2.897.592	4.226.276

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 1.669.150 e R\$ 7.217.250 (R\$ 1.580.969 e R\$ 2.355.217, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

16 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	22.386.476	20.261.800
Material médico hospitalar	18.249.600	16.060.096
Gases industriais e medicinais	486.939	488.047
Dieta enteral e parenteral	1.608.494	1.396.862
Outros materiais	37.921	141.136
	42.769.430	38.347.941

17 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

18 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	19.810.603	16.861.874
Serviços de informática	2.342.869	223.712
Serviços de vigilância	9.045.602	8.740.165
Serviços de manutenção predial	15.855.614	30.175.753
Locação de veículos e equipamentos	341.475	-
Serviços de lavanderia hospitalar	1.444.691	2.043.852
Serviços de manutenção de equipamentos	4.526.716	3.600.338
Serviços administrativos	4.568.467	4.235.819
Serviços de motorista	2.806.375	3.604.568
Outros serviços	6.450.208	9.187.077
	67.297.020	78.673.238

19 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	7.799.633	7.705.321
Material de conservação e reparo	5.419	82.406
Material de consumo administrativo	867.970	1.011.923
Utilidade pública (água, luz, telefone)	93.566	88.870
Seguros patrimoniais	8.826	2.481
Outras despesas	43.955	35.819
	8.819.369	8.926.820

20 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos e reversão dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

21 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	367.376	19.046
Outras receitas financeiras	-	154.869
	367.376	173.915
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(5.530)	(10.435)
Juros e multas de mora	-	(29.971)
	(5.530)	(40.406)

22 Outros assuntos

Em 2025, a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul não considerou a recomposição inflacionária nem a incorporação de atendimentos anteriormente executados por outra estrutura, sem a correspondente alocação dos recursos necessários para seu custeio.

23 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus - CNPJ 57.571.275/0023-08**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.417.938	43.451.321
Estoques	6	678.755	419.540
Outros créditos		57.443	61.960
		17.154.136	43.932.821
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	2.707.534	2.877.301
		2.707.534	2.877.301
Total do ativo		19.861.670	46.810.122
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	8	597.807	5.711.568
Obrigações fiscais	9	664.678	538.023
Obrigações sociais e trabalhistas	10	9.122.665	8.006.999
Provisões de férias	11	25.025.017	20.982.436
Outros passivos		859.393	816.420
		36.269.560	36.055.446
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	496.518	924.304
		496.518	924.304
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		9.830.372	(4.024.666)
Superávits (déficits) acumulados		(26.734.780)	13.855.038
		(16.904.408)	9.830.372
Total do passivo e patrimônio líquido		19.861.670	46.810.122

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	342.674.746	348.245.909
Outras receitas		19.300	-
		342.694.046	348.245.909
Despesas operacionais			
Com pessoal		(294.269.483)	(258.718.069)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(2.766.998)	(3.018.260)
Prestadores de serviços médicos	14	(34.017.368)	(33.246.166)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(37.926.337)	(31.912.781)
Administrativas e gerais	16	(5.962.066)	(6.616.027)
Atividades acadêmicas		(20.008)	-
Contingências e despesas judiciais		(980.170)	(395.516)
Bens de terceiros	3 (d)	(660.723)	(4.492.611)
		(376.603.153)	(338.399.430)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(33.909.107)	9.846.479
Receitas financeiras	17	7.177.159	4.016.178
Despesas financeiras	17	(2.832)	(7.619)
		7.174.327	4.008.559
Superávit (déficit) do exercício		(26.734.780)	13.855.038

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus****Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	(26.734.780)	13.855.038
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(26.734.780)</u>	<u>13.855.038</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(14.572.793)	10.548.127	(4.024.666)
Superávit do exercício	-	13.855.038	13.855.038
Incorporação ao patrimônio social	<u>10.548.127</u>	<u>(10.548.127)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>(4.024.666)</u>	<u>13.855.038</u>	<u>9.830.372</u>
Déficit do exercício	-	(26.734.780)	(26.734.780)
Incorporação ao patrimônio social	<u>13.855.038</u>	<u>(13.855.038)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>9.830.372</u>	<u>(26.734.780)</u>	<u>(16.904.408)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(26.734.780)	13.855.038
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(427.786)	155.374
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(259.215)	45.702
Outros créditos	4.517	(15.047)
Bloqueio judicial	169.767	606.819
Fornecedores	(5.113.761)	1.707.563
Obrigações fiscais	126.655	132.534
Obrigações sociais e trabalhistas	1.115.666	678.850
Férias a pagar	4.042.581	4.764.620
Outros passivos	42.973	(1.086)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(27.033.383)	21.930.367
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(27.033.383)	21.930.367
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.451.321	21.520.954
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.417.938	43.451.321
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(27.033.383)	21.930.367

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 79.012.539 e R\$ 69.336.442, respectivamente.

(vi) Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

A Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0023-08, com sede na Rua Bandeira de Aracambi, nº 704, no bairro Jardim Rodolfo Pirani, na cidade São Paulo, no estado de São Paulo. Em 13 de agosto de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 009/2014-SMSNTCSS – Processo nº 2014-0.337.134-9 entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, tem por objetivo o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus. O Contrato de Gestão contempla outros serviços e ações, como o primeiro CENALAC (Centro de Coleta de Leite Humano) vinculado a uma unidade de saúde – ação inovadora dentro do município de São Paulo. A iniciativa garante que o estoque do banco de leite permaneça constantemente abastecido, permitindo a nutrição dos recém-nascidos prematuros e com patologias graves até o maior ganho de peso. Outros destaques são a atenção psicossocial reforçada através de 3 polos e 6 minipolos de saúde mental nas unidades; utilização de práticas integrativas e complementares em todas as unidades, ofertando diversos tratamentos e atividades para a população; e o PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis), que proporciona a interface dos equipamentos de saúde com o meio ambiente, contribuindo para um olhar mais ampliado do território. A Atenção Básica fortalecida em parte do território com as equipes da Estratégia de Saúde da Família e os Núcleos de Atenção à Saúde da Família têm produzido cuidado e vínculos com a comunidade. A Atenção Especializada do Hospital Dia da Rede Hora Certa reforça a rede de atenção na região. O acesso a serviços específicos como o PAI (Programa de Acompanhante de Idosos), CER (Centro Especializado em Reabilitação) e EMAD (Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar) completam o trabalho em rede desenvolvido na região. Por meio desses serviços, pacientes acamados ou portadores de doenças específicas têm acesso ao SUS no atendimento de suas necessidades. Em 1 de outubro de 2024 foi celebrado o Termo Aditivo nº 190/2024 do Contrato de Gestão nº R009/2015 entre a Coordenadoria Regional de Saúde Leste da Prefeitura Municipal de São Paulo e a Fundação do ABC, de 01 de outubro de 2024, referente ao repasse de 01 de setembro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025, no valor de R\$ 197.621.122 para custeio. Durante o exercício de 2025 foram celebrados diversos do Contrato de Gestão nº R009/2015 para determinar os valores do repasse e os serviços a serem prestados. Em 29 de agosto de 2025, por meio da Portaria nº 611/2025 publicada pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo, autorizou a prorrogação do prazo de execução dos Planos de Trabalho do Contrato de Gestão nº R009/2015, pelo período de 1 de setembro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	16.417.938	43.451.321
	16.417.938	43.451.321

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	333.010	206.671
Material médico hospitalar	336.377	161.421
Material de limpeza e higiene	-	1.305
Material de manutenção	9.368	50.143
	678.755	419.540

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	166.453	101.127
INSS retido de serviços a recolher	151.371	206.487
IRRF retido de serviços a recolher	215.200	138.168
CSLL retido de serviços a recolher	55.484	33.709
PIS retido de serviços a recolher	36.065	21.911
ISS a recolher	40.105	36.621
	664.678	538.023

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Rescisões a pagar	88.870	20.027
IRRF a recolher	4.462.191	3.923.242
FGTS a recolher	2.300.007	1.971.257
INSS sobre autônomos a recolher	1.005.638	1.106.218
Empréstimo consignado a pagar	1.125.433	849.441
Outros	140.526	136.814
	9.122.665	8.006.999

11 Férias a pagar

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

12 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

Descrição	2025	2024
Trabalhista	407.624	835.410
Cível	88.894	88.894
	496.518	924.304

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 15.792.681 e R\$ 2.930.954 (R\$ 11.329.872 e R\$ 2.228.290, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	737.290	895.660
Material médico hospitalar	794.971	1.050.151
Material de laboratório	-	63.476
Gases industriais e medicinais	94.914	64.155
Dieta enteral e parenteral	5.370	253.049
Material de limpeza e higiene	17.954	64.795
Outros materiais	1.116.499	626.974
	2.766.998	3.018.260

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	8.404.863	7.692.581
Serviços de informática	3.038.296	1.107.704
Serviços de vigilância	6.964.566	4.870.501
Serviços de manutenção predial	2.663.174	2.437.467
Locação de veículos e equipamentos	7.673.018	6.338.530
Serviços de lavanderia hospitalar	486.198	358.168
Serviços de manutenção de equipamentos	1.720.523	1.565.440

Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

	Serviços administrativos	4.660.828	4.283.672
	Serviços de motorista	227.658	148.689
	Serviços de portaria	1.318.469	616.200
	Outros serviços	768.744	2.493.829
		37.926.337	31.912.781
16	Administrativas e gerais		
	Descrição	2025	2024
	Gêneros alimentícios	734.107	417.551
	Material de conservação e reparo	2.513	140.516
	Material de consumo administrativo	1.440.387	1.092.504
	Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.320.990	2.713.852
	Seguros patrimoniais	6.719	2.677
	Outras despesas	457.350	2.248.927
		5.962.066	6.616.027
17	Resultado financeiro		
		2025	2024
	Receitas financeiras		
	Rendimento de aplicações financeiras	7.165.410	4.016.178
	Outras receitas financeiras	11.749	-
		7.177.159	4.016.178
	Despesas financeiras		
	Tarifas e serviços bancários	(2.280)	(7.012)
	Juros e multas de mora	(552)	(607)
		(2.832)	(7.619)
18	Instrumentos financeiros		
	O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.		

**Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde -
São Mateus**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Mogi das Cruzes, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes - CNPJ
57.571.275/0022-27**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.764.934	5.022.126
Convênios e contratos a receber	6	475.785	199.903
Estoques	7	188.598	137.223
		5.429.317	5.359.252
Não circulante			
Bloqueio judicial	8	512.372	512.372
		512.372	512.372
Total do ativo		5.941.689	5.871.624
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	9	244.021	152.294
Obrigações fiscais	10	39.520	43.501
Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.062.366	1.371.898
Férias a pagar	12	668.037	769.204
Outros passivos	13	62.897	62.315
		2.076.841	2.399.212
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	14	21.177	-
		21.177	-
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		3.472.412	1.127.357
Superávits acumulados		371.259	2.345.055
		3.843.671	3.472.412
Total do passivo e patrimônio líquido		5.941.689	5.871.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes**Demonstrações de resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	19.010.003	18.863.678
Contratos de gestão - Estadual		126.795	-
Outras receitas		12.681	-
		19.149.479	18.863.678
Despesas operacionais			
Com pessoal		(9.409.197)	(8.147.900)
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(823.350)	(823.875)
Prestadores de serviços médicos	16	(5.752.181)	(5.181.477)
Prestadores de serviços de terceiros	17	(3.010.250)	(2.440.783)
Administrativas e gerais	18	(162.337)	(162.470)
Contingências e despesas judiciais		(21.177)	-
Bens de terceiros	3 (e)	(93.047)	(11.210)
		(19.271.539)	(16.767.715)
Superávit antes do resultado financeiro		(122.060)	2.095.963
Receitas financeiras	19	502.477	254.916
Despesas financeiras	19	(9.158)	(5.824)
		493.319	249.092
Superávit do exercício		371.259	2.345.055

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	371.259	2.345.055
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>371.259</u>	<u>2.345.055</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	128.038	999.319	1.127.357
Superávit do exercício	-	2.345.055	2.345.055
Incorporação ao patrimônio social	999.319	(999.319)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.127.357	2.345.055	3.472.412
Superávit do exercício	-	371.259	371.259
Incorporação ao patrimônio social	2.345.055	(2.345.055)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.472.412	371.259	3.692.810

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	371.259	2.345.055
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	21.177	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(275.882)	1.295.396
Estoques	(51.375)	(59.032)
Bloqueio judicial	-	(512.372)
Fornecedores	91.727	32.094
Obrigações fiscais	(3.981)	7.610
Obrigações sociais e trabalhistas	(309.532)	401.222
Provisões de férias	(101.167)	54.568
Outros passivos	582	18.812
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(257.192)	3.583.353
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(257.192)	3.583.353
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.022.126	1.438.773
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.764.934	5.022.126
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(257.192)	3.583.353

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0%

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 2.527.340 e R\$ 2.183.637, respectivamente.

(vi) UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Em 1 de outubro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 90 – Processo nº 13076/2020 – Chamamento Público nº 009/20 – SMS entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento – Porte I – 24 horas – Rodeio – “Dr. Manoel Maisette Salgado”, assegurando assistência universal e gratuita à população. Em 26 de agosto de 2024 foi celebrado o 9º Termo de Aditamento com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Gestão nº 90/2020, por 12 (doze) meses iniciando em 1 de outubro de 2024 e em encerrando em 30 de setembro de 2025. Em 29 de setembro de 2025 foi celebrado o 12º Termo de Aditamento com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Gestão nº 90/2020, por um mês iniciando em 1 de outubro de 2025 e em encerrando em 30 de outubro de 2025. Em 28 de outubro de 2025 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 87, Processo nº 201/2025, Chamamento Público nº 08/2025 entre a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar da Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto ações conjuntas no gerenciamento, operacionalização e a execução dos serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento UPA I “Dr Manoel Maisette Salgado” - UPA Rodeio, em conformidade com o Termo de Referência que integra este instrumento, assegurando assistência universal e gratuita à população. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 36 meses, com o início em 31 de outubro de 2025, podendo ser renovado anualmente por igual período, após demonstração da consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância e interesse de ambas as partes.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contrato a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (b) **Contratos a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Estoques**
Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.
- (d) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (e) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (f) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (g) **Provisão para demandas judiciais**
A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 **Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	172	-
Banco conta movimento	128.960	-
Aplicações financeiras	4.635.802	5.022.126
	4.764.934	5.022.126

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicação em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão nº 90/2020, Processo nº 13076/2020, e de seus aditivos, firmado com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

7 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	122.349	85.756
Material médico hospitalar	31.168	23.071
Material de manutenção	35.081	28.396
	188.598	137.223

8 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame da UPA Rodeio 24h – Mogi das Cruzes.

9 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)

10 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	5.462	13.252
INSS retido de serviços a recolher	11.944	6.879
IRRF retido de serviços a recolher	15.091	12.826
CSLL retido de serviços a recolher	1.821	4.417
PIS retido de serviços a recolher	1.183	2.871
ISS a recolher	4.019	3.256
	39.520	43.501

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	409.979	444.730
IRRF a recolher	45.509	70.365
FGTS a recolher	493.813	704.752
INSS sobre autônomos a recolher	29.920	65.042
Empréstimo consignado a pagar	15.830	-
Outros	67.315	87.009
	1.062.366	1.371.898

12 Férias a pagar

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

13 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

14 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	21.177	-
	21.177	-

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****Passivos contingentes - risco de perda possível**

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 1.099.387 e R\$ 1.865.10, respectivamente (R\$ 1.311.198 e R\$ 1.577.685 em 2024) não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

15 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	517.424	538.632
Material médico hospitalar	160.098	152.699
Dieta enteral e parenteral	117.474	102.281
Material de limpeza e higiene	3.681	2.701
Outros materiais	24.673	27.562
	823.350	823.875

16 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

17 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	802.803	605.438
Serviços de informática	19.262	24.600
Serviços de manutenção predial	80.800	76.144
Locação de veículos e equipamentos	226.356	139.045
Serviços de lavanderia hospitalar	103.368	-
Serviços de manutenção de equipamentos	254.561	95.950
Serviços administrativos	732.448	720.532
Serviços de motorista	207.034	213.012
Serviços de portaria	579.323	561.115
Outros serviços	4.295	4.947
	3.010.250	2.440.783

18 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	-	30
Material de conservação e reparo	11.411	16.731
Material de consumo administrativo	106.976	109.892
Utilidade pública (água, luz, telefone)	24.262	20.224

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Seguros patrimoniais	6.776	5.649
Outras despesas	12.912	9.944
	162.337	162.470

19 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	502.477	254.916
	502.477	254.916
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(9.158)	(5.824)
	(9.158)	(5.824)

20 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Responsabilidade civil	R\$ 1.000.000
Incêndio, explosão e fumaça	R\$ 6.300.000
Perda de aluguel	R\$ 945.000
Recomposição	R\$ 315.000
Vendaval sem impacto de veículos	R\$ 1.000.000
Vazamento de tanques	R\$ 200.000

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II - CNPJ 57.571.275/0026-50**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**

Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.114.341	4.782.863
		2.114.341	4.782.863
Não circulante			
Bloqueio judicial	6	10.765	135.845
		10.765	135.845
Total do ativo		2.125.106	4.918.708
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	98.635	118.463
Obrigações fiscais	8	25.846	39.177
Obrigações sociais e trabalhistas	9	507.650	726.048
Férias a pagar	10	562.389	537.198
Outros passivos		28.581	150.163
		1.223.101	1.571.049
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	11	-	4.675
		-	4.675
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		80.129	2.013.862
Superávits acumulados		821.876	1.329.122
		902.005	3.342.984
Total do passivo e patrimônio líquido		2.125.106	4.918.708

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Municipal	1 (vi)	13.355.829	13.348.509
Parceria público - Municipal		38.012	878.915
Outras receitas		118.324	-
		<u>13.512.165</u>	<u>14.227.424</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(6.402.429)	(5.600.578)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(513.353)	(230.042)
Prestadores de serviços médicos	14	(4.692.899)	(6.017.829)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(1.222.121)	(1.275.253)
Administrativas e gerais	16	(221.301)	(81.212)
Contingências e despesas judiciais		(194)	(4.675)
Bens de terceiros	3 (d)	(3.448)	(190)
		<u>(13.055.745)</u>	<u>(13.209.779)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>456.420</u>	<u>1.017.645</u>
Receitas financeiras	17	372.290	319.773
Despesas financeiras	17	(6.834)	(8.296)
		<u>365.456</u>	<u>311.477</u>
Superávit do exercício		<u><u>821.876</u></u>	<u><u>1.329.122</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II**Demonstrações de resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	821.876	1.329.122
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>821.876</u>	<u>1.329.122</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(1.043.889)	3.057.751	2.013.862
Superávit do exercício		-	1.329.122	1.329.122
Incorporação ao patrimônio social		<u>3.057.751</u>	<u>(3.057.751)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>2.013.862</u>	<u>1.329.122</u>	<u>2.584.380</u>
Ajuste do exercício anterior	12	(3.262.855)	-	(3.262.855)
Superávit do exercício		-	821.876	821.876
Incorporação ao patrimônio social		<u>1.329.122</u>	<u>(1.329.122)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>80.129</u>	<u>821.876</u>	<u>902.005</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	821.876	1.329.122
Ajuste de exercício anterior	(3.262.855)	-
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(4.675)	4.675
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	125.080	-
Fornecedores	(19.828)	23.991
Obrigações fiscais	(13.331)	7.928
Obrigações sociais e trabalhistas	(218.398)	(53.367)
Férias a pagar	25.191	38.669
Outros passivos	(121.582)	111.897
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(2.668.522)	1.462.915
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(2.668.522)	1.462.915
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.782.863	3.319.948
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.114.341	4.782.863
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(2.668.522)	1.462.915

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incura; 1,0%

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.715.851 e R\$ 1.500.955, respectivamente.

(vi) **Mogi das Cruzes II**

Mogi das Cruzes II é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 16 de abril de 2019, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0026-50, com sede na Rua Dom Luiz de Souza, nº 136, no bairro Jardim Universo, na cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. Em 22 de outubro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 95 – Processo nº 41271/17 – Chamamento Público nº 2/2018, entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC referente ao gerenciamento, operacionalização e a execução de serviços de saúde nas Unidades de Saúde Jardim Universo e Jundiapéba – Pronto Atendimento; Unidade Básica de Saúde Jardim Universo – Atenção Básica; Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes; Serviço de apoio e Diagnose – Exames Radiológicos de Urgência e Emergência nas Unidades de Saúde Jardim Universo, Jundiapéba e Pró Criança; e Serviço de Imagem – Tomografia Computadorizada na Unidade de Saúde Vila Suíça. O prazo de vigência deste contrato de gestão é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 30 de outubro de 2018, podendo ser renovado, havendo concordância das partes. Em 17 de outubro de 2023 foi celebrado o 15º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogação excepcional de 06 (seis) meses, com cláusula vinculativa ao término de Chamamentos Públicos, que compõe o objeto contratado e tramitam nos Processos nº 4412/2023 e 4423/2023, com supressão parcial de objeto. Em 25 de outubro de 2024 foi celebrado o Contrato de Gestão Emergencial nº 98/2024, o prazo de vigência do presente Contrato iniciou em 30 de outubro de 2024, com previsão de execução por 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se conclua o processo do Chamamento Público, assim entendido como a data de mobilização da nova contratada, que prestará os serviços correspondentes aos deste contrato. Durante o exercício de 2025 foram celebrados aditivos ao Contrato de Gestão Emergencial nº 98/2024 para incluir parcela de recursos financeiros às entidades que atendam no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus pacientes, e restituição de provisionamento trabalhista de serviços executados nos períodos anteriores a vigência do Contrato de Gestão nº 98/2024, onde a Organização Social anuiu e recebeu, a sucessão total com direitos e obrigações trabalhistas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 25 de outubro de 2025 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 98, Processo 1DOC nº 11.124/2024, entre Município de Mogi das Cruzes e Fundação do ABC, com objeto a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de Saúde da Unidade Básica de Saúde/Pronto Atendimento Jardim Universo (Pronto Atendimento 24 horas e Atenção Primária em Saúde) e de Ações conjuntas no gerenciamento e execução dos Serviços de Saúde da Unidade Básica de Saúde e Pronto Atendimento Jardim Universo, com o intuito de continuidade, sem interrupção, ao gerenciamento realizado por meio do Contrato de Gestão 95/2018, com o objetivo principal de assegurar a prestação dos serviços assistenciais em caráter contínuo e eficiente, em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento, assegurando assistência universal e gratuita à população.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	-	200
Banco conta movimento	-	194
Aplicações financeiras	2.114.341	4.782.469
	2.114.341	4.782.863

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Hospital Mogi das Cruzes II.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	5.713	14.451
INSS retido de serviços a recolher	6.268	5.676
IRRF retido de serviços a recolher	8.310	11.102
CSLL retido de serviços a recolher	1.904	4.817
PIS retido de serviços a recolher	1.238	3.131
ISS a recolher	2.413	-
	25.846	39.177

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****9 Obrigações sociais e trabalhistas**

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	335.845	227.200
Rescisões a pagar	5.205	-
IRRF a recolher	42.771	38.052
FGTS a recolher	47.522	400.694
INSS sobre autônomos a recolher	42.973	30.977
Empréstimo consignado a pagar	17.125	-
Outros	16.209	29.125
	507.650	726.048

10 Férias a pagar

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

12 Ajuste de exercício anterior

Refere-se a devolução do saldo remanescente do Contrato de Gestão nº 095/2018 à Secretaria de Saúde da Prefeitura de Mogi das Cruzes.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	320.259	176.776
Material médico hospitalar	179.403	43.420
Material de limpeza e higiene	3.879	2.269
Outros materiais	9.812	7.577
	513.353	230.042

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****15 Prestadores de serviços de terceiros**

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	423.447	372.559
Serviços de informática	19.482	24.850
Serviços de vigilância	349.556	327.350
Serviços de manutenção predial	59.904	35.380
Locação de veículos e equipamentos	44.492	40.800
Serviços de manutenção de equipamentos	-	85.500
Serviços administrativos	325.240	360.457
Serviços de portaria	-	28.357
	1.222.121	1.275.253

16 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	-	1.019
Material de conservação e reparo	53.148	717
Material de consumo administrativo	48.776	75.375
Outras despesas	119.377	4.101
	221.301	81.212

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	372.290	319.773
	372.290	319.773
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(6.834)	(8.296)
	(6.834)	(8.296)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Mogi das Cruzes II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Fundação do ABC – Mogi das Cruzes II

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Conforme a nota explicativa nº 21, no exercício de 2025, os custos apresentaram aumento considerável, resultando em um desequilíbrio entre receitas e despesas. Esse crescimento do custo foi decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (i) a assunção da responsabilidade pela aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, anteriormente fornecidos pela Prefeitura; (ii) a mudança no fluxo de atendimento, uma vez que o encaminhamento para o Hospital de Urgência de São Bernardo do Campo, antes realizado pelas Unidades Básicas de Saúde, passaram, a partir de 2025, a ocorrer diretamente no hospital, elevando consideravelmente a demanda; (iii) a inauguração do Hospital de Olhos de São Bernardo do Campo; e (iv) a realização de mutirões de consultas, exames e procedimentos médicos para atender à demanda reprimida, com expressivo aumento das equipes médicas contratadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Bernardo de Campo, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo
CNPJ 57.571.275/0027-10

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.398.403	18.207.362
Estoques	6	18.377.235	18.011.894
Outros créditos	7	259.914	220.610
		23.035.552	36.439.866
Não circulante			
Bloqueio judicial	8	1.244.680	564.931
		1.244.680	564.931
Total do ativo		24.280.232	37.004.797
Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	9	217.570.215	13.093.130
Obrigações fiscais	10	18.015.330	6.530.579
Obrigações sociais e trabalhistas	11	72.784.672	44.144.301
Provisões de férias	12	58.597.271	55.866.621
Outros passivos	13	11.342.738	586.758
		378.310.226	120.221.389
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	14	13.072.786	12.694.961
		13.072.786	12.694.961
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(95.911.553)	(110.485.556)
Déficits acumulados		(271.191.227)	14.574.003
		(367.102.780)	(95.911.553)
Total do passivo e patrimônio líquido		24.280.232	37.004.797

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	1.396.521.425	1.311.786.978
Outras receitas		<u>12.192.504</u>	<u>349.940</u>
		<u>1.408.713.929</u>	<u>1.312.136.918</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(733.531.263)	(673.085.435)
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(206.331.091)	(85.546.384)
Prestadores de serviços médicos	16	(424.617.093)	(244.868.539)
Prestadores de serviços de terceiros	17	(276.896.754)	(251.915.701)
Administrativas e gerais	18	(11.010.066)	(7.247.686)
Atividades acadêmicas		(15.961.523)	(16.237.685)
Contingências e despesas judiciais	19	(9.247.420)	(16.827.826)
Bens de terceiros	3 (e)	<u>(1.168.473)</u>	<u>(1.812.183)</u>
		<u>(1.678.763.683)</u>	<u>(1.297.541.439)</u>
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro		<u>(270.049.754)</u>	<u>14.595.479</u>
Receitas financeiras	20	12.190	85.726
Despesas financeiras	20	<u>(1.153.663)</u>	<u>(107.202)</u>
		<u>(1.141.473)</u>	<u>(21.476)</u>
Déficit do exercício		<u>(271.191.227)</u>	<u>14.574.003</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Déficit do exercício	(271.191.227)	14.574.003
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(271.191.227)</u>	<u>14.574.003</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(109.689.586)	(795.970)	(110.485.556)
Déficit do exercício	-	14.574.003	14.574.003
Incorporação ao patrimônio social	(795.970)	795.970	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(110.485.556)	14.574.003	(95.911.553)
Déficit do exercício	-	(271.191.227)	(271.191.227)
Incorporação ao patrimônio social	14.574.003	(14.574.003)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(95.911.553)	(271.191.227)	(367.102.780)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(271.191.227)	14.574.003
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	377.825	9.106.839
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(365.341)	(1.953.761)
Outros créditos	(39.304)	(21.244)
Bloqueio judicial	(679.749)	6
Fornecedores	204.477.085	(3.901.737)
Obrigações fiscais	11.484.751	3.046.756
Obrigações sociais e trabalhistas	28.640.371	(2.625.613)
Férias a pagar	2.730.650	(404.423)
Outros passivos	10.755.980	(1.260)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(13.808.959)</u>	<u>17.819.566</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.808.959)</u>	<u>17.819.566</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.207.362	387.796
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.398.403</u>	<u>18.207.362</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.808.959)</u>	<u>17.819.566</u>

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 199.056.754 e R\$ 180.386.897 respectivamente.

(vi) Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 001/2022 entre o Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Saúde, e a Fundação do ABC, com objetivo de conjugar os esforços considerados de objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito do Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – CSSBC, para atingir eficácia e qualidades requeridas. Em 20 de dezembro de 2024 foi celebrado o Nono Termo de Aditamento SS nº 024/2024 ao Contrato de Gestão SS nº 001/2022 com objetivo de prorrogar o prazo de vigência pelo período de 12 meses consecutivos, a partir de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025. Em 30 de setembro de 2025 foi celebrado o Décimo Termo de Aditamento SS nº 024/2024 ao Contrato de Gestão SS nº 001/2022 com a finalidade de repactuação de valor para promover a recomposição orçamentária necessária ao equilíbrio financeiro. Em 24 de novembro de 2025 foi celebrado o Décimo Primeiro Termo de Aditamento SS nº 024/2024 ao Contrato de Gestão SS nº 001/2022 com a finalidade de repactuação de valor para promover a recomposição orçamentária necessária ao equilíbrio financeiro.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Apresentação da consolidação do saldo anterior

Em decorrência da celebração do Contrato de Gestão SS nº 001/2022, os contratos de gestão (Contrato de Gestão nº 001/2018 e Contrato de Gestão nº 002/2018) divulgados separadamente até o exercício de 2022, está sendo apresentado de forma consolidada para fins comparativos com o exercício corrente.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.5 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.6 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (b) **Estoques**
Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.
- (c) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (d) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (e) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (f) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	4.398.403	18.207.362
	4.398.403	18.207.362

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	7.207.833	7.833.436
Material médico hospitalar	8.850.641	8.150.187
Material de limpeza e higiene	240.896	225.634
Material de manutenção	640.177	553.568
Outros materiais	1.437.688	1.249.069
	18.377.235	18.011.894

7 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.

8 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo.

9 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

10 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	5.819.534	1.236.048
INSS retido de serviços a recolher	2.482.166	1.771.383
IRRF retido de serviços a recolher	5.667.702	2.165.759
CSLL retido de serviços a recolher	1.939.844	412.016
PIS retido de serviços a recolher	1.260.899	267.810
ISS a recolher	845.185	677.563
	18.015.330	6.530.579

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	35.727.189	30.691.831
Rescisões a pagar	292.848	61.751
IRRF a recolher	5.470.433	3.637.533
FGTS a recolher	14.258.613	3.606.691
INSS sobre autônomos a recolher	15.319.581	3.815.105
Empréstimo consignado a pagar	1.537.536	2.145.470
Outros	178.472	185.920
	72.784.672	44.144.301

12 Férias a pagar

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

13 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

14 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	11.630.580	11.264.141
Cível	1.442.206	1.430.820
	13.072.786	12.694.961

15 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	114.911.767	30.673.565
Material médico hospitalar	84.649.800	50.218.511
Gases industriais e medicinais	4.319.575	2.819.983
Material de limpeza e higiene	1.659.372	1.483.606
Outros materiais	790.577	350.719
	206.331.091	85.546.384

16 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

17 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	80.857.087	84.113.908
Serviços de informática	15.264.449	14.117.948
Serviços de vigilância	29.681.829	26.251.687
Serviços de manutenção predial	41.000.819	34.412.425
Serviços de refeitório	58.773.944	51.281.536
Locação de veículos e equipamentos	11.315.395	6.149.791
Serviços de lavanderia hospitalar	13.492.356	10.925.033
Serviços de manutenção de equipamentos	3.979.441	9.708.050
Serviços administrativos	8.850.935	8.446.774
Serviços de motorista	5.238.211	5.238.709
Serviços de logística	877.098	964.137
Outros serviços	7.565.190	305.703
	276.896.754	251.915.701

18 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	5.463.176	790.089
Material de conservação e reparo	1.994.379	3.098.886
Material de consumo administrativo	2.883.456	2.478.238
Utilidade pública (água, luz, telefone)	428.971	423.402
Seguros patrimoniais	120.806	123.423
Outras despesas	119.278	333.648
	11.010.066	7.247.686

19 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

20 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	12.190	85.726
	12.190	85.726
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(78.356)	(106.540)
Juros e multas de mora	(1.075.307)	(662)
	(1.153.663)	(107.202)

21 Outros assuntos

No exercício de 2025, os custos apresentaram aumento considerável, resultando em um desequilíbrio entre receitas e despesas. Esse crescimento do custo foi decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (i) a assunção da responsabilidade pela aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, anteriormente fornecidos pela Prefeitura; (ii) a mudança no fluxo de atendimento, uma vez que o encaminhamento para o Hospital de Urgência de São Bernardo do Campo, antes realizado pelas Unidades Básicas de Saúde, passaram, a partir de 2025, a ocorrer diretamente no hospital, elevando consideravelmente a demanda; (iii) a inauguração do Hospital de Olhos de São Bernardo do Campo; e (iv) a realização de mutirões de consultas, exames e procedimentos médicos para atender à demanda reprimida, com expressivo aumento das equipes médicas contratadas.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

22 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Diretoria da

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Mogi das Cruzes, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes - CNPJ
57.571.275/0031-18**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.585.659	11.982.667
Estoques	6	670.553	971.532
		14.256.212	12.954.199
Não circulante			
Bloqueio judicial		6.303	6.303
		6.303	6.303
Total do ativo		14.262.515	12.960.502
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	3.202.896	2.751.155
Obrigações fiscais	8	148.623	163.513
Obrigações sociais e trabalhistas	9	3.883.190	3.387.623
Provisões de férias	10	2.370.174	1.880.554
Outros passivos	11	64.788	73.692
		9.669.671	8.256.537
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	74.728	62.068
		74.728	62.068
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		4.641.897	5.720.085
Déficits acumulados		(123.781)	(1.078.188)
		4.518.116	4.641.897
Total do passivo e patrimônio líquido		14.262.515	12.960.502

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	64.253.190	61.907.919
Outras receitas		68	51.645
		<u>64.253.258</u>	<u>61.959.564</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(24.443.129)	(22.896.006)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(3.515.673)	(4.000.662)
Prestadores de serviços médicos	14	(20.399.639)	(18.859.274)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(8.403.861)	(9.367.242)
Administrativas e gerais	16	(8.721.294)	(8.619.226)
Contingências e despesas judiciais		(65.058)	(18.655)
Bens de terceiros	3 (d)	(53.086)	(88.852)
		<u>(65.601.740)</u>	<u>(63.849.917)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(1.348.482)</u>	<u>(1.890.353)</u>
Receitas financeiras	17	1.245.770	834.733
Despesas financeiras	17	(21.069)	(22.568)
		<u>1.224.701</u>	<u>812.165</u>
Déficit do exercício		<u><u>(123.781)</u></u>	<u><u>(1.078.188)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Déficit do exercício	(123.781)	(1.078.188)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(123.781)	(1.078.188)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.378.060	1.342.025	5.720.085
Déficit do exercício	-	(1.078.188)	(1.078.188)
Incorporação ao patrimônio social	1.342.025	(1.342.025)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.720.085	(1.078.188)	4.641.897
Déficit do exercício	-	(123.781)	(123.781)
Incorporação ao patrimônio social	(1.078.188)	1.078.188	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.645.803	(123.781)	4.518.116

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(123.781)	(1.078.188)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	12.660	3.121
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	300.979	16.199
Bloqueio judicial	-	1.715.901
Fornecedores	451.741	(535.516)
Obrigações fiscais	(14.890)	18.233
Obrigações sociais e trabalhistas	495.567	446.808
Férias a pagar	489.620	33.264
Outros passivos	(8.904)	(233)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.602.992</u>	<u>619.589</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.602.992</u>	<u>619.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.982.667	11.363.078
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>13.585.659</u>	<u>11.982.667</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.602.992</u>	<u>619.589</u>

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incura; 1,0%

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 12.703.700 e R\$ 6.136.130, respectivamente.

(vi) Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Em 19 de junho de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 58 - Processo nº 1.163/2018 - Chamamento Público nº 02/19 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com o objeto de gerenciamento, operacionalização e execução das atividades e dos serviços de saúde no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes “Prefeito Waldemar Costa Filho”. No âmbito da assistência ambulatorial, a unidade destina-se à realização de consultas agendadas de especialidades reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde. São nove consultórios multiprofissionais ambulatoriais, além de sala de coleta de exames, sala de espera e recepção. As consultas de especialidades médicas são nas seguintes áreas: cardiologia (pré-operatório), cirurgia geral, cirurgia ginecológica, cirurgia otorrinolaringológica, cirurgia pediátrica, cirurgia urológica, cirurgia vascular, geriatria e oftalmologia (consultas pós-operatória), além do Atendimento à Vítima de Violência com pediatra e/ou infectologista, inclusive com psicólogo e assistente social. São ofertadas também consultas de Enfermagem, para orientação pré-operatória, ou para realização de exames complementares. O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes “Prefeito Waldemar Costa Filho” está situado na Rua Guttermann, 577, no bairro Braz Cubas, da cidade de Mogi das Cruzes-SP. Em 24 de junho de 2024, foi celebrado o 25º Termo de Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019, com objetivo de prorrogação excepcional do plano de trabalho, nos mesmos moldes já praticado, incluindo a vigência excepcional de 12 (doze) meses, a partir de 26 de junho de 2024 e encerrando em 25 de junho de 2025. Em 25 de maio de 2025 foi celebrado o 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019, com objetivo de Repasse da Assistência Complementar da União destinada a repactuação do plano de trabalho financeiro do Contrato de Gestão nº 58/2019, para inclusão de recursos financeiros às entidades que atendam no mínimo 60% de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 17 de junho de 2025 foi celebrado o 29º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019, que visa assegurar a continuidade da prestação de serviços assistenciais em caráter contínuo e eficiente, com o objetivo de manter a capacidade de atendimento nas especialidades e serviços pactuados, promovendo a assistência de ações e serviços de saúde, no âmbito do Município de Mogi das Cruzes, incluindo a prorrogação de vigência de 03 (três) meses, a partir de 26 de junho de 2025 até a data de 25 de setembro de 2025. Em 5 de setembro de 2025 foi celebrado o 30º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019, que visa assegurar a continuidade da prestação de serviços assistenciais em caráter contínuo e eficiente, com o objetivo de manter a capacidade de atendimento nas especialidades e serviços pactuados, promovendo a assistência de ações e serviços de saúde, no âmbito do Município de Mogi das Cruzes, incluindo a prorrogação de vigência de 30 (trinta) dias, a partir de 26 de setembro de 2025 até a data de 25 de outubro de 2025. Em 6 de outubro de 2025 foi celebrado o 31º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019, que visa assegurar a continuidade da prestação de serviços assistenciais em caráter contínuo e eficiente, com o objetivo de manter a capacidade de atendimento nas especialidades e serviços pactuados, promovendo a assistência de ações e serviços de saúde, no âmbito do Município de Mogi das Cruzes, e inclusão de valores repassados da competência dos meses de julho a setembro do exercício de 2025. Em 20 de outubro de 2025 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 85, Processo nº 167/2025, Chamamento Público nº 002/2025-3 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com o objeto a operacionalização, gestão de serviço de saúde, gerenciamento e operacionalização do Hospital Municipal de Mogi das Cruzes “Prefeito Waldemar Costa Filho”. O prazo de vigência é de 36 meses, iniciando em 26 de outubro de

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2025, podendo ser renovado anualmente por igual período, após demonstração da consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância e interesse de ambas as partes.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (e) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (f) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (g) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 **Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.
- 5 **Caixa e equivalentes em caixa**

Descrição	2025	2024
Caixa	1.448	1.373
Banco conta movimento	1.487	1.487
Aplicações financeiras	13.582.724	11.979.807
	13.585.659	11.982.667

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****6 Estoques**

Descrição	2025	2024
Medicamentos	306.866	435.808
Material médico hospitalar	288.445	353.901
Material de limpeza e higiene	8.653	10.762
Material de manutenção	66.194	72.994
Outros materiais	395	98.067
	670.553	971.532

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	29.142	29.366
INSS retido de serviços a recolher	38.399	45.557
IRRF retido de serviços a recolher	52.025	61.237
CSLL retido de serviços a recolher	9.714	9.789
PIS retido de serviços a recolher	6.314	6.363
ISS a recolher	13.029	11.201
	148.623	163.513

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	1.126.873	1.103.276
Rescisões a pagar	43.733	18.162
IRRF a recolher	178.378	155.674
FGTS a recolher	2.383.509	1.922.156
INSS sobre autônomos a recolher	147.766	137.814
Empréstimo consignado a pagar	-	38.130
Outros	2.931	12.411
	3.883.190	3.387.623

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

12 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	74.728	17.068
Cível	-	45.000
	74.728	62.068

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 2.620.168 e R\$ 1.539.255 (R\$ 3.148.149 e R\$ 7.329.190, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	1.356.717	1.526.513
Material médico hospitalar	1.754.530	1.795.682
Gases industriais e medicinais	237.891	264.899
Material de limpeza e higiene	10.719	2.838
Outros materiais	155.816	410.730
	3.515.673	4.000.662

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	3.330.628	3.330.629
Serviços de informática	172.368	138.791
Serviços de manutenção predial	73.952	698.874
Locação de veículos e equipamentos	533.320	542.634
Serviços de lavanderia hospitalar	949.715	907.892

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Serviços de manutenção de equipamentos	1.353.666	1.475.861
Serviços administrativos	615.142	974.026
Serviços de motorista	32.925	130.841
Serviços de portaria	1.141.243	958.322
Outros serviços	200.902	209.372
	8.403.861	9.367.242

15 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

16 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	4.866.071	4.475.334
Material de conservação e reparo	217.558	269.700
Material de consumo administrativo	348.200	397.618
Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.191.390	3.423.606
Seguros patrimoniais	66.635	20.542
Outras despesas	31.440	32.426
	8.721.294	8.619.226

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.245.770	834.733
	1.245.770	834.733
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(21.069)	(22.568)
	(21.069)	(22.568)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica - CNPJ
57.571.275/0027-31**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	544.854	2.169.538
Convênios e contratos a receber	6	35.140.873	43.767.957
Outros créditos		449	6.898
		35.686.176	45.944.393
Não circulante			
Bloqueio judicial		767	767
		767	767
Total do ativo		35.686.943	45.945.160
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	6.725.808	17.654.372
Obrigações fiscais	8	1.061.848	1.334.279
Obrigações sociais e trabalhistas	9	7.689.142	8.598.465
Férias a pagar	10	11.666.147	11.661.536
Outros passivos	11	139.814	139.723
		27.282.759	39.388.375
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	131.185	185.052
		131.185	185.052
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		6.371.733	3.114.293
Superávit acumulado		1.901.266	3.257.440
		8.272.999	6.371.733
Total do passivo e patrimônio líquido		35.686.943	45.945.160

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	206.978.611	203.851.775
Outras receitas		4.000.000	15.682
		<u>210.978.611</u>	<u>203.867.457</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(120.684.871)	(118.949.105)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(18.462.738)	(14.721.241)
Prestadores de serviços médicos	14	(36.931.744)	(43.243.764)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(29.207.315)	(18.904.632)
Administrativas e gerais	16	(3.398.776)	(2.771.928)
Contingências e despesas judiciais		(244.624)	(192.583)
Bens de terceiros	3 (d)	(137.636)	(1.837.179)
		<u>(209.067.704)</u>	<u>(200.620.432)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.911.907</u>	<u>3.247.025</u>
Receitas financeiras	17	2.890	22.254
Despesas financeiras	17	(12.531)	(11.839)
		<u>(9.641)</u>	<u>10.415</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.901.266</u></u>	<u><u>3.257.440</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica**Demonstrações de resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	1.901.266	3.257.440
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.901.266</u>	<u>3.257.440</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(8.915.559)	12.029.852	3.114.293
Superávit do exercício	-	3.257.440	3.257.440
Incorporação ao patrimônio social	12.029.852	(12.029.852)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.114.293	3.257.440	6.371.733
Superávit do exercício	-	1.901.266	1.901.266
Incorporação ao patrimônio social	3.257.440	(3.257.440)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.371.733	1.901.266	8.272.999

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.901.266	3.257.440
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(53.867)	48.333
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	8.627.084	(18.290.133)
Outros créditos	6.449	(6.898)
Fornecedores	(10.928.564)	14.087.077
Obrigações fiscais	(272.431)	464.503
Obrigações sociais e trabalhistas	(909.323)	1.689.591
Férias a pagar	4.611	1.723.607
Outros passivos	91	(816.662)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(1.624.684)</u>	<u>2.156.858</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.624.684)</u>	<u>2.156.858</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.169.538	12.680
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>544.854</u>	<u>2.169.538</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.624.684)</u>	<u>2.156.858</u>

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 32.378.703 e R\$ 31.878.360, respectivamente.

(vi) Santo André – Atenção Básica

A Fundação do ABC deu início em 1º de fevereiro de 2023 ao novo contrato de gestão para gerenciamento, operacionalização, execução e fomento de serviços da Rede de Saúde do Município de Santo André nas áreas de Atenção Básica, Vigilância à Saúde e Apoio à Gestão. A Fundação do ABC atua de forma plena na Atenção Básica e de maneira complementar nos serviços e programas das Vigilâncias em Saúde e Apoio à Gestão, por meio da contratação de recursos humanos para o desenvolvimento das ações, bem como para a disponibilização de serviços diversos visando ao pleno funcionamento das atividades, conforme diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde de Santo André. O objetivo central é a integração da Rede de Atenção à Saúde, articulação e interação com todos os equipamentos de saúde, em busca de ampliar e qualificar o acesso aos usuários. Os esforços incluem planejamento, coordenação de processos, supervisão técnica, controle e avaliação, além do acompanhamento das determinações do gestor municipal com relação às diretrizes dos cenários internos e externos, demandadas pelo Ministério da Saúde. Outro objetivo ao longo da gestão é realizar de forma contínua a observação e o levantamento das prioridades de saúde, com a identificação de eventuais melhorias técnicas e operacionais que podem ser implementadas. A Rede de Atenção Básica de Santo André engloba Unidades Básicas de Saúde, Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAPs), Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMADs), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Núcleo de Qualidade, Apoio e Gestão. O fortalecimento da Atenção Primária é uma estratégia fundamental para a mudança do modelo assistencial em todos os níveis de complexidade. A construção de redes de atenção que garantam a integralidade e o acesso às ações e serviços de saúde é primordial para que a Atenção Primária seja efetivamente a ordenadora da rede e orientadora das linhas de cuidado, fomentando a construção de uma rede primária resolutive e humanizada, que trabalhe com instrumentos capazes de coordenar o processo de atenção à saúde. Em 31 de janeiro de 2023 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 46/2023 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, no âmbito da Atenção Básica, Vigilância à Saúde e Apoio Administrativo da Secretaria de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 12 meses, a contar de 1 de fevereiro de 2023, sendo prorrogável por 4 períodos consecutivos, até o limite máximo de 60 meses.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025**

(Em reais)

informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	958	1.189
Aplicações financeiras	543.896	2.168.349
	544.854	2.169.538

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município de Santo André.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	276.779	310.972
INSS retido de serviços a recolher	191.175	253.407
IRRF retido de serviços a recolher	407.136	512.424
CSLL retido de serviços a recolher	92.260	109.861
PIS retido de serviços a recolher	59.969	71.410
ISS a recolher	34.529	76.205
	1.061.848	1.334.279

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	5.008.471	5.123.630
Rescisões a pagar	22.678	32.039
IRRF a recolher	937.697	1.084.690
FGTS a recolher	825.083	836.724
INSS sobre autônomos a recolher	547.048	596.149
Empréstimo consignado a pagar	302.538	317.981
Outros	45.627	607.252
	7.689.142	8.598.465

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****10 Férias a pagar**

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

12 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	131.185	185.052
	131.185	185.052

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 308.687 (R\$ 869.352, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	9.635.810	9.853.010
Material médico hospitalar	6.752.901	3.839.006
Material de laboratório	422	1.378
Gases industriais e medicinais	770.618	925.051
Dieta enteral e parenteral	1.210.275	512
Material de limpeza e higiene	19.983	42.851
Outros materiais	72.729	59.433
	18.462.738	14.721.241

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****15 Prestadores de serviços de terceiros**

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	3.898.363	3.897.709
Serviços de informática	439.651	1.039.052
Serviços de manutenção predial	-	2.025.863
Locação de veículos e equipamentos	1.858.048	487.157
Serviços de manutenção de equipamentos	1.084.447	1.022.182
Serviços administrativos	2.358.259	2.339.987
Serviços de motorista	8.478.175	7.361.262
Serviços de portaria	10.985.818	-
Outros serviços	104.554	731.420
	29.207.315	18.904.632

16 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	317.487	203.364
Material de conservação e reparo	76.128	89.702
Material de consumo administrativo	341.649	850.105
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.663.606	1.492.409
Seguros patrimoniais	316	280
Outras despesas	999.590	136.068
	3.398.776	2.771.928

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.890	22.254
	2.890	22.254
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(12.531)	(11.839)
	(12.531)	(11.839)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Santo André – Atenção Básica não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Básica

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria da
Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 20 de abril de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

**Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar - CNPJ
57.571.275/0027-31**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	581.343	3.848.640
Convênios e contratos a receber	6	65.786.504	54.419.204
Estoques	7	2.548.748	1.238.074
Outros créditos		-	3.486
		68.916.595	59.509.404
Não circulante			
Bloqueio judicial		15	15
		15	15
Total do ativo		68.916.610	59.509.419
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	35.075.951	39.857.833
Obrigações fiscais	9	1.746.993	2.350.734
Obrigações sociais e trabalhistas	10	7.632.439	7.916.430
Férias a pagar	11	10.588.084	11.098.617
Outros passivos	12	392.242	230.502
		55.435.709	61.454.116
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	2.354.172	4.451.751
		2.354.172	4.451.751
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(6.273.736)	(3.072.609)
Superávit (déficit) acumulado		17.400.465	(3.323.839)
		11.126.729	(6.396.448)
Total do passivo e patrimônio líquido		68.916.610	59.509.419

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar**Demonstrações de resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	300.121.885	282.100.663
Outras receitas		<u>6.471.404</u>	<u>1.737.474</u>
		<u>306.593.289</u>	<u>283.838.137</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(102.649.056)	(106.775.247)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(22.813.207)	(18.996.979)
Prestadores de serviços médicos	15	(119.709.820)	(124.275.516)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(38.488.109)	(31.877.266)
Administrativas e gerais	17	(5.243.306)	(5.088.544)
Contingências e despesas judiciais		-	(9.565)
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(265.400)</u>	<u>(138.934)</u>
		<u>(289.168.898)</u>	<u>(287.162.051)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>17.424.391</u>	<u>(3.323.914)</u>
Receitas financeiras	18	2.710	25.365
Despesas financeiras	18	<u>(26.636)</u>	<u>(25.290)</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>17.400.465</u>	<u>(3.323.839)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Demonstrações de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	17.400.465	(3.323.839)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	17.400.465	(3.323.839)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(17.154.970)	14.082.361	(3.072.609)
Déficit do exercício	-	(3.323.839)	(3.323.839)
Incorporação ao patrimônio social	14.082.361	(14.082.361)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(3.072.609)	(3.323.839)	(6.396.448)
Acervo líquido incorporado	122.712	-	122.712
Superávit do exercício	-	17.400.465	17.400.465
Incorporação ao patrimônio social	(3.323.839)	3.323.839	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(6.273.736)	17.400.465	11.126.729

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	17.400.465	(3.323.839)
Acervo líquido incorporado	122.712	-
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(2.097.579)	(504.176)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(11.367.300)	(24.135.565)
Estoques	(1.310.674)	(225.186)
Outros créditos	3.486	789.681
Fornecedores	(4.781.882)	30.466.704
Obrigações fiscais	(603.741)	662.402
Obrigações sociais e trabalhistas	(283.991)	569.639
Férias a pagar	(510.533)	(604.065)
Outros passivos	161.740	(7.521)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(3.267.297)</u>	<u>3.688.074</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.267.297)</u>	<u>3.688.074</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.848.640	160.566
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>581.343</u>	<u>3.848.640</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.267.297)</u>	<u>3.688.074</u>

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0%

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 27.509.947 e R\$ 28.615.766, respectivamente.

(vi) **Santo André – Atenção Hospitalar**

Em 1 de julho de 2023 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 219/2023 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Atenção Hospitalar do Município, composto pelo Hospital da Mulher “Maria José dos Santos Stein” e Centro Hospitalar Municipal “Dr. Newton Brandão”, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O CHM-SA é um hospital-geral de urgência e emergência, referência municipal para atendimento nas áreas de clínica médica e clínica cirúrgica adulto e infantil e UTI adulto e infantil. Realiza atendimentos de média e alta complexidade, procedimentos eletivos, ambulatoriais e exames diagnósticos e complementares. A unidade está credenciada junto ao Ministério da Saúde como hospital de ensino e é um dos campos de estágio para alunos do Centro Universitário FMABC. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 12 meses, a contar de 1 de julho de 2023, sendo prorrogável por 4 períodos consecutivos, até o limite máximo de 60 meses. Em 1 de julho de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo nº 120/2024 do Contrato de Gestão nº 219/2023, que tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato por 12 (doze) meses com início em 1 de julho de 2024. Em 1 de julho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo nº 154/2025 do Contrato de Gestão nº 219/2023, que tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato por 12 (doze) meses com início em 1 de julho de 2025.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

- (b) **Convênios a receber**
Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.
- (c) **Estoques**
Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.
- (d) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (e) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (f) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (g) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (h) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	581.343	3.848.640
	581.343	3.848.640

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município de Santo André.

7 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	943.266	528.675
Material médico hospitalar	1.032.844	352.748
Material de limpeza e higiene	65.435	90.447
Material de manutenção	429.399	188.338
Outros materiais	77.804	77.866
	2.548.748	1.238.074

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	446.854	659.825
INSS retido de serviços a recolher	124.078	158.401
IRRF retido de serviços a recolher	875.544	1.095.650
CSLL retido de serviços a recolher	148.951	219.942
PIS retido de serviços a recolher	96.818	142.962
ISS a recolher	54.748	73.954
	1.746.993	2.350.734

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)****10 Obrigações sociais e trabalhistas**

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	4.782.719	4.738.654
Rescisões a pagar	132.091	13.591
IRRF a recolher	1.114.376	1.200.866
FGTS a recolher	800.862	788.134
INSS sobre autônomos a recolher	534.950	478.602
Empréstimo consignado a pagar	247.092	281.332
Outros	20.349	415.251
	7.632.439	7.916.430

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

13 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	847.627	2.615.456
Cível	1.506.545	1.836.295
	2.354.172	4.451.751

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 2.044.023 e R\$ 9.409.469, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

14 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	3.230.892	2.092.475
Material médico hospitalar	6.373.862	4.239.986

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025
(Em reais)**

Órtese e prótese	11.722.666	11.424.370
Material de laboratório	-	618
Gases industriais e medicinais	289.501	342.652
Dieta enteral e parenteral	91.104	52.106
Material de limpeza e higiene	183.163	308.882
Outros materiais	922.019	535.890
	22.813.207	18.996.979

15 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

16 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	7.269.565	6.098.780
Serviços de informática	102.962	101.556
Serviços de manutenção predial	14.107	33.234
Serviços de refeitório	7.942.496	7.387.219
Locação de veículos e equipamentos	432.746	374.149
Serviços de lavanderia hospitalar	2.049.017	3.069.067
Serviços de manutenção de equipamentos	1.733.001	2.260.418
Serviços administrativos	2.925.940	4.894.875
Serviços de portaria	10.526.622	5.477.487
Outros serviços	5.491.653	2.180.481
	38.488.109	31.877.266

17 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	167.078	56.646
Material de conservação e reparo	113.095	262.563
Material de consumo administrativo	315.615	252.335
Utilidade pública (água, luz, telefone)	4.642.086	4.511.790
Outras despesas	5.432	5.210
	5.243.306	5.088.544

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.710	25.365
	2.710	25.365

Fundação do ABC – Santo André – Atenção Hospitalar**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025**
(Em reais)**Despesas financeiras**

Tarifas e serviços bancários	(26.636)	25.290)
	<u>(26.636)</u>	<u>(25.290)</u>

19 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Santo André – Atenção Hospitalar não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André
CNPJ 57.571.275/0006-07

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.102	3.862.357
Convênios e contratos a receber		-	5.153.840
Estoques	6	4.149.856	4.977.365
Outros créditos		1.384.950	881.713
		5.577.908	14.875.275
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	480.681	465.316
		480.681	465.316
Total do ativo		6.058.589	15.340.591
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	50.032.764	21.060.723
Obrigações fiscais	9	1.005.275	594.317
Obrigações sociais e trabalhistas	10	9.695.606	9.245.744
Férias a pagar	11	13.882.321	13.208.301
Obrigações acadêmicas		205.305	205.305
Outros passivos	12	13.313.233	6.197.918
		88.134.504	50.512.308
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	2.146.433	2.278.132
		2.146.433	2.278.132
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(37.449.849)	(16.860.449)
Déficits acumulados		(46.772.499)	(20.589.400)
		(84.222.348)	(37.449.849)
Total do passivo e patrimônio líquido		6.058.589	15.340.591

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	267.908.709	268.644.366
Outras receitas		<u>1.799.956</u>	<u>2.054.245</u>
		<u>269.708.665</u>	<u>270.698.611</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(132.278.875)	(127.624.647)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(70.475.672)	(72.263.270)
Prestadores de serviços médicos	15	(75.943.915)	(61.310.221)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(20.939.960)	(17.304.279)
Administrativas e gerais	17	(8.388.682)	(9.301.839)
Atividades acadêmicas		(1.228)	(829.026)
Contingências e despesas judiciais		(1.619.098)	(2.287.789)
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(7.588.479)</u>	<u>(1.183.753)</u>
		<u>(317.235.909)</u>	<u>(292.104.824)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(47.527.244)</u>	<u>(21.406.213)</u>
Receitas financeiras	18	754.777	819.001
Despesas financeiras	18	<u>(32)</u>	<u>(2.188)</u>
		<u>754.745</u>	<u>816.813</u>
Déficit do exercício		<u>(46.772.499)</u>	<u>(20.589.400)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Déficit do exercício	(46.772.499)	(20.589.400)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(46.772.499)</u>	<u>(20.589.400)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(28.617.321)	11.756.872	(16.860.449)
Déficit do exercício	-	(20.589.400)	(20.589.400)
Incorporação ao patrimônio social	11.756.872	(11.756.872)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(16.860.449)	(20.589.400)	(37.449.849)
Déficit do exercício	-	(46.772.499)	(46.772.499)
Incorporação ao patrimônio social	(20.589.400)	20.589.400	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(37.449.849)	(46.772.499)	(84.222.348)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(46.772.499)	(20.589.400)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(131.699)	1.499.532
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	5.153.840	(5.153.840)
Estoques	827.509	3.753.078
Outros créditos	(503.237)	653.709
Bloqueio judicial	(15.365)	32.372
Fornecedores	28.972.041	9.800.600
Obrigações fiscais	410.958	121.944
Obrigações sociais e trabalhistas	449.862	(92.110)
Férias a pagar	674.020	734.202
Outros passivos	7.115.315	785.445
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3.819.255)	(8.454.468)

Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.819.255)</u>	<u>(8.454.468)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.862.357	12.316.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>43.102</u>	<u>3.862.357</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.819.255)</u>	<u>(8.454.468)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a

saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 35.820.324 e R\$ 34.463.724, respectivamente.

(vi) Hospital Estadual Mário Covas de Santo André

O Hospital Estadual Mário Covas de Santo André é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de novembro de 2001, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0006-07, com sede na Rua Doutor Henrique Calderazzo, nº 321, no bairro Paraíso, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo. O Hospital Estadual Mário Covas de Santo André (HEMC) está sob gestão da Fundação do ABC desde o primeiro dia de funcionamento, inaugurado em 2001 pelo Governo do Estado. Maior unidade hospitalar do Grande ABC, o Hospital Estadual Mário Covas, em Santo André, possui leitos para internação, terapia intensiva e leitos pediátricos destinados ao atendimento de crianças com câncer. A unidade, também, possui Banco de Sangue, Banco de Leite Humano, Centro de Fisioterapia, Central de Vacinas e outros serviços que otimizam o atendimento. Um dos grandes diferenciais do HEMC é o corpo clínico, composto por muitos profissionais ligados ao Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC – vários deles docentes. Em 2018, o HEMC conquistou a certificação de qualidade ONA (Organização Nacional de Acreditação) nível 3, o mais alto do ranking, tendo sido revalidada em 2021 e 2024. Além disso, alcançou a acreditação internacional Qmentum, nível Diamante em 2021, selo que manteve em 2024 após processo de recertificação.

(vii) Contrato de gestão

Em 31 de maio de 2022, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº SES-PRC-2022/12096 com o Estado de São Paulo para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Estadual “Mário Covas” de Santo André, pelo período de cinco anos, iniciando-se em 1 de junho de 2022. Durante o exercício de 2025 foram celebrados diversos aditivos contratuais com objetivo de: (i)

alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 31 de maio de 2022, definição dos valores de repasse de recursos financeiros do exercício de 2025 e readequação de metas assistenciais; (ii) repasse de recurso de custeio para o Programa Mais Acesso a Especialistas - PMAE - Componente Cirurgias no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo, conforme Portaria GM/MS Nº 5.820, de 4 de dezembro de 2024 e Deliberação CIB nº 13; (iii) repasses de recursos financeiros de custeio estabelecidos pelas Emendas Estaduais nº 2025.072.71851 e Emenda Estadual nº 2025.091.65418; (iv) repasse de recurso financeiro de investimento pela Emenda Parlamentar Estadual nº 2024.059.62669; (vi) repasse de recurso financeiro de custeio para ampliação do atendimento de leucemias agudas.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e convênio a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	43.102	3.862.357
	43.102	3.862.357

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	2.011.124	2.497.067
Material médico hospitalar	1.535.798	1.900.722
Gases industriais e medicinais	12.270	688
Dieta enteral e parenteral	58.083	65.500
Material de limpeza e higiene	60.548	44.270
Material de manutenção	426.865	405.908
Outros materiais	45.168	63.210
	4.149.856	4.977.365

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Hospital Estadual Mário Covas de Santo André.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	238.353	146.285
INSS retido de serviços a recolher	11.507	11.555
IRRF retido de serviços a recolher	619.741	351.516
CSLL retido de serviços a recolher	79.451	48.762
PIS retido de serviços a recolher	51.643	31.695
ISS a recolher	4.580	4.504
	1.005.275	594.317

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	6.561.001	5.981.879
Rescisões a pagar	33.037	10.455
IRRF a recolher	1.166.463	1.183.840
FGTS a recolher	1.083.177	1.029.909
INSS sobre autônomos a recolher	753.310	616.109
Empréstimo consignado a pagar	-	288.203
Outros	98.618	135.349
	9.695.606	9.245.744

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e aos valores recebidos das unidades gerenciadoras para reembolsar os valores bloqueados das contas da Entidade.

13 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	1.275.225	971.460
Cível	871.208	1.306.672
	2.146.433	2.278.132

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 17.207.243 e R\$ 7.947.764 (R\$ 13.349.104 e R\$ 3.153.906, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

14 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	26.411.420	25.238.694
Material médico hospitalar	15.663.565	13.403.702
Órtese e prótese	23.262.508	27.606.425
Material de laboratório	11.737	19.939
Gases industriais e medicinais	2.027.306	1.884.015
Dieta enteral e parenteral	1.364.444	1.381.116
Material de limpeza e higiene	409.191	378.033
Outros materiais	1.325.501	2.351.346
	70.475.672	72.263.270

15 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

16 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	1.212.246	1.259.109
Serviços de informática	1.597.693	876.257
Serviços de manutenção predial	1.170.531	745.453
Serviços de refeitório	7.614.882	5.271.519
Locação de veículos e equipamentos	1.357.390	1.270.481
Serviços de lavanderia hospitalar	3.468.398	2.974.474
Serviços de manutenção de equipamentos	1.164.123	1.509.766
Serviços administrativos	2.545.641	2.381.049
Serviços de motorista	486.535	483.953
Outros serviços	322.521	389.341
	20.939.960	17.304.279

17 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	-	625.366
Material de conservação e reparo	473.910	531.516
Material de consumo administrativo	1.095.707	1.109.005
Utilidade pública (água, luz, telefone)	6.704.209	6.932.348
Seguros patrimoniais	99.970	87.668
Outras despesas	14.886	15.936
	8.388.682	9.301.839

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	754.777	819.001
	754.777	819.001
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(32)	(2.188)
	(32)	(2.188)

19 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 199.268.745
Danos elétricos	R\$ 500.000
Impacto de veículos	R\$ 39.853.749
Subtração de bens	R\$ 50.000
Responsabilidade civil	R\$ 250.000
Quebra de vidros	R\$ 10.000
Equipamentos estacionários	R\$ 250.000
Fidelidade de empregados	R\$ 62.500
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 100.000
Equipamentos eletrônicos sem cobertura de subtração	R\$ 250.000

20 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Estadual Mário Covas de Santo André não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

21 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Internações						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Clinica Médica	1.800	1.638	(9,00)	1.812	1.849	2,04
Pediatria	234	350	49,57	234	286	22,22
Psiquiatria	174	95	(45,40)	174	86	(50,57)
Total	2.208	2.083	(5,66)	2.220	2.221	0,05
Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Eletivas	3.300	3.359	1,79	3.300	3.431	3,97
Urgência	720	478	(33,61)	720	510	(29,17)
Total	4.020	3.837	(4,55)	4.020	3.941	(1,97)
Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Hospital - Dia	1.050	271	(74,19)	1.050	310	(70,48)
Cirurgias Ambulatoriais	750	2.982	297,60	750	2.487	231,60
Total	1.800	3.253	80,72	1.800	2.797	55,39
Urgência / Emergência						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas de Urgência	9.600	9.536	(0,67)	9.600	10.203	6,28
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	5.108	5.389	5,50	5.082	7.032	38,37
Interconsultas	6.000	8.135	35,58	6.000	8.768	46,13
Consultas Subsequentes	45.092	41.940	(6,99)	45.066	44.357	(1,57)
Total	56.200	55.464	(1,31)	56.148	60.157	7,14
Consultas Não Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Interconsultas	14.478	18.492	27,72	14.478	21.079	45,59
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	14.382	12.732	(11,47)	14.382	14.664	1,96
Total	28.860	31.224	8,19	28.860	35.743	23,85

SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Radiografia	174	-	(100,00)	156	-	(100,00)
Mamografia	540	479	(11,30)	540	395	(26,85)
Densitometria	1.098	1.071	(2,46)	1.098	1.143	4,10
Radiologia	1.812	1.550	(14,46)	1.794	1.538	(14,27)
Ecocardiografia	-	17	-	-	-	-
Ultrassonografia com Doppler	324	247	(23,77)	324	263	(18,83)
Outras Ultrassonografias	2.988	2.415	(19,18)	2.982	2.628	(11,87)
Ultrassonografia	3.312	2.679	(19,11)	3.306	2.891	(12,55)
Tomografia Computadorizada	1.788	1.472	(17,67)	1.782	1.712	(3,93)
Ressonância Magnética	468	607	29,70	462	631	36,58
Ressonância Magnética com Sedação	60	47	(21,67)	60	49	(18,33)
Ressonância Magnética	528	654	23,86	522	680	30,27
Cintilografia	702	660	(5,98)	702	704	0,28
Medicina Nuclear in Vivo	702	660	(5,98)	702	704	0,28
Endoscopia Digestiva Alta	720	829	15,14	720	1.059	47,08
Colonoscopia	552	505	(8,51)	552	636	15,22
CPRE	240	231	(3,75)	240	181	(24,58)
Endoscopia	1.512	1.565	3,51	1.512	1.876	24,07
Radiologia Intervencionista	120	93	(22,50)	120	106	(11,67)
Cateterismo Cardíaco	-	969	-	-	1.128	-
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	510	407	(20,20)	510	360	(29,41)
Diagnóstico em Ginecologia-Obstetrícia	330	360	9,09	330	287	(13,03)
Diagnóstico em Neurologia	450	352	(21,78)	450	349	(22,44)
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia	422	344	(18,48)	408	306	(25,00)
Diagnóstico em Pneumologia	450	625	38,89	450	452	0,44
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.162	3.057	41,40	2.148	2.882	34,17
Total	11.936	11.730	(1,73)	11.886	12.389	4,23
Tratamentos Clínicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Tratamento em Oncologia - Quimioterapia (QT)	4.800	10.339	115,40	4.800	6.719	39,98
Tratamento em Oncologia - Hormonioterapia (HT)	360	922	156,11	360	4.841	1.244,72
Tratamento em Oncologia - Fornecimento QT para Clínica Adicional	1.620	1.899	17,22	1.620	2.324	43,46
Tratamento em Oncologia - Radioterapia	7.800	8.528	9,33	7.800	7.758	(0,54)
Tratamento em Nefrologia - Sessão Diálise	6.360	6.552	3,02	6.360	6.712	5,53

Programa Estadual - Estratégia de Ampliação de Procedimentos Ortopédicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Grupo 1	6	-	(100,00)	6	11	83,33
Grupo 2 A	24	31	29,17	24	17	(29,17)
Grupo 2 B	6	6	-	6	6	-
Total	36	37	2,78	36	34	(5,56)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médicas – AME
Praia Grande - CNPJ 57.571.275/0010-93

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.287.445	333.440
		2.287.445	333.440
Não circulante			
Bloqueio judicial		1.807	1.807
		1.807	1.807
Total do ativo		2.289.252	335.247
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	6	168.113	182.185
Obrigações fiscais	7	142.076	123.913
Obrigações sociais e trabalhistas	8	434.931	433.325
Férias a pagar	9	562.765	521.889
Outros passivos		28.856	28.179
		1.336.741	1.289.491
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	10	28.841	35.000
		28.841	35.000
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(989.244)	(458.156)
Superávits (déficits) acumulados		1.912.914	(531.088)
		923.670	(989.244)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.289.252	335.247

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Estadual	1(vii)	22.067.654	21.237.652
Outras receitas		-	16
		22.067.654	21.237.668
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.939.605)	(5.543.440)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(644.672)	(791.571)
Prestadores de serviços médicos	12	(9.769.298)	(11.388.539)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(3.452.190)	(3.581.004)
Administrativas e gerais	14	(527.713)	(463.288)
Contingências e despesas judiciais		-	(47.090)
Bens de terceiros	3 (d)	(15.763)	(8.425)
		(20.349.241)	(21.823.357)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		1.718.413	(585.689)
Receitas financeiras	15	194.501	54.818
Despesas financeiras	15	-	(217)
		194.501	54.601
Superávit (déficit) do exercício		1.912.914	(531.088)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	1.912.914	(531.088)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.912.914	(531.088)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	252.921	(711.077)	(458.156)
Déficit do exercício	-	(531.088)	(531.088)
Incorporação ao patrimônio social	(711.077)	711.077	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(458.156)	(531.088)	(989.244)
Superávit do exercício	-	1.912.914	1.912.914
Incorporação ao patrimônio social	(531.088)	531.088	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(989.244)	1.912.914	923.670

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	1.912.914	(531.088)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(6.159)	(34.000)
Variações nos ativos e passivos		
Bloqueio judicial	-	(410)
Fornecedores	(14.072)	(27.312)
Obrigações fiscais	18.163	(28.393)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.606	44.293
Férias a pagar	40.876	122.901
Outros passivos	677	4.873
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	1.954.005	(449.136)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.954.005	(449.136)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	333.440	782.576
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.287.445	333.440
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.954.005	(449.136)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.544.298 e R\$ 1.485.642, respectivamente.

(vi) Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Praia Grande

O AME Praia Grande é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 4 de março de 2009, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0010-93, com sede na Rua Walter José Alves, nº 485, no bairro Vila Mirim, na cidade de Praia Grande, no estado de São Paulo. O Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Praia Grande está sob gestão da Fundação do ABC desde o primeiro dia de funcionamento, inaugurado em agosto de 2009 pelo Governo do Estado. A unidade é referência em serviços de média complexidade para sete municípios no Litoral Sul. unidade em Praia Grande conta com 15 especialidades à disposição da população e cerca de 20 tipos de exames, além de pequenas cirurgias. Também dispõe de serviço ambulatorial composto por primeira consulta, interconsulta, retornos, procedimentos terapêuticos não médicos e cirurgias ambulatoriais.

(vii) Contrato de gestão

Em 25 de outubro de 2023, a Fundação do ABC, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou novo Contrato de Gestão, Processo SEI 024.00058116/2023-55 com o Estado de São Paulo para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Praia Grande – AME Praia Grande, pelo período de cinco anos, iniciando-se em 1 de novembro de 2023. Durante o exercício de 2025 foram celebrados diversos aditivos contratuais com objetivo de: (i) alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 25 de outubro de 2023, definição dos valores de repasse de recursos financeiros do exercício de 2025 e readequação de metas assistenciais; (ii) desconto do recurso de custeio em virtude do não cumprimento do Indicador de Produção – Não cumprimento da meta da proposta no PNRF 2024, conforme Relatório de Avaliação do 4º trimestre de 2024; (iii) repasse de recurso de investimento para 83 aparelhos de ar condicionado; (iv) repasse de recurso de investimento para a aquisição de 01 (um) nasofibrolaringoscópio.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das

Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na

demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi

constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	500	500
Aplicações financeiras	2.286.945	332.940
	2.287.445	333.440

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	28.216	28.787
INSS retido de serviços a recolher	42.889	25.583
IRRF retido de serviços a recolher	26.495	25.846
CSLL retido de serviços a recolher	9.406	9.596
PIS retido de serviços a recolher	6.114	6.237
ISS a recolher	28.956	27.864
	142.076	123.913

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	302.712	301.932
IRRF a recolher	51.707	50.018
FGTS a recolher	44.710	41.826
INSS sobre autônomos a recolher	21.652	31.759
Empréstimo consignado a pagar	13.087	5.912
Outros	1.063	1.878
	434.931	433.325

9 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

10 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	28.841	35.000
	28.841	35.000

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 104.852 e R\$ 1.308.108 (R\$ 97.484 e R\$ 1.043.509, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	129.918	176.998
Material médico hospitalar	457.469	564.215
Material de laboratório	1.171	-
Gases industriais e medicinais	42.850	37.279
Outros materiais	13.264	13.079
	644.672	791.571

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	815.140	854.949
Serviços de informática	553.478	546.990
Serviços de vigilância	652.907	708.307
Serviços de manutenção predial	601.540	658.818
Serviços de lavanderia hospitalar	156.418	168.694
Serviços de manutenção de equipamentos	14.069	11.245
Serviços administrativos	334.903	316.280
Serviços de motorista	7.962	11.861
Outros serviços	315.773	303.860
	3.452.190	3.581.004

14 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Material de conservação e reparo	218.630	105.655
Material de consumo administrativo	55.439	46.755
Utilidade pública (água, luz, telefone)	248.525	300.387
Seguros patrimoniais	5.119	5.392
Outras despesas	-	5.099
	527.713	463.288

15 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	194.501	54.818
	194.501	54.818
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(217)
	-	(217)

16 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 4.000.000
Danos elétricos	R\$ 150.000
Impacto de veículos	R\$ 150.000
Perda de aluguel	R\$ 30.000
Tumulto, greve, <u>lock-out</u>	R\$ 100.000
Subtração de bens	R\$ 100.000
Responsabilidade civil	R\$ 300.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 150.000
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração	R\$ 100.000

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S Praia Grande não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

18 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado – 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	15.666	13.807	(11,87)	15.666	14.162	(9,60)
Interconsultas	2.310	2.289	(0,91)	2.310	1.960	(15,15)
Consultas Subsequentes	7.254	11.010	51,78	7.254	8.717	20,17
Total	25.230	27.106	7,44	25.230	24.839	(1,55)
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	7.200	7.625	5,90	7.200	7.612	5,72
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	2.400	2.187	(8,88)	2.400	2.170	(9,58)
Total	9.600	9.812	2,21	9.600	9.782	1,90
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	1.230	1.237	0,57	1.230	1.344	9,27
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	1.710	1.933	13,04	1.710	1.664	(2,69)
Total	2.940	3.170	7,82	2.940	3.008	2,31
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Mamografia	2.100	1.949	(7,19)	2.100	2.036	(3,05)
Ecocardiografia	2.280	2.027	(11,10)	2.280	2.187	(4,08)
Ultrassonografia com Doppler	2.400	2.082	(13,25)	2.400	2.291	(4,54)
Ultrassonografia Obstétrica	120	593	394,17	120	707	489,17
Outras Ultrassonografias	4.680	3.514	(24,91)	4.680	3.322	(29,02)
Ultrassonografia	9.480	8.216	(13,33)	9.480	8.507	(10,26)
Tomografia Computadorizada	2.100	2.198	4,67	2.100	2.028	(3,43)
Endoscopia Digestiva Alta	1.422	1.244	(12,52)	1.422	1.243	(12,59)
Colonoscopia	390	365	(6,41)	390	337	(13,59)
Endoscopia	1.812	1.609	(11,20)	1.812	1.580	(12,80)
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	1.740	1.173	(32,59)	1.740	1.054	(39,43)
Diagnóstico em Neurologia	1.260	1.058	(16,03)	1.260	1.132	(10,16)
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia	708	1.474	108,19	708	1.251	76,69
Diagnóstico em Pneumologia	120	86	(28,33)	120	90	(25,00)
Diagnóstico em Urologia	354	295	(16,67)	354	282	(20,34)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	4.182	4.086	(2,30)	4.182	3.809	(8,92)
Total	19.674	18.058	(8,21)	19.674	17.960	(8,71)
Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
Colonoscopia	-	23	-	-	22	-

OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0901010014 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Mama	30	-	(100,00)	30	1	(96,67)
0901010049 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Câncer De Próstata	60	3	(95,00)	60	23	(61,67)
0901010081 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Colorretal	-	15	-	-	18	-
Subtotal - OCI Oncologia	90	18	(80,00)	90	42	(53,33)
0902010018 OCI Avaliação De Risco Cirúrgico	420	270	(35,71)	420	43	(89,76)
0902010026 OCI Avaliação Cardiológica	180	43	(76,11)	180	39	(78,33)
0902010034 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial - Síndrome Coronariana Crônica	180	68	(62,22)	180	28	(84,44)
0902010069 OCI Avaliação Diagnóstica - Insuficiência Cardíaca	60	9	(85,00)	60	14	(76,67)
Subtotal - OCI Cardiologia	840	390	(53,57)	840	124	(85,24)
0903010011 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia	180	29	(83,89)	180	91	(49,44)
0903010020 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	180	30	(83,33)	180	57	(68,33)
0903010038 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Tomografia Computadorizada	120	25	(79,17)	120	56	(53,33)
Subtotal - OCI Ortopedia	480	84	(82,50)	480	204	(57,50)
0904010015 OCI Avaliação Inicial Diagnóstica De Déficit Auditivo	180	30	(83,33)	180	102	(43,33)
0904010023 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Déficit auditivo	180	28	(84,44)	180	64	(64,44)
Subtotal - OCI Otorrinolaringologia	360	58	(83,89)	360	166	(53,89)
0905010019 OCI Avaliação Inicial Em Oftalmologia - 0 A 8 Anos	180	17	(90,56)	180	43	(76,11)
0905010027 OCI Avaliação Estrabismo	180	22	(87,78)	180	23	(87,22)
0905010035 OCI Avaliação Inicial Em Oftalmologia - A Partir De 9 Anos	300	66	(78,00)	300	92	(69,33)
0905010043 OCI Avaliação Retinopatia Diabética	300	55	(81,67)	300	88	(70,67)
0905010051 OCI Avaliação Inicial Para Oncologia Oftalmológica	180	-	(100,00)	180	1	(99,44)
0905010060 OCI Avaliação Inicial Para Neuro Oftalmológica	180	4	(97,78)	180	5	(97,22)
Subtotal - OCI Oftalmologia	1.320	164	(87,58)	1.320	252	(80,91)
Total	3.090	714	(76,89)	3.090	788	(74,50)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME Praia Grande

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME Praia Grande, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME Praia Grande, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Praia Grande, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médicas – AME
Santo André - CNPJ 57.571.275/0015-06

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.610.587	6.883.981
Estoques	6	438.150	458.005
Outros créditos		16.850	16.850
		3.065.587	7.358.836
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	27.565	27.565
		27.565	27.565
Total do ativo		3.093.152	7.386.401
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	333.242	175.411
Obrigações fiscais	9	93.187	86.030
Obrigações sociais e trabalhistas	10	277.378	306.046
Férias a pagar	11	1.078.372	968.028
Outros passivos		172.226	171.822
		1.954.405	1.707.337
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	224.192	166.412
		224.192	166.412
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		5.512.652	5.346.142
Superávits (déficits) acumulados		(4.598.097)	166.510
		914.555	5.512.652
Total do passivo e patrimônio líquido		3.093.152	7.386.401

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	25.531.165	24.714.270
Outras receitas		50.205	64.514
		25.581.370	24.778.784
Despesas operacionais			
Com pessoal		(11.604.013)	(10.242.570)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(1.396.961)	(1.205.686)
Prestadores de serviços médicos	14	(11.628.380)	(10.549.591)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(2.531.232)	(2.469.214)
Administrativas e gerais	16	(3.527.160)	(619.983)
Contingências e despesas judiciais		(91.850)	(40.919)
Bens de terceiros	3 (d)	(98.165)	(108.630)
		(30.877.761)	(25.236.593)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(5.296.391)	(457.809)
Receitas financeiras	17	699.967	625.554
Despesas financeiras	17	(1.673)	(1.235)
		698.294	624.319
Superávit (déficit) do exercício		(4.598.097)	166.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(4.598.097)	166.510
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(4.598.097)	166.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.641.794	2.704.348	5.346.142
Superávit do exercício	-	166.510	166.510
Incorporação ao patrimônio social	2.704.348	(2.704.348)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.346.142	166.510	5.512.652
Déficit do exercício	-	(4.598.097)	(4.598.097)
Incorporação ao patrimônio social	166.510	(166.510)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.512.652	(4.598.097)	914.555

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(4.598.097)	166.510
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	57.780	(987.046)
Variações nos ativos e passivos		
Estoques	19.855	(73.401)
Outros créditos	-	(16.850)
Fornecedores	157.831	(180.657)
Obrigações fiscais	7.157	(3.866)
Obrigações sociais e trabalhistas	(28.668)	78.736
Férias a pagar	110.344	125.604
Outros passivos	404	(52.852)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.273.394)	(943.822)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(4.273.394)	(943.822)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.883.981	7.827.803
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.610.587	6.883.981
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(4.273.394)	(943.822)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inkra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 3.130.877 e R\$ 2.749.936, respectivamente.

(vi) Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Santo André

O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Santo André (AME Santo André) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0015-06, com sede na Av. Capitão Mário de Toledo Camargo, nº 3330, no bairro Vila Luzita, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo. O AME Santo André está sob gestão da Fundação do ABC desde o primeiro dia de funcionamento, inaugurado em 2010 pelo Governo do Estado. A unidade oferece atendimento de especialidades como cardiologia, ortopedia, mastologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, ginecologia, endocrinologia, dermatologia, anestesiologia, gastroenterologia, proctologia e urologia, além das áreas de cirurgia vascular, cirurgia geral e cirurgia plástica. A unidade possui, também, Centro de Reabilitação para atendimentos em fisioterapia e nutrição.

(vii) Contrato de gestão

Em 2020, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo SPDOC nº 3404330/2019, em 30 de abril de 2020, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Newton da Costa Brandão” – AME Santo André por cinco anos. Em 31 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025, com objetivo de: (i) alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 30 de abril de 2020, cujo objeto é a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Newton da Costa Brandão” – AME Santo André; (ii) estabelecer metas assistenciais, indicadores de qualidade e recursos financeiros para o exercício de 2025 (até o mês de abril de 2025). Em 30 de abril de 2025, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº 024.00031459/2025-34 com o Estado de São Paulo para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Estadual “Mário Covas” de Santo André, pelo período de cinco anos, iniciando-se em 1 de maio de 2025. Em 23 de maio de 2025 foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025, com objetivo de estabelecer o repasse de recurso de custeio para o Programa Mais Acesso a Especialistas - PMAE - Componente Cirurgias no âmbito do Sistema Único de Saúde no

Estado de São Paulo, conforme Portaria GM/MS Nº 5.820, de 4 de dezembro de 2024 e Deliberação CIB nº 13, de 13 de fevereiro de 2025, a ser realizado de junho a novembro de 2025.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e

aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	2.610.587	6.883.981
	2.610.587	6.883.981

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de

Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	102.864	139.882
Material médico hospitalar	218.461	195.741
Material de limpeza e higiene	42.076	42.469
Material de manutenção	39.887	39.108
Outros materiais	34.862	40.805
	438.150	458.005

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do AME-Santo André.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	25.716	24.751
INSS retido de serviços a recolher	27.451	23.412
IRRF retido de serviços a recolher	25.856	21.549
CSLL retido de serviços a recolher	8.572	8.250
PIS retido de serviços a recolher	5.572	5.363
ISS a recolher	20	2.705
	93.187	86.030

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
IRRF sobre folha a recolher	104.130	96.588
FGTS a recolher	85.816	76.176
INSS sobre autônomos a recolher	57.294	57.094
Empréstimo consignado a pagar	18.434	16.618
Outros	11.704	59.570
	277.378	306.046

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

12 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	80.829	23.049
Cível	143.363	143.363
	224.192	166.412

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 903.294 e R\$ 250.000 (R\$ 976.301 e R\$ 250.000, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	475.867	329.127
Material médico hospitalar	748.861	585.266
Gases industriais e medicinais	29.831	21.681
Material de limpeza e higiene	122.410	113.794
Outros materiais	19.992	155.818
	1.396.961	1.205.686

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	483.945	385.774
Serviços de informática	251.611	264.770
Serviços de manutenção predial	64.880	104.714
Locação de veículos e equipamentos	188.862	284.141
Serviços de lavanderia hospitalar	136.039	132.857
Serviços de manutenção de equipamentos	363.980	277.698
Serviços administrativos	350.292	379.305
Serviços de motorista	19.181	18.498
Serviços de portaria	634.470	603.412
Outros serviços	37.972	18.045
	2.531.232	2.469.214

16 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	52.433	40.500
Material de conservação e reparo	102.190	100.050
Material de consumo administrativo	85.061	89.812
Utilidade pública (água, luz, telefone)	393.054	386.040
Outras despesas (i)	2.894.422	3.582
	3.527.160	619.984

(i) Refere-se, substancialmente, a obra de contenção de enchente no AME Santo André.

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	699.967	625.554
	699.967	625.554
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.673)	(1.164)
Juros e multas de mora	-	(71)
	(1.673)	(1.235)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S Santo André não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

19 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado – 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	13.572	10.206	(24,80)	13.572	11.892	(12,38)
Interconsultas	3.750	3.323	(11,39)	3.750	3.077	(17,95)
Consultas Subsequentes	17.772	22.275	25,34	17.772	21.320	19,96
Total	35.094	35.804	2,02	35.094	36.289	3,41
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	6.672	12.561	88,26	6.672	13.987	109,64
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	8.556	3.492	(59,19)	8.556	4.469	(47,77)
Total	15.228	16.053	5,42	15.228	18.456	21,20
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	2.202	2.241	1,77	2.202	2.202	-
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	2.592	2.938	13,35	2.592	3.060	18,06
Total	4.794	5.179	8,03	4.794	5.262	9,76
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Mamografia	660	825	25,00	660	824	24,83
Densitometria	1.128	1.108	(1,77)	1.128	1.182	4,79
Radiologia	1.788	1.933	8,11	1.788	2.006	12,19
Ecocardiografia	1.344	1.823	35,64	1.344	1.739	29,39
Outras Ultrassonografias	2.280	2.061	(9,61)	2.280	2.193	(3,82)
Ultrassonografia	3.624	3.884	7,17	3.624	3.932	8,50
Tomografia Computadorizada	1.128	987	(12,50)	1.128	1.023	(9,31)
Endoscopia Digestiva Alta	1.380	1.262	(8,55)	1.380	1.244	(9,86)
Colonoscopia	150	140	(6,67)	150	141	(6,00)
Outras Endoscopias	780	857	9,87	780	821	5,26
Endoscopia	2.310	2.259	(2,21)	2.310	2.206	(4,50)
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	792	2.119	167,55	792	1.968	148,48
Diagnóstico em Ginecologia-Obstetrícia	66	90	36,36	66	99	50,00
Diagnóstico em Neurologia	294	339	15,31	294	438	48,98
Diagnóstico em Oftalmologia	120	625	420,83	120	991	725,83
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia	276	539	95,29	276	884	220,29
Diagnóstico em Pneumologia	432	475	9,95	432	721	66,90

Métodos Diagnósticos em Especialidades	1.980	4.187	111,46	1.980	5.101	157,63
Total	10.830	13.250	22,35	10.830	14.268	31,75
Tratamentos Clínicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Tratamentos em Oncologia - Quimioterapia (QT)	3.114	1.815	(41,71)	3.114	2.301	(26,11)
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos por Telemedicina (acompanhamento)						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas não médicas	2.076	1.385	(33,29)	-	2.072	-
OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0902010034 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial - Síndrome Coronariana Crônica	60	-	(100,00)	60	-	(100,00)
0902010069 OCI Avaliação Diagnóstica - Insuficiência Cardíaca	96	-	(100,00)	96	-	(100,00)
Subtotal - OCI Cardiologia	156	-	(100,00)	156	-	(100,00)
0903010011 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia	60	5	(91,67)	60	8	(86,67)
0903010020 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	30	-	(100,00)	30	-	(100,00)
Subtotal - OCI Ortopedia	90	5	(94,44)	90	8	(91,11)
0905010027 OCI Avaliação Estrabismo	30	-	(100,00)	30	-	(100,00)
0905010035 OCI Avaliação Inicial Em Oftalmologia - A Partir De 9 Anos	240	62	(74,17)	240	143	(40,42)
0905010043 OCI Avaliação Retinopatia Diabética	240	22	(90,83)	240	125	(47,92)
Subtotal - OCI Oftalmologia	510	84	(83,53)	510	268	(47,45)
Total	756	89	(88,23)	756	276	(63,49)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do

resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura

Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médicas – AME
Mauá - CNPJ 57.571.275/0016-89**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.672.347	1.095.804
Estoques	6	199.718	163.042
		2.872.065	1.258.846
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	29.313	29.313
		29.313	29.313
Total do ativo		2.901.378	1.288.159

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	185.582	134.272
Obrigações fiscais	9	37.353	28.387
Obrigações sociais e trabalhistas	10	126.904	136.158
Férias a pagar	11	473.170	443.892
Outros passivos		212.946	211.790
		1.035.955	954.499
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	-	56.300
		-	56.300
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		277.360	(350.001)
Superávits acumulados		1.588.063	627.361
		1.865.423	277.360
Total do passivo e patrimônio líquido		2.901.378	1.288.159

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	13.601.922	12.596.895
Outras receitas		-	369
		13.601.922	12.597.264
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.577.119)	(5.323.965)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(390.288)	(425.726)
Prestadores de serviços médicos	14	(5.023.137)	(4.803.536)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(865.228)	(951.020)
Administrativas e gerais	16	(361.461)	(450.543)
Contingências e despesas judiciais		(5.931)	(66.958)
Bens de terceiros	3 (d)	(6.797)	(29.095)
		(12.229.961)	(12.050.843)
Superávit antes do resultado financeiro		1.371.961	546.421
Receitas financeiras	17	216.185	81.189
Despesas financeiras	17	(83)	(249)
		216.102	80.940
Superávit do exercício		1.588.063	627.361

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Superávit do exercício	1.588.063	627.361
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.588.063	627.361

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	263.243	(613.244)	(350.001)
Superávit do exercício	-	627.361	627.361
Incorporação ao patrimônio social	(613.244)	613.244	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(350.001)	627.361	277.360
Superávit do exercício	-	1.588.063	1.588.063
Incorporação ao patrimônio social	627.361	(627.361)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	277.360	1.588.063	1.865.423

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.588.063	627.361
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(56.300)	56.300
Variações nos ativos e passivos		
Estoques	(36.676)	3.237
Fornecedores	51.310	(70.880)
Obrigações fiscais	8.966	(12.342)
Obrigações sociais e trabalhistas	(9.254)	(11.207)
Férias a pagar	29.278	(25.508)
Outros passivos	1.156	25.604
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.576.543	592.565
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.576.543	592.565
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.095.804	503.239
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.672.347	1.095.804
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.576.543	592.565

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas áreas de educação e saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº

456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção previdenciária usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.494.668 e R\$ 1.441.911, respectivamente.

(vi) Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Mauá

O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Mauá (AME Mauá) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 17 de maio de 2012, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0016-89, com sede na Rua Professor Américo Perrella, nº 171, no Centro, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo. A unidade conta com as áreas de alergologia, neurologia, cardiologia, oftalmologia, dermatologia, ortopedia, endocrinologia, urologia, gastroclínica e nefrologia. As áreas não médicas atendidas são enfermagem, psicologia e fisioterapia. A unidade também realiza pequenas cirurgias ambulatoriais, assim como exames de diagnóstico e terapia, entre os quais endoscopia, ecodopplercardiograma, eletrocardiograma, eletroneuromiografia, teste ergométrico, holter, MAPA, eletroencefalografia, urodinâmica, ultrassonografia simples e com doppler, tomografia de coerência óptica, retinografia, topografia, microscopia especular de córnea, angiofluoresceinografia, biometria e campimetria computadorizada.

(vii) Contrato de gestão

Em 1 de setembro de 2021, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº SES-PCR-2021/20809, com o Estado de São Paulo para o gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Mauá – AME Mauá, pelo período de cinco anos. Durante o exercício de 2025 foram celebrados dois aditivos contratuais com objetivo de: (i) alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 1 de setembro de 2021 e definição dos valores de repasse de recursos financeiros do exercício de 2025; (ii) repasse de recurso de custeio para o Programa Mais Acesso a Especialistas - PMAE - Componente Cirurgias no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo, conforme Portaria GM/MS Nº 5.820, de 4 de dezembro de 2024 e Deliberação CIB nº 13, de 13 de fevereiro de 2025, realizado de abril a setembro de 2025; (iii) repasse de investimento para aquisição de 04 Holters, 02 ultrassons, 02 Auto Refratores, 01 Eletroencefalógrafo, 01 Lavadora Ultrassônica, 01 Tomógrafo de Coerência Óptica, 03 Oftalmoscópios.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das

Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na

demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir eventuais perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	2.672.347	1.095.804
	2.672.347	1.095.804

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	27.435	26.451
Material médico hospitalar	78.492	75.482
Material de limpeza e higiene	24.314	18.431
Material de manutenção	37.486	19.150
Outros materiais	31.991	23.528
	199.718	163.042

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do AME-Mauá.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	11.400	11.000
INSS retido de serviços a recolher	9.631	1.978
IRRF retido de serviços a recolher	10.052	8.821
CSLL retido de serviços a recolher	3.800	3.667
PIS retido de serviços a recolher	2.470	2.383
ISS a recolher	-	538
	37.353	28.387

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
IRRF sobre folha a recolher	45.788	44.460
FGTS a recolher	38.621	36.957
INSS sobre autônomos a recolher	26.503	22.063
Empréstimo consignado a pagar	7.110	-
Outros	8.882	32.678
	126.904	136.158

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

12 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas

judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	-	56.300
	-	56.300

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 128.639 (R\$ 216.529, em 2024), não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	67.668	75.181
Material médico hospitalar	196.611	216.697
Gases industriais e medicinais	11.419	19.891
Material de limpeza e higiene	109.449	91.154
Outros materiais	5.141	22.803
	390.288	425.726

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	104.460	101.991
Serviços de manutenção predial	35.193	141.706
Locação de veículos e equipamentos	53.025	42.721
Serviços de lavanderia hospitalar	19.478	28.107
Serviços de manutenção de equipamentos	155.427	143.552
Serviços administrativos	251.098	265.188
Serviços de motorista	20.874	15.839
Serviços de portaria	223.503	205.717
Outros serviços	2.170	6.199
	865.228	951.020

16 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	15.283	12.971
Material de conservação e reparo	86.674	156.735
Material de consumo administrativo	46.044	66.619
Utilidade pública (água, luz, telefone)	204.049	204.093
Seguros patrimoniais	7.321	5.576
Outras despesas	2.090	4.549
	361.461	450.543

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	216.185	81.189
	216.185	81.189
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(78)	(236)
Juros e multas de mora	(5)	(12)
	(83)	(248)

18 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 14.901.734
Danos elétricos	R\$ 500.000
Roubo e subtração de bens mediante arrombamento	R\$ 150.000
Responsabilidade civil estabelecimentos	R\$ 500.000

19 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – Mauá não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

20 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	9.537	6.904	(27,61)	7.962	6.161	(22,62)
Interconsultas	900	1.402	55,78	900	1.264	40,44
Consultas Subsequentes	13.533	15.188	12,23	11.958	13.762	15,09
Total	23.970	23.494	(1,99)	20.820	21.187	1,76
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	2.400	3.011	25,46	2.400	3.284	36,83
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	3.000	2.016	(32,80)	3.000	1.842	(38,60)
Total	5.400	5.027	(6,91)	5.400	5.126	(5,07)
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	270	312	15,56	270	280	3,70
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	1.482	1.702	14,84	1.482	1.554	4,86
Total	1.752	2.014	14,95	1.752	1.834	4,68
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Densitometria	1.450	1.472	1,52	1.200	1.387	15,58
Ecocardiografia	2.280	1.902	(16,58)	2.280	1.971	(13,55)
Outras Ultrassonografias	540	960	77,78	540	1.012	87,41
Ultrassonografia	2.820	2.862	1,49	2.820	2.983	5,78
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	1.630	1.431	(12,21)	1.380	1.301	(5,72)
Diagnóstico em Neurologia	820	541	(34,02)	1.320	457	(65,38)
Diagnóstico em Pneumologia	540	343	(36,48)	540	569	5,37
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.990	2.315	(22,58)	3.240	2.327	(28,18)
Total	7.260	6.649	(8,42)	7.260	6.697	(7,75)
Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Biopsia pele / partes moles	-	153	-	-	178	-
OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0901010120 OCI Avaliação Diagnóstica E Terapêutica De Câncer De Colo Do Útero <u>II</u>	100	-	(100,00)	-	-	-
Subtotal - OCI Oncologia	100	-	(100,00)	-	-	-
0902010026 OCI Avaliação Cardiológica	180	12	(93,33)	630	485	(23,02)
Subtotal - OCI Cardiologia	180	12	(93,33)	630	485	(23,02)
0903010011 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia	105	-	(100,00)	630	272	(56,83)
0903010020 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	105	3	(97,14)	630	184	(70,79)
Subtotal - OCI Ortopedia	210	3	(98,57)	1260	456	(63,81)
Total	490	15	(96,94)	1890	941	(50,21)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Mauá, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II - CNPJ
57.571.275/0018-40**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.716.012	2.488.873
Convênios e contratos a receber		-	772.498
Estoques	6	312.014	475.244
Outros créditos		3.487	11.176
		2.031.513	3.747.791
Não circulante			
Bloqueio judicial		2.703	2.703
		2.703	2.703
Total do ativo		2.034.216	3.750.494
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	284.926	408.561
Obrigações fiscais	8	69.564	48.615
Obrigações sociais e trabalhistas	9	436.403	1.215.484
Férias a pagar	10	1.625.805	1.548.546
Outros passivos		69.296	70.535
		2.485.994	3.291.741
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	11	71.523	-
		71.523	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		458.753	(1.063.976)
Superávits (déficits) acumulados		(982.054)	1.522.729
		(523.301)	458.753
Total do passivo e patrimônio líquido		2.034.216	3.750.494

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1(vii)	24.534.678	25.371.828
Outras receitas		87.500	52.544
		24.622.178	25.424.372
Despesas operacionais			
Com pessoal		(16.689.102)	(16.077.881)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(1.919.842)	(1.625.045)
Prestadores de serviços médicos	13	(4.129.743)	(4.117.512)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(1.528.807)	(1.083.821)
Administrativas e gerais	15	(1.229.031)	(1.104.910)
Contingências e despesas judiciais		(148.889)	(8.018)
Bens de terceiros	3 (d)	(308.550)	(71.618)
		(25.953.964)	(24.088.805)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(1.331.786)	1.335.567
Receitas financeiras	16	350.422	189.456
Despesas financeiras	16	(690)	(2.294)
		349.732	187.162
Superávit (déficit) do exercício		(982.054)	1.522.729

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(982.054)	1.522.729
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(982.054)	1.522.729

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido - Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(207.553)	(856.423)	(1.063.976)
Superávit do exercício	-	1.522.729	1.522.729
Incorporação ao patrimônio social	(856.423)	856.423	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.063.976)	1.522.729	458.753
Déficit do exercício	-	(982.054)	(982.054)
Incorporação ao patrimônio social	1.522.729	(1.522.729)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	458.753	(982.054)	(523.301)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(982.054)	1.522.729
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	71.523	(7.000)
Variações nos ativos e passivos		
Convênios a receber	772.498	(772.498)
Estoques	163.230	(22.607)
Outros créditos	7.689	1.537
Fornecedores	(123.635)	(299.639)
Obrigações fiscais	20.949	1.985
Obrigações sociais e trabalhistas	(779.081)	23.567
Férias a pagar	77.259	(15.647)
Outros passivos	(1.239)	1.303
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(772.861)	433.730

Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(772.861)	433.730
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.488.873	2.055.143
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.716.012	2.488.873
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(772.861)	433.730

Notas explicativas da administração às demonstrações - contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a

saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 4.491.848 e R\$ 4.308.872, respectivamente.

(vi) Instituto de Infectologia Emílio Ribas II

O Instituto de Infectologia Emílio Ribas II – Baixada Santista (IIER-BS) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 14 de agosto de 2014, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0018-40, com sede na Rua São Miguel, 760, no bairro Vicente de Carvalho, na cidade de Guarujá, no estado de São Paulo. A Fundação do ABC deu início em 2014 à gestão plena do Instituto de Infectologia Emílio Ribas II. A unidade recebe pacientes encaminhados de hospitais dos nove municípios que integram a Baixada Santista para o cuidado de diferentes doenças infectocontagiosas, entre as principais HIV/AIDS, tuberculose, leptospirose, meningites meningocócicas, complicações por gripe e hepatites. Além do atendimento médico e de enfermagem, também estão disponíveis exames laboratoriais e de imagem, como raio X, ultrassonografia e endoscopia. Os pacientes são atendidos mediante encaminhamento da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS), do Governo do Estado. Em 2023, o Emílio Ribas recebeu da Organização Nacional de Acreditação (ONA) a certificação ONA – Nível 1, que avalia a segurança do paciente e a qualidade da assistência prestada, considerando os recursos disponíveis e sua complexidade. A unidade é a primeira 100% SUS (Sistema Único de Saúde) acreditada na Baixada Santista e a única do Guarujá, inclusive entre unidades privadas. Em 2024, manteve o selo após processo de reacreditação.

(vii) Contrato de gestão

Em 1 de junho de 2019, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão Modelo, Processo SPDOC nº 31056/2019, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, por mais cinco anos. Em 31 de dezembro de 2024 foi celebrado

Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025, com objetivo de: (i) alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 1 de junho de 2019, cujo objeto é a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no Instituto de Infectologia Emílio Ribas II - Baixada Santista; (ii) estabelecer metas assistenciais, indicadores de qualidade e recursos financeiros para o período de janeiro a maio de 2025. Em 30 de maio de 2025, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº 024.00032955/2025-13 com o Estado de São Paulo para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Instituto de Infectologia Emílio Ribas II - Baixada Santista, pelo período de cinco anos, iniciando-se em 1 de junho de 2025.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	-	167
Aplicações financeiras	1.716.012	2.488.706
	1.716.012	2.488.873

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	63.346	148.590
Material médico hospitalar	106.134	163.877
Dieta enteral e parenteral	8.694	8.291
Material de limpeza e higiene	1.093	36.401
Material de manutenção	93.257	108.559
Outros materiais	39.490	9.526
	312.014	475.244

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	14.334	13.494
INSS retido de serviços a recolher	7.525	228
IRRF retido de serviços a recolher	13.429	19.401
CSLL retido de serviços a recolher	3.946	3.563
PIS retido de serviços a recolher	2.565	2.316
ISS a recolher	27.765	9.613
	69.564	48.615

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	-	777.488
Rescisões a pagar	23	6.680
IRRF sobre folha a recolher	166.139	214.309
FGTS a recolher	126.375	127.670
INSS sobre autônomos a recolher	75.915	83.994
Empréstimo consignado a pagar	36.096	-
Outros	31.855	5.343
	436.403	1.215.484

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	71.523	-
	71.523	-

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 577.649 (R\$ 965.351, em 2024), não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	736.057	589.190
Material médico hospitalar	719.791	632.190
Gases industriais e medicinais	165.369	131.350
Dieta enteral e parenteral	75.687	69.878
Material de limpeza e higiene	62.844	119.425
Outros materiais	160.094	83.012
	1.919.842	1.625.045

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	245.044	105.167
Serviços de manutenção predial	471.877	161.839
Serviços de refeitório	-	381
Locação de veículos e equipamentos	88.091	64.467
Serviços de lavanderia hospitalar	204.855	229.041
Serviços de manutenção de equipamentos	146.825	142.308
Serviços administrativos	305.998	317.456
Serviços de motorista	41.456	35.432
Outros serviços	24.661	27.730
	1.528.807	1.083.821

15 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	583.441	609.682
Material de conservação e reparo	44.184	287.046
Material de consumo administrativo	137.693	193.273
Utilidade pública (água, luz, telefone)	6.308	10.330
Outras despesas	457.405	4.579
	1.229.031	1.104.910

16 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	350.422	189.456
	350.422	189.456
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(690)	(1.333)
Juros e multas de mora	-	(961)
	(690)	(2.294)

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Instituto de Infectologia Emílio Ribas II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

18 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Internações						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Clinica Médica	365	387	6,03	420	404	(3,81)
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Ecocardiografia	360	371	3,06	360	396	10,00
Endoscopia Digestiva Alta	220	242	10,00	300	328	9,33
Colonoscopia	80	52	(35,00)	240	181	(24,58)
Broncoscopia	24	4	(83,33)	24	5	(79,17)
Endoscopia	324	298	(8,02)	564	514	(8,87)
Total	684	669	(2,19)	924	910	(1,52)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Instituto de Infectologia Emílio Ribas II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos

no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Guarujá, 18 março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário -
CNPJ 57.571.275/0019-21**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.793.145	3.233.772
Estoques	5	668.787	808.315
		3.461.932	4.042.087
Total do ativo		3.461.932	4.042.087
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	6	590.881	840.569
Obrigações fiscais	7	102.552	97.970
Obrigações sociais e trabalhistas	8	1.472.277	1.447.820
Férias a pagar	9	3.510.773	3.383.512
Outros passivos		30.923	30.150
		5.707.406	5.800.021
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	10	213.638	-
		213.638	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(1.757.934)	(1.917.294)
Superávits (déficits) acumulados		(701.178)	159.360
		(2.459.112)	(1.757.934)
Total do passivo e patrimônio líquido		3.461.932	4.042.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	60.560.271	58.547.195
Outras receitas		-	138.387
		60.560.271	58.685.582
Despesas operacionais			
Com pessoal		(47.074.206)	(45.466.881)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(2.869.843)	(2.857.731)
Prestadores de serviços médicos	12	(2.523.632)	(1.729.131)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(5.127.658)	(4.805.477)
Administrativas e gerais	14	(3.779.452)	(3.700.307)
Contingências e despesas judiciais		(432.167)	(23.268)
Bens de terceiros	3 (d)	(50.020)	(432.594)
		(61.856.978)	(59.015.389)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(1.296.707)	(329.807)
Receitas financeiras	15	597.936	494.374
Despesas financeiras	15	(2.407)	(5.207)
		595.529	489.167
Superávit (déficit) do exercício		(701.178)	159.360

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	2025	2024
Superávit (déficit) do exercício	(701.178)	159.360
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(701.178)	159.360

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Em reais

	Patrimônio social	Superávit (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.833.922)	1.916.628	(1.917.294)
Superávit do exercício	-	159.360	159.360
Incorporação ao patrimônio social	1.916.628	(1.916.628)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.917.294)	159.360	(1.757.934)
Déficit do exercício	-	(701.178)	(701.178)
Incorporação ao patrimônio social	159.360	(159.360)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.757.934)	(701.178)	(2.459.112)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(701.178)	159.360
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	213.638	(356.118)
Variações nos ativos e passivos		
Convênios a receber	-	432.999
Estoques	139.528	(198.624)
Bloqueio judicial	-	43.428
Fornecedores	(249.688)	182.916
Obrigações fiscais	4.582	13.382
Obrigações sociais e trabalhistas	24.457	231.605
Férias a pagar	127.261	184.989
Outros passivos	773	(32.769)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(440.627)	661.168
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(440.627)	661.168
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.233.772	2.572.604
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.793.145	3.233.772
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(440.627)	661.168

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8%

(20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 12.673.142 e R\$ 12.185.124, respectivamente.

(vi) Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 11 de fevereiro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0019-21, com sede na Rua Dom José Maurício, nº 15, no bairro Carandiru, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. A unidade é diferente da maioria dos hospitais brasileiros, pois tem como foco a atenção aos pacientes do sistema prisional do Estado de São Paulo. As especialidades médicas disponíveis são: clínica cirúrgica, dermatologia, fisioterapia, gastroenterologia, neurologia, otorrinolaringologia, pneumologia, proctologia, urologia, anestesia, ortopedia, clínica psiquiátrica e clínica médica – cujo foco principal é a Infectologia, devido ao grande número de pacientes portadores do vírus HIV e de tuberculose. No campo diagnóstico estão disponíveis laboratório de análises clínicas, radiologia, ultrassonografia, colonoscopia e endoscopia. Além das internações, o hospital possui ambulatorios para atendimento da população carcerária e serviços internos de terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, nutrição e odontologia.

(vii) Contrato de gestão

Em 1 de novembro de 2019, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão Modelo, Processo SPDOC nº 1871976/2019, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, por mais cinco anos. Em 31 de outubro de 2024 foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 03/2024, com objetivo de prorrogar por mais doze meses, de 1 de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025. Em 31 de outubro de 2025, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº 024.00089896/2025-47 com o Estado de São Paulo para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, pelo período de cinco anos, iniciando-se em 1 de novembro de 2025. Em 23 de novembro de 2025 foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025, com objetivo de repassar o recurso financeiro de investimento, visando a substituição do sistema integrado de climatização e filtragem (HVAC) do Centro Cirúrgico e da Unidade de Cuidados Especiais do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP).

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Caixa	-	1.198
Aplicações financeiras	2.793.145	3.232.574
	2.793.145	3.233.772

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	193.075	219.590
Material médico hospitalar	190.114	194.202
Dieta enteral e parenteral	31.331	18.322
Material de limpeza e higiene	48.293	69.519
Material de manutenção	205.974	306.682
	668.787	808.315

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	15.100	13.654
INSS retido de serviços a recolher	30.605	30.631
IRRF retido de serviços a recolher	42.739	40.159
CSLL retido de serviços a recolher	5.033	4.551
PIS retido de serviços a recolher	3.272	2.958
ISS a recolher	5.803	6.017
	102.552	97.970

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
IRRF sobre folha a recolher	727.111	729.384
FGTS a recolher	421.784	251.158
INSS sobre autônomos a recolher	282.648	250.653
Empréstimo consignado a pagar	-	161.622
Outros	40.734	55.003
	1.472.277	1.447.820

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	213.638	-
	213.638	-

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 1.819.401 e R\$ 369.544 (R\$ 3.002.325 e R\$ 100.000, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	720.520	696.406
Material médico hospitalar	912.024	887.884
Material de laboratório	5.715	4.733
Gases industriais e medicinais	644.875	544.627
Dieta enteral e parenteral	271.167	298.389
Material de limpeza e higiene	246.884	262.291
Outros materiais	68.658	163.401
	2.869.843	2.857.731

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	2.963.981	2.848.952
Serviços de informática	784.421	577.440
Serviços de manutenção predial	13.117	22.720
Locação de veículos e equipamentos	8.640	17.280
Serviços de manutenção de equipamentos	305.156	357.133
Serviços administrativos	767.391	716.390
Serviços de portaria	57.573	55.334
Outros serviços	227.379	210.228
	5.127.658	4.805.477

15 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	1.556.172	1.466.866
Material de conservação e reparo	106.704	137.859
Material de consumo administrativo	633.771	731.382
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.476.378	1.319.852
Seguros patrimoniais	5.464	4.943
Outras despesas	963	39.405
	3.779.452	3.700.307

16 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	578.966	494.374
Outras receitas financeiras	18.970	-
	597.936	494.374
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(2.332)	(2.080)
Juros e multas de mora	(75)	(3.127)
	(2.407)	(5.207)

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

18 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio e complementares	R\$ 5.000.000
Danos elétricos	R\$ 30.000
Quebra de vidros e anúncios luminosos e mármore	R\$ 20.000
Vendaval, furacão, ciclone, granizo e tornado	R\$ 100.000

19 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Internações (Paciente-Dia)						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Clinica Médica	12.378	12.136	(1,96)	12.378	13.054	5,46
Clinica Cirúrgica	11.970	10.912	(8,84)	11.970	10.345	(13,58)
Psiquiatria	1.620	1.661	2,53	1.740	1.763	1,32
Total	25.968	24.709	(4,85)	26.088	25.162	(3,55)
Consultas Médicas Ambulatorial						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	3.000	2.770	(7,67)	3.000	3.049	1,63
Interconsultas	240	274	14,17	240	261	8,75
Consulta Subsequente	3.510	3.134	(10,71)	3.510	2.984	(14,99)
Total	6.750	6.178	(8,47)	6.750	6.294	(6,76)
Consultas Não Médicas Ambulatorial						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	192	90	(53,13)	192	110	(42,71)
Interconsultas	-	6	-	-	9	-
Consulta Subsequente	6.750	6.539	(3,13)	6.750	6.494	(3,79)
Total	6.942	6.635	(4,42)	6.942	6.613	(4,74)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 18 março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME
Itapevi - CNPJ 57.571.275/0028-12**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.454.823	1.200.893
Convênios e contratos a receber		-	188.816
Estoques	6	184.005	162.951
		2.638.828	1.552.660
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	39.554	39.554
		39.554	39.554
Total do ativo		2.678.382	1.592.214
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	77.681	77.175
Obrigações fiscais	9	43.936	39.616
Obrigações sociais e trabalhistas	10	174.510	153.388
Férias a pagar	11	704.773	732.683
Outros passivos		60.758	59.959
		1.061.658	1.062.821
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	15.000	20.237
		15.000	20.237
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		509.156	(110.476)
Superávits acumulados		1.092.568	619.632
		1.601.724	509.156
Total do passivo e patrimônio líquido		2.678.382	1.592.214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	18.372.167	16.142.104
Outras receitas		-	45.745
		18.372.167	16.187.849
Despesas operacionais			
Com pessoal		(8.443.600)	(8.065.225)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(530.715)	(587.490)
Prestadores de serviços médicos	14	(5.911.783)	(4.883.686)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(1.666.042)	(1.628.599)
Administrativas e gerais	16	(443.724)	(474.524)
Contingências e despesas judiciais		(24.013)	(4.263)
Bens de terceiros	3 (d)	(470.948)	(40.827)
		(17.490.825)	(15.684.614)
Superávit antes do resultado financeiro		881.342	503.235
Receitas financeiras	17	211.226	116.539
Despesas financeiras	17	-	(142)
		211.226	116.397
Superávit do exercício		1.092.568	619.632

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Superávit do exercício	1.092.568	619.632
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.092.568	619.632

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido - Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	820.786	(931.262)	(110.476)
Superávit do exercício	-	619.632	619.632
Incorporação ao patrimônio social	(931.262)	931.262	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(110.476)	619.632	509.156
Superávit do exercício	-	1.092.568	1.092.568
Incorporação ao patrimônio social	619.632	(619.632)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	509.156	1.092.568	1.601.724

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.092.568	619.632
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(5.237)	3.840
Variações nos ativos e passivos		
Convênios a receber	188.816	(188.816)
Estoques	(21.054)	47.123
Fornecedores	506	(10.730)
Obrigações fiscais	4.320	(7.401)
Obrigações sociais e trabalhistas	21.122	(6.939)
Férias a pagar	(27.910)	114.898
Outros passivos	799	703
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.253.930	572.310

Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.253.930	572.310
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.200.893	628.583
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.454.823	1.200.893
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.253.930	572.310

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a

saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 2.265.324 e R\$ 2.162.576, respectivamente.

(vi) Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi

O Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 19 de setembro de 2019, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0028-12, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 215, no bairro Jardim Nova Itapevi, na cidade de Itapevi, no estado de São Paulo. Após a bem-sucedida parceria com o Governo do Estado, em 3 de junho de 2019, a Fundação do ABC assumiu a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Itapevi. O contrato de gestão contempla consultas médicas e não médicas, exames, procedimentos terapêuticos e cirurgias. As especialidades médicas prestadas são acupuntura, alergia/imunologia, cardiologia, cirurgia geral, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, endocrinologia infantil, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, infectologia, mastologia, neurologia, obstetrícia, oftalmologia, otorrinolaringologia, proctologia, reumatologia e urologia. Também estão disponíveis as consultas não médicas nas áreas de enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição e psicologia. No campo dos Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), o AME Itapevi oferece exames de endoscopia, radiologia, ultrassonografia e métodos diagnósticos em especialidades. Com centro cirúrgico próprio, a unidade também realiza cirurgias ambulatoriais.

(vii) Contrato de gestão

Em 1 de junho de 2019, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi, pelo período de cinco anos.

Em 2 de janeiro de 2025 foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025, com objetivo de: (i) alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 1 de junho de 2019, cujo objeto é a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi; (ii) estabelecer metas assistenciais, indicadores de qualidade e recursos financeiros para o período de janeiro a maio de 2025. Em 23 de maio de 2025, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº

024.00025172/2025-75 com o Estado de São Paulo para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi, pelo período de cinco anos, iniciando-se em 1 de junho de 2025. Durante o exercício de 2025 foram celebrados diversos aditivos contratuais com objetivo de: (i) repasse de recursos de custeio para a transferência do serviço de exames de imagem do SEDI I – Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem I; (ii) repasse de investimento para aquisição de um nasofibroscópio, dois ultrassons simples (convencional e doppler), um ultrassom transesofágico, dois videogastroscópios, um videocolonoscópio, um otolaringoscópio, um biômetro óptico, um bera (Potencial Evocado) e dois sistemas computadorizados para teste ergométrico.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de

1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	2.454.823	1.200.893
	2.454.823	1.200.893

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	47.134	39.538
Material médico hospitalar	82.242	71.538
Material de limpeza e higiene	18.912	21.236
Material de manutenção	28.825	28.449
Outros materiais	6.892	2.190
	184.005	162.951

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do AME-Itapevi.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	13.302	11.848
INSS retido de serviços a recolher	1.583	979
IRRF retido de serviços a recolher	10.968	12.164
CSLL retido de serviços a recolher	4.434	3.949
PIS retido de serviços a recolher	2.882	2.567
ISS a recolher	10.767	8.109
	43.936	39.616

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	381	-
IRRF sobre folha a recolher	49.852	53.539
FGTS a recolher	61.302	57.244
INSS sobre autônomos a recolher	46.242	41.360
Empréstimo consignado a pagar	13.555	-
Outros	3.178	1.245
	174.510	153.388

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

12 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	15.000	20.237
	15.000	20.237

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 206.648 e R\$ 20.227 (R\$ 89.115 e R\$ 187.372, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	99.622	121.536
Material médico hospitalar	214.429	248.758
Gases industriais e medicinais	100.228	93.864
Material de limpeza e higiene	113.391	123.332
Outros materiais	3.045	-
	530.715	587.490

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	236.791	246.700
Serviços de vigilância	192.722	190.343
Serviços de manutenção predial	7.383	8.291
Locação de veículos e equipamentos	239.945	199.077
Serviços de lavanderia hospitalar	44.252	39.790
Serviços de manutenção de equipamentos	165.100	191.699
Serviços administrativos	508.837	483.036
Serviços de portaria	232.536	242.385
Outros serviços	38.476	27.278
	1.666.042	1.628.599

18

16 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	16.059	16.832
Material de conservação e reparo	43.702	56.726
Material de consumo administrativo	63.394	66.511
Utilidade pública (água, luz, telefone)	304.316	313.650
Seguros patrimoniais	2.345	2.599
Outras despesas	13.908	18.206
	443.724	474.524

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	211.226	116.539
	211.226	116.539
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	-	(142)
	-	(142)

18 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, raio e explosão	R\$ 6.878.117
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais	R\$ 50.000
Equipamentos arrendados ou cedidos a terceiros	R\$ 50.000
Danos elétricos	R\$ 100.000
Quebra de vidros	R\$ 50.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto	R\$ 100.000
Roubo e/ou subtração de bens mediante arrombamento	R\$ 200.000
Tumultos, greves e atos dolosos	R\$ 50.000
Despesas fixas (incêndio)	R\$ 100.000

19 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

20 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	7.265	7.459	2,67	6.540	6.332	(3,18)
Interconsultas	4.464	2.312	(48,21)	4.464	2.633	(41,02)
Consultas Subsequentes	17.333	17.374	0,24	16.608	16.744	0,82
Total	29.062	27.145	(6,60)	27.612	25.709	(6,89)
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	4.812	8.158	69,53	4.812	8.315	72,80
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	8.364	3.879	(53,62)	8.364	3.749	(55,18)
Total	13.176	12.037	(8,64)	13.176	12.064	(8,44)
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	486	504	3,70	486	515	5,97
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	1.758	1.710	(2,73)	1.758	1.709	(2,79)
Total	2.244	2.214	(1,34)	2.244	2.224	(0,89)

SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Radiografia	638	465	(27,12)	3.588	2.435	(32,13)
Mamografia	694	437	(37,03)	3.900	2.881	(26,13)
Densitometria	213	258	21,13	1.200	1.598	33,17
Radiologia	1.545	1.160	(24,92)	8.688	6.914	(20,42)
Ecocardiografia	924	536	(41,99)	924	706	(23,59)
Ultrassonografia com Doppler	53	16	(69,81)	300	741	147,00
Outras Ultrassonografias	428	319	(25,47)	1.908	1.104	(42,14)
Ultrassonografia	1.405	871	(38,01)	3.132	2.551	(18,55)
Endoscopia Digestiva Alta	753	686	(8,90)	678	655	(3,39)
Outras Endoscopias	144	122	(15,28)	144	131	(9,03)
Endoscopia	897	808	(9,92)	822	786	(4,38)
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	414	365	(11,84)	414	314	(24,15)
Diagnóstico em Ginecologia-Obstetrícia	114	90	(21,05)	114	160	40,35
Diagnóstico em Neurologia	522	875	67,62	552	631	14,31
Diagnóstico em Oftalmologia	174	144	(17,24)	174	453	160,34
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia	813	972	19,56	738	1.048	42,01
Diagnóstico em Pneumologia	630	409	(35,08)	630	527	(16,35)
Diagnóstico em Urologia	132	440	233,33	132	684	418,18
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.799	3.295	17,72	2.754	3.817	38,60
Total	6.646	6.134	(7,70)	15.396	14.068	(8,63)
OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0901010014 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Mama	12	-	(100,00)	72	39	(45,83)
0901010057 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Colo De Útero	2	1	(50,00)	12	1	(91,67)
0901010073 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Gástrico	15	-	(100,00)	90	7	(92,22)
Subtotal - OCI Oncologia	29	1	(96,55)	174	47	(72,99)
0902010018 OCI Avaliação De Risco Cirúrgico	75	1	(98,67)	450	132	(70,67)
Subtotal - OCI Cardiologia	75	1	(98,67)	450	132	(70,67)
0904010015 OCI Avaliação Inicial Diagnóstica De Déficit Auditivo	15	-	(100,00)	90	44	(51,11)
Subtotal - OCI Otorrinolaringologia	15	0	(100,00)	90	44	(51,11)
0905010035 OCI Avaliação Inicial Em Oftalmologia - A Partir De 9 Anos	26	-	(100,00)	156	105	(32,69)
Subtotal - OCI Oftalmologia	26	0	(100,00)	156	105	(32,69)
Total	145	2	(98,62)	870	328	(62,30)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Itapevi, 18 março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de
Diadema - CNPJ 57.571.275/0029-01**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	669.283	3.105.663
Outros créditos		-	3.646
		669.283	3.109.309
Não circulante			
Bloqueio judicial		46	46
		46	46
Total do ativo		669.329	3.109.355
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	6	122.730	62.870
Obrigações fiscais	7	18.821	12.969
Obrigações sociais e trabalhistas	8	114.209	99.912
Férias a pagar	9	403.801	321.993
Outros passivos		20.786	19.419
		680.347	517.163
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	10	10.000	-
		10.000	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		2.592.192	7.786.492
Déficits acumulados		(2.613.210)	(5.194.300)
		(21.018)	2.592.192
Total do passivo e patrimônio líquido		669.329	3.109.355

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	5.670.000	6.339.163
Outras receitas		-	28.243
		5.670.000	6.367.406
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.191.078)	(4.970.524)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(949.377)	(759.907)
Prestadores de serviços médicos	12	(8.470)	(6.239)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(1.584.726)	(1.498.558)
Administrativas e gerais	14	(115.323)	(265.040)
Contingências e despesas judiciais		(10.400)	-
Bens de terceiros	3 (d)	(667.329)	(4.243.752)
		(8.526.703)	(11.744.020)
Déficit antes do resultado financeiro		(2.856.703)	(5.376.614)
Receitas financeiras	15	243.517	182.965
Despesas financeiras	15	(24)	(651)
		243.493	182.314
Déficit do exercício		(2.613.210)	(5.194.300)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	2025	2024
Déficit do exercício	(2.613.210)	(5.194.300)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.613.210)	(5.194.300)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.381.849	1.404.643	7.786.492
Déficit do exercício	-	(5.194.300)	(5.194.300)
Incorporação ao patrimônio social	1.404.643	(1.404.643)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.786.492	(5.194.300)	2.592.192
Déficit do exercício	-	(2.613.210)	(2.613.210)
Incorporação ao patrimônio social	(5.194.300)	5.194.300	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.592.192	(2.613.210)	(21.018)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(2.613.210)	(5.194.300)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	10.000	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	3.646	3.950.151
Fornecedores	59.860	(72.349)
Obrigações fiscais	5.852	(1.367)
Obrigações sociais e trabalhistas	14.297	(9.824)
Férias a pagar	81.808	(14.481)
Outros passivos	1.367	(15.088)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.436.380)	(1.357.258)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(2.436.380)	(1.357.258)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.105.663	4.462.921
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	669.283	3.105.663
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(2.436.380)	(1.357.258)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.393.889 e R\$ 1.332.101, respectivamente.

(vi) Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema

A Rede de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, instalado na Avenida Antonio Piranga, nº 700, no bairro Centro, na cidade de Diadema, é gerenciada pela Fundação do ABC em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, e recebeu os primeiros três pacientes no dia 22 de setembro de 2021 para avaliação inicial e triagem de atendimento. A unidade, que oferta atendimento a pessoas com deficiências físicas ou visuais, abriu as portas em 20 de setembro com 40 colaboradores das áreas de medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, serviço social, educação física, terapia ocupacional, além da equipe administrativa, de higienização e segurança. A capacidade é para cerca de 3.250 sessões terapêuticas e consultas mensais com equipe multidisciplinar, inclusive da parte de ortóptica – área da Oftalmologia que diagnostica e trata distúrbios e desequilíbrios da visão. A unidade poderá, ainda, ofertar mais de 420 consultas médicas nas especialidades de fisioterapia e oftalmologia, 75 tecnologias assistivas, como órteses, próteses e meios de locomoção, além de oficinas terapêuticas e atendimentos em grupo. O equipamento de saúde também conta com tecnologia robótica de ponta, não prevista no rol de equipamentos financiados pelo Ministério da Saúde para reabilitação física, como, por exemplo, os robôs Lokomat e Armeo-power, utilizados no tratamento de membros inferiores e superiores, respectivamente.

(vii) Contrato de gestão

Em 8 de janeiro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão, Processo SPDOC nº 714640/2019, que tem por objeto a retomada da operacionalização da gestão e execução, das atividades e serviços de saúde, no Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, pelo prazo de cinco anos. Em 27 de junho de 2025 foi celebrado o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025 que tem por objeto a supressão das parcelas de custeio nos meses de julho a setembro de 2025.

2 Apresentação das demonstrações contábeis**2.1 Base de apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

Amparada na opinião dos assessores jurídicos, e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	669.283	3.105.663
	669.283	3.105.663

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	2.925	1.368
INSS retido de serviços a recolher	5.359	5.004
IRRF retido de serviços a recolher	7.106	3.858
CSLL retido de serviços a recolher	975	456
PIS retido de serviços a recolher	634	297
ISS a recolher	1.822	1.986
	18.821	12.969

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Rescisões a pagar	6.334	-
IRRF a recolher	50.902	36.719
FGTS a recolher	40.972	34.732
INSS sobre autônomos a recolher	8.609	26.171
Empréstimo consignado a pagar	7.000	-
Outros	392	2.290
	114.209	99.912

9 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

10 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as

prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	10.000	-
	10.000	-

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 64.092 (R\$ 153.009, em 2024), não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	160	1.515
Material médico hospitalar	31.805	158.855
Órtese e prótese	913.887	574.104
Gases industriais e medicinais	-	170
Dieta enteral e parenteral	-	3.342
Material de limpeza e higiene	3.300	2.805
Outros materiais	225	19.116
	949.377	759.907

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	407.545	380.674
Serviços de informática	70.640	94.295
Serviços de manutenção predial	195.657	216.563
Locação de veículos e equipamentos	233.783	223.045
Serviços de manutenção de equipamentos	71.059	1.737
Serviços administrativos	314.765	305.704
Serviços de motorista	140	-
Serviços de portaria	287.593	275.394
Outros serviços	3.544	1.146
	1.584.726	1.498.558

14 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	63.619	79.633
Material de conservação e reparo	9.981	925
Material de consumo administrativo	30.169	123.235
Seguros patrimoniais	6.126	11.073
Outras despesas	5.428	50.174
	115.323	265.040

15 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	243.517	182.965
	243.517	182.965
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(24)	(140)
Juros e multas de mora	-	(161)
Outras despesas financeiras	-	(350)
	(24)	(651)

16 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 7.900.000
Danos elétricos	R\$ 500.000
Vendaval, furacão, ciclone, granizo e tornado	R\$ 800.000
Subtração de bens	R\$ 200.000
Responsabilidade civil	R\$ 400.000
Quebra de vidros	R\$ 10.000

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

18 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	540	278	(48,52)	540	230	(57,41)
Consultas Subsequentes	2.400	2.827	17,79	2.400	2.970	23,75
Total	2.940	3.105	5,61	2.940	3.200	8,84
Consultas / Sessões Não Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	9.000	10.329	14,77	9.000	9.378	4,20
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	12.600	12.022	(4,59)	12.600	11.456	(9,08)
Total	21.600	22.351	3,48	21.600	20.834	(3,55)
Consultas Médicas Reabilitação Oftalmologia						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	90	21	(76,67)	90	52	(42,22)
Consultas Subsequentes	180	151	(16,11)	180	233	29,44
Total	270	172	(36,30)	270	285	5,56
Consultas/Sessões não Médicas Reabilitação Oftalmologia						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	150	260	73,33	150	171	14,00
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	180	210	16,67	180	214	18,89
Total	330	470	42,42	330	385	16,67
Acompanhamento - Procedimentos Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Procedimentos Médicos	180	-	(100,00)	180	-	(100,00)
Acompanhamento - Fornecimento de Órteses / Próteses e Outros						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Órteses	210	192	(8,57)	210	393	87,14
Próteses	60	52	(13,33)	60	59	(1,67)
Meios de Locomoção	240	130	(45,83)	240	142	(40,83)
Acompanhamento - Oficinas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Oficinas	66	121	83,33	66	133	101,52
Acompanhamento - Atividade Educativa						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Grupos - Reabilitação Física	120	144	20,00	120	153	27,50
Pacientes Atendidos - Reabilitação Física	990	1.061	7,17	990	1.110	12,12

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Diadema, 18 março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES

INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME
Santos - CNPJ 57.571.275/0033-80**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.068.423	3.891.794
Estoques	6	385.772	331.194
		6.454.195	4.222.988
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	745.826	745.826
		745.826	745.826
Total do ativo		7.200.021	4.968.814
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	151.638	170.229
Obrigações fiscais	9	76.879	71.536
Obrigações sociais e trabalhistas	10	148.173	117.905
Férias a pagar	11	721.057	574.571
Outros passivos	12	971.197	971.468
		2.068.944	1.905.709
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	72.875	94.000
		72.875	94.000
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.969.105	1.352.847
Superávits acumulados		2.089.097	1.616.258
		5.058.202	2.969.105
Total do passivo e patrimônio líquido		7.200.021	4.968.814

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	21.382.965	20.988.155
Outras receitas		-	94
		21.382.965	20.988.249
Despesas operacionais			
Com pessoal		(7.815.273)	(7.294.211)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(1.250.429)	(1.502.826)
Prestadores de serviços médicos	15	(8.429.231)	(8.102.448)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(2.126.739)	(2.512.357)
Administrativas e gerais	17	(268.569)	(256.765)
Contingências e despesas judiciais		(500)	-
Bens de terceiros	3 (d)	(9.911)	-
		(19.900.652)	(19.668.607)
Superávit antes do resultado financeiro		1.482.313	1.319.642
Receitas financeiras	18	606.828	299.880
Despesas financeiras	18	(44)	(3.264)
		606.784	296.616
Superávit do exercício		2.089.097	1.616.258

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	2025	2024
Superávit do exercício	2.089.097	1.616.258
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.089.097	1.616.258

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido - Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(377.276)	1.730.123	1.352.847
Superávit do exercício	-	1.616.258	1.616.258
Incorporação ao patrimônio social	1.730.123	(1.730.123)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.352.847	1.616.258	2.969.105
Superávit do exercício	-	2.089.097	2.089.097
Incorporação ao patrimônio social	1.616.258	(1.616.258)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.969.105	2.089.097	5.058.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.089.097	1.616.258
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(21.125)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(54.578)	(67.498)
Outros créditos	-	26.721
Fornecedores	(18.591)	(41.504)
Obrigações fiscais	5.343	(18.683)
Obrigações sociais e trabalhistas	30.268	3.431
Férias a pagar	146.486	(90.348)
Outros passivos	(271)	(217)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.176.629	1.428.160

Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	2.176.629	1.428.160
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.891.794	2.463.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.068.423	3.891.794
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	2.176.629	1.428.160

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 2.094.493 e R\$ 1.954.848, respectivamente.

(vi) Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos

Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos, instalado na Rua Alexandre Martins, nº 70, no bairro Aparecida, na cidade de Santos. A unidade possui especialidades médicas nas áreas de alergologia, anesthesiologia, cabeça e pescoço, cardiologia, cirurgia geral, ginecologia, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, ortopedia, pneumologia, proctologia e urologia. Conta, também, com o serviço de apoio diagnóstico como audiometria, colonoscopia, densitometria óssea, ecocardiografia, ecocardiografia infantil, ecocardiografia fetal, eletrocardiografia, eletroencefalografia, eletroneuromiografia, endoscopia, espirometria, holter 24hs, mamografia, mapa 24hs, videolaringoscopia, raios-X, teste ergométrico, urodinâmica, ultrassonografia e ultrassonografia com doppler. Um dos destaques do AME Santos é a área de oftalmologia, tanto ambulatorial como cirúrgica, que conta com exames de Tomografia de Coerência Óptica (OCT), mapeamento de retina, tonometria, gonioscopia, fundoscopia, biomicroscopia, retinografia colorida e fluorescente, ultrassonografia ocular, motilidade extrínseca ceratometria, PAM, paquimetria, biometria, campimetria, fotocoagulação a laser, Yag Laser, curva tensional e iridectomia (Laser).

(vii) Contrato de gestão

Em 29 de novembro de 2023, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SEI nº 024.00114413/2023-98, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos, com vigência até 5 anos, iniciando-se em 1 de dezembro de 2023. Em 23 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo Aditivo com objetivo de alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 30 de novembro de 2023, cujo objeto é a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Santos – AME Santos; (ii) estabelecer metas assistenciais, indicadores de qualidade e recursos financeiros para o exercício de 2025. Durante o exercício de 2025 foram celebrados diversos aditivos contratuais com objetivo de: (i) estabelecer repasse de recurso de custeio para o Programa Mais Acesso a Especialistas - PMAE - Componente Cirurgias no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo, conforme Portaria GM/MS nº 5.820, de 4 de dezembro de 2024 e Deliberação CIB nº 13, de 13 de fevereiro de 2025; (ii) repasse de recurso de investimento para aquisição de um nasofibrocópio, dois sistemas para teste ergométrico, um eletroencefalógrafo, um espirômetro,

um refrigerador, vinte e sete aparelhos de ar condicionado, para o Ambulatório Médico de Especialidades de Santos – AME Santos.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos

financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo

contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	6.068.423	3.891.794
	6.068.423	3.891.794

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	78.168	55.672
Material médico hospitalar	253.857	219.380
Gases industriais e medicinais	8.344	-
Material de limpeza e higiene	3.309	3.558
Material de manutenção	30.780	37.324
Outros materiais	11.314	15.260
	385.772	331.194

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do AME-Santos.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	21.898	20.730
INSS retido de serviços a recolher	10.023	8.382
IRRF retido de serviços a recolher	17.385	17.537
CSLL retido de serviços a recolher	7.299	6.910
PIS retido de serviços a recolher	4.745	4.492
ISS a recolher	15.529	13.485
	76.879	71.536

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
IRRF a recolher	46.127	35.655
FGTS a recolher	53.912	46.228
INSS sobre autônomos a recolher	38.960	32.132
Empréstimo consignado a pagar	9.174	-
Outros	-	3.890
	148.173	117.905

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, aos valores recebidos da Fundação do ABC – Mantenedora e do Complexo de Saúde de Mauá para reembolsar os valores bloqueados da conta bancária da Entidade.

13 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	72.875	94.000
	72.875	94.000

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 22.754 e R\$ 277.620 (R\$ 139.620 cível, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

14 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	223.197	309.209
Material médico hospitalar	843.379	1.083.709
Gases industriais e medicinais	69.568	62.480
Material de limpeza e higiene	85.031	40.202
Outros materiais	29.254	7.226
	1.250.429	1.502.826

15 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

16 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	372.335	610.579
Serviços de informática	171.835	180.757
Serviços de vigilância	126.027	313.155
Serviços de manutenção predial	365.190	369.609
Locação de veículos e equipamentos	103.312	69.550
Serviços de lavanderia hospitalar	132.546	148.869
Serviços de manutenção de equipamentos	46.746	68.880
Serviços administrativos	426.866	428.071
Serviços de motorista	-	153
Outros serviços	381.882	322.734
	2.126.739	2.512.357

17 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	29.886	8.767
Material de conservação e reparo	93.729	48.801
Material de consumo administrativo	130.697	137.759
Utilidade pública (água, luz, telefone)	6.223	4.403
Seguros patrimoniais	5.684	8.195
Outras despesas	2.350	48.840
	268.569	256.765

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	606.828	299.880
	606.828	299.880
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(44)	(307)
Juros e multas de mora	-	(2.957)
	(44)	(3.264)

19 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, raio e explosão	R\$ 8.500.000
Vidros, anúncios, letreiros e mármore	R\$ 85.000
Danos elétricos	R\$ 500.000
Vendaval e fumaça	R\$ 140.000
Roubo e furto de bens	R\$ 200.000
Equipamentos eletrônicos	R\$ 200.000
Derrame de Sprinklers	R\$ 100.000
Responsabilidade civil	R\$ 106.000

20 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

21 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	7.962	7.437	(6,59)	7.962	7.119	(10,59)
Interconsultas	4.200	4.348	3,52	4.200	4.511	7,40
Consultas Subsequentes	10.542	9.131	(13,38)	10.542	9.528	(9,62)
Total	22.704	20.916	(7,88)	22.704	21.158	(6,81)
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos						
Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	3.900	3.955	1,41	3.900	4.373	12,13
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	300	-	(100,00)	300	-	(100,00)
Total	4.200	3.955	(5,83)	4.200	4.373	4,12
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	1.806	1.733	(4,04)	1.806	1.891	4,71
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	2.514	2.407	(4,26)	2.514	2.598	3,34
Total	4.320	4.140	(4,17)	4.320	4.489	3,91
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Radiografia	420	552	31,43	420	666	58,57
Densitometria	600	669	11,50	600	783	30,50
Radiologia	1.020	1.221	19,71	1.020	1.449	42,06

Ecocardiografia	1.320	935	(29,17)	1.320	687	(47,95)
Ultrassonografia com Doppler	1.620	1.713	5,74	1.620	2.003	23,64
Outras Ultrassonografias	2.340	2.092	(10,60)	2.340	1.934	(17,35)
Ultrassonografia	5.280	4.740	(10,23)	5.280	4.624	(12,42)
Endoscopia Digestiva Alta	600	373	(37,83)	600	432	(28,00)
Colonoscopia	360	137	(61,94)	360	134	(62,78)
Outras Endoscopias	-	120	-	-	-	-
Endoscopia	960	630	(34,38)	960	566	(41,04)
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	2.280	2.171	(4,78)	2.280	2.694	18,16
Diagnóstico em Ginecologia-Obstetrícia	120	82	(31,67)	120	51	(57,50)
Diagnóstico em Neurologia	1.440	1.125	(21,88)	1.440	1.039	(27,85)
Diagnóstico em Oftalmologia	1.290	1.395	8,14	1.290	1.406	8,99
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia	1.170	978	(16,41)	1.170	923	(21,11)
Diagnóstico em Pneumologia	1.080	974	(9,81)	1.080	969	(10,28)
Diagnóstico em Urologia	240	201	(16,25)	240	163	(32,08)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	7.620	6.926	(9,11)	7.620	7.245	(4,92)
Total	14.880	13.517	(9,16)	14.880	13.884	(6,69)
Tratamentos Clínicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Terapias Especializadas - Litotripsia	390	232	(40,51)	390	207	(46,92)
Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Colonoscopia	-	103	-	-	105	-
OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0901010049 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Câncer De Próstata	-	9	-	-	20	-
0901010073 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Gástrico	72	106	47,22	72	129	79,17
0901010081 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Colorretal	48	52	8,33	48	72	50,00
Subtotal - OCI Oncologia	120	158	31,67	120	201	67,50
0902010018 OCI Avaliação De Risco Cirúrgico	48	43	(10,42)	48	67	39,58
0902010026 OCI Avaliação Cardiológica	48	13	(72,92)	48	57	18,75
0902010034 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial - Síndrome Coronariana Crônica	72	17	(76,39)	72	78	8,33
0902010069 OCI Avaliação Diagnóstica - Insuficiência Cardíaca	72	3	(95,83)	72	1	(98,61)
Subtotal - OCI Cardiologia	240	76	(68,33)	240	203	(15,42)
0904010015 OCI Avaliação Inicial Diagnóstica De Déficit Auditivo	48	57	18,75	48	58	20,83
0904010031 OCI Avaliação Diagnóstica De Nasofaringe e Deorofaringe	48	63	31,25	48	9	(81,25)
Subtotal - OCI Otorrinolaringologia	96	120	25,00	96	67	(30,21)
0905010035 OCI Avaliação Inicial Em Oftalmologia - A Partir De 9 Anos	72	152	111,11	72	127	76,39
0905010043 OCI Avaliação Retinopatia Diabética	408	453	11,03	408	340	(16,67)
Subtotal - OCI Oftalmologia	480	605	26,04	480	467	(2,71)
Total	936	968	3,42	936	958	2,35

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador

CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santos, 18 março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura

CRC 2SP026236

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME
Sorocaba - CNPJ 57.571.275/0030-37

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.717.904	2.117.775
Estoques	6	218.209	200.762
		2.936.113	2.318.537
Não circulante			
Bloqueio judicial		5.481	5.481
		5.481	5.481
Total do ativo		2.941.594	2.324.018
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	231.491	203.016
Obrigações fiscais	8	44.559	49.132
Obrigações sociais e trabalhistas	9	134.627	133.586
Férias a pagar	10	553.599	565.006
Outros passivos		23.085	22.594
		987.361	973.334
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	11	102.348	151.218
		102.348	151.218
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.199.466	1.002.229
Superávits acumulados		652.419	197.237
		1.851.885	1.199.466
Total do passivo e patrimônio líquido		2.941.594	2.324.018

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	18.044.918	17.606.521
Outras receitas		<u>7.515</u>	<u>1.731</u>
		<u>18.052.433</u>	<u>17.608.252</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(7.446.187)	(7.637.747)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(844.116)	(829.406)
Prestadores de serviços médicos	13	(7.561.047)	(7.136.094)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(1.037.687)	(1.007.552)
Administrativas e gerais	15	(724.336)	(754.825)
Contingências e despesas judiciais		(16.793)	(170.802)
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(94.878)</u>	<u>(51.093)</u>
		<u>(17.725.044)</u>	<u>(17.587.519)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>327.389</u>	<u>20.733</u>
Receitas financeiras	16	325.214	176.852
Despesas financeiras	16	<u>(184)</u>	<u>(348)</u>
		<u>325.030</u>	<u>176.504</u>
Superávit do exercício		<u>652.419</u>	<u>197.237</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	652.419	197.237
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>652.419</u>	<u>197.237</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	835.198	167.031	1.002.229
Superávit do exercício	-	197.237	197.237
Incorporação ao patrimônio social	167.031	(167.031)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.002.229	197.237	1.199.466
Superávit do exercício	-	652.419	652.419
Incorporação ao patrimônio social	197.237	(197.237)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.199.466	652.419	1.851.885

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	652.419	197.237
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(48.870)	151.218
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(17.447)	1.341
Fornecedores	28.475	57.806
Obrigações fiscais	(4.573)	6.496
Obrigações sociais e trabalhistas	1.041	(34.789)
Férias a pagar	(11.407)	(108.617)
Outros passivos	491	(1.007)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	600.129	269.685
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	600.129	269.685
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.117.775	1.848.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.717.904	2.117.775
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	600.129	269.685

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo

nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.995.578 e R\$ 2.087.443, respectivamente.

(vi) Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba

Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) Sorocaba. Em 11 de dezembro de 2020, o AME Sorocaba foi constituído como filial da Fundação do ABC, inscrito no CNPJ/MF nº 57.571.275/0030-37, com sede na Rua Guaicurus, nº 411, no bairro Vila Leão, na cidade de Sorocaba, no estado de São Paulo. A unidade oferece consultas médicas divididas entre primeira consulta, interconsulta e consulta subsequente. As especialidades médicas oferecidas são anestesiologia, cardiologia, cirurgia plástica, dermatologia, endocrinologia, endocrinologia infantil, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, mastologia, nefrologia, neurologia, neurologia infantil, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pneumologia, pneumologia infantil, reumatologia e urologia. Oferece, também, consultas e sessões não médicas nas áreas de enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição e serviço social. Adicionalmente, oferece exames auxiliares de diagnóstico e terapêutica em 30 diferentes áreas, entre as quais análises clínicas, patologia e citopatologia, ecocardiograma, endoscopia, eletrocardiograma, holter, teste ergométrico, exames oftalmológicos, eletroneuromiografia e colonoscopia

(vii) Contrato de gestão

Em 29 de setembro de 2023, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão, Processo SEI nº 024.00038917/2023-02, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, com vigência até 5 anos, iniciando-se em 1 de outubro de 2023. Em dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Aditamento ao contrato celebrado em 29 de setembro de 2023 com objetivo: (i) alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 29/09/2023, cujo objeto é a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Sorocaba – AME Sorocaba; (ii) estabelecer metas assistenciais, indicadores de qualidade e recursos financeiros para o exercício de 2025. Em 2025 foi celebrado Termo de Aditamento ao contrato celebrado em 29 de setembro de 2023 com objetivo repassar recurso de investimento para a aquisição de 4 (quatro) monitores ambulatoriais de pressão arterial, 2 (dois) focos cirúrgicos, 1 (uma) cadeira de rodas própria para ambiente de ressonância magnética e 1 (um) ultrassom com doppler colorido.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e,

no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir eventuais perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	2.717.904	2.117.775
	2.717.904	2.117.775

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	40.606	42.228
Material médico hospitalar	107.911	107.175
Material de limpeza e higiene	19.823	17.799
Material de manutenção	41.467	28.526
Outros materiais	8.402	5.034
	218.209	200.762

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	15.169	18.417
INSS retido de serviços a recolher	210	132
IRRF retido de serviços a recolher	12.852	12.534
CSLL retido de serviços a recolher	5.056	6.139
PIS retido de serviços a recolher	3.287	3.990
ISS a recolher	7.985	7.920
	44.559	49.132

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
IRRF a recolher	50.346	50.852
FGTS a recolher	34.581	50.674
INSS sobre autônomos a recolher	30.834	32.060
Empréstimo consignado a pagar	18.866	-
	134.627	133.586

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as

prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	102.348	151.218
	102.348	151.218

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 797.779 e R\$ 100.414 (R\$ 613.564 e R\$ 90.414, em 2024), respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	177.826	146.342
Material médico hospitalar	536.873	489.372
Órtese e prótese	-	36.900
Material de laboratório	321	1.110
Gases industriais e medicinais	14.335	24.031
Material de limpeza e higiene	113.816	129.141
Outros materiais	945	2.510
	844.116	829.406

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	251.894	292.479
Serviços de manutenção predial	8.774	213
Locação de veículos e equipamentos	87.324	56.914
Serviços de lavanderia hospitalar	101.930	75.183
Serviços de manutenção de equipamentos	122.042	132.757
Serviços administrativos	419.377	406.681
Serviços de motorista	1.371	1.187
Serviços de portaria	4.225	2.115
Outros serviços	40.750	40.023
	1.037.687	1.007.552

15 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	72.767	57.324
Material de conservação e reparo	31.295	65.509
Material de consumo administrativo	115.517	112.036
Utilidade pública (água, luz, telefone)	482.807	494.135
Seguros patrimoniais	14.982	13.340
Outras despesas	6.968	12.481
	724.336	754.825

16 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	325.215	176.852
	325.215	176.852
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(144)	(239)
Juros e multas de mora	(41)	(109)
	(185)	(348)

17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio e complementares	15.800.000,00
Danos elétricos	1.050.000,00
Equipamentos estacionários	1.000.000,00
Perda de aluguel	1.500.000,00
Responsabilidade civil operações	600.000,00
Responsabilidade civil empregador	225.000,00
Equipamentos eletrônicos	550.000,00
Roubo e furtos de bens	130.000,00
Despesas fixas	500.000,00

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

19 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado – 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	11.160	9.243	(17,18)	10.590	8.698	(17,87)
Interconsultas	2.100	1.641	(21,86)	2.100	1.626	(22,57)
Consultas Subsequentes	16.750	17.829	6,44	15.660	17.685	12,93
Total	30.010	28.713	(4,32)	28.350	28.009	(1,20)
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	15.000	19.394	29,29	15.000	19.004	26,69
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	2.400	1.154	(51,92)	2.400	1.258	(47,58)
Total	17.400	20.548	18,09	17.400	20.262	16,45
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	690	807	16,96	690	723	4,78
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	2.310	2.214	(4,16)	2.310	2.299	(0,48)
Total	3.000	3.021	0,70	3.000	3.022	0,73
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Ecocardiografia	810	771	(4,81)	720	682	(5,28)
Cintilografia	1.200	1.148	(4,33)	1.200	1.122	(6,50)
Endoscopia Digestiva Alta	1.965	2.007	2,14	1.950	1.904	(2,36)
Colonoscopia	600	510	(15,00)	600	598	(0,33)
Outras Endoscopias	300	263	(12,33)	300	311	3,67
Endoscopia	2.865	2.780	(2,97)	2.850	2.813	(1,30)
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	1.305	1.419	8,74	1.110	1.678	51,17
Diagnóstico em Ginecologia-Obstetrícia	360	145	(59,72)	360	206	(42,78)
Diagnóstico em Neurologia	480	236	(50,83)	480	244	(49,17)
Diagnóstico em Oftalmologia	600	1.077	79,50	600	668	11,33
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/ Fonoaudiologia	1.470	771	(47,55)	1.440	1.077	(25,21)

Diagnóstico em Pneumologia	300	489	63,00	300	336	12,00
Diagnóstico em Urologia	180	147	(18,33)	180	63	(65,00)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	4.695	4.284	(8,75)	4.470	4.272	(4,43)
Total	9.570	8.983	(6,13)	9.240	8.889	(3,80)
OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0901010014 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Mama	80	7	(91,25)	120	19	(84,17)
0901010057 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Colo De Útero	-	10	-	-	57	-
0901010073 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Gástrico	20	8	(60,00)	30	11	(63,33)
0901010081 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Colorretal	20	9	(55,00)	30	9	(70,00)
Subtotal - OCI Oncologia	120	34	(71,67)	180	96	(46,67)
0902010018 OCI Avaliação De Risco Cirúrgico	20	5	(75,00)	30	87	190,00
0902010026 OCI Avaliação Cardiológica	40	34	(15,00)	60	162	170,00
0902010034 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial - Síndrome Coronariana Crônica	40	6	(85,00)	60	-	(100,00)
0902010069 OCI Avaliação Diagnóstica - Insuficiência Cardíaca	40	4	(90,00)	60	-	(100,00)
Subtotal - OCI Cardiologia	140	49	(65,00)	210	249	18,57
0903010011 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia	240	84	(65,00)	360	28	(92,22)
0903010020 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	240	9	(96,25)	360	42	(88,33)
0903010046 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ressonância Magnética	240	124	(48,33)	360	349	(3,06)
Subtotal - OCI Ortopedia	720	217	(69,86)	1080	419	(61,20)
0904010015 OCI Avaliação Inicial Diagnóstica De Déficit Auditivo	40	10	(75,00)	60	103	71,67
Subtotal - OCI Otorrinolaringologia	40	10	(75,00)	60	103	71,67
0905010035 OCI Avaliação Inicial Em Oftalmologia - A Partir De 9 Anos	20	26	30,00	30	110	266,67
Subtotal - OCI Oftalmologia	20	26	30,00	30	110	266,67
Total	1.040	336	(67,69)	1.560	977	(37,37)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Sorocaba, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da

legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI
Baixada Santista - CNPJ 57.571.275/0032-07

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	157.659	91.203
Estoques	6	49.598	56.497
Outros créditos		-	1.136
		207.257	148.836
Não circulante			
Bloqueio judicial		1.352	1.352
		1.352	1.352
Total do ativo		208.609	150.188
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	55.270	47.800
Obrigações fiscais	8	12.407	12.425
Obrigações sociais e trabalhistas	9	130.976	113.433
Férias a pagar	10	478.826	479.671
Outros passivos		160.553	27.741
		838.032	681.070
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	11	382.094	109.830
		382.094	109.830
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(640.712)	(532.000)
Déficits acumulados		(370.805)	(108.712)
		(1.011.517)	(640.712)
Total do passivo e patrimônio líquido		208.609	150.188

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	8.726.489	8.568.406
Outras receitas		<u>289.128</u>	<u>184.670</u>
		<u>9.015.617</u>	<u>8.753.076</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.832.730)	(5.596.546)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(149.361)	(142.510)
Prestadores de serviços médicos	13	(1.478.966)	(1.487.647)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(646.060)	(648.576)
Administrativas e gerais	15	(938.923)	(922.479)
Contingências e despesas judiciais		(388.828)	(103.732)
Bens de terceiros	3 (d)	-	(6.042)
		<u>(9.434.868)</u>	<u>(8.907.532)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(419.251)</u>	<u>(154.456)</u>
Receitas financeiras	16	48.453	45.996
Despesas financeiras	16	<u>(7)</u>	<u>(252)</u>
		<u>48.446</u>	<u>45.744</u>
Déficit do exercício		<u>(370.805)</u>	<u>(108.712)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Déficit do exercício	(370.805)	(108.712)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(370.805)</u>	<u>(108.712)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Em reais

	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	395.144	(927.144)	(532.000)
Déficit do exercício	-	(108.712)	(108.712)
Incorporação ao patrimônio social	(927.144)	927.144	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(532.000)	(108.712)	(640.712)
Déficit do exercício	-	(370.805)	(370.805)
Incorporação ao patrimônio social	(108.712)	108.712	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(640.712)	(370.805)	(1.011.517)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais.

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(370.805)	(108.712)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	272.264	(122.030)
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	6.899	3.186
Outros créditos	1.136	176.334
Bloqueio judicial	-	115.454
Fornecedores	7.470	445
Obrigações fiscais	(18)	1.057
Obrigações sociais e trabalhistas	17.543	(2.783)
Férias a pagar	(845)	(14.652)
Outros passivos	132.812	(280)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	66.456	48.019
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	66.456	48.019
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	91.203	43.184
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	157.659	91.203
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	66.456	48.019

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 – (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº

456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 1.563.171 e R\$ 1.499.874, respectivamente.

(vi) Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista

Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Pólo de Atenção Intensiva (PAI) em Saúde Mental da Baixada Santista, que está instalado no Hospital Guilherme Álvaro (HGA), no bairro Boqueirão, na cidade de Santos. O PAI Baixada Santista foi idealizado pela Secretaria de Estado da Saúde, com objetivo de oferecer um serviço de tratamento em regime de internação breve a indivíduos portadores de transtornos mentais severos e persistentes em quadro agudo (crise). Com atendimento exclusivo a usuários do SUS, realiza intervenções eficazes e atendimento de excelência, visando o retorno mais breve possível dos pacientes às unidades de referência, com vistas à reinserção social. Entre os quadros agudos mais comuns atendidos no PAI estão a esquizofrenia e outros transtornos psicóticos; transtorno bipolar do humor e depressão unipolar grave; transtornos mentais orgânicos com manifestações comportamentais graves; transtornos mentais relacionados ao uso de álcool ou outras drogas, com comorbidades psiquiátricas de forma individualizada; e demais transtornos psiquiátricos em situação de crise intensa, como transtornos de personalidade, transtornos do desenvolvimento e transtornos alimentares, por exemplo.

(vii) Contrato de gestão

Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43100, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da Baixada Santista – PAI Baixada Santista, com vigência até 30 de junho de 2024. Em 26 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025 com objetivo: (i) alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 4 de novembro de 2020, cujo objeto é a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Pólo de Atenção Intensiva Em Saúde Mental Da Baixada - PAI Baixada Santista; (ii) estabelecer metas assistenciais, indicadores de qualidade e recursos financeiros para o período de janeiro a junho de 2025. Em 30 de junho de 2025, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº 024.00032960/2025-18 com o Estado de São Paulo para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Pólo de Atenção Intensiva Em Saúde Mental Da Baixada - PAI Baixada Santista, pelo período de cinco anos, iniciando-se em 1 de julho de 2025.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as

aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	157.659	91.203
	157.659	91.203

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	15.416	15.416
Material médico hospitalar	16.953	16.953
Material de limpeza e higiene	8.146	7.106
Material de manutenção	8.764	14.361
Outros materiais	319	274
	49.598	56.497

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	3.869	3.885
INSS retido de serviços a recolher	51	-
IRRF retido de serviços a recolher	3.848	3.953
CSLL retido de serviços a recolher	1.290	1.295
PIS retido de serviços a recolher	838	842
ISS a recolher	2.511	2.450
	12.407	12.425

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
IRRF a recolher	37.228	38.804
FGTS a recolher	44.595	42.000
INSS sobre autônomos a recolher	36.340	32.583
Empréstimo consignado a pagar	12.768	-
Outros	45	46
	130.976	113.433

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Trabalhista	382.094	109.830
	382.094	109.830

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 692.320 e R\$ 320.000, respectivamente, (R\$ 444.947, de trabalhista, em 2024) não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

12 Medicamentos e insumos hospitalares

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Medicamentos	50.471	51.257
Material médico hospitalar	43.966	36.204
Gases industriais e medicinais	1.700	3.960
Material de limpeza e higiene	50.302	49.097
Outros materiais	2.922	1.992
	149.361	142.510

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Prestadores de serviços de terceiros

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de informática	170.313	170.055
Serviços de manutenção predial	14.147	8.970
Locação de veículos e equipamentos	21.736	18.480
Serviços de lavanderia hospitalar	109.211	119.286
Serviços de manutenção de equipamentos	44.193	58.801
Serviços administrativos	279.428	267.558
Serviços de motorista	5.764	3.305
Outros serviços	1.268	2.121
	646.060	648.576

15 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	5.248	3.830
Material de conservação e reparo	18.368	25.960
Material de consumo administrativo	879.880	858.640
Utilidade pública (água, luz, telefone)	30.251	29.178
Seguros patrimoniais	1.807	2.836
Outras despesas	3.369	2.035
	938.923	922.479

16 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	48.453	45.996
	48.453	45.996
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(7)	(252)
	(7)	(252)

17 Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 4.000.000
Danos elétricos	R\$ 200.000
Subtração de bens	R\$ 25.000
Responsabilidade civil	R\$ 100.000
Quebra de vidros	R\$ 20.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 100.000
Equipamentos eletrônicos sem cobertura de subtração	R\$ 100.000

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Metal – PAI Baixada Santista não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

19 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Internações						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Psiquiatria	180	193	7.22	180	198	10.00

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9
Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,

inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santos, 18 março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Centro de Reabilitação Lucy Montoro de
Sorocaba - CNPJ 57.571.275/35-41**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.247.479	1.011.089
Estoques	6	227.806	120.297
		1.475.285	1.131.386
Não circulante			
Bloqueio judicial	7	109.451	54.733
		109.451	54.733
Total do ativo		1.584.736	1.186.119
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	126.600	153.287
Obrigações fiscais		4.257	3.352
Obrigações sociais e trabalhistas	9	59.835	54.223
Férias a pagar	10	295.961	280.358
Outros passivos		79.019	23.761
		565.672	514.981
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		671.138	412.257
Superávits acumulados		347.926	258.881
		1.019.064	671.138
Total do passivo e patrimônio líquido		1.584.736	1.186.119

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	6.032.556	5.548.559
Outras receitas		-	3.107
		<u>6.032.556</u>	<u>5.551.666</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.550.834)	(3.142.994)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(890.323)	(683.344)
Prestadores de serviços médicos	13	(748.185)	(684.347)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(519.271)	(524.310)
Administrativas e gerais	15	(117.972)	(350.326)
Bens de terceiros	3 (c)	(5.007)	-
		<u>(5.831.592)</u>	<u>(5.385.321)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>200.964</u>	<u>166.345</u>
Receitas financeiras	16	147.197	92.744
Despesas financeiras	16	(235)	(208)
		<u>146.962</u>	<u>92.536</u>
Superávit do exercício		<u>347.926</u>	<u>258.881</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro **Em reais**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	347.926	258.881
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>347.926</u>	<u>258.881</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.800	388.457	412.257
Superávit do exercício	-	258.881	258.881
Incorporação ao patrimônio social	388.457	(388.457)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	412.257	258.881	671.138
Superávit do exercício	-	347.926	347.926
Incorporação ao patrimônio social	258.881	(258.881)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	671.138	347.926	1.019.064

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	347.926	258.881
Variações nos ativos e passivos:		
Estoque	(107.509)	(55.006)
Bloqueio judicial	(54.718)	21.087
Fornecedores	(26.687)	96.798
Obrigações fiscais	905	(2.486)
Obrigações sociais e trabalhistas	5.612	(131.953)
Férias a pagar	15.603	(80.824)
Outros passivos	55.258	(51)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	236.390	106.446
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	236.390	106.446
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.011.089	904.643
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.247.479	1.011.089
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	236.390	106.446

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 951.623 e R\$ 842.322, respectivamente.

(vi) Fundação do ABC – Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba

A Fundação do ABC sagrou-se vencedora do chamamento público do Governo do Estado de São Paulo para gestão clínica e administrativa da Rede de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba, localizada no Conjunto Hospitalar de Sorocaba, na Rua Claudio Manoel da Costa, 287, Jardim Vergueiro, na cidade de Sorocaba, do estado de São Paulo. Inaugurado em 2018, o centro de reabilitação de Sorocaba atende principalmente pacientes que necessitam de procedimentos de reabilitação física por ocorrência de AVC (Acidente Vascular Cerebral), lesões medulares e encefálicas, amputações, paralisia cerebral, traumas ocasionados por acidentes, além de má-formação e alterações no desenvolvimento provocadas por doenças congênitas. Em atendimento à exigência da Secretaria de Estado da Saúde, o contrato também contempla incremento de vagas para atendimento de pacientes com hemofilia, distúrbio genético que afeta a coagulação do sangue e pode provocar graves disfunções articulares.

(i) Contrato de gestão

Em 31 de julho de 2023, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão, Processo de Origem SEI nº 024.00032517/2023-85, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba, com vigência de cinco anos. Em 30 de dezembro de 2024 foi celebrado o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025 com objetivo de alterar as cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 1 de agosto de 2023 para operacionalização da gestão e execução, e das atividades e serviços de saúde, no Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba; e, estabelecer metas assistenciais, indicadores de qualidade e recursos financeiros para o exercício de 2025. Durante o exercício de 2025 foram celebrados Termos Aditamentos com objetivo de: (i) repassar recurso financeiro de custeio estabelecido pela Emenda nº 2025.020.63963 e de investimento para realização de obra na unidade e aquisição de equipamentos; (ii) repasse mensal da assistência financeira, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e,

no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências.

Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	1.247.479	1.011.089
	1.247.479	1.011.089

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	13.931	3.262
Material médico hospitalar	42.615	20.965
Material de limpeza e higiene	19.147	21.538
Material de manutenção	139.965	71.612
Outros materiais	12.148	2.920
	227.806	120.297

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
IRRF a recolher	14.317	13.184
FGTS a recolher	27.922	25.236
INSS sobre autônomos a recolher	13.458	12.693
Empréstimo consignado a pagar	4.065	-
Outros	73	3.110
	59.835	54.223

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e aos valores recebidos das unidades gerenciadoras para reembolsar os valores bloqueados das contas da Entidade.

12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	1.501	648
Material médico hospitalar	29.693	85.656
Órtese e prótese	814.160	516.769
Gases industriais e medicinais	-	11.730
Material de limpeza e higiene	18.987	31.427
Outros materiais	25.982	37.114
	890.323	683.344

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de limpeza hospitalar	-	2.000
Serviços de informática	112.842	96.775
Serviços de vigilância	2.354	2.259
Serviços de manutenção predial	24.435	64.166
Locação de veículos e equipamentos	20.914	17.434
Serviços de manutenção de equipamentos	88.126	43.659
Serviços administrativos	233.341	266.759
Serviços de motorista	-	2.908
Outros serviços	37.259	28.350
	519.271	524.310

15 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	20.000	65.598
Material de conservação e reparo	31.919	45.295
Material de consumo administrativo	43.059	203.401
Utilidade pública (água, luz, telefone)	11.241	11.320
Seguros patrimoniais	5.192	4.973
Outras despesas	6.561	19.739
	117.972	350.326

16 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	147.197	92.744
	147.197	92.744
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(235)	(204)
Juros e multas de mora	-	(4)
	(235)	(208)

17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio e complementares	R\$ 7.900.000
Danos elétricos	R\$ 500.000
Responsabilidade civil	R\$ 400.000
Roubo	R\$ 200.000
Vendaval, furacão, ciclone, granizo e tornado	R\$ 400.000
Quebra de vidros e anúncios luminosos e mármore	R\$ 10.000

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

19 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado – 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	312	311	(0,32)	312	296	(5,13)
Consultas Subsequentes	2.076	2.408	15,99	2.076	1.962	(5,49)
Total	2.388	2.719	13,86	2.388	2.258	(5,44)
Consultas / Sessões Não Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	6.960	7.373	5,93	6.960	7.532	8,22
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	16.800	15.346	(8,65)	16.800	15.635	(6,93)
Total	23.760	22.719	(4,38)	23.760	23.167	(2,50)
Acompanhamento - Procedimentos Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Procedimentos Médicos	240	240	-	240	270	12,50
Acompanhamento - Fornecimento de Órteses / Próteses e Outros						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Órteses	264	252	(4,55)	264	245	(7,20)
Próteses	60	75	25,00	60	76	26,67
Meios de Locomoção	132	138	4,55	132	155	17,42
Acompanhamento - Oficinas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Oficinas	72	65	(9,72)	72	46	(36,11)
Acompanhamento - Atividade Educativa						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Grupos - Reabilitação Física	72	97	34,72	72	106	47,22
Pacientes Atendidos - Reabilitação Física	720	280	(61,11)	720	409	(43,19)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Centro de Reabilitação Lucy Montoro de Sorocaba, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho
Filho" de Carapicuíba (Hospital Geral de Carapicuíba)
CNPJ 57.571.275/0036-22**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.299.330	12.176.676
Convênios e contratos a receber		-	670.000
Estoques	6	3.377.405	3.686.406
Outros créditos	7	184.193	113.243
		10.860.928	16.646.325
Total do ativo		10.860.928	16.646.325
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	1.950.851	2.855.597
Obrigações fiscais	9	409.206	341.200
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.767.438	1.847.810
Férias a pagar	11	6.738.063	6.393.746
Outros passivos	12	243.734	372.614
		11.109.292	11.810.967
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	623.568	137.910
		623.568	137.910
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		4.697.448	728.709
Superávits (déficits) acumulados		(5.569.380)	3.968.739
		(871.932)	4.697.448
Total do passivo e patrimônio líquido		10.860.928	16.646.325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais			
Atividades acadêmicas		1.656.159	1.632.759
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	162.328.069	153.041.859
Outras receitas		<u>725.635</u>	<u>607.997</u>
		<u>164.709.863</u>	<u>155.282.615</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal		(69.571.441)	(64.961.950)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(20.346.018)	(19.336.576)
Prestadores de serviços médicos	15	(56.337.793)	(46.746.194)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(11.622.736)	(8.342.849)
Administrativas e gerais	17	(10.415.843)	(15.672.897)
Atividades acadêmicas		(1.501.578)	(1.524.605)
Contingências e despesas judiciais		(2.033.810)	4.398.558
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(214.206)</u>	<u>(357.022)</u>
		<u>(172.043.425)</u>	<u>(152.543.535)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(7.333.562)</u>	<u>2.739.080</u>
Receitas financeiras	18	1.764.664	1.447.742
Despesas financeiras	18	<u>(482)</u>	<u>(218.083)</u>
		<u>1.764.182</u>	<u>1.229.659</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>(5.569.380)</u>	<u>3.968.739</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (déficit) do exercício	(5.569.380)	3.968.739
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.569.380)</u>	<u>3.968.739</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) -
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.005.452)	10.336.195	7.330.743
Ajuste do exercício anterior	(6.602.034)	-	(6.602.034)
Superávit do exercício	-	3.968.739	3.968.739
Incorporação ao patrimônio social	10.336.195	(10.336.195)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	728.709	3.968.739	4.697.448
Déficit do exercício	-	(5.569.380)	(5.569.380)
Incorporação ao patrimônio social	3.968.739	(3.968.739)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.697.448	(5.569.380)	(871.932)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(5.569.380)	3.968.739
Ajustes do exercício anterior	-	(6.602.034)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	485.658	(5.018.264)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	670.000	(670.000)
Estoques	309.001	(1.232.187)
Outros créditos	(70.950)	(52.962)
Fornecedores	(904.746)	(1.214.772)
Obrigações fiscais	68.006	239.533
Obrigações sociais e trabalhistas	(80.372)	(3.036.397)
Férias a pagar	344.317	6.393.746
Outros passivos	(128.880)	263.509
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.877.346)	(6.961.089)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(4.877.346)	(6.961.089)

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.176.676	19.137.765
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.299.330</u>	<u>12.176.676</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.877.346)</u>	<u>(6.961.089)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a

saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 19.033.392 e R\$ 16.224.668, respectivamente.

(vi) Fundação do ABC – Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba (Hospital Geral de Carapicuíba)

A Fundação do ABC deu início em 1º de dezembro de 2023 à gestão assistencial e administrativa do Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba (Hospital Geral de Carapicuíba - HGC), localizado na Rua da Pedreira, 95, Parque José Alexandre, na cidade de Carapicuíba, do estado de São Paulo. Inaugurado em 1998, o HGC é uma unidade hospitalar vinculada à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, referência para sete municípios da Rota dos Bandeirantes: Barueri, Carapicuíba, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba. A unidade de média e alta complexidade conta com 241 leitos, sendo 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, 13 leitos de UTI Neonatal, 6 de UTI Pediátrica e 202 de Enfermaria. Conta com pronto-socorro referenciado, Maternidade de Alto Risco, Serviço de Hemodiálise e Ambulatório de Especialidades Médicas. O atendimento é 100% dedicado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A assistência à saúde prestada em regime de hospitalização compreende o conjunto de atendimentos oferecidos aos cuidados integrais à saúde desde a sua admissão no hospital até a alta hospitalar, responsabilizando-se por complementar e aprimorar a atenção à saúde em consonância com as melhores práticas de cuidado baseadas em evidências.

(vii) Contrato de gestão

Em 1 de dezembro de 2023, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão, Processo SEI nº 024.00118265/2023-81, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Hospital Geral de Carapicuíba "Dr. Francisco de Moura Coutinho

Filho” (HGC), com vigência de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2024 foi celebrado o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2025 com objetivo de alterar as cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 4 de novembro de 2020 para operacionalização da gestão e execução, e das atividades e serviços de saúde, no Hospital Geral “Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho” de Carapicuíba e; estabelecer metas assistenciais, indicadores de qualidade e recursos financeiros para o exercício de 2025. Durante o exercício de 2025 foram celebrados diversos Termos de Aditamento ao Contrato de Gestão com objetivo de: (i) repassar recurso de custeio para o Programa Mais Acesso a Especialistas - PMAE – Componente Cirurgias no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo, conforme Portaria GM/MS Nº 5.820, de 4 de dezembro de 2024 e Deliberação CIB nº 13, de 13 de fevereiro de 2025; (ii) repassar recursos financeiros de custeio estratégia estadual para a ampliação de procedimentos ortopédicos, com alta demanda por atendimentos, relacionados aos procedimentos de joelho, quadril, coluna (escoliose) e a crescente judicialização; (iii) repassar recurso de custeio para Ampliação – Procedimentos Ortopédicos, considerando a demanda registrada no CDR; (iv) repassar recurso financeiro de custeio estabelecido pela Emenda Federal nº 43500002 – Portaria 7.505 para o Hospital Geral “Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho” de Carapicuíba.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de

1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	7.299.330	12.176.676
	7.299.330	12.176.676

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	720.710	870.405
Material médico hospitalar	1.074.674	1.521.554
Dieta enteral e parenteral	120.070	149.042
Material de limpeza e higiene	480.242	268.615
Material de manutenção	794.926	702.307
Outros materiais	186.783	174.483
	3.377.405	3.686.406

7 Outros créditos

Refere-se aos saldos de adiantamentos de despesas e de reembolso de bloqueio judicial a receber.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	150.231	132.924
INSS retido de serviços a recolher	38.452	7.906
IRRF retido de serviços a recolher	129.337	119.430
CSLL retido de serviços a recolher	50.077	44.308
PIS retido de serviços a recolher	32.550	28.800
ISS a recolher	8.559	7.832
	409.206	341.200

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Rescisões a pagar	6.772	45.675
IRRF a recolher	560.642	570.134
FGTS a recolher	564.073	531.669
INSS sobre autônomos a recolher	421.184	434.732
Empréstimo consignado a pagar	89.947	119.082
Outros	124.820	146.518
	1.767.438	1.847.810

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e aos valores recebidos das unidades gerenciadoras para reembolsar os valores bloqueados das contas da Entidade.

13 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	290.876	137.910
Cível	332.692	-
	623.568	137.910

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 7.639.205 e R\$ 7.478.123, respectivamente (R\$ 8.219.751, em cível, em 2024) não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

14 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	5.078.368	5.815.237
Material médico hospitalar	5.995.795	6.931.371
Órtese e prótese	6.194.755	2.982.267
Material de laboratório	39.013	71.859
Gases industriais e medicinais	1.214.717	1.283.361
Dieta enteral e parenteral	580.341	714.863
Material de limpeza e higiene	822.326	1.037.604
Outros materiais	420.703	500.014
	20.346.018	19.336.576

15 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

16 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	385.925	449.481
Serviços de vigilância	1.198.817	901.044
Serviços de manutenção predial	120.655	43.654
Serviços de refeitório	1.108.434	258.538
Locação de veículos e equipamentos	441.168	273.833
Serviços de lavanderia hospitalar	1.999.744	1.824.449
Serviços de manutenção de equipamentos	865.747	879.246
Serviços administrativos	1.424.049	1.440.506
Serviços de motorista	3.004.544	1.367.202
Serviços de logística	-	1.946
Outros serviços	1.073.653	902.950
	11.622.736	8.342.849

17 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	60.250	1.668.368
Material de conservação e reparo	386.515	200.507
Material de consumo administrativo	5.792.751	3.414.041
Utilidade pública (água, luz, telefone)	4.076.999	4.727.708
Seguros patrimoniais	5.757	12.002
Outras despesas	93.571	5.650.271
	10.415.843	15.672.897

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.764.663	1.447.742
	1.764.663	1.447.742
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(466)	(44.617)
Juros e multas de mora	(15)	(173.466)
	(481)	(218.083)

19 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio/Explosão/Fumaça e Queda de aeronave	R\$ 65.000.000,00
Danos Elétricos	R\$ 1.500.000,00
Impacto de veículos	R\$ 1.000.000,00
Perda de aluguel	R\$ 4.425.000,00
Tumulto, greve, lock-out	R\$ 2.000.000,00
Recomposição de registros e documentos	R\$ 1.475.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Granizo e Tornado	R\$ 590.000,00
Subtração de bens	R\$ 300.000,00
Vazamento de tanques ou tubulações	R\$ 100.000,00
Responsabilidade Civil	R\$ 250.000,00
Responsabilidade Civil empregador	R\$ 250.000,00
Responsabilidade Civil danos morais	R\$ 250.000,00
Subtração de valores	R\$ 45.000,00

20 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba (Hospital Geral de Carapicuíba) não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

21 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado – 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Internações						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Clínica Médica	1.362	1.387	1,84	1.362	1.386	1,76
Obstetrícia	1.980	2.016	1,82	1.980	1.825	(7,83)
Pediatria	798	832	4,26	798	817	2,38
Psiquiatria	120	115	(4,17)	120	119	(0,83)
Total	4.260	4.350	2,11	4.260	4.147	(2,65)
Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Eletivas	2.700	2.763	2,33	2.700	2.764	2,37
Urgência	1.110	1.002	(9,73)	1.110	972	(12,43)
Total	3.810	3.765	(1,18)	3.810	3.736	(1,94)
Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Hospital - Dia	192	187	(2,60)	192	185	(3,65)
Cirurgias Ambulatoriais	12.000	691	(94,24)	12.000	479	-
Total	12.192	878	(92,80)	12.192	664	(94,55)
Urgência / Emergência						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas de Urgência	17.244	18.079	4,84	17.244	16.798	(2,59)
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	4.440	4.250	(4,28)	4.440	4.582	3,20
Interconsultas	480	1.811	277,29	480	1.587	230,63
Consultas Subsequentes	18.180	17.412	(4,22)	18.180	17.004	(6,47)
Total	23.100	23.473	1,61	23.100	23.173	0,32
Consultas Não Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	600	493	(17,83)	600	548	(8,67)
Interconsultas	3.000	1.923	(35,90)	3.000	1.829	(39,03)
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	19.620	20.187	2,89	19.620	20.703	5,52
Total	23.220	22.603	(2,66)	23.220	23.080	(0,60)

SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Radiografia	-	4	-	-	-	-
Mamografia	3.300	255	(92,27)	3.300	3.109	(5,79)
Radiologia	3.300	259	(92,15)	3.300	3.109	(5,79)
Ecocardiografia	300	334	11,33	300	303	1,00
Ultrassonografia com Doppler	-	244	-	-	434	-
Ultrassonografia Obstétrica	-	620	-	-	454	-
Outras Ultrassonografias	1.500	1.688	12,53	1.500	1.598	6,53
Ultrassonografia	1.800	2.886	60,33	1.800	2.789	54,94
Tomografia Computadorizada	3.300	2.627	(20,39)	3.300	474	(85,64)
Endoscopia Digestiva Alta	480	492	2,50	480	482	0,42
Colonoscopia	180	79	(56,11)	180	80	(55,56)
Endoscopia	660	571	(13,48)	660	562	(14,85)
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	2.100	2.543	21,10	2.100	2.612	24,38
Total	11.160	8.886	(20,38)	11.160	9.546	(14,46)
Tratamentos Clínicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Tratamento em Nefrologia - Diálise Peritoneal (pacientes)	96	85	(11,46)	96	82	(14,58)
Tratamento em Nefrologia - Sessão Diálise	9.360	8.922	(4,68)	9.360	9.100	(2,78)
OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0901010014 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Mama	20	-	(100,00)	30	-	(100,00)
Subtotal - OCI Oncologia	20	-	(100,00)	30	-	(100,00)
0903010011 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia	200	-	(100,00)	300	-	(100,00)
0903010020 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	120	-	(100,00)	180	-	(100,00)
0903010038 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Tomografia Computadorizada	200	-	(100,00)	300	-	(100,00)
Subtotal - OCI Ortopedia	520	-	(100,00)	780	-	(100,00)
Total	540	-	(100,00)	810	-	(100,00)
773 - Programa Estadual - Estratégia de Ampliação de Procedimentos Ortopédicos						
Grupo 2 A	75	64	(14,67)	75	101	34,67
Grupo 3	12	6	(50,00)	12	19	58,33
Total	87	70	(19,54)	87	120	37,93

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9
Lucas Martins Mazzini

Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de
Carapicuíba (Hospital Geral de Carapicuíba)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba (Hospital Geral de Carapicuíba), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba (Hospital Geral de Carapicuíba), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Santo André, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura

Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Graziele Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC -Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Oscar
Gurjão Cotrim” – AME Araçatuba -CNPJ 57.571.275/0037-03**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.302.522	124.302
Convênios e contratos a receber		-	1.517.868
Estoques	6	249.745	241.343
		3.552.267	1.883.513
Total do ativo		3.552.267	1.883.513
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	7	130.457	109.140
Obrigações fiscais	8	41.687	951
Obrigações sociais e trabalhistas	9	161.930	565.135
Férias a pagar	10	672.059	732.132
Outros passivos		27.990	-
		1.034.123	1.407.358
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais		-	157.217
		-	157.217
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		318.938	(647.033)
Superávits acumulados		2.199.206	965.971
		2.518.144	318.938
Total do passivo e patrimônio líquido		3.552.267	1.883.513

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro -Em reais

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	22.444.453	3.313.682
		22.444.453	3.313.682
Despesas operacionais			
Com pessoal		(7.940.320)	(1.457.245)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(902.985)	(8.078)
Prestadores de serviços médicos	12	(9.460.960)	(696.381)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(1.241.924)	(80.909)
Administrativas e gerais	14	(797.663)	(108.079)
Contingências e despesas judiciais		(123.445)	-
Bens de terceiros	3 (d)	(143.680)	-
		(20.610.977)	(2.350.692)
Superávit antes do resultado financeiro		1.833.476	962.990
Receitas financeiras	15	366.356	4.133
Despesas financeiras	15	(626)	(1.152)
		365.730	2.981
Superávit do exercício		2.199.206	965.971

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro **Em reais**

	2025	2024
Superávit do exercício	2.199.206	965.971
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.199.206	965.971

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Ajuste do exercício anterior	(647.033)	-	(647.033)
Superávit do período	-	965.971	965.971
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(647.033)	965.971	318.938
Superávit do exercício	-	2.199.206	2.199.206
Incorporação ao patrimônio social	965.971	(965.971)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	318.938	2.199.206	2.518.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	2.199.206	965.971
Ajustes do exercício anterior	-	(647.033)
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>		
Provisões para demandas judiciais	(157.217)	157.217
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	1.517.868	(1.517.868)
Estoques	(8.402)	(241.343)
Fornecedores	21.317	109.140
Obrigações fiscais	40.736	951
Obrigações sociais e trabalhistas	(403.205)	565.135
Férias a pagar	(60.073)	732.132
Outros passivos	27.990	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.178.220	124.302
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	3.178.220	124.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	124.302	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.302.522	124.302
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	3.178.220	124.302

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 2.128.006 e R\$ 278.755, respectivamente.

(vi) Fundação do ABC – Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Oscar Gurjão Cotrim” – AME Araçatuba

A Fundação do ABC, reconhecida por sua expertise em gestão de saúde, deu início a um novo capítulo de sua atuação com a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) Dr. Oscar Gurjão Cotrim, em Araçatuba, com sede na Rua José Bonifácio, 1.331, no bairro Vila Mendonça, na cidade de Araçatuba, no estado de São Paulo. O contrato firmado com a Secretaria de Estado da Saúde foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22 de novembro de 2024 para o gerenciamento técnico e administrativo da unidade, garantindo assistência humanizada e eficiente para atender às demandas regionais, com início da gestão em 1º de dezembro de 2024 e dos atendimentos no dia 3. O AME Araçatuba realiza consultas médicas, nas especialidades médicas de Alergologia/Imunologia, Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Ginecologia, Hematologia, Infectologia, Mastologia, Neurologia, Neurologia Infantil (com ênfase no diagnóstico do TEA), Obstetrícia de Alto Risco, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Ortopedia/Traumatologia, Pneumologia, Proctologia, Reumatologia e Urologia. Além disso, oferece consultas não médicas nas áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social. Um dos diferenciais do AME Araçatuba é a atuação da Neuropediatria e da equipe multidisciplinar para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), reforçando o compromisso da unidade com a saúde dos pacientes com necessidades específicas e suas famílias. As consultas são preferencialmente agendadas para sábados, visando oferecer um ambiente mais tranquilo aos pacientes. Após o diagnóstico, o AME realiza a contrarreferência para que o tratamento tenha continuidade em instituições especializadas, como AMA, APAE e CER, fortalecendo a rede de cuidado integral.

(vii) Contrato de gestão

Em 28 de novembro de 2024, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão, Processo SEI nº 024.00144225/2024-75, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Oscar Gurjão Cotrim” – AME Araçatuba, com vigência de cinco anos. Durante o exercício de 2025 foram celebrados Termos Aditamentos com objetivo de: (i) readequar metas para a implantação dos procedimentos de Ofertas de Cuidados Integrados (OCI), para o Ambulatório Médico de Especialidades - AME Araçatuba, a partir de março de 2025, sem alterações no repasse de custeio; (ii) repassar recursos de investimento para a aquisição de um equipamento médico de ultrassonografia.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir eventuais perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	3.302.522	124.302
	3.302.522	124.302

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	78.437	109.089
Material médico hospitalar	85.051	84.246
Material de limpeza e higiene	36.098	12.589
Material de manutenção	41.441	28.711
Outros materiais	8718	6708
	249.745	241.343

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	17.872	-
IRRF retido de serviços a recolher	12.917	951
CSLL retido de serviços a recolher	5.957	-
PIS retido de serviços a recolher	3.872	-
ISS a recolher	1069	-
	41.687	951

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	-	417.114
IRRF a recolher	29.608	30.623
FGTS a recolher	63.819	61.041
INSS sobre autônomos a recolher	45.169	45.682
Empréstimo consignado a pagar	11.800	-
Outros	11.534	10.675
	161.930	565.135

10 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	149.751	-
Material médico hospitalar	607.684	-
Gases industriais e medicinais	21.321	5.237
Material de limpeza e higiene	88.448	1.431
Outros materiais	35.781	1.410
	902.985	8.078

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	269.003	39.535
Serviços de vigilância	480	-
Serviços de manutenção predial	4.828	2.830
Locação de veículos e equipamentos	137.210	2.600
Serviços de lavanderia hospitalar	92.735	8.022
Serviços de manutenção de equipamentos	119.770	-
Serviços administrativos	301.488	640
Serviços de portaria	297.091	24.282
Outros serviços	19.319	3.000
	1.241.924	80.909

14 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	31.530	1.849
Material de conservação e reparo	90.146	867
Material de consumo administrativo	139.407	15.669
Utilidade pública (água, luz, telefone)	528.655	89.694
Outras despesas	7.925	-
	797.663	108.079

15 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	366.356	4.133
	366.356	4.133
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(626)	(1.152)
	(626)	(1.152)

16 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Oscar Gurjão Cotrim” - AME Araçatuba não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

17 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	17.788	16.772	(5,71)	16.908	16.319	(3,48)
Interconsultas	3.966	4.624	16,59	3.966	4.103	3,45
Consultas Subsequentes	24.076	19.867	(17,48)	23.196	20.238	(12,75)
Total	45.830	41.263	(9,97)	44.070	40.660	(7,74)
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	4.986	7.607	52,57	4.986	9.832	97,19
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	6.810	3.711	(45,51)	6.810	4.200	(38,33)
Total	11.796	11.318	(4,05)	11.796	14.032	18,96
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	1.520	1.452	(4,47)	1.380	1.514	9,71
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	6.000	5.876	(2,07)	6.000	5.745	(4,25)
Total	7.520	7.328	(2,55)	7.380	7.259	(1,64)

SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Radiografia	934	2.236	139,40	924	2.815	204,65
Mamografia	1.650	960	(41,82)	1.650	1.297	(21,39)
Densitometria	1.500	1.398	(6,80)	1.500	943	(37,13)
Outros exames em Radiologia	60	-	(100,00)	60	-	(100,00)
Radiologia	4.144	4.594	10,86	4.134	5.055	22,28
Ecocardiografia	906	736	(18,76)	906	766	(15,45)
Ultrassonografia com Doppler	360	209	(41,94)	360	323	(10,28)
Ultrassonografia Obstétrica	216	159	(26,39)	216	155	(28,24)
Outras Ultrassonografias	1.684	1.577	(6,35)	1.674	1.449	(13,44)
Ultrassonografia	3.166	2.681	(15,32)	3.156	2.693	(14,67)
Endoscopia Digestiva Alta	748	521	(30,35)	696	512	(26,44)
Colonoscopia	372	200	(46,24)	330	139	(57,88)
Outras Endoscopias	360	348	(3,33)	360	352	(2,22)
Endoscopia	1.480	1.069	(27,77)	1.386	1.003	(27,63)
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	1.158	882	(23,83)	1.158	826	(28,67)
Diagnóstico em Neurologia	744	447	(39,92)	744	555	(25,40)
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/ Fonoaudiologia	680	477	(29,85)	660	532	(19,39)
Diagnóstico em Pneumologia	138	155	12,32	138	194	40,58
Diagnóstico em Urologia	6	5	(16,67)	6	6	-
Outros exames em Métodos Diagnósticos em Especialidades	-	56	-	-	44	-

Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.726	2.022	(25,83)	2.706	2.157	(20,29)
Total	11.516	10.366	(9,99)	11.382	10.908	(4,16)
OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0901010014 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Mama	4	-	(100,00)	6	1	(83,33)
0901010090 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Câncer De Mama I	4	-	(100,00)	6	2	(66,67)
0901010103 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Câncer De Mama II	140	15	(89,29)	210	103	(50,95)
0901010049 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Câncer De Próstata	140	60	(57,14)	210	241	14,76
0901010057 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Colo De Útero	28	6	(78,57)	42	31	(26,19)
0901010073 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Gástrico	520	83	(84,04)	780	441	(43,46)
0901010081 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Colorretal	416	77	(81,49)	624	191	(69,39)
Subtotal - OCI Oncologia	1.252	241	(80,75)	1.878	1.010	(46,22)
0902010018 OCI Avaliação De Risco Cirúrgico	8	1	(87,50)	12	1	(91,67)
0902010026 OCI Avaliação Cardiológica	8	1	(87,50)	12	7	(41,67)
0902010034 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial - Síndrome Coronariana Crônica	8	-	(100,00)	12	6	(50,00)
0902010069 OCI Avaliação Diagnóstica - Insuficiência Cardíaca	8	1	(87,50)	12	4	(66,67)
Subtotal - OCI Cardiologia	32	3	(90,63)	48	18	(62,50)
0903010011 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia	100	22	(78,00)	150	71	(52,67)
0903010020 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	100	33	(67,00)	150	63	(58,00)
0903010046 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ressonância Magnética	80	18	(77,50)	120	83	(30,83)
Subtotal - OCI Ortopedia	280	73	(73,93)	420	217	(48,33)
0904010015 OCI Avaliação Inicial Diagnóstica De Déficit Auditivo	188	43	(77,13)	282	194	(31,21)
0904010023 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Déficit auditivo	4	-	(100,00)	6	2	(66,67)
0904010031 OCI Avaliação Diagnóstica De Nasofaringe e Deorofaringe	4	-	(100,00)	6	-	(100,00)
Subtotal - OCI Otorrinolaringologia	196	43	(78,06)	294	196	(33,33)
Total	1.760	360	(79,55)	2.640	1.441	(45,42)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da

Fundação do ABC – Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Oscar Gurjão Cotrim” – AME Araçatuba

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Oscar Gurjão Cotrim” - AME Araçatuba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Oscar Gurjão Cotrim” - AME Araçatuba em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Araçatuba, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul

**Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo
Silva Souza” – AME Itu - CNPJ 57.571.275/0038-94**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Notas	2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	738.679
Estoques	6	121.093
Outros créditos		6.209
		865.981
Não circulante		
Bloqueio judicial	7	945.111
		945.111
Total do ativo		1.811.092

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante		
Fornecedores	8	97.700
Obrigações fiscais	9	30.034
Obrigações sociais e trabalhistas	10	83.107
Férias a pagar	11	386.315
Outros passivos	12	245.704
		842.860
Não circulante		
Provisão para demandas judiciais	13	26.000
		26.000
Patrimônio líquido		
Patrimônio social		108.675
Superávits acumulados		833.557
		942.232
Total do passivo e patrimônio líquido		1.811.092

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado - Para o período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025 - Em reais

		<u>2025</u>
Receitas operacionais		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	7.222.965
Outras receitas		15.196
		<u>7.238.161</u>
Despesas operacionais		
Com pessoal		(3.100.794)
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(153.675)
Prestadores de serviços médicos	16	(2.182.467)
Prestadores de serviços de terceiros	17	(864.282)
Administrativas e gerais	18	(126.934)
Contingências e despesas judiciais		(26.800)
Bens de terceiros	3 (d)	(9.605)
		<u>(6.464.557)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>773.604</u>
Receitas financeiras	19	61.327
Despesas financeiras	19	(1.374)
		<u>59.953</u>
Superávit do período		<u><u>833.557</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultado abrangente - Para o período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025 - Em reais

	<u>2025</u>
Superávit do período	833.557
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	<u><u>833.557</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido - Para o período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025 - Em reais

		Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Balanço de abertura	14	108.675	-	108.675
Superávit do período		-	833.557	833.557
Saldos em 31 de dezembro de 2025		108.675	833.557	942.232

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Para o período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025 -Em reais

	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	833.557
<i>Ajustes para conciliar o resultado</i>	
Provisões para demandas judiciais	26.000
Variações nos ativos e passivos:	
Estoques	(12.418)
Outros créditos	(6.209)
Bloqueio judicial	(945.111)
Fornecedores	97.700
Obrigações fiscais	30.034
Obrigações sociais e trabalhistas	83.107
Férias a pagar	386.315
Outros passivos	245.704
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	738.679
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	738.679

Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	738.679
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	738.679

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025 - (Em reais)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e

suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 835.300.

(vi) Fundação do ABC – Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo Silva Souza” – AME Itu

A Fundação do ABC assumiu dia 1º de junho de 2025 uma nova jornada na saúde pública do Interior do Estado com a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) Olavo Silva Souza, em Itu. O contrato firmado junto à Secretaria de Estado da Saúde (SES) tem duração de cinco anos e consolida mais uma parceria exitosa da instituição com o Governo do Estado de São Paulo. Inaugurado em 2010, o AME Itu é a principal referência ambulatorial para a população dos municípios de Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Itu, Mairinque, Porto Feliz e Salto, sendo também referência para outros 14 municípios vinculados à Diretoria Regional de Saúde (DRS XVI) de Sorocaba. A estrutura do AME Itu propõe uma unidade ambulatorial de referência especializada, com oferta de consultas médicas e não médicas; atendimento multiprofissional; suporte diagnóstico por imagem e análises clínicas; além de cirurgias ambulatoriais de pequeno e grande porte. A unidade possui 25 consultórios, 10 salas de exames, 8 leitos de observação, 1 sala cirúrgica, além de salas de enfermagem, de procedimento, medicação, entre outras áreas. O contrato prevê consultas médicas nas especialidades de Acupuntura, Alergia/Imunologia, Cardiologia, Cardiologia Pediátrica, Dermatologia, Endocrinologia Adulto, Infectologia, Neurologia, Obstetrícia de Alto Risco, Ortopedia/Traumatologia, Pneumologia e Reumatologia. Além disso, oferece consultas não médicas nas áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Nutrição e Psicologia. No campo diagnóstico, são realizados exames em especialidades como Cardiologia, Neurologia, Pneumologia e Obstetrícia. Já os exames de SADT Externo incluem ultrassonografias, ecocardiografia (adulto e infantil), espirometrias, teste ergométrico, entre outros. A unidade também

realiza pequenas cirurgias e procedimentos, como PAAF (Punção Aspirativa por Agulha Fina) de tireoide, infiltrações, biópsias de pele, cauterização de lesões cutâneas, exérese de tumor de pele, entre outras. As especialidades cirúrgicas compreendem as áreas de Endocrinologia, Dermatologia, Ortopedia e Reumatologia.

(vii) Contrato de gestão

Em 23 de maio de 2025, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão, Processo nº 024.00023886/2025-49, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo Silva Souza” – AME Itu, com vigência de cinco anos. Em 30 de julho de 2025 foi celebrado o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 001/2025, que tem por objeto o repasse de recurso de investimento para a aquisição de equipamento médico – ultrassonografia devido dificuldade na reposição de peças e manutenção.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para demandas judiciais

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Norma contábil emitida, mas ainda não vigente

A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de

1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025
Aplicações financeiras	738.679
	738.679

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Estoques

Descrição	2025
Medicamentos	3.980
Material médico hospitalar	52.843
Gases industriais e medicinais	874
Material de limpeza e higiene	17.828
Material de manutenção	28.218
Outros materiais	17.350
	121.093

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo Silva Souza” - AME Itu.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2025
COFINS retido de serviços a recolher	10.811
INSS retido de serviços a recolher	3.653
IRRF retido de serviços a recolher	8.514
CSLL retido de serviços a recolher	3.604
PIS retido de serviços a recolher	2.342
ISS a recolher	1.110
	30.034

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025
IRRF a recolher	25.925
FGTS a recolher	33.126
INSS sobre autônomos a recolher	21.233
Empréstimo consignado a pagar	2.323
Outros	500
	83.107

11 Férias a pagar

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e aos valores recebidos das unidades gerenciadoras para reembolsar os valores bloqueados das contas da Entidade.

13 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025
Trabalhista	16.000
Cível	10.000
	26.000

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 146.036 e R\$ 41.641, respectivamente, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

14 Balanço de abertura

Compreende os saldos iniciais de ativos e passivos assumidos pela Fundação do ABC quando do início da gestão do Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo Silva Souza” – AME Itu, em 1º de junho de 2025, reconhecidos com base nas informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo e pela gestão anterior. Referido saldo corresponde a estoques oriundos da gestão anterior.

15 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025
Medicamentos	17.598
Material médico hospitalar	78.709
Material de laboratório	3.312
Gases industriais e medicinais	2.653
Material de limpeza e higiene	43.222
Outros materiais	8.181
	153.675

16 Prestadores de serviços médicos

Referem-se aos gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

17 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025
Serviços de informática	99.254
Serviços de vigilância	347.857
Locação de veículos e equipamentos	75.906
Serviços de manutenção de equipamentos	119.883
Serviços administrativos	121.034
Serviços de motorista	90.037
Outros serviços	10.311
	864.282

18 Administrativas e gerais

Descrição	2025
Gêneros alimentícios	34.837
Material de conservação e reparo	42.437
Material de consumo administrativo	31.232
Utilidade pública (água, luz, telefone)	5.842
Seguros patrimoniais	2.906
Outras despesas	9.680
	126.934

19 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	61.328
	61.328
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(1.001)
Juros e multas de mora	(374)
	(1.375)

20 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo Silva Souza” - AME Itu não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

21 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2025

	Junho			2º Semestre		
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	1.327	1.175	(11,45)	7.962	6.161	(22,62)
Interconsultas	150	200	33,33	900	1.264	40,44
Consultas Subsequentes	1.993	2.442	22,53	11.958	13.762	15,09
Total	3.470	3.817	10,00	20.820	21.187	1,76
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	400	505	26,25	2.400	3.284	36,83
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	500	325	(35,00)	3.000	1.842	(38,60)
Total	900	830	(7,78)	5.400	5.126	(5,07)
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	45	47	4,44	270	280	3,70
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	247	213	(13,77)	1.482	1.554	4,86
Total	292	260	(10,96)	1.752	1.834	4,68
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Densitometria	200	266	33,00	1.200	1.387	15,58
Radiologia	200	266	33,00	1.200	1.387	15,58
Ecocardiografia	380	317	(16,58)	2.280	1.971	(13,55)
Outras Ultrassonografias	90	162	80,00	540	1.012	87,41
Ultrassonografia	470	479	1,91	2.820	2.983	5,78
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	230	421	83,04	1.380	1.301	(5,72)
Diagnóstico em Neurologia	220	92	(58,18)	1.320	457	(65,38)
Diagnóstico em Pneumologia	90	47	(47,78)	540	569	5,37
Métodos Diagnósticos em Especialidades	540	560	3,70	3.240	2.327	(28,18)
Total	1.210	1.305	7,85	7.260	6.697	(7,75)
Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
Biopsia pele / partes moles	-	29	-	-	178	-
OCI - Oferta de Cuidados Integrados						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
0902010026 OCI Avaliação Cardiológica	105	12	(88,57)	630	485	(23,02)
Subtotal - OCI Cardiologia	105	12	(88,57)	630	485	(23,02)

0903010011 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia	105	-	(100,00)	630	272	(56,83)
0903010020 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	105	3	(97,14)	630	184	(70,79)
Subtotal - OCI Ortopedia	210	3	(98,57)	1.260	456	(63,81)
Total	315	15	(95,24)	1.890	941	(50,21)

Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes

Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto

Contador

CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini

Contador

CRC 1SP302163/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo Silva Souza” - AME Itu

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo Silva Souza” - AME Itu, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades “Olavo Silva Souza” - AME Itu, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,

inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Itu, 18 de março de 2026.

Unity Auditores Independentes

CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura

Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 23 de março de 2026.

Mario Lapas Tonani

Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida

Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski

Prefeitura de São Caetano do Sul